

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E
SOCIEDADE – PPG – DTECS.

OTÁVIO CÂNDIDO DA SILVA JÚNIOR

**OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA
SILVA” [F. ITESP], NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.**

ITAJUBÁ/MG.

2014

OTÁVIO CÂNDIDO DA SILVA JÚNIOR

OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” [F. ITESP], NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – PPG – DtecS – da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI -, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – PPG – DtecS – do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão – IEPG – da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI.

Área de Concentração: Organizações, Trabalho e Tecnologia.

Orientador: Prof. Dr. Adilson da Silva Mello

ITAJUBÁ/MG.

2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mauá –
Bibliotecária Margareth - CRB_6/1700

S586p

Silva Júnior., Otávio Cândido da

Os processos de precarização do trabalho na Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” [F. ITESP], na primeira década do século XXI / Otávio Cândido da Silva Júnior. – Itajubá, (MG): [s.n.], 2014.

388 p.: il.

Orientador: Prof. Dr. Adilson da Silva Mello

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá.

1. Trabalho. 2. Precarização. 3. Fundação Pública. 4. Trabalhadores (as) Públicos. I. Mello, Adilson da Silva, orient. II. Universidade Federal de Itajubá. III. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ

OTÁVIO CÂNDIDO DA SILVA JÚNIOR

**OS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA FUNDAÇÃO
INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA
SILVA” [F. ITESP], NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI.**

Dissertação aprovada por banca examinadora em 06 de agosto
de 2014, conferindo ao autor o título de *Mestre em
Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson da Silva Mello

Prof. Dr. Rogério Rodrigues

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade

Itajubá

2014



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
Criada pela Lei 10436, de 24 de Abril de 2002

TERMO DE ACEITE
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU

Eu, Prof. Dr. Adilson da Silva Mello, declaro
que aceito a versão final da Dissertação/Tese de meu orientado(a)
Otávio Cândido da Silva JR, matrícula: 25.937
do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Tecnológico
e Sociedade
e que o mesmo contém as indicações e correções sugeridas pela Banca
Examinadora e que poderá ser realizada sua Homologação.

Em 06 de outubro de 2014.

Assinatura Orientador

Dedico este trabalho

À memória do meu pai, **Otávio Cândido da Silva (1925-1999)**, um homem simples que apesar de ter cursado apenas até o 4º ano primário, atual 4ª série do Ensino Fundamental, na roça, foi meu maior incentivador nos estudos. Realmente uma grande pena ele não estar aqui para presenciar este grande momento da minha vida, se estivesse, fatalmente estaria muito orgulhoso – com seus 89 anos de nascimento completos no último dia 13 de julho de 2014 – como ficou no dia da minha formatura em filosofia, no ano de 1986, na cidade de Lorena – SP.

À **Desireé Gonçalves da Silva**, minha companheira, minha amiga e meu amor, que sempre me incentivou para que eu concluísse o mestrado, ainda que, para tal ela tivesse que se sacrificar bastante, assumindo para si, as tarefas cotidianas que são de nossas responsabilidades.

Aos meus filhos, **Victor Hugo, Fernanda, Brenda, Otávio Neto, Sophia e Dimitry**, aos quais espero ter passado e continuar, ainda, a passar, a dedicação e o incentivo aos estudos como um valor perene.

Aos trabalhadores e às trabalhadoras da Fundação ITESP e aos associados e às associadas da AFITESP – especialmente os (as) da Sede da F. ITESP com os (as) quais convivi entre os anos de 2002 e 2004 e os (as) do GTC de Taubaté com os (as) quais convivi de 2005 até o presente ano de 2014 – que, nestes 13 anos de caminhada, muito me ensinaram e de forma extremamente generosa e gentil me acolheram numa área, a priori, estranha à minha formação – uma vez que sou “um filósofo”, que veio da educação pública para se colocar a serviço da reforma agrária, da regularização fundiária, da Assistência Técnica e Extensão Rural bem como das Comunidades Remanescentes de Quilombo – que espero, com este trabalho poder retribuir, através da reflexão sobre as nossas condições de trabalho, um pouco de tamanho carinho, apreço e consideração. Enfim, à toda Diretoria da AFITESP, triênio 2011-2014, pelo apoio e fornecimento de informações estratégicas, sem as quais esse trabalho não poderia ter sido “completado”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Dr. Adilson da Silva Mello, pelo incentivo, a paciência e as sugestões em relação à pesquisa, o que sem dúvida nenhuma tornou mais leve a minha trajetória neste PPG, uma vez que me permitiu alguns atalhos teórico-metodológicos, frutos das discussões nas orientações, nas aulas e no grupo de pesquisa.

À turma de alunos do PPG em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade que contribuíram com o meu trabalho nas discussões propiciadas pela Disciplina Tópicos I, II e III sempre no encerramento dos semestres, nos primeiros 18 meses de permanência neste programa.

A todos (as) professores (as) do PPG em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade com os quais fiz meus créditos do Mestrado e que, de forma direta ou indireta, contribuíram com as discussões travadas nesta pesquisa.

À coordenação do PPG em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pelo apoio, suporte e acessibilidade. A simplicidade no trato com os mestrandos fez com que as relações tradicionalmente frias do meio acadêmico se transformassem em relações mais humanas.

Ao Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade, coordenador do PPG em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – SP – que se deslocou de tão longe para poder contribuir com a presente pesquisa.

Ao Prof. Dr. Rogério Rodrigues que, com sua simplicidade, praticidade no saber fazer pesquisa e profundidade na abordagem das temáticas epistemológicas da metodologia, me ensinou o verdadeiro significado da palavra “implicância” com seu objeto de estudo.

À Diretoria Executiva da AFITESP, gestão 2011-2014, que me permitiu utilizar parte das 24 horas semanais que eu tinha liberadas para a realização do trabalho associativo, para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa, uma vez que a Fundação ITESP, por motivos óbvios, negou-me as 16 horas semanais que eu teria direito pelo Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização Profissional. Gostaria de destacar especialmente as pessoas das minhas amigas, Mônica Teramoto e Maria Solange, as quais sou devedor de muitas reflexões travadas nas idas e vindas de São Paulo até Taubaté, durante este período em que fomos da Diretoria Executiva da AFITESP e que fazem parte desta pesquisa.

E, por último, sem que isso implique em menor importância, quero agradecer à CAPES, que foi quem financiou esta pesquisa, sem o qual não seria possível chegar a nenhum resultado devido, tanto à dimensão territorial englobada pela pesquisa, Estado de São Paulo, quanto às ferramentas necessárias para a confecção da mesma.

Quero, ainda, ressaltar que compartilho com todos os atores/autores acima mencionados os acertos da presente pesquisa, já os erros e as limitações, são de minha inteira responsabilidade.

*“Todos os homens se dividem, em todos os tempos e hoje também,
em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia
para si é escravo, não importa o que seja: estadista, comerciante,
funcionário ou erudito”.*

(NIETZSCHE, Friedrich. **O humano demasiado humano**)

RESUMO

Esta pesquisa tem como problema saber como se deram os processos de precarização do trabalho na primeira década de funcionamento da F. ITESP? E, investigar quais são as características específicas destes processos de precarização do trabalho no interior da F. ITESP? Tem por objetivo geral analisar e caracterizar as especificidades dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP, instituição criada com a finalidade específica de lidar com as políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo. Tem como objetivos específicos, a saber, analisar e caracterizar os indícios dos processos de precarização do trabalho que influenciaram no êxodo de um número expressivo de trabalhadores (as) públicos, durante a primeira década de seu funcionamento efetivo – a primeira década do século XXI; analisar e caracterizar como operaram as especificidades desses processos de precarização do trabalho em seu interior, através da sua política interna de RH, detectar como isso impactou diretamente a vida destes (as) trabalhadores (as) que, apesar da precarização do seu trabalho, lá continuaram; explicitar quais as formas que tais trabalhadores (as) encontraram para resistir contra a precarização do seu universo de trabalho e, buscar construir indicadores específicos dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP, durante os 10 primeiros anos de sua existência. Como as duas principais hipóteses heurísticas de trabalho temos que, as grandes causas da precarização do trabalho no interior da F. ITESP são, a saber, a questão da ausência da correção das perdas salariais integrais, da inexistência de uma carreira pública, da anulação do Concurso de 2000 bem como o problema da defasagem dos benefícios recebidos pelos (as) seus (uas) trabalhadores (as) e que a situação dos trabalhadores (as) da F. ITESP só não se agravou, ainda mais, devido à capacidade de luta e de organização desta categoria, liderada pela Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” [AFITESP]. Quanto à forma de abordagem, utilizamos de uma pesquisa qualiquantitativa, através da elaboração e aplicação de um questionário estruturado junto a estes. De um total de 469 trabalhadores (as) remanescentes do Concurso ITESP de 2000, contratados entre os anos de 2001 e 2006, pretendíamos trabalhar com uma amostra estratificada aleatória total de 10% destes, dividida nas categorias de estrato de cargos, perfis, ano de contratação e de tempo de serviço. Na prática tivemos 49 questionários respondidos, cada um com 85 questões que se desdobraram em 153 variáveis. Todas foram tabuladas no SPSS, inclusive aquelas questões abertas, no limite dos 120 caracteres permitido por esta ferramenta e, após esse processo, foi realizada as frequências estatísticas expressa em tabelas.

Palavras-chave: Trabalho. Precarização. Fundação Pública. Trabalhadores (as) Públicos.

ABSTRACT

This research problem is to know how was the process of casualization of labor in the first decade of operation of Fundação ITESP and investigate what are the specific features of this precariousness process of work within the F. ITESP aims analyzing and to characterize the of precariousness process of labor in the F. ITESP, institution created with the specific purpose to deal with agrarian and land policies of the State of São Paulo. It has specific objectives, namely, to analyze and to characterize how the precariousness process of labor influenced the exodus of a significant number of public workers, during the first decade of effective functioning – the first decade of the XXI Century; to analyze and to characterize how operated the specifics of this potential precariousness process of work inside of the Foundation, through its internal HR policy, to detect how it directly impacted in the lives of these workers, despite the work precariousness, they continued; remind what forms such workers found to resist the precariousness of his work universe and, seek to build specific indicators of the precarious process of the work in the F. ITESP during the first 10 years of its existence. The two main heuristics working hypotheses we have the great causes of labor casualization within the F. ITESP are, namely, the issue of lack of correction of the whole wage losses, the lack of a carrier path, the cancellation of the Contest 2000, as well as the benefits lag problems received by your workers that and the situation of the workers of the F. ITESP not only worsened even more, due to the ability of struggle and organization this category, led by the Employees Association of State Land Institute of São Paulo "José Gomes da Silva". In relation to the approach, we had use a qualiquantitative research, through the development and implementation of a structured questionnaire with these. Of a total of 469 workers remaining ITESP Contest 2000, contracted between the years 2001 and 2006, we wanted work with a stratified sample random 10% of the total, divided into the categories of extract positions, year of hire, profiles and service time. In practice we had 49 questionnaires answered, each one with 85 questions that unfolded on 153 variables. All were tabulated in SPSS statistical program, including those open questions, the limit of 120 characters allowed by this tool, and after this process, the statistical frequency table was performed.

Keywords: Work. Precariousness. Public Foundation. Public Workers.

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Evolução da defasagem de trabalhadores (as) nos quadros da F. ITESP no período de 2001-2012_____	p. I
Tabela II	Resultado da totalização de votos da questão 01 do I Plebiscito. Você está satisfeito com as condições de trabalho e salário da F. ITESP?_____	p. I
Tabela III	Resultado da totalização de votos da questão 02 do I Plebiscito: Você é a favor da realização de uma greve na Fundação ITESP?_____	p. II
Tabela IV	Se votou sim, greve quando?_____	p. II
Tabela V	Número de trabalhadores (as) que fizeram críticas e ou sugestões para a AFITESP. Você tem alguma crítica e ou sugestão para a AFITESP? Escreva-a.____	p. III
Tabela VI	Qual é o seu sexo?_____	p. IV
Tabela VII	Qual é a sua Idade?_____	p. V
Tabela VIII	Qual sua renda familiar?_____	p. VI
Tabela IX	Qual sua escolaridade?_____	p. VII
Tabela X	Qual sua renda pessoal?_____	p. VIII
Tabela XI	Qual sua formação profissional?_____	p. IX
Tabela XII	O seu exercício profissional mudou na F. ITESP?____	p. XI
Tabela XIII	Você exerce alguma atividade de complementação da renda pessoal?_____	p. XII
Tabela XIV	Se sim, qual o percentual ou valor?_____	p. XIII
Tabela XV	Você tem ou faz uso de alguma forma de empréstimo e ou crédito?_____	p. XIV
Tabela XVI	Qual o valor das parcelas das dívidas contraídas?____	p. XV
Tabela XVII	Qual tipo de moradia possui?_____	p. XVII
Tabela XVIII	Possui automóvel próprio?_____	p. XVIII
Tabela XIX	Quanto gasta com alimentação?_____	p. XIX
Tabela XX	Quanto gasta com transporte?_____	p. XX
Tabela XXI	Quanto gasta com educação?_____	p. XXI
Tabela XXII	Quanto gasta com gás?_____	p. XXII
Tabela XXIII	Quanto gasta com vestuário?_____	p. XXIII

Tabela XXIV	Quanto gasta com lazer?_____	p. XXIV
Tabela XXV	Quanto gasta com telefone celular?_____	p. XXV
Tabela XXVI	Quanto gasta com veículo?_____	p. XXVI
Tabela XXVII	Quanto você gasta com água?_____	p. XXVII
Tabela XXVIII	Quanto você gasta com esporte?_____	p. XXVIII
Tabela XXIX	Quanto você gasta com luz?_____	p. XXIX
Tabela XXX	Quanto você gasta com Internet?_____	p. XXX
Tabela XXXI	Quanto você gasta com TV por assinatura?_____	p. XXXI
Tabela XXXII	Quanto você gasta com cultura?_____	p. XXXII
Tabela XXXIII	Quanto você gasta com telefone fixo?_____	p. XXXIII
Tabela XXXIV	Qual seu estado civil?_____	p. XXXIV
Tabela XXXV	Qual sua orientação sexual?_____	p. XXXV
Tabela XXXVI	Quantos são os seus dependentes?_____	p. XXXVI
Tabela XXXVII	Quais dependentes moram juntos contigo?_____	p. XXXVII
Tabela XXXVIII	Você é natural de onde?_____	p. XXXVIII
Tabela XXXIX	Qual é a sua nacionalidade?_____	p. XL
Tabela XL	Qual a cidade em que reside atualmente?_____	p. XLI
Tabela XLI	Qual é o meio de transporte utilizado para ir ao trabalho?_____	p. XLIII
Tabela XLII	Qual é o tempo gasto no trajeto do trabalho até a sua casa_____	p. XLIV
Tabela XLIII	Você utiliza-se do vale transporte?_____	p. XLV
Tabela XLIV	Motivo da não utilização do vale transporte?_____	p. XLVI
Tabela XLV	Qual sua opção político-partidária?_____	p. XLVII
Tabela XLVI	Qual é a sua religião?_____	p. XLVIII
Tabela XLVII	Como você se informa sobre os acontecimentos locais?_____	p. XLIX
Tabela XLVIII	Como você se informa regional, nacional e internacionalmente?_____	p. LI
Tabela XLIX	Qual é o número da sua matrícula funcional?_____	p. LIII
Tabela L	Você trabalhou em alguma (s) das instituições que antecedeu (ram) a F. ITESP?_____	p. LIV
Tabela LI	Se sim, trabalhou, assinale uma ou mais._____	p. LV

Tabela LII	Você trabalhou em algum órgão público antes do seu ingresso na F. ITESP?_____	p. LVI
Tabela LIII	Se sim, trabalhou, qual o nome do órgão público?___	p. LVII
Tabela LIV	Por quanto tempo trabalhou noutra órgão público?__	p. LIX
Tabela LV	Você trabalhou na iniciativa privada antes do seu ingresso na F. ITESP?_____	p. LX
Tabela LVI	Qual é o nome da empresa privada que trabalhastes?_	p. LXI
Tabela LVII	Por quanto tempo trabalhou na iniciativa privada?___	p. LXIII
Tabela LVIII	Em qual GTC ou GT seu cargo está lotado?_____	p. LXIV
Tabela LIX	Há quantos anos você trabalha na F. ITESP?_____	p. LXVI
Tabela LX	Você já é aposentado?_____	p. LXVII
Tabela LXI	Se é aposentado, há quanto tempo?_____	p. LXVIII
Tabela LXII	Qual é o cargo que você ocupa atualmente na F. ITESP?_____	p. LXIX
Tabela LXIII	Se você é analista, de qual diretoria ou assessoria?___	p. LXX
Tabela LXIV	Se você é técnico, pertence a qual das diretorias?___	p. LXXI
Tabela LXV	Se você é auxiliar, pertence à qual das duas diretorias?_____	p. LXXII
Tabela LXVI	Se você é Auxiliar ou Motorista, qual sua posição frente à extinção destes cargos do quadro geral de pessoal da F. ITESP?_____	p. LXXIII
Tabela LXVII	Se você é Advogado, qual sua posição em relação ao fato da F. ITESP não pagar pelo piso salarial da categoria, definido pela OAB, nem pelo regime de dedicação plena e exclusiva exigida no contrato de trabalho?_____	p. LXXIV
Tabela LXVIII	Qual é o seu nível funcional?_____	p. LXXV
Tabela LXIX	Qual é a sua letra funcional?_____	p. LXXVI
Tabela LXX	Você já ocupou e/ou ainda ocupa Cargo de Confiança ou Função Gratificada na F. ITESP?_____	p. LXXVII
Tabela LXXI	Se sim, ocupou, em que período?_____	p. LXXVIII
Tabela LXXII	Qual cargo você ocupou?_____	p. LXXIX
Tabela LXXIII	Tem participado de cursos de formação continuada e	p. LXXX

	ou aperfeiçoamento em serviço, nos últimos dois anos?_____	
Tabela LXXIV	De quem foi a iniciativa de se fazer tal curso?_____	p. LXXXI
Tabela LXXV	O referido curso foi oferecido por quem?_____	p. LXXXII
Tabela LXXVI	Quem financiou este curso?_____	p. LXXXIII
Tabela LXXVII	Se não tem participado de tais cursos, qual o motivo?_____	p. LXXXIV
Tabela LXXVIII	Você tem recebido diárias neste ano?_____	p. LXXXV
Tabela LXXIX	Se sim, recebe diárias, com qual periodicidade?_____	p. LXXXVI
Tabela LXXX	Se tem recebido diária, ela corresponde à qual percentual do seu salário?_____	p. LXXXVII
Tabela LXXXI	Você está contente com a atual política de distribuição das diárias na F-ITESP?_____	p. LXXXVIII
Tabela LXXXII	Por que da satisfação ou da insatisfação frente à política de distribuição de diárias da F. ITESP?_____	p. LXXXIX
Tabela LXXXIII	Você sente que é bem capacitado (a) para realizar as tarefas que lhe são designadas?_____	p. XCI
Tabela LXXXIV	Você entende que o salário que recebe é compatível com a responsabilidade do seu trabalho?_____	p. XCII
Tabela LXXXV	Se NÃO considera seu salário compatível com a responsabilidade do seu trabalho, qual será o percentual de aumento necessário a ser aplicado para que ele se torne “justo”?_____	p. XCIII
Tabela LXXXVI	Em 2011, a F. ITESP fez a reposição de 20%, em média, das perdas salariais acumuladas. Para você, isto foi?_____	p. XCIV
Tabela LXXXVII	Você já recebe o Adicional de Insalubridade?_____	p. XCV
Tabela LXXXVIII	Se NÃO recebe, você reivindica o pagamento de adicional de insalubridade na realização do seu trabalho?_____	p. XCVI
Tabela LXXXIX	Se SIM, qual é a característica peculiar do seu trabalho que justifica o pagamento do referido adicional?_____	p. XCVII

Tabela XC	Como você avalia as suas condições de trabalho? A ergonomia?_____	p. XCIX
Tabela XCI	Como você avalia as suas condições de trabalho? O mobiliário?_____	p. C
Tabela XCII	Como você avalia as suas condições de trabalho? Os veículos?_____	p. CI
Tabela XCIII	Como você avalia as suas condições de trabalho? Os alojamentos?_____	p. CII
Tabela XCIV	Como você avalia as suas condições de trabalho? As ferramentas de informática?_____	p. CIII
Tabela XCV	Você entende que a F-ITESP formula um plano geral de trabalho?_____	p. CIV
Tabela XCVI	Se SIM, você tem conhecimento se a F. ITESP implanta o referido plano geral de trabalho proposto?	p. CV
Tabela XCVII	Você entende que a F. ITESP aproveita bem suas capacidades e habilidades individuais?_____	p. CVI
Tabela XCVIII	Por que você entende que a F. ITESP aproveita bem ou não suas capacidades e habilidades individuais?__	p. CVII
Tabela XCIX	Você sente que a F. ITESP lhe dá autonomia para a realização do seu trabalho?_____	p. CX
Tabela C	Por que você sente que a F. ITESP lhe dá ou não autonomia para a realização do seu trabalho?_____	p. CXI
Tabela CI	Como você se sente com o fato de nunca ter sido implantado o PCCS da F. ITESP?_____	p. CXIII
Tabela CII	Como você se sente em relação à tentativa de anulação do Concurso de 2000, pelo Ministério Público Estadual – MPE -, através do qual você ingressou na F-ITESP?_____	p. CXV
Tabela CIII	Na sua avaliação existem preconceitos no interior da F. ITESP_____	p. CXVII
Tabela CIV	Se sim, entende que há preconceitos, qual (is) tipo (s) de preconceito (s)?_____	p. CXVIII
Tabela CV	Em sua visão existe igualdade de tratamento entre os	p. CXIX

	trabalhadores (as) da F. ITESP no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)?_____	
Tabela CVI	Justifique se em sua visão existe ou não igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F. ITESP no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)?_____	p. CXX
Tabela CVII	Como você classifica a relação entre os chefes e os subordinados na Fundação ITESP?_____	p. CXXIII
Tabela CVIII	Como você classifica a relação entre os próprios trabalhadores (as) na Fundação ITESP?_____	p. CXXIV
Tabela CIX	Na F. ITESP existe uma ferramenta de trabalho de comunicação instantânea entre todos os seus trabalhadores (as) no Estado de São Paulo. Para você existe liberdade de expressão através deste "Comunicador"?_____	p. CXXV
Tabela CX	Justifique se existe ou não liberdade no Comunicador da F. ITESP._____	p. CXXVI
Tabela CXI	Em vários órgãos do Estado de São Paulo a Licença Maternidade passou a ser de 180 dias, na F. ITESP ainda permanecem os 120 dias, você é favorável a esta ampliação?_____	p. CXXVIII
Tabela CXII	Qual tipo de benefício alimentar você recebe?_____	p. CXXIX
Tabela CXIII	Você está contente com atual valor deste benefício alimentar?_____	p. CXXX
Tabela CXIV	Você é favorável que a F. ITESP aplique sobre o valor deste benefício como de todos os outros benefícios [seguro de vida em grupo e auxílio creche] os 20% da correção das perdas salariais realizada	p. CXXXI

	pela F. ITESP em 2011?_____	
Tabela CXV	Você pratica alguma atividade de lazer?_____	p. CXXXII
Tabela CXVI	Se sim, pratica atividade de lazer, qual?_____	p. CXXXIII
Tabela CXVII	Você pratica alguma atividade esportiva?_____	p. CXXXV
Tabela CXVIII	Se sim, pratica algum tipo de esporte, qual?_____	p. CXXXVI
Tabela CXIX	Qual é o tipo do seu plano de saúde?_____	p. CXXXVII
Tabela CXX	Você vai regularmente ao médico e faz os exames de rotina?_____	p. CXXXVIII
Tabela CXXI	Se sim, qual (is) exame (s)?_____	p. CXXXIX
Tabela CXXII	Você é portador de alguma doença crônica?_____	p. CXLII
Tabela CXXIII	Qual tipo de doença crônica?_____	p. CXLII
Tabela CXXIV	Se SIM, já era portador da doença crônica, antes de começar a trabalhar na F. ITESP?_____	p. CXLIII
Tabela CXXV	Em sua opinião, essa (s) doença (s) é (são) resultante (s) do ambiente de trabalho da F-ITESP?_____	p. CXLIV
Tabela CXXVI	Você já tirou licença de até 15 dias por questões de saúde?_____	p. CXLV
Tabela CXXVII	E por mais de 15 dias junto ao INSS?_____	p. CXLVI
Tabela CXXVIII	Se sim, qual o motivo da licença médica?_____	p. CXLVII
Tabela CXXIX	Você utiliza ou utilizou algum tipo de medicamento de uso contínuo?_____	p. CXLVIII
Tabela CXXX	Se SIM, você tem algum auxílio para a compra deste medicamento?_____	p. CXLIX
Tabela CXXXI	Qual tipo de auxílio?_____	p. CL
Tabela CXXXII	Você fuma?_____	p. CLI
Tabela CXXXIII	Se sim, qual a quantidade diária?_____	p. CLII
Tabela CXXXIV	Há quanto tempo?_____	p. CLIII
Tabela CXXXV	Você consome bebida alcoólica?_____	p. CLIV
Tabela CXXXVI	Se sim, qual a quantidade diária deste tipo de bebida você consome?_____	p. CLV
Tabela CXXXVII	Há quanto tempo?_____	p. CLVI
Tabela CXXXVIII	Você faz ou fez uso de qualquer outro tipo de drogas ilícitas?_____	p. CLVII

Tabela CXXXIX	Qual tipo de droga ilícita você é usuário?_____	p. CLVIII
Tabela CXL	Se sim, qual a quantidade diária de droga ilícita você consome?_____	p. CLIX
Tabela CXLI	Há quanto tempo utiliza-se de drogas ilícitas?_____	p. CLX
Tabela CXLII	Você acha que se alimenta bem?_____	p. CLXI
Tabela CXLIII	Você se alimenta preferente e frequentemente de quê?_____	p. CLXII
Tabela CXLIV	Você se previne contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST e AIDS)?_____	p. CLXIV
Tabela CXLV	Como se dá a prevenção das DST's / AIDS?_____	p. CLXV
Tabela CXLVI	Você realiza o controle da natalidade_____	p. CLXVI
Tabela CXLVII	Como se dá esse controle da natalidade?_____	p. CLXVII
Tabela CXLVIII	Com que frequência você vai ao dentista?_____	p. CLXVIII
Tabela CXLIX	Você possui algum convênio odontológico?_____	p. CLXIX
Tabela CL	Se sim, possui convênio odontológico, qual?_____	p. CLXX
Tabela CLI	Se NÃO possui um plano odontológico privado, como você avalia sua saúde bucal?_____	p. CLXXI
Tabela CLII	Você é associado da AFITESP?_____	p. CLXXII
Tabela CLIII	Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu emprego?_____	p. CLXXIII
Tabela CLIV	Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu salário?_____	p. CLXXIV
Tabela CLV	Para você qual é o papel da AFITESP em relação aos seus benefícios trabalhistas?_____	p. CLXXV
Tabela CLVI	Para você qual é o papel da AFITESP em relação às suas condições de trabalho?_____	p. CLXXVI
Tabela CLVII	Como você avalia a sua trajetória de trabalho dentro da F. ITESP?_____	p. CLXXVII
Tabela CLVIII	Você está satisfeito com as condições de benefícios na F. ITESP?_____	p. CLXXX
Tabela CLIX	Você conseguiu alguma promoção na sua carreira?__	p. CLXXXI
Tabela CLX	Após a realização dessa nossa Assembleia	p. CLXXXII

	Extraordinária, a Diretoria Executiva publicou a lista dos contemplados pelo novo PCCS. Você considera que a referida lista fez justiça aos serviços prestados, ao longo dos anos, pelos trabalhadores (as) da Fundação ITESP?_____	
Tabela CLXI	Você está satisfeito com as condições da sua carreira na F. ITESP?_____	p. CLXXXIII
Tabela CLXII	Na sua visão qual a melhor atitude que a AFITESP deve tomar em relação ao novo PCCS?_____	p. CLXXXIV
Tabela CLXIII	Se greve já, quando?_____	p. CLXXXV
Tabela CLXIV	Se ação na Justiça, você concorda em financiá-la?___	p. CLXXXVI
Tabela CLXV	Se denunciá-lo no MPFT, quando?_____	p. CLXXXVII
Tabela CLXVI	Você está satisfeito com as condições de salário na F. ITESP?_____	p. CLXXXVIII
Tabela CLXVII	Você está satisfeito com as condições de trabalho na F. ITESP?_____	p. CLXXXIX
Tabela CLXVIII	Você é associado da AFITESP?_____	p. CXC
Tabela CLXIX	Qual o seu nível de satisfação com a atuação da AFITESP?_____	p. CXCI
Tabela CLXX	Como você avalia, desde o seu ingresso até hoje, os serviços prestados pela F. ITESP aos seus beneficiários?_____	p. CXCII
Tabela CLXXI	Qual é o seu sexo?_____	p. CXCIII
Tabela CLXXII	Em qual Concurso ingressou na F. ITESP?_____	p. CXCIV
Tabela CLXXIII	Você já é aposentado?_____	p. CXCV
Tabela CLXXIV	Qual é o seu cargo na F. ITESP?_____	p. CXCVI
Tabela CLXXV	Qual é o seu nível na carreira da F. ITESP?_____	p. CXCVII
Tabela CLXXVI	Qual é a tua classe na carreira da F. ITESP?_____	p. CXCVIII
Tabela CLXXVII	Qual o percentual total de diárias, em relação ao seu salário, que você tem utilizado mensalmente?_____	p. CXCIX
Tabela CLXXVIII	A diária para você é um complemento do seu salário?	p. CC
Tabela CLXXIX	Qual é o local em que o seu cargo está lotado?_____	p. CCI
Tabela CLXXX	Você tem algum (ns) empréstimo (s)?_____	p. CCII

Tabela CLXXXI	Você já sofreu algum tipo de processo administrativo na F. ITESP?_____	p. CCIII
Tabela CLXXXII	Na sua avaliação, os processos administrativos, da maneira como são conduzidos, têm sido usados como uma forma de Assédio Moral na Fundação ITESP?__	p. CCIV
Tabela CLXXXIII	Você está lotado em qual das Diretorias da F. ITESP?_____	p. CCV
Tabela CLXXXIV	Pretende se aposentar trabalhando na F. ITESP?_____	p. CCVI
Tabela CLXXXV	Se não é associado à AFITESP, pretende se associar?	p. CCVII
Tabela CLXXXVI	Você gostaria de votar para eleger o Diretor Executivo da F. ITESP?_____	p. CCVIII
Tabela CLXXXVII	Faça uma avaliação dos cargos de livre provimento da F. ITESP que lhe envolve diretamente, atribuindo para cada um deles notas de 0 a 10._____	p. CCIX

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFITESP	Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.
AGRIFAM	Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural.
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
APAER	Associação Paulista de Extensão Rural.
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
ARH	Assessoria de Recursos Humanos.
ART's	Anotações de Responsabilidades Técnicas.
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural.
BANESER	Banespa Atividades Técnicas e Administrativas.
BB	Banco do Brasil S/A.
CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.
CEDC	Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e Contratações Eletrônicas.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção dos Acidentes.
CODASP	Companhia de Desenvolvimento da Agricultura de São Paulo.
CODEC	Conselho de Defesa dos Capitais do Estado.
CPS	Comissão de Política Salarial.
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
CRC	Conselho Regional de Contabilidade.
CRQ	Comunidade Remanescente de Quilombo.
DAAF	Diretoria Adjunta de Administração e Finanças da F. ITESP.
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica.
DAF	Departamento de Assentamento Fundiário.
DAFPPI	Diretoria Adjunta de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional da F. ITESP.
DAPD	Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento F. ITESP.
DARF	Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários da F. ITESP.
DeTecS	Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.
DRF	Departamento de Regularização Fundiária.
DST's	Doenças Sexualmente Transmissíveis.

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
FBB	Fundação Banco do Brasil.
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.
FETAESP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo.
FGV-SP	Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
F. ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”.
FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo.
FUNDUNESP	Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.
GEAF	Grupo Executivo de Ação Fundiária.
GT	Grupo Técnico da Sede – São Paulo – da F. ITESP.
GTC	Grupo Técnico de Campo da F. ITESP.
IAF	Instituto de Assuntos Fundiários.
IAMSPE	Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual.
IMESC	Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
IPC	Índice de Preços ao Consumidor.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPEM-SP	Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo.
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo.
LCD	Liquid Crystal Display.
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei do Orçamento Anual.
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
Masterplan	Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira.
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MPE-SP	Ministério Público Estadual de São Paulo.
MPFT	Ministério Público Federal do Trabalho:
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NOM	Núcleo Operacional Móvel.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.

PCCS	Plano de Cargos, Carreira e Salários.
PC do B	Partido Comunista do Brasil.
PGE-SP	Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.
PLR	Participação nos Lucros e Resultados.
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário [antigo Banco da Terra]
PPA	Plano Plurianual.
PPG	Programa de Pós-Graduação.
PROCON	Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PT	Partido dos Trabalhadores.
RTC	Relatório Técnico Científico.
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.
SAF	Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários.
SEAF	Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários.
SEE-SP	Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.
SEPLAN	Secretaria de Estado da Economia e Planejamento.
SINDAFITESP	Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – F. ITESP.
SJDC	Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania.
SMRN	Salário Mínimo de Referência Nacional.
SPSS	Statistical Package for Social Science.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TR	Tíquete Refeição.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
VA	Vale Alimentação.
VT	Vale Transporte.
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
USP	Universidade de São Paulo.
UTE	Unidade Técnica Estadual do PNCF.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO_____	025
2	CAPÍTULO I PROBLEMA, HIPÓTESES, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E OS SUJEITOS DA PESQUISA_____	030
2.1	Problema_____	030
2.2	Hipóteses_____	030
2.3	Justificativas_____	030
2.4	Objetivos_____	032
2.5	Metodologias_____	033
2.5.1	Os Métodos de Abordagem_____	034
2.5.2	Os Métodos de Procedimentos Técnicos_____	034
2.5.3	O Fazer Prático da Pesquisa_____	037
2.6	Os Sujeitos da Pesquisa_____	039
3	CAPÍTULO II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA_____	040
3.1	A Questão do Trabalho_____	040
3.2	A Centralidade do Trabalho em Questão_____	040
3.3	A Precarização Social do Trabalho_____	041
3.4	O Homem que vive do Trabalho e / ou a Classe que vive do Trabalho?_____	047
4	CAPÍTULO III A SITUAÇÃO DA CATEGORIA DE TRABALHADORES (AS) NA F. ITESP NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI_____	049
4.1	O 1º Plebiscito Interno à F. ITESP realizado pela AFITESP (2010)_____	052
4.2	A Greve do Ano de 2010 dos (as) Trabalhadores (as) da F. ITESP: um verdadeiro marco na luta destes (as) trabalhadores (as)_____	063
4.3	Resultado do 2º Plebiscito sobre uma Greve na Fundação ITESP realizado pela AFITESP em 2011_____	079
4.4	A Construção de Indicadores de Precarização Social do Trabalho na F. ITESP_____	084
5	CAPÍTULO IV ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA [1º SEMESTRE / 2013] COTEJADOS COM OS RESULTADOS APURADOS DO 3º PLEBISCITO REALIZADO PELA AFITESP COM OS (AS) TRABALHADORES (AS) DA F. ITESP [SEGUNDO SEMESTRE / 2013]	097
5.1	Caracterização da Amostra_____	097

5.2	Caracterização sócio-econômico-político-cultural e religiosa dos (as) trabalhadores (as) da Fundação ITESP_____	097
5.3	A Situação Funcional do (a) Trabalhador (a) da F. ITESP_____	104
5.4	Indicadores dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP_____	114
5.5	Os Próximos Passos da Pesquisa_____	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS_____	i
	APÊNDICES_____	- 1 -
	APÊNDICE A Questionário utilizado na pesquisa atual._____	- 1 -
	APÊNDICE B Gráficos_____	a
	APÊNDICE C Tabelas das Variáveis da Pesquisa e dos Resultados do 3º Plebiscito Realizado pela AFITESP com os (as) Trabalhadores (as) da F. ITESP_____	I
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS_____	A
	ANEXOS_____	375
	ANEXO A: Carta dos (as) trabalhadores (as) em greve (2010) ao Presidente da ALESP_____	375
	ANEXO B: Pauta de reivindicação dos (as) servidores (as) da Fundação Itesp aprovada na assembleia de 09 de fevereiro de 2011 e apresentada à Dir. Executiva da F. .ITESP_	377
	ANEXO C: Carta Aberta ao Excelentíssimo Sr. Governador, Dr. Geraldo Alckmin Filho, e à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, Dra. Eloisa de Sousa Arruda._____	379

1 INTRODUÇÃO.

A pergunta inicial inevitável é por que enfrentar um tema tão árido como o Trabalho e, dentro deste, a sua precarização, no interior de uma Fundação Pública, tendo como sujeitos da pesquisa uma categoria de trabalhadores (as) públicos, cujas pechas de corporativismo, ineficiência e mordomia é amplamente disseminada e consolidada na sociedade?

Sem dúvida alguma, a trajetória do pesquisador como profissional da F. ITESP e como militante da AFITESP teve influência direta na escolha e definição do tema. Mas a conjuntura política, econômica, social, cultural e religiosa atual, que relega ao trabalho um papel secundário frente ao capital, também foi determinante no enfrentamento corajoso das suas consequências no ambiente de trabalho. Isto nos faz lembrar um pouco do Bauman, quando ele nos diz,

(...) “Como nossas biografias individuais se entrelaçam com a história que partilhamos com outros seres humanos?” Ao mesmo tempo, sociólogos são parte dessa experiência e, como tal, não importa quão arduamente tentem manter distância de seus objetos de estudo – tratando as experiências da vida como objetos “de fora” –, não conseguem desligar-se completamente do conhecimento que buscam compreender. Apesar disso, essa condição pode ser uma vantagem, posto que possuem uma visão interna e externa das experiências que tentam entender. (2010, p. 20).

Não que nos consideremos sociólogos, mas queremos tirar o máximo de proveito da nossa condição de trabalhador da F. ITESP por quase treze anos e dirigente da AFITESP por sete anos, agregada ao estudo da precarização do trabalho no nível macro em que estivemos envolvidos nestes dois anos em que transcorreu a pesquisa.

A adversidade sempre nos desafiou, no caso, a adversidade de dar uma pequena contribuição teórica para resgatar o lugar central que a categoria trabalho tem na pesquisa e no debate acadêmico, esta é só mais uma motivação que nos lançou na trilha desta pesquisa.

Nesse sentido, é muito inspirador o questionamento lançado por Pinto:

Como seria possível, num mundo onde a ampliação das riquezas e a concentração de seu acesso e exploração contrastam fortemente com o aprofundamento da miséria, da violência e do descaso, imaginar um papel subalterno à categoria ‘trabalho’? Seria outro, porventura, o vetor desses acontecimentos, que não o próprio trabalho humano e o resultado de sua repartição social? Ou melhor: estaria em outro plano, que não na esfera do trabalho humano, a origem, ou a possibilidade, de toda essa degradação? (g.n.) (2010, p. 08-09).

Obviamente, que para tanto, seria necessário encontrar o lugar para acolher tal pesquisa e, neste sentido, a Linha de Pesquisa *Organizações, Trabalho e Tecnologia* do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá foi fundamental.

Neste ponto, um espírito menos desavisado poderia questionar: o que faz uma pesquisa sobre a precarização do trabalho numa Fundação Pública ser alocada num Programa de Mestrado sobre o Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade? Com certeza a resposta não é simples e nem poderia sê-lo. Para nós, não existirá desenvolvimento social sem a presença do Governo senão como um vetor fundamental ou, pelo menos, enquanto uma mola propulsora importante. Mas quando falamos em Governo, não estamos a nos referir a um ente metafísico abstrato, ele se materializa e concretiza para os cidadãos via políticas públicas que, sem sombra de dúvidas, são mediadas pelos trabalhadores (as) públicos. Quando as condições de trabalho e emprego destes, são ou estão precarizadas, não se necessita de muitos estudos para aferir que as políticas públicas sofrerão um grande impacto em sua efetividade. Portanto, o resgate do papel dos trabalhadores (as) públicos é estratégico, num contexto no qual se busque fomentar o desenvolvimento social, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Na presente pesquisa, especificamente, questionaremos, em última análise, ou de maneira indireta, como promover o desenvolvimento agrário qualitativo, num contexto de trabalho precarizado, vivenciado pelos trabalhadores (as) públicos de uma estratégica Fundação Pública Paulista, como a F. ITESP?

Espera-se, sem nenhuma pretensão descabida, que esta pesquisa possa abrir as portas para a investigação sobre o trabalho nas Fundações Públicas, uma nova modalidade do exercício da gestão pública no contexto da reengenharia do Estado, com maior autonomia administrativa e financeira, criada com o discurso de dar maior agilidade aos serviços públicos, tidos, até então, como extremamente morosos, ineficientes e ineficazes pela política e a economia neoliberal.

Um sistema no qual o direito de viver está estritamente ligado ao de participar do modo de produção e, caso esteja fora dele, terá o direito de morrer de forma descartável, como refugo, um sistema no qual tudo o que é privado tem direito à vida, já tudo o que é público está condenado à morte, portanto, hoje em dia, todas as experiências que contestam esse sistema são desperdiçadas como nos ensina o sociólogo português, Santos (2002a). É com essa motivação que procuraremos resgatá-las ao colocarmos um fecho de luz sobre elas.

Neste sentido a presente pesquisa tem por objetivo, como veremos no capítulo I, analisar e caracterizar as especificidades do processo de precarização do trabalho na F. ITESP

– que é estadual, de direito público, com um quadro total de 736 trabalhadores (as) – e que foi criada com a finalidade específica de lidar com as políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo.

Ainda no capítulo I, veremos que a pesquisa tem como objetivos específicos, a saber, **a)** analisar e caracterizar como o processo de precarização do trabalho influenciou no êxodo de um número expressivo de seus trabalhadores (as), durante o período de 2001-2011, a primeira década de seu funcionamento efetivo. **b)** analisar e caracterizar como operaram as especificidades desse processo de precarização do trabalho no interior da F. ITESP, através da sua política interna de recursos humanos e, como isso impactou diretamente a vida destes trabalhadores (as) que, apesar da precarização do seu trabalho, nesta permaneceram; **c)** explicitar quais as formas que os trabalhadores (as) da F. ITESP encontraram para resistir a esse processo e; **d)** buscar construir indicadores específicos dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP, durante os 10 primeiros anos de sua existência.

Também no capítulo I, abordaremos o problema da pesquisa quando, então, buscaremos saber como se deu o processo de precarização do trabalho na primeira década de funcionamento da F. ITESP? Portanto, procederemos a uma análise para a compreensão do mesmo. E, ao aprofundarmos um pouco mais, investigaremos quais são as características específicas deste processo de precarização do trabalho no interior da F. ITESP?

Veremos, ainda, neste capítulo I, as hipóteses heurísticas de trabalho das quais partimos, a saber, **I)** os processos de precarização do trabalho na F. ITESP, com suas especificidades, foi o grande responsável pela saída em massa dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP; **II)** A alta rotatividade de trabalhadores (as), somada a defasagem permanente no quadro de trabalhadores (as) da F. ITESP, fez com que as políticas públicas desenvolvidas, no início das atividades da F. ITESP, fossem interrompidas ou, no mínimo, perdessem sua efetividade de outrora; **III)** As grandes causas da precarização do trabalho no interior da F. ITESP são, a saber, a questão da ausência da correção das perdas salariais integrais, da inexistência de uma carreira pública, da anulação do Concurso de 2000 bem como o problema da defasagem dos benefícios recebidos pelos (as) seus (uas) trabalhadores (as) **IV)** A situação dos trabalhadores (as) da F. ITESP só não se agravou, ainda mais, devido à capacidade de luta e de organização desta categoria, liderada pela Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” [AFITESP].

Neste mesmo capítulo I, falaremos também da metodologia, ou seja, da forma de abordagem do problema a ser investigado, onde ficaremos sabendo que utilizamos de uma pesquisa quali-quantitativa, através da elaboração e aplicação de um questionário estruturado

[anexo I] junto aos trabalhadores (as) da F. ITESP que, tem por objetivo, a priori, levantar dados socioeconômicos [renda, família], a sua qualidade de vida [prática de esporte, lazer, saúde, bem estar, sonhos ou perspectivas de vida], sua formação educacional [básica, capacitação em serviço, especialização], sobre a sua identidade profissional, as condições de trabalho, salário, benefícios e carreira [nível de satisfação, envolvimento, compromisso político com os beneficiários, assiduidade e evolução profissional] para verificar, primeiro, se procede nossa hipótese de trabalho, a partir dos indícios apontados, de que foi deflagrado um processo de precarização do trabalho na F. ITESP desde sua criação e que, com o passar dos anos, tal processo se tornou mais intenso, sub-reptício e rebuscado. A mesma se fará com uma amostra estratificada aleatória total de 10% dos trabalhadores (as) da F. ITESP dividida nas categorias de estrato de cargos, perfis, ano de contratação, de tempo e local de serviço. Como trabalharemos com uma amostra estratificada de 10% dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, nós pretendemos entrevistar 24 técnicos, 22 analistas, 04 auxiliares, 03 práticos, 01 motorista e 02 advogados. Tomaremos como base os dados referentes ao mês de abril de 2012, quando a F. ITESP contava com 589 trabalhadores (as) públicos, divididos em 217 analistas, 36,84% dos trabalhadores (as) – nas suas mais diversas funções, tais como, 140 de desenvolvimento agrário, 44 de desenvolvimento fundiário, 31 de gestão organizacional e 02 de informática - ; 40 auxiliares, sendo 07 de desenvolvimento e 33 de gestão organizacional; 35 práticos de desenvolvimento; 11 motoristas; 10 advogados e 239 técnicos, 40,57% dos trabalhadores (as) – divididos também em seus mais diversos cargos, a saber, 94 de desenvolvimento agrário, 77 de desenvolvimento fundiário, 62 de gestão organizacional e 06 de informática, lotados nos grupos técnicos da sede e nos grupos técnicos de campo da F. ITESP em todo o Estado de São Paulo, perfazendo um total de 552 trabalhadores (as) públicos, uma vez que descartaremos os 37 atuais ocupantes de cargos de livre provimento, ou de confiança, a saber, os Gerentes, Assistentes Técnicos de Diretoria Adjunta, Assessores Chefes, Assessores de Direção, Assessores Técnicos, Ouvidor, Diretores Adjuntos, Diretor Executivo, Coordenadores Regionais e Chefe de Gabinete.

E, finalmente, neste primeiro capítulo, demonstraremos quem são os sujeitos da nossa investigação científica.

No capítulo II, procuraremos fazer as discussões que dão amparo ou suporte teórico à nossa pesquisa, como a questão da centralidade ou não do trabalho na sociedade atual, talvez sem a devida profundidade que ela mereça, uma vez que a categoria trabalho ocupa um espaço fundamental em nosso trabalho; os conceitos de homem que vive do trabalho ou da classe que vive do trabalho como aqueles que garantem a continuidade da centralidade da

categoria trabalho nas análises da sociedade na atualidade, mas, principalmente, aquelas que se refere à questão da precarização social do trabalho tanto no sentido amplo, comumente utilizado pela sociologia, como no sentido específico do termo, por nós aplicado junto aos (às) trabalhadores (as) da F. ITESP.

No capítulo III, abordaremos a situação da categoria de trabalhadores (as) da F. ITESP na primeira década do séc. XXI, através da leitura interpretativa dos plebiscitos, no caso, os dois primeiros, de 2010 e 2011, para no final deste capítulo – após a análise da situação destes (as) trabalhadores (as), através desta tecnologia social de participação política implementada pela AFITESP, como uma maneira inovadora de definição dos rumos da sua atuação no combate direto à precarização do trabalho – chegarmos, enfim, à construção dos indicadores da referida precarização do trabalho, no interior da F. ITESP.

No capítulo IV, procederemos a análise da pesquisa ao percorrermos as respostas tabuladas das 85 questões, desdobradas nas 153 variáveis, englobando tanto as frequências estatísticas quanto as questões abertas e, na medida da necessidade da pesquisa, recorreremos às respostas do 3º Plebiscito realizado pela AFITESP, no ano de 2013, para complementar as respostas da pesquisa e, até mesmo, para suprir as eventuais lacunas deixadas pela pesquisa. Para tanto, tivemos que visitar as 187 (CXLLLVII) tabelas elencadas no apêndice C da presente pesquisa.

Nas considerações finais nos ateremos principalmente naqueles aspectos que, no nosso crivo, confirmaram a hipótese da precarização do trabalho na F. ITESP, especialmente, a questão da anulação do Concurso de 2000, da defasagem salarial ao longo dos anos, da ausência da implantação do PCCS, aprovado quando do ingresso dos (as) trabalhadores na F. ITESP bem como em relação à ausência da correção adequada dos benefícios recebidos por estes (as) trabalhadores (as).

2 CAPÍTULO I PROBLEMA, HIPÓTESES, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS, METODOLOGIAS E OS SUJEITOS DA PESQUISA

2.1 Problema

Como se deram e quais as características específicas dos processos de precarização do trabalho no interior da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – F. ITESP – na primeira década do século XXI, do seu funcionamento efetivo?

2.2 Hipóteses

- I) Os processos de precarização do trabalho na F. ITESP, com suas especificidades, foram os grandes responsáveis pela saída em massa dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP;
- II) A alta rotatividade de trabalhadores (as), somada a defasagem permanente no quadro de trabalhadores (as) da F. ITESP, fez com que as políticas públicas desenvolvidas, no início das atividades da F. ITESP, fossem interrompidas ou, no mínimo, perdessem sua efetividade de outrora;
- III) As grandes causas da precarização do trabalho no interior da F. ITESP são, a saber, a questão da ausência da correção das perdas salariais integrais, da inexistência de uma carreira pública, da anulação do Concurso de 2000 bem como o problema da defasagem dos benefícios recebidos pelos (as) seus (uas) trabalhadores (as);
- IV) A situação dos trabalhadores (as) da F. ITESP só não se agravou, ainda mais, devido à capacidade de luta e de organização desta categoria, liderada pela Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” [AFITESP].

2.3 Justificativas

A presente pesquisa se justifica tendo em vista que, mesmo sendo uma Fundação Pública, gestada no auge do neoliberalismo econômico, final dos anos 90, a década neoliberal,

conforme nos ensina Alves e Palmela (2011), portanto, já desenhada nos contornos da nova Reengenharia ou Reestruturação do Estado, assim comumente definida,

(...) a começar pela restrição, ao estritamente essencial, de sua [Estado] interferência nas áreas da produção, do trabalho e do mercado, e pela expansão, ao limite da competência, de seu apoio à livre iniciativa, sempre buscando eliminar da administração pública a burocracia desnecessária, que é encarecedora de custos, protelatória de resultados e estimuladora de corrupção. (SOUZA, 2006, p. 04).

A F. ITESP experimentou, segundo uma de nossas hipóteses, um processo de precarização do trabalho, ou ainda, se quisermos melhor situar historicamente a criação da F. ITESP, segundo a visão de Alves (2012), ela se deu, então, dentro do contexto do “capitalismo global ou manipulatório”, “sob o espírito do toyotismo” nos “trinta anos perversos (1980-2010)”, mais especificamente, no bojo da “(...) Terceira Revolução Industrial ou molecular-digital em combinação com o movimento da mundialização do capital (...)” nas palavras de Oliveira (2003, p. 135).

No Estado de São Paulo, a Reengenharia do Estado, foi praticada pelos sucessivos governos do Partido da Social Democracia Brasileira [PSDB] (HIDAKA, 2011) –, portanto, a F. ITESP não escapa de sofrer as mesmas consequências da precarização do trabalho que atingira os demais serviços públicos como um todo, mesmo aqueles que são considerados serviços essenciais, como os que se ocupam a F. ITESP – a Reforma Agrária das terras públicas [devolutas] do Estado de São Paulo, a Regularização Fundiária Urbana, a Identificação, o Reconhecimento e a Titulação das Comunidades Remanescentes de Quilombo, a Assistência Técnica e Extensão Rural [ATER] nas áreas estaduais e federais da reforma agrária e a Titulação de Posseiros.

Procurar explicitar e caracterizar como se deu as especificidades dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP é importante porque nos permitirá compreender as causas da deserção de 530 trabalhadores (as) desta, de julho de 2001 até abril de 2012, as motivações que fizeram com que outros tantos, 587 trabalhadores (as), nela permanecessem, apesar das condições adversas e como essa condição precária de trabalho como um todo, impactou no cumprimento da missão institucional da F. ITESP junto aos seus públicos beneficiários, a saber, os assentados da Reforma Agrária, as Comunidades Remanescentes de Quilombo, os beneficiários paulistas do atual Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF – antigo Banco da Terra – e os posseiros – sempre a partir da visão dos trabalhadores (as) da F. ITESP.

Procurar-se-á, inicialmente, compreender o referidos processos de precarização do trabalho na F. ITESP de maneira indiciária, ou seja, buscar-se-á produzir um conhecimento lendo e interpretando os sinais, as pistas e os indícios. Como nos diz Carlo Ginzburg, “(...) Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.” (1989, p. 177).

2.4 Objetivos

2.4.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa tem como objetivo analisar e caracterizar o processo de precarização do trabalho na FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” [F. ITESP], uma Fundação estadual de direito público, com um quadro total de 736 servidores, criada – de fato e de direito no ano de 1999¹, portanto, muito recente, do ponto de vista histórico – com a finalidade específica de lidar com as políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo e que tem passado por um intenso processo de precarização do trabalho, desde a realização do seu primeiro concurso – ocorrido no ano de 2000², mas que só teve a contratação dos seus (uas) trabalhadores (as) a partir de 02 de julho de 2001 – até o mês de julho de 2011, portanto, exatamente, em uma década da sua existência.

2.4.2 Objetivos Específicos

2.4.2.1 Analisar e caracterizar as especificidades do processo de precarização do trabalho no interior F. ITESP, através da sua política interna de recursos humanos e como isso impactou diretamente a vida dos trabalhadores (as) públicos que, apesar da precarização do seu trabalho, permaneceram trabalhando na F. ITESP.

¹Lei nº 10.207, de 08/01/1999 – Cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" – ITESP. Decreto nº 44.294 de 04/10/1999 – Regulamenta a Lei nº 10.207/99 (DOE-I 05/10/99, p. 1-2).

²Autorizado pelo Governador do Estado em 04/12/2000, para provimento de cargos relacionados no Decreto nº 45.508/2000 e em conformidade com o estabelecido no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da F. ITESP.

2.4.2.2 Demonstrar como esse processo de precarização do trabalho influenciou, diretamente e de maneira peculiar, no êxodo de um número expressivo de trabalhadores (as) públicos (as) da F. ITESP, durante a primeira década de seu funcionamento efetivo. Só para que se tenha uma ideia do tamanho da fuga dos trabalhadores (as) na F. ITESP, na data de 30 de setembro de 2011, dos 1.490 convocados pelo Concurso de 2000, restavam apenas 504 trabalhadores (as) em exercício [em 2013, já eram apenas 469 trabalhadores (as)], ou seja, 33,8% dos que prestaram e foram aprovados no referido concurso bem como apenas 87 trabalhadores (as) em exercício, dos 403 convocados pelo Concurso de 2008 da F. ITESP, ou seja, 21,6% daqueles que prestaram e foram aprovados neste último concurso da F. ITESP. Se considerarmos, ainda, 12 ocupantes de cargo de confiança, a F. ITESP contava, nesta data, com um total de 603 trabalhadores (as), ou seja, havia uma defasagem de 133 trabalhadores (as) em seu quadro funcional³;

2.4.2.3 Explicitar qual (is) a (s) forma (s) que os (as) trabalhadores (as) públicos da F. ITESP encontraram para resistir ao processo de precarização do seu universo de trabalho;

2.4.2.4 Buscar construir indicadores específicos dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP durante os 10 primeiros anos de sua existência, além daqueles que, numa rápida e panorâmica análise, já podemos identificá-los de imediato.

2.5 Metodologias

Partimos da compreensão que metodologia é:

(...) o conjunto de processos ou operações mentais que se deve empregar na investigação, [ou seja,] (...) a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa, [ou ainda] (...) o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. (SILVA, 2004, p. 14).

Na presente pesquisa nós lançaremos mão das seguintes abordagens e procedimentos técnicos metodológicos, a saber:

2.5.1 Os Métodos de Abordagem

³Dados obtidos juntos à Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – AFITESP.

Quanto à forma de abordagem do problema a ser investigado, utilizaremos de uma pesquisa qualiquantitativa, através da elaboração e aplicação de um questionário estruturado junto aos trabalhadores (as) da F. ITESP que tem por objetivo, a priori, levantar dados socioeconômicos [renda, família], sobre a sua identidade profissional, a sua qualidade de vida [prática de esporte, lazer, saúde, bem estar, sonhos ou perspectivas de vida], as condições de trabalho, salário, benefícios e de carreira [nível de satisfação, envolvimento, assiduidade, evolução funcional] sua formação educacional [básica, capacitação em serviço, especialização] para verificar, primeiro, se procede nossa hipótese de trabalho, a partir dos indícios aferidos anteriormente através de uma série de dados, de que foi deflagrado um processo de precarização do trabalho na F. ITESP desde sua criação e que, com o passar dos anos, tal processo se tornou mais intenso, sub-reptício e rebuscado.

2.5. 2 Os Métodos de Procedimentos Técnicos

Utilizar-se-á, como de praxe, da Pesquisa Bibliográfica elaborada a partir de material já publicado, principalmente sobre a temática da precarização social do trabalho, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e com material disponibilizado na Internet. Outra técnica a ser utilizada será a Pesquisa Documental a partir de materiais fornecidos pela F. ITESP e pela AFITESP que, ainda não receberam um tratamento analítico. A pesquisa e os participantes – trabalhadores (as) públicos da F. ITESP – representativos dessa situação ou do problema, dependendo de como se queira denominar, estarão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Segundo González Rey, “A comunicação será a via em que os participantes de uma pesquisa se converterão em sujeitos, implicando-se no problema pesquisado a partir dos seus interesses, desejos e contradições. (...)”. (2005, p. 14).

Ele vai mais além ao afirmar que:

(...) A pessoa que participa da pesquisa não se expressará por causa da pressão de uma exigência instrumental externa a ela, mas por causa de uma necessidade pessoal que se desenvolverá, crescentemente, no próprio espaço de pesquisa, por meio dos diferentes sistemas de relação constituídos nesse processo. (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 15).

Procederemos, então, no primeiro momento, a esta pesquisa quantitativa, que consistirá na aplicação de um questionário com uma amostra estratificada aleatória total de 10% dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, dividida nas categorias de estrato de cargos,

a saber, Analistas, Auxiliares, Práticos, Motoristas, Técnicos e Advogados e de tempo de serviço – uma vez que, mesmo a F. ITESP sendo muito recente do ponto de vista histórico, a maioria dos trabalhadores (as) públicos que nela ingressaram através do concurso de 2000, é oriunda das instituições que a antecederam no tempo como o Instituto de Assuntos Fundiários – IAF – de 1983, a Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários – SEAF – de 1986, que incorporou o IAF e o Plano Diretor de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira – Masterplan -, a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários – SAF -, de 1987, dos Departamentos de Assentamento Fundiário – DAF – e de Regularização Fundiária – DRF -, que se tornaram sucessores do IAF e Grupo Executivo de Ação Fundiária – GEAF -, criado neste mesmo ano e, por último, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP -, de 1991⁴.

A maneira que encontramos para identificar e selecionar os trabalhadores (as) no estrato de tempo de serviço na área agrária e fundiária da F. ITESP será de acordo com o seu nível, ou seja, quanto maior o nível, maior será o seu tempo de serviço na área agrária e fundiária, ainda que a contagem deste se desse fora da F. ITESP, nos órgãos supracitados que a precederam.

Utilizaremos dos dados referentes ao mês de abril de 2012, quando a F. ITESP contava com **589 trabalhadores (as) públicos**, divididos em **217 analistas**, 36,84% dos trabalhadores (as), nas suas mais diversas funções, tais como, 140 de desenvolvimento agrário, 44 de desenvolvimento fundiário, 31 de gestão organizacional e 02 de informática; **40 auxiliares**, sendo **07** de desenvolvimento e 33 de gestão organizacional; **35 práticos** de desenvolvimento; **11 motoristas**; **10 advogados** e **239 técnicos**, 40,57% dos trabalhadores (as), divididos também em suas mais diversas funções, a saber, 94 de desenvolvimento agrário, 77 de desenvolvimento fundiário, 62 de gestão organizacional e 06 de informática, lotados na sede e nos grupos técnicos de campo da F. ITESP em todo o Estado de São Paulo, perfaz-se um total de 552 trabalhadores (as) públicos, uma vez que descartaremos os 37 atuais ocupantes de cargos de livre provimento, ou de confiança, a saber, os Gerentes, Assistentes Técnicos de Diretoria Adjunta, Assessores Chefes, Assessores de Direção, Assessores Técnicos, Ouvidor, Diretores Adjuntos, Diretor Executivo, Coordenadores Regionais e Chefe de Gabinete.

Fizemos a opção por descartá-los da pesquisa com base no que nos diz Linhart (2007):

Certamente, o coletivo dos gerentes também é constituído a partir de individualidades, levando em conta pessoas com sensibilidades, origens,

⁴Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/instituicao/historico.aspx>. Acesso em 21 de abr. de 2012.

projetos diferentes; mas, oficialmente, são constituídos como grupo solidário, coeso, com base na ideologia, nos interesses e na racionalidade fixados pela empresa. Sua identidade comum é fixada antecipadamente; as regras do jogo são de que toda pessoa que aceita uma função de gerência e de responsabilidade adere ao projeto da empresa, compartilha seus interesses e se identifica com sua cultura, assim como com sua racionalidade. (2007, p. 24).

Como trabalharemos com uma amostra estratificada de 10% dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, nós entrevistaremos 24 técnicos [10 de desenvolvimento agrário, 07 de desenvolvimento fundiário, 06 de gestão organizacional e 01 de informática]; 22 analistas [sendo 14 de desenvolvimento agrário, 04 de desenvolvimento fundiário e 03 de gestão organizacional e 01 de informática]; 04 auxiliares [03 de gestão organizacional e 01 de desenvolvimento], 04 práticos [01 da letra B e 03 da letra C, uma vez que todos são do nível III], 02 motoristas [01 do nível III e 01 do nível I] e 02 advogados, sendo 01 do nível I e 01 do nível V.

Trabalhar-se-á com a categoria de estrato, o local de exercício do cargo do trabalhador da F. ITESP. Temos 166 deles lotados na Sede, em São Paulo, 18 em Andradina, 18 em Araraquara, 10 em Araras, 09 em Bebedouro, 30 em Capão Bonito, 12 em Eldorado Paulista, 06 em Euclides da Cunha Paulista, 01 em Iaras, 08 em Itapeva, 05 em Martinópolis, 39 em Mirante do Paranapanema, 72 em Pariquera-Açu, 10 em Presidente Bernardes, 08 em Presidente Epitácio, 21 em Presidente Venceslau, 19 em Promissão, 55 em Presidente Prudente, 13 em Rosana, 27 em Sorocaba, 21 em Taubaté, 19 em Teodoro Sampaio e 02 em Ubatuba.

A ideia então é focar as entrevistas entre as três maiores concentrações de trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, a saber, na Sede, em São Paulo, na região do Vale do Ribeira – Pariquera-Açu e Eldorado Paulista – e na região do Pontal do Paranapanema – Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Presidente Prudente, Rosana e Teodoro Sampaio, englobando um universo de 426 dos atuais 589 trabalhadores (as) públicos.

Importante ressaltar que o recorte histórico, 2001-2011 – uma década de contrato entre a F. ITESP e os trabalhadores (as) públicos que nela atuam – não será algo rígido, mas apenas um recorte de foco, pode-se retroagir a 2001 e ir além de 2011, sempre que isso for importante para analisarmos a dinâmica e, a partir daí, caracterizar o fenômeno da precarização do trabalho na F. ITESP bem como o processo de resistência a este fenômeno deflagrado pelos trabalhadores (as) da F. ITESP.

2.5.3 O Fazer Prático da Pesquisa .

Primeiramente fizemos uma classificação aleatória – ordem alfabética dos cargos e, em seguida, dos níveis, perfis e nomes dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP – em planilha Excel, do universo dos trabalhadores (as) contratados nos anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006⁵. A ideia primeira era nos atermos àqueles (as) trabalhadores (as) que assinaram seus contratos em 02 de julho de 2001 com a Fundação ITESP, ou seja, os primeiros convocados do Concurso de 2000, mas quando fomos para a pesquisa de campo, percebemos que a adesão destes tinha sido muito incipiente, talvez porque os remanescentes deste primeiro contrato, por se encontrarem acima do nível I, em sua maioria, não sentissem na pele, os mesmos efeitos da precarização do que aqueles (as) que se encontravam no nível I, os assim denominados “sem experiência”, pelo edital do referido Concurso, foi quando resolvemos, então, açambarcarmos na pesquisa, todos (as) trabalhadores (as) contratados (as) através do primeiro concurso em seus diferentes anos de contratação⁶, até o esgotamento final das chamadas do referido Concurso de 2000.

Isto feito, enviamos um comunicador interno da F. ITESP⁷ a partir de Taubaté, no dia 22 de abril de 2013, perguntando se o mesmos teriam disposição para responder ao questionário com 85 questões;

⁵Neste ano foram incorporados, ainda, dois trabalhadores, oriundos do Concurso de 2000, à F. ITESP, por força de decisão judicial, uma vez que a validade do Concurso Público é de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos, portanto, a validade deste Concurso vencera no ano de 2005. Tentamos que os dois respondessem nosso questionário, um respondeu, o outro não, talvez por ocupar o cargo de advogado atualmente na F. ITESP, um daqueles que faz a defesa da instituição.

⁶Apenas troquei essa parte do Comunicador anterior “(...) Trata-se de uma amostra de 20% dos (as) 346 trabalhadores (as) da F. ITESP que ingressaram na F. ITESP na data de 02-07-2001 e que ainda se encontram ativos na F. ITESP (...) e reenviei a mesma mensagem para os representantes, na amostra, dos outros 123 que não tinham recebido e que também faziam parte do Concurso de 2000, apenas tinham sido contratados em datas e anos posteriores a 02 de julho de 2001, com a única alteração “(...) dos (as) 469 trabalhadores (as) da F. ITESP que ingressaram na F. ITESP através do 1º Concurso e (...)” 20 de maio de 2013.

⁷“Olá, bom dia, tudo bem (nome do [a] selecionado [a] pela amostra)? Estou fazendo uma pesquisa para minha dissertação de mestrado pela Universidade Federal de Itajubá – MG e gostaria de saber se você pode responder a uma pesquisa. Ela é um pouco extensa, tem 85 questões. Trata-se de uma amostra de 20% dos (as) 346 trabalhadores (as) da F. ITESP que ingressaram na F. ITESP na data de 02-07-2001 e que ainda se encontram ativos na F. ITESP. Se você tiver essa disposição, posso envia-la pelo malote? No caso, você me devolveria da mesma forma. Tudo bem? Fico no aguardo de uma resposta sua. Caso prefira, pode me ligar no TIM 12 8150-6799. Desde já agradeço sua colaboração! Um abraço! Atenciosamente, Otávio Cândido da Silva Júnior. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – PPG – DtecS – do Instituto de Engenharia de Produção e Gestão – IEPG – da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI. Área de Concentração: Organizações, Trabalho e Tecnologias. Orientador: Prof. Dr. Adilson da Silva Mello. Matrícula nº 25.937”. 22/04/2013 às 10h43min.

Após recebermos a resposta positiva do (a) trabalhador (a) através desta ferramenta de comunicação, procedemos, então, a entrega do questionário, seja pessoalmente, no caso da Sede da F. ITESP, em São Paulo, e do GTC de Taubaté, ou via malote institucional, no caso das demais cidades do interior, sedes dos GTC's da F. ITESP;

Enviamos o referido comunicador para 121 trabalhadores (as) selecionados (as) para a mostra, três trabalhadoras responderam negativamente, *“Otávio peço desculpa, sinto que terei dificuldade em responder as (sic) perguntas, gostaria que me entendesse e não é má vontade”* A. S. S. *“Boa tarde, Otávio! Nossa, desculpe-me, mas não poderei ajuda-lo... 85 questões... sem chance!!! Agradeço pelo convite, mas dessa vez ficarei devendo, ok?”* F. R. C. *“Bom dia! Não quero que fique chateado comigo, mas infelizmente não dá, estou sem tempo. Abraços!”* S. M. R. e recebi a anuência de 73 trabalhadores (as) também através da ferramenta digital de comunicação da F. ITESP, “o Comunicador”, destes, todos receberam o questionário, 48 trabalhadores (as) não retornaram o comunicador, seja porque não o leram, seja porque o leram extemporaneamente ou porque simplesmente o ignoraram, por não quererem responder à pesquisa. Daqueles (as) que receberam o questionário, 50 trabalhadores (as) o devolveram devidamente respondido, apenas um se recusou a respondê-lo, por considerar que havia muitas questões de caráter privado. Acreditamos que devido a extensão do questionário e às distâncias geográficas, a devolução dos questionários demorou mais – 30 dias em média – do que o previsto – 15 dias em média.

A tabulação dos questionários foi realizada pela ferramenta IBM SPSS Statistics Editor de Dados, com todas dificuldades, uma vez que a desconhecíamos por completo, o que nos obrigou a buscar tutorial na Internet, fazer um curso específico na UEMG, campus de Poços de Caldas, oferecido pelo PPG em DTecS bem como pedir auxílio para os colegas que tinham travado algum tipo de experiência com esta ferramenta de análise quantitativa de dados, e, também, porque a confecção do questionário foi feita fora desta ferramenta e, somente após a coleta dos dados, que fomos colocá-los na mesma, o que nos obrigou a proceder várias adaptações. Foi quando nos demos conta que as 85 questões do questionário, desdobraram-se em 153 variáveis para serem analisadas que tiveram de ser lançadas uma a uma na ferramenta. Na sequência, as 85 respostas de cada questionário, transformada em 153 variáveis, eram lançadas uma a uma no SPSS, o que representou, na prática, 7.497 lançamentos, com o agravante de que, nas questões abertas, o SPSS suporta apenas 120 caracteres, o que nos obrigava a sistematizar essas respostas completas no Word, apenas os 120 caracteres permaneciam no banco de dados do SPSS.

Após a tabulação dos dados partimos, então, para a elaboração dos gráficos e tabelas que eram geradas pelo próprio SPSS, mas tudo em inglês, o que nos obrigou, para inseri-las no Word, após a extração das mesmas da ferramenta SPSS, a ter que traduzi-las, uma a uma, das 153 tabelas que estão anexas nesta dissertação.

A análise dos dados procurou, nos limites impostos pela realidade da pesquisa, estabelecer as frequências estatísticas das respostas, quando estas permitiam e, quando não as permitiam, seja porque tratava-se de questões abertas ou porque as respostas fugiam das alternativas colocadas pelas questões da pesquisa, procuramos proceder a uma análise qualitativa das mesmas. Buscamos cotejar, na medida do possível, os resultados da pesquisa com os resultados do 3º Plebiscito realizado pela AFITESP com os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, pelo fato do mesmo também ter sido elaborado e conduzido por nós, na mesma ferramenta, o SPSS, e ter sido, sua aplicação, no segundo semestre de 2013, posterior à realização da nossa pesquisa bem como ter perscrutado um número muito mais significativo de trabalhadores (as) da F. ITESP do que a nossa pesquisa, até porque tinham objetivos e pretensões diferenciadas.

2.6 Os Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com trabalhadores (as) dos Grupos Técnicos da Sede e do Campo da F. ITESP, lotados, respectivamente, nas cidades de São Paulo, Araraquara, Andradina, Araras, Bebedouro, Capão Bonito, Eldorado Paulista, Euclides da Cunha Paulista, Iaras, Itapeva, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Pariquera-Açu, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Promissão, Rosana, Sorocaba, Taubaté, Teodoro Sampaio e Ubatuba, que ingressaram na F. ITESP, através do Concurso de 2000, o seu primeiro concurso, promovido pela FGV-SP e que há época da pesquisa, primeiro semestre de 2013, somavam 469 trabalhadores (as) espalhados (as) em todos os GT's da Sede e Campo supra citados.

3 CAPÍTULO II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A questão do trabalho.

Na presente pesquisa adotamos uma das significações do termo trabalho, qual seja, aquela “(...) de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável.” (ALBORNOZ, 1994, p. 12). Portanto, consciente de que se trata de uma visão negativa do trabalho, muito embasada na etimologia latina da palavra, *tripalium*, que “(...) se liga [a]o verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa justamente ‘torturar’.” (ALBORNOZ, 1994, p. 13), aquele trabalho que não tem nada de lúdico, que separa o produtor do consumidor e, por esse motivo, trata-se de um trabalho alienado ou ‘estranhado’ que, sob a égide do capitalismo, o transforma, ainda, numa mercadoria, que numa relação de compra e venda assimétrica, o capital pratica um subpreço através da mais valia, seja a absoluta ou a relativa, nas palavras de Marx. Em que pese o entendimento de alguns autores de que

É por meio da ação produtiva que o homem humaniza a natureza e a si mesmo. O processo de produção e reprodução da vida através do *trabalho* é, para Marx, a atividade humana básica, a partir da qual se constitui a “história dos homens”, é para ele que se volta o *materialismo histórico*, método de análise da vida econômica, social, política, intelectual. (QUINTANEIRO, 2009, p. 33).

Ainda que Marx “desde 1844, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, ao tratar do trabalho estranhado / alienado, [...] não hesitou em dizer que, se pudesse, o trabalhador fugiria do trabalho como se foge de uma peste. [...] uma concepção claramente negativa do trabalho sob o capital” (ANTUNES, 2005, p. 25).

Importante ressaltar aqui também que temos a clareza, até porque nos enveredamos pelo campo do conhecimento da sociologia, que quando lidamos com a temática do trabalho, estamos nos referindo à divisão social do trabalho propriamente dita.

3.2 A Centralidade do Trabalho em Questão.

De um lado ‘da trincheira teórica’ nós temos uma série de autores que advogam o fim da categoria explicativa trabalho que dê conta da diversidade e multiplicidade do trabalho em nossa sociedade atual, como Gorz (1982), com seu *Adeus ao Proletariado*, Offe (1989a) com

seu *Trabalho como categoria sociológica fundamental?*, Mises e Hayek, estes dois últimos da escola austríaca defensora da “teoria econômica da utilidade marginal” (DOMINGUES, 2005, p. 78-79) e Habermas que substitui “(...) a prevalência da esfera da razão instrumental dada pelo trabalho assalariado que cria o capital para a esfera da razão comunicativa, pela esfera da intersubjetividade. (...)” (ANTUNES, 2005, p. 23), além de outros autores como Méda⁸ com o seu *Trabalho: um valor em desaparecimento*, Rifkin (1995) com seu *O fim dos empregos*, Kurz (1993; 1997) com o seus *O colapso da modernização* e *Os últimos combates*. Do outro da trincheira teórica temos os “heróis da resistência” que ainda defendem a centralidade do trabalho enquanto categoria explicativa da sociedade atual, cujo maior expoente é Castel (2010) com seu *As metamorfoses da questão social*, Gorender (1999) com seu *Marxismo sem utopia* além dos autores considerados por nós, inspiradores para a realização desta pesquisa, Antunes (2011) com seu *Adeus ao Trabalho?* e Alves (2011) com o seu *Trabalho e Subjetividade*.

3.3 A Precarização Social do Trabalho.

Na presente pesquisa adotaremos o conceito de Precarização Social do Trabalho,

(...) compreendida como um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e re-configura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais, marcados pela inevitabilidade e inexorabilidade de um processo mundial de precarização. (DRUCK, 2012, p. 01).

Mais do que isso,

A precarização do trabalho é um complexo processo que articula os aspectos social, econômico e político da vida humana, afetando a vida no trabalho e fora dele. Diz respeito ao aumento e a intensificação da força de trabalho que se estrutura em bases cada vez mais desregulamentadas. Existe um processo de perda de estabilidade e da exploração do trabalho, em que há cada vez menos contratos de trabalho formal, tornando as relações de trabalho indefinidas e caracterizadas por um vínculo instável, flexível e frágil, portanto, com perda de direitos, adoecimentos de toda ordem e enfraquecimento das organizações coletivas, conforme mostram Antunes

⁸MÉDA, Dominique. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris, Aubier, 1995. (ANTUNES, 2005, 24).

(2006, 2007 e 2008); Druck e Franco (2007, 2008); Thebaud-Mony e Druck (2007). (MENEZES, 2010, p. 163).

Partimos para esta pesquisa já ciente da mesma constatação de Alves e Palmela que

(...) os trabalhadores públicos são invisíveis à investigação sociológica crítica. Por exemplo, no campo marxista no Brasil, existe [m] poucos – ou nenhum – estudo [s] sociológico [s] mais recente [s] sobre o trabalho e sindicalismo de trabalhadores públicos. (2011, p. 43).

Ou, ainda, em relação à precarização do trabalho, segundo os mesmos autores Alves e Palmela “(...) Na medida em que os trabalhadores (as) públicos não são trabalhadores (as) produtivos de valor, saem do campo de preocupação analítica dos marxistas convencionais (...)”. (2011, p. 43).

Inclusos nesta categoria, os trabalhadores (as) públicos são considerados,

“(...) também (...) trabalhadores improdutivos, cujos trabalhos não criam diretamente mais valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

O conceito de trabalho improdutivo assume importância para nossa pesquisa uma vez que os sujeitos do nosso trabalho são classificados como improdutivos, nas diferentes taxonomias do trabalho realizada pela sociologia. Por isso, resolvemos adotar uma definição e deixar claro que para nós,

O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviço, bancos, comércio, turismo, serviços públicos, etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor. (ANTUNES, 2009, p. 102)

Neste ponto gostaríamos de problematizar um pouco essa questão. É fato que o trabalhador público não gera, pelo seu trabalho, a tradicional mais-valia, seja a relativa ou a absoluta. Mas ele não somente produz serviços de usos públicos ou privados, ele produz também capital político, no momento em que auxilia na formulação e ou implantação de uma política pública de referência. Quando um administrador público inescrupuloso atenta diretamente contra um dos princípios mais fundamentais da administração pública, que é o da impessoalidade, ele utiliza-se desse capital político pra si e ou em seu benefício. Neste caso, se tem todo um corpo de trabalhadores (as) de um órgão público, ainda que indiretamente, trabalhando para a promoção pessoal de um diretor executivo de uma fundação pública, por exemplo. Poderia, neste caso, se falar em mais-valia política? Não temos essa resposta, mas entendemos ser necessário buscá-la. Nem tão pouco queremos aqui desvirtuar o sentido

originário do conceito de mais-valia em Marx, apenas insistimos na ideia de que o trabalhador público produz valor sim, pode até não ser material, de um modo geral, mas no caso particular da F. ITESP, até existe trabalho imaterial ou não-material, na melhor tradução marxiana⁹, principalmente na Diretoria em que nós atuamos, a DAFPPI, mas, nas demais Diretorias, o trabalho material salta aos olhos, como é o caso da DAPD, a DARF e a DAAF para ficarmos apenas e tão somente nestas. Isso é tão verdadeiro que um dos itens da pauta de reivindicação¹⁰ que a AFITESP apresentada anualmente à Diretoria Executiva da F. ITESP e à SJDC trata-se do pagamento da PLR da F. ITESP, uma vez que esta dispõe de recursos próprios ou receitas próprias, assim denominada fonte 04, em seu orçamento, advindos (as), dentre outras fontes, como de contratos firmados com as prefeituras para se fazer a regularização fundiária urbana, além daqueles (as) que são repassados (as) pelo orçamento do Estado de São Paulo, que atualmente gira em torno de 70 milhões de reais ao ano. Portanto, resta-nos investigar quem fica com o sobrevalor do trabalho gerado por estes trabalhadores? De uma coisa temos certeza, os cidadãos e cidadãs que não são, pelo menos diretamente. Como vivemos numa democracia representativa, adotamos como hipótese a ser investigada futuramente, que quem se apropria indebitamente desse sobrevalor, produzido pelos (as) trabalhadores (as) públicos, são os ‘representantes do povo’ e / ou seus indicados aos cargos de livre provimento, através das verbas de representação, diárias, superfaturamento de obras e serviços, nepotismo, aparelhamento político partidário da máquina pública, propaganda personalista travestida de prestação de contas públicas, enfim, de toda forma de corrupção, explícita ou implícita, enraizada no aparelho do Estado.

Ainda numa visão geral da precarização, Braga (2012) afirma:

Ao contrário, entendemos que em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é constitutiva da relação salarial. (...) Na realidade, ele [precariado] é a própria condição da existência do salariado (...). (2012, p. 17).

Tal ideia também é corroborada por Cocco (2012) quando diz que:

⁹“Nas traduções das obras de Karl Marx, em vez do termo imaterial, encontramos o termo não-material. Por hora, as expressões trabalho imaterial e trabalho não-material estão sendo usadas em sentidos equivalentes, referindo-se ao tipo de trabalho que não gera, necessariamente, um resultado palpável, um objeto”. (SANTOS, 2012, p. 136).

¹⁰Cf. ANEXO B: Pauta de reivindicação dos (as) servidores (as) da Fundação Itesp aprovada na assembleia de 09 de fevereiro de 2011 e apresentada à Diretoria Executiva da F. ITESP.

(...) aparecem novas contradições, novas lutas e novos direitos: por um lado, todo mundo é incluído e explorado o tempo todo e, pelo outro, essa mobilização produtiva se faz mantendo a precariedade dos que estavam fora do mercado formal do emprego e levando aqueles que estão dentro da relação salarial a uma precariedade crescente, inclusive de tipo subjetivo. (...). (2012, p. 53).

Enfim, existe uma lacuna teórica em relação à discussão da precarização do trabalho em face aos (às) trabalhadores (as) públicos e, para tentar saná-la, iremos buscar na Sociologia das Ausências e Emergências de Santos (2002a) um dos suportes teóricos da pesquisa, ou ainda, como diz este mesmo autor:

A afirmação fundamental do pensamento crítico consiste na asserção de que a realidade não se reduz ao que existe. A realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas (Santos, 2000: 23). (2002a, p. 25).

Podemos, ainda, nos ancorar, nessa mesma linha de propósito da pesquisa, no método de investigação antropológica “da implicação e explicitação” de Blondel, assim resumido por Mondin, a saber, “(...) Implicar não significa inventar, deduzir; antes significa descobrir aquilo que é já presente, mas não observado, não explicitamente conhecido e formulado.” (2005, p. 18).

Portanto, a presente pesquisa pretende superar a limitação sobre a discussão do processo de precarização do trabalho no serviço público, numa Fundação Pública Paulista, no contexto histórico da transição das transformações no mundo do trabalho – do taylorismo / fordismo para o toyotismo – na década do neoliberalismo para o pós-neoliberalismo, na virada do século XX para o XXI, com as suas especificidades e peculiaridades.

Por toyotismo, temos a mesma compreensão de Hirata, a saber, “(...) divisão menos acentuada do trabalho, integração mais pronunciada de funções, expectativas correspondentes a tais características organizacionais de maior impulso para a formação e re-profissionalização da mão de obra direta.” (1997, p. 25).

Em relação ao conceito de neoliberalismo comungamos do mesmo entendimento de Harvey que, segundo ele, este

(...) se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto. (2011, p. 16).

O colapso das políticas neoliberais de sucateamento dos serviços públicos, no final do século passado e no início deste, somado ao surgimento dos movimentos de contestação do capitalismo global, com o mote de que “Um outro mundo é possível” bem como a vitória de vários governos populares do, assim denominado, campo político da esquerda, na América Latina, incluindo o Brasil, também tiveram importante papel no arrefecimento das diversas tentativas de precarização do trabalho, inclusive no interior da F. ITESP, o que não quer dizer, também, que o referido processo de precarização não tenha tentado se escamotear, travestindo-se de novas roupagens na atualidade.

Temos claro, também, como pressuposto, a exemplo do que nos diz Lopes (2011) que devido a nossa herança cultural histórica de quatro séculos de escravidão, a precarização do trabalho é uma característica que faz parte da nossa formação social e, com certeza, as subjetividades dos (as) trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, também não ficaram imunes às consequências desta herança.

Para além dos importantes aspectos de desvendamento das formas de dominação e exploração implícitas nas diferentes formas de precarização do trabalho, e, por conseguinte, de sua especificação histórica e etnográfica, seria importante também ver os aspectos de subjetivação da experiência de trabalho dos agentes, percebendo também a outra face da dupla verdade do trabalho, a verdade contraditória de sua exploração objetiva e de sua legitimação pelos aspectos identitários e de sociabilidade proporcionados pelo trabalho. (LOPES, 2011, p. 12).

Segundo Silva,

(...) É sob esta perspectiva, de total fragilidade do trabalhador, que podemos compreender, ainda que não aceitar, a lógica da ‘flexibilização’ das leis trabalhistas assim como o estímulo estatal ao aumento e intensificação da exploração do operariado. (2008, p. 09).

Assim, foi no contexto do processo de globalização econômica – do Estado Mínimo, cuja crítica ao Estado do Bem Estar Social – *Welfare State* ou *keynesianismo* – seu antecessor, visto como ineficiente, intervencionista e inoperante, simbolizado pela figura de um elefante -, do “fim das ideologias” – da morte do Socialismo Real, cujo ícone foi a queda do muro de Berlim -, da pós-modernidade – da Revolução Molecular de que nos fala Guattari (1987), ou seja, “da morte ao todo, [e do] viva a partícula” citado por Santos (2004, p. 83), cuja característica maior foi o esfacelamento do sujeito para o fortalecimento do indivíduo, na qual as condições adversas de organização e resistência dos trabalhadores (as) públicos de um modo geral e, em particular, dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, que eles

constituirão sua organização e experimentarão o processo da política de precarização do trabalho.

Fizemos uso do conceito globalização mesmo ciente da advertência feita por Sader,

A palavra globalização é reduitiva. Ela aponta somente para uma das tendências da divisão do trabalho: a da internacionalização. Na realidade prefiro a expressão *nova divisão internacional do trabalho*, porque ela permite incorporar todas as tendências contraditórias desse processo e não apenas uma visão unilateral, que privilegia uma delas. (1997, p. 243)

Enfim, como podemos observar, pelo o que até aqui descrevemos, é que estamos mergulhados no contexto da reestruturação produtiva que, no dizer de Alves possui três dimensões internas à produção capitalista, a saber, inovações tecnológicas, organizacionais e sociometabólicas e mais três dimensões exteriores à produção do capital, a saber,

(...) as inovações econômicas e geoeconômicas (a macroeconomia neoliberal e os novos territórios e espaços do mercado mundial) são importantes elementos compositivos da “totalidade concreta” do novo complexo de reestruturação produtiva; também as inovações político-institucionais (as formas do Estado neoliberal) e as inovações culturais propriamente ditas (o pós-modernismo). Elas compõem o novo bloco histórico no interior do qual emerge o novo complexo de reestruturação produtiva. (2011, p. 41)

No caso específico desta pesquisa nos apropriaremos da ideia de Jameson (1996) sobre o pós-moderno citada por Cocco (2012) segundo o qual não se trata de “(...) uma ideologia cultural ou uma fantasia, mas é uma realidade genuinamente histórica (e socioeconômica), a terceira grande expansão original do capitalismo no mundo”. (2012, p. 40).

De um modo geral,

Os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência etc, também sofreram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da mercadorização, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público. (ANTUNES, 2007, p. 05-06).

Para compreender os processos de subjetivação da precarização do trabalho da F. ITESP buscaremos em González Rey sua fundamentação, principalmente no que se refere ao “caráter construtivo interpretativo” da pesquisa qualitativa.

A Epistemologia Qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta. A realidade é um domínio infinito de campos inter-relacionados independente de nossas práticas; no entanto, quando nos aproximamos desse complexo sistema por meio de nossas práticas, às quais, neste caso, concernem à pesquisa científica, formamos um novo campo de realidade em

que as práticas são inseparáveis dos aspectos sensíveis dessa realidade. (...) *É impossível pensar que temos um acesso ilimitado e direto ao sistema do real, portanto, tal acesso é sempre parcial e limitado a partir de nossas próprias práticas.* (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 05). [g.n]

Desse caráter construtivo interpretativo decorre outro conceito importante que nos apropriaremos para o desenvolvimento da presente pesquisa que é o de “zona de sentido”, entendida,

(...) como aqueles espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão que pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica. (...). (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 06).

3.4 O Homem que vive do Trabalho e / ou a Classe que vive do Trabalho?

Discutir teoricamente sobre o trabalho nos dias de hoje não é tarefa fácil, tendo em vista as mudanças ocorridas no mundo do trabalho promovidas pelo próprio capital que se metamorfoseia para se perpetuar e sobreviver às contradições colocadas pelo próprio mundo do trabalho. Durante o século XIX e grande parte do XX, as contradições estavam postas pelas duas classes sociais antagônicas em permanente enfrentamento, de um lado a burguesia e do outro o proletariado, como nos ensinara muito bem Karl Marx. Hoje a categoria classe social plasmada numa única classe, como o era o proletariado, não consegue mais reunir as mais diversas categorias profissionais dos mais diversos setores da economia, sob um comando único, para enfrentar o capital cada vez mais volátil e camaleônico, cuja única preocupação é a sua autopreservação a qualquer custo. Por isso, alguns autores ligados à sociologia do trabalho propõe como categoria sucedânea à classe social, a categoria homem que vive do trabalho (ALVES, 2011 e 2012) ou a categoria classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2009a). A primeira, nas palavras do próprio autor,

(...) (2) e a precarização do homem-que-trabalha, que diz respeito à precarização do ser genérico do homem por conta das novas condições salariais de exploração/espoliação da força de trabalho. Nesse caso, a precarização do homem-que-trabalha ocorre no plano da subjetividade humana, reverberando-se em desequilíbrios metabólicos das individualidades pessoais de classe que conduzem, no limite, no caso de singularidades pessoais, às situações de adoecimentos. É importante salientar que a diferenciação entre “precarização salarial” e “precarização do homem-que-trabalha” é tão-somente uma divisão heurística (a precarização salarial tende a ocultar a precarização do homem-que-trabalha). (ALVES, 2012, p.03)

Em relação à segunda categoria defendida por Ricardo Antunes, ele começa por dizer o que não é classe trabalhadora nos dias de hoje, como os “gestores do capital, seus altos funcionários [...], aqueles que [...] vivem da especulação e dos juros, [...] os pequenos empresários e burguesia urbana e rural proprietária” (2009a, p. 104) para, em seguida, dar sua definição de classe que vive do trabalho:

Compreender contemporaneamente a classe que vive do trabalho desse modo ampliado, [todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salários...] como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes.

4 CAPÍTULO III A SITUAÇÃO DA CATEGORIA DE TRABALHADORES (AS) NA F.ITESP NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

Desordem – Titãs

“Mas o que é criar desordem,
 Quem é que diz o que é ou não?
 São sempre os mesmos governantes,
 Os mesmos que lucraram antes
 Os sindicatos fazem greve
 Porque ninguém é consultado,
 Pois tudo tem que virar óleo
 Pra por na máquina do estado
 Quem quer manter a ordem?
 Quem quer criar desordem?”.

[Composição: Sérgio Britto / Charles Galvin / Marcelo Fromer].

No plano geral da dissertação analisaremos outros elementos da luta da AFITESP para conter o avanço dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP, como a greve de 2010, o segundo plebiscito que aconteceu em 2011, o terceiro plebiscito realizado em 2013, quando a presente pesquisa já estava em pleno andamento, dentre outros.

Partimos aqui de uma questão inicial, a saber, seria o Plebiscito interno à Fundação ITESP, uma Tecnologia Social de mobilização e de tomada de decisão para a definição dos rumos de um movimento de reivindicação salarial e de melhoria das condições de trabalho, salário, carreira e de benefícios dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP?

Em particular, neste momento será analisada, essa ferramenta – que classificaremos preliminarmente de Tecnologia Social – de tomada de decisão e mobilização da categoria de trabalhadores (as) da F. ITESP utilizada pela AFITESP para auxiliar no processo de estancamento do processo de precarização do trabalho em curso no interior da F. ITESP, no caso, o primeiro plebiscito realizado para decidir sobre a deflagração ou não do processo grevista na F. ITESP, no ano de 2010, em todos os Grupos Técnicos de Campo e da Sede da F. ITESP, que se localizam em todo o Estado de São Paulo.

Para tanto, nós nos apropriaremos, de “uma definição bastante ampla” de tecnologia social, suficiente para nosso propósito atual, compreendida aqui:

(...) como um “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas

por elas, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida”. (DAGNINO, 2004, p.130).

Ou, ainda, como é definida pela Fundação Banco do Brasil – FBB – instituição pioneira em Tecnologia Social no Brasil, no dizer dos autores Rodrigues & Barbieri, “(...) compreende **produto, processo, técnicas ou metodologias replicáveis** desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (FBB, 2006)”. (g.n.) (2008, p. 1077)

No caso, a AFITESP, utilizou de uma metodologia transformadora, a realização de um plebiscito, junto à população de trabalhadores (as) da F. ITESP, que contribuiu, ainda que indiretamente, para a melhoria das suas condições de vida, uma vez que os mesmos trabalhadores (as) conseguiram uma reposição média de 20%, no ano de 2011, da perda salarial acumulada desde o ano de 2001. Afirmamos ser o plebiscito uma contribuição indireta porque ele auxiliou na deflagração do movimento grevista, este sim, o agente direto responsável pela referida recuperação de perda salarial, ainda que, não imediatamente, uma vez que, a SJDC alegava, de maneira intransigente, que estava impedida de fazer qualquer recuperação salarial, no ano de 2010, pela Lei Eleitoral – 9.504/97 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – e que, inclusive, a recuperação das perdas anuais, do período de setembro de 2009 a agosto de 2010, só seria paga em janeiro de 2011, baseado num parecer da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE-SP – que impede o pagamento das referidas perdas no último semestre que antecede o fim do mandato do gestor público, baseado na LRF, num claro desrespeito ao dispositivo constitucional, no caso, o Art. 37, Inciso X, que obriga a reposição das perdas salariais anualmente, nos seguintes termos:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento) (g.n).

A definição corrente de plebiscito o afirma como “(...) uma consulta anterior à formalização do ato ou à conduta a ser adotada (...)” (OLIVEIRA; FERREIRA, 1996, p. 97) ou ainda, conforme define a Lei nº. 9.709/98, que regulamenta o artigo 14 da Constituição

Federal, em seu artigo 2º, § 1º, “O plebiscito é convocado com anterioridade ao ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido”.

A Diretoria Executiva da AFITESP resolveu, após discussões em suas reuniões mensais ordinárias, a implantar, na busca de uma gestão mais participativa, esse mecanismo legal de consulta popular, no universo da categoria dos trabalhadores (as) da F. ITESP, no que se refere à deflagração ou não de um processo grevista na F. ITESP. Além do convencimento da Diretoria Executiva da AFITESP que, para se realizar uma greve – como último recurso da ineficácia das negociações que se arrastaram por longos cinco anos – com um mínimo de chance de êxito, deveria contar com o apoio de grande maioria da categoria, contávamos com um problema prático, não conseguiríamos realizar uma assembleia representativa com uma categoria pequena, mas distribuída em todo o Estado de São Paulo. Então o plebiscito surgiu como uma maneira criativa, organizada e legítima de ouvirmos a maioria avassaladora dos trabalhadores (as), para não realizarmos um movimento descolado da vontade desta maioria de trabalhadores (as) da F. ITESP.

No caso do plebiscito interno à F. ITESP, 446 trabalhadores e trabalhadoras participaram, no dia 16 de abril de 2010, do Plebiscito sobre a possibilidade ou não da construção de uma Greve na F. ITESP, organizado pela AFITESP.

Foi, sem dúvida alguma, um grande e belo exemplo de exercício da democracia, em sua radicalidade última, aquela em que se vota em ideias e não em pessoas. Dos (as) 581 trabalhadores (as) aptos (as) a votarem, à época, na F. ITESP, 76,76% não abriram mão de participar e votaram livremente, portanto, a legitimidade do Plebiscito ficou mais do que garantida. O resultado desse processo foi que a minoria acatou a vontade da maioria que participou ativamente do pleito e a greve de dez dias, no período de 03 a 13 de agosto de 2010, contou com a participação de 90% dos trabalhadores (as) da F. ITESP.

Ao contrário do que nos diz a letra da música Desordem dos Titãs, acima referida, a AFITESP fez a Greve na F. ITESP, no ano de 2010, porque todos os trabalhadores (as) foram consultados, e a maioria decidiu pela mesma, se 135 servidores (as) se abstiveram de votar, foi por livre e espontânea vontade que o fizeram, uma vez que todas as condições foram asseguradas para que os mesmos participassem. Primeiramente visualizaremos através dos gráficos gerais¹¹, para, em seguida, realizarmos uma análise mais amíúde.

¹¹Cf. p. I-IV das tabelas.

4.1 O 1º Plebiscito Interno à F. ITESP realizado pela AFITESP (2010)

As condições objetivas para a referida greve já ficou patente diante da primeira questão lançada pelo Plebiscito – ‘Você está satisfeito com as condições de trabalho e salário na F. ITESP?’¹² – 420 trabalhadores (as), ou seja, 94,17% disseram um alto e sonoro não! Existiu um servidor que fez questão de colocar na cédula de votação que o seu não se referia apenas ao salário. Apenas 18 trabalhadores (as) disseram, sim, estamos contentes. Cumpre esclarecer, para efeito de análise que, inclusive os 36 cargos de confiança, ou seja, os dirigentes, sejam servidores de carreira ou não, puderam votar livremente. Se nem todos o fizeram, pelo menos alguns compareceram às urnas, com a maior legitimidade. Diante de um dado tão claro a AFITESP esperava que, sem tergiversar, a Diretoria Executiva da F. ITESP soubesse fazer uma leitura apropriada, uma avaliação de sua atuação, afinal, não é sempre, que se dispõe de dados tão claros, objetivos e ricos e, negociasse, efetivamente, para se evitar o movimento grevista.

Em relação à questão central do Plebiscito – Você é a favor da realização de uma greve na F. ITESP?¹³ – 267 trabalhadores (as) da F. ITESP manifestaram-se favoráveis à Greve. Isto significava à época que 59,87% dos (as) 446 votantes, ou ainda, - se somarmos os 135 que podiam votar e não o fizeram, mais os 172 que votaram contrariamente à Greve na F. ITESP, mais os 07 que se abstiveram de votar e deixaram as cédulas em branco nesta questão, chegaremos ao número de 314 trabalhadores (as) que, pelo menos, em tese, seriam contrários ao início de um movimento grevista em defesa de melhores condições de trabalho e salário na F. ITESP. A AFITESP deu a oportunidade para que, se dentre estes 314 existissem alguns que se sentissem injustiçados e quisessem se manifestar pela Greve, podiam acessar a cédula do Plebiscito no site da AFITESP¹⁴, preenchê-la e enviá-la por e-mail¹⁵, que teria o sigilo do voto garantido. Este voto, obviamente, não seria computado para todos os efeitos de resultado do Plebiscito, mas com certeza, ajudaria a AFITESP a organizar o movimento grevista iminente. Cumpre esclarecer que a AFITESP tinha o absoluto controle de quem votou ou deixou de fazê-lo, através das assinaturas ou não nas listas de votantes.

¹² Cf. tabela II, p. I.

¹³ Cf. tabela III, p. II.

¹⁴ www.afitesp.com.br

¹⁵ verotaviofalcao@hotmail.com

No entanto, se retomarmos àquele número de 581 trabalhadores (as) aptos (as) a votar no Plebiscito, facilmente se verá que os 267 trabalhadores (as) que optaram pela Greve na F. ITESP representavam, à época, 45,96% do quadro em exercício dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, um número mais que robusto para se iniciar um movimento desta envergadura.

(...) Na maioria das coisas, a média é mediocridade. Na tomada de decisões, [no entanto] frequentemente é excelência. Você poderia dizer que é como se tivéssemos sido programados para ser coletivamente inteligentes. (SUROWIECKI, 2006, p. 32).

Tal constatação nos oferece o gancho necessário para discutirmos a próxima questão do Plebiscito sobre “Uma Greve na F. ITESP”, qual seja, - se você votou sim, pela greve, quando realizá-la?¹⁶ – ou seja, qual seria o melhor momento para deflagrá-la? 144 trabalhadores (as), ou seja, 53,93% daqueles que tinham disposição de ir à Greve manifestaram o desejo de iniciá-la dois meses após a realização do Plebiscito, a partir da data de 02 de julho de 2010.

A AFITESP explicou porque não deflagrou o movimento grevista imediatamente à divulgação dos resultados do plebiscito, como queriam alguns poucos trabalhadores (as) incautos, obviamente muito respeitados, uma vez que tiveram a coragem de manifestar suas ideias através do voto, tendo em vista que, um movimento dessa natureza requereria muita preparação, organização e, acima de tudo, negociação, até para poder evitá-la. A greve, na visão da AFITESP, seria uma medida extrema. A resposta que o Plebiscito a ofereceu, deixou muito claro que, somada às condições objetivas já dadas e conhecidas por todos (as) trabalhadores (as), os mesmos tinham, também, as condições subjetivas de disposição de lutar para melhorar seus salários.

Importante termos muito claro qual o porquê da AFITESP apontar como data indicativa da deflagração do movimento grevista a partir do dia 02 de julho de 2010. Tal data é o Dia Estadual de Luta em Defesa dos Trabalhadores e Trabalhadoras da F. ITESP, uma vez que, no dia 02 de julho de 2001, foi a data em que se assinou o 1º Contrato de Trabalho assinado entre a F. ITESP e os seus 729 trabalhadores (as). Que de lá até 2010, durante os nove anos, a situação só piorou. Neste ano, os (as) trabalhadores (as) conviviam com um arrocho salarial acumulado de 43%, uma defasagem de 114 trabalhadores (as) de um quadro de 736 trabalhadores (as). De julho de 2001 até março 2010, 440 trabalhadores (as) já haviam deixado a F. ITESP, hipoteticamente muito em função do Concurso de 2000, que resultou no

¹⁶Cf. tabela IV, p. II.

referido Contrato de 2001, encontrar-se, ainda, sub júdice, no Superior Tribunal de Justiça – STJ. Por tudo isso, somado à sobrecarga de trabalho devido à redução do quadro, por um lado, – veja-se que, efetivamente, em 2010, tinham-se 581 trabalhadores (as) que atuavam de um quadro total de 736 – e, o aumento do trabalho, por outro lado, com o crescimento do atendimento no número de famílias assentadas pela Reforma Agrária, daquelas tituladas pela Regularização Fundiária Urbana, como o aumento de assinaturas de Convênios celebrados com Municípios através do Programa Minha Terra, e pelo reconhecimento de novas Comunidades Remanescentes de Quilombo, além das novas frentes de trabalho como o atendimento às famílias do antigo Banco da Terra, o atual Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF –, as Chamadas Públicas do INCRA e os Levantamentos dos Parques, é que a AFITESP propôs a manifestação para este dia. Nesse dia, a AFITESP esperava reunir, na cidade de São Paulo, todos (as) os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP mais o público beneficiário dos serviços prestados pelos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP. Após intensos debates na assembleia que sucedeu o plebiscito chegou-se à conclusão que a melhor data para a greve não seria esta, tendo em vista que, no mês de julho, pelo menos 30% da categoria estaria em pleno gozo de suas merecidas férias anuais. Decidiu-se, então, por deflagrá-la a partir da data de 02 de agosto de 2010.

Ainda em relação ao período para se iniciar movimento grevista da AFITESP, 67 trabalhadores (as), dos 267 que optaram pela Greve, ou seja, 25,09% fizeram a opção por iniciá-la logo após as eleições gerais de 2010, no Brasil, talvez para se escapar da pecha de ser um movimento ‘político’, um discurso muito bem ensaiado e repetido pelo Governador à época, Alberto Goldman, o Secretário de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania e o Diretor Executivo da F. ITESP, Marco Pilla. Apenas 29 trabalhadores (as), 11,24% fizeram a opção por iniciá-lo somente no ano 2011, talvez pelo fato desta opção alongá-lo demasiadamente.

Trinta trabalhadores (as) sugeriram, ainda, outras datas, a saber, “a combinar”, dois sugeriram já, “01 de maio de 2010”, “após reunião com o novo Secretário”, “próximo à data de pagamento e diárias (sic) – fator relevante para muitos – no período a partir da data de 02 de julho de 2010”, “agosto ou setembro – antes das eleições”, seis queriam “imediatamente” e “já”, dois indicaram “19 de abril de 2010”, um “talvez início de junho”, um “início da campanha salarial”, um “aniversário da F. ITESP”, um “quando a AFITESP avaliar que os funcionários estão mobilizados”, “maio de 2010”, “o mais breve possível”, “ainda em maio”, “imediato”, “a greve deve ser utilizada apenas como último recurso, ainda temos outras alternativas (sic) a serem tentadas antes de uma paralisação”, “26 de abril de 2010”, “já em maio”, “hoje”, “em ano eleitoral não é o tempo correto para esta ação”, “16 de abril de 2010”,

“esperar a decisão de todos”, “imediatamente – já”, “após o Plebiscito (já)”, dois afirmaram, “após o Plebiscito”, “época que a política pega”, “antes das eleições e logo, para ter justificativas como por exemplo os trabalhos desenvolvidos pelos Núcleos Operacionais Móveis – NOM 1 e NOM 2 que tem plano de entrega.”

Na questão, se você votou não à greve, qual a outra forma de luta que entende ser a melhor ou a mais adequada? 20 trabalhadores (as), ou seja, 10,86% dos 172 que assumiram essa posição optaram por manifestações gerais como protestos de rua, ocupação e interdição de vias públicas; 39 trabalhadores (as), ou seja, 22,67% do total de contrários à greve fizeram a opção pela operação padrão ou greve branca; 146 trabalhadores (as), ou seja, 84,88%, dos que disseram não à greve, defenderam a realização de Audiências Públicas na SJDC, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP e na F. ITESP. Como podemos observar uma maioria esmagadora, talvez balizada pela experiência da Audiência Pública em Defesa do Concurso de 2000 na ALESP, que teve uma grande repercussão quer seja em termos do número de participantes quer seja pelos seus desdobramentos.

Quinze servidores (as), ou seja, 8,72% apresentaram outras formas de lutas, a saber, “Apresentar os trabalhos e cumprir os deveres como servidor”, “pressão constante, comunicação”, “mais diálogo e alternativas, como aumentar o ticket”, dois sugeriram “Ação Judicial”, “entrar com processo na Justiça”, “via judicial”, “diálogo com o governo”, “todos em frente à SJDC”, “manifestação dos assentados”, “deputados, vereadores e políticos (sic)”, duas indicações “mídia televisiva”, “mídia”, “negociação com o empregador”, “articulação política”, “greve em ano que não tem eleição”, “mobilizar prefeitos, deputados e líderes de associações”, “revisão periódica dos direitos e deveres dos funcionários”, “paralisação nas regionais”, “paralisação estratégica”, “diálogo”, “não favorável”, “notificações judiciais”.

Em relação à questão, você é associado à AFITESP, 316 trabalhadores (as), ou seja, 70,85% dos 446 que votaram no Plebiscito disseram sim. 103 disseram não, ou seja, 23,09% dos que votaram no Plebiscito e 27 deixaram a cédula em branco, o que representou 6,05% dos votantes. Para a AFITESP esta questão era também muito importante, uma vez que se queria saber quantos associados e quantos não associados votariam. Uma vez que, se a maioria de não associados votassem pela Greve, por exemplo, se poderia criar um problema de gestão do movimento para a AFITESP.

Diante da questão decorrente desta, se não é associado da afitesp, pretende sê-lo? 46 trabalhadores (as), ou seja, 44,66% dos 103 que não são associados, ainda, manifestaram claro desejo de se associarem. A AFITESP viu tal fato como motivo de grande alegria e contentamento, uma vez que o esvaziamento da F. ITESP, com a saída de muitos e bons

trabalhadores (as), reflete, indiretamente, também na AFITESP, chega-se mesmo a comprometer sua capacidade de luta. A AFITESP solicitou a todos os 46 companheiros e companheiras que se associassem, o mais rápido possível, para fortalecer ainda mais a luta, uma vez que no momento do Plebiscito a categoria já se encontrava em estado de greve!

À questão, se não pretende ser associado da AFITESP, qual o motivo? 24 trabalhadores (as), dos 51 que afirmaram peremptoriamente não desejarem se associarem à AFITESP, ou seja, 47,06% deles colocaram como motivo o fato de ter que pagar 1% da sua remuneração bruta, como taxa associativa à AFITESP, tal quantia faria falta ao seu orçamento familiar. A AFITESP ponderou que entende a posição destes trabalhadores (as) e esclarece que cobra uma das menores taxas associativas. Somente a título de comparação, a APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, um dos maiores sindicatos da América Latina, com mais de 100 mil sindicalizados, cobra 1,2% de seus sindicalizados. Para a AFITESP que contava com aproximadamente 400 associados, propor a redução desta taxa associativa seria o mesmo que propor o seu respectivo estrangulamento financeiro, uma vez que sua atuação se dá em todo o Estado de São Paulo.

Nenhum dos (as) 51 trabalhadores (as), dos que disseram não desejarem se associarem à AFITESP se manifestou que são contra, especificamente, à organização dos trabalhadores e trabalhadoras da F. ITESP, que era a alternativa B da questão 3.2 do Plebiscito.

Cinco trabalhadores (as), ou seja, 9,80%, dos 51 que disseram não desejarem se associarem à AFITESP de forma alguma, afirmaram, categoricamente, serem contra a atual Diretoria da AFITESP. A AFITESP destacou que, apesar de ser uma minoria, ela os respeitaria muito e reafirmou a importância de haver uma oposição para se construir uma AFITESP cada vez mais democrática e transparente.

Doze servidores (as), ou seja, 23,53% votaram em aberto, preferiram outro motivo para suas recusas em ficar sócios da AFITESP, a saber, “falta de motivação para tal”, “particular”, “não pretendo permanecer por mais de um ano na F. ITESP”, “questões pessoais”, “Contra a forma de atuação. Não aproveita as oportunidades de reuniões com a Diretoria Executiva para ter conversa ética, adulta e profissional”, “Falta de transparência e firmeza, postura e envolvimento com os funcionários”, “apenas no momento não desejo”, “Não sou ligado a este tipo de movimento”, “falta de apoio individual ao sócio”, “1% da arrecadação é muito desconto, pois somente para mobilizações, ou seja, não se vê nada no sentido de parte social”, “É muito alta a mensalidade e não existe distribuição homogênea do laser (sic) em relação à Sede. Nunca fiquei convencido com a prestação de contas”, “a política agrária” (?), “nenhuma”, “tornar público e claro as ações e prestação de contas”, “sou contra o

tipo de trabalho que a AFITESP vem fazendo”, “recente chegada à Fundação”, “quero me inteirar mais dos assuntos que são tratados, para aderir ou não”, “insatisfeito com as diretrizes da Diretoria”, “sem motivo”, “ser organizado para fazer reivindicações é o motivo para associar”.

Outros 30 servidores (as) que deveriam responder a esta questão, dentre aqueles 51 que disseram não desejarem se associarem à AFITESP, preferiram não votar, deixou em branco, isto corresponde a 58,82% dos mesmos. Qualquer um que sabe contar verificará que, nesta questão, ultrapassou os 100% se somarmos todas as respostas às alternativas propostas. Acontece que resolvemos considerar a resposta daqueles que não deveriam respondê-la, uma vez que a mesma fornece informações importantes do motivo da não associação à AFITESP.

Em relação à última questão lançada pelo Plebiscito, a saber, você tem alguma crítica e ou sugestão para a AFITESP? Escreva-a!¹⁷ 122 trabalhadores (as) relataram suas críticas e ou sugestões, ou seja, 27,35% dos 446 votantes. 314 deixaram em branco, nada escrevendo, o que dá 70,40% do mesmo universo e dois anularam, ou seja, 0,45%. A AFITESP relatou, a seguir, a sistematização da resposta dos 122 trabalhadores (as) que tiveram a presteza de respondê-la, divididos nos 22 GTC's e GT's da Sede da F. ITESP que passamos a relatar abaixo, em ordem alfabética.

Andradina - “Nosso PCCS é uma vergonha, tem que mudar urgente, já estou no ITESP há 14 anos e não consigo mais mudar de nível”, “Que todos os avanços conseguidos venham atingir somente os associados”, “O boton de protesto quando tiver número que contemple as duas principais siglas partidárias ou que os números utilizados não dê nenhuma conotação político-partidária”. Esta observação tem a ver com o fato de a AFITESP ter iniciado, no ano de 2010, a comemoração de seus aniversários com um adesivo com o número da sua “idade”, no caso, o número treze, identificado por alguns associados como uma sigla político-partidária, o que foi desmistificado nos anos seguintes, com a comemoração, da mesma forma, dos quatorze, quinze, dezesseis e dezessete anos.

Araraquara - “Ter uma sede social e de campo para o lazer dos funcionários”, “A crítica é como os dirigentes colocam no comunicador, dizendo dos benefícios que conseguimos, mas esqueceu de que o campo está a Deus dará. Contratou sim só para a Sede, no campo que sai mais gente, praticamente não contratou quase ninguém”. Neste ponto a AFITESP entende que o (a) trabalhador (a) confundiu Diretoria da AFITESP com a Diretoria Executiva da F. ITESP. “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”, “A associação deve

¹⁷Cf. tabela V, p. III.

realizar uma campanha articulada com os outros órgãos da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania – SJDC – para poder ter alguma repercussão perante o Governo e a Mídia de modo geral. No momento sou contrário à Greve”, “Acho que está sendo muito político, o ideal é esgotar todos os diálogos e negociações”, “Se preocupem mais com os funcionários e menos com política partidária”. Esse anseio de unificar as lutas seja com os outros órgãos da SJDC, a saber, a Fundação Casa [antiga FEBEM], PROCON, IPEM e o IMESC ou, seja com o funcionalismo público estadual como um todo, sempre recorrente nos discursos dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP tem se mostrado, na prática, inexecutável, devido à diversidade das pautas reivindicatórias. Neste caso, a estratégia do Governo do Estado de São Paulo tem se revelado muito verdadeira e eficaz, no sentido de ‘dividir para reinar’, ao tratar de maneira desigual trabalhadores (as) públicos de uma mesma Secretaria de Estado, o que dificulta sobremaneira a unificação das pautas de reivindicações, condição *‘sine qua non’* para a unificação das lutas destes trabalhadores (as).

Araras - “Acho que estão de parabéns, empenhados em lutar pelos nossos direitos”, “Minha sugestão é que a AFITESP discuta no âmbito das regionais do ITESP uma nova política de avaliação dos funcionários, porque a atual é muito ineficiente. Na minha opinião (sic) a FUNDAP [Fundação do Desenvolvimento Administrativo] não tem competência para nos avaliar.

Bebedouro - “Sugiro uma ação mais concentrada no intuito de fazer valer a política do PCCS vertical, pois a agregação de valor no salário seria bem melhor do que de repente bater sempre na tecla dos 43%. Aonde vimos nas últimas greves – segurança e educação – fracasso geral”, “Continuar a luta em prol dos funcionários do ITESP por melhorias salariais, melhorias nas condições de trabalho em defesa da Cidadania e Justiça a esta classe (sic) trabalhadora tão desprestigiada”.

Capão Bonito - “Divulgação das atividades da AFITESP, outras formas de comunicação, rever todos os casos de processos administrativos e de sindicâncias”, “Vamos brigar pelas transferências. Portarias 88-2008 e 007-2009. Eu votei SIM, mas a ideia de Audiência Pública na Secretaria da Justiça é importante também”, “A prioridade de ação judicial deveria ser a reposição salarial”, “Entrar com a Ação Salarial Já”, “Vocês esquecem-se dos deveres dos servidores, existem direitos e deveres”.

Euclides da Cunha Paulista - “Minha crítica é somente no sentido que permaneça a cobrança da mensalidade nesse percentual que está, uma vez que o atual presidente já acenou a possibilidade de querer aumentar” “É preciso concatenar melhor as ações de forma a não confundi-las com ações político-partidárias, sobretudo em tempos de eleições políticas

municipais, estaduais e nacionais, assim, a defesa dos direitos trabalhistas ficam mais originais e fiéis aos interesses reais dos funcionários da F. ITESP” “Paralisação estratégica, em momentos decisivos nas ações do Governo do Estado. A AFITESP está de parabéns, continuem assim”.

Eldorado Paulista - “Sendo sócio, a Diretoria da AFITESP deveria estar mais presente nos GTC’s, muita coisa falta mudar, não para uma greve no momento, para ouvir seus sócios”, “Sugestão fazer unidades estruturadas no interior para descentralizar. Curso de capacitação aos funcionários sobre questões relativas à formação política e organização dos trabalhadores (as)”, “Não”, “Os ajustes (sic) de salário tem de ser anuais, caso contrário, existe a Justiça para definir. Reverter parte – 50% da arrecadação da AFITESP – para os escritórios fazer confraternização no final do ano”. Cumpre esclarecer que esta última proposta foi uma prática durante a gestão do Alberto Vasquez e Mônica Baccarin, mas que foi suspenso em Assembleia devido a exiguidade de recursos para financiar a luta dos trabalhadores (as) itespianos, a exemplo das assembleias semestrais e as ações judiciais.

Itapeva - “As reuniões feitas na sede não é repassado (sic) aos demais, sendo que [os delegados e ou representantes que] vão na reunião com dinheiro da AFITESP. Devem satisfação” “Estou satisfeito”.

Martinópolis - “Ser mais incisivo com os diretores, não fazer corpo mole”, “Se a última reunião com o Diretor Executivo foi de acordo com o que passaram pelo comunicador tenho a dizer que a AFITESP ou seus representantes tem que ser mais combativo em momentos como estes”, “Quando de negociação com a Diretoria, devemos ir melhor municiados (valores referenciais de salários e benefícios). Não devemos lutar mais por recursos adicionais ao orçamento da Fundação, a diretoria que se vire, pois são sempre eles que colhem os louros”.

Mirante do Paranapanema – Grupo Técnico de Campo da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento - “Sou favorável à greve desde que cumpra os requisitos que a lei exige”, “Temos que unir com o pessoal do MST no Pontal, pois, estão dispostos a lutar junto para a melhoria das condições de trabalho e da reforma agrária” “Continuar a incentivar os servidores que não são sócios a se filiarem”.

Mirante do Paranapanema – Grupo Técnico de Campo da Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários - “Independente da greve, não podemos deixar os outros instrumentos de luta. Creio que uma audiência publica num ano eleitoral será uma excelente oportunidade de divulgação na luta pelos nossos direitos” “Tem que ter mais firmeza nas decisões” “Devemos

brigar de outra maneira, a greve não tem força no ITESP” “Agendar mais reuniões com a Secretaria de Justiça no sentido de agilizar as reivindicações” “Não” “Não resolve nada”.

Pariquera-Açu - “Não” “Maior planejamento e estratégia” “Melhores condições de salário” “Fortalecer as regionais, promovendo visitas. Sugiro que esta seja acompanhada de posterior churrasco, pois é uma das melhores formas de reunião e debate. Sugiro também que o custo desta, seja com o dinheiro da festa de fim de ano” “Tem que lutar para tirar essa diretoria e todos os seus puxa-sacos (sic) só assumiu o ITESP vai pra frente” “Queria que a associação brigasse pela cesta básica que é importante primeiro para os braçais (sic) que ganham uma miséria de salário” “Não” “O reajuste o nível menor deveria ter reajuste maior” “As reivindicações devem ser mais claras e rápidas só assim existirá unidade dos associados” “Lutar, lutar ainda mais pelos funcionários pois merecemos”.

Presidente Bernardes - “Sugiro que a AFITESP realize algumas reuniões no Pontal” “Nada a declarar, sou AFITESP sempre!” “Não, nem sócio sou”.

Presidente Eptácio - “Sem comentários”, “As solicitações devem ser eliminadas uma de cada vez, é como fazer uma refeição, ninguém come todos os alimentos na mesma refeição. É fácil, não é? Ou a AFITESP que vai ter uma intoxicação!”, “Maior entrosamento dos sócios da Sede e Interior. Maior divulgação dos balancetes da Associação. Luta pelo PCCS para mudança de nível. Maior participação dos sócios na eleição (sic) dos Diretores, Gerentes e RT’s” [atuais supervisores], “É necessário de (sic) contatos - apoio políticos e que se tenha projeto a ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo”, “Brigar pelo PCCS de forma que, anualmente, possamos receber a referência horizontal e o repasse da inflação, que ajuda bem”.

Presidente Prudente - “Convencer os não associados a filiar”, “Acho que já demorou demais para tomar esta atitude, deveríamos ter nos unido a outras categorias quando estas partiram para a greve”, “Que as ações da AFITESP sejam melhores ou mais divulgadas nos meios de comunicação. Que mantenha sempre os associados mobilizados e sensibilizados em relação aos propósitos da entidade (AFITESP)”, “Nada de crítica”, “Prestação de contas não serve”, “Os adesivos que foram feitos não gostei da conotação “pará”, não somos analfabetos”, “Acho que a AFITESP não deve comprar briga com a Diretoria sobre os RT’s [atuais supervisores], que são cargos de confiança e já tiveram 75%” [de aumento da gratificação], “Deve ser mais arrojada, radicalizar. Tem que apertar a Diretoria e o governo”, “Esse não é o momento para greve”, “Não”.

Presidente Venceslau - “Maior diálogo com a diretoria da Fundação” “Aumentar a luta” “Sem críticas e ou sugestões”.

Promissão - “Ser mais atuante em defesa dos trabalhadores (as) da F. ITESP, não apenas fazer este tipo de mobilização social em anos eleitorais” “Sugestão: priorizar reivindicações que favoreçam todos os funcionários e não reivindicações pontuais como incorporação de gratificações” “Reuniões com lideranças dos assentamentos e buscar apoio e manifestação dos mesmos, uma vez que são eles parte beneficiada com o nosso trabalho” “Transparência nas contas da AFITESP” “Não”.

Rosana - “Continue com a luta” “Brigar com a Diretoria sobre o assunto: transferência”.

Sede – São Paulo - “Para nossos argumentos terem peso é importante que a população reconheça o papel do ITESP para a democracia brasileira. Se tantas pessoas usam a internet para futilidades, por que não usarmos um instrumento poderoso para divulgarmos de forma que a população compreenda, através de blogs (ativos), Orkut, etc. É essa importância que vai valorizar nosso passe” “Tratar todos os assuntos com segurança jurídica, dentro dos padrões legais antes de uma greve” “Estreitar laços com os movimentos e público beneficiário que tem sido prejudicado pelo descaso governamental” “Transformar associação em sindicato” “Lutar pelos nossos direitos sempre” “Sou favorável a lutar pelos nossos direitos, é claro! Mas, na minha opinião (sic), para que haja adesão em massa, seria necessário que a AFITESP se tornasse mais próxima dos funcionários. É necessário um meio de campo maior” “A AFITESP deve distribuir sistematicamente seu jornal” “A AFITESP precisa provocar mais. As assembleias são muito passivas, por isso as pessoas não se interessam. É preciso garra e motivação para chacoalhar os funcionários” “Estou feliz por tanta gente nesta luta. A cada dia o numero está aumentando para lutar a favor do trabalhador” “Continua lutando com afinco pelos reajustes salariais, para que não precisemos mais viver atolados de empréstimos bancários” “Não” “Diminuem o valor do associado quem sabe aumentando o número. Vem-se instituições como a SABESP que cobram valores parecidos mas eles tem sede própria e investimentos em lazer ou seja, parte social” “Decidir sobre quem será nosso advogado, já divulgar ou propor os comportamentos a serem tomados após resultados desta apuração do plebiscito” “Aprimorar os estudos para eventuais reivindicações e conseqüentemente melhor fundamentar seus pleitos” “Mais utilização da mídia a nosso favor” “Acho que temos que conscientizar e unir mais a categoria, fortalecer a AFITESP. Amadurecer mais a categoria e se necessário ai sim fazer a greve” “Ter mais diálogo com a direção” “Salário da Fundação ITESP é uma vergonha” “Falta de advogado mais orientação ao sócio” “Ser mais inflexível com a instituição, estamos perdendo o quadro de funcionários devido a baixa remuneração. Ter mais cursos de capacitação, ser intolerante com as exigências impostas, sem as condições

de trabalho”, “Acho que a melhor forma de avaliarmos se os funcionários estão mobilizados para uma greve é através de uma assembleia” “Só tenho a parabenizá-la pelas atuações sempre presentes” “Embora eu pretenda me associar à AFITESP eu acredito que as outras formas de luta elencadas no item 2.2 não devem ser desconsideradas” “Maior articulação com a direção da Fundação” “Maior divulgação dos atos e reuniões realizadas, pois nem sempre é possível participar das assembleias e percebe que falta divulgação do que aconteceu para os que não puderam participar” “Que compareça nas reuniões com a DE com pedidos embasados e consistentes” “Sim, não vejo atitude da AFITESP, desde a saída do Alberto, que justifica ser associado. Depois da saída do Alberto, a associação nunca mais fez nada, o que me levou a não ser mais associado”, “Majores esclarecimentos aos funcionários novos na questão do benefício que temos a se associar” “Estar presente no dia-a-dia do servidor é necessário” “A diretoria da AFITESP deve adotar uma postura mais agressiva, visando incomodar mais a direção da Fundação” “No meu ponto de vista, analiso que devemos reivindicar com mais ênfase os 43%, as outras solicitações são importantes mais não para este momento de grande perda salarial, votei a favor da greve pelos 43% e acho que esta deve ser a nossa tônica” “Acho que a AFITESP poderia tentar alguns convênios para os funcionários da sede, assim como consegue para os funcionários das regionais” “A associação à AFITESP é pequena, é preciso organização melhor e mais associados”.

Sorocaba - “Pelo amor de Deus, 1% do salário bruto é muita coisa. Sugestão: 1% do salário líquido ou 0,5% do salário bruto” “Não deixar que o nosso PCCS não saia do papel” “Independente da participação da AFITESP no Plano de Cargos e Salários com a FUNDAP, a AFITESP desenvolver junto com as bases um plano próprio PCCS” “Não” “A (sic) quanto tempo existe a AFITESP? O que fez até agora? Se o ideal e a finalidade da associação fosse realmente o que deveria ser, eu não precisava fazer o que faço agora. Muito grato” “Melhorar os instrumentos de trabalho como por exemplo os monitores de tubo, que sabidamente são prejudiciais a saúde, por monitores de LCD [liquid crystal display]”.

Taubaté - “Não tenho, acredito que está conduzindo bem”, “Não há crítica, acho que a AFITESP está no caminho certo de ir à luta em busca do fortalecimento sindical”, “Mobilização junto aos outros órgãos que trarão nossos direitos e que dão pareceres junto ao ITESP, no contexto de aprovação e indeferimento”, “Rapidez nas ações a serem ajuizadas – quinquênio, sexta-parte, PCCS, licença-prêmio etc”, “Apóio as ações da AFITESP”, “Que continue lutando pelos direitos dos funcionários do ITESP”, “A AFITESP, se ainda não, poderia lutar a favor de conseguir com que a F. ITESP cubra as despesas de vale-transporte

intermunicipais dos funcionários. Sugestão de tentar mais funcionários para a DAAF dos grupos técnicos do interior que necessitam de mais funcionários”.

A AFITESP disponibilizou, ainda, para quem quisesse maiores detalhes da Planilha de Apuração dos Votos do Plebiscito, por exemplo, a votação por GTC ou GT da Sede da F. ITESP, o acesso no sítio da AFITESP na Rede Mundial de Computadores¹⁸.

Fato é que, em decorrência dos elementos fornecidos pelo Plebiscito interno à F. ITESP, a greve de 2010 na F. ITESP foi vitoriosa, por vários motivos, a saber, primeiro, a demonstração de união dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, com um percentual de adesão tão alto, 90% na primeira semana e 80% na segunda semana. Um segundo motivo foi que a greve colocou-nos no centro das atenções da sociedade, como prova disso foi a repercussão na mídia em geral, nas diversas regiões do Estado de São Paulo, o que acabou por dar visibilidade aos graves problemas na relação trabalhista que, até a greve, eram apenas intestinos à F. ITESP. E o terceiro motivo foi a forma autônoma como as deliberações das assembleias foram tratadas nas diversas regiões do Estado, as estratégias de como abordar os políticos e a imprensa local, a busca de apoio social à greve, foram as mais criativas possíveis, mas ao mesmo tempo os trabalhadores (as) foram capazes de manter um fio condutor em seus discursos. Mais uma vez ficou comprovada, a importância da inteligência coletiva e sua preponderância à visão de meia dúzia de iluminados que se acham os donos da verdade sobre tudo, ou seja, “(...) A forma mais simples de conseguir boas respostas confiáveis é perguntar ao grupo a cada vez”. (SUROWIECKI, 2006, p. 26). Mais ainda,

(...) Se você reunir um número suficientemente de pessoas suficientemente diferentes e pedir a elas para “tomar decisões sobre questões de interesse geral” as decisões daquele grupo serão, ao longo do tempo, “intelectualmente [superiores] às do indivíduo isolado”, não importa quão esperto ou bem informado este seja. (SUROWIECKI, 2006, p. 16).

Por último, mas, não menos importante, os trabalhadores (as) não sofreram os descontos dos dias parados. Tiveram a oportunidade de repor os dias parados nos 10 meses subsequentes ao processo grevista, numa dura e tumultuada negociação travada entre a AFITESP e a Diretoria Executiva da F. ITESP.

4.2 A Greve do Ano de 2010 dos (as) Trabalhadores (as) da F. ITESP: um verdadeiro marco na luta destes (as) trabalhadores (as).

¹⁸ www.afitesp.com.br

“A greve dos (as) trabalhadores (as) da Fundação Itesp continua, governo do Estado de São Paulo – o mais rico do Brasil - a culpa é sua! Apoio da Secretaria da ‘Injustiça e Defesa da Suditania’ do Estado de São Paulo”.
*“Trabalhador (a) da Fundação ITESP é pra brilhar,
 Não é pra morrer de fome!”*

Por unanimidade e com a disposição expressa na epígrafe acima, os trabalhadores (as) da F. ITESP decidiram, em assembleia realizada, no dia 09 de agosto de 2010, em frente à SJDC, no Pátio do Colégio, centro da cidade de São Paulo, continuar o forte movimento grevista iniciado na segunda-feira, dia 02 de agosto de 2010, que teve uma adesão de 90% da categoria na primeira semana.

Os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP lutavam contra uma defasagem salarial de 43%, acumulada em 9 anos de contrato. A Diretoria Executiva da F. ITESP reconhecia parte desta defasagem, 30,26%, mas, nada fazia para recompor o poder de compra dos seus trabalhadores (as), assim, contribuía, decisivamente, para que um número significativo de trabalhadores (as) do quadro da F. ITESP abandonasse a instituição. Só para que se tenha uma ideia, de julho de 2001 até o momento desta greve (2010), 440 trabalhadores (as) tinham evadidos, de um quadro, que se completo, seria de 730 trabalhadores (as).

A referida defasagem salarial é medida pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPC – da FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – da Universidade de São Paulo – USP -, que se considerarmos o ano base de 1998, quando da pesquisa de mercado, para a constituição dos níveis salariais da F. ITESP, até o segundo trimestre de 2010, houve uma variação de 69,14% e a correção das perdas salariais que os trabalhadores (as) da F. ITESP tiveram, a partir de 2001, foi de apenas 35%.

O que se ouvia à época da greve era sempre a mesma resposta, por parte da Diretoria Executiva da F. ITESP, que não havia recursos suficientes no orçamento, mas, também é verdade, que não se via nenhum tipo de gestão administrativa, junto à Secretaria de Estado da Economia e Planejamento bem como a Secretaria de Estado da Fazenda, e ou nenhuma gestão política, junto à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo para reverter a tendência histórica de queda dos valores orçamentários, uma vez que o orçamento da F. ITESP, em 2010, representava, nominalmente, apenas 70% do orçamento, à época dos governos Covas / Alckmin (1995-2002), auge da atuação da F. ITESP junto à questão da Reforma Agrária no Estado de São Paulo, principalmente nas regiões do Pontal do Paranapanema e de Andradina.

A desculpa mais comumente utilizada pela Diretoria Executiva da F. ITESP era a de que, em ano de eleição, caso de 2010, não se podia dar nada de reposição salarial porque era

justamente ano eleitoral, que a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – e a Lei Eleitoral não permitiriam, mas a Diretoria Executiva da F. ITESP se esquecia de que não se tratava de aumento salarial, mas, sim, reposição das perdas salariais acumuladas ao longo dos anos. O que a Lei Eleitoral impede é o aumento linear para todo o universo do funcionalismo público estadual, a fim de se evitar o desequilíbrio na disputa eleitoral em favor de quem tem a máquina pública na mão. Mas, por outro lado, quando não se tratava de ano eleitoral, ou seja, um em cada dois anos, a Diretoria Executiva da F. ITESP, também não fazia nenhum movimento no sentido de se buscar as referidas perdas salariais dos (as) seus (uas) trabalhadores (as).

Ao persistir apenas a lógica administrativa legalista, no ano seguinte, 2011, também não se teria como fazer a recuperação das perdas salariais dos trabalhadores (as) da Fundação ITESP, uma vez que o Governo de plantão estaria executando a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – e a Lei do Orçamento Anual – LOA – elaboradas pelo governo anterior, além do que, o Plano Plurianual – PPA – é do antecessor e, assim, iria se empurrando o ‘problema’ para frente. Cada ano que se passava, existia um bom entrave para não solucionar a questão das referidas perdas salariais. O próximo ano, 2012, seria eleitoral de novo, ou seja, cair-se-ia numa espiral de falta de vontade política para resolver a questão.

A Diretoria Executiva da F. ITESP alegava, ainda, que não tinha autonomia para fazer qualquer proposta de recuperação salarial, ou discutir uma contraproposta da categoria, o máximo que se podia fazer era encaminhar processo ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, órgão criado pelo PSDB paulista para acabar com as carreiras do funcionalismo público, coerente com a sua política do Estado Mínimo. O órgão em questão é vinculado à Secretaria de Estado da Economia e Planejamento.

Para que se tenha uma ideia do tamanho da injustiça cometida contra essa categoria de trabalhador (a), veja que, para se fazer a tão sonhada recuperação salarial dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, seriam necessários 9 milhões de reais, num Orçamento do Estado que, à época, 2010, contava com valores atualizados na ordem dos 130 bilhões de reais.

Você sabe o quanto o Governo do Estado de São Paulo gastou em propaganda, só no primeiro semestre de 2010? 141,8 milhões de reais. Neste contexto, os 9 milhões de reais reivindicados pelos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, tornavam-se uma quantia ínfima, perto do que se gastou em propaganda, à custa do erário público.

Ficava muito claro que o Governo do Estado de São Paulo, nos 10 anos das gestões demotucanas (2001-2010) Geraldo Alckmin, Cláudio Lembo e José Serra, abandonaram os

beneficiários da reforma agrária, regularização fundiária bem como as Comunidades Remanescentes de Quilombo, através de uma política de desmonte da F. ITESP que, passa, claramente, por uma política salarial que vai apertando aos poucos o ‘torniquete’ do poder aquisitivo dos (as) seus (uas) trabalhadores (as), o que fazia com que estes fossem ficando sem ar, leia-se, sem poder de compra, e abandonassem seu idealismo, sua militância, em busca de carreiras mais promissoras, seja no próprio Estado de São Paulo ou no Governo Federal.

Podia não parecer, mas esse imobilismo em relação às perdas salariais dos trabalhadores (as) da F. ITESP, por parte da Diretoria Executiva da F. ITESP, tem explicação. Os 36 cargos de confiança ou de livre provimento consomem 20% do valor da folha de pagamento da F. ITESP, ou seja, os outros 603 trabalhadores (as) dividem os 80% restante da referida folha de pagamento.

A composição dos 36 cargos de confiança, segue estritamente critérios políticos, em detrimento de critérios técnicos, faz-se, assim, um verdadeiro aparelhamento político partidário da cúpula da F. ITESP. E o mais grave, a falta da rotatividade política ideológica no Governo do Estado de São Paulo, tem levado à formação de verdadeiros feudos vitalícios, num destes cargos de confiança, o de Coordenador Regional, criado para se fazer o trabalho político partidário dentro da F. ITESP, altamente dispensável, que deveriam ser extintos e os recursos gastos atualmente com estes militantes de luxo do PSDB, transferidos aos Responsáveis Técnicos, os atuais supervisores, que são quem realmente trabalham nos Grupos Técnicos de Campo, além é claro, dos (as) trabalhadores (as) do ‘chão’ dos GTC’s e GT’s da Sede.

A ingerência política referida e o seu subproduto, a incompetência técnica, fez com que, por exemplo, a F. ITESP, devolvesse aos cofres do Tesouro do Estado, no período de 2001 a 2009, 6 milhões de reais do orçamento específico da folha de pagamento de pessoal e encargos, ou seja, essa dinheirama toda entrou para o orçamento da F. ITESP, mas não foi executado, enquanto isso, os (as) seus (uas) trabalhadores (as) recebem os seus salários, vale refeição e tíquetes alimentação, extremamente aviltados, se comparados com os de outras carreiras correlatas do Estado, como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI – e a Companhia de Desenvolvimento da Agricultura de São Paulo – CODASP, ou mesmo, da União, do Governo Federal, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Em 2010, a F. ITESP contava com menos 107 trabalhadores (as) em seu quadro, pois, o último concurso de 2008, já se encontrava na 47ª convocação e não se conseguia repor

completamente os trabalhadores (as) que deixavam a F. ITESP, uma vez que os salários pagos são poucos competitivos no mercado público, seja municipal, estadual ou federal. A persistir essa tendência, significaria, em médio prazo, o total desmonte da Fundação ITESP.

Os bravos trabalhadores (as) da F. ITESP que resistiram, em greve, à política de desmanche desta instituição estratégica para a execução da política agrária e fundiária no Estado de São Paulo, pensada e implementada pelo monolitismo político tucano no Estado, não são especialistas em greve, uma vez que, em 9 anos de contrato, fizeram uma Greve em 2005, quando conquistaram a maioria dos benefícios que possuem atualmente, diga-se de passagem, que já recebiam quando eram, em sua grande maioria, do antigo Instituto de Terras, órgão que antecedeu a atual F. ITESP. A outra greve acontece, em 2010, contra o descaso, o desrespeito e a enrolação nas inúmeras tentativas de negociação que vinham se arrastando nestes anos todos, desde a última, em 2005.

Qualquer analista, até o mais desavisado, verá que os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP foram literalmente enrolados, abusados em sua boa fé, durante os quatros anos do Governo Serra (2006-2010), quando o Dr. Gustavo Gonçalves Ungaro¹⁹ esteve à frente da Diretoria Executiva da Fundação ITESP e o Secretário da Casa Civil, à época, Luiz Antônio Marrey, esteve à frente da SJDC.

Assim que estes senhores assumiram seus postos, rasgaram uma negociação, costurada pela antecessora da pasta de Marrey, a Secretária de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania Eunice Aparecida de Jesus Prudente, que previa saldar as referidas perdas salariais dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, em quatro semestres, no valor de 7% cada parcela. O motivo, segundo os mesmos senhores, para não honrar o compromisso assumido, pelo governo anterior, diga-se de passagem, da mesma DNA política demo tucana, é que se isso ocorresse, promoveria um verdadeiro efeito cascata em relação a todos os funcionários públicos que passariam a exigir o mesmo tratamento em suas reivindicações.

Muito bem, vejamos então! Os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP não obtiveram a recuperação das perdas salariais acumuladas historicamente, mas várias outras carreiras de funcionários públicos tiveram as suas perdas recuperadas a partir de 2008, como os

¹⁹Gustavo Gonçalves Ungaro é Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Presidente da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo. Integrante do Corpo Docente da Escola de Direito do Brasil. Professor da Universidade Nove de Julho. Coordenou o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas na Faculdade de Ciências Gerenciais. Foi Secretário Adjunto da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Secretário Adjunto do Emprego e Relações do Trabalho, Secretário Diretor Geral do Tribunal de Alçada Criminal, Coordenador Nacional na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo e Secretário da Casa Civil do Município de Jundiá. Disponível em <http://www.editorasaraiva.com.br/autor/gustavo-goncalves-ungaro/> Acesso em 13 de jul. 2014.

engenheiros, advogados, os servidores da CATI, do DAEE –, da CODASP para citarmos apenas alguns. Em outras palavras, os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP não geraram o denominado efeito cascata mencionado, mas foram atropelados por ele.

Na mesma ocasião em que rasgaram, de maneira unilateral, a referida negociação, o então Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania, Marrey, afirmara em audiência com a AFITESP, que para se compensar tais perdas ‘impossíveis’ de serem sanadas, poderia se estudar a concessão de algum tipo de gratificação.

Pois bem, o Dr. Gustavo Ungaro, que também esteve presente naquela audiência, permaneceu três anos e meio à frente da Diretoria Executiva da F. ITESP e não realizou nenhum estudo, aliás, nada sequer foi feito nesta linha. O que nos permite afirmar, com toda certeza, que sua gestão se caracterizou por não deixar que nenhum ‘problema’ chegasse ao Palácio dos Bandeirantes, se cacifando, assim, para galgar postos mais altos, na dinastia tucana do Estado de São Paulo, o que se configurou verdadeiro, uma vez que, após passar pela F. ITESP, em 2010, ocupa o posto de Secretário Adjunto da SJDC do Estado de São Paulo, na gestão Alberto Goldman.

É comum, no intenso processo de mobilização das diversas forças políticas, à causa dos trabalhadores (as) da F. ITESP, quando eles abordam políticos da linhagem da ave bicuda e de seus aliados, ouvir dos mesmos que os trabalhadores (as) da F. ITESP deveriam suspender a greve, se quisessem realmente negociar. Tal proposta indecente, seria cômica se não fosse de um cinismo atroz, pois, tais trabalhadores (as), estão numa negociação infrutífera, há pelo menos quatro longos anos, com políticos insensíveis, que operam políticas que defendem os interesses exclusivos dos capitais privados dentro do aparelho do Governo do Estado de São Paulo e estão pouco se lixando para o impacto social causado, por esta política nefasta, aos (às) pouco mais de 600 trabalhadores (as) trabalhadores (as) públicos bem como aos seus familiares.

Desde que a greve se iniciara, no dia 02 de agosto de 2010, a Diretoria Executiva da F. ITESP e a SJDC se declararam abertas às negociações com a AFITESP, mas foi necessário que o MPFT – provocado por uma moção de apoio aos (às) trabalhadores (as) da Fundação ITESP aprovada pela Câmara Municipal de Presidente Prudente – através da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região – São Paulo -, convocasse as partes para uma Audiência de Mediação, onde efetivamente sentassem numa mesa de negociação, ainda assim, com um preposto do Diretor Executivo da F. ITESP que não trouxe à mesa de negociação nada de

novo, como facilmente pode-se conferir na Ata nº 63/10 que consta do sítio da Rede Mundial de Computadores abaixo.²⁰

Na sexta-feira, dia 06 de agosto de 2010, cerca de 100 trabalhadores (as) lotados na Sede da F. ITESP, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, realizaram uma assembleia local, na Câmara Municipal de São Paulo, que durou três horas, após intensa discussão, foi aprovada, por unanimidade, a continuidade do movimento paralista, com uma nova assembleia geral descentralizada, a ser realizada na próxima sexta-feira, dia 13 de agosto de 2010, em todos os Grupos Técnicos de Campo – GTC's – do Estado de São Paulo, para fazer uma nova avaliação da greve e decidir sobre sua continuidade ou sua interrupção.

No cronograma aprovado na referida assembleia para mais uma semana de greve dos trabalhadores (as) da F. ITESP, constava uma intensa mobilização na ALESP, na terça-feira, dia 10 de agosto de 2010, na busca de uma audiência com o presidente da ALESP, Dep. Barros Munhoz, e uma fala no Colégio dos Líderes para que a representação dos trabalhadores (as) da F. ITESP, finalmente conseguisse falar com quem efetivamente decide as questões salariais no Estado, a Secretaria da Fazenda, a de Economia e Planejamento e o Governador do Estado. No interior do Estado, a proposta foi de que se intensificasse o corpo a corpo dos (as) trabalhadores (as) da Fundação ITESP, nas câmaras e prefeituras municipais em busca de apoio político à greve.

A Assembleia do dia 09 de agosto de 2010 tirou, ainda, uma comissão de 13 trabalhadores (as) das diversas diretorias da F. ITESP para conversar com o Diretor Executivo da F. ITESP, Marco Pilla. Por volta das 15h, nesta mesma data, a comissão foi recebida pelo Diretor Executivo, que novamente não apresentou nenhuma proposta, nem sequer sabia em relação ao parecer do CODEC, sobre o Processo ITESP 436/2010 que propõe um aumento no valor do tíquete refeição e vale alimentação de R\$ 246,00 para R\$ 330,00²¹ além de uma gratificação de mérito anual no valor da metade de um salário inicial do trabalhador, uma vez que o referido processo já se encontrava na Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.

Cumpramos esclarecer que essa “proposta” foi apresentada oralmente à Diretoria da AFITESP – às vésperas da Assembleia de 08 de julho de 2010 – em reunião entre a AFITESP

²⁰Disponível em: <http://www.prt2.mpt.gov.br/coi/atas/ata1a5b1e4daae265b790965a275b53ae50.pdf> Acesso em 10 de fev. de 2013.

²¹Para que se tenha uma ideia do tamanho do disparate, 4 anos depois da greve de 2010, o valor do tíquete refeição e vale alimentação atingiu esse valor, obviamente que pela correção da inflação geral, não a correção da inflação dos alimentos que, obviamente, nos dias de hoje, é muito superior à inflação geral medida pelo índice oficial seguido pelo Governo do Estado de São Paulo, o IPC-FIPE.

e o atual Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania, Dr. Ricardo Leme, que somente nesta data, a AFITESP recebera uma cópia escrita da mesma, uma hora antes da citada assembleia, que submetida à apreciação dos (as) trabalhadores (as) presentes à referida assembleia, foi recusada, por não mencionar sequer as perdas salariais reconhecidas pela Fundação ITESP e a SJDC, de 30,26%, além da ausência do parecer positivo do CODEC, em mais uma clara e inequívoca tentativa de desmobilizar e enrolar os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP que, a esta altura, já haviam construído um sólido processo de paralisação de suas atividades, através de um Plebiscito interno, no qual, por meio do voto secreto, 75% dos trabalhadores (as) votaram pela greve e 95% se disseram insatisfeitos com as condições de trabalho e emprego na F. ITESP.

Ainda em relação a essa péssima ‘proposta’ tem que ser dito que, ao recusá-la, na assembleia de 08 de julho de 2010, os trabalhadores (as) da F. ITESP apresentaram uma contraproposta de um reajuste no tíquete refeição e vale alimentação de R\$ 246,00 para R\$ 400,00 – uma vez que na pauta de reivindicação da categoria o valor é de R\$ 500,00; um salário inicial inteiro como gratificação anual de desempenho, o que corresponderia a um 14º salário e o pagamento parcelado, em duas vezes de 15,13%, da reposição das perdas acumuladas reconhecidas pela Diretoria Executiva, sendo a primeira, em janeiro de 2011, e a segunda, em janeiro de 2012.

O Diretor Executivo da F. ITESP responde, em ofício, que não tem autonomia para negociar qualquer contraproposta com os trabalhadores (as) da Fundação ITESP, como se pode ver no sítio da AFITESP.²²

Os trabalhadores (as) da F. ITESP, representados pela comissão presente na reunião do dia 06 de agosto de 2010 com a Diretoria Executiva, tiveram a promessa do Diretor Executivo, Marco Pilla, de que seriam recebidos pelo Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania, somente na parte da tarde, na segunda feira, dia 09 de agosto de 2010 – após a assembleia dos trabalhadores (as) da F. ITESP, marcada para as 11h, em frente à referida Secretaria, deliberar pela continuidade da greve – o que, por si só, novamente ficou demonstrado o pouco ou nenhum interesse em resolver a questão de forma rápida e ágil, apostou, isto sim, na ausência de fôlego da categoria para continuar o movimento grevista.

Nesta reunião com o Secretário de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, dia 09 de agosto de 2010, os trabalhadores (as) da F. ITESP foram desrespeitados em seus direitos à negociação e à greve e, o mesmo se limitou a alegar que estava impedido de fazer qualquer

²²Disponível em: <http://www.afitesp.com.br/resposta.jpg> Acesso em: 07 de abr. de 2014.

recuperação salarial pela Lei Eleitoral, 9.504-97 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – e que, inclusive, a recuperação das perdas anuais, de setembro de 2009 a agosto de 2010, só seria paga em janeiro de 2011, baseado num parecer da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE – SP, que impede o pagamento das referidas perdas no último semestre que antecede o fim do mandato do gestor público, baseado na LRF.

Então, persistindo essa posição intransigente, em 2011, os (as) trabalhadores (as) teriam que lutar para recuperar a metade do valor do nosso salário, defasado, ao longo de uma década, por esta política de horror aos funcionários públicos do Estado de São Paulo e que já fez vítimas na saúde, educação, polícia civil dentre outras categorias, e que só pensa em privatizar toda e qualquer política pública social. Drena-se, assim, os parques investimentos públicos para mega obras como das marginais do Rio Tietê, do Rodoanel e do Metrô, que funcionam como vitrines na época do período eleitoral.

No dia 10 de agosto de 2010, conforme deliberação da Assembleia do dia 09 de agosto de 2010, após muita insistência e persistência, uma comissão de trabalhadores (as) da F. ITESP fora recebida em audiência, no final da tarde, pelo Presidente da ALESP, Deputado Barros Munhoz, que a ouviu atentamente, recebeu uma carta na qual constava nossas reivindicações, a saber, 1º) convencer o próprio Governo do Estado a ter a iniciativa de aportar no orçamento da F. ITESP para o ano de 2011, 9 milhões de reais, necessários à reposição das perdas salariais de 43%, a exemplo de como a CATI já havia conseguido a sua recuperação salarial; 2º) uma audiência entre os técnicos da DAAF da Fundação ITESP e as Secretarias de Estado da Fazenda e da Economia e Planejamento para discutir os detalhes da alocação dos referidos recursos na citada peça orçamentária de 2011; 3º) pagamento, ainda neste ano, da recuperação das perdas anuais, de setembro de 2009 a agosto de 2010 e 4º) pagamento integral dos dias parados. Ele ficou de dar um retorno via telefone até o dia 12 de agosto de 2010, véspera da Assembleia da AFITESP na Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural – AGRIFAM -, na cidade de Agudos – SP, promovida anualmente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo – FETAESP.

Na quarta-feira, dia 11 de agosto de 2010, foi aprovado uma ação social importante da greve, doação de sangue voluntária, demonstrando, com este ato simbólico, o quanto de sangue o atual Governo do Estado já chupou dos (as) trabalhadores (as) da Fundação ITESP.

Esta ação foi um sucesso, com uma ampla repercussão na mídia em todo Estado como podemos conferir no endereço abaixo.²³

Na quinta-feira, dia 12 de agosto de 2010, aconteceram as assembleias regionais que, em sua ampla maioria, decidiram pela suspensão do movimento grevista, baseado numa expectativa de negociação, mediada por uma frente suprapartidária de deputados da ALESP, que passava pelo convencimento do próprio Governo do Estado a ter a iniciativa de colocar no orçamento da Fundação ITESP para o ano de 2011, nove milhões de reais, necessários à reposição das perdas salariais de 43%; uma audiência entre os técnicos da Fundação ITESP e as Secretarias de Estado da Fazenda e Economia e Planejamento para discutir os detalhes da alocação dos referidos recursos orçamentários; pagamento, ainda neste ano, da recuperação das perdas anuais, de agosto de 2009 a agosto de 2010, além do pagamento integral dos dias parados.

Nesta mesma data, após a Assembleia dos (as) trabalhadores (as) da Sede da F. ITESP que ocorrera na Câmara Municipal de São Paulo, no período da tarde, antes da viagem até a cidade de Agudos, onde, no dia seguinte, aconteceria a Assembleia Estadual, a AFITESP fez uma conversa com o líder do MST, Gilmar Mauro, na Secretaria Nacional do MST, na Barra Funda, na qual se discutiu, para além do movimento grevista atual, uma união estratégica entre os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP e os (as) trabalhadores (as) rurais sem terra, acampados e com terra assentados. Gilmar Mauro fez questão de manifestar o irrestrito apoio ao movimento grevista dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP. Cumpre esclarecer que esta reunião foi provocada pelos (as) companheiros (as) associados à AFITESP do GTC da F. ITESP de Mirante do Paranapanema, onde a AFITESP já havia se reunido com as lideranças locais do MST, na Fazenda São Bento, assentamento símbolo da resistência da luta pela terra deste município que herdou o título de município com o maior número de assentamentos do Brasil.

No final da tarde do dia 12 de agosto, os (as) trabalhadores (as) rumaram para cidade de Agudos, onde aconteceria, no dia seguinte, dia 13 de agosto de 2010, a Assembleia Estadual da AFITESP e, não havia recebido qualquer ligação do Presidente da ALESP. Acontece que ele havia enviado uma mensagem através do correio eletrônico, que só descobrimos nas primeiras horas do dia 14 de agosto de 2010, quando do retorno da longa e cansativa viagem à cidade de Agudos, num dia de manifestação e assembleia. Eis a

²³Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-atual/itesp_greve_protesto.mp3 Acesso em 02 de jul. de 2013.

mensagem, na íntegra: “Prezado[...] gostaria de informá-lo que após reunião realizada na tarde de 10 de agosto do corrente, Servidores com sistema operacional do ITESP, prontamente entrei em contato com o Dr. Gustavo Hungaro [sic], Adjunto da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, que se colocou à disposição dos representantes dos servidores do ITESP [g.n.] Cordialmente, Barros Munhoz”.

O mais interessante é que, na tratativa que a AFITESP teve com ele [Barros Munhoz], havíamos deixado muito claro que, com a Diretoria Executiva da F. ITESP e a SJDC não haveria mais o que ser tratado, uma vez que, apesar de sempre afirmarem que estavam abertos à negociação, não moviam um centímetro sequer na posição que denominamos de ‘samba de duas notas só’, “estamos em ano eleitoral e a lei de responsabilidade fiscal não permitem nada.” Como vocês perceberam, voltou-se, então, à estaca zero, em matéria de negociações!

No dia 13 de agosto de 2010, em Agudos, na abertura da AGRIFAM, na parte da manhã, a AFITESP realizou uma manifestação pacífica, com faixas que deixavam muito claro os seus pleitos, 9 milhões de reais já, para recuperação das perdas salariais dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP. Apesar da truculência inicial dos seguranças da feira que tentaram impedir que a AFITESP levantasse suas faixas, os (as) trabalhadores (as), até por serem um contingente considerável, bem maior que o número de seguranças privados, depois de muito empurra-empurra e discussão acalorada, conseguiram seu intento.

Foi muito produtivo a estada dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, em greve, nesta Feira da Agricultura Familiar, pois, assim, houve condições de se dialogar com várias autoridades e lideranças ali presentes bem como lhes solicitar apoio, como o Deputado Federal do PC do B, Aldo Rebelo, o presidente licenciado da FETAESP, Braz Albertini, a liderança dos sem terra do Pontal do Paranapanema, Diolinda, companheira do líder Zé Rainha, a vice-prefeita de Bauru pelo PT, Estela Almagro. A todos e a todas a AFITESP entregou sua “Carta Aberta à População”. As fotos desta Assembleia podem ser vistas no endereço abaixo.²⁴

Na parte da tarde deste dia 13 de agosto de 2010, a AFITESP realizou sua assembleia estadual no próprio *stand* da AFITESP na AGRIFAM, onde se decidiu, então, pela suspensão da greve, até a data de 17 de setembro de 2010, portanto, um período de mais de mês – quando, novamente, haverá uma nova Assembleia Estadual na cidade de São Paulo, precedida por Assembleias Locais em todos os GTC’s e GT’s da F. ITESP no Estado de São Paulo, na

²⁴Disponível em <http://www.facebook.com/album.php?aid=23635&id=100000558402663&l=c8b80c25a4>
Acesso em 02 de jul. de 2013.

data de 16 de setembro de 2010 – para dar chance às negociações previstas, quais sejam convencer o próprio Governo do Estado, com apoio de deputados estaduais de todos os partidos, a ter a iniciativa de colocar, no orçamento da F. ITESP, para o ano de 2011, 9 milhões de reais, necessários à reposição das perdas salariais de 43%; uma audiência entre os técnicos da DAAF da F. ITESP e as Secretarias de Estado da Fazenda e Economia e Planejamento para discutir os detalhes da alocação dos referidos recursos orçamentários; pagamento, ainda neste ano, da recuperação das perdas anuais, de agosto de 2009 a agosto de 2010, além do pagamento integral dos dias parados.

A Assembleia aprovou, ainda, a criação, no sitio da AFITESP²⁵, do furtômetro, com o objetivo de demonstrar para a sociedade como um todo, que o Governo do Estado de São Paulo, que é do PSDB, furta no total dos (as) atuais 603 trabalhadores (as) da F. ITESP, 650 mil reais todo mês, quando não nos paga o que nos deve, ou seja, os 43%.

Aprovou-se, também, o imediato ingresso na Justiça do Trabalho, uma vez que o regime de contratação dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP é o da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, com uma ação de declaração do direito à reposição e condenação do pagamento das perdas salariais dos últimos cinco anos. Tal medida se faz urgente, uma vez que os (as) trabalhadores (as) que assinaram contrato com a F. ITESP em 02 de julho de 2001, já perderam mais de quatro anos de direito às perdas atrasadas.

Por último, a Assembleia Estadual de Agudos ratificou uma proposta da Assembleia da Sede, na qual a AFITESP faria uma reunião com a Diretoria Executiva da F. ITESP na segunda-feira, dia 16 de agosto de 2010, às 17h, para que a mesma tomasse ciência das deliberações tomadas pela categoria na Assembleia da AGRIFAM, em Agudos, em 13 de agosto de 2010.

Nesta reunião, a Diretoria da AFITESP, acompanhada da Comissão de Negociação da Greve, apresentou ao Diretor Executivo da F. ITESP as deliberações da Assembleia Estadual de Agudos, o qual, após ouvi-las disse que nada poderia fazer em relação às mesmas, uma vez que não possui autonomia financeira nem administrativa, num claro atentado ao Artigo 2º dos Estatutos da F. ITESP que reza: “*Artigo 2º - A Fundação de que trata o artigo anterior, dotada de autonomia administrativa e financeira, terá prazo de duração indeterminado, sede à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 554 - 5º andar, São Paulo-SP, e foro na capital do Estado de São Paulo.*” (g.n.)²⁶

²⁵ www.afitesp.com.br

²⁶ Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/legislacao/decreto_44944.aspx Acesso em: 31 de mai de 2013.

No final desta reunião, quando a AFITESP colocou que não abriria mão do pagamento integral dos dias parados, uma vez que a responsabilidade pela ocorrência da greve era da própria F. ITESP e da SJDC, tendo em vista que adiaram *sine diem* a reposição das perdas salariais dos (as) trabalhadores (as), e que em relação a essa matéria o Diretor Executivo da F. ITESP teria autonomia para decidir. O Diretor Executivo de pronto negou e disse mais, que não teria como pagar os dias parados sem a reposição dos mesmos. Os Diretores da AFITESP presentes, na intenção de não se permitir o desconto dos dias parados, aceitou que o pagamento se desse com o compromisso da reposição, até porque não se havia discutido essa questão até aquele momento com os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP.

A AFITESP fez questão de deixar claro ao Diretor Executivo da F. ITESP que a suspensão da greve daria um prazo de um mês para que as negociações avançassem efetivamente, caso contrário, se retomaria a greve a partir do dia 20 de setembro de 2010, com assembleia marcada para este fim no dia 17 de setembro de 2010.

Pois bem, nesse período, a AFITESP tem insistido com o agendamento de audiências com o Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania, que a princípio aconteceria na semana de 23 a 27 de setembro de 2010, depois transferida para o dia 03 de setembro de 2010 e, finalmente, remarcada para o dia 08 de setembro de 2010, às 15h. Percebe-se, claramente, que o Governo do Estado estava querendo ‘cozinhar’ os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP em ‘banho-maria’, apostando na sua desmobilização.

Nesse ínterim, o Diretor Executivo da F. ITESP, Marco Pilla, soltou uma circular impondo, de forma unilateral, a reposição dos dias parados a partir do dia 01 de setembro de 2010 até o dia 30 de novembro de 2010. Inicia o texto da circular afirmando “conforme entendimento com a AFITESP” quando na verdade, deveria ter dito “conforme entendimento com a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania” da qual ele é subalterno e subserviente confesso, uma vez que não houve qualquer entendimento em relação a prazos, apenas e tão somente em relação à reposição para não haver descontos incidindo nos já tão aviltados salários dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP.

Imediatamente a AFITESP foi contra essa medida, expedida com a clara intenção de punir a todos e todas que exerceram o sagrado direito constitucional à greve e solicitou uma nova reunião com o Diretor Executivo da F. ITESP, no dia seguinte à sua publicação, dia 31 de agosto de 2010, que aconteceu às 14h, nesta data, quando teve a oportunidade de colocar claramente sua posição de contrariedade à forma e em relação ao momento impróprio da reposição, uma vez que se estava em pleno processo de negociação, com a realização de operação padrão ou greve de zelo e, a greve, propriamente dita, apenas suspensa, podendo ser

retomada no dia 20 de setembro de 2010, caso as negociações não avançassem de acordo com os interesses dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP.

No final dessa reunião ficou acertado que essa questão como de resto todos os demais pontos de pauta seriam objetos da negociação com o Secretário da Justiça e Defesa da Cidadania que é quem efetivamente manda, uma vez que o Diretor Executivo da F. ITESP disse que o Artigo 2º do Estatuto da F. ITESP é apenas papel, sem validade, uma ficção, que, na prática, quem decide tudo é a SJDC.

A greve dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, independente de qual seja o seu desfecho, foi vitoriosa, por vários motivos, a saber, primeiro, pela demonstração de união dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, uma vez que, já fizemos e acompanhamos muitas greves, mas, nenhuma, com um percentual tão alto, 90% na primeira semana e 80% na segunda semana; segundo, essa greve colocou os (as) trabalhadores (as) no centro das atenções da sociedade, senão veja um pouco da repercussão na mídia em geral, nas diversas regiões²⁷:

²⁷Exemplos de matérias em periódicos que repercutiram a greve de 2010 dos (as) trabalhadores da F. ITESP.

Disponível em <http://www.araraquara.com/noticias/economia/2010/04/20/funcionarios-do-itesp-pedem-reajuste-salarial-de-43.html> Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em <http://www.camara-arq.sp.gov.br/Noticia/Noticia.aspx?IDNoticia=6069> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://jornalintegracaoopv.blogspot.com/2010/08/servidores-do-itesp-de-p-venceslau.html> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://oimparcial.uol.com.br/site/conteudo-ver.php?categoria=23&codigo=27610> Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em <http://raulmarcelo.com.br/2010/2010/08/04/raul-declara-apoio-a-greve-dos-funcionarios-do-itesp/> Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em http://www.cgtb.org.br/images_files/julho2010/2010-07-26/noticia01/noticia01.html Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em http://www.folhacidade.com.br/?pg=ver_noticia&id=5008 Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://www.folhadaregiao.com.br/noticia?263417> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://www.andrvirtual.com/Mostra.asp?Noticias=11870&Classe=Andradina> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://www.mundosindical.com.br/sindicalismo/noticias/noticia.asp?id=4015> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em http://www.portaldoruas.com.br/_portal/noticia.asp?id=18541 Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em <http://www.cruzeirosul.inf.br/materia.phl?editoria=39&id=328806> Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em http://www.ptalesp.org.br/bancada_ver.php?idBancada=2578 Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em <http://raulmarcelo.com.br/2010/2010/08/02/funcionarios-do-itesp-iniciam-greve-por-reposicao-salarial/> Acesso em 13 de set. 2010.

Estes são apenas alguns, existem muitos outros sítios na Rede Mundial de Computadores que poderão ser acrescentados aqui. Fato é que a greve de 2010 deu visibilidade aos problemas enfrentados pelos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP que, até aquele momento, eram apenas intuídos à F. ITESP. Em terceiro lugar foi a forma autônoma como as deliberações das Assembleias foram tratadas nas diversas regiões do Estado, as estratégias de como abordar os políticos e a imprensa local, a busca de apoio social à greve, foram as mais criativas possíveis, mas ao mesmo tempo a AFITESP foi capaz de manter um fio condutor em seus discursos, é só observar as matérias lincadas. Mais uma vez ficou comprovada, a importância da inteligência coletiva e a sua preponderância à visão de meia dúzia de iluminados que se acham os donos da verdade sobre tudo na F. ITESP. Por último, mas, não menos importante, já se conquistou o não desconto dos dias parados, se com reposição ou sem reposição, essa discussão é secundária. O importante é que os (as) trabalhadores (as) que já tem seus salários aviltados, não foram duplamente castigados, com descontos de seus proventos, uma vez que não fizeram greve por vontade própria, mas, sim, foram empurrados a isso pelo descaso e intransigência do poder público estadual. O pagamento integral dos dias parados se deveu à força da greve conduzida democraticamente pela AFITESP, que ninguém ouse duvidar mais disso! Quem não acreditou na greve dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP e menosprezou a sua capacidade de organização, pagou pra ver e viu! A questão que se colocava era o Governo do Estado de São Paulo iria pagar pra ver novamente? No dia 17 de setembro de 2010, às 11h, em frente ao prédio da SJDC, no Pátio do Colégio, centro de São Paulo foi marcado uma nova assembleia. Segundo a AFITESP o (a) trabalhador (a) da F. ITESP merece respeito e consideração na negociação, por isso, exigia o

Disponível em http://www.redebrasilatual.com.br/radio/programas/jornal-brasil-atual/itesp_trabalhadores_greve_reajuste_salarial.mp3/view Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em <http://www.zemoleza.com.br/noticia/1574854-itesp-entra-em-greve-a-partir-de-hoje.html> Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em http://tn.temmais.com/noticia/7/18331/itesp_paralisa_trabalhos.htm Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://assincrasp.wordpress.com/2010/08/03/greve-comeca-forte-no-itesp/> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://www.jornaloimparcial.com.br/?p=13872> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://www.prt2.mpt.gov.br/coi/atas/ata1a5b1e4daae265b790965a275b53ae50.pdf> Acesso em 01 de jun. 2013.

Disponível em <http://www.cruzeirosul.inf.br/materia.phl?editoria=20&id=328555> Acesso em 13 de set. 2010.

Disponível em <http://www.petitiononline.com/tag/afitesp> Acesso em 13 de set. 2010.

valor necessário para o pagamento dos 43% de aumento aos (às) trabalhadores (as) da F. ITESP já no Orçamento de 2011, que é aprovado pela ALESP, ainda no ano de 2010, senão ficaria claro e óbvio que o Governo do Estado de São Paulo não queria dar aumento para os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, o que os obrigariam a paralisar suas atividades novamente.

Objetivamente a greve de 2010 durou apenas 10 dias e não foi mais retomada neste ano, mas sem dúvida nenhuma ela foi o agente direto responsável pela recuperação média das perdas salariais de 20% acima da inflação, ainda que, não imediatamente, uma vez que, a SJDC alegava, de maneira intransigente, que estava impedida de fazer qualquer recuperação salarial, no ano de 2010, pela Lei Eleitoral – 9.504/97 e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – e que, inclusive, a recuperação das perdas anuais, do período de setembro de 2009 a agosto de 2010, só seria paga em janeiro de 2011, baseado num parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE – que impede o pagamento das referidas perdas no último semestre que antecede o fim do mandato do gestor público, baseado na LRF, num claro desrespeito ao dispositivo constitucional, no caso, o Art. 37, Inciso X, que obriga a reposição das perdas salariais anualmente. Mas, em 2011, após a realização do 2º Plebiscito interno à F. ITESP, que apontou para a realização de um novo movimento paralista, logo após a realização de uma Audiência Pública na ALESP que, além de lançar a Frente Parlamentar da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, discutiria a situação dos (as) trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, a SJDC e a F. ITESP trataram de correr e antecipar o anúncio da referida reposição média de 20% nas perdas salariais destes trabalhadores (as), diga-se de passagem, restrito apenas aos salários, portanto, não extensivo aos benefícios, para se evitar um novo movimento grevista exitoso na F. ITESP.

Espera-se, com essa narrativa crítica sobre a greve de 2010 dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, que se veja, de forma clara e cristalina, como o Governo do Estado de São Paulo, sob o manto da democracia, é centralizador, com uma visão, apenas e tão somente, gerencial da questão social, com órgãos burocráticos internos às Secretarias de Estado que possuem superpoderes, como o CODEC e a CPS, que desrespeita os demais poderes e, através da invocação da Lei de Responsabilidade Fiscal, diga-se de passagem uma legislação infraconstitucional, atropela-se até a própria Constituição Federal, fazendo da injustiça a sua marca em matéria das relações trabalhistas e transforma a todos (as) trabalhadores (as), em verdadeiros súditos, sem direitos, apenas com deveres. Por isso, sugerimos aqui, para efeito de melhor expressar a realidade dos fatos, em relação ao tratamento recebido pelos (as)

trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, a alteração do nome, de atual, Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania para Secretaria de Estado da Injustiça e Defesa da Suditania.

4.3 Resultado do 2º Plebiscito sobre uma Greve na F. ITESP realizado pela AFITESP em 2011.

“Não há vento favorável para quem não sabe a que porto se dirige” Luiz Carlos Prestes
Nós da AFITESP, sabemos o que queremos e onde iremos chegar! Venham conosco!

1) – Em sua visão, houve mudanças significativas, para melhor, nas condições de trabalho, benefícios e salários na Fundação ITESP, após o Plebiscito realizado pela AFITESP, em abril de 2010, até a presente data, 17 de outubro de 2011? SIM (23 votos – 6,23%) NÃO (333 votos – 90,24%) Brancos (08 votos – 2,16%) Nulos (05 votos – 1,35%) Total de Votos = 369 – 100%

Se você respondeu NÃO, quais as principais causas do seu descontentamento com as condições de trabalho, benefícios e salários na Fundação ITESP? Enumere de maneira crescente, de 01 a 06, na ordem de importância para você. Entende-se, assim, que 01 será a causa mais importante e 06 a menos importante.

[Não foi sistematizada, ainda sem resultado, por enquanto.]

- a) () Salários e benefícios defasados - pela ausência de plano de reposição -, frente aos praticados pelo ‘mercado’ público de trabalho, em áreas afins;
- b) () Ferramentas de trabalho sucateadas tais como, computadores ultrapassados, ausências de hardwares e softwares, carros com mais de 300 mil km rodados, dentre outras;
- c) () Ausência de implementação do Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS;
- d) () Constante prática de assédio moral imposto pela administração fundacional, através da disseminação de uma verdadeira indústria de sindicâncias;
- e) () Sobrecarga de trabalho, gerada pela saída de mais de 450 servidores desde o início das atividades da Fundação ITESP, em 2001, contando com uma defasagem atual existente de mais de 110 servidores em relação ao quadro completo de cargos previsto à época bem como pelo aumento do público atendido e dos serviços prestados pela Fundação ITESP;
- f) () Descontinuidades das políticas agrárias e fundiárias implementadas pela Fundação ITESP, devido a alta rotatividade de pessoas estranhas à Fundação ITESP, nos 36 cargos de confiança ou de livre provimento existentes.

Ainda, se você respondeu NÃO, a quem você atribui a responsabilidade pelas ausências de tais mudanças?

(198 votos) Atual Governador do Estado de São Paulo; (91 votos) Atual Secretária de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania; (89 votos) Atual Diretor Executivo da Fundação ITESP; (164 votos) Os órgãos burocráticos como a Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDC – e o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC – da Secretaria de Estado da Fazenda e a Comissão de Política Salarial – CPS – da Secretaria de Estado da Casa Civil do Governo do Estado; (37 votos) Outro(s).

Qual (is)? 24 votantes indicaram outros responsáveis. Brancos 14 votos; Nulo 01 voto

2) No 1º Plebiscito realizado pela AFITESP, em 2010, a maioria absoluta dos (as) servidores (as) da Fundação ITESP optou pela realização de uma GREVE como forma de enfrentamento do arrocho salarial de 43% que, há dez anos, somos submetidos pela Fundação ITESP. Segundo sua visão, devemos retomar o processo de GREVE que suspendemos há mais de um ano? SIM (195 votos – 52,84%) NÃO (162 votos – 43,90%) Brancos (09 votos – 2,43%) Nulos (03 votos – 0,81%) Total: 369 votos – 100%.

Se você respondeu SIM! Devemos retomar a Greve! Quando? (134 votos – 68,71%) Já, a partir de 16 de novembro de 2011, uma vez que já tinham sido dado 10 meses de prazo para o novo Governador de São Paulo e a Secretária de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania avaliar nossa situação e nos apresentar uma solução para o problema de falta de reposição salarial, com prazos definidos para liquidação desta dívida; (58 votos – 29,74%) Somente a partir de março de 2012, quando, enfim, esperamos que as condições objetivas (realidade) e subjetivas (individuais) possam melhor favorecer o nosso movimento grevista. Brancos (03 votos – 1,53%) Total entre aqueles que optaram por greve = 195 votos – 100%.

Se você respondeu NÃO, é contrário a retomada da GREVE do ano passado, qual foi o motivo da sua resposta? (10 votos) Você simplesmente não quis participar da Greve no ano passado; (23 votos) Você é, por princípio, contra todo e qualquer tipo de GREVE; (00 votos) Você está contente com as condições de trabalho, benefícios e salários da Fundação ITESP; (44 votos) Você não concordou com a maneira como foi aprovada, conduzida e encerrada a Greve do ano passado; (41 votos) Você entende que a Diretoria da AFITESP negociou mal o fim da Greve do ano passado. Deveria ter negociado o pagamento integral dos dez dias parados, sem compensação das horas paralisadas; (79 votos) Você é favorável a outras formas de lutas para se conseguir o resgate da nossa dignidade profissional. (04 votos) Brancos (02 votos) Nulos. Qual (is) forma (s) de luta? “Audiências Públicas [2] (incansáveis e em grande

quantidade)”; “Audiências Públicas, convencimento de deputados, ação judicial.” Ação Judicial sobre a Reposição Salarial [“Tribunal de Justiça”], [“Luta Judicial – PCCS / Quinquênio”], [“Devemos entrar com ações contra o Governo”], [“Entrar na Justiça”], [“Via judicial”], [“Justiça”], [“Propor Ação Judicial para o pagamento dos 43% devidos ou dos 30,3% reconhecidos pela Fundação ITESP e Secretaria da Justiça”], [“Judicial”], [“Devemos entrar em (sic) processo judicial”], [“Meios Judiciais”], [“Processo Judicial”], [Ações Judiciais]; “Entrar com ação no Ministério do Trabalho.”; “Alertas e paradas estratégicas.”; “A Luta é o diálogo até o fim. Depois disso, não havendo solução, procuro outro caminho.”; “O problema da Greve é a questão da adesão. Por isso temos que achar outras formas de pressão. Mas se a adesão for [da] maioria, sou a favor da Greve.”; “Articulação política com os apoiadores da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.”; “Deputados, Prefeitos, Movimentos Sociais e Público Alvo.”; “Negociação mais próxima dos órgãos responsáveis.”; “Envolver as famílias beneficiárias para nossos trabalhos (os assentados)”]; “Fui atuante na Greve do ano passado, porém, pelo descaso das autoridades por (sic) nossa causa, não estou motivado para uma nova Greve.”; “Atos e outros.”; “Continuar as negociações no nível superior de Governo.”; “Manifestação na Assembleia Legislativa – Apoio Político.”; “Greve Branca.” [2]; “Greve Branca: entrar no prédio e não trabalhar.”; “Greve Branca, paralisações diárias (1 hora) fazendo menção ao baixo salário e condições de trabalho.”; “Reivindicar com políticos da área (sic) ou não.”; “Negociações, diálogos, busca de apoio a (sic) parlamentares e sociedade.”; “Judicialmente, protestos, manifestações [2] e ações políticas.”; “Greve (sic) Tartaruga.”; “De imediato, a paralisação de 1 (um) dia de protesto.”; “Procurar os dirigentes do Estado (sic), sensibilizar todo Deputado, Vereadores e Diretor do ITESP (sic).”; “Negociar um prazo para o que falta e, depois, sim, pensar numa Greve.”; “Participação, contatos perante população, beneficiários e políticos.”; “Manifestações coletivas diversas dos Funcionários da Fundação ITESP.”; “As que vêm sendo feitas, negociações.”; “Conduzir negociações de forma conjunta, todos em prol da instituição e funcionários.”; “Paralisações esporádicas, visitas aos deputados estaduais, prefeitos, adesão dos movimentos sociais.”; “A sociedade em geral tem que saber da nossa importância e estar do nosso lado.”; “Exposição (sic) do Governo na mídia, redes sociais, entidades, partidos etc.”; “Fazer gestões políticas em todas as esferas governamentais.”; “Meios políticos.” “Ação contínua junto aos deputados.”; “Continuando com a luta.” [Qual?]; Obs. Houve uma sugestão de que deveria haver outra alternativa nesta questão: (X) Outro. Qual (is)? “Não era funcionário (a) nesse período.”; “Estava de Férias.”; “Bom se pagarem os 600,00 reais descontados, posso até pensar na Greve.” [Pelo jeito trata-se de um servidor que, mesmo a AFITESP negociando reposição de

10 dias de Greve de 2010, num prazo total de 10 meses, não conseguiu, devido aos seus motivos particulares, repor os dias parados e, por isso, teve seus dias descontados.]; “Hoje estamos enlouquecidos! Reforma Agrária não é importante para o Governador.”; “Falta de união dos Funcionários.” [Não foi isso que vimos no ano passado, uma vez que nossa Greve atingiu a marca de 90% dos servidores parados]; “Entendo, neste momento, que a greve seria altamente desgastante e tornaria possíveis diálogos com as autoridades praticamente impossíveis.” [Pergunto-lhe, quando que uma Greve não é desgastante? Só se for para aqueles que não a fazem! Atualmente existe diálogo ou enganação? Há quantos anos estamos sendo literalmente enrolados?]; “Não acredito na mobilização dos funcionários hoje.”; “Greve fora de período eleitoral como foi a do ano passado” [Motivo fora de propósito, uma vez que, no presente Plebiscito, não existe nenhuma proposta de greve indicativa para nenhum período eleitoral]; “O desgaste (sic) foi muito grande. A ausência de um sindicato (sic) é problema.”

“1 ou 2 semanas de Greve não resolve nada.” [Quem define o prazo da Greve são os (as) servidores (as) da Fundação ITESP nas Assembleias Estaduais, isso não é dado antes do movimento se iniciar.] “Só a Sede paga o pato.” [Quando iremos atentar para o fato de que essa divisão entre Sede e Campo é uma jogada da Diretoria Executiva da Fundação ITESP para nos dividir. É a velha e surrada máxima romana, dividir para reinar! Acorda companheirada!]; “Não, o caminho é esse!!!” [Respondeu indevidamente, uma vez que votou pela retomada da Greve a partir de Março de 2012 e essa era uma questão a ser respondida apenas pelos que são contrários à Greve]; “Simplesmente acho que o governo não se intimida com greve, não adianta nada.”; “A advogada da AFITESP negociará (sic) a reposição das horas sem consultar os funcionários foi a atitude mais pelega que eu já vi”. [Primeiro, precisamos deixar bem claro, a AFITESP não tem advogada. Nós já explicamos, à exaustão, essa atitude da Diretoria Executiva da AFITESP, em defesa principalmente daqueles (as) servidores (as) que ganham menos e não suportariam os descontos em seus vencimentos. Diante da posição intransigente da Diretoria Executiva da Fundação ITESP, em descontar integralmente os dias parados, se os mesmos não fossem repostos, não restou outra alternativa à Diretoria da AFITESP, se não a de aceitar a reposição dos dias parados. A crítica destrutiva e a recusa à participação coletiva são atitudes passivas e de aceitação cordial da nossa atual situação, portanto, bem mais fáceis do que a participação ativa e a busca de novos caminhos alternativos para nossa luta. Só erra quem faz, quem é protagonista, ator. O expectador nunca erra, só assiste e, no máximo, vaia, joga pedra.]. E o que é pior, faz o jogo de quem está no poder. “Não vejo como convencer o Governador, não posso dizer que não (sic) estou contente com as condições de trabalho e claro que se houvesse uma perspectiva de melhora seria ótimo

e, também, em alguns GTC's quem não participou da Greve foi hostilizado, teve até insultos, greve vai atingir o Governador? Eu não acredito!"; "Fui favorável a Greve anterior, mas percebo que o ITESP não tem peso para fazer falta, sem força."; "No momento uma greve irá prejudicar os produtores e não o Governo do Estado e nem a Fundação ITESP." "A Greve, neste Governo, não significa que obteremos nossas reivindicações." "O momento da Greve precisa ser na hora certa, quando a instituição estiver precisando de trabalhos urgentes."

3) – Como você avalia a atuação da AFITESP nos últimos 03 anos? Assinale apenas uma alternativa! (36 votos – 9,37%) Ótima; (162 votos – 43,90%) Boa; (117 votos – 31,70%) Regular; (24 votos – 6,50%) Ruim; (13 votos – 3,52%) Péssima; (13 votos – 3,52%) Brancos. (04 votos – 1,08%) Nulos

4) – O que podemos fazer para melhorar nossa atuação e corrigir nossos erros? Deixe-nos aqui suas sugestões! Serão muito bem vindas!

[Ainda não foi sistematizada]

5) – Você é Associado da AFITESP?

SIM (267 votos – 72,35%); NÃO (91 votos – 24,66%) Brancos (08 votos – 2,16%) Nulos (03 votos – 0,81%) Total = 369 votos – 100%. Se respondeu NÃO, deseja associar-se? SIM (10 votos – 10,98%); NÃO (78 votos – 85,71%); Brancos (03 votos – 3,29%); Total = 91 votos – 100%

Na democracia, a maioria vence e quem não participa, acata a decisão da maioria que participou! Dos (as) 570 trabalhadores (as) aptos (as) a votarem, 369 o fizeram, ou seja, 64,74%. Deixaram de votar, 201 servidores (as), ou seja, 35,26%.

A Diretoria Executiva da AFITESP se propôs encaminhar, na Assembleia Estadual do dia 10 de novembro de 2011, às 10h, que ocorreria em frente ao prédio da SJDC, a vontade da maioria, expressa pelo Plebiscito. Caberia, a todos e a todas, a sua aprovação ou não, uma vez que o Plebiscito, por não ter previsão estatutária, não é deliberativo, apenas indicativo e a Assembleia Geral Estadual é que tem tal poder. Portanto, a AFITESP conclamava todos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP a participar, defender suas posições, a votar coerente com as suas posições expressas no Plebiscito e fazer exatamente o que se decidiu em Assembleia. Fazia um apelo, ainda, no sentido de que não se votasse, para que o outro fizesse, o que era de sua exclusiva responsabilidade fazer.

Antes do início da Greve, propriamente dita, a AFITESP propunha uma participação massiva na Audiência Pública dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, no mesmo dia 10 de novembro de 2011, às 15h, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por entender que esta era uma proposta mais consensual do que a Greve. Cabe ressaltar que o objetivo dos

(as) trabalhadores (as) da F. ITESP não era a GREVE EM SI, mas sim, a conquista da tão aguardada reposição salarial que, há uma década, se batalhava sem sucesso. Por isso, convocava todos à luta e agradecia pela participação ativa no Plebiscito!

4.4 A Construção de Indicadores de Precarização Social do Trabalho na F. ITESP.

Vimos que um dos objetivos específicos da nossa pesquisa será a construção de indicadores de precarização do trabalho na F. ITESP, a saber, **1)** perda do poder aquisitivo dos salários e dos benefícios, quando da passagem da vinculação à FUNDUNESP, do antigo Instituto de Terras do Estado de São Paulo [ITESP], para a recém-criada F. ITESP; **2)** anulação do Concurso Público inicial, do ano de 2000, da F. ITESP; **3)** defasagem salarial imposta aos (às) seus (uas) trabalhadores (as) pelas sucessivas diretorias executivas da F. ITESP, durante os dez anos citados; **4)** da ausência de aplicação do Plano de Cargos, Carreira e Salários [PCCS]; **5)** da permanente defasagem no quadro de trabalhadores (as) da F. ITESP; **6)** da transformação dos cargos de nível superior das várias profissões que compunham o quadro funcional do antigo Instituto de Terras do Estado de São Paulo [ITESP], em Analistas, na atual F. ITESP, como de Analista de Desenvolvimento Agrário, Fundiário e de Gestão Organizacional; **7)** da utilização do expediente da terceirização; **8)** da substituição da mão de obra profissional por estagiários; **9)** do número de adoecimento – 571 casos, de julho de 2001 a dezembro de 2010 – e o conseqüente afastamento e a morte de trabalhadores (as) em serviço; **10)** da falta de qualquer preocupação com ergonomia; **11)** da ausência de condições de salubridade de alguns cargos; **12)** da prática de um banco de horas irregular – uma vez que não há, nem nunca houve uma negociação coletiva com a AFITESP – em vez do pagamento de horas extras; **13)** da ausência de preocupação com uma política de acessibilidade em relação àqueles trabalhadores (as) que ingressaram na F. ITESP através da cota para pessoas com deficiência no referido concurso; **14)** da perda do benefício da cesta básica mensal para os trabalhadores (as) de menor poder aquisitivo, geralmente os auxiliares; **15)** da ausência do recebimento do quinquênio, da licença prêmio e sexta parte; **16)** da existência de benefício interno destinado aos seus trabalhadores (as), apenas formal, que não se efetiva na prática, ou se cria dificuldades intransponíveis para acessá-lo, como o denominado Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização Profissional; **17)** da maioria absoluta dos trabalhadores (as) se encontrar com empréstimos consignados em folha de pagamento e ou devedores em limites do cheque especial junto ao Banco do Brasil – BB.

Passaremos agora, então, a discorrermos sobre cada um deles:

4.4.1 Perda do poder aquisitivo dos salários bem como dos benefícios, quando da passagem da vinculação à FUNDUNESP, do antigo Instituto de Terras do Estado de São Paulo [ITESP], para a SJDC da recém-criada F. ITESP.

Para se compreender os processos de precarização do trabalho na F. ITESP temos que refazer a trajetória dos problemas que afetam os trabalhadores (as) da F. ITESP, já a partir do momento de sua criação. Temos que nos retroceder, no tempo, ao órgão que a precedeu, ou seja, o antigo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP – criado em 1991, um órgão vinculado administrativamente, num primeiro momento ao BANESER – Banespa Atividades Técnicas e Administrativas – e, num segundo momento, à Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista – FUNDUNESP. O ITESP tinha apenas 400 servidores, que gozavam de todos os benefícios trabalhistas celetistas dos servidores da UNESP, a saber, tíquete refeição ou vale alimentação, auxílio creche, seguro de vida em grupo, convênio médico privado, diárias compatíveis com os trabalhos prestados, financiamento antecipado das férias, além de um salário médio de nível superior correspondente a 15 Salários Mínimos de Referência Nacional – SMRN – e o pagamento de trabalhos de ATER através de km rodado com carro próprio.

Quando o ITESP é transformado numa Fundação, autônoma administrativamente, mas dependente do orçamento da SJDC e submetida à insensibilidade social dos órgãos burocráticos das Secretarias de Estado da Fazenda, da Economia e Planejamento bem como da Casa Civil do Governo Estadual, o seu trabalhador público perde completamente todos estes benefícios, e há, ainda, um achatamento salarial, em média de 50%. Os trabalhadores (as) passam a ganhar, da noite para o dia, um salário médio de nível superior correspondente ao valor de 10 Salários Mínimos de Referência Nacional – SMRN – à época.

Para que se tenha uma ideia do tamanho dessas perdas, apenas em 2005, quatro anos após o ingresso, os trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, após muitas lutas, inclusive, uma greve liderada pela AFITESP, que ocorreu neste mesmo ano, conseguiram reconquistar os benefícios trabalhistas que haviam perdido quando da transformação do ITESP em F. ITESP, a saber, o convênio médico particular, o auxílio creche, o seguro de vida em grupo, o vale alimentação ou tíquete refeição. As diárias que os servidores recebiam nos seus deslocamentos a serviço pelo Estado, a partir de seus respectivos grupos de trabalhos, ainda

continuariam irrisórias, para não dizer ridículas, por longos anos. Isto não significou que os trabalhadores (as) tenham ficados tranquilos, muito pelo contrário, a insegurança diante da eminência da perda de benefícios e ou da qualidade dos mesmos, tem sido uma constante, como ocorrera na renovação do contrato com as empresas que fornecem o vale alimentação e o tíquete refeição bem como do convênio de assistência médica hospitalar.

4.4.2 A Anulação do Concurso Público inicial, do ano de 2000, da F. ITESP.

O mais trágico, contudo, para os trabalhadores (as) públicos da F. ITESP foi que a validade do Concurso Público da F. ITESP 2000, que legitimou o ingresso, dos antigos servidores do ITESP, na F. ITESP passa a ser questionado judicialmente pelo Ministério Público Estadual – MPE – devido aos vícios de origem insanáveis. A F. ITESP passa a fazer a defesa de mérito do edital do concurso, no processo em questão, mas perde, na primeira e na segunda instância, e o processo segue, então, para a terceira instância, o Superior Tribunal de Justiça – STJ. Ainda na segunda instância, a AFITESP articula a contratação de um advogado particular, em nome de todos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, que não discutirá mais o mérito – uma vez que, em sua avaliação, o concurso apresentava inegáveis vícios de origem que eram realmente insanáveis – mas sim, questiona-se a forma, ou seja, como o MPE buscou anular o concurso, alijando os trabalhadores (as) públicos da F. ITESP do processo, uma vez que estes eram parte interessada no mesmo. Com isso, baseado na tese jurídica do litisconsórcio, só em 2011, conseguiu-se que o Superior Tribunal de Justiça – STJ – fizesse justiça, anulasse a sentença inicial e remetesse o processo novamente à primeira instância, para que todos os trabalhadores (as) públicos envolvidos no processo seletivo de 2000 fossem citados e para que fizessem suas respectivas defesas. Portanto, os trabalhadores (as) públicos da F. ITESP laboraram, durante 10 anos, com uma ‘espada sobre suas cabeças’, temendo a perda do emprego a qualquer momento. Isto causou uma vulnerabilidade negocial enorme a esta categoria de trabalhadores (as) públicos, colocando-os em condições de inferioridade e dificultando, sobremaneira, suas lutas pela melhoria nas condições de salários, benefícios e trabalho frente ao empregador direto, no caso, o Governo do Estado de São Paulo, mediado pela SJDC e a Secretaria de Estado da Economia e Planejamento bem como pelos órgãos burocráticos internos às Secretarias de Estado da Fazenda e da Casa Civil, respectivamente, a Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e Contratações Eletrônicas – CEDC – e o Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC – bem como a Comissão de Política

Salarial – CPS. Podemos dizer, então, que a anulação do Concurso ITESP 2000, foi o elemento que fundou as condições da precariedade das relações trabalhistas internas à F. ITESP, nesse período de 11 anos, agravadas por outros elementos que passamos a descrever abaixo.

4.4.3 Defasagem salarial imposta aos (às) trabalhadores (as) pelas sucessivas Diretorias Executivas da F. ITESP.

Somado a tudo isso, ainda pesava sobre os ombros dos servidores da F. ITESP, uma defasagem salarial fruto da ausência da correção anual referente a julho de 2001 a julho de 2002 e de julho deste ano até julho de 2003 que, somada à defasagem entre o período da pesquisa de mercado dos salários, em 1999, quando da criação legal da F. ITESP, até sua aplicação, a partir de julho de 2001, perfazia um total médio de 56,54% de perdas acumuladas até julho de 2011, conforme nos mostra o Gráfico I.²⁸

O fato que ficou evidente para todos os (as) trabalhadores (as) públicos da F. ITESP e seus familiares foi que houve a devolução ao Tesouro do Estado de recursos orçamentários da F. ITESP, específicos para a folha de pagamento e encargos sociais, entre os anos de 2001 e 2009, no montante de mais de 5,5 milhões de reais, sem que fosse realizada a devida e obrigatória reposição da inflação anual aos salários destes trabalhadores (as) entre os anos de 2000 e 2003, conforme podemos observar em gráfico²⁹

Como podemos observar no gráfico 03³⁰, a cor vermelha representa o montante que foi orçado para a rubrica encargos e salários da F. ITESP, a partir do ano de 2001, mais especificamente a partir de 02 de julho deste ano, quando se dá a contratação dos (as) trabalhadores (as). Por esse motivo é que a dotação orçamentária de 2001 representa praticamente a metade das dotações orçamentárias dos anos subsequentes. O que há de comum em todos os anos é o fato de que execução orçamentária, de cor azul, ter ficado aquém da dotação orçamentária destinada à rubrica de encargos e salários da F. ITESP, principalmente entre os anos de 2002 a 2004, quando não foi aplicada a correção anual da inflação aos salários dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP. É perceptível também que a

²⁸Cf. gráfico 01 – Apêndice B, p. a. [155].

²⁹Cf. gráfico 03 – Apêndice B, p. b. [156].

³⁰Cf. p. b [156].

defasagem entre o orçado e o executado volta a ficar discrepante nos anos 2007 e 2008 pelo motivo da grande defasagem de profissionais provocada pela saída massiva de trabalhadores (as) oriundos (as) do concurso de 2000, causada pela defasagem salarial, a instabilidade gerada com a anulação deste concurso pelo MPE-SP e a ausência de uma política agrária e fundiária bem delineada pelo Governo do Estado de São Paulo, que tem na F. ITESP, a sua executora.

4.4.4 Ausência de aplicação do Plano de Cargos, Carreira e Salários [PCCS].

Dentro do contexto dos problemas que afetam o trabalho na F. ITESP, a ausência da implementação de um Plano de Cargos, Carreira, e Salários – PCCS – efetivo, ocupa um papel central junto com a questão da defasagem salarial e da anulação do concurso de 2000, uma vez que, em dez anos, houve apenas duas progressões horizontais na carreira, fazendo avançar os trabalhadores (as) público que se encontravam na letra A para B e, desta, para C, mesmo assim, não de maneira universal, no valor de 2% a mais para cada referência. Já em relação à progressão vertical, aquela em que o trabalhador público da F. ITESP mudaria de nível, não houve sequer, nenhuma mudança. Em outras palavras, aquele trabalhador público que ingressou no nível I, sem experiência, seja como auxiliar, técnico ou analista na F. ITESP, há dez anos, continua recebendo sua remuneração no mesmo valor de quando ingressou, apenas corrigida pelo índice inflacionário, no caso, o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – IPC/FIPE – USP, a partir do ano de 2004. Então, aquele trabalhador que ingressou na F. ITESP no ano de 2011, ganha quase o mesmo salário daquele que ingressou no ano de 2001, a diferença girará em torno de 4% a maior, caso este último tenha sido agraciado com as duas referências supracitadas, as letras B e C. E o que é muito pior para a motivação profissional, esse mesmo trabalhador, com 10, 12 ou mais anos de F. ITESP é considerado ‘sem experiência’, uma vez que essa é a descrição do cargo de nível I na F. ITESP. Isto, numa avaliação preliminar, sem lastro de pesquisa, tem sido apontado internamente, por alguns trabalhadores (as), como uma das causas da fuga, em massa, dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP em busca de carreiras públicas correlatas mais atraentes na esfera federal, estadual e até mesmo de alguns municípios, onde há uma valorização profissional maior do trabalhador público. O que levou o ex-Diretor Executivo da F. ITESP, Gustavo Gonçalves Ungaro, a denominar esses (as) trabalhadores (as) que saem em busca de melhores e maiores salários, de ‘concurseiros’,

isentando-se, assim, de suas responsabilidades no resgate da dignidade dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP.

4.4.5 Permanente defasagem no quadro de trabalhadores (as) da F. ITESP.

Fato é que, mesmo realizando o segundo concurso, em 2008, a F. ITESP, nestes dez anos, sempre sofreu com o problema da defasagem do quadro de servidores. Em média, sempre faltou em torno de 103 servidores ano, nos diferentes cargos e diretorias, o que, além de comprometer a qualidade do serviço público prestado, sobrecarrega demasiadamente os trabalhadores (as) públicos que respondem sozinhos, muito mais pela militância do que pelos seus aviltados salários, as demandas oriundas dos beneficiários dos serviços públicos prestados pela F. ITESP. Chegou-se ao cúmulo da gravidade da questão, onde, no Grupo Técnico de Infraestrutura da Sede da Fundação, em 2013, não se ter mais nenhum engenheiro de carreira respondendo pela imensa e intensa demanda da instituição nessa área. Apenas o gerente, que é cargo de confiança ou de livre provimento, é engenheiro. Ele gerencia quem e o quê? Trata-se do irreparável e irreversível processo de descapitalização humana que assola a F. ITESP desde 2001. Em relação à sobrecarga de trabalho, veja o que nos diz Cavalcante:

Por outro lado, a precarização, que trouxe novas formas de organização do trabalho, produz fendas nas conquistas históricas dos trabalhadores. *Com relação aos que têm um emprego formal, observou-se a intensificação da sua carga de trabalho.* (...) (g. n.) (2008, p. 131).

Observem os gráficos 04 e 05³¹ bem como a tabela 01³², como se deu essa “sangria” dos trabalhadores (as) da F. ITESP ao longo dos anos.

4.4.6 Transformação dos cargos de nível superior das várias profissões que compunham o quadro funcional do antigo ITESP, em Analistas, na atual F. ITESP.

A transformação dos cargos de nível superior das várias profissões que compunham o antigo quadro do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, como os Engenheiros

³¹Cf. p. b-c [156-157]

³²Cf. p. I [158]

Agrônomos, Cartógrafos, Florestais, Silvicultores, Veterinários, Administradores, Contadores, Assistentes Sociais, Advogados, em Analistas na F. ITESP seja de Analista de Desenvolvimento Agrário, Fundiário e de Gestão Organizacional, com a clara intenção de burlar as diferentes leis dos Pisos Salariais Nacionais das categorias acima citadas, claro que, com isso, o Estado pode pagar menos que o Piso Salarial Nacional destas categorias. Determina, ainda, que este profissional seja obrigado pela administração da F. ITESP a recolher, anualmente, as respectivas guias de contribuição aos respectivos Conselhos Regionais e Ordem, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA –, Conselho Regional de Contabilidade – CRC – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – dentre outros. Isto sem falar das Anotações de Responsabilidades Técnicas – ART’s –, que os profissionais da área de engenharia, principalmente, os da cartografia, são obrigados a assinarem, mesmo que não exerçam a profissão e não ganhem o que deveriam, segundo os respectivos Conselhos e Ordem classistas.

Segundo Offe,

(...) Com a desprofissionalização do trabalho frequentemente constatada (cf. Crusius/Wilke 1982, 174-230) desaparece também o lado subjetivo da profissão, no sentido de um feixe de deveres e exigências atribuídas a uma determinada função de trabalho, do “orgulho profissional” e seu reconhecimento social. Como é sabido, Max Weber via na profissionalização do trabalho uma condição da qual dependia a ética do trabalho e com ela o “espírito do capitalismo”. (1989, p. 27).

4.4.7 Utilização do expediente da terceirização na contratação da mão de obra especializada.

A F. ITESP passou, então, a terceirizar algumas de suas atividades, tendo em vista que alguns serviços, como a elaboração do Relatório Técnico Científico – RTC – na constituição do laudo antropológico para o reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQ’s), por antropólogos e gradativamente foi excluindo este profissional dos quadros da F. ITESP. A pesquisa também foi terceirizada, após a saída completa de todos os servidores do Grupo Técnico de Pesquisa da Diretoria Adjunta de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional (DAFPPI) – e a extinção completa deste Grupo Técnico na gestão do Diretor Executivo da F. ITESP, Gustavo Gonçalves Ungaro. No final de 2011, foram extintos de uma só vez, os cargos de auxiliar de desenvolvimento fundiário da DARF e os cargos de

motorista da DAAF, e que, por se tratar de profissionais imprescindíveis aos trabalhos realizados pela F. ITESP, a Diretoria Executiva da F. ITESP fatalmente lançará mão do expediente da terceirização para suprir a ausência destes profissionais ou, na pior das hipóteses, fará com que os técnicos fundiários desempenhem suas funções, numa clara e inequívoca situação de desvio de função patrocinada pela própria instituição. Como nos diz Cavalcante:

As terceirizações acabam sendo responsáveis por vários aspectos da precarização do trabalho nos elos frágeis das cadeias produtivas, posto que contribuem para o aumento do trabalho informal, ou do trabalho por tempo determinado, e para a expansão dos baixos salários. (g. n.) (2008, p. 90).

4.4.8 Substituição da mão de obra profissional por estagiários.

Ainda na esteira da compensação da defasagem do quadro funcional, a F. ITESP utiliza-se de estagiários de diferentes áreas do conhecimento para suprir a falta de profissionais das mesmas. É bem verdade que a utilização da mão de obra de estagiários faz parte do desenho original da F. ITESP, mas, no início, servia de base para uma prática clientelista, uma vez que quem indicava os estagiários era os cargos de confiança, geralmente, os Coordenadores das Regionais da F. ITESP, um cargo com funções estritamente político-partidárias. Somente anos mais tarde, é que os estagiários passaram a ser selecionados através de concurso realizado pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP. Esse argumento do uso da mão de obra de estagiário em substituição ao profissional da área é reforçado por uma mudança interna à F. ITESP, importante na gestão dos estagiários. Esses deixaram de serem geridos pela Diretoria Adjunta de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional – DAFPPI –, mais exatamente no Grupo Técnico de Formação e Capacitação Profissional, e passam a serem geridos pela Assessoria de Recursos Humanos – ARH. Isso sem falar que a distribuição espacial dos estagiários, sempre privilegiou a Sede da F. ITESP, na Capital, em detrimento dos Grupos Técnicos de Campo – GTC's – do interior. Tal política pode parecer absurda, mas é coerente com a política de substituição da mão de obra profissional por estagiários.

4.4.9 Número de adocimentos de trabalhadores (as) em serviço.

Outro problema que afeta o trabalho na F. ITESP é a questão do elevado número de adoecimento em serviço e o consequente afastamento dos trabalhadores (as) públicos, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – 06 aposentados por invalidez permanente, 14 afastados por auxílio doença e 02 por acidente de trabalho, bem como da morte de alguns servidores da F. ITESP em pleno exercício de suas atividades profissionais, 09 trabalhadores (as) até a data de 30 de abril de 2012. Isso só acontece porque, o exame médico periódico, pelo qual todos os trabalhadores (as) desta instituição são obrigados a se submeterem anualmente, é apenas visual e trata-se, na verdade, de um autoexame, ou seja, o médico olha para o trabalhador e o questiona sobre o estado de sua saúde, após o preenchimento de um questionário meramente burocrático, quando, na verdade, deveriam ser exigidos exames clínicos essenciais. Exceção feita, à parte, aos cargos de motoristas, veterinários e zootecnistas nos quais são obrigatórios a realização de alguns exames clínicos.

Além disso, temos outros tipos velados de adoecimento, como aqueles em que o trabalhador público da F. ITESP convive com ele ou dele são vítimas no trabalho, como o alcoolismo, a depressão, o bullying, o assédio moral dentre outros que fazem com que muitos trabalhadores (as) utilizem, de maneira indiscriminada, dos assim denominados remédios ‘tarja pretas’ para enfrentar as pressões e as situações adversas no trabalho cotidiano.

4.4.10 Falta de qualquer preocupação com ergonomia.

Isso sem falar das condições de trabalho como a falta de qualquer preocupação com ergonomia, conforme pode ser facilmente demonstrado pelo relatório da Comissão Interna de Prevenção dos Acidentes – CIPA –, realizado no ano de 2010.

4.4.11 Ausência de preocupação com as condições de salubridade de alguns cargos.

A ausência de condições salubres de trabalho como a dos técnicos agrícolas que, no acompanhamento de alguns profissionais, como os veterinários e zootecnistas, em algumas atividades, como a vacinação de gado, se expõem a riscos, como a brucelose. Aliás, já existe caso concreto de trabalhador que foi contaminado pela brucelose, no exercício de sua função, na F. ITESP.

4.4.12 Prática de um banco de horas irregular em vez do pagamento de horas extras.

A superexploração dos (as) trabalhadores (as) públicos da F. ITESP se dá pela utilização abusiva do famigerado Banco de Horas em vez do pagamento de Hora Extras, principalmente devido a permanente defasagem de trabalhadores (as) nos quadros da F. ITESP. Cabe ressaltar que o Banco de Horas da F. ITESP sempre foi irregular, uma vez que as sucessivas Diretorias Executivas da F. ITESP nunca quiseram formalizar junto com a representação dos trabalhadores (as) públicos, sua existência, apesar de lançarem mão do seu uso, de forma indiscriminada, nestes anos todos.

4.4.13 Descaso com a política pública de acessibilidade em relação àqueles (as) trabalhadores (as) que ingressaram através de concurso, na F. ITESP, por meio de cota para pessoas com deficiência.

Aqui não podemos deixar de destacar a ‘*via crucis*’ porque passam os trabalhadores (as) públicos com deficiência que ingressam, por força de lei³³, na F. ITESP. Não existe nenhuma preocupação com a acessibilidade, tanto na adaptação de móveis, automóveis e imóveis próprios. Caso emblemático se deu no escritório do Grupo Técnico de Campo – GTC – de Taubaté. O prédio foi construído em 2010 sem obediência mínima às normas de acessibilidade. Talvez esse fato passasse despercebido em quaisquer outras Secretarias de Estado, mas, em se tratando da SJDC, é um tanto quanto contraproducente sob todos os aspectos analisados.

4.4.14 Perda do benefício da cesta básica mensal para os (as) trabalhadores (as) de menor poder aquisitivo da F. ITESP.

³³Lei 8.112/90 que rege o servidor público civil federal, determina que sejam reservadas até 20% das vagas oferecidas em concurso público para deficientes, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência. O decreto 3.298/99 definiu o percentual mínimo de 5%. Lei Estadual Complementar do Estado de São Paulo 683/92 de 18 de setembro de 1992 dispõe sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá providências correlatas.

Outro indicador dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP foi a perda do benefício da cesta básica mensal para os trabalhadores (as) de menor poder aquisitivo, geralmente os auxiliares. A AFITESP empreendeu uma luta na Justiça para se conseguir o retorno desta– benefício este que foi ofertado aos servidores, durante um ano e meio – aos auxiliares – cuja escolaridade exigida para o ingresso na F. ITESP era o nível fundamental – e que, de uma hora para outra foi lhes retirada pela própria F. ITESP, sob a alegação de que quem fornecia a cesta básica era uma rede de supermercados fiscalizada pela Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON -, também vinculada à SJDC e, portanto, se configuraria uma falta de ética na Administração Pública.

4.4.15 Ausência do recebimento do quinquênio, da licença prêmio e sexta-parte.

Outro indicador é a ausência do recebimento do quinquênio, da licença prêmio e da sexta-parte e, nesse sentido, a AFITESP ingressou ações na justiça para que os trabalhadores (as) públicos da F. ITESP passem a receber quinquênio, licença prêmio e sexta-parte que também estão impedidos de receber, segundo a administração da F. ITESP, por serem celetistas e não serem estatutários, o que é extremamente discutível do ponto de vista jurídico e, por isso mesmo, as ações já se encontram tramitando na esfera da Justiça do Trabalho, em suas diversas instâncias, no caso específico da sexta-parte, a AFITESP ganhou na 2ª instância, em Campinas, conforme trecho da sentença da Desembargadora Relatora Mariane Khayat, transcrito abaixo:

Acolhe-se, portanto, o pedido de reconhecimento do direito à sexta-parte para todos os empregados públicos da Ré devidamente representados pela Autora, quando preenchidos os requisitos legais (vinte anos de efetivo exercício no serviço público, respeitada a legislação pertinente), bem como condena-se a Ré ao pagamento da parcela, prestações vencidas e vincendas, para os associados que eventualmente tenham implementado ou venham a implementar as condições legais para o seu recebimento, observada a prescrição quinquenal do art. 7º, XXIX, da Carta Magna.

Atualização monetária, recolhimentos previdenciários e fiscais nos termos da legislação vigente. Juros nos termos da Orientação Jurisprudencial n. 07 do Tribunal Pleno do C. TST.

Diante do exposto, decido: conhecer do recurso de FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” - ITESP e o DESPROVER, rejeitar a preliminar de deserção arguida nas contrarrazões e conhecer do recurso de ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO AFITESP e o PROVER, EM PARTE, para reconhecer o direito à sexta-parte para todos os empregados públicos da Ré

devidamente representados pela Autora, quando preenchidos os requisitos legais (vinte anos de efetivo exercício no serviço público, respeitada a legislação pertinente), bem como condenar a Ré ao pagamento da parcela, prestações vencidas e vincendas, para os associados que eventualmente tenham implementado ou venham a implementar as condições legais para o seu recebimento, observada a prescrição quinquenal, com juros, atualização monetária, recolhimentos previdenciários e fiscais nos termos da legislação vigente, observada a fundamentação supra.³⁴

A F. ITESP que ganhou na primeira instância e perdeu na segunda instância, recorreu para a terceira instância, o Tribunal Superior do Trabalho – TST -, em Brasília. A AFITESP aguarda a decisão dessa sentença.

4.4.16 Existência de “benefícios” internos destinados aos seus (uas) trabalhadores (as), como o denominado Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização Profissional.

O último indicador dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP, mas que não quer dizer que seja o de menor importância, é a existência de ‘benefícios’ que não se efetivam na prática, que são destinados aos seus trabalhadores (as), como o denominado Programa de Incentivo à Educação Formal e Especialização Profissional. Só para que compreendamos melhor, vejamos o exemplo do que ocorreu no primeiro semestre de 2012, quando do total de 21 vagas abertas pelo referido Programa, nos diversos graus de escolaridade, apenas duas vagas de especialização ‘*latu sensu*’, foram preenchidas, ou seja, aprovadas, ou ainda, das 09 vagas, para o mestrado e doutorado, abertas pelo mesmo Programa, apenas 04 trabalhadores (as), apresentaram inscrições, sendo 01 de doutorado e 03 de mestrado, portanto, muito aquém da oferta institucional do mesmo Programa, mas todos tiveram suas inscrições indeferidas. Isto pode nos parecer um absurdo, mas é apenas coerente com o novo Plano de Cargo, Carreira e Salários – PCCS – da F. ITESP, aprovado em 2011, no qual não existe previsão de ascensão profissional, pela via da especialização acadêmica, numa instituição que possui uma Diretoria como a DAFPPI, na contramão das demais carreiras públicas de Estado.

³⁴2ª CÂMARA (PRIMEIRA TURMA) Proc. 0000235-77.2011.5.15.0053. RO - Recurso Ordinário. VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS 4A. 1º Recorrente: Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo AFITESP. 2º Recorrente: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – Itesp. Juiz Sentenciante DANIELA MAICA FERRAZ GIANNINI.

4.4.17 A maioria dos (as) trabalhadores (as) com empréstimos consignados em folha de pagamento e ou dependurados (as) em limites do cheque especial junto ao Banco do Brasil – BB;

Outro indicador do aviltamento dos salários e dos benefícios dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP é que 60% destes encontram-se ‘dependurados’ no empréstimo consignado do Banco do Brasil – BB, isto sem mencionarmos o limite do Cartão de Crédito, do Cheque Especial bem como das operadoras de créditos privadas, as assim denominadas ‘agiotas oficiais’, além é claro, da agiotagem privada ilegal propriamente dita. Isso faz, inclusive, com que o real impacto da reposição de parte das perdas salariais, no final de 2011, seja pouco absorvido e ou percebido pelos trabalhadores (as) públicos endividados, o que, em via de regra, se dará em longo prazo. Se não houvesse esse endividamento em longo prazo, talvez os mesmos pudessem perceber com maior clareza a referida recuperação. Portanto, como essas formas de endividamento geralmente se dão a médio e longo prazo, esses trabalhadores (as) públicos só sentirão a referida recuperação dentro de dois a quatro anos.

O conjunto de todos os indicadores elencados acima é que estamos convencendo chamar de processo de precarização do trabalho na F. ITESP.

5 CAPÍTULO IV ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA [1º SEMESTRE / 2013] COTEJADOS COM OS RESULTADOS APURADOS DO 3º PLEBISCITO REALIZADO PELA AFITESP COM OS (AS) TRABALHADORES (AS) DA F. ITESP [SEGUNDO SEMESTRE / 2013]³⁵

5.1 Caracterização da Amostra.

Trabalhamos com uma amostra estatística “não aleatória” “intencional” cuja “variedade é conhecida como amostragem por julgamento” (LEVIN; FOX, 2004, p. 178-179), uma vez que seguindo o conselho destes autores, procuramos usar da “lógica”, do “bom senso” e do “julgamento bem fundamentado” para selecionar nossa amostra representativa, 10% (49 trabalhadores [as]) de um universo maior (469 trabalhadores [as] da F. ITESP remanescentes do Concurso de 2000).

Depois da aplicação de um questionário com 85 questões, construímos uma “distribuição de frequências em forma de tabela[s]” (LEVIN; FOX, 2004, p. 27) e gráficos para transformar a “massa de dados” de forma a facilitar nossa compreensão do fenômeno estudado, os processos de precarização do trabalho na F. ITESP.

5.2 Caracterização sócio-econômico-político-cultural-religiosa dos (as) trabalhadores (as) da Fundação ITESP

Numa tentativa de caracterização sócio-econômico-político-cultural-religiosa dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, temos que, a partir da nossa amostra de 10% do total de trabalhadores (as) remanescentes do Concurso de 2000 da F. ITESP, 63,7% são homens e 36,7% são mulheres³⁶; [no 3º Plebiscito essa proporção foi de 69,9%³⁷ por 25,1%]³⁸, um

³⁵Plebiscito realizado pela AFITESP, no dia 09 de setembro de 2013, em que votaram 395 trabalhadores (as) da F. ITESP – de todos os Grupos Técnicos de Campo (GTC’s) – exceto Itapeva, que se recusou a participar – bem como dos Grupos Técnicos (GT’s) da Sede da F. ITESP – dos 600 trabalhadores (as) aptos (as) a votarem, o que corresponde ao índice geral de participação de 65,83% da categoria. Os dados apurados serão cotejados com os dados da nossa pesquisa a título de comparação e, até mesmo, de complementação.

³⁶Cf. tabela VI, p.IV.

³⁷ Como a maioria do quadro de trabalhadores (as) da F. ITESP é do sexo masculino [440 homens, 73,33%], e uma minoria do sexo feminino [160 mulheres, 26,67%] o Plebiscito da AFITESP espelhou isso com certa fidedignidade. Dos 440 homens aptos a votarem, 276 votaram, o que representa 62,73% da participação

grupo considerável se encontra na faixa etária dos 51 aos 60 anos, 36,7%, e outro não menos expressivo, na faixa dos 41 aos 50 anos, 32,7%³⁹; situam-se numa renda familiar localizada na faixa dos 4 e 6 Salários Mínimos de Referência Nacional, 34,7% da amostra⁴⁰ – cujo valor, à época da aplicação da pesquisa, no 2º semestre de 2013, era de R\$ 678,00; e uma renda pessoal média situada na faixa dos 3 e 4 SMRN, 40,8%⁴¹; quase a maioria dos (as) trabalhadores (as) pesquisada, é detentora do ensino superior completo, 46,9%⁴². A grande maioria possui casa, 69,4%, e automóvel, 75,5%, próprios⁴³; 57,1% deles (as) são casados (as), 14,3% são solteiros (as) e 10,2% convivem com seu cônjuge sob o regime de união estável⁴⁴; 87,8% da amostra se auto definiu como heterossexuais, 4,1% como homossexuais e 8,2% optou-se por não responder a essa questão⁴⁵; 24,5% tem dois dependentes, 22,4% tem apenas um dependente, 16,3% declarou não ter nenhum dependente, 12,2% tem três dependentes e 10,2% dos entrevistados optaram por não declararem o número de dependentes⁴⁶; 46,9% dos entrevistados afirmaram morar com filhos (dependentes), 22,4% responderam que não residem com nenhum dependente e 10,2% informaram que residem com os pais (dependentes)⁴⁷. Em relação à variável naturalidade, fica patente a grande diversidade de origem na constituição do corpo de trabalhadores (as) da F. ITESP, com destaque para o fato de que 26,5% destes nasceram no município de São Paulo, Sede da F. ITESP, 4,1% em Presidente Prudente, e o mesmo percentual nas cidades de Mirante do Paranapanema e Araraquara, sendo que o restante se divide por diversos municípios do Estado de São Paulo⁴⁸. Em relação à nacionalidade apesar de ter conhecimento que 100% da amostra ser constituída

masculina no Plebiscito, enquanto das 160 mulheres aptas a votarem, 99 trabalhadoras votaram, o que representa 61,88% da participação feminina neste Plebiscito.

³⁸Cf. tabela CLXXI, p. CXCIII.

³⁹Cf. tabela VII, p. V.

⁴⁰Cf. tabela VIII, p. VI.

⁴¹Cf. tabela X, p. VIII.

⁴²Cf. tabela IX, p. VII.

⁴³Cf. tabelas XVII e XVIII, p. XVII e XVIII.

⁴⁴Cf. tabela XXXIV, p. XXXIV.

⁴⁵Cf. tabela XXXV, p. XXXV.

⁴⁶Cf. tabela XXXVI, p. XXXVI.

⁴⁷Cf. tabela XXXVII, p. XXXVII.

⁴⁸Cf. tabela XXXVIII, p. XXXVIII.

de brasileiros (as), dois entrevistados, um homem e uma mulher, 4,1%, não a informaram, o que derrubou o percentual para 95,9% dos (as) entrevistados se declarando como brasileiros (as)⁴⁹. Em relação à cidade onde reside na atualidade, 28,6% da amostra declarou morar na cidade de São Paulo, sendo seguida bem de longe por Taubaté, com 8,2%, Mirante do Paranapanema e Presidente Prudente, cada qual com 6,1%, Araraquara, Pariquera-Açu e Sorocaba, cada uma com 4,1% e o mesmo percentual não informou onde reside, o mesmo que não informou a nacionalidade, sendo que os demais se diluem por diversas cidades do Estado de São Paulo⁵⁰. No que se refere ao tipo de transporte utilizado pelos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP até o seu local de trabalho, 42,9% responderam que se utilizam do meio de transporte particular, individual, ainda nesta categoria, 4,1% fez questão de dizer que se utiliza da bicicleta, 26,5% se utilizam do meio de transporte público, coletivo, um número significativo, 14,3%, disse que vai a pé até o trabalho⁵¹. Já em relação ao tempo gasto no percurso entre o trabalho e a casa, 51% respondeu que gasta menos de trinta minutos, o que por si só é um indicador de qualidade de vida no trabalho, 20,4% respondeu que gasta de trinta a quarenta e cinco minutos e 16,3% gasta de quarenta e cinco à uma hora⁵². 87,8% da amostra disse não utilizar do vale transporte, isso muito por conta do elevado índice de utilização de condução própria, apenas 8,2% afirmou fazer uso deste direito trabalhista⁵³. Diante da questão porque não utiliza o Vale Transporte, 34,7% não respondeu a esta questão, talvez porque não fazem uso deste direito devido à utilização de condução própria, apenas 14,3% utilizou desta justificativa para o não uso do Vale Transporte, 10,2% utilizou como resposta o fato de ir a pé ao trabalho, 8,2% deixou-a em branco, uma vez que utilizam do Vale Transporte e não tinha que responder a esta questão, 4,1% disse que tal direito “não é disponibilizado pela empresa de ônibus”, as demais respostas, correspondendo ao percentual de 2% cada uma, foram as seguintes: “faixa salarial”, “mais de 180 km”, “tenho bilhete único”, “vai andando”, “distância”, “vai de bike”, “não compensa, devido à distância, utilizo motocicleta, mais rápido e econômica”, “não compensa”, “veículo familiar”, “isento (?)”, “utilizo carro”, “não preciso”, “não se aplica à cidade”⁵⁴. Em relação à opção político

⁴⁹Cf. tabela XXXIX, p. XL.

⁵⁰Cf. tabela XL, p. XLI.

⁵¹Cf. tabela XLI, p. XLIII.

⁵²Cf. tabela XLII, p. XLIV.

⁵³Cf. tabela XLIII, p. XLV.

⁵⁴Cf. tabela XLIV, p. XLVI.

partidária, 50,9% manifestou alguma preferência por algum partido, a saber, 26,5% pelo PT, 14,3% pelo PSDB, 4,1% pelo PMDB, 2% pelo PSOL e pelo PV e 2% disse que iria se desfiliar do PSDB e iria para o PT – PSB, 4,1% deixou de responder a esta questão e 44,9% afirmou não ter nenhum tipo de opção político-partidária⁵⁵. Em relação à religião, 61,2% da amostra se declarou católica, 8,2% espírita, 6,1% sem religião, 4,1% agnóstica e católica e espírita ao mesmo tempo, com o percentual de 2% temos protestante, deísta, quimbanda, católica e agnóstica ao mesmo tempo, evangélica, cristã, outra e que não quis declarar religião alguma⁵⁶. Em relação à questão de como se informa sobre os acontecimentos locais não foi possível agrupar as respostas, uma vez que se tratava de uma questão de enumeração dos veículos de informação, em ordem de importância, o que na prática produziu uma enorme variedade de respostas diferenciadas, tendo em vista as seis opções dadas como opção em ordem de importância, sendo possível agrupar apenas alguns blocos, como a sequência com 8,2% da Internet (E), a TV (B), rádio (A), jornal impresso (C), revistas (D) e outros (F), o mesmo percentual não respondeu a esta questão; 6,1% fez a opção idêntica pela Internet (E), TV (B), jornal impresso (C), rádio (A), revistas (D) e outros (F); com 4,1% tivemos as opções exclusivas com o rádio e a TV bem como as sequências rádio (A), jornal impresso (C), Internet (E), a TV (B), revistas (D) e outros (F); Internet (E), a TV (B), jornal impresso (C), revistas (D), rádio (A), e outros (F); a TV (B), Internet (E), jornal impresso (C), rádio (A), revistas (D) e outros (F) e a TV (B), jornal impresso (C), revistas (D), Internet (E), rádio (A) e outros (F). Numa visão panorâmica sobre a tabela XLII, observaremos que 22,45% da amostra se informa, em primeiro lugar, das notícias locais através da Internet, 20,41%, pela televisão, 12,24% pelo rádio e 8,16% através de jornal impresso; em segundo lugar, 2,04% se informa através do rádio, 18,37% através da televisão, 10,20% através do jornal impresso, 4,08% através de revistas e 24,49% através da Internet; em terceiro lugar, temos 16,33% que se informa através de jornal impresso, 10,20% é o percentual tanto para quem se informa através do rádio quanto para quem se informa através de revistas, 8,16% para quem se informa através da televisão, 6,12% para quem se informa através da Internet e 4,08% da amostra disse se informar através de outros veículos de comunicação sem mencionar quais; em quarto lugar como opção de informação sobre acontecimentos locais, 16,33% citou o jornal impresso, 14,29% optou-se pelo rádio, 12,24% pela televisão, 8,16% pelas revistas, 4,08% pela Internet e mais 4,08% por outros veículos de comunicação sem também

⁵⁵Cf. tabela XLV, p. XLVII.

⁵⁶Cf. tabela XLVI, p. XLVIII.

mencionar quais; em quinto lugar como opção de informação sobre acontecimentos locais temos que 28,57% fizeram a opção por se informar através de revista, 14,29% através do rádio, 6,12% através de jornal impresso, 4,08% por outros veículos de comunicação sem também mencionar quais, 2,04% através da televisão e outros 2,04% através da Internet nesta posição da enumeração e, em sexto e último lugar dentre as opções de informação sobre os acontecimentos e ou notícias locais temos que 34,69% optou-se por outros veículos de comunicação sem também mencionar quais, 8,16% pelas revistas e 6,12% pelo rádio como última opção para informação sobre a realidade local⁵⁷. Em relação à questão como você se informa sobre os acontecimentos regionais, nacionais e internacionais, 12,24% da amostra fez a opção idêntica pela sequência em grau decrescente de importância Internet (E), TV (B), jornal impresso (C), rádio (A), revistas (D) e outros (F); 10,2% da amostra não respondeu a esta questão; 6,1% fez a opção pela informação através da TV (B), Internet (E), jornal impresso (C), revistas (D), rádio (A) e outros (F); exclusivamente TV e Internet obtiveram a opção de 4,1% cada, o mesmo ocorreu com as duas sequências, a saber, a Internet (E), TV (B), jornal impresso (C), revistas (D), rádio (A) e outros (F) e a Internet (E), TV (B), rádio (A), jornal impresso (C), revistas (D) e outros (F) ambas também com 4,1% cada, conforme podemos ver no tabela XLIII. Num sobrevoo panorâmico sobre este tabela, observaremos que 26,53% da amostra se informa, em primeiro lugar, das notícias regionais, nacionais e internacionais através da televisão, seguida, com uma diferença ínfima, pela Internet com 24,49%, depois pelo jornal impresso com 8,16% e, por último, pelo rádio com 6,12% da amostra; em segundo lugar, a televisão e a internet também lidera a preferência dos meios de informação com 18,37% cada uma, da amostra total da pesquisa, seguidas pelo jornal impresso com 12,24% da preferência, depois pelo rádio com 6,12% e pelas revistas com 4,08% da amostra⁵⁸;

Em relação à formação profissional fica evidente seu caráter multidisciplinar, com destaque para as áreas do Direito, 10,2%, da Engenharia Agrônômica, 8,2%, da Engenharia Agrimensura, 4,1% e da Administração de Empresas, 4,1%⁵⁹ bem como vemos como positivo o fato de que quase a maioria, 46,9%, ter permanecido exercendo a mesma profissão para a

⁵⁷Cf. tabela XLVII, p. XLIX.

⁵⁸Cf. tabela XLVIII, p. LI.

⁵⁹Cf. tabela XI, p. IX.

qual foi inicialmente formada, apenas uma minoria, 16,3% declarou exercer uma profissão diferente daquela para qual foi formado⁶⁰.

Como já era esperado, apenas uma minoria da amostra, ainda que significativa, 32,7%,⁶¹ declarou possuir atividades de complementação de renda, uma vez que a F. ITESP, exige, ainda que sem pagar por isso, o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva – RDPE. E desta minoria, os valores informado da complementação de renda ficaram muito fluidos,⁶² não sendo possível aferir o quanto isso impacta na renda familiar e pessoal.

No que tange ao que faz “sangrar” o salário, as despesas, uma parte significativa de trabalhadores (as) da F. ITESP está especificamente ancorada no cartão de crédito, 32,7%, outra parte, 20,4% está amarrada ao empréstimo consignado em folha de pagamento e, ainda, uma terceira parte, 16,3%, utiliza-se de mais de uma modalidade de “empréstimo”, a saber, o empréstimo consignado em folha de pagamento, o cartão de crédito e o cheque especial. Para que se tenha uma ideia da universalização dessa prática forçada de crédito, atribuída por nós à defasagem salarial acumulada ao longo dos anos, apenas 8,2% da amostra dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP declararam não fazer uso de nenhum tipo ou modalidade de empréstimos por nós aventados⁶³. Aqui quando solicitado nos revelar o valor das parcelas ou o percentual das mesmas sobre sua renda pessoal bruta, enfrentamos o mesmo problema dos valores da complementação de suas rendas, ou seja, houve uma diluição nos valores, sendo quase impossível agrupa-los ou se conseguindo, de maneira muito incipiente, como aqueles 10,2% de trabalhadores (as) que declararam comprometer 10% de suas rendas com os referidos empréstimos⁶⁴. No Plebiscito vimos que a maioria dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, 55,4%,⁶⁵ possui algum tipo de empréstimos. Esse dado, por si mesmo, reforça em muito a nossa tese da precarização do trabalho na F. ITESP, a partir do indicador da defasagem salarial acumulada ao longo dos anos, cuja “saída” encontrada pelo (a) trabalhador (a) da F. ITESP é a pior possível, sob nosso ponto de vista, uma vez que ao fazê-lo, ele hipoteca seu futuro, o alívio imediato acaba por comprometer seu orçamento geralmente em longo prazo, quatro ou cinco anos pra frente.

⁶⁰Cf. tabela XII, p. XI.

⁶¹Cf. tabela XIII, p. XII.

⁶²Cf. tabela XIV, p. XIII.

⁶³Cf. tabela XV, p. XIV.

⁶⁴Cf. tabela XVI, p. XV.

⁶⁵Cf. tabela CLXXX, p. CCII.

Já em relação aos percentuais dos gastos com alimentação, 12,2% declarou gastar 10% e outros 12,2% gastarem 30% dos seus respectivos salários com esse tipo de despesa, mas 30,6% não responderam a esta questão⁶⁶; com relação a despesa com transporte, 38,8% dos entrevistados declararam gastar entre 0 a 10% dos seus respectivos salários com esse tipo de despesa, mas 49% dos entrevistados deixaram de responder a esta questão⁶⁷; com educação, 14,3% dos entrevistados declararam gastos na faixa entre 0 e 10% e outros 10,2% disseram gastar de 16 a 20% dos seus salários com esse tipo de despesa, mas 46,9% deixaram de responder a esta questão⁶⁸; na despesa com gás, 51% declarou gastos na faixa de 0 a 3% com esse tipo de despesa, mas 44,9% dos entrevistados deixaram de responder a esta questão⁶⁹; em relação ao item vestuário, 26,5% declarou gastos que variam de 0 a 5% e outros 26,5 declararam gastos que variam de 5,1 a 10%, mas 34,7% dos entrevistados deixaram de responder a esta questão⁷⁰; os gastos com lazer, segundo 53,1% dos entrevistados, giraram na faixa de 0 a 10% dos salários dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, mas 38,8% não respondeu a este item da questão 13 da pesquisa⁷¹; os gastos com celular, segundo 59,2% dos entrevistados, giraram em torno 0 a 5% dos salários dos entrevistados pela pesquisa, mas 30,6% não responderam a este item da questão⁷²; em relação aos gastos com veículo, 51% disseram empenhar entre 0 e 10% do seu salário com este item, mas 32,7% não respondeu a este item da questão 13 da pesquisa⁷³; o item água consome de 0 a 2% do salário, segundo 51% dos entrevistados, mas 36,7% deixaram de responder a este item⁷⁴; em relação aos gastos com esporte, 32,7% dos entrevistados declararam empenhar de 0 a 3% dos seus salários com este item, enquanto 59,2% dos mesmos não responderam a este item da questão⁷⁵; em relação ao item luz, 49% mais 12,2% dos entrevistados declararam gastar entre 0 a 3% e 3,1 a 6%, respectivamente, dos seus salários com este item, mas 30% dos mesmos, não respondeu a este

⁶⁶Cf. tabela XIX, p. XIX.

⁶⁷Cf. tabela XX, p. XX.

⁶⁸Cf. tabela XXI, p. XXI.

⁶⁹Cf. tabela XXII, p. XXII

⁷⁰Cf. tabela XXIII, p. XXIII.

⁷¹Cf. tabela XXIV, p. XXIV.

⁷²Cf. tabela XXV, p. XXV.

⁷³Cf. tabela XXVI, p. XXVI.

⁷⁴Cf. tabela XXVII, p. XXVII.

⁷⁵Cf. tabela XXVIII, p. XXVIII.

item da questão em análise⁷⁶; em relação aos gastos com internet, 55,1% dos entrevistados declararam gastos na faixa dos 0 a 10% dos seus salários enquanto 44,9% dos entrevistados deixaram de responder esse item da questão⁷⁷; em relação às despesas com TV por assinatura, 32,7% e 14,3% dos entrevistados declararam gastar, respectivamente, entre 0 a 3% e 3,1 a 6% dos seus salários com este item⁷⁸; com o item cultura, 16,3% e 14,3% dos entrevistados declararam gastar, respectivamente, entre 0 a 2% e 4,1% a 6% mas aqui, o destaque negativo ficou por conta do percentual altíssimo daqueles que não responderam a esse item, 63,3% dos entrevistados⁷⁹; e, por último, em relação aos gastos com telefone fixo, 26,5% e 16,3% daqueles que responderam à pesquisa, disseram gastar, respectivamente, entre 0 a 3% e 3,1 a 6% dos seus salários com esse item⁸⁰.

5.3 A Situação Funcional do (a) Trabalhador (a) da F. ITESP

Em relação à questão se trabalhou em alguma das instituições que antecederam historicamente a F. ITESP, 55,1% da amostra afirmou não ter trabalhado⁸¹, o que torna o fato da anulação do Concurso ITESP 2000, de ingresso destes trabalhadores (as) na F. ITESP, sob a alegação do MPE de suposto benefícios em relação à contagem de tempo de serviço nestas mesmas instituições, uma aberração jurídica. Já dentre aqueles que responderam afirmativamente terem trabalhado nas instituições que antecederam historicamente a F. ITESP, 44,9%, 16,3% disse ter trabalhado no antigo ITESP⁸², a instituição mais recente dentre aquelas elencadas, como o IAF, SEAF e SAF/DAF/DRF.

Questionados se haviam trabalhado em outro órgão público que não aqueles que antecederam a criação da F. ITESP, 57,1% respondeu afirmativamente⁸³, o que por si só demonstra tratar-se de trabalhadores (as) com experiência na prestação de serviços públicos, o

⁷⁶Cf. tabela XXIX, p. XXIX.

⁷⁷Cf. tabela XXX, p. XXX.

⁷⁸Cf. tabela XXXI, p. XXXI.

⁷⁹Cf. tabela XXXII, p. XXXII.

⁸⁰Cf. tabela XXXIII, p. XXXIII.

⁸¹Cf. tabela L, p. LIV.

⁸²Cf. tabela LI, p. LV.

⁸³Cf. tabela LII, p. LVI.

que representa, na prática, benefícios para a F. ITESP e o seu público beneficiário atendido, principalmente se considerarmos o quesito tempo de serviço, uma vez se levarmos em conta que destes que disseram ter experiência no serviço público, antes do ingresso na F. ITESP, 44,8% disseram ter trabalhado entre 2 e 15 anos⁸⁴, uma experiência nada desprezível, em se tratando de capital humano que já veio pronto para a F. ITESP. Se observarmos com atenção o itinerário percorrido dentro do serviço público destes trabalhadores (as) verificaremos uma parte, 6,1% vem da SEE-SP⁸⁵, o que até certo ponto é explicado pelos baixos salários pagos pela Educação do Estado de São Paulo e pelos 10 SMRN pagos pela F. ITESP quando do primeiro contrato, em julho de 2001, resultado do Concurso ITESP 2000.

Se agregarmos a esta experiência no serviço público, a experiência profissional dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, na iniciativa privada, veremos que 75,5% da amostra disse que teve esse tipo de experiência⁸⁶, e o que mais importante, 61% deles situados na faixa entre 2 e 38 anos de experiência⁸⁷ em seus respectivos ramos de atividade. As respostas que mais coincidiram, em relação à questão onde trabalharam na iniciativa privada, foram no comércio e como autônomos⁸⁸, 4,1% cada uma, as demais se diluíram completamente.

Em relação ao local de lotação dos cargos, Grupo Técnico de Sede ou de Campo, dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP que responderam à nossa pesquisa, 32, 65% da amostra é da Sede da F. ITESP, em São Paulo, 22,45% da Regional Oeste do Pontal do Paranapanema, 8,16% da Regional Sul, estes três locais de maior concentração de trabalhadores (as) da F. ITESP e 16,33% da Regional Sudeste da F. ITESP⁸⁹. No Plebiscito dividimos os votantes apenas entre Sede e Campo e vimos que dos 158 trabalhadores (as) da Sede da F. ITESP aptos a votarem no Plebiscito da AFITESP, apenas 76 o fizeram, o que corresponde a 48,10% de participação da Sede. Já em relação aos diversos Grupos Técnicos de Campo – GTC's – das diversas regionais do interior do Estado de São Paulo, dos 442 trabalhadores (as) aptos a votarem, 244 votaram, o que corresponde a 55,20%⁹⁰ de participação do interior no Plebiscito da AFITESP. Aqui é importante esclarecer, sem, no entanto, querer justificar que os (as)

⁸⁴Cf. tabela LIV, p. LIX.

⁸⁵Cf. tabela LIII, LVII.

⁸⁶Cf. tabela LV, p. LX.

⁸⁷Cf. tabela LVII, p. LXIII.

⁸⁸Cf. tabela LVI, p. LXI.

⁸⁹Cf. tabela LVIII, p. LXIV.

⁹⁰Cf. tabela CLXXIX, p. CCI.

trabalhadores (a) sentem uma pressão maior, visto que os cargos de Direção da F. ITESP estão lotados todos lá, na Sede. Em relação à situar melhor esse trabalhador (a) da F. ITESP, o Plebiscito foi providencial, pois nos mostrou que dos (as) **96 trabalhadores** (as) da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças (**DAAF**) aptos a votar, 51 o fizeram, o que corresponde a **53,13% de participação** desta diretoria no Plebiscito; **dos 250 trabalhadores** (as) da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento (**DAPD**) aptos a votarem, 171 o fizeram, o que representa **uma participação de 68,4%** desta no Plebiscito; **dos 50 trabalhadores** (as) **da Diretoria Executiva da F. ITESP** aptos a votarem, 19 o fizeram, o que representa **38% de participação** desta no Plebiscito; **dos 30 trabalhadores** (as) da Diretoria Adjunta de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional (**DAFPPI**) aptos a votarem, 12 o fizeram, o que corresponde a **40% de participação** no Plebiscito desta diretoria que, diga-se de passagem, já foi vanguarda política na F. ITESP; **dos 184 trabalhadores** (as) da Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários – **DARF** – aptos a votarem, 102 o fizeram, o que corresponde à **55,43% de participação** desta no Plebiscito da AFITESP, ou seja, o Plebiscito nos permitiu localizar, por Diretoria, o número de trabalhadores (as) da F. ITESP e o percentual de participação política interna dos (as) mesmos (as)⁹¹.

No que se refere à quantidade de anos que trabalha na F. ITESP, 61,2% da mostra disse trabalhar há 12 anos, 16,3% há 8 anos, 8,2% há 11 anos e 6,1% há 9 anos⁹². Estes são aqueles que resistiram bravamente à degradação das condições de trabalho, salário e carreira, seja por decisão de permanecer devido à realização profissional ou por não ter tido a chance de passar em outro concurso público melhor. Aqui queremos muito comparar com a questão 10.02 do 3º Plebiscito, ainda que diferenciadas em suas essências, apenas e tão somente para demonstrar que a nossa amostra da pesquisa, ou seja, os (as) trabalhadores (as) oriundos do Concurso de 2000 estavam muito bem representados neste pleito, com 74,4% de participação.⁹³ Dos atuais 471 trabalhadores (as) da F. ITESP, remanescentes do Concurso de 2000, 294 participaram do 3º Plebiscito da AFITESP, o que corresponde a 62,68% deste público que é sujeito da nossa pesquisa sobre a precarização do trabalho na F. ITESP, o que faz deste Plebiscito, não só um importante instrumento para a atuação da AFITESP, na contenção da precarização em marcha, mas uma fonte importante que auxilia nossa pesquisa sobre a realidade atual do universo de trabalho na F. ITESP.

⁹¹Cf. tabela CLXXXIII, p. CCV.

⁹²Cf. tabela LIX, p. LXVI.

⁹³Cf. tabela CLXXII, p. CXCIV.

Apenas uma minoria da amostra se declarou aposentado, 16,3%⁹⁴, e continua a trabalhar na F. ITESP. Em nossa avaliação trata-se de uma atitude que objetiva a complementação de salário e que, apesar de se tratar de uma minoria, atrapalha na hora da mobilização da categoria para melhora nas condições de trabalho, salário, benefícios e carreira. Todos estão aposentados há pelo menos entre a faixa dos 7 meses e 8 anos⁹⁵. Já no 3º Plebiscito um percentual menor ainda se declarara aposentado, 7,8%, enquanto 67,8% disse não sê-lo.⁹⁶ Esse é outro problema que a AFITESP enfrenta na mobilização pelo resgate da dignidade profissional dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, muito similar à questão das diárias. Aliás, se somarmos o percentual de 30% dos (as) trabalhadores (as) que estão “dependurados (as)” nas diárias, mais 10% dos aposentados, a AFITESP não pode contar com quase metade da categoria, claro está que isso não é tão linear assim, quando a convoca para as lutas históricas. A realidade salarial é falseada, cria-se uma sensação enganosa de que tudo está muito bem, quando, na verdade, apenas uma minoria é beneficiada. Falamos isso porque os que estão habituados às diárias, têm garantido todos os meses, no mínimo, 50% a maior em seu salário, e os aposentados, por sua vez, têm 100% a mais, uma vez que recebem dois salários merecidos. Isso num contexto de perdas salariais de 32% em média, apenas para que não esqueçamos. O Plebiscito foi mais longe e quis saber, então, se os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP pretende se aposentar na instituição e aí tivemos que 27,1% não desejam se aposentar na instituição e 63,3% querem sim se aposentar na F. ITESP. Um dado extremamente significativo para nossa pesquisa, uma vez que demonstra que praticamente 1/3 dos trabalhadores (as) da F. ITESP pretende deixá-la nos próximos anos, ou seja, não querem ali se aposentar. Isto significa que a rotatividade de trabalhadores (as) na F. ITESP não cessará nem com o Concurso realizado no ano de 2013, uma vez que o número que pretende deixar a F. ITESP é o mesmo da média da defasagem anual de trabalhadores (as) que a mesma tem trabalhado nos últimos anos.⁹⁷

No que se refere aos cargos ocupados pela amostra, 49% são analistas, 40,8% são técnicos, 6,1% são auxiliares e 4,1% são advogados⁹⁸. Dos analistas, 24,5% são de desenvolvimento agrário, 12,2% são de desenvolvimento fundiário, 10,2% de gestão

⁹⁴Cf. tabela LX, p. LXVII.

⁹⁵Cf. tabela LXI, p. LXVIII.

⁹⁶Cf. tabela CLXXIII, p. CXCIV.

⁹⁷Cf. tabela CLXXXIV, p. CCVI.

⁹⁸Cf. tabela LXII, p. LXIX.

organizacional e 2% de informática⁹⁹. Dos técnicos, 16,3% são de desenvolvimento fundiário e outros 16,3% são de gestão organizacional e 8,2% são de desenvolvimento agrário¹⁰⁰. Dos auxiliares, 4,1% são de gestão organizacional e 2% são de desenvolvimento¹⁰¹. Aqui é importante destacar que nenhum motorista e auxiliar do fundiário quiseram responder ao questionário por nós proposto. Cotejar essa resposta da pesquisa com a do 3º Plebiscito fica muito interessante, até para mostrar as distorções da nossa pesquisa, como ter mais analistas respondido ao questionários do que técnicos, quando estes são em maior número do que aqueles. No Plebiscito, 42,8% dos votantes eram técnicos, 35,2% eram analistas, 9,1% auxiliares, 4,1% práticos, 1% motoristas e 0,8% advogados.¹⁰² Dos 228 *analistas* podiam votar, votaram 139, o que corresponde a 60,96% de participação; dos 259 *técnicos* podiam votar, votaram 169, o que corresponde a 65,25% de participação; dos 43 *auxiliares* podiam votar, votaram 36, o que corresponde a 83,72% de participação; dos 11 *advogados* podiam votar, votaram 03, o que corresponde a 27,27% de participação; dos 35 *práticos* podiam votar, votaram 16, o que corresponde a 45,71% de participação; dos 11 *motoristas* podiam votar, votaram 04, o que corresponde a 36,36% de participação. O que nos permite concluir que o nível de participação política na F. ITESP é inversamente proporcional ao salário, exceção feita para baixo aos práticos, e para cima aos analistas.

Em relação à questão subjetiva sobre a posição dos auxiliares e motoristas, frente à extinção dos seus cargos do quadro geral de pessoal da F. ITESP, obtivemos como respostas, a saber, “um desrespeito aos trabalhadores (as) destas funções. Fica um sentimento de inutilidade, ‘sucateação’ humana e profissional, com diminuição da qualidade do atendimento público e do segmento atendido”, e “eu acho que deveria ter o cargo de auxiliar”, simplesmente¹⁰³.

Na questão aberta se você é advogado, qual sua posição em relação ao fato da F. ITESP não pagar pelo piso salarial da categoria, definido pela OAB, nem pelo regime de dedicação plena e exclusiva exigida no contrato de trabalho, as respostas dadas foram, a saber, “a atitude é desrespeitosa e somente não foi discutida judicialmente por estar sendo aguardada a regularização da situação” e “a OAB não define o piso salarial, mas sim, o Sindicato dos

⁹⁹Cf. tabela LXIII, p. LXX.

¹⁰⁰Cf. tabela LXIV, p. LXXI.

¹⁰¹Cf. tabela LXV, p. LXXII.

¹⁰²Cf. tabela CLXXIV, p. CXCVI.

¹⁰³Cf. tabela LXVI, p. LXXIII.

Advogados do Estado de São Paulo. Ele define o piso pelo número de anos de trabalho. Assim, há níveis de piso. No meu caso, estou no nível de 4 a 6 anos, cujo piso é de R\$ 3.980,12, portanto, meu salário de R\$ 3.668,05, está abaixo desse patamar. Quanto à dedicação exclusiva, penso que ela não deveria ser exigida, pois inibe que completemos a nossa remuneração. Aqui a resposta corrige um equívoco imperdoável cometido pela questão da pesquisa ao atribuir à OAB e não ao Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo, a exigência do pagamento de um Piso Salarial para a sua categoria de trabalhadores (as)¹⁰⁴.

Em relação ao nível na escala da evolução vertical da carreira funcional, 24,5% se encontra no nível I, aquele que há época do concurso de ingresso no ano de 2000, foram considerados sem experiência nenhuma na área agrária e fundiária, outros 24,5% se encontram no nível IV na escala da evolução vertical da carreira funcional, ou seja, já ingressaram neste nível quando do concurso ITESP 2000. Temos, ainda, 18,4% que se encontra no nível III, 14,3% que se encontra *no nível II* e outros 14,3% que se encontram no nível V. Importante se faz ressaltar aqui que a percepção da defasagem salarial é sentida principalmente para aqueles (as) trabalhadores (as) do nível I¹⁰⁵, uma vez que a diferença salarial entre um nível e outro é, em média, 17% e estes, por conta da não implantação do PCCS, permanecem há 13 anos considerados ‘sem experiência’ e, portanto, com seus salários aviltados. Percentualmente falando, a nossa pesquisa foi mais representativa do que o 3º Plebiscito em se tratando da participação dos níveis de carreira dos (as) trabalhadores (as), senão vejamos, no Plebiscito, nível I, 19,7%; nível II, 10,4%; nível III, 14,2%; nível IV, 16,5%; nível V, 14,2%; nível VI, 5,3% e nível VII, 4,3%.¹⁰⁶ **Dos 156 trabalhadores (as) do nível I** que poderiam votar, 78 o fizeram, o que corresponde a 50% de participação; **dos 62 do nível II** que poderiam votar, 41 votaram, o que corresponde a 66,13% de participação; **dos 116 do nível III** que poderiam votar, 56 o fizeram, o que corresponde a 48,28% de participação; **dos 102 do nível IV** aptos a votarem, 65 votaram, o que corresponde a 63,73% de participação; **dos 96 do nível V** que poderiam votar, 56 votaram, o que corresponde a 58,33%; **dos 23 do nível VI** que poderiam votar, 21 o fizeram, o que corresponde a 91,30% de participação; e, por último, **dos 26 do nível VII** que poderiam votar, 17 o fizeram, o que corresponde a 65,38% de participação no Plebiscito. Há que se questionar o motivo pelo qual

¹⁰⁴ Cf. tabela LXVII, p. LXXIV.

¹⁰⁵ Cf. tabela LXVIII, p. LXXXV.

¹⁰⁶ Cf. tabela CLXXV, p. CXCVII.

os níveis mais altos, que recebem os maiores salários tem um índice de participação maior do que os níveis inferiores.

Já em relação à letra, na escala da evolução horizontal da carreira funcional, 55,1% se encontra na letra B do seu respectivo nível, ou seja, recebe um valor de 2% a mais do que a letra A; 24,5% se encontra na letra C do seu respectivo nível, ou seja, recebe um valor de 2% a mais do que a letra B e outros 14,3% da amostra se encontram na letra A dos seus respectivos níveis¹⁰⁷, ou seja, se o (a) trabalhador (a) da F. ITESP ocupar o cargo de auxiliar e se encontrar no nível I e letra A, com certeza será o salário mais baixo na F. ITESP. Isso é tão verdadeiro que já aconteceu, por conta da política do Piso Salarial Regional do Estado de São Paulo, se atropelar o PCCS da F. ITESP e obrigar, por conta da lei 12.640/2007¹⁰⁸, a correção destes salários pela F. ITESP. No Plebiscito havia uma questão correspondente, não idêntica, que tratava das classes do novo PCCS. Esse item ficou prejudicado, por se tratar de uma nomenclatura nova lançada pelo novo PCCS da F. ITESP àqueles (as) poucos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP e, ainda, nem assimilada pelos próprios. Observe que apenas 30 trabalhadores (as) fizeram a opção por respondê-lo, ou seja, apenas 7,59% do universo alcançado pelo Plebiscito da AFITESP. Se compararmos esse item com aquela questão que perguntava se havia sido contemplado ou não pelo novo PCCS da F. ITESP, em que 40 trabalhadores (as) [10%] responderam sim, só aí já temos uma defasagem de 10 trabalhadores (as) que, em tese, deveriam responder, mas não o fizeram. Por mais absurdo que possa parecer, existem dois PCCS de direito na F. ITESP, pois o antigo nunca funcionou e o novo contempla 60 trabalhadores por ano na F. ITESP. Se considerarmos que o seu quadro tem 600 trabalhadores, levaremos 10 anos, na melhor das hipóteses, até que todos (as) sejam contemplados (as), ou seja, de fato, não temos carreira nenhuma na F. ITESP.

Questionados se já haviam ocupado, ou ainda ocupam cargos de confiança ou função gratificada na F. ITESP, a maioria, 63,3% da amostra, disse não, apenas 34,7% disse sim¹⁰⁹. Tentamos precisar o tempo em que esta amostra permaneceu no cargo de confiança, mas a questão foi imprecisa, pois, solicitou o período, aí houve uma diluição nas respostas,¹¹⁰ deveríamos ter solicitado em quantidade de dias, meses e anos. Já no que tange a qual cargo

¹⁰⁷Cf. tabela LXIX, p. LXXVI.

¹⁰⁸Disponível em: <http://www.emplo.sp.gov.br/pesquisa-e-servicos/piso-salarial-regional-de-sp/> Acesso em: 03 de jul. 2014.

¹⁰⁹Cf. tabela LXX, p. LXXVII.

¹¹⁰Cf. tabela LXXI, p. LXXVIII.

de confiança que ocupou ou ocupa, podemos aferir dentre aquela minoria, 34,7%, a maioria ocupou o antigo cargo de Responsável Técnico dos GTC's bem como dos GT's da Sede da F. ITESP, 14,3%, que nem tinha o caráter de confiança, apesar de ser de livre provimento, uma vez que eram as habilidades técnicas que o credenciava para ocupar o cargo e, o atual cargo de Supervisor, 14,3%, este sim, com um caráter de confiança do Diretor Executivo da F. ITESP, de acordo com as mudanças estipuladas pelo novo PCCS, datado de 2011, com uma diferença salarial de R\$ 1.000,00 a mais para quem o exerce. Portanto, dos 34,7% de cargos de confiança da amostra, 28,6%¹¹¹ são daqueles que estão ligados diretamente aos (às) trabalhadores (as) da F. ITESP.

Com relação à questão se tem participado de cursos de formação continuada e ou aperfeiçoamento em serviço, nos últimos dois anos, 61,2% respondeu negativamente e 34,7% respondeu afirmativamente¹¹². Dentre estes que responderam afirmativamente, que participaram de algum curso, 18,4% declararam que a iniciativa de fazê-lo foi própria, sua e 10,2%¹¹³ disse que foi incentivado pela F. ITESP. Ao aprofundar um pouco mais a questão quisemos saber quem ofereceu tais cursos, 14,3%¹¹⁴ da amostra nos respondeu que foi oferecido por instituição externa à F. ITESP, 10,2% disse que foram oferecidos pela própria F. ITESP e, ainda, um percentual significativo, 12,2%, que deveria ter respondido a esta questão não o fizeram. E se verificarmos quem financiou estes cursos temos que, segundo a amostra, a F. ITESP financiou para 20,4% e o (a) próprio (a) trabalhador (a) da F. ITESP pagou do seu bolso os referidos cursos, segundo 8,2%¹¹⁵ da amostra. Diante do grande percentual que responderam não ter participado de tais cursos, a resposta sobre os motivos individuais se mostrou muito importante e, aí tivemos que, 22,4% da amostra alegou falta de oportunidade e 10,2%¹¹⁶ disse não ter sido autorizada, entende-se que em ambos os casos, os (as) trabalhadores (as) desejavam fazê-los, mas foram, de alguma forma, impedidos pela F. ITESP.

Saindo da esfera da capacitação e entrando na esfera da complementação salarial em relação à questão você tem recebido diárias neste ano, a maioria da amostra, 57,1% respondeu

¹¹¹Cf. tabela LXXII, p. LXXIX.

¹¹²Cf. tabela LXXIII, p. LXXX.

¹¹³Cf. tabela LXXIV, p. LXXXI.

¹¹⁴Cf. tabela LXXV, p. LXXXII.

¹¹⁵Cf. tabela LXXVI, p. LXXXIII.

¹¹⁶Cf. tabela LXXVII, p. LXXXIV.

afirmativamente a esta questão, 40,8% disse não ter recebido nenhuma diária¹¹⁷. [No Plebiscito, 53,2% disse não receber nada de diária e 22,0% afirmou receber até 10% do salário em diária]¹¹⁸. Dos que disseram ter recebido quisemos saber qual a periodicidade e, para nossa surpresa, 20,4% se recusaram a responder, talvez com medo de sofrer represália e deixar de recebe-las, 12,2% da amostra afirmou que as recebe mensalmente, 6,1% as recebe trimestralmente, 4,1% disse recebe-las semanalmente e os mesmos 4,1% disseram recebe-las eventualmente e as demais respostas se diluíram em percentuais ínfimos¹¹⁹. Na questão mais direta que colocamos para investigarmos como as diárias impactam nos salários dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, “elas correspondem a qual percentual do seu salário”, 22,4% da amostra disse corresponder a dez por cento do seu salário, 14,3% se recusou a responder, talvez por questões ligadas a sigilo financeiro, 10,2% disse corresponder a vinte por cento do seu salário, 6,1% afirmou que corresponde a cinquenta por cento do seu salário, 4,1% disse corresponder a trinta por cento do seu salário e 2% afirmara que a quantidade de diária recebida corresponde a quarenta por cento do seu salário¹²⁰. No Plebiscito nós questionamos se a diária era um complemento do salário do (a) trabalhador (a) e 67,8% disseram que não e 24,6% disseram que sim.¹²¹ Ainda que apenas 25% dos trabalhadores (as) da F. ITESP tenha respondido afirmativamente a esta questão, para nós é um dado extremamente significativo, primeiro porque confirma a questão da defasagem salarial e, segundo, porque isso causa à AFITESP um problema enorme no momento de mobilização destes trabalhadores (as) para as lutas mais prementes da categoria. Como estão submetidos à diárias, temem participar das ações da AFITESP e perderem as mesmas, sem contar que muitas vezes, inebriados por estas, não conseguem ter a dimensão futura de que, na aposentadoria, não poderão contar com as mesmas e amargarão seus salários aviltados, sem ter muito o que fazer, a não ser reclamar sozinhos pelos cantos.

Questionados se estão contentes com a atual política de distribuição das diárias na F-ITESP, a maioria, 65,3% respondeu que não está contente, apenas uma minoria, 22,4% da amostra disse sim, está contente¹²².

¹¹⁷Cf. tabela LXXVIII, p. LXXXV.

¹¹⁸Cf. tabela CLXXVII, p. CXCIX.

¹¹⁹Cf. tabela LXXIX, p. LXXXVI.

¹²⁰Cf. tabela LXXX, p. LXXXVII.

¹²¹Cf. tabela CLXXVIII, p. CC.

¹²²Cf. tabela LXXXI, p. LXXXVIII.

Ao buscarmos as causas desse amplo descontentamento e, também, do pequeno contentamento com a atual política de “distribuição” de diárias na F. ITESP nos deparamos com as respostas, a saber, primeiro pelas descontentes, “distribuição de acordo com interesses políticos e pessoais e nem sempre com os necessários fins”, “valor baixo”, “não há clareza na concessão”, “pacote”, “o sistema de solicitação e prestação de contas é muito travado, moroso e burocrático”, “tudo para poucos, nada para muitos”, “porque são sempre os mesmos que viajam”, “o trabalho continua e a diária, devido aos 50%, não suporta o mês inteiro, daí trabalho uma semana de graça”, “a Fundação tem a postura ‘aos meus amigos tudo’, não vê a necessidade da instituição”, “tem verbas para alguns e não tem verbas para outros”, “privilégios de alguns”, “o rigor excessivo prejudica meu trabalho, recurso utilizado de forma desigual, privilegiando altos cargos de comissão”, “diária não deveria ser complemento salarial”, “apenas com o fato de poder o valor ser reajustado em média 30% pelo menos”, “não está adequada à realidade prática dos outros órgãos”, “porque não recebo diária, só pacote”, “porque há privilegiados e excluídos”, “só recebe diária, os ‘amiguinhos do rei’, os bajuladores”, “mau uso”, “centralizada”, “falta padrão no procedimento”, “porque tem pessoas que recebem diárias integrais, outras parciais e o terceiro, mais constante, o famoso e absurdo pacote” e “deveria ser pagas à todas atividades externas”. Agora é importante vermos aquelas respostas que demonstram contentamento com esta política de “distribuição” de diárias na F. ITESP, tais como, “estou desde 1987 e passamos por períodos piores e órgão público tem suas limitações”, “porque elas estão dentro da lei”, “nas poucas vezes que utilizei, as diárias foram suficientes”, “porque tem atendido a contento todos os servidores que dispõe desta distribuição” e “de acordo com a Lei Estadual. Tivemos também aquelas respostas que não quiseram se posicionar, tais como, “meu trabalho é no escritório”, “desconheço esta política”, “não sei dizer, pois não uso, mas de qualquer forma, penso que deveria ser mais uniforme para quem as utiliza” e “não acompanho tal política”. O dado importante a ser ressaltado aqui é que 28,6% ¹²³da amostra não respondeu a esta questão, talvez por se tratar de uma questão aberta.

5.4 Indicadores dos processos de precarização do trabalho na F. ITESP

¹²³Cf. tabela LXXXII, p. LXXXIX.

No que se refere à questão “você sente que é bem capacitado (a) para realizar as tarefas que lhe são designadas”, 67,3%¹²⁴ da amostra disse que sim, apenas 26,5% da amostra afirmou que não se sente capacitada. Aqui, quando líamos as respostas, ficou-nos a nítida impressão que a ausência do complemento na questão (...) bem capacitado (a) *pela F. ITESP* para realizar (...) levou o entendimento da capacitação para a realização das tarefas para o campo da responsabilidade subjetiva, pessoal e egocêntrica, o que acabou por enviesar completamente seu sentido, que era aquele de se levantar as responsabilidades da F. ITESP no que tange a capacitação permanente dos (as) seus (uas) trabalhadores (as).

Como decorrência desta questão perguntamos à nossa mostra se ela entendia que o salário que recebia era compatível com a responsabilidade do seu trabalho e obtivemos como resposta majoritária não, 75,5%, enquanto um percentual mínimo, 20,4%, disse sim¹²⁵. Para aqueles que disseram não considerar seu salário compatível com a responsabilidade do seu trabalho, perguntamos, então, qual seria o percentual de aumento necessário, a ser aplicado sobre o seu salário, para que se tornasse ‘justo’, sob o seu ponto de vista, obviamente. 18,4%¹²⁶ da amostra disse ser necessário cem por cento de aumento, 14,3% afirmou ser necessário cinquenta por cento, 10,2% disse que ser necessário a aplicação de uma aumento de quarenta por cento, 8,2% afirmou ser necessário trinta por cento de aumento, 6,1% afirmou ser necessário vinte por cento de aumento sobre seu salário para que o mesmo se torne justo ou adequado às responsabilidades que o seu cargo exige. Tal insatisfação com os salários também fora registrada pelo Plebiscito realizado pela AFITESP, em 2013, portanto, posterior à realização da nossa pesquisa, quando 87,1% da categoria disse não estar satisfeita com as condições salariais, isso após a já mencionada correção de 20%, em média, aplicada sobre os seus salários, ou seja, eles desejam as reposições inflacionárias na íntegra e apenas 10,6% se disse satisfeita.¹²⁷

Em relação à questão que queria saber a posição do (a) trabalhador (a) da F. ITESP frente a reposição de 20%, em média, das perdas salariais acumuladas, o assim denominado ‘ajuste de curva dos salários’ realizado pela F. ITESP, no ano de 2011, frente à ameaça de nova greve chamada pela AFITESP, 20,4%¹²⁸ da amostra disse que deve-se buscar o saldo

¹²⁴Cf. tabela LXXXIII, p. XCI.

¹²⁵Cf. tabela LXXXIV, p. XCII.

¹²⁶Cf. tabela LXXXV, p. XCIII.

¹²⁷Cf. tabela CLXVI, p. CLXXXVIII.

¹²⁸Cf. tabela LXXXVI, p. XCIV.

dos 20% das perdas, 18,4% da amostra afirmou que a referida reposição não foi sentida devido ao fato da maioria dos trabalhadores (as) da F. ITESP estar dependurada em dívidas tanto com os ‘agiotas oficiais’ de crédito consignado do sistema financeiro, quanto com os agiotas não oficiais, 16,3% da amostra sentiu que a reposição mencionada amenizou um pouco das perdas salariais, 12,2% da amostra entende que melhorou bastante, já 10,2% da amostra avalia que tal reposição salarial fora insuficiente, 8,2% da amostra assinalou duas alternativas, ou seja, que é insuficiente e, por isso, deve-se buscar o saldo restante da reposição salarial e outros 8,2% da amostra também assinalaram duas alternativas nesta questão, a saber, disseram que amenizou um pouco mas que deve-se buscar o restante.

No que se refere ao recebimento ou não do adicional de insalubridade, quase a totalidade da amostra disse não recebe-lo, 93,9%¹²⁹, apenas 4,1% da amostra disse recebe-lo. Na sequência questionamos, se não recebe este adicional, você reivindica o seu pagamento para a realização do seu trabalho? A maioria absoluta da amostra, 61,2% disse que não reivindica o pagamento do adicional de insalubridade para o exercício do seu trabalho, talvez pelo fato do exercício do seu trabalho acontecer dentro dos escritórios. Apenas 20,4%¹³⁰ da amostra afirmou que reivindica o pagamento deste adicional, segundo a mesma, necessário para o exercício do seu trabalho, tendo em vista as características peculiares do mesmo. Afunilando um pouco mais, perguntamos a esses 20,4% da amostra que afirmaram reivindicar o pagamento do adicional de insalubridade, qual a característica peculiar do seu trabalho que justifica o pagamento do referido adicional? As respostas foram as mais diversas, a saber, “constantes viagens”, “o sol, exposição, animais peçonhentos, risco de vida em andar em lugares perigosos como matas e rios”, “exposição à poeira, chuva, dentre outros”, “desenvolvem serviços em matas, rios e brejos cercados de animais peçonhentos bem como doenças alérgicas, infecciosas etc.”, “porque em muitas ocasiões trabalhamos em lugares insalubres [ex. brejos, matas] sujeitos a animais peçonhentos [cobras, escorpiões, carrapatos, abelhas etc] e também em contatos com lamas, brejos, esgotos etc.”, “quando vamos a campo enfrentamos os mesmos problemas daqueles trabalhadores (as) que os enfrentam no cotidiano”, “coices e chifradas dos bovinos; mordidas de cachorro; picada de abelha”, “no caso dos agrimensores e auxiliares, riscos de cobras, quedas entre outros”, “riscos biológicos (animais peçonhentos, carrapatos, dengue, parasitoses, doenças transmitidas por mosquitos, febre maculosa), riscos físicos (calor, umidade e luminosidade), riscos químicos

¹²⁹Cf. tabela LXXXVII, p. XCV.

¹³⁰Cf. tabela LXXXVIII, p. XCVI.

(agrotóxicos), acidentes: locais de difícil acesso” e, por último, “trabalho de ATER no campo, acompanhamento de aplicação de agrotóxicos”¹³¹. Cumpre destacar aqui que os agrônomos, zootecnistas e veterinários já recebem o adicional de insalubridade, mas já os técnicos agrícolas que os acompanham para auxiliá-los em seus trabalhos como vacinação contra brucelose e aplicação de agrotóxicos, para citar apenas alguns, não o recebem e, acredito que, apesar de se tratar de uma minoria, como demonstra a nossa pesquisa, tem muita justiça e urgência nesse pleito, uma vez que se trata de uma reivindicação cujo objetivo central é a preservação da saúde e, tem como decorrência, em última instância a preservação da vida destes (as) trabalhadores (as) da F. ITESP. Há que se destacar aqui também que existe um grupo de trabalhadores (as) listados (as) que exigem da AFITESP o ingresso de uma ação na Justiça para que esse direito seja respeitado. Os (as) trabalhadores (as) alegam que empresa contratada pela F. ITESP para realizarem o laudo que a obrigaria ao pagamento desse direito, não os acompanham nas atividades de campo quando de suas visitas, ficam nos escritórios.

Em relação à questão sobre a avaliação das condições de trabalho na F. ITESP, no que se refere à ergonomia, 42,9%¹³² da amostra a considerou regular, 34,7% da amostra a considerou boa, 12,2% da amostra a considerou ruim, 8,2% da amostra a considerou péssima e 2,0% da amostra a considera ótima; no que se refere ao mobiliário, 44,9%¹³³ da amostra o considera regular, 32,7% da amostra o considera bom, 12,2% da amostra o considera ruim, 6,1% da amostra o considera péssimo e 4,1% da amostra o considera ótimo; no que se refere aos veículos, 73,5%¹³⁴ da amostra os consideram bons, 12,2% da amostra os consideram regular, 6,1% da amostra não respondeu a este item da questão, 4,1% da amostra os consideram ótimos e outros 4,1% da amostra os consideram péssimos; no que se refere aos alojamentos, 51%¹³⁵ da amostra não respondeu a este item da questão sobre as condições de trabalho tendo em vista que apenas uma parte dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP os utilizam, no caso, aqueles pertencentes à Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários, 18,4% da amostra os consideram regular, 16,3% da amostra os consideram bons, 10,2% da amostra os consideram ruins e 4,1% da amostra os consideram péssimos; no que se refere às ferramentas

¹³¹Cf. tabela LXXXIX, p. XCVII.

¹³²Cf. tabela XC, p. XCIX.

¹³³Cf. tabela XCI, p. C.

¹³⁴Cf. tabela XCII, p. CI.

¹³⁵Cf. tabela XCIII, p. CII.

de informática, 40,8% da amostra as considerou regular, 30,6%¹³⁶ da amostra as considerou ruins, 18,4% da amostra as considerou boas, 6,1% da amostra as considerou péssimas e apenas 2,0% da amostra as considerou ótimas. Cabe ressaltar que aqui também, se fôssemos trabalhar com uma média geral das condições de trabalho, nos aproximaríamos do resultado do 3º Plebiscito.¹³⁷

Perguntamos os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP se entendiam que a F-ITESP formula um plano geral de trabalho. 67,3%¹³⁸ da amostra disse que não, enquanto que 26,5% da mesma amostra afirmara que sim. Quisemos saber mais destes que responderam sim, se tinham conhecimento da implantação pela F. ITESP do referido plano geral de trabalho proposto. Como resposta da amostra obtivemos, 28,6% não¹³⁹ e 14,3% sim. A conclusão é que parece que não existe um plano de trabalho desenvolvido por parte da F. ITESP, mas, por absurdo que pareça, se existe, não é implantado, tendo em vista o número extremamente restrito da amostra que disse sim em relação a esta implantação.

Em relação à questão por nós lançada para a amostra se ela entendia que a F. ITESP aproveita bem suas capacidades e habilidades individuais, a resposta obtida foi que 71,4%¹⁴⁰ da amostra disse que não e apenas 28,6% da mesma disse sim. Ao perscrutarmos a causa deste posicionamento, tivemos respostas diversas, a saber, “não há um plano de trabalho e a atuação resume-se em ‘apagar incêndios’. As atividades quase sempre vêm planejadas ‘de cima’, sem que se dê importância ao planejamento do técnico”, “todos os funcionários poderiam ser mais bem aproveitados, com o devido planejamento e sem sobrecarregar alguns com tarefas que não seriam de sua atribuição”, “o servidor não é valorizado, os dirigentes não se preocupam com o bem estar, com os salários ou a qualidade de vida. Como eles ganham bem não ligam a mínima pro servidor assalariado”, “A F. ITESP está focada não em habilidades, mas sim na política Tucana, se politicamente eu tiver uma posição diferente ou mesmo se minhas relações pessoais não estiverem de acordo, nunca terei meu trabalho reconhecido”, “A experiência acumulada ao longo dos anos na F. ITESP não será repassada aos mais jovens, pois, falta funcionário para dar continuidade”, “Eu consigo cumprir as metas com um trabalho. E também oriento meus colegas em momentos que meus conhecimentos

¹³⁶Cf. tabela XCIV, p. CIII.

¹³⁷Cf. tabela CLXVII, p. CLXXXIX.

¹³⁸Cf. tabela XCV, p. CIV.

¹³⁹Cf. tabela XCVI, p. CV.

¹⁴⁰Cf. tabela XCVII, p. CVI.

podem ajudar. Poder colaborar com a equipe é importante, pois, também nos permite evoluir e melhorar sempre”, “Penso que sim, pois, no caso do advogado, nós podemos demonstrar nossas capacidades e habilidades na feitura dos pareceres e manifestações (G. Consultivo) e nas ações e contestações (G. Contencioso). O que me causa indignação é a dificuldade de ascensão na carreira, e a pouca chance de ocupar um cargo de chefia”, “Porque não se oferece cursos para aprimorar o trabalho realizado. Cursos inerentes à função, compatível com o cargo exercido”, “Alguns cargos que deveriam ser aproveitados com servidores do quadro são ocupados por pessoas indicadas e que não são do quadro da F. ITESP”, “Acho que poderia ser mais aproveitado, mas também teria que aumentar o salário, pois, com o que eu ganho, estou trabalhando até demais”, “Falta de incentivo e oportunidade”, “Sou incumbido de realizar tarefas inerentes ao veterinário que não há”, “Não há capacitação, motivação e reciclagem. Busco inovações e os itens citados [anteriormente] por conta própria”, “Poderia contribuir com outras áreas, por exemplo, informática”, “De nenhuma forma. Não existe capacitação direcionada”, “Aqui na Fundação ITESP só sobe quem diz amém e tem padrinho político forte”, “Mas há de entender que todos tem obrigações com trabalho e família”, “Porque funcionários altamente capacitados não recebem a devida atenção”, “Falta procurar trabalhos mais importantes a serem executados pela instituição”, “Tenho sido convocado para outro serviço, fora os trabalhos no interior do grupo”, “A falta de um PCCS claro, bem definido e aplicável é o maior reconhecimento da falta de aproveitamento das habilidades”, “No caso dos veterinários, há alguns anos, 70% do nosso trabalho está direcionado a cumprir rigorosamente uma Lei Federal da vacinação de brucelose e isto toma muito tempo para atendimento de lote a lote”, “Existe entraves, mas não só da UTE, muitos são do BB e MDA”, “Não existe interesse de capacitar o quadro e aproveitar funcionários fora do seu cargo / perfil”, “Não sou solicitado a contribuir em que a minha formação é padrão de excelência no quadro de educação nacional”, “Sou constantemente solicitada para trabalhos que exigem conhecimento técnico, por vezes maiores do que possuo, considero positivo”, “Pela sobrecarga de trabalho que é de minha responsabilidade”, “Poderia desenvolver outras atividades, já realizadas em outra época na F. ITESP”, “O perfil do servidor não corresponde onde o mesmo desempenha as funções, na sua maioria”, “Para minimizar pagamento de diárias”, “Problemas internos direcionais”, “Porque estou apto a atuar em áreas que são deficientes na Fundação”, “Porque não aproveita, em geral, os seus servidores de carreira, nos cargos de direção da entidade”, “Poderia vender melhor seus trabalhos de Assistência

Técnica” e “É muito moroso nos feed-back e no excesso de burocracia”¹⁴¹. O dado significativo aqui é que 22,4% da amostra não respondeu a esta questão, talvez por ser uma questão aberta, não tem como precisar.

Com relação à questão se o (a) trabalhador (a) sente que a F. ITESP lhe dá autonomia para a realização do seu trabalho tivemos como respostas, a saber, 59,2% da amostra disse que sim e 34,7%¹⁴² da amostra disse que não. Ao investigarmos as causas dessa autonomia ou a ausência dela registramos as seguintes falas, a saber, “Existe excessivo números de normas e regulamentações”, “Depende ora de recursos financeiros, ora de recursos humanos”, “Talvez porque não conheça meu trabalho”, “A autonomia faz parte do trabalho do advogado, e sempre, ou melhor, foi me passado que eu tenho a independência das minhas convicções como advogada”, “Porque parte da Diretoria Executiva não acredita em nós”, “Porque eu posso opinar sobre melhoras e propor soluções às eventuais dificuldades e que facilitem o cumprimento das demandas”, “Tenho autonomia para ir em reuniões em outros órgãos, marcar reuniões, tomar decisões perante a F. ITESP”, “Apesar do conhecimento técnico necessário para meu trabalho, tudo está centralizado na figura do Diretor Executivo e suas vontades”, “A Fundação, para quem quer trabalhar, oferece oportunidades de conhecimento”, “Todo cargo tem limites de atuação”, “Porque tolhe a liberdade de seus servidores de trabalhar num esquema de horários compatível com seu biorritmo, ou características individuais, enquadrando-os num sistema pré-estabelecido, fixo, amordaçador”, “Gosto do que faço e quando posso argumento e, chefes e diretores respeitam”, “Para minimizar o pagamento de diárias”, “Pelo menos no meu GTC, às vezes falta ou atrasa alguns materiais para a execução dos trabalhos” “A maioria de pessoas que ocupam cargos estratégicos na regional dificultam a ação dos servidores”, “Não há como, devido à limitação do cargo exercido”, “Porque hoje temos prazos melhores, reuniões para expor as diretrizes de trabalho”, “No interior é mais difícil”, “No meu caso, tudo é centralizado no Diretor Adjunto, em São Paulo, um despreparado, que além de não fazer o serviço que tem de ser feito, não deixa que ninguém o faça ou atrapalha sobremaneira”, “Não tenho autonomia de decisão no meu perfil”, “Porque não sou cobrado estatisticamente pela realização do trabalho”, “Consigno desenvolver o trabalho com criatividade”, “Deveria não ter a tal exclusividade, ter uma renda extra, oficial”, “Porque os superiores hierárquicos acreditam e confiam em meu desempenho profissional [acredito]”, “De acordo com a chefia”, “Aparentemente dá, no entanto, quando

¹⁴¹Cf. tabela XCVIII, p. CVII.

¹⁴²Cf. tabela XCIX, p. CX.

decidem [a Diretoria] participar de alguma atividade que entendem ser "necessária" atropelam as atividades do técnico", "Dentro do possível sim, apesar da instituição ser muito burocrática", "Em parte tem-se a realização dos trabalhos sem padronização, sem procedimentos definidos e sem acompanhamento dos superiores e, depois, uma cobrança por resultados desproporcional", "A Direção é totalmente centralizadora", "Não sou 'amiga' dos chefes do escritório, portanto, não posso pensar em autonomia" e "Autonomia relativa, pois estamos subordinados às políticas (ou ausência delas) públicas"¹⁴³. O dado importante que aqui tem que ser registrado é que 34,7% da amostra não respondeu a esta questão. A recusa da resposta numa questão de pesquisa é uma resposta, o problema é identifica-la sem fazer qualquer tipo de ilação indevida. Problema na formulação da questão? Tamanho do questionário? Medo? Difícil precisar.

À questão como os (as) trabalhadores (as) se sentiam com o fato de nunca ter sido implantado o PCCS da F. ITESP aferimos as seguintes respostas, a saber, 6,1%¹⁴⁴ da amostra se disse "desmotivado", outros se disseram "indignado", "frustrado e humilhado", "abismado e revoltado", "frustrado, pois a não implantação do PCCS nos desestimula bastante ficando prejudicado e reflete no dia-a-dia de trabalho", "lamento, pelas avaliações que tive deveria estar no nível VI", "às vezes me sinto desvalorizado profissionalmente", "decepcionante", "mais um absurdo – novos concursos e o pessoal que entra com o mesmo salário que o seu, e muitos sem a nossa experiência", "se tivesse sido implantado eu teria uma condição financeira melhor", "sinto-me 'amarrado' para um avanço salarial", "não é possível dedicar anos de trabalho sem perspectiva de ascensão profissional", "enganado pelo edital e precarizado", "desvalorizado", "é ruim porque não temos perspectivas profissionais. Há doze anos no mesmo lugar", "sinto-me sem estímulo para desenvolver novas atividades, pois com nível superior poderia estar em outro nível", "implantado e usado, até acho mesmo que não seja o adequado e justo. Precisa melhorar", "desolado", "péssima", "perplexo", "desvalorizada profissionalmente. No meu caso são quase dez anos no mesmo nível", "desvalorizada, desrespeitada", "me sinto sem estímulo, pois não vejo perspectiva e nem incentivo para crescimento", "em 12 anos de trabalho tive apenas um aumento de posto de A para B, isso é muito humilhante", "aviltado e roubado, com a carreira arruinada", "me sinto mal, discriminada, você não é reconhecida", "tenho frustração, desde 2001 que sou Nível A", "é como estar estacionado na carreira, sem perspectiva de crescimento profissional e financeiro.

¹⁴³Cf. tabela C, p. CXI.

¹⁴⁴Cf. tabela CI, p. CXIII

É um desestímulo para o trabalho”, “sinto uma frustração. Vejo que no quadro dos dirigentes não tem pessoal capacitado, qualificado para a implantação do PCCS”, “frustrado”, “desvalorizada todo o tempo e mais a sensação de perda de tempo na instituição”, “assunto cansativo e desesperançoso”, “traído! Não foi o combinado quando da criação da F. ITESP. Atualmente é o mau maior da F. ITESP”, “é uma pena, até agora não termos algo real e verdadeiro implantado; só espero que se implante e os anos perdidos possam ser recuperados pelos funcionários”, “sinto-me frustrada, pois, estou há 8 anos na F. ITESP, e o máximo que avancei foi passar da letra A para B, ou seja, estou no nível I B; e assim, colegas que estão há, apenas, 1 ou 2 anos, recebem o mesmo salário. Mais indignante ainda, que não vejo perspectivas de avanço salarial e de nível, em razão do atual PCCS”, “é lamentável, sem perspectivas, acomodada dentro da situação oferecida atualmente”, “a não implantação é ruim, pois, é a desvalorização do principal capital do ITESP, que é o capital humano e intelectual”, “triste, pois poderíamos ter um salário melhor”, “eu me sinto como palhaço”, “enganado”, “Roubado, subtraído como pai de família e profissional. Como ser humano, desmotivado”, “desmotivado, afinal, juntando todo o tempo que trabalho no ITESP [21 anos] não subi de nível até o momento. A avaliação é muito mal feita e não corresponde à realidade. Isto hoje é um absurdo, já se passaram muitos anos, isto na verdade nem deveria ter acontecido, o processo deveria ter sido resolvido logo no início”, “100% desmotivado”, “estagnada”. Importante destacar que nesta questão, apenas 6,1% da amostra deixou de respondê-la.

Aqui se buscamos ouvir o que 3º Plebiscito nos diz na questão que tratava do PCCS em que pese tenha faltado precisarmos melhor o que queríamos. Como a divulgação dos contemplados pelo novo PCCS da F. ITESP era muito recente e deu muita polêmica, nós estávamos nos referindo à promoção vertical [mudança de nível que representa em média 17% de aumento ao [à] trabalhador (a)], uma promessa não cumprida pelo Concurso de 2000 e, não em relação à promoção horizontal, que beneficiou a maioria dos trabalhadores (as) [mudança de letra] que representava apenas 2% de aumento sobre o salário do trabalhador da F. ITESP. Mas como não precisamos muito bem, alguns trabalhadores (as) responderam sim, que haviam sido promovidos da letra A para B e desta para a C. Mesmo com essa confusão, note-se que o número de trabalhadores (as) não contemplados pelo PCCS da F. ITESP é altíssimo,¹⁴⁵. O sentimento da injustiça cometida pelo novo PCCS é universal dentro da F. ITESP, principalmente por aqueles (as) trabalhadores (as) que ingressaram nesta através do

¹⁴⁵Cf. tabela CLIX, p. CLXXXI.

Concurso de 2000 e acreditaram que seriam avaliados a cada dois anos e ascenderiam de níveis. Treze anos se passaram, 2014 e aqueles (as) trabalhadores (as) que ingressaram no nível I, em 2001 bem como nos anos subsequentes, continuam sendo considerados “sem experiência” em sua respectiva área, apenas mudaram de letra, ou seja, tiveram progressão horizontal, mas não tiveram progressão vertical na carreira, enfim, não existe carreira de fato na F. ITESP, pode até existir de direito, mas de fato não há¹⁴⁶.

Se observarmos todos os itens dessa questão de número 01 do 3º Plebiscito, verificaremos que as condições de carreira [91,1%] e salários [87,1%] foram os que tiveram os maiores índices de insatisfação dos trabalhadores (as) da F. ITESP, fatalmente devido a não aplicação do PCCS ao longo dos 12 anos de existência efetiva da F. ITESP e ou da sua aplicação injusta ocorrida neste ano de 2013, que contemplou apenas uma ínfima parte de trabalhadores (as) bem como também devido a defasagem salarial corrigida em média de 32% que pesa sobre os salários destes trabalhadores (as) durante todo esse período retratado. Apenas esse item atual foi acrescido aos outros três que, nos plebiscitos anteriores da AFITESP, eram submetidos ao crivo da resposta dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, mas de forma genérica, todos juntos numa mesma questão, tendo em vista que a questão da carreira tem sido muito discutida ultimamente na F. ITESP, mais pelos seus erros do que pelos seus acertos.¹⁴⁷

Aqui, com relação ao que a AFITESP deveria tomar em relação ao PCCS, um problema de falta de clareza da “cédula de votação” do 3º Plebiscito, fez que os trabalhadores (as) da F. ITESP votassem em mais de uma alternativa. Para não anularmos uma enxurrada de votos, optamos por contar aqueles votos com mais de uma opção, apenas os agrupamos conforme o caso e os consideramos na totalização das somas das opções apresentadas.¹⁴⁸

Necessário faz-se esclarecer aqui que a cor azul representa os “votos em branco” em relação à opção “Greve Já”, mas que responderam às outras opções e que aparecerão na sequência. Diante de um índice tão pequeno de adesão a um eventual movimento grevista essa hipótese foi descartada pela Diretoria da AFITESP, ainda que uma pequena minoria insistisse na sua realização. Acontece que, se compararmos com os plebiscitos anteriores, de 2010 e 2011, os índices da opção grevista foram sempre maiores que 50%, o que permitia à AFITESP uma condução segura e respaldada do movimento. Agora o contexto diferiu muito,

¹⁴⁶Cf. tabela CLX, p. CLXXXII.

¹⁴⁷Cf. tabela CLXI, p. CLXXXIII.

¹⁴⁸Cf. tabela CLXII, p. CLXXXIV.

menos de 1/3 dos trabalhadores (as) teriam disposição para a luta grevista, o que obriga a AFITESP a buscar uma reflexão sobre as causas de tamanha inanição da categoria.¹⁴⁹

Necessário faz-se esclarecer aqui que a cor roxa representa os “votos em branco” em relação à opção “Ação na Justiça”, mas que responderam às outras opções, tanto a que apareceu anteriormente bem como a que aparecerá na sequência. Pelo percentual apresentado esta foi a opção vencedora em relação ao novo PCCS da F. ITESP.¹⁵⁰

Também aqui necessário faz-se esclarecer aqui que a cor cinza representa os “votos em branco” em relação à opção “Denunciá-lo no MPT”, mas que responderam às outras opções que apareceram anteriormente. Por um percentual muito pequeno, 2,8% essa opção foi derrotada pela opção da “Ação na Justiça”. O interessante identificar aqui é o esgotamento em relação ao processo de negociação com a Diretoria Executiva da F. ITESP, mais do que o dobro daqueles (as) trabalhadores (as) que fizeram a opção pela denúncia do PCCS ao MPT desejam que ela seja feita imediatamente, sem conversa com a referida Diretoria Executiva.

No que se refere à questão como o (a) trabalhador (a) se sente em relação à tentativa de anulação do Concurso ITESP 2000, pelo Ministério Público Estadual – MPE –, através do qual ele (a) ingressou na F. ITESP, tivemos a maior adesão de resposta em questão aberta da pesquisa, 98% da amostra respondeu a esta questão aberta, o que de saída já demonstra um alto grau de significância deste tema para os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP sujeitos desta pesquisa. Os sentimentos são os mais diversos e esparsos possíveis, a saber, “sensação de incredulidade”¹⁵¹, “motivada a buscar outras alternativas”, “fui enganado pelo Estado e agora o problema é todo meu”, “traído e enganado”, “inseguro juridicamente”, “preocupado, pois a insegurança gera desgaste e também prejudica a qualidade de vida e [gera] problemas emocionais”, “muito desagradável”, “completo estado de insegurança”, “tenho que pagar pelo erro dos outros, convivendo com esse terrorismo psicológico”, “enganado”, “é constrangedor fazer com que você (nós) prestamos um concurso e ficar agonizando com a situação”, “apesar do desgaste estressante a todos os envolvidos, sinto-me, ainda, confiante em uma solução jurídica favorável aos trabalhadores itespianos”, “injustiçado”, “enganado pelo edital e pelos dirigentes e autoridades do Estado”, “sinto-me de aviso prévio constante”, “a insegurança faz com que o órgão se esvazie”, “tenho quase 20 anos de Itesp, Fundação etc, acho que sou capaz de arrumar outro emprego”, “na verdade foi um tiro no pé da Associação de

¹⁴⁹Cf. tabela CLXIII, p. CLXXXV.

¹⁵⁰Cf. tabela CLXIV, p. CLXXXVI.

¹⁵¹Cf. tabela CII, p. CXV.

Funcionários da época que provocou uma Assembleia para a anulação e a maioria presente votou a favor”, “me sinto mal”, “péssima”, “lutei pelo cancelamento na época. Hoje sou contra. Mas o Governo me deve satisfações”, “entendo que face ao vício o M. P. E. está correto e a Justiça decidiu corretamente também. Por outro lado, entendo que a F. ITESP se portou e se porta com muita prepotência, pois nunca assumiu o erro e ou tentou saná-lo”, “com muita insegurança”, “sinto-me injustiçada pelo fato de não ter formulado o Edital e não entender da área jurídica”, “nunca me importei com isto. Faz 8 anos e meio que trabalho aqui, se me importasse estaria muito estressada”, “me sinto indignado, pois não tenho nada a ver com os erros cometidos pela Diretoria que elaborou o concurso e agora estou sujeito a ser punido por esse ato”, “enganada e decepcionada. Quando fui contratada, em 2004, não fui informada que o concurso estava anulado e sub-júdice”, “inseguro e descrente da Justiça advinda do Poder Judiciário”, “muito preocupado”, “creio que não haverá anulação, sempre haverá elementos e argumentos para contestar uma decisão”, “no meu caso, tranquila. Adoro o ITESP e levarei, caso aconteça algo, as melhores recordações. Claro, uma fatalidade que deve ser investigada”, “acho uma tremenda palhaçada, uma falta de respeito com quem foi aprovado no concurso. Se houve alguma falha foi no edital e na contratação, pior ainda, que quem ajudou a elaborar o edital é dirigente da F. ITESP e continua na ativa”, “medo, enganado; mas com esperança que a AFITESP e o próprio ITESP resolvam essa situação o mais rápido possível”, “cética”, “a falta de visão de gerenciamento batizado de ferramentas de gestão pública é um agravante na gestão da F. ITESP”, “mais um fator de desestímulo, não consigo compreender a situação a que se chegou - total descalabro, indignação etc”, “traída, me sinto vulnerável, totalmente sem estabilidade alguma, sem nenhuma perspectiva para dar continuidade aos trabalhos, desmotivada”, “traído! Não foi o combinado quando da criação da F. ITESP. A situação só beneficia a F. ITESP”, “muito triste, pois prestamos um concurso público pensando que estávamos seguros”, “insegurança”, “sinto-me frustrada, pois, quando me escrevi para o Concurso, pensava estar ele sendo realizado legalmente. O que torna a situação mais constrangedora, é o fato de eu ter concorrido ao cargo que não necessitava de experiência, ou seja, não apresentei título algum para comprová-la. É realmente frustrante”, “eu me sinto lesado”, “é uma situação muito ruim, pois, não há uma segurança em relação à sua situação. É mais complicado ao analisar que nenhum funcionário teve culpa, todos fizeram o concurso de boa fé e estão enfrentando essa dificuldade”, “perseguido 24h por dia”, “me sinto desrespeitado e desvalorizado. Assim como a própria lei e o MPE é uma vergonha”, “Isto hoje é um absurdo, já se passaram muitos anos, isto na verdade nem deveria ter acontecido, o processo deveria ter sido resolvido logo no início” e “estou indignado com a

situação. A falta foi dos gestores públicos à época. Eles devem ser penalizados”. Fica patente que esta questão bem como a anterior comprovam de maneira cabal e irretocável a precarização das relações de trabalho no interior da F. ITESP. Não haverá indenização nenhuma capaz de pagar o sofrimento psicofísico que esses (as) trabalhadores (as) tem enfrentado nesses 13 anos de contrato com a F. ITESP, completados no último dia 02 de julho de 2014.

Em relação à questão se na avaliação dos (as) trabalhadores (as) existem preconceitos no interior da F. ITESP, as respostas foram bem polarizadas, sendo que 49,0% da amostra considera que sim¹⁵², há preconceitos, e os outros 49,0% consideram que não existem preconceitos no interior da F. ITESP. Na sequência, ao buscar um maior aprofundamento da questão, perguntamos à metade que identificou a existência de preconceitos no interior da F. ITESP, qual (is) tipo de preconceito (s) existem e a resposta até certo ponto é estarrecedora, pois, o preconceito político ‘partidário’ aparece bem despontado dos demais, uma vez que se considerarmos de maneira isolada, foi citado por 14,3%¹⁵³ da amostra e se considerarmos sua citação em conjunto com os demais preconceitos, ele aparece com 76% dentre aqueles que afirmaram a existência de preconceitos no interior da F. ITESP. Em segundo lugar aparece o preconceito social considerado sozinho com 8,2% da amostra e em conjunto com os demais com 48,0%. Os demais preconceitos tais como o racial, o cultural, o religioso e o sexual diluem-se em percentuais não muitos significativos.

Em relação à questão se na visão dos (as) trabalhadores (as) existe igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) por parte da F. ITESP, no que se refere às *solicitações de transferências de GTC’s e ou GT’s bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares* destes mesmos trabalhadores (as) tivemos que 81,6%¹⁵⁴ da amostra respondeu que não há isonomia no trato destas questões, apenas 14,3% da amostra respondeu que sim, existe isonomia nestes dois casos. Quando solicitamos que a amostra justificasse se em sua visão existe ou não igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F. ITESP, no que se refere às solicitações de transferências de GTC’s e ou GT’s bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as) tivemos os posicionamentos¹⁵⁵, a saber, “movido por interesses pessoais, laços de parentescos

¹⁵²Cf. tabela CIII, p. CXVII.

¹⁵³Cf. tabela CIV, p. CXVIII.

¹⁵⁴Cf. tabela CV, p. CXIX.

¹⁵⁵Cf. tabela CVI, p. CXX.

e atuações políticas partidárias”, “na verdade, não sei o que há por detrás disso, se é influência política partidária ou indicações pessoais fortes”, “nepotismo e aparelhamento partidário da máquina do Estado”, “Só consegue estes itens acima se for amigo da ‘panela ITESP’ ou de uma autoridade forte”, “só existe transferência quando é de interesse da Direção, não da Fundação”, “tenho conhecimento de desigualdade de tratamento no que se refere à transferência como também em relação ao afastamento para assuntos particulares”, “para se conseguir qualquer uma das situações, se você é amigo do ‘Rei’, consegue tudo sendo nada”, “amigos do rei tem prioridade”, “há pessoas com tratamento diferenciado”, “o tratamento é diferenciado para alguns”, “geralmente quem é ‘amigo’ do chefe consegue”, “sempre que precisei, algum tempo atrás, consegui. Quanto aos meus colegas, alguns conseguiram e a justificativa que ouvi, era de que tinha vaga disponível”, “por problemas internos direcionais”, “de acordo com a preferência, conveniência”, “tudo para poucos e nada para muitos”, “alguns servidores conseguem transferências e transposições sem problemas, já outros, nem embasados em previsões legais conseguem”, “cada Diretor e Gerente trata de forma particular”, “as pessoas que possuem maior ‘Q. I.’ [Quem Indica] são privilegiadas”, “somente gerentes que conseguem afastamento”, “conhecidamente, são aplicados pesos diferentes às solicitações dos funcionários”, “uma vez pedi transferência para Araras e me vetaram, nessa mesma época um funcionário pediu para Pariquera-Açu e ele foi transferido”, “alguns são transferidos sem atender às normas e portarias, enquanto os mais antigos que estão aguardando ficam para trás”, “todos sabemos de casos em que pessoas mais próximas da Diretoria Executiva são privilegiadas, em detrimento dos trabalhadores comuns”, “somente consegue transferências ou afastamentos pessoas ligadas diretamente à Diretoria ou por apadrinhamento político, caso contrário, irá permanecer na fila de espera”, “acho que existem transferências por mérito e também por política”, “basta verificarmos algumas transferências realizadas na instituição e ficará caracterizada a diferenciação de tratamento”, “há alguns privilégios sabidos, porém, há funcionários amigos e a AFITESP que nos ajuda no melhor direcionamento para chegar ao objetivo com luta e persistência”, “não há critério de equanimidade”, “pelo menos até agora alguns conseguiram e outros que tinham nomes certos nas Portarias anteriores não foram contemplados; espero que agora com o novo concurso [2013] faça-se a justiça nas transferências e crie uma política / plano justo aos interessados”, “para os ‘amigos’ os favores da lei, para os ‘inimigos’ os rigores da lei”, “existem interesses políticos na gestão dessas ações”, “Especificamente, pergunte ao Mollica”, “Quando essa situação ocorreu comigo foi fácil a transferência, então, concluo que houve igualdade de tratamento entre os trabalhadores da F. ITESP”, “as listas de transferências e a relação de

afastamentos não são respeitadas”, “por ouvir algum comentário, mas não estou apta neste assunto para opinar”, “eu acho que é (sic) sempre os mesmos nomes (...) Eu acho errado transferência para tratar de assuntos particulares”, “não vejo muitos problemas a esse respeito”, “eu fiquei dois anos para me transferir para o GTC de Mirante [do Paranapanema], enquanto outro funcionário foi transferido de Sorocaba para Prudente e de novo para Sorocaba. Isto que é desigualdade”, “difícil responder essa questão, pois tenho medo de estar enganada. Mas tenho a impressão de que existem preferências para certos trabalhadores e simpatias, o que faz com que estes pedidos sejam atendidos mais rapidamente ou não”, “não possuo dados para avaliar este item”, “só é transferido quem causa problemas ou é amigo do chefe”, “a hierarquia possui privilégios em ambos os casos”, “nunca percebi diferenças”, “nepotismo e camaradagem para os amigos das chefias” e, por último, “não há uma política transparente nestas duas situações, outro motivo que gera descontentamento por ver colegas longe da família e que poderia estar resolvido se existe procedimento e regras claras e fosse obedecido os critérios”. Importante dizer que 8,2% da amostra não respondeu a esta questão.

Em relação à questão como o (a) trabalhador (a) classifica a relação entre os chefes e os subordinados na F. ITESP, houve uma polarização entre 34,7% da amostra que a classifica de democrática e 30,6%¹⁵⁶ da mesma que a considerou autoritária; temos, ainda, que 12,2% da amostra que a entende como sendo uma relação de simpatia; 8,2% da amostra a classifica como liberal, de deixar fazer, deixar passar e, finalmente, 4,1% da amostra a entende como sendo uma relação de empatia.

No que concerne à questão como os (as) trabalhadores (as) classificam a relação entre os (as) próprios (as) trabalhadores (as) na F. ITESP, também tivemos uma polarização de respostas, uma vez que 26,5% da amostra classificaram-na como sendo pautada pelo individualismo e outros 22,4%¹⁵⁷ da mesma classificaram-na como sendo baseada na solidariedade, tivemos, ainda, que 14,3% da amostra classificaram-na como sendo uma relação de apatia / indiferença e outros 12,2% que classificaram-na como sendo de companheirismo, 4,1% a definiram como sendo de competição e outros 4,1% fizeram uma opção dupla, ou seja, a entende como sendo de companheirismo e solidariedade.

Em relação à questão se existe ou não liberdade de expressão através do “Comunicador”, uma ferramenta de trabalho de comunicação que engloba todo o Estado de São Paulo e atinge instantaneamente todos os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP que estejam

¹⁵⁶Cf. tabela CVII, p. CXXXIII.

¹⁵⁷Cf. tabela CVIII, p. CXXIV.

logados na intranet da F. ITESP, 61,2%¹⁵⁸ da amostra disse que sim e 28,6% da mesma afirmou que não. Quando foi solicitado à amostra que justificasse sua resposta se existe liberdade ou não no Comunicador da F. ITESP, o dado interessante é que 24,5% deixou de fazê-lo, pelo que observaremos abaixo, aqueles que disseram não haver liberdade de expressão, apesar de serem minoritários, foram os que mais justificaram suas posições, transcrevemos na íntegra todas as respostas¹⁵⁹, a saber, “porém, alguns cometem excessos e a Direção só divulga notícias para capitalizar interesses próprios”, “não, no comunicador tem censura”, “instrumento de cooptação política, quem critica cai em desgraça, se tiver cargo perde”, “embora não haja censura expressa e visível, as ‘conversas’ do comunicador movem muitas decisões autoritárias da Diretoria, o que acaba por reprimir”, “Cada um escreve o que quer no Comunicador”, “todos podem se expressar da maneira e do assunto que queiram”, “não posso falar o que penso, ou melhor, escrever o que penso”, “muitos tem receios de utilizar a ferramenta”, “entendo que esta ferramenta contempla a todos, acho que não tenho nada a relatar”, “não, esta mensagem foi clara e falada da própria voz do Diretor Executivo, que os supervisores estão proibidos de se manifestarem para fazer críticas a Direção. Obs. Isto foi dito em uma reunião somente com os dirigentes, destarte que não me acho dirigente”, “porém uso muito pouco”, “o autoritarismo na F. ITESP se dá de forma velada, mas sei que existe, pois as retaliações vêm de outras formas”, “independente do que eu escreva, não paro. Deixaria o cargo de RT para continuar a me manifestar”, “BIG BROTHER – George Orwell já explicou o fenômeno em seu magistral livro ‘1984’”, “acredito que sim, pois já utilizei para protestar e ninguém me vetou”, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, “em termos. Muitos funcionários a usam livre, sem medo de represálias. Já os que têm cargos de comissão são orientados a não fazer comentários nela”, “só uso o comunicador para trabalho”, “como ferramenta de trabalho, ela pode e deve ser utilizada por todos os trabalhadores da Fundação. Acredito que assuntos outros também podem ser veiculados nesta ferramenta, logicamente, pautados pelo bom senso e pela ética. Vejo que pode ser utilizado amplamente”, “um pouco de censura, mas aquilo esperado”, “sim, com certeza, pois, são evidenciadas opiniões, pensamentos e ideologias”, “mas parcialmente, há limites nos casos de posições críticas políticas, de gerências... é preciso moderação nos assuntos”, “Há liberdade de expressão, mas se o "servidor" mexe no "calcanhar de Aquiles" de algo, alguém ou da própria Fundação, depois sofre retaliação. Isso em relação ao ‘Comunicador’. Quanto ao e-mail institucional

¹⁵⁸Cf. tabela CIX, p. CXXV.

¹⁵⁹Cf. tabela CX, p. CXXVI.

pode se tornar imprudência revelar as próprias ideias” “existe uma política denominada de centralismo democrático nessa questão. Ultimamente, inclusive, está ferindo a lei de transparência”, “existe sim liberdade de expressão, pois tenho lido muitos se expressando através do ‘Comunicador’ até muitas vezes ultrapassando desta liberdade”, “por que é uma ferramenta de multiuso”, “pode sofrer alguma represália”, “qualquer manifestação mais aguda é imediatamente criticada”, “Às vezes até demais. Deve ser um pouco mais restrito ao trabalho desempenhado”, “uso apenas a trabalho a ferramenta”, “sim, é instantânea, porém, há a censura quanto à liberdade de expressão”, “Percebo que todos escrevem o que desejam”, “por meio desta ferramenta os funcionários desabafam, trocam informações de trabalho e não tenho informação que algum colaborador foi advertido pelo uso do ‘comunicador’”, “entendo que esta ferramenta deva ser utilizada mais propriamente para trabalhar e comunicação institucional e para assuntos que sejam relacionados aos interesses coletivos dos servidores”, “com necessárias exceções para quem extrapola nessa liberdade”, “liberdade relativa, pois, tudo fica registrado” e “existe até demais liberdade de expressão, porque tem algumas pessoas que a usam sem nenhuma ética profissional e pessoal. Na empresa privada onde meu sobrinho trabalha a liberdade de expressão tem ética”

Em relação à questão se o (a) trabalhador (a) da F. ITESP é favorável a ampliação da Licença-Maternidade, tendo em vista o fato que em vários órgãos do Estado de São Paulo esta passou a ser de 180 dias e na F. ITESP ela ainda permanece como sendo 120 dias, quase a unanimidade da amostra afirmou ser favorável, 95,9%¹⁶⁰, sendo apenas minoria, 4,1% da amostra é contrária a ampliação deste direito para as trabalhadoras da F. ITESP.

No que se refere à questão sobre qual tipo de benefício alimentar o (a) trabalhador (a) da F. ITESP recebe, 59,2%¹⁶¹ da amostra afirmou receber o Vale Alimentação e os outros 32,7% da mesma declararam receber o Tíquete Refeição. Complementando esta questão, perguntamos ao (à) trabalhador (a) se ele (a) está contente com o atual valor deste benefício alimentar, 95,9%¹⁶² da amostra afirmou que não e apenas, 2,0% da mesma disse que sim. Indo um pouco mais além, perguntamos se o (a) trabalhador (a) é favorável que a F. ITESP aplique sobre o valor deste benefício alimentar bem como de todos os outros benefícios [seguro de vida em grupo e auxílio creche] os mesmos 20% da correção das perdas salariais realizada

¹⁶⁰Cf. tabela CXI, p. CXXVIII.

¹⁶¹Cf. tabela CXII, p. CXXIX.

¹⁶²Cf. tabela CXIII, p. CXXX.

pela F. ITESP no ano de 2011, temendo pela realização de mais uma greve a exemplo do que ocorrera em 2010. 95,9%¹⁶³ da amostra disse que sim e apenas 2,0% da mesma disse que não.

Os benefícios oferecidos pela F. ITESP tiveram o terceiro maior índice de insatisfação [76,2%] dos quatro itens avaliados na primeira questão do 3º Plebiscito da AFITESP [2013], só perdeu para os salários, 87,1% e para a carreira, 91,1%. Entendemos que isto se deu muito por conta da ausência de correção nos valores do tíquete refeição e vale alimentação de acordo com os índices da inflação dos alimentos dos últimos anos (IPEA, 2011, p. 06), muito maiores que o índice oficial utilizado pela F. ITESP, IPC-FIPE / USP, que tem causado distorções enormes dentro dos próprios órgãos da SJDC deixando os trabalhadores (as) da F. ITESP com os menores valores recebidos, quando comparados com os pagos aos trabalhadores (as) da própria SJDC, IPEM, IMESC, Fundação CASA e Fundação PROCON para ficarmos apenas numa comparação interna de uma Secretaria de Estado do Governo de São Paulo. Entendemos também, que tal insatisfação se deu pelo fato da F. ITESP titubear em não elevar a Licença Maternidade dos atuais 120 dias [4 meses] para os 180 dias [6 meses] já praticados em vários outros órgãos do Governo do Estado de São Paulo, menos em órgãos vinculados à SJDC, como a F. ITESP.¹⁶⁴

Entrando no que se refere à saúde física e mental do (a) trabalhador (a) da AFITESP perguntamos se ele (a) pratica alguma atividade de lazer, temos que 89,8%¹⁶⁵ da amostra disse sim, pratica e, apenas 10,2% da amostra disse que não pratica atividade de lazer nenhuma. Ao aprofundarmos esta questão perguntamos aos (às) trabalhadores (as), da F. ITESP da nossa amostra que praticam atividade de lazer, qual atividade exercitam, com 51%¹⁶⁶ de citações cada uma, a leitura e a Internet apareceram como as preferidas, seguidas pela música com 46,9%, a televisão com 42,9%, as viagens com 40,8%, o cinema com 34,7%, o rádio com 24,5%, a pescaria com 16,3% e, por último, o parque com 14,3%. Além destas opções de lazer que constavam da pesquisa, foram mencionadas outras tais como a dança de salão, sítio, jardinagem, marcenaria, teatro, restaurantes, festas, sauna, caminhada, natação e esportes em geral, ainda que estes três últimos, por uma questão de classificação da nossa pesquisa estão inclusos na próxima questão.

¹⁶³Cf. tabela CXIV, p. CXXXI.

¹⁶⁴Cf. tabela CLVIII, p. CLXXX.

¹⁶⁵Cf. tabela CXV, p. CXXXII.

¹⁶⁶Cf. tabela CXVI, p. CXXXIII.

Em relação à questão se o (a) trabalhador (a) da F. ITESP pratica alguma atividade esportiva, temos que 61,2%¹⁶⁷ da amostra afirmou que sim e 34,7% da amostra disse que não pratica nenhuma atividade. Ao buscarmos identificar as atividades esportivas praticadas pelos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP, temos que a caminhada aparece com o maior número de citação na amostra, 34,7%¹⁶⁸, seguida pela natação com 12,2% na amostra, pela corrida e o futebol, cada um com 10,2%, a academia com 6,1%, o vôlei e o tênis de campo, cada um com 4,1% na amostra, sendo que este último, não aparecia na pesquisa, foi citado pelos (as) trabalhadores (as) pesquisados (as) assim como aparecera também o tênis de mesa e a hidroginástica, mas ambas com um percentual irrelevante.

Em relação à questão sobre o tipo de Plano de Saúde oferecido pela F. ITESP e que os (as) seus (uas) trabalhadores (as) podem dispor, 77,6%¹⁶⁹ da amostra tem o Plano Básico, custeado na íntegra pela F. ITESP e que os (as) trabalhadores (as) tem direito ao atendimento em enfermaria e 22,4% da amostra tem o Plano Especial, aquele em que o trabalhador também custeia uma parte do mesmo e tem o direito ao atendimento em apartamentos particulares. Isto por si só é um indicador de que a grande maioria não tem condições de bancar o Plano Especial de Saúde, não porque não queiram, mas porque a defasagem salarial os impedem de adquiri-lo.

Em relação à questão se o (a) trabalhador (a) da F. ITESP vai regularmente ao médico e faz exames de rotina, temos que 77,6%¹⁷⁰ da amostra disse que sim, mas 22,4% da mesma afirmou que não vai ao médico regularmente para fazer os exames de rotina. Na continuidade desta questão quisemos saber, então, daqueles que vão regularmente ao médico, qual (is) exames fazem rotineiramente. Importante ressaltar que 8,2% da amostra que deveria responder a esta questão não o fez, outros 8,2% da amostra citaram o exame ginecológico, 26,5%¹⁷¹ da amostra mencionou explicitamente exame de sangue, 16,3% da amostra citou o exame cardiológico, 10,2% da amostra diz que faz Check-up.

À questão se o (a) trabalhador da F. ITESP é portador (a) de alguma doença crônica, temos que uma minoria, 36,7% da amostra se declarou ser doente crônico, a maioria 63,3%¹⁷²

¹⁶⁷Cf. tabela CXVII, p. CXXXV.

¹⁶⁸Cf. tabela CXVIII, p. CXXXVI.

¹⁶⁹Cf. tabela CXIX, p. CXXXVII.

¹⁷⁰Cf. tabela CXX, p. CXXXVIII.

¹⁷¹Cf. tabela CXXI, p. CXXXIX.

¹⁷²Cf. tabela CXXII, p. CXLI.

da amostra se disse saudável, não são doentes crônicos. Fomos investigar então essa minoria de doentes crônicos, qual o tipo de doença crônica são portadores e temos, então, que 12,2%¹⁷³ da amostra sofre de hipertensão, 8,2% de diabetes tipo 2, 4,1% de psoríase, além de renite, hepatite C, linfoma, tendinite, artrite reumática, sequela de paralisia cerebral e insuficiência coronariana que não tiveram um percentual significativo. Quisemos ir mais fundo ainda e perguntamos se os (as) trabalhadores (as) doentes cronicamente, já era portador dessa doença crônica, antes de começar a trabalhar na F. ITESP e, aí constatamos que 30,6%¹⁷⁴ destes não o eram antes do ingresso na F. ITESP, ou seja, considerando que o trabalho humano absorve intensamente aqueles que o exercem, podemos dizer, ainda que de forma apressada, tais adoecimentos são resultantes desse ambiente inóspito de trabalho, apenas 10,2% da amostra afirmou ter sido acometido dessa doença crônica antes do ingresso na F. ITESP. Na questão seguinte, fomos direto ao assunto perguntando ao (à) trabalhador (a) se na opinião dele, essa (s) doença (s) é (são) resultante (s) do ambiente de trabalho da F. ITESP, no que ele nos surpreendeu, pois, 20,4% da amostra disse que não e, apenas 10,2%¹⁷⁵ da amostra disse sim. 2,0% da amostra disse que não, mas é agravada. 2,0% não soube responder e 6,1% não quis responder.

Nesta questão, independente das doenças crônicas quisemos saber dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP se já tiraram licença de até 15 dias, por conta da empresa, devido à questões de saúde e como resposta tivemos que 53,1%¹⁷⁶ da amostra já tirou sim esse tipo de licença, 42,9% da amostra disse que não tirara esse tipo de licença. Quisemos saber mais destes trabalhadores (as), e por mais de 15 dias, já tirou licença e ou afastamento junto ao INSS devido à questões de saúde e, aqui, tivemos um empate, 30,6%¹⁷⁷ de um lado disse sim, já ter tirado esse tipo de licença e 30,6% do outro lado disse nunca ter tirado esse tipo de licença, em que pese o alto percentual de abstenções, uma vez que 36,7% da amostra deixou de responder a esta questão. Na sequência quisemos saber qual o motivo para se tirar esse tipo licença médica, 4,1% da amostra disse que foi por motivo da “coluna” e as demais respostas se diluíram entre os diversos motivos¹⁷⁸ tais como “hérnia de disco”, “derrame”,

¹⁷³Cf. tabela CXXXIII, p. CXLII.

¹⁷⁴Cf. tabela CXXXIV, p. CXLIII.

¹⁷⁵Cf. tabela CXXXV, p. CXLIV.

¹⁷⁶Cf. tabela CXXXVI, p. CXLV.

¹⁷⁷Cf. tabela CXXXVII, p. CXLVI.

¹⁷⁸Cf. tabela CXXXVIII, p. CXLVII.

“perfuração intestinal”, “cirurgia para implantação de próteses nos quadris”, “cirurgia de aneurisma”, “problemas gestacional”, “cirurgia”, “depressão e gripe H1N1 quando grávida”, “depressão”, “cirurgia de varizes e nódulo no seio”, “cirurgia de mastectomia”, “eu me machuquei no trabalho”, “depressão – neurológico”, “estresse”, “obstrução intestinal”, fratura no pé”, “acidente de motocicleta”, “estresse no trabalho”, “doença [?]”, “crises de sinusite e rinite”. Apenas 2,0% deixou de responder a esta questão.

Ainda preocupados com a questão da saúde dos (as) trabalhadores (as) perguntamos se eles (as) utilizam ou utilizaram algum tipo de medicamento de uso contínuo e a resposta que obtivemos da amostra foi 51,0% sim¹⁷⁹ e 46,9% da amostra disse não, apenas 2,0% da amostra deixou de responder a esta questão. Quisemos saber também se o (a) trabalhador (a) tem algum auxílio para a compra deste medicamento e tivemos com resposta que 16,3% dispõe de algum tipo de auxílio para a aquisição de tal medicamento e 30,6%¹⁸⁰ da amostra afirmou que não dispõe de nenhum tipo de auxílio e 4,1% da amostra deixou de responder à esta questão. Em relação ao tipo de auxílio recebido, 4,1% da amostra disse que trata-se da “farmácia popular do Governo Federal”¹⁸¹, e as demais respostas se diluíram entre “IAMSPE”, “desconto do laboratório fabricante do medicamento”, “SUS” e simplesmente “Governo Federal” e 4,1% das respostas da amostra foram consideradas nulas.

Ainda relacionado à temática da saúde dos (as) trabalhadores (as) buscamos saber o grau de envolvimento destes com o vício do tabagismo. Na questão que os (as) questionamos se eles (as) fumavam, tivemos como resposta que 18,4%¹⁸² da amostra fuma, mas que 81,6% da amostra não fuma. Em relação à quantidade diária de fumo consumida pelos que disseram envolvidos com o vício do tabagismo, 10,2%¹⁸³ disse que consome 01 (um) maço de cigarro por dia, os demais se diluíram nas respostas, a saber, 02 (dois) maços 2%, 05 (cinco) cigarros 2% e 15 (quinze) cigarros 2%. Apenas 2% também deixaram de responder a esta questão. Quando perguntamos há quanto tempo, 6,1%¹⁸⁴ da amostra de trabalhadores (as) da F. ITESP respondeu que há duas décadas, 4,1% da amostra disse que há três décadas, 2% menos de uma

¹⁷⁹Cf. tabela CXXIX, p. CXLVIII.

¹⁸⁰Cf. tabela CXXX, p. CXLIX.

¹⁸¹Cf. tabela CXXXI, p. CL.

¹⁸²Cf. tabela CXXXII, p. CLI.

¹⁸³Cf. tabela CXXXIII, p. CLII.

¹⁸⁴Cf. tabela CXXXIV, p. CLIII.

década, outros 2,0% há 17 anos e, ainda, mais 2,0% há 01 (um) ano. Apenas 2% da amostra não respondeu a esta questão.

À questão se o (a) trabalhador (a) da F. ITESP consome bebida alcoólica, tem-se que 59,2%¹⁸⁵ da amostra dissera sim e os outros 40,8% da amostra dissera não. Quisemos saber daqueles que disseram sim qual a quantidade diária de bebida que estes (as) trabalhadores (as) consome. 6,1%¹⁸⁶ da amostra disse que “socialmente, apenas nos fins de semana”, 4,1% da amostra afirmou que apenas “1 [uma] lata de cerveja”, as demais respostas diluíram e diversificaram-se como podemos ver a seguir, “1 [uma] dose”, “2 [duas] latinhas”, “duas cervejas”, “1,5l de cerveja”, “socialmente em festas”, “uma vez por semana”, “três vezes por semana”, “3.000 [três mil] ml por semana”, “não todo dia”, “final de semana”, “1 [um] copo esporádico”, “1[uma] garrafa de cerveja”, “1.800 [um mil e oitocentos] ml de cerveja aos finais de semana”, “duas vezes por semana”, “mais ou menos uma vez por semana”, “em festas e reunião familiar”, “esporádico”, “socialmente”, “200 [duzentos] ml”, “1[uma] dose, mais uma latinha” e “consumo raramente”. Apenas 2,0% da amostra não respondeu a esta questão. Ao procurarmos saber há quanto tempo o (a) trabalhador (a) consome bebida alcoólica tivemos como respostas, 10,2%¹⁸⁷ da amostra disse que há 20 (vinte) anos, 8,2% da amostra afirmou que há 30 (trinta) anos, 6,1% da amostra declarou que há 10 (dez) anos, 4,1% da amostra disse que há 33 (trinta e três) anos. O dado interessante aqui é que 14,3% da amostra não quis responder a esta questão, talvez por considerá-la muito de foro íntimo.

No que se refere à questão que perguntou ao (à) trabalhador (a) da F. ITESP se ele (a) fez ou faz uso de qualquer outro tipo de drogas ilícitas, tivemos como respostas que a grande maioria, 93,9%¹⁸⁸ da amostra afirmou que não, enquanto uma minoria, 6,1%, disse que sim. Na sequência quisemos saber, então, desta minoria, qual o tipo de droga ilícita o usuário trabalhador (a) da F. ITESP faz uso e, como resposta, tivemos que 4,1%¹⁸⁹ da amostra utilizasse da maconha e outros 2,0% da amostra consome a cocaína. Quisemos saber, ainda, desta minoria, qual a quantidade diária, de droga ilícita, este (a) trabalhador (a) da F. ITESP usuário (a) consome. 2,0%¹⁹⁰ da amostra disse “um fino”, outros 2,0% desta afirmou “muita” e outros

¹⁸⁵Cf. tabela CXXXV, p. CLIV.

¹⁸⁶Cf. tabela CXXXVI, p. CLV.

¹⁸⁷Cf. tabela CXXXVII, p. CLVI.

¹⁸⁸Cf. tabela CXXXVIII, p. CLVII.

¹⁸⁹Cf. tabela CXXXIX, p. CLVIII.

¹⁹⁰Cf. tabela CXL, p. CLIX.

2,0% da mesma simplesmente não respondeu. Por último quisemos saber desta minoria de trabalhadores (as) há quanto tempo utiliza destas drogas ilícitas e obtivemos como respostas para 2% da amostra, há 30 (trinta) anos¹⁹¹, outros 2% desta há 15 anos e outros 2% da mesma se recusou a responder esta questão que sabíamos desde o início ser polêmica, por se tratar de um tabu, o uso de drogas ilícitas.

Em relação à questão se o (a) trabalhador (a) entende que se alimenta bem, 79,6%¹⁹² da amostra disse que sim, enquanto 16,3% da mesma amostra confessaram que não. Quando questionados do quê se alimentam preferente e frequentemente, 55,1%¹⁹³ da amostra citou as frutas (a), 53,1% da amostra citou as verduras (b), 53,1% da amostra citou as carnes (d), 30,6% da amostra citou os leites, 26,5% da amostra citou as massas (c), 26,5% da amostra citou os cereais (e), 12,2% da amostra citou os doces (g), 12,2% da amostra citou os salgados, 4,1% da amostra citou a comida rápida [fastfood] (h) e como outros (j) apareceram citados, “arroz e feijão”, “carne branca, aves, peixes e iogurtes”, “todas e tudo mais”, “derivados do leite e soja”. 6,1% da amostra não respondeu a esta questão.

Em relação à saúde sexual, perguntamos aos (às) trabalhadores (as) da F. ITESP se eles (as) previnem-se contra as Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST’s – e a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS ou SIDA. 83,7%¹⁹⁴ da amostra disse que sim, enquanto 12,2% da mesma disse que não se previne das DST’s bem como da AIDS ou SIDA. Quisemos saber dos que se previnem como se dá a prevenção das DST’s bem como da AIDS ou SIDA e, para nossa surpresa, 46,9%¹⁹⁵ da amostra disse que se dá através da fidelidade conjugal, uma vez que existem maneiras ‘mais científicas’ de o fazê-lo, como o uso cotidiano da camisa de vênus, vulgo, ‘camisinha’, que, segundo a amostra, é utilizada apenas por 12,2% destes (as), 10,2% da amostra adotou, como forma de prevenção, a redução do número de parceiros, 6,1% da amostra adotou a prática da castidade ou da abstinência sexual como maneira de se prevenir contra as DST’s e a AIDS ou SIDA, 4,1% da amostra utiliza-se de duas maneiras conjuntas, a saber, o uso da camisa de vênus e a fidelidade conjugal como forma segura de se prevenir. Nesta questão, 14,3% da amostra não quis respondê-la, talvez

¹⁹¹Cf. tabela CXLI, p. CLX.

¹⁹²Cf. tabela CXLII, p. CLXI.

¹⁹³Cf. tabela CXLIII, p. CLXII.

¹⁹⁴Cf. tabela CXLIV, p. CLXIV.

¹⁹⁵Cf. tabela CXLV, p. CLXV.

por conta da “repressão sexual” de que nos fala Marilena Chauí, ou mesmo, pelo fato de que apesar de tratar de saúde física do trabalhador (a), reverbera em questões morais.

Ainda na esfera dos direitos sexuais, perguntamos aos (às) trabalhadores (as) da F. ITESP se eles (as) realizam ou praticam o controle da natalidade. 57,1%¹⁹⁶ da amostra respondeu que sim e 34,7% da mesma disseram que não. 8,2% da amostra não quis responder a esta questão, acredito que pelos mesmos motivos descritos acima. Para aprofundarmos esta questão perguntamos como o (a) trabalhador (a) realiza esse controle da natalidade e tivemos como resposta que 18,4%¹⁹⁷ da amostra utiliza, como método contraceptivo, a camisinha; 14,3% da amostra declarou que usa da pílula anticoncepcional para a consecução desse objetivo; 10,2% da amostra citou como outro método contraceptivo, não elencado pela pesquisa, a vasectomia; com 2,0% da amostra cada, apareceu o Dispositivo Intrauterino – DIU -, a “laqueadura”, a “ejaculação externa e a vigia do ciclo menstrual” e a combinação do uso da “camisinha e da pílula anticoncepcional”. 8,2% da amostra não respondeu a esta questão, acreditamos que pelos mesmos motivos expostos acima.

Em relação à saúde bucal do (a) trabalhador (a) da F. ITESP perguntamos a eles (as) com que frequência vão ao dentista e obtivemos como resposta que 40,8%¹⁹⁸ da amostra vai anualmente ao dentista, 32,7% desta vai semestralmente ao dentista, 24,5% da mesma vai bianualmente ao dentista e, apenas, 2,0% da amostra disse que vai mensalmente ao dentista. À questão se este (a) trabalhador (a) possui algum convênio odontológico particular, temos que 77,6%¹⁹⁹ da amostra respondeu não possuir e 16,3% da mesma disse que sim, possui um convênio odontológico privado. Quisemos saber, então, os nomes dos referidos convênios odontológicos que, segundo a amostra, 12,2%²⁰⁰ disse ser a “Uniodonto”²⁰¹, 2,0% a “CAASP, mas é mínimo” e o “SESC”. Procuramos aprofundar ainda mais essa questão da saúde bucal do (a) trabalhador (a) da F. ITESP, ao perguntarmos se ele (a) não possui um plano odontológico privado, como avalia sua saúde bucal. Na resposta, temos que 42,9%²⁰² da

¹⁹⁶Cf. tabela CXLVI, p. CLXVI.

¹⁹⁷Cf. tabela CXLVII, p. CLXVII.

¹⁹⁸Cf. tabela CXLVIII, p. CLXVIII.

¹⁹⁹Cf. tabela CXLIX, p. CLXIX.

²⁰⁰Cf. tabela CL, p. CLXX.

²⁰¹Esse convênio odontológico é pago em uma fatura única pela AFITESP à Uniodonto de Presidente Prudente, mediante desconto autorizado em folha de pagamento de cada associado, que adere voluntariamente ao referido plano e que, por ser patrocinado pela AFITESP, oferece um desconto significativo aos seus associados.

²⁰²Cf. tabela CLI, p. CLXXI.

amostra considera boa sua saúde bucal, 24,5% desta considera sua saúde bucal regular, 18,4% da amostra considera sua saúde bucal ótima e 4,1% da mesma considera sua saúde bucal péssima. 10,2% da amostra não respondeu a esta questão.

À questão se o (a) trabalhador (a) da F. ITESP é associado à AFITESP, temos que 85,7%²⁰³ da amostra é associada da AFITESP e, apenas uma minoria, 10,2% desta não é associada à AFITESP. 4,1% da amostra não respondeu a esta questão. Neste quesito, a pesquisa foi superior ao 3º Plebiscito pelo menos percentualmente falando, pois neste, 76,2% que votou se declarou associado à AFITESP.²⁰⁴

Se considerarmos que, na data da realização do Plebiscito da AFITESP, havia 410 associados, 73,41% deles responderam ao chamamento da sua associação e participaram do mesmo. Em relação ao total dos aptos a votar, 600 trabalhadores (as), o percentual de associados é de 68,33%, um índice muito significativo de associação com características sindicais, em se tratando de se ter o “Estado como Patrão”.

Em relação à questão para o (a) trabalhador (a) da F. ITESP qual é o papel da AFITESP em relação ao seu emprego, temos que para 73,5%²⁰⁵ da amostra, a AFITESP representa um *papel essencial*, para 20,4% desta, simplesmente ajuda, e para uma minoria, 6,1% da amostra, o papel representado pela a AFITESP frente ao seu emprego é irrelevante. Em relação à questão para o (a) trabalhador (a) da F. ITESP qual é o papel da AFITESP em relação ao seu salário, temos que para 85,7%²⁰⁶ da amostra, a AFITESP representa um papel essencial, para 8,2% desta, simplesmente ajuda, e para uma minoria de trabalhadores (as), 6,1% da amostra, o papel representado pela a AFITESP frente ao seu salário é irrelevante. Em relação à questão para o (a) trabalhador (a) da F. ITESP qual é o papel da AFITESP em relação aos seus benefícios, temos que para 81,6%²⁰⁷ da amostra, a AFITESP representa um papel essencial, para 16,3% desta amostra, simplesmente ajuda, e para uma minoria de trabalhadores (as), 2,0% da amostra, o papel representado pela a AFITESP frente à conquista e manutenção dos seus benefícios é irrelevante. Em relação à questão para o (a) trabalhador (a) da F. ITESP qual é o papel da AFITESP em relação às suas condições de trabalho, temos

²⁰³Cf. tabela CLII, p. CLXXII.

²⁰⁴Cf. tabela CLXVIII, p. CXC.

²⁰⁵Cf. tabela CLIII, p. CLXXIII.

²⁰⁶Cf. tabela CLIV, p. CLXXIV.

²⁰⁷Cf. tabela CLV, p. CLXXV.

que para 67,3%²⁰⁸ da amostra, a AFITESP representa um papel essencial, para 22,4% desta, simplesmente ajuda, e para uma minoria de trabalhadores (as), 10,2% da amostra, o papel representado pela a AFITESP frente à suas condições de trabalho é irrelevante. Aqui cabe ressaltar que houve uma lacuna na pesquisa, uma vez que não questionamos com os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP o papel da AFITESP em relação à sua carreira, mais especificamente, ao PCCS. No 3º Plebiscito houve uma questão mais genérica, que perguntava aos (às) trabalhadores (as) qual era o nível de satisfação com a atuação da AFITESP e se juntarmos os satisfeitos, com os muitos satisfeitos e os satisfeitíssimos chegamos ao patamar dos 68,2% dos que votaram naquele pleito de ideias.²⁰⁹ Para a Diretoria Executiva da AFITESP é um orgulho contar com a satisfação, entre os satisfeitíssimos, muitos satisfeitos e satisfeitos, de 68,2% da sua categoria de trabalhadores (as) em meio a uma ampla campanha de desqualificação dos dirigentes da AFITESP, por parte da atual Diretoria Executiva da F. ITESP, aliás, atitudes muito próprias daquelas gestões autocráticas, personalistas e, sem nenhum exagero, pode-se afirmar, sem medo de errar, fascistas. Mas o Plebiscito quis saber, ainda, daqueles (as) trabalhadores (as) que não são associados se pretendiam se associar à AFITESP e, aí tivemos que, 6,6% disse que sim pretendem se associar e 11,1% disse que não pretende se associar²¹⁰. Aqui cumpre esclarecer “ao pé da letra” que, apenas 23 votantes que deveriam dizer SIM ou NÃO deixaram de fazê-lo, uma vez que, como vimos em tabela anterior, 301 votantes já são associados e não tinham porque responder a esta questão. O dado interessante é que, apesar do alto índice de associação dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP à AFITESP, ainda há um índice expressivo que pretende se associar.

No que concerne a esta última questão da pesquisa, a saber, como o (a) trabalhador (a) da F. ITESP avalia a trajetória de trabalho deste (a) dentro da F. ITESP, temos as mais diversas respostas, senão vejamos, “regular”, “conteúdo social importante, frustrante em relação à remuneração”²¹¹, “sempre foi produtiva, cansativa e pautada no respeito aos beneficiários e colegas de trabalho”, “progredi até onde foi possível”, “crescimento, por receber boas oportunidades em gestões anteriores”, “Sempre tive bom relacionamento por todos os lugares que passei nesses 26 anos. Nunca tive problemas com nenhuma chefia, claro

²⁰⁸Cf. tabela CLVI, p. CLXXVI.

²⁰⁹Cf. tabela CLXIX, p. CLXXXI.

²¹⁰Cf. tabela CLXXXV, p. CCVII.

²¹¹Cf. tabela CLVII, p. CLXXVII.

que muitas coisas precisam melhorar. E que em algumas Diretorias, chefias há injustiças”, “poderia ser melhor aproveitado”, “no início muito empenho e dedicação, hoje faço o possível e da melhor maneira. Só.”, “muito boa”, “do meu ponto de vista, eu avalio minha trajetória como ótima, pois procurei sempre me dedicar ao máximo, apesar de, em alguns momentos, não ter o devido reconhecimento”, “satisfatória, aprendi muito na F. ITESP: poderia ser melhor se tivéssemos um PCCS”, “há dez anos tenho orgulho de trabalhar na F. ITESP, mas hoje só restou a decepção, estresse e um sentimento frequente de desvalorização do meu trabalho”, “aprendi muito na F. ITESP, porém não sou reconhecida pela chefia, o que me desmotiva”, “muito empenho e pouca valorização – não só em termos de ascensão – mas, de reconhecimento pela contribuição e se sentir copartícipe de algum projeto”, “com um crescimento lento, porém sem perspectiva de melhora salarial a médio prazo”, “aprendi a gostar do que faço e faço porque gosto”, “ascensão na carreira não existe. Aprendi muito profissionalmente. Ganho financeiro é regular, porém sou muito feliz aqui. Adoro o ITESP e o que faço”, “tenho orgulho e prazer em trabalhar aqui e neste prédio, onde comecei em 1992”, “no início foi empolgante, em médio prazo, um pouco de desilusão; atualmente cansativa, duvidosa, defasada remuneradamente, mas com esperança de melhoras se as pendências de concurso, salário, transferência, condições de trabalho, veículos e materiais de informática forem sanadas... Aí a Fundação dos 60% para 90% de satisfação pessoal e de trabalho adequados”, “aquém do esperado quando do ingresso na F. ITESP”, “Avalio como ótima, procuro alcançar as metas do planejamento do grupo”, “gosto de trabalhar e faço o melhor de mim. Estou aguardando minha situação financeira melhorar para me desligar e fazer outra atividade com liberdade com compromisso pessoal, sem obrigação. Enquanto aqui estiver cumprirei com todas as minhas responsabilidades e obrigações”, “houve crescimento aqui no Vale do Ribeira; há pouquíssimas reuniões, dificulta vislumbrar nossa realidade do dia-a-dia”, “avalio como estagnado, pois não temos um PCCS descente, não se investe no servidor, não se preocupam com o bem estar do servidor etc”, “estou no mesmo cargo e GTC de quando entrei na F. ITESP. Hoje me sinto mais amadurecida frente aos trabalhos”, “em termos pessoais, eu cresci muito, amadureci bastante. No plano do conhecimento também cresci muito, logicamente que devo considerar meu esforço pessoal. Em termos salariais e oportunidade de evolução na carreira, não posso dizer o mesmo, pois ela é precária”, “Muito boa, aprendi muito, desenvolvi habilidade com ferramentas importantes, além de fazer muitas amizades”, “muito boa, pois eu pude aprender muitas coisas desenvolvendo habilidades e potenciais, além de fazer muitas amizades verdadeiras que levarei comigo para toda vida. Trabalhar na Fundação me permitiu evoluir pessoalmente e profissionalmente”, “boa”, “boa,

mas pode melhorar”, “frustrante, pois não existe a devida valorização e sem aplicar devidamente o ‘PCCS’, quando poderia vislumbrar uma perspectiva de ascensão fui barrado (sic) talvez por problemas de ordens pessoais ou políticos, quando do encerramento do prazo de validade de contratações, referente ao Concurso de 2008, em que eu figurava como o 2º classificado entre os próximos prováveis convocados, na função de Analista em Gestão Organizacional – Administração Pública”, “o trabalho já foi mais intenso. No início, éramos muito capacitados. Hoje falta capacitação para o desenvolvimento dos trabalhos”, “A minha trajetória na F. ITESP eu julgo satisfatória. Comecei em 1986 no IAF, se as coisas não foram como esperávamos, tanto na parte das políticas públicas e nas políticas corporativistas (salários, PCCS). Acredito que pela importância do tema junto à sociedade, a justiça foi o que deu para fazer”, “Pra ser sincero, somente o primeiro ano valeu muito a pena, quando estava na Sede, e viajei o ano todo para trabalhar no Pontal do Paranapanema. Depois, foi só desgaste, perda de energia, falta de rumo, ausência completa de política pública do órgão [F. ITESP]”, “é boa, porque trabalho dentro da minha profissão, num ambiente de trabalho ótimo, em que convivo com colegas da mesma profissão. Isto está sendo desde 2001 quando se criou o setor de Advocacia e Consultoria Pública. Antes disso foi horrível! Considero-me rebelde quanto a certas normas (horários) da Fundação por isso não tenho ou não tive maiores oportunidades de sucesso por aqui. Tenho cortes fenomenais no holerite por conta disso. Abaixo o relógio de ponto”, “apenas sou valorizado verbalmente. Estou em desvio de função claro e não sou reconhecido pelo que oficialmente desempenho”, “ótima, continue assim, mas depende de todos nós para ingressarmos a um sindicato”, “apesar de ter uma trajetória de aprendizado difícil, mas como o trabalho escolhido é de cunho social relevante, avalio como uma boa trajetória”, “fundamental, procuro fazer a diferença”, “razoável, apesar de tudo”, “sou funcionário há 21 anos [ITESP / F. ITESP] gosto do que faço. Mas sinto-me despreparado para o trabalho privado. A F. ITESP precisa se modernizar ainda mais e investir em seu maior patrimônio que são seus colaboradores que têm muitas experiências nas áreas agrária e fundiária. Acredito que uma valorização salarial, implantação de um PCCS eficiente e a qualificação dos colaboradores da F. ITESP melhora nossa qualidade de vida e conseqüentemente os trabalhos para a F. ITESP”, “Boa, porém, poderia ter sido melhor se não fosse a insegurança em relação ao Concurso de 2000. Reconheço que houve um crescimento profissional de minha parte e reconhecimento pela minha capacidade e empenho no trabalho”, “um ótimo profissional, que está totalmente desmotivado” e “inicialmente com muito entusiasmo. Atualmente muito desmotivado diante da falta de um justo salário para toda a

categoria trabalhadora”. 6,1% da amostra não respondeu a esta questão, devido ao seu caráter dissertativo.

No Plebiscito colocamos algumas questões que, apesar de aparecerem em algumas respostas da nossa pesquisa, não apareceu no nosso questionário, seja por lapso de memória e ou lacuna e, também por dificuldade de acesso ao dado ou informação uma vez que se trata de algo sigiloso, como a questão do grande número de processos administrativos abertos para investigar má conduta de trabalhadores (as), sempre alardeado pelos (as) trabalhadores (as) como um elemento de perseguição e, até mesmo, de assédio moral. Em relação a esta questão do Plebiscito, 21,3% dos votantes alegaram ter sido vítima de processo administrativo e 74,4% responderam negativamente à questão. Mas o Plebiscito insistiu, quis saber da percepção do (a) trabalhador (a) em relação à condução dos referidos processos administrativos, se não se poderia estar resvalando em alguma forma de assédio moral e, então, 40,3% disse que sim e 43,0% disse que não²¹². Ainda que nessa questão também tenha faltado um maior rigor em sua elaboração, uma vez que alguns (mas) trabalhadores (as) confundiram procedimento investigatório, que antecede o processo administrativo, com o próprio, o que pode ter causado algum tipo de distorção na quantificação dos resultados. É necessário esclarecer que na F. ITESP seus (as) trabalhadores (as) sofrem processo administrativo toda vez que se acidentam de carro, por exemplo, ou seja, além de exercer uma função a mais do que a sua, a de motorista, não recebem nenhum tipo de adicional para tal e, ainda, são passíveis de punição, até com a demissão do emprego, caso seja apurada sua responsabilidade no referido acidente. Mesmo que durante todo o dia tenha exercido sua função, muitas vezes extenuante e, ao final do expediente, esteja cansado e isto tenha sido a causa do seu acidente, ninguém quer saber disso.

Para finalizar o Plebiscito tocou na questão da participação político-democrática da F. ITESP quando perguntou se o trabalhador gostaria de votar para eleger o Diretor Executivo da F. ITESP quando, então, tivemos que 71,9% dos votantes disseram sim e apenas 14,9% disseram não²¹³. Na sequência solicitou a todos (as) votantes que realizasse uma avaliação dos 36 cargos de confiança, cujo resultado mostrou se tratar de uma Diretoria medíocre, com uma nota 5²¹⁴, na escala de zero a dez, que só se sustenta nos cargos devido ao suporte político-partidário.

²¹²Cf. tabelas CLXXXI e CLXXXII, p. CCIII e CCIV.

²¹³Cf. tabela CLXXXVI, p. CCVIII.

²¹⁴Cf. tabela CLXXXVII, p. CCIX.

5.5 Os Próximos Passos da Pesquisa

Considerando que, as duas primeiras hipóteses da nossa pesquisa não foram possíveis de serem comprovadas, pelo limite de tempo e espaço, uma vez que, para verificar se os processos de precarização do trabalho na F. ITESP, com suas especificidades, foi o grande responsável pela saída em massa dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, 530 trabalhadores (as) no período que vai de julho de 2001 a abril de 2012, portanto, num período de quase 11 anos de contrato entre a F. ITESP e os (as) seus (uas) trabalhadores (as), uma vez que completou 11 anos em julho de 2012, mais precisamente, de 02 de julho de 2001 a 02 de julho de 2012, que para empreender uma busca de uma amostra destes trabalhadores, onde eles estão trabalhando atualmente, ainda que contássemos com o auxílio da informática como os correios eletrônicos e as redes sociais e, com o conhecimento dos seus destinos, como a CATI, MDA, INCRA, EMBRAPA dentre tantos outros órgãos em que migraram, jamais conseguiríamos dentro do tempo do mestrado sermos exitosos nesta tarefa.

A outra hipótese não testada que trata da alta rotatividade de trabalhadores (as), somada a defasagem permanente no quadro de servidores da F. ITESP, média de 103 servidores, num quadro total ou cheio de 736 servidores, fez com que as políticas públicas desenvolvidas, no início das atividades da F. ITESP, fossem interrompidas ou, no mínimo, perdessem sua efetividade. Para realizarmos essa aferição, se não quisermos ficar reféns da visão parcial dos trabalhadores (as) da F. ITESP, conscientes dos limites da mesma, teríamos que realizar uma pesquisa direta com os beneficiários das políticas públicas de responsabilidade da F. ITESP, o que representaria um grau de dificuldade muito maior tanto em termos de logística, recursos, tempo dentre outros, uma vez que estamos a falar de um universo de aproximadamente 13 mil famílias para ficarmos apenas nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades remanescentes de quilombo que são um público atendido mais cativo, deixaríamos de lado o público da regularização urbana que é mais fluido sem a mesma interação permanente com os técnicos da F. ITESP.

Somente aí já teríamos muito material para dar continuidade a presente pesquisa, em nível de doutorado, mas não podemos deixar de apontar também que falta muito para investigarmos sobre o papel jogado pela AFITESP neste combate travado por ela na defesa dos (as) trabalhadores (as) ou, quem sabe, pelo Sindicato dos Trabalhadores da F. ITESP (SINDAFITESP) que deverá sucedê-la e que foi fundado no dia 12 de maio de 2014, na

cidade de Pariquera-Açu, no Vale do Ribeira. Portanto, há ainda muito a ser pesquisado para fecharmos o círculo do impacto causado ou mensurarmos o estrago promovido pela precarização do trabalho no interior da F. ITESP. A AFITESP que completou 17 anos, em 07 de abril de 2014, e remonta sua criação aos tempos do antigo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP. Ainda que não enveredemos por uma investigação científica centrada na relação entre sindicato e trabalho, uma das nossas hipóteses de trabalho, na presente pesquisa, apenas resvalamos, é que essa Associação de Trabalhadores (as) Públicos, a AFITESP, teve um papel de destaque no estancamento da prática da precarização do trabalho na F. ITESP, pelas sucessivas administrações sociais democratas da F. ITESP, pelo menos no período em questão, uma vez que reiteramos, a AFITESP teve uma origem histórica [07 de abril de 1997], anterior à criação da F. ITESP. Necessário se faz aprofundar mais esta questão, uma vez que se trata de uma Associação autônoma de trabalhadores (as) que experimentam o processo de precarização do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se fôssemos analisar a precarização do trabalho na F. ITESP apenas e tão somente através de um olhar apressado sobre caracterização sócio, econômica, política, cultural e religiosa da amostra atual desta pesquisa, fatalmente seríamos levados a sérios enganos na conclusão da mesma, principalmente se o nosso **entendimento específico do trabalho precarizado** for aquele que já desenvolvemos no capítulo que trata da fundamentação teórica da pesquisa, mas que não custa nada sintetizarmos aqui, “realizado fora dos padrões mínimos legais exigidos em um contrato de trabalho” (ALVES, 2014, p. 93); como fica muito evidente quando analisamos principalmente e, sobretudo, as respostas às questões 49 e 50; 57, 58; 65, 66 e 67 do Apêndice A da presente pesquisa, que tratam, respectivamente, da questão ausência da correção das perdas salariais integrais, da ausência da aplicação do PCCS, da anulação do Concurso de 2000, o qual permitiu o ingresso, dos sujeitos da nossa amostra, na F. ITESP e do problema da defasagem dos benefícios recebidos pelos trabalhadores (as) da F. ITESP; ou até mesmo, se o nosso entendimento do **trabalho precarizado** for aquele **entendimento genérico**, que todo trabalho salariado é precarizado (BRAGA, 2012).

Outro ponto que poderíamos destacar como precarizador das relações de trabalho na F. ITESP confirmado pela nossa pesquisa é em relação às solicitações de transferência de locais de trabalho e os afastamentos para tratar de assuntos particulares, 81,6% da amostra deixou claro que não existe isonomia no trato destas questões. Aliás, a F. ITESP não faz nenhuma questão de ter uma postura republicana em relação a tais assuntos, como por exemplo, instituir em seu Regulamento Geral, uma periodicidade para se fazer um concurso de remoção interno, com as regras a serem observadas já consagradas pela Administração Pública, tais como, união de cônjuge, tempo de serviço dentre tantas outras. Na gestão atual tivemos até casos de nepotismo em relação às transferências e apadrinhamento político em relação aos afastamentos para se tratar de assuntos particulares. Em relação a este último, se a Diretoria Executiva da F. ITESP quisesse ou tivesse vontade política, instituiria, a exemplo de outros órgãos públicos, que a partir de 5 anos de carteira assinada todo (a) trabalhador (a) teria direito a um afastamento por dois anos, por exemplo, facultaria, assim, a regra a todos (as) e não como se dá nos dias atuais, onde quem se afasta são os apadrinhados políticos. Quer coisa mais atrasada do ponto de vista da administração pública e que atenta frontalmente contra os princípios desta na Constituição da República?

A defasagem no valor dos benefícios de uma maneira geral, foi outro ponto que se destacou, na pesquisa, como precarizador das relações de trabalho bem como a negligência na ampliação de outros benefícios mais restritos como é o caso da Licença Maternidade, uma vez que beneficia apenas as mulheres, que são minoria na F. ITESP e dentre estas apenas as que se encontram em idade de reprodução sexual, mas que 95,9% se mostrou favorável à sua ampliação. Há anos tramita um processo que sai da F. ITESP, vai para a SJDC, passa pelos órgãos burocráticos das diversas secretarias do Governo do Estado e retorna à F. ITESP sem solução alguma. Em relação aos demais benefícios, como seguro de vida em grupo, auxílio creche, tíquete refeição e vale alimentação, a causa da insatisfação generalizada presente não apenas nesta pesquisa, mas como já vimos na análise dos resultados da pesquisa, no 3º Plebiscito também, está no fato de não ter sido aplicado sobre os mesmos, o denominado ‘ajuste de curva’ no valor médio de 20%, do ano de 2011, que foi aplicado aos salários. No início de 2014, a Diretoria Executiva da F. ITESP percebendo tal descontentamento promete dobrar os valores dos benefícios, mas deu apenas 10% acima da inflação, ou seja, um valor irrisório, mas que não tivemos como medir seu impacto em meio à categoria de trabalhadores, uma vez que aconteceu depois da pesquisa bem como do 3º Plebiscito.

O número significativo de trabalhadores (as), 77,6%, que aderem ao Plano Básico de Saúde oferecido pela F. ITESP é um grande indicador da reticente defasagem salarial que também contribui enormemente para a precarização do trabalho na F. ITESP, afinal, qual trabalhador (a) que podendo contribuir com um plano de saúde para sua família, não o faria? Outro indicador dessa defasagem salarial que identificamos foi o número altíssimo de empréstimos contraídos pelos (as) trabalhadores da F. ITESP que somado aquele número significativo de trabalhadores (as) que utilizam da diária como complementação da renda e ou se aposentam e continuam a trabalhar na F. ITESP.

O adoecimento em serviço, outro indicador de precarização do trabalho, também fora comprovado pela pesquisa, uma vez que 53,1% da amostra admitiu ter tirado até quinze dias de licença paga pela F. ITESP, ainda que não se trate de doenças crônicas, declarada apenas por 36,7%, ainda que este não seja um número desprezível, uma vez que formos olhar mais de perto 1/3 dos (das) trabalhadores (as) da instituição está doente e destes, 10% afirmou ter sua doença sido resultante do seu trabalho na F. ITESP. Creditado aqui também fica o fato de que 51% toma ou tomou medicamentos de uso contínuo e o fato de 59,2% da amostra declarar que faz uso do álcool, muito conhecido como uma maneira de aplacar as angústias e tensões de um ambiente precário de trabalho.

Em relação ao diálogo com as nossas hipóteses temos que as duas primeiras não se confirmaram, a primeira que pretendia verificar se os processos de precarização do trabalho na F. ITESP, com suas especificidades, foi o grande responsável pela saída em massa dos trabalhadores (as) públicos da F. ITESP, 530 trabalhadores (as) no período que vai de julho de 2001 a abril de 2012, portanto, num período de quase 11 anos de contrato entre a F. ITESP e os seus trabalhadores (as), sendo que completou 11 anos em julho de 2012, mais precisamente, de 02 de julho de 2001 a 02 de julho de 2012, uma vez que empreender uma busca de uma amostra destes trabalhadores, onde eles estão trabalhando atualmente, ainda que contássemos com o auxílio da informática como os correios eletrônicos e as redes sociais e, com o conhecimento dos seus destinos, como a CATI, MDA, INCRA, EMBRAPA dentre tantos outros órgãos em que migraram, jamais conseguiríamos dentro do tempo do mestrado sermos exitosos nesta tarefa. Ainda que conhecêssemos a evolução da defasagem de trabalhadores (as) nos quadros da F. ITESP no período de 2001-2012, o número total de aprovados e convocados para assumirem seus respectivos cargos, dentre aqueles que prestaram os dois concursos da F. ITESP, o de 2000 e o de 2008, através da análise pormenorizada dos 166 editais de convocação destes dois concursos, 96 editais do primeiro e 70 do segundo, onde pudemos verificar que dos 1.893 convocados, apenas 1.108 foram contratados e destes, somente 578 permanecem atualmente no quadro de trabalhadores (as) da F. ITESP, ou seja, apenas 30,53% dos convocados e 52,17% dos efetivamente contratados permanecem trabalhando na F. ITESP. Sem dúvida nenhuma, um dado, em si, alarmante, mas que, ainda, não podemos definir, precisamente, as causas das saídas de um número alarmante de trabalhadores (as) da F. ITESP, uma vez que não tivemos as condições para os ouvi-los.

A segunda hipótese não testada aquela que afirmava que somada a defasagem permanente no quadro de servidores da F. ITESP, média de 103 servidores, num quadro total ou cheio de 736 servidores, fez com que as políticas públicas desenvolvidas, no início das atividades da F. ITESP, fossem interrompidas ou, no mínimo, perdessem sua efetividade. Para realizarmos essa aferição, se não quisermos ficar reféns da visão parcial dos trabalhadores (as) da F. ITESP, conscientes dos limites da mesma, teríamos que realizar uma pesquisa direta com os beneficiários das políticas públicas de responsabilidade da F. ITESP, o que representaria um grau de dificuldade muito maior tanto em termos de logística, recursos, tempo dentre outros, uma vez que estamos a falar de um universo de aproximadamente 13 mil famílias para ficarmos apenas nos assentamentos da reforma agrária e nas comunidades remanescentes de quilombo que são um público atendido mais cativo, deixaríamos de lado o público da regularização urbana que é mais fluido sem a mesma interação permanente com os técnicos

da F. ITESP. Até ensaiamos essa percepção indireta, via visão dos (as) trabalhadores (as) quando, no 3º Plebiscito perguntamos a eles, a saber, que desde seu ingresso, até hoje, os serviços prestados pela F. ITESP aos seus beneficiários? 38,2% dos votantes disseram que melhoraram; 27,1% disseram que permaneceram iguais; 13,2% deixaram em branco; 12,4% afirmaram que pioraram; 5,3% disseram que pioraram muito e 3,8% afirmaram que melhoraram muito. Aqui tivemos um problema, uma vez que esta questão deveria ter sido respondida apenas e tão somente por aqueles (as) trabalhadores (as) que ingressaram na F. ITESP em 2001, para nós, esse ano seria o marco zero para a comparação com os trabalhos realizados pela F. ITESP nos dias de hoje. Mas, por um descuido, no momento da confecção da “cédula de votação”, todos puderam votar, inclusive aqueles (as) trabalhadores (as) que ingressaram a partir do Concurso de 2008 da F. ITESP. Aquele trabalhador que ingressou em 2008 na F. ITESP, jamais terá noção da qualidade do serviço prestado por esta no início, nos anos 2001 e 2002. Claro que, obviamente, trata-se de uma percepção do (a) trabalhador (a) da F. ITESP.²¹⁵ Necessário se faz ouvir os beneficiários destes trabalhos, os principais interessados.

A terceira aquela que afirma que as grandes causas da precarização do trabalho no interior da F. ITESP são, a saber, a questão da ausência da correção das perdas salariais integrais, da inexistência de uma carreira pública, da anulação do Concurso de 2000 bem como o problema da defasagem dos benefícios recebidos pelos (as) seus (uas) trabalhadores (as) foi amplamente comprovada, como tivemos a oportunidade de discuti-las quando falamos dos resultados da pesquisa e, mesmo aqui, nas considerações, evitaremos, pois, sermos repetitivos.

Em relação à quarta hipótese, aquela segundo a qual a situação dos trabalhadores (as) da F. ITESP só não se agravou, ainda mais, devido à capacidade de luta e de organização desta categoria, liderada pela Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” [AFITESP], que completou 17 anos, em 07 de abril de 2014, e remonta sua criação aos tempos do antigo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), ficou muito respaldada, tanto pela pesquisa na questão 84, quanto pelo 3º Plebiscito (2013) em sua questão 10.15, na questão de número 3 do 2º Plebiscito (2011), na Greve de 2010, o 1º Plebiscito (2010). E observem que não analisamos a Greve de 2005, onde a atuação dela foi fundamental na conquistas dos atuais benefícios que os (as) trabalhadores (as) da F. ITESP recebem atualmente, nem as Audiências Públicas realizadas na Assembleia

²¹⁵ Cf. tabela CLXX, p. CXCII.

Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) nos anos de 2007, em defesa do Concurso de 2000 e a de 2011, em defesa dos (as) trabalhadores (as) da Fundação ITESP, quando se arrancou quase que à *fórceps* a recuperação de parte das perdas salariais acumuladas, os 20% do ‘ajuste da curva salarial em relação à outras categorias profissionais do mercado público’. Como também não foram analisadas sua história, as suas cartas abertas²¹⁶ produzidas para o diálogo com a sociedade, seus jornais, seu site, suas pautas de reivindicações, uma vez que ela não era nosso objeto de estudo.

²¹⁶Cf. o ANEXO C, p. 379.

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos trabalhadores (as) ativos da Fundação ITESP.

APRESENTAÇÃO – Este questionário tem como objetivo o recolhimento de informações de uma amostra estratificada de trabalhadores da Fundação ITESP para uma pesquisa com a estrita finalidade de elaboração de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação – PPG – em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTecS – vinculado ao Instituto de Engenharia de Produção e Gestão – IEPG – da Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI. **A identidade das pessoas que responderem a este questionário será mantida em absoluto sigilo. Portanto, sinta-se muito à vontade para fazê-lo! Qualquer dúvida no momento de responder a esta pesquisa pode me contatar no cel. TIM (12) 8150-6799, durante a semana e aos sábados e domingos, no tel. fixo residencial (12) 3013-5374, ou ainda, por meio do e-mail oivatoavlis@gmail.com ou verotaviofalcao@hotmail.com**

QUADRO SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICO-CULTURAL E RELIGIOSO DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” [F-ITESP].		
1. Sexo:		2. Idade:
(a) Masculino (b) Feminino		(a) 20 a 30 (b) 31 a 40 (c) 41 a 50 (d) 51 a 60 (e) 61 a 70
3. <u>Renda familiar</u> - Valor do SMRN (Salários Mínimo de Referência Nacional) = R\$ 678,00:		
(a) 1 a 3 SMRN (b) 4 a 6 SMRN (c) 7 a 9 SMRN (d) 10 a 12 SMRN (e) acima de 12 SMRN		
4. Escolaridade:		
(a) Ensino Fundamental Incompleto (b) Ensino Fundamental Completo (c) Ensino Médio Incompleto (d) Ensino Médio Completo (e) Ensino Técnico-Profissionalizante de Nível Médio (f) Tecnólogo (g) Ensino Superior Incompleto (h) Ensino Superior Completo (i) Especialização (j) Mestrado (k) Doutorado		
5. <u>Renda pessoal</u> oriunda da F-ITESP – Valor do SMRN (Salários Mínimo de Referência Nacional) = R\$ 678,00:		
(a) 1 a 2 SMRN (b) 3 a 4 SMRN (c) 5 a 6 SMRN (d) 7 a 8 SMRN (e) 9 a 10 SMRN		
6. Qual a sua Formação Profissional e qual a profissão que exerce atualmente?		
_____ (a) Mesma (b) Mudou		
7. Possui atividades de complementação de sua renda pessoal?	8. Se SIM, informe o valor e/ou percentual sobre a sua renda pessoal:	
(a) Sim (b) Não	_____	
9. Você tem ou faz uso?		
(a) Empréstimo consignado em folha de pagamento (b) Empréstimo com financeiras privadas (c) Cartão de Crédito (d) Cheque Especial (e) Agiota (f) Outro _____		
10. Se SIM, informe o valor das parcelas e/ou percentual no comprometimento de renda pessoal bruta:	11. Possui Moradia:	
_____	(a) Própria (b) Alugada (c) Cedida (d) Financiada (e) Outros: _____	
12. Possui automóvel próprio?		
(a) Sim (b) Não		
13. Percentuais de despesa em relação a sua renda pessoal total (100%):		
(a) Alimentação ____ (b) Transporte ____ (c) Educação ____ (d) Gás ____ (e) Vestuário ____ (f) Lazer ____ (g) Celular ____ (h) Veículo ____ (i) Água ____ (j) Esporte ____ (k) Luz ____ (l) Internet ____ (m) TV por assinatura ____ (n) Cultura ____ (o) Telefone ____		
14. Estado Civil:	15. Orientação sexual:	16. Dependentes:
(a) Casado (b) Solteiro (c) União Estável (d) Divorciado (e) Viúvo (f) Outro: _____	(a) Heterossexual (b) Homossexual (c) Bissexual (d) Outro: _____	I. Número: _____ II. Moram juntos: (a) Pais (b) Filhos (c) Irmãos (d) Sobrinhos (e) nenhum
17. Naturalidade:	18. Nacionalidade:	19. Cidade onde mora:
_____	_____	_____
20. Qual é o meio de transporte que utiliza para ir até seu local de trabalho?		21. Quanto tempo leva no trajeto trabalho /casa?
(a) Particular, individual (b) Particular, coletivo (c) Público, coletivo		(a) Menos de 30min (b) de 30 a 45min

(d) Carona Solidária (e) Outro: _____.		(c) de 45min à 1h (d) Mais de 1h	
22. I. Você utiliza Vale Transporte? II. Se NÃO, por quê?		23. Opção político-partidária:	
I. (a) Sim (b) Não		(a) PT (b) PSDB (c) PMDB (d) PSB (e) PDT (f) PC do B (g) PSOL	
II. _____		(h) PSTU (i) DEM (j) PTB (k) PSC (l) Outro: _____ (m) Nenhum.	
24. Religião:			
(a) Católica (b) Protestante (c) Islâmica (d) Budista (e) Espírita (f) Ateísta (g) Agnóstica (h) Deísta (i) Hinduísta (j) Candomblé (k) Macumba (l) Umbanda (m) Quimbanda (n) Sem Religião (o) Ateu (p) Sincrético (q) Igreja Messiânica Mundial (r) Judaica (s) Testemunhas de Jeová (t) IURD (u) Outra: _____			
25. Como você se informa sobre os <u>acontecimentos locais</u> ? Enumere de 01 a 06, quais veículos de comunicação você utiliza, em ordem de importância:		26. Como você se informa sobre os <u>acontecimentos regionais, nacionais e internacionais</u> ? Enumere de 01 a 06, quais veículos de comunicação você utiliza, em ordem de importância:	
(a) Rádio		(a) Rádio	
(b) Televisão		(b) Televisão	
(c) Jornal impresso		(c) Jornal impresso	
(d) Revista		(d) Revista	
(e) Internet		(e) Internet	
(f) Outros		(f) Outros	

IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO FUNCIONAL DO TRABALHADOR DA F-ITESP			
27. Número de sua Matrícula:		28. Você trabalhou em alguma instituição que antecedeu a F-ITESP?	
_____		(a) Sim (b) Não	
29. Se SIM, assinale uma ou mais:			
(a) IAF (b) SEAF (c) SAF/DAF/DRF (d) ITESP (e) Outra: _____			
30. I. Você trabalhou em algum outro órgão público antes do seu ingresso na F-ITESP? II. Qual? III. Quanto tempo?			
I. (a) Sim (b) Não		II. _____	III. _____
31. I. Você trabalhou na iniciativa privada antes do seu ingresso na F-ITESP? II. Qual? III. Quanto tempo?			
I. (a) Sim (b) Não		II. _____	III. _____
32. Em qual GTC ou GT (Sede) seu cargo está lotado?		33. Há quantos anos você trabalha na F-ITESP?	
_____		(a) 6 (b) 7 (c) 8 (d) 9 (e) 10 (f) 11 (g) 12	
34. I. Você já é aposentado? II. Se SIM, há quanto tempo?		35. Qual é o Cargo que você ocupa?	
I. (a) Sim (b) Não		(a) Auxiliar (b) Técnico (c) Analista (d) Prático	
II. _____ anos.		(e) Motorista (f) Advogado	
36. Se você é Analista:		37. Se você é Técnico:	38. Se você é Auxiliar:
(a) Desenvolvimento Agrário		(a) Desenvolvimento Agrário	(a) Desenvolvimento
(b) Desenvolvimento Fundiário		(b) Desenvolvimento Fundiário	(b) Gestão organizacional
(c) Gestão organizacional		(c) Gestão organizacional	
(d) Informática		(d) Informática	
39. Se você é Auxiliar ou Motorista, qual sua posição frente à extinção deste cargo do quadro geral de pessoal da F. ITESP?			

40. Se você é Advogado, qual sua posição em relação ao fato da F. ITESP não pagar pelo piso salarial da categoria, definido pela OAB, nem pelo regime de dedicação plena e exclusiva exigida no contrato de trabalho?			

41. Qual o seu Nível?		42. Qual sua Letra?	
(a) I (b) II (c) III (d) IV (e) V (f) Outro: _____		(a) A (b) B (c) C (d) D (e) E	

43. I. Já ocupou e/ou ainda ocupa Cargo de Confiança ou Função Gratificada na F-ITESP? II. Qual período?			
I. (a) Sim (b) Não		II. _____	
44. Se SIM, qual cargo?			
(a) Responsável Técnico – RT (b) Supervisor (c) Gerente (d) Assistente Técnico de Diretoria Adjunta (e) Assessor Chefe (f) Assessor de Direção (g) Assessor Técnico (h) Ouvidor (i) Diretor Adjunto (j) Diretor Executivo (k) Coordenador Regional (l) Chefe de Gabinete			
45. I. Tem participado de cursos de formação continuada e ou aperfeiçoamento, em serviço, nos últimos dois anos? II. A iniciativa de fazê-lo foi? III. Quem o ofereceu? IV. Quem o financiou?			
I. (a) Sim (b) Não	II. (a) Sua, Própria (b) Fundação ITESP	III. (a) Fundação ITESP (b) Instituição Externa	IV. (a) Você (b) Fundação ITESP (c) Outro: _____
45. V. Se NÃO tem participado, qual o motivo?			
(a) Falta de interesse (b) Falta de oportunidade (c) Não foi autorizado (d) Inviabilidade devido à sobrecarga de trabalho (e) Não entende que tais cursos são importantes para o seu trabalho (f) Inadequação dos cursos oferecidos à prática do seu trabalho (g) Outros: _____			
46. I. Você tem recebido diárias neste ano? II. Se SIM, com qual periodicidade? III. Se SIM, ela corresponde a que percentual do seu salário?			
I. (a) Sim (b) Não	II. _____	III. (a) 10% (b) 20% (c) 30% (d) 40% (e) 50%	
47. I. Você está contente com a atual política de distribuição das diárias na F-ITESP? II. Por quê?			
I. (a) Sim (b) Não	II. _____		

INDICADORES DE EVENTUAIS PROCESSOS DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA F-ITESP.						
48. Você sente que é bem capacitado (a) pela F. ITESP para realizar as tarefas que lhe são designadas?						
(a) Sim (b) Não						
49. I. Você entende que o salário que recebe é compatível com a responsabilidade do seu trabalho? II. Se NÃO, qual será o percentual de aumento necessário a ser aplicado para que ele se torne “justo”?						
I. (a) Sim (b) Não		II. _____				
50. Em 2011, a F-ITESP fez a reposição de 20%, em média, das perdas salariais acumuladas. Para você, isto foi:						
(a) Mais do que suficiente (b) Suficiente (c) Amenizou bastante (d) Amenizou um pouco (e) Insuficiente (f) Deve-se buscar o saldo restante (g) Não foi sentida devido ao fato da maioria dos trabalhadores (as) da F-ITESP estar dependurada nos empréstimos e / ou taxas de juros bancários do cheque especial, cartão de crédito.						
51. I. Você já recebe o Adicional de Insalubridade? II. Se NÃO, você reivindica o pagamento de adicional de insalubridade na realização do seu trabalho?						
I. (a) Sim (b) Não			II. (a) Sim (b) Não			
51. III. Se SIM, qual é a característica peculiar do seu trabalho que justifica o pagamento do referido adicional?						

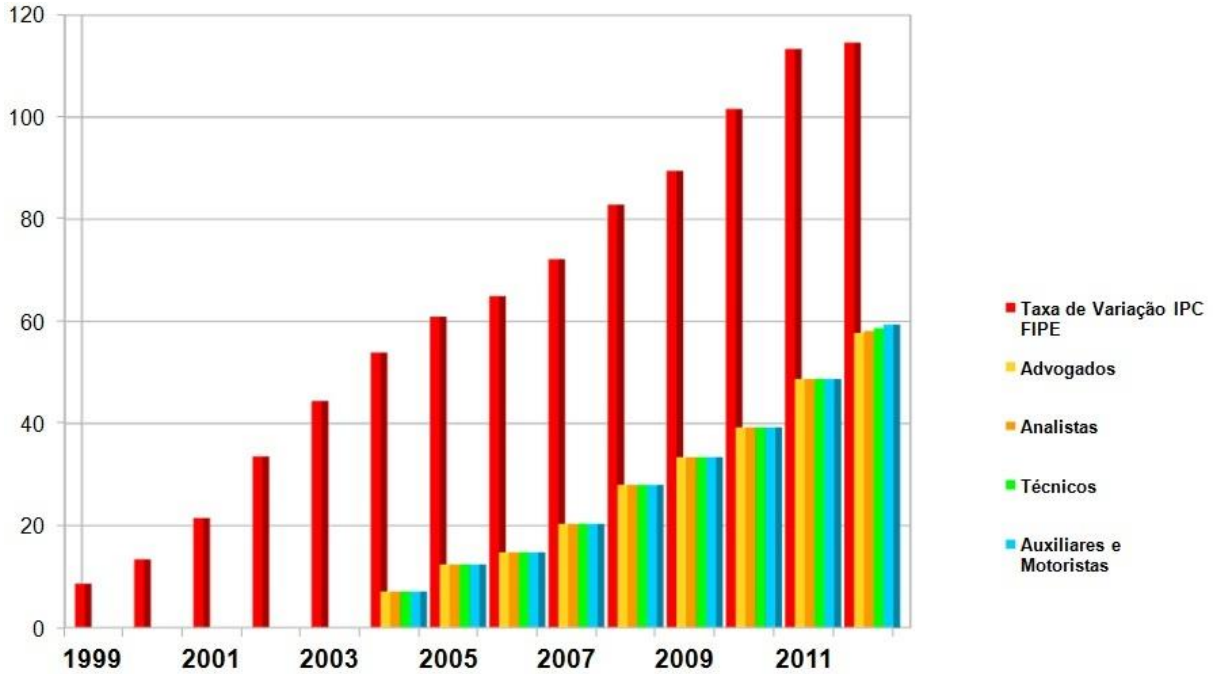
52. Como você avalia as suas condições de trabalho?						
I	Ergonomia	(a) Ótima	(b) Boa	(c) Regular	(d) Ruim	(e) Péssima
II	Mobiliário	(a) Ótima	(b) Boa	(c) Regular	(d) Ruim	(e) Péssima
III	Veículos	(a) Ótima	(b) Boa	(c) Regular	(d) Ruim	(e) Péssima
IV	Alojamentos	(a) Ótima	(b) Boa	(c) Regular	(d) Ruim	(e) Péssima
V	Ferramentas de Informática	(a) Ótima	(b) Boa	(c) Regular	(d) Ruim	(e) Péssima
53. Você entende que a F-ITESP formula um plano geral de trabalho?				54. Se SIM, você tem conhecimento se a F-ITESP implanta o referido plano geral de trabalho proposto?		
(a) Sim (b) Não				(a) Sim (b) Não		
55. Você entende que a F-ITESP aproveita bem suas capacidades e habilidades individuais?						
(a) Sim (b) Não. Por quê?						

56. Você sente que a F-ITESP lhe dá autonomia para a realização do seu trabalho?	
(a) Sim (b) Não. Por quê?	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
57. Como você se sente com o fato de nunca ter sido implantado o PCCS da F-ITESP? Ex: relacionado à construção de sua carreira, ao seu crescimento pessoal bem como à sua perspectiva de avanço salarial.	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
58. Como você se sente em relação à tentativa de anulação do Concurso de 2000, pelo Ministério Público Estadual – MPE -, através do qual você ingressou na F-ITESP?	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
59. Na sua avaliação existem preconceitos no interior da F-ITESP?	60. Se SIM, qual (is) tipo de preconceito?
(a) Sim (b) Não	(a) Racial (b) Social (c) Político (d) Cultural (e) Religioso (f) Sexual
61. Em sua visão existe igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F-ITESP no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)?	
(a) Sim (b) Não. Justifique:	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
62. Como você classifica a relação entre os chefes e os subordinados na Fundação ITESP?	63. Como você classifica a relação entre os próprios trabalhadores (as) na Fundação ITESP?
(a) Autoritária (b) Democrática (c) Simpatia (d) Empatia (e) Antipatia (f) Liberal, deixar fazer.	(a) Companheirismo (b) Solidariedade (c) Competição (d) Revanche (e) Individualismo (f) Apatia / indiferença
64. Na F-ITESP existe uma ferramenta de trabalho de comunicação instantânea entre todos os trabalhadores (as) do Estado. Para você existe liberdade de expressão através deste "Comunicador"?	
(a) Sim (b) Não. Justifique:	
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
65. Em vários órgãos do Estado de São Paulo a Licença Maternidade passou a ser de 180 dias, na F-ITESP ainda permanecem os 120 dias, você é favorável a esta ampliação?	
(a) Sim (b) Não	
66. Qual tipo de benefício você recebe?	67. Você está contente com o atual valor deste benefício?
(a) Vale alimentação (b) Tíquete refeição	(a) Sim (b) Não
68. Você é favorável que a F-ITESP aplique sobre o valor deste bem como de todos os outros benefícios [seguro de vida em grupo e auxílio creche] os 20% da correção das perdas salariais realizada pela F-ITESP em 2011?	
(a) Sim (b) Não	

69. I. Você pratica alguma atividade de lazer? II. Se SIM, qual?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Leitura (b) Cinema (c) Pescaria (d) Parque (e) TV (f) Internet (g) Rádio (h) Música (i) Viagem (j) Outro: _____				
70. I. Você pratica alguma atividade esportiva? II. Se SIM, qual?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Corrida (b) Caminhada (c) Futebol (d) Vôlei (e) Basquete (f) Natação (g) Xadrez (h) Artes Marciais (i) Academia (j) Futsal (k) Outro: _____				
71. Qual é o tipo do seu Plano de Saúde?						
(a) Básico (b) Especial						
72. I. Você vai regularmente ao médico e faz exames de rotina? II. Se SIM, qual (is) exames?						
I. (a) Sim (b) Não		II. _____				
73. I. Você é portador de alguma doença crônica? II. Qual? III. Se SIM, já era antes de começar a trabalhar na F-ITESP? IV. Em sua opinião, essa (s) doença (s) é (são) resultante (s) do ambiente de trabalho da F-ITESP?						
I. (a) Sim (b) Não		II. _____		III. (a) Sim (b) Não		IV. (a) Sim (b) Não
74. I. Você já tirou licença de até 15 dias por questões de saúde? II. E por mais de 15 dias junto ao INSS? III. Se SIM, qual o motivo?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Sim (b) Não		III. _____		
75. I. Você utiliza ou utilizou algum tipo de medicamento de uso contínuo? II. Se SIM, você tem algum auxílio para a compra deste medicamento? III. Qual o tipo de auxílio?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Sim (b) Não		III. _____		
76. I. Você fuma? II. Se SIM, qual a quantidade diária? III – Há quanto tempo?						
I. (a) Sim (b) Não		II. _____		III. _____		
77. I. Você consome bebida alcoólica? II. Se SIM, qual a quantidade diária? III – Há quanto tempo?						
I. (a) Sim (b) Não		II. _____		III. _____		
78. I. Você fez ou faz uso de qualquer outro tipo de drogas ilícitas? II. Qual? III. Se SIM, qual a quantidade diária? IV – Há quanto tempo?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Maconha (b) Cocaína (c) Heroína (d) Crack (e) Outra: _____		III. _____		IV. _____
79. I. Você acha que se alimenta bem? II. Você se alimenta preferente e frequentemente de:						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Fruta (b) Verdura (c) Massa (d) Carne (e) Leite (f) Cereais (g) Doces (h) Fastfood (i) Salgados (j) Outros: _____				
80. I. Você se previne contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST e AIDS)? II. Como?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Uso cotidiano da Camisa de Vênus (b) Redução do número de parceiros sexuais (c) Fidelidade conjugal (d) Prática da castidade e ou da abstinência sexual				
81. I. Você realiza o controle da natalidade? II. Como?						
I. (a) Sim (b) Não		II. (a) Camisinha (b) Dispositivo Intra Uterino – DIU (c) Pílula Anticoncepcional (d) Método Billings (e) Pílula do dia seguinte (f) Outro: _____				
82. I. Com que frequência você vai ao dentista? II. Você possui algum convênio odontológico? III. Se SIM, qual? IV. Se NÃO, como você avalia sua saúde bucal?						
I. (a) Semestral (b) Anual (c) Bial		II. (a) Sim (b) Não		III. _____		IV. (a) Ótima (b) Boa (c) Regular (d) Ruim (e) Péssima
83. Você é associado da AFITESP?						
(a) Sim (b) Não						
84. Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu:						
I	Emprego	(a) Essencial	(b) Irrelevante	(c) Ajuda	(d) Atrapalha	(e) Nenhum
II	Salário	(a) Essencial	(b) Irrelevante	(c) Ajuda	(d) Atrapalha	(e) Nenhum
III	Benefícios	(a) Essencial	(b) Irrelevante	(c) Ajuda	(d) Atrapalha	(e) Nenhum
IV	Condições de Trabalho	(a) Essencial	(b) Irrelevante	(c) Ajuda	(d) Atrapalha	(e) Nenhum
85. Como você avalia a sua trajetória de trabalho dentro da Fundação ITESP?						

APÊNDICE B Gráficos

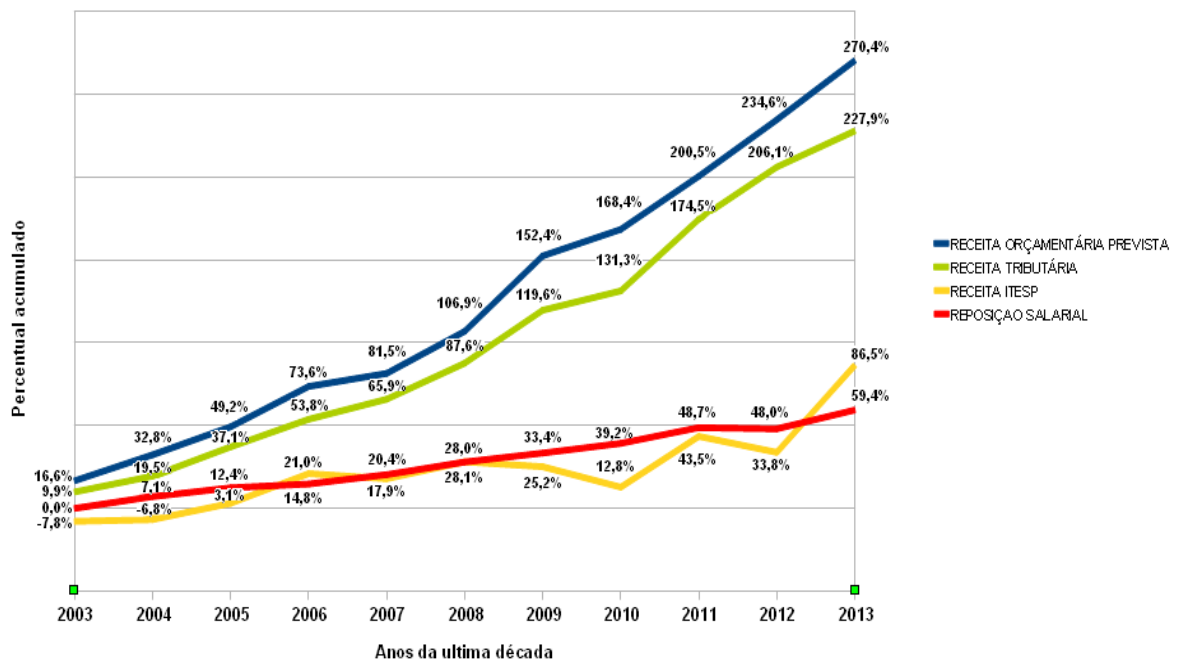
Gráfico 01 Demonstrativo da Evolução das Perdas Salariais dos Trabalhadores (as) da F. ITESP (1999-2011).



Fonte: AFITESP (2011)

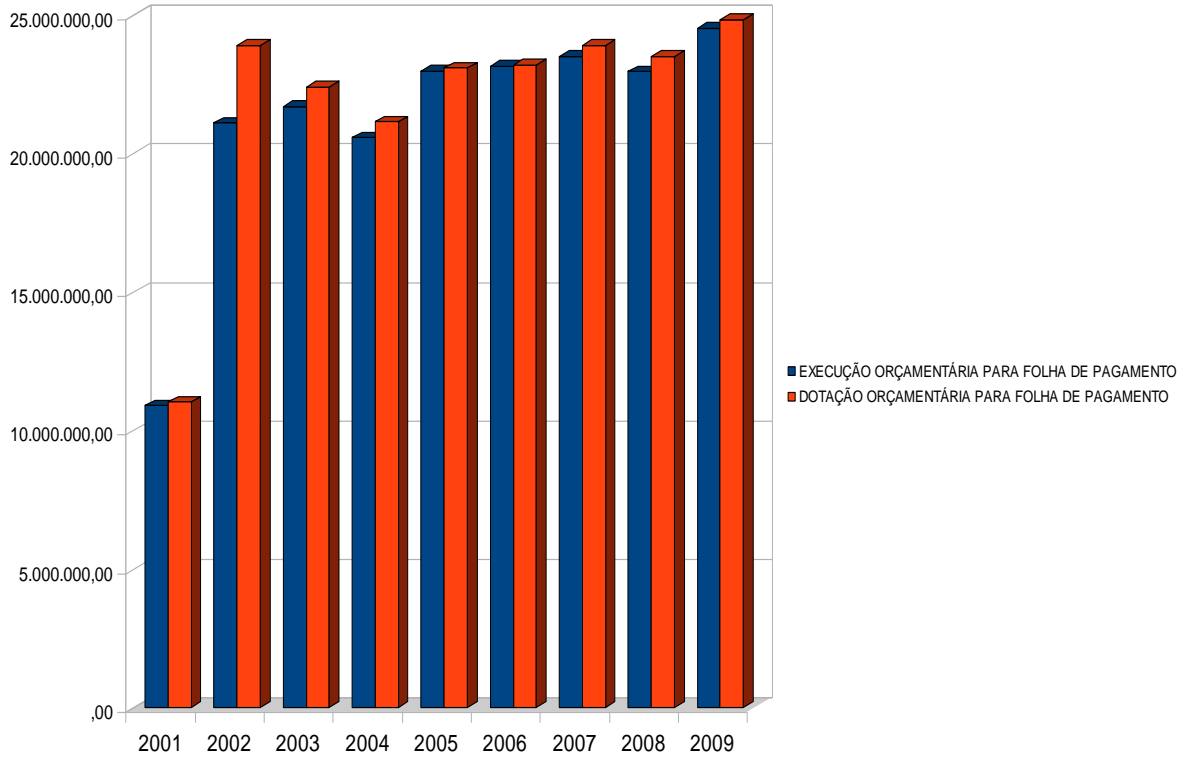
Gráfico 02 Desproporcionalidade do crescimento entre o previsto e o arrecadado no Orçamento do Estado e a receita real da F. ITESP com a reposição salarial dos (as) trabalhadores (as) da F. ITESP.

DESPROPORÇÃO DO CRESCIMENTO DOS ORÇAMENTOS E DO REAJUSTE DA FOLHA FITESP



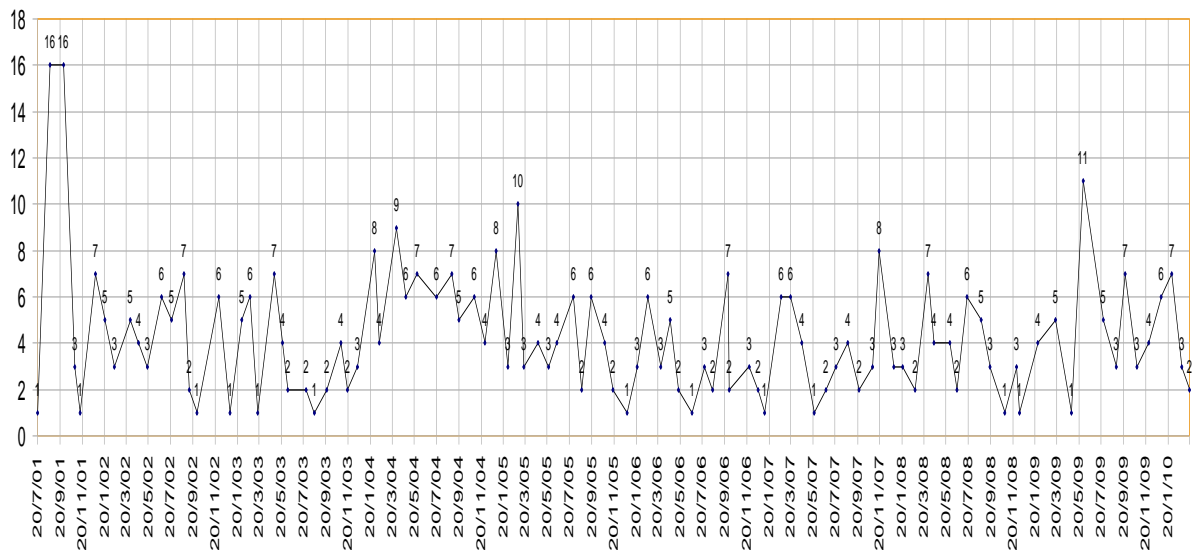
Fonte: AFITESP (2013)

Gráfico 03 Diferença entre o orçado e o executado pela F. ITESP no que se refere à folha de pagamento e encargos sociais dos seus trabalhadores (as) públicos é de R\$ 5.638.000,00 nos exercícios de 2001 a 2009.



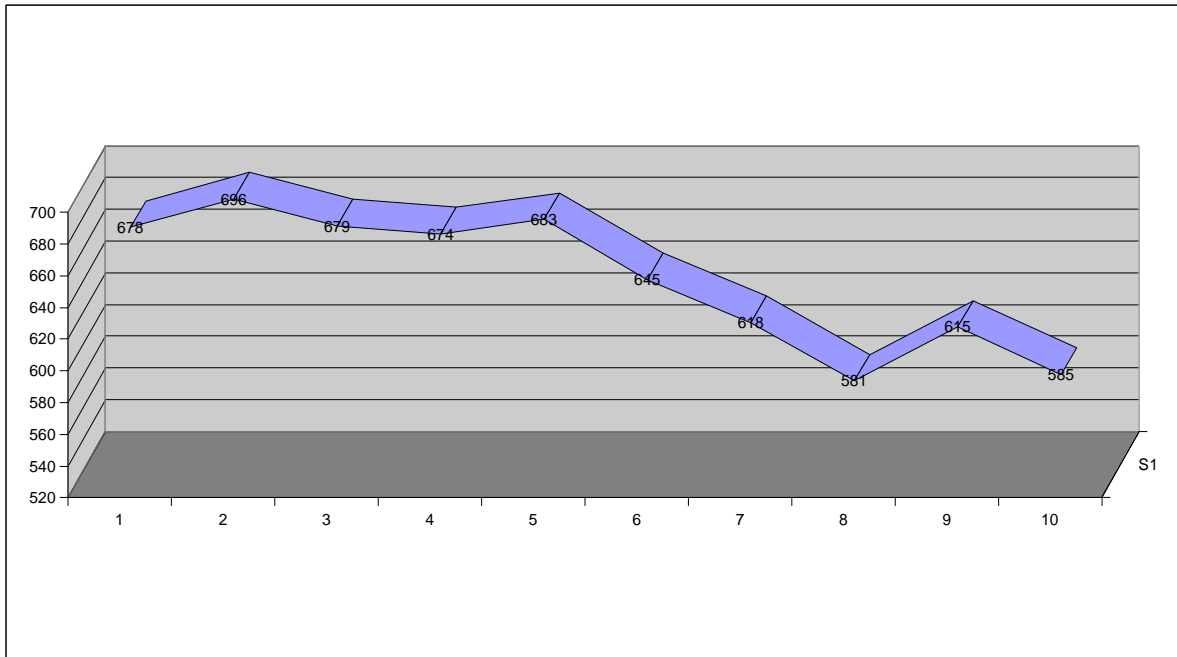
Fonte: AFITESP (2010)

Gráfico 04 Número de saída, ano a ano (2001-2010), dos trabalhadores (as) da F. ITESP.



Fonte: AFITESP (2010)

Gráfico 05 Involução do quadro de funcionários da F. ITESP.



Fonte: AFITESP (2010)

APÊNDICE C Tabelas das Variáveis da Pesquisa e dos Resultados do 3º Plebiscito Realizado pela AFITESP com os (as) Trabalhadores (as) da F. ITESP

Tabela I

Evolução da defasagem de trabalhadores (as) nos quadros da F. ITESP no período de 2001-2012.

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Convocados	1041	70	29	226	124	0	0	0	220	60	123	0
Entrada	720	66	22	65	57	1	7	6	86	36	33	9
Saída	44	48	39	70	48	39	43	41	52	49	31	29
Total Parcial	676	18	-17	-5	9	-38	-36	-35	34	-13	2	-20
Nº Funcionários	676	694	677	672	681	643	607	572	606	593	595	575
Quadro Cheio	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736	736
Defasagem	-60	-42	-59	-64	-55	-93	-129	-164	-130	-143	-141	-161
Gestão	Tânia Andrade [02/07/01 a 17/01/02]	Jonas Villas Boas [17/01/02 - 20/06/06] e Luiz R. de Paula [21/06/06 - 05/07/06] Tibério Leonardo Guitton [6/7/2006 a 29/12/2006]					Alexandre Mustafa [30/12/06 15/01/07]	Gustavo Gonçalves Ungaro [16/01/07 - 23/05/10]			Marco Aurélio Pilla Souza [24/05/2010 - 2012]	
TOTAL	1.893 [100%] Convocados	1108 Aceitaram a vaga	530 Saíram	575 [30,53%] Ano de 2012 Permaneceram	632,8 Média Anual	-103,2 Média da defasagem anual						

Fonte: AFITESP (2011)

Tabela II

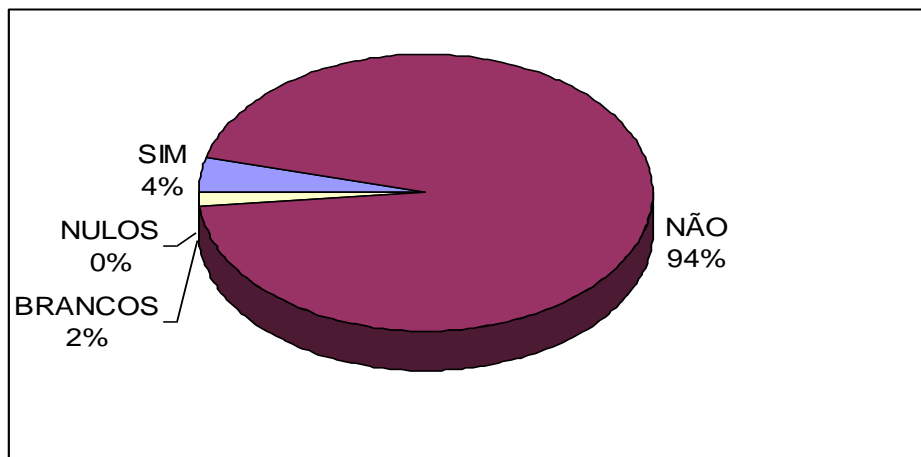
Resultado da totalização de votos da questão 01 do 1º Plebiscito da AFITESP:

Você está satisfeito com as condições de trabalho e salário da F. ITESP?

	Total de votos	%
SIM	18	4,0
NÃO	420	94,2
BRANCOS	8	1,8
NULOS	0	0,0

Fonte: AFITESP (2010)

Demonstração dos percentuais das respostas da questão 01 do Plebiscito



Fonte: AFITESP (2010)

Tabela III

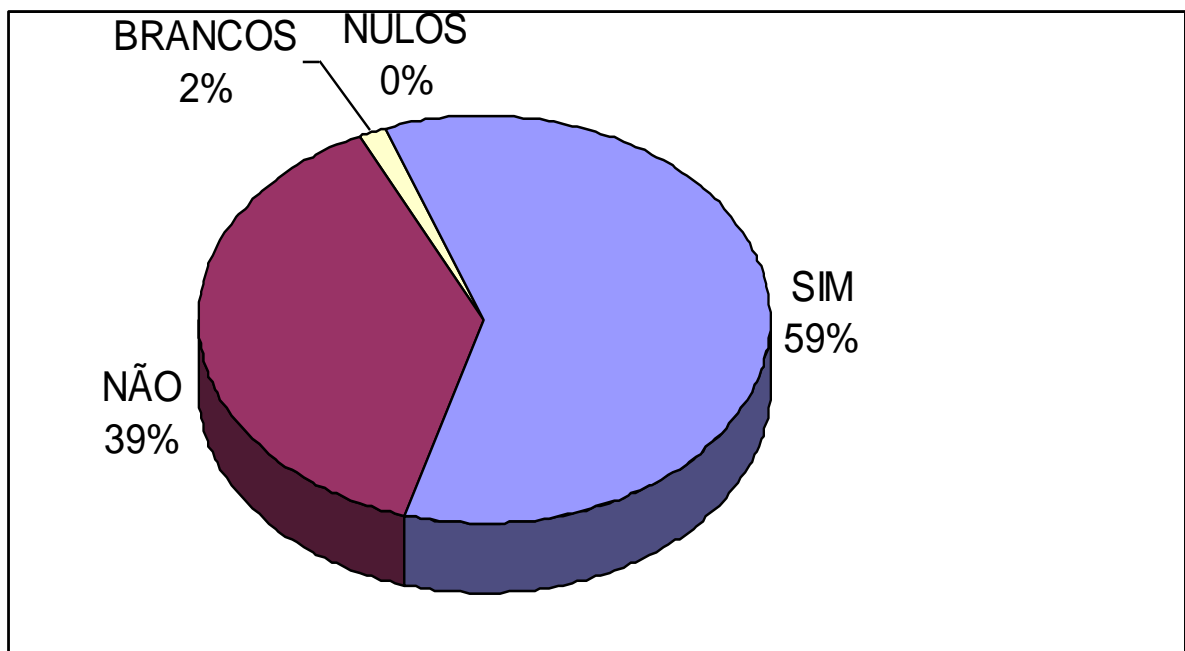
Resultado da totalização de votos da questão 02 do 1º Plebiscito:

Você é a favor da realização de uma greve na Fundação ITESP?

Opções	Total de votos	%
SIM	267	59,9
NÃO	172	38,6
BRANCOS	7	1,6
NULOS	0	0,0

Fonte: AFITESP (2010)

Demonstração dos percentuais das respostas da questão 02 do Plebiscito



Fonte: AFITESP (2010)

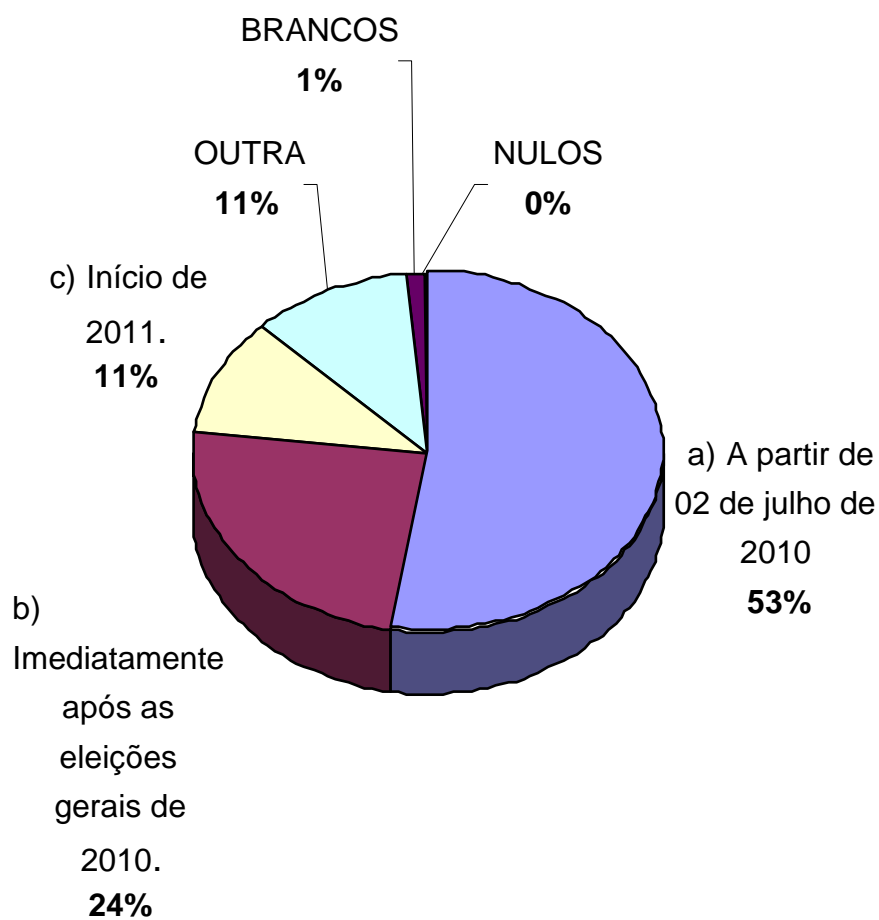
Tabela IV

Se votou sim, greve quando?

	Total de votos	%
a) A partir de 02 de julho de 2010	144	53,9
b) Imediatamente após as eleições gerais de 2010.	67	25,1
c) Início de 2011.	29	10,9
OUTRA	30	11,2
BRANCOS	3	1,1
NULOS	1	0,4

Fonte: AFITESP (2010)

Representação da greve a partir de quando?



Fonte: AFITESP 2010

Tabela V

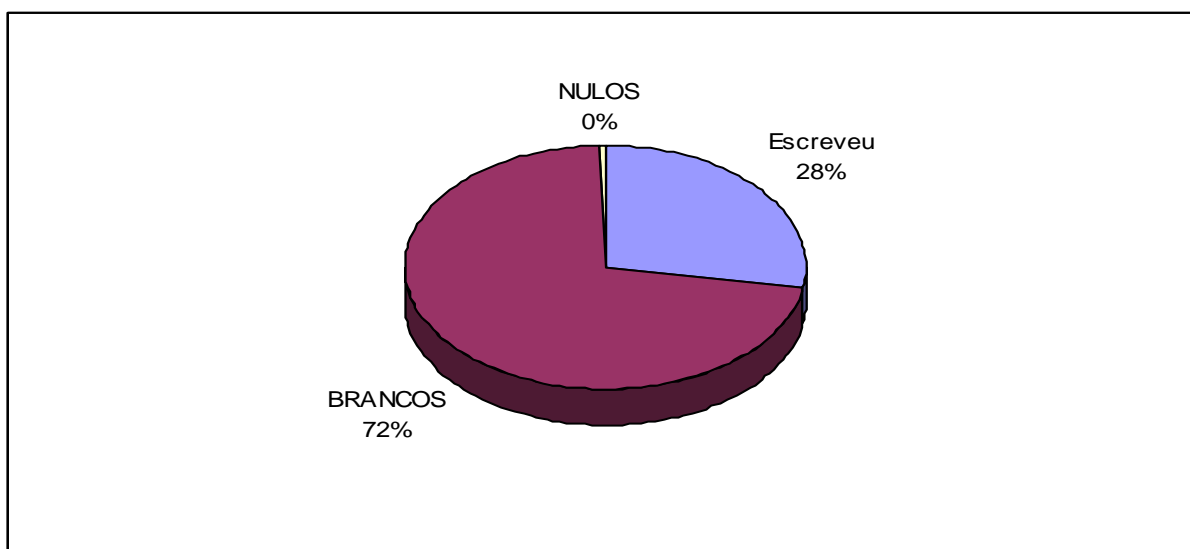
Número de trabalhadores (as) que fizeram críticas e ou sugestões para a AFITESP

Você tem alguma crítica e ou sugestão para a AFITESP? Escreva-a

	Total de votos	%
Escreveu	122	27,4
BRANCOS	314	70,4
NULOS	2	0,4

Fonte: AFITESP (2010)

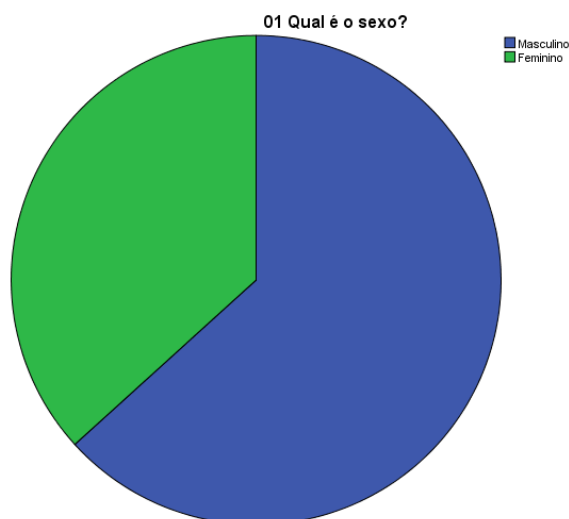
Representação do número de trabalhadores (as) que fizeram críticas e ou sugestões para a AFITESP



Fonte: AFITESP (2010)

Tabela VI

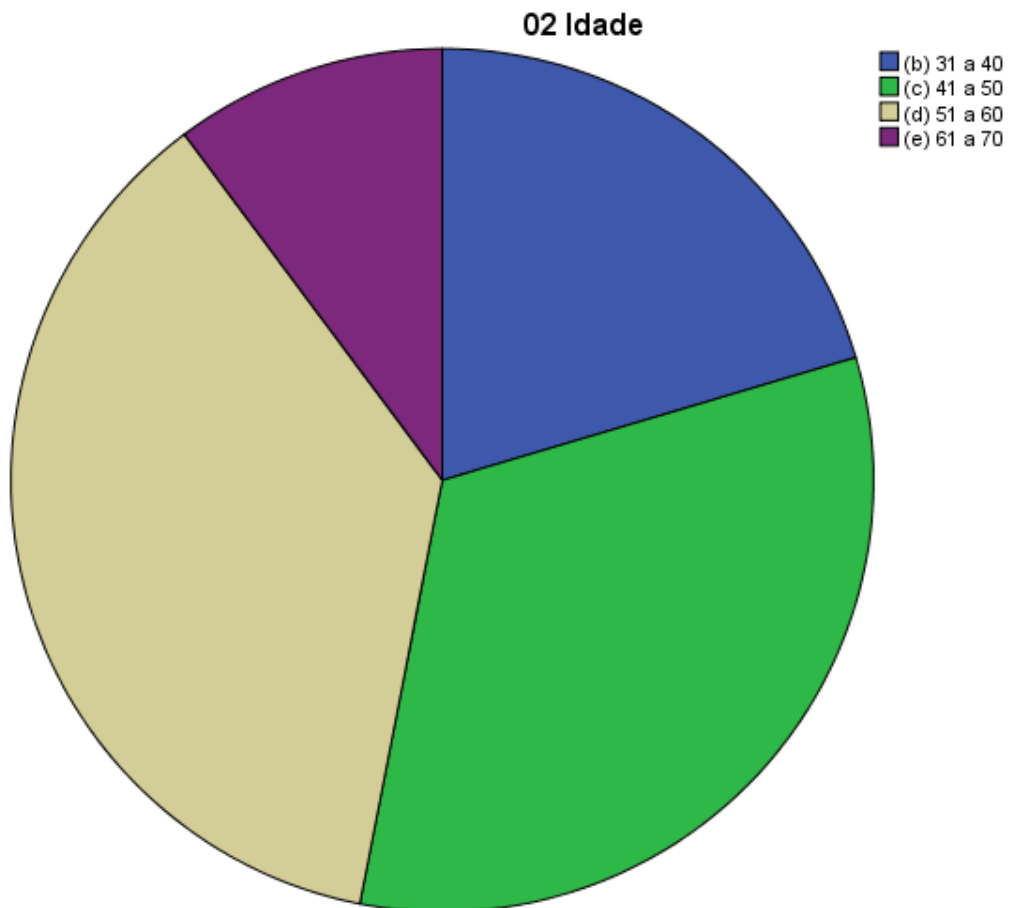
Frequência Estatística					
01 – Qual é o sexo?					
Nº.	Válido			49	
	Inexistente			00	
01 – Qual é o sexo?					
	Sexo	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Masculino	31	63,3	63,3	63,3
	Feminino	18	36,7	36,7	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela VII

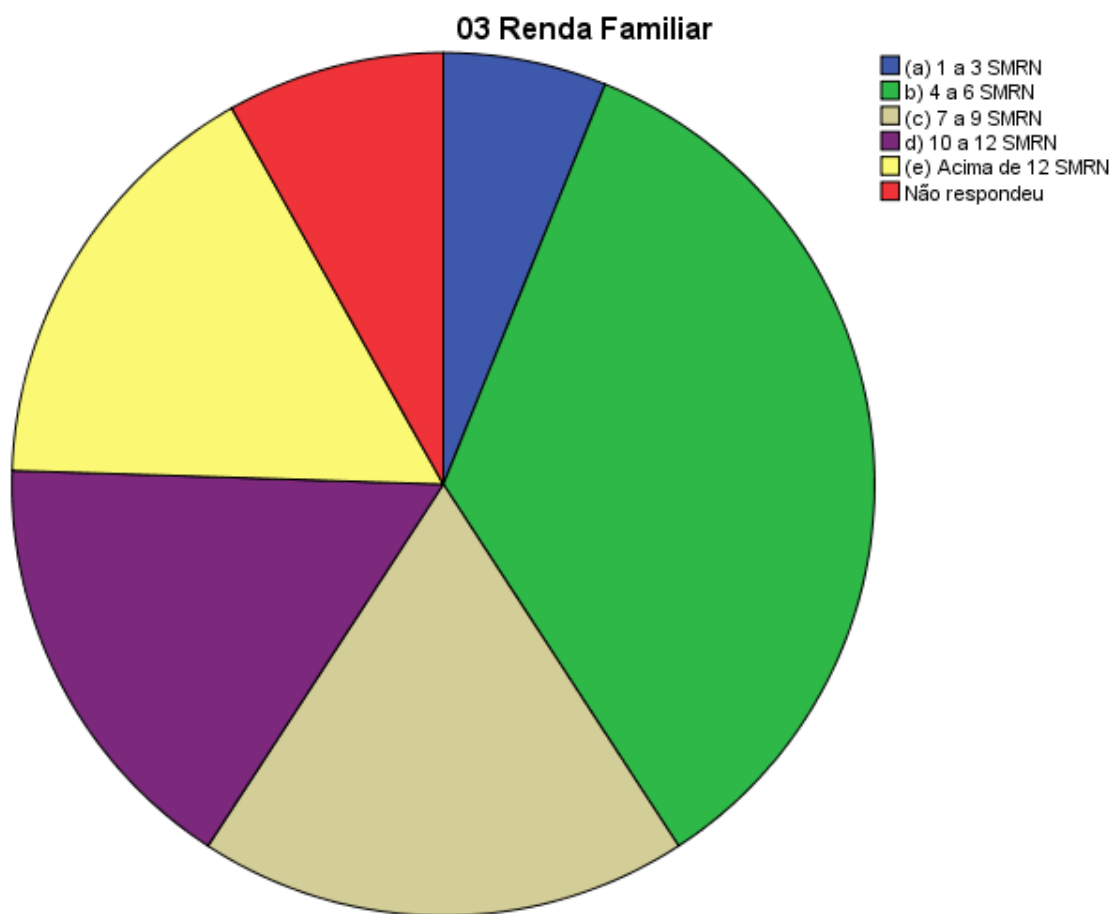
Frequência Estatística						
02 – Idade .						
Nº.	Válido					49
	Inexistente					00
02 – Idade.						
Anos		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	(b) 31 a 40	10	20,4	20,4	20,4	
	(c) 41 a 50	16	32,7	32,7	53,1	
	(d) 51 a 60	18	36,7	36,7	89,8	
	(e) 61 a 70	5	10,2	10,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela VIII

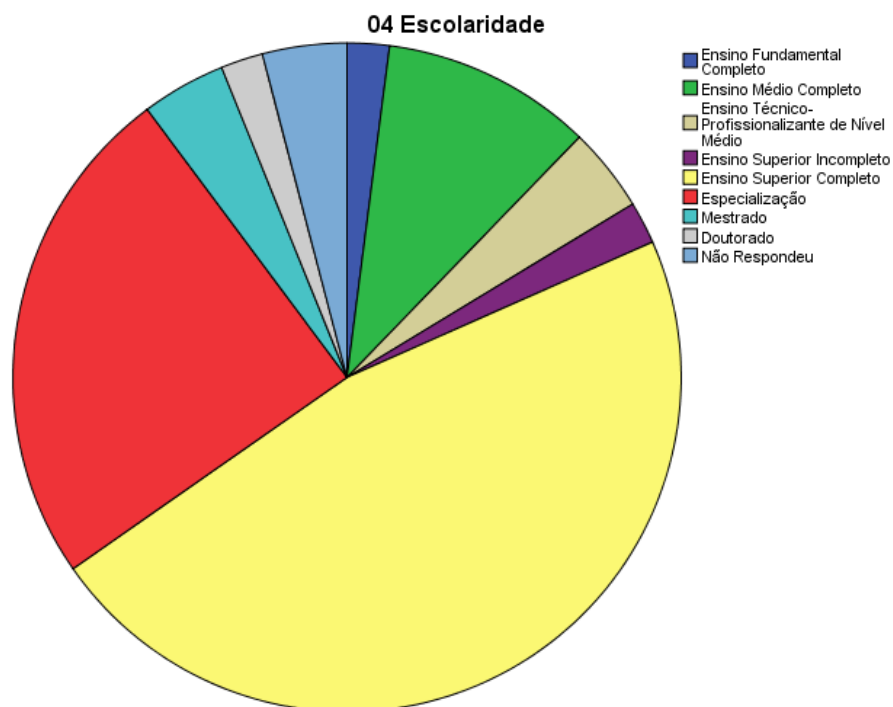
Frequência Estatística					
03 – Renda Familiar.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				0
03. Renda Familiar.					
Variação Salarial		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	(a) 1 a 3 SMRN	3	6,1	6,1	6,1
	b) 4 a 6 SMRN	17	34,7	34,7	40,8
	(c) 7 a 9 SMRN	9	18,4	18,4	59,2
	d) 10 a 12 SMRN	8	16,3	16,3	75,5
	(e) Acima de 12 SMRN	8	16,3	16,3	91,8
	Não respondeu	4	8,2	8,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela IX

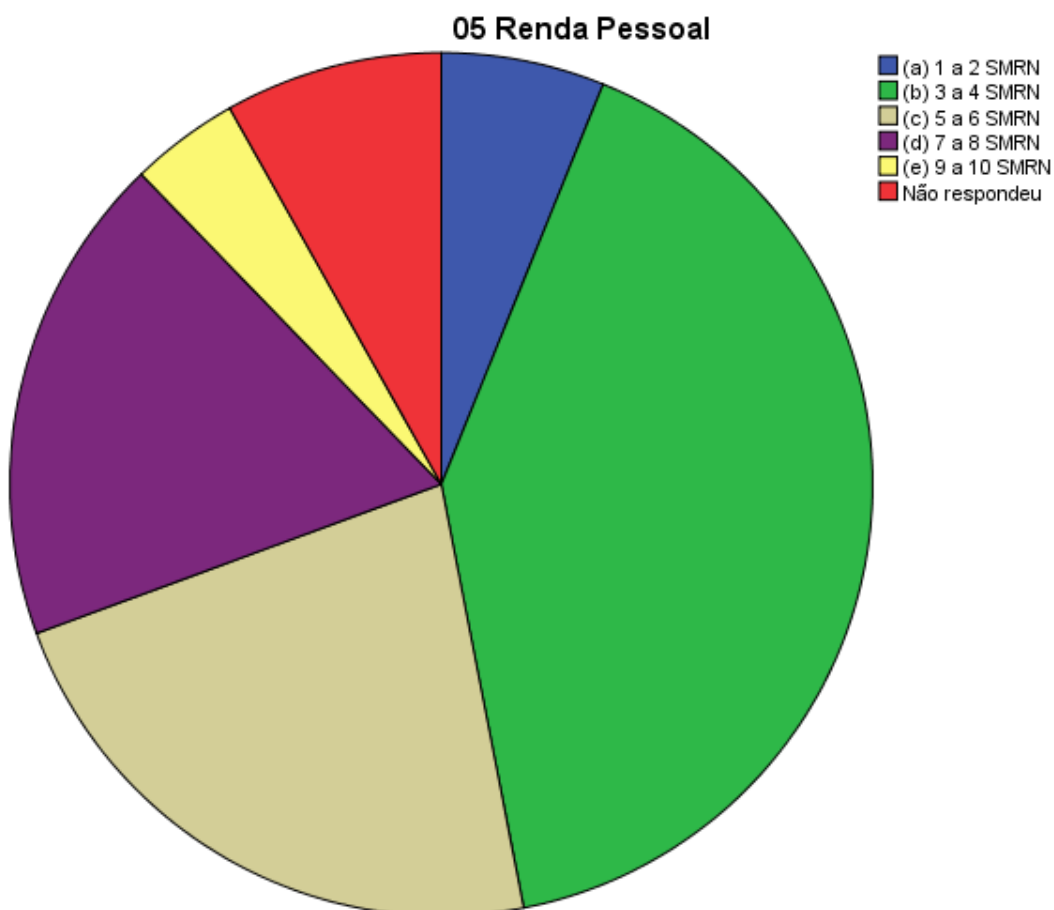
Frequência Estatística						
04 – Escolaridade.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
04 – Escolaridade.						
Níveis de Escolaridade		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Acumulado Percentual	
Válidos	Ensino Fundamental Completo	1	2,0	2,0	2,0	
	Ensino Médio Completo	5	10,2	10,2	12,2	
	Ensino Técnico-Profissionalizante de Nível Médio	2	4,1	4,1	16,3	
	Ensino Superior Incompleto	1	2,0	2,0	18,4	
	Ensino Superior Completo	23	46,9	46,9	65,3	
	Especialização	12	24,5	24,5	89,8	
	Mestrado	2	4,1	4,1	93,9	
	Doutorado	1	2,0	2,0	95,9	
	Não Respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela X

Frequência Estatística					
05 – Renda Pessoal.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
05 – Renda Pessoal.					
	Varição Salarial	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válido	(a) 1 a 2 SMRN	3	6,1	6,1	6,1
	(b) 3 a 4 SMRN	20	40,8	40,8	46,9
	(c) 5 a 6 SMRN	11	22,4	22,4	69,4
	(d) 7 a 8 SMRN	9	18,4	18,4	87,8
	(e) 9 a 10 SMRN	2	4,1	4,1	91,8
	Não respondeu	4	8,2	8,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

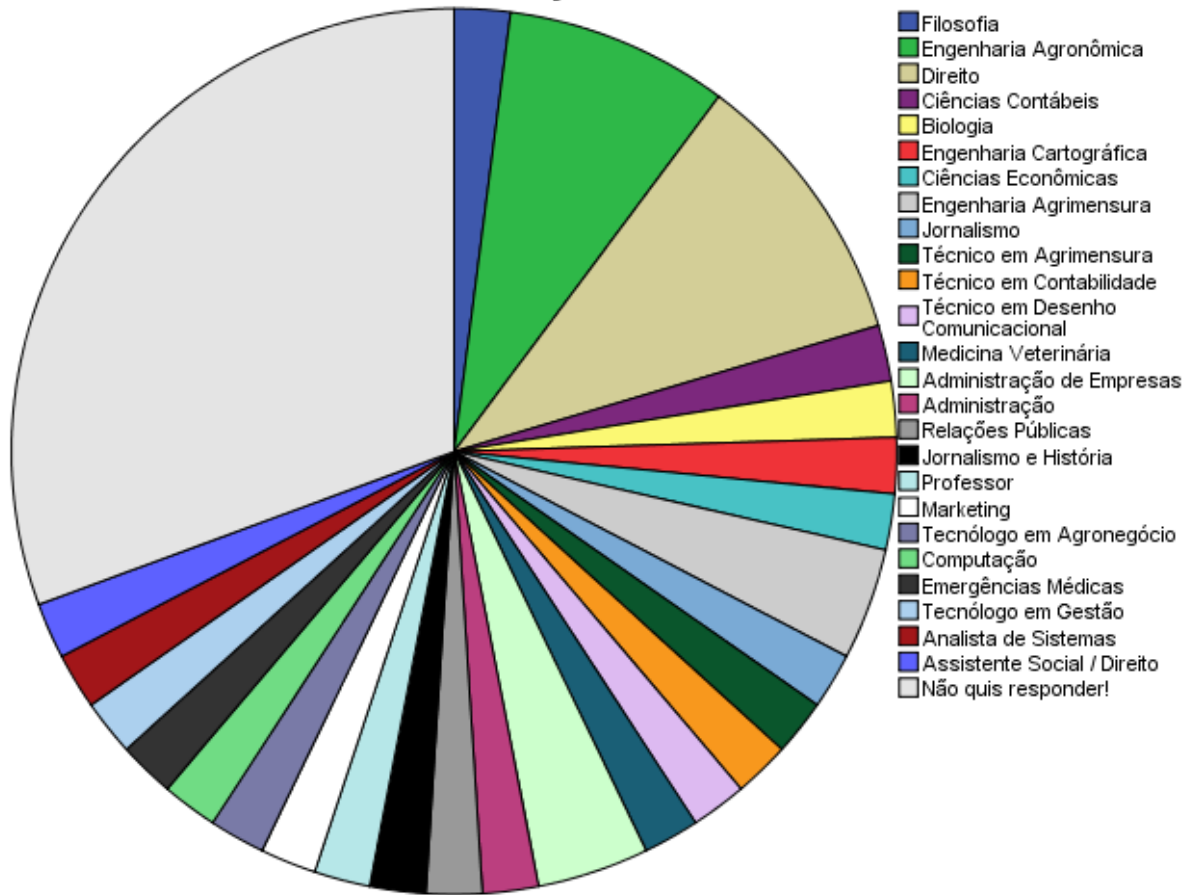


Fonte: Própria, o autor

Tabela XI

Frequência Estatística						
06 – Formação Profissional.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
06 – Formação Profissional.						
Profissões		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Acumulado Percentual	
Válidos	Filosofia	1	2,0	2,0	2,0	
	Engenharia Agrônômica	4	8,2	8,2	10,2	
	Direito	5	10,2	10,2	20,4	
	Ciências Contábeis	1	2,0	2,0	22,4	
	Biologia	1	2,0	2,0	24,5	
	Engenharia Cartográfica	1	2,0	2,0	26,5	
	Ciências Econômicas	1	2,0	2,0	28,6	
	Engenharia Agrimensura	2	4,1	4,1	32,7	
	Jornalismo	1	2,0	2,0	34,7	
	Técnico em Agrimensura	1	2,0	2,0	36,7	
	Técnico em Contabilidade	1	2,0	2,0	38,8	
	Técnico em Desenho Comunicacional	1	2,0	2,0	40,8	
	Medicina Veterinária	1	2,0	2,0	42,9	
	Administração de Empresas	2	4,1	4,1	46,9	
	Administração	1	2,0	2,0	49,0	
	Relações Públicas	1	2,0	2,0	51,0	
	Jornalismo e História	1	2,0	2,0	53,1	
	Professor	1	2,0	2,0	55,1	
	Marketing	1	2,0	2,0	57,1	
	Tecnólogo em Agronegócio	1	2,0	2,0	59,2	
	Computação	1	2,0	2,0	61,2	
	Emergências Médicas	1	2,0	2,0	63,3	
	Tecnólogo em Gestão	1	2,0	2,0	65,3	
Analista de Sistemas	1	2,0	2,0	67,3		
Assistente Social / Direito	1	2,0	2,0	69,4		
Não quis responder!	15	30,6	30,6	100,0		
Total	49	100,0	100,0			

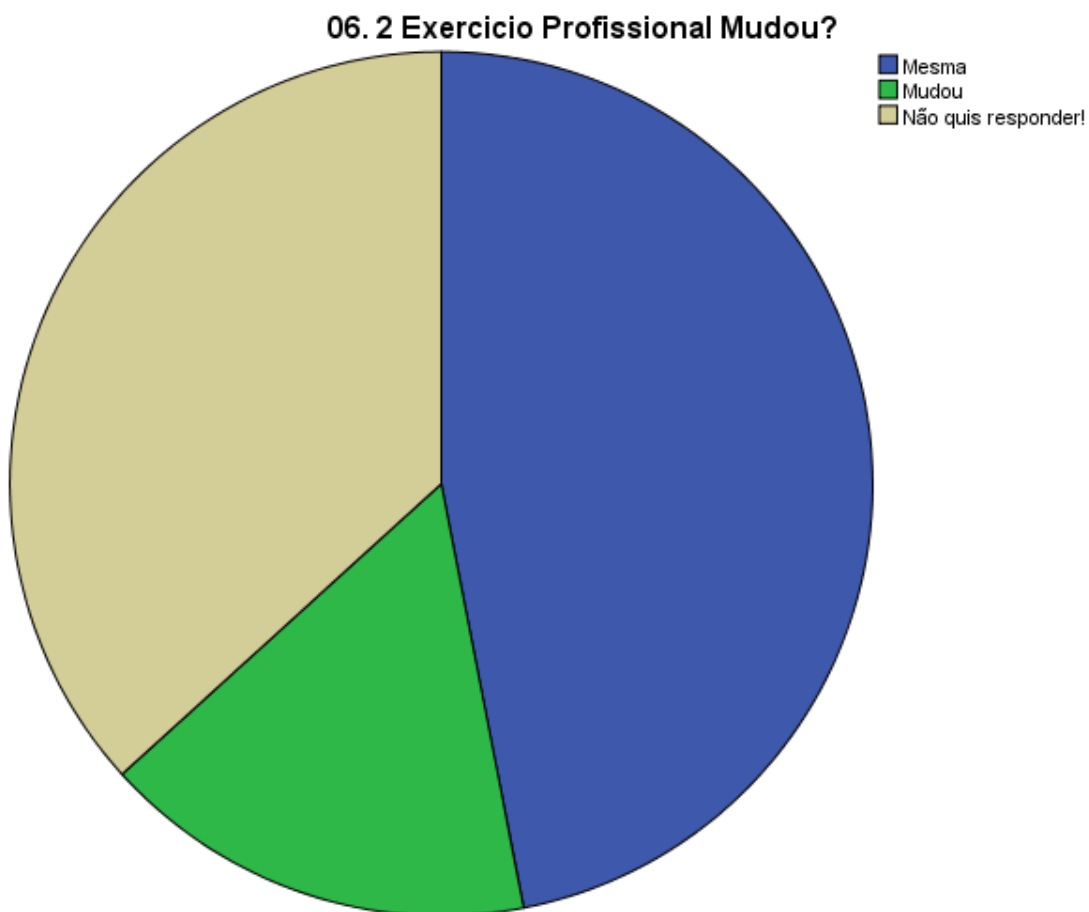
06 Formação Profissional



Fonte: Própria, o autor

Tabela XII

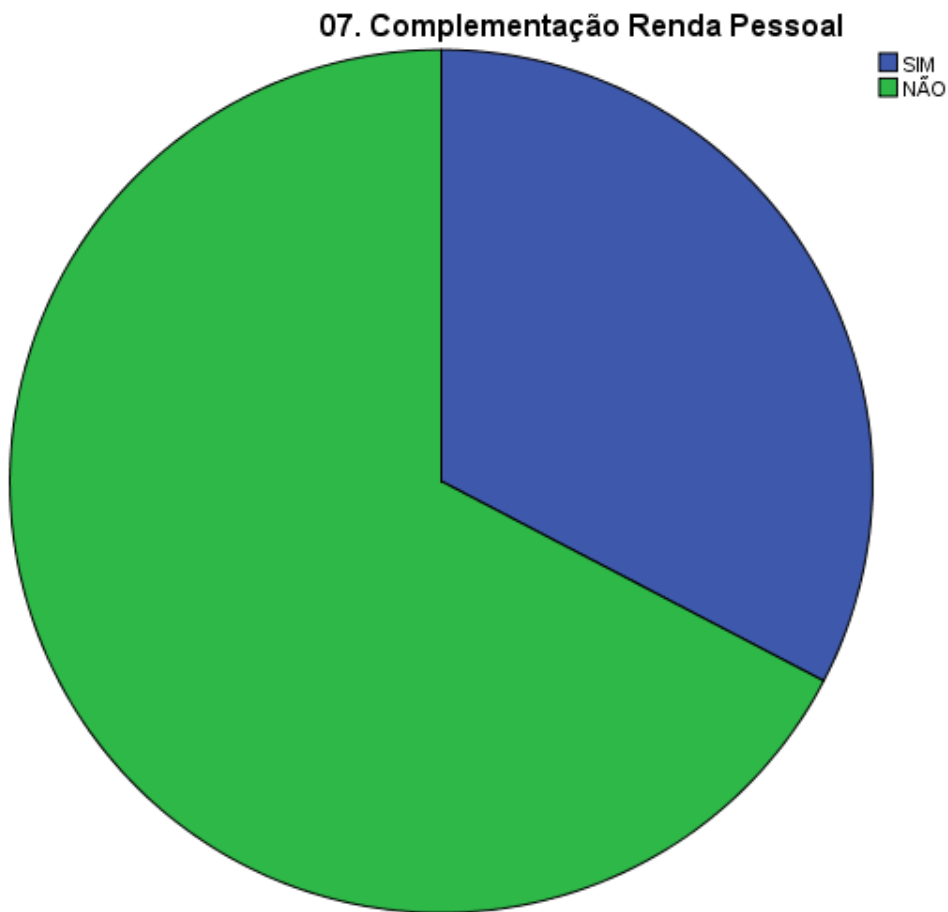
Frequência Estatística					
06. 2 – O seu Exercício Profissional Mudou?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
06. 2 – O seu Exercício Profissional Mudou?					
Situação Profissional		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Mesma	23	46,9	46,9	46,9
	Mudou	8	16,3	16,3	63,3
	Não quis responder!	18	36,7	36,7	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XIII

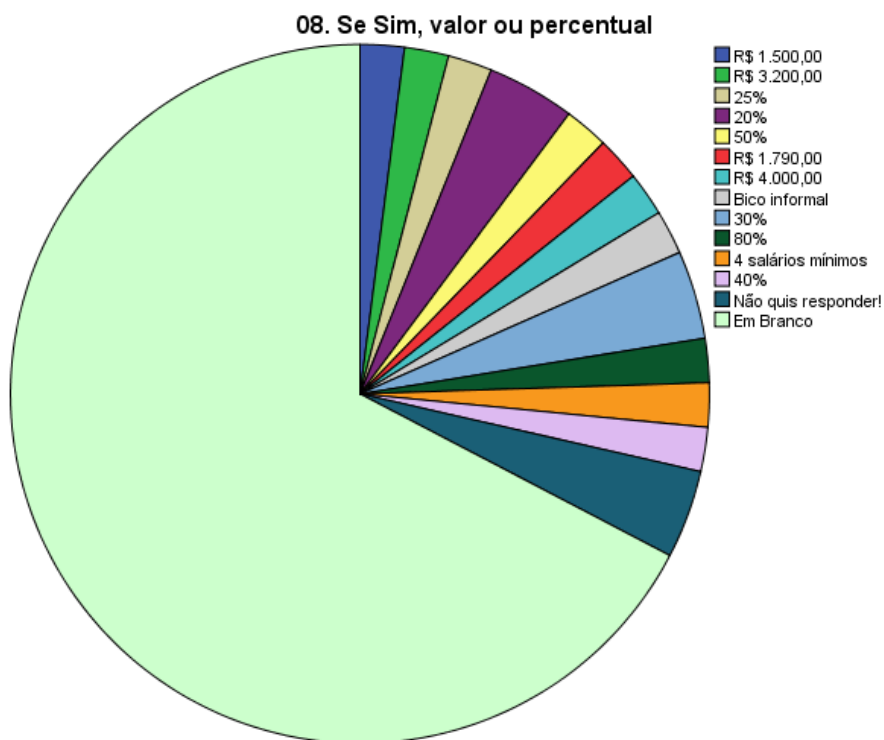
Frequência Estatística					
07 – Complementação da Renda Pessoal					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
07 – Complementação da Renda Pessoal					
Opção		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	16	32,7	32,7	32,7
	NÃO	33	67,3	67,3	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XIV

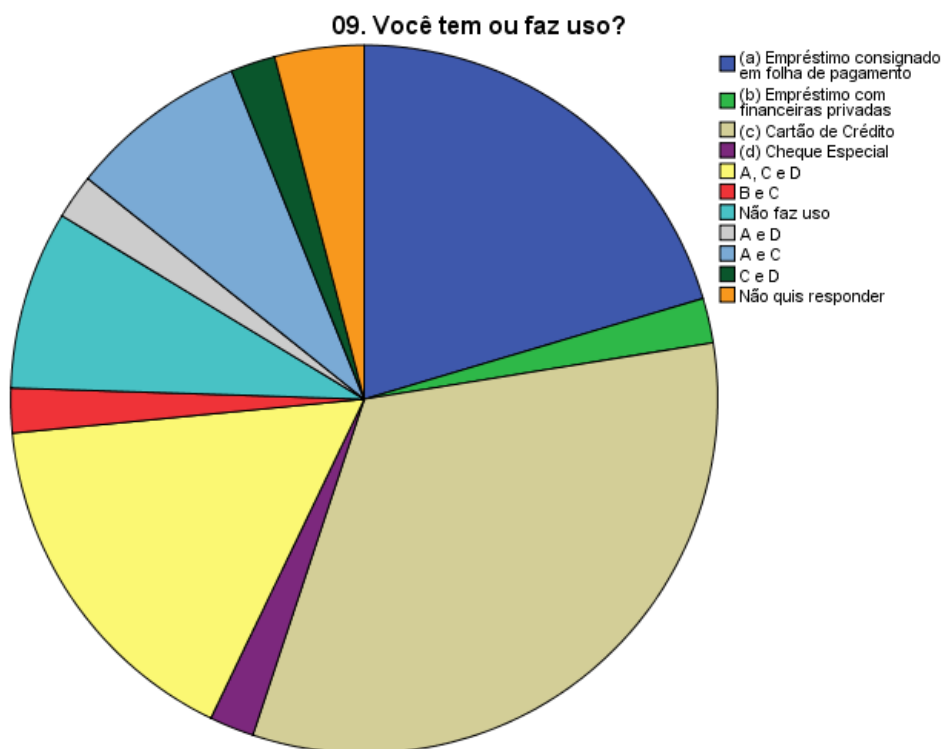
Frequência Estatística						
08 – Se Sim, qual Valor ou Percentual?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
08 – Se Sim, qual Valor ou Percentual?						
	Valores [%]	Frequência	Percentual	Válido Percentual	Acumulado Percentual	
Válidos	R\$ 1.500,00	1	2,0	2,0	2,0	
	R\$ 3.200,00	1	2,0	2,0	4,1	
	25%	1	2,0	2,0	6,1	
	20%	2	4,1	4,1	10,2	
	50%	1	2,0	2,0	12,2	
	R\$ 1.790,00	1	2,0	2,0	14,3	
	R\$ 4.000,00	1	2,0	2,0	16,3	
	Bico informal	1	2,0	2,0	18,4	
	30%	2	4,1	4,1	22,4	
	80%	1	2,0	2,0	24,5	
	4 salários mínimos	1	2,0	2,0	26,5	
	40%	1	2,0	2,0	28,6	
	Não quis responder!	2	4,1	4,1	32,7	
	Em Branco		33	67,3	67,3	100,0
	Total		49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XV

Frequência Estatística					
09 – Você tem ou faz uso?					
Nº.	Válido				49
	Inexistente				00
09. Você tem ou faz uso?					
Tipos de dívidas contraídas		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válido	(a) Empréstimo consignado em folha de pagamento	10	20,4	20,4	20,4
	(b) Empréstimo com financeiras privadas	1	2,0	2,0	22,4
	(c) Cartão de Crédito	16	32,7	32,7	55,1
	(d) Cheque Especial	1	2,0	2,0	57,1
	A, C e D	8	16,3	16,3	73,5
	B e C	1	2,0	2,0	75,5
	Não faz uso	4	8,2	8,2	83,7
	A e D	1	2,0	2,0	85,7
	A e C	4	8,2	8,2	93,9
	C e D	1	2,0	2,0	95,9
	Não quis responder	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

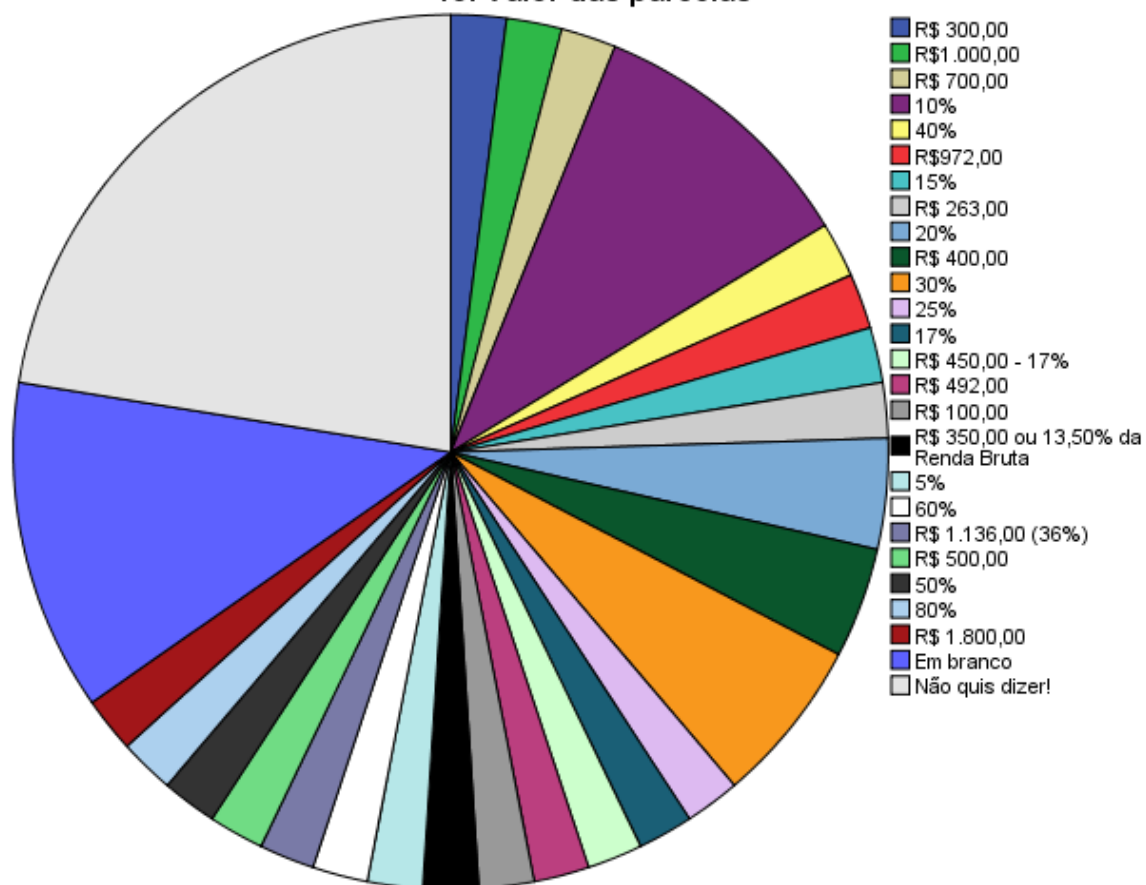


Fonte: Própria, o autor

Tabela XVI

Frequência Estatística						
10 – Valor das parcelas das dívidas contraídas.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
10 – Valor das parcelas das dívidas contraídas.						
Valores [%]		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Acumulado Percentual	
Válido	R\$ 300,00	1	2,0	2,0	2,0	
	R\$1.000,00	1	2,0	2,0	4,1	
	R\$ 700,00	1	2,0	2,0	6,1	
	10%	5	10,2	10,2	16,3	
	40%	1	2,0	2,0	18,4	
	R\$972,00	1	2,0	2,0	20,4	
	15%	1	2,0	2,0	22,4	
	R\$ 263,00	1	2,0	2,0	24,5	
	20%	2	4,1	4,1	28,6	
	R\$ 400,00	2	4,1	4,1	32,7	
	30%	3	6,1	6,1	38,8	
	25%	1	2,0	2,0	40,8	
	17%	1	2,0	2,0	42,9	
	R\$ 450,00 - 17%	1	2,0	2,0	44,9	
	R\$ 492,00	1	2,0	2,0	46,9	
	R\$ 100,00	1	2,0	2,0	49,0	
	R\$ 350,00 ou 13,50% da Renda Bruta	1	2,0	2,0	51,0	
	5%	1	2,0	2,0	53,1	
	60%	1	2,0	2,0	55,1	
	R\$ 1.136,00 (36%)	1	2,0	2,0	57,1	
	R\$ 500,00	1	2,0	2,0	59,2	
	50%	1	2,0	2,0	61,2	
	80%	1	2,0	2,0	63,3	
R\$ 1.800,00	1	2,0	2,0	65,3		
Em branco	6	12,2	12,2	77,6		
Não quis dizer!	11	22,4	22,4	100,0		
Total	49	100,0	100,0			

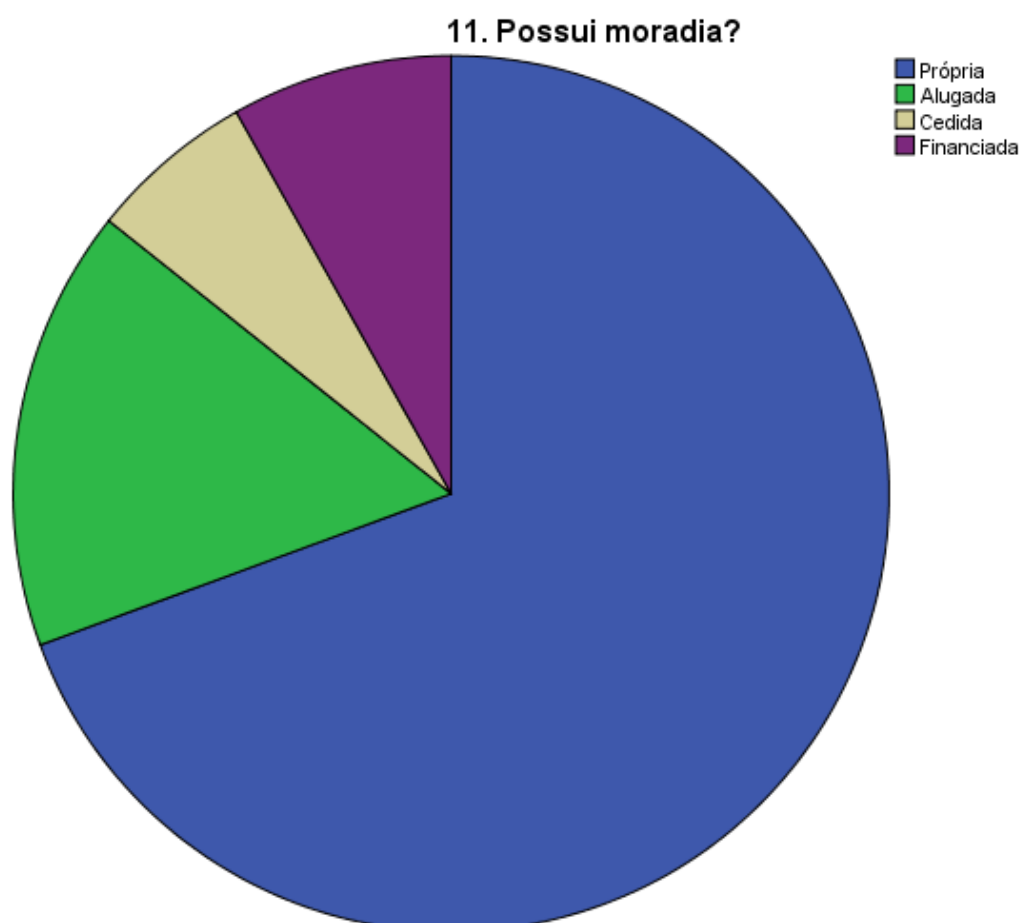
10. Valor das parcelas



Fonte: Própria, o autor

Tabela XVII

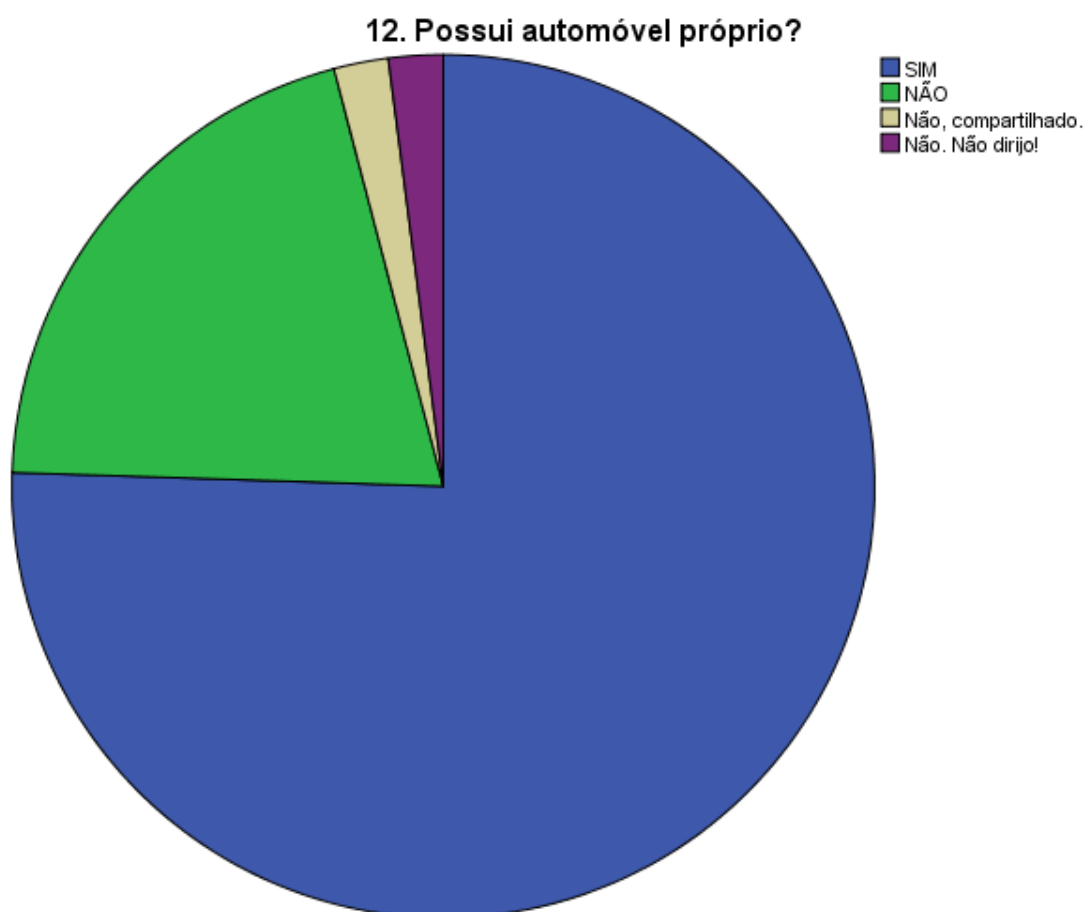
Frequência Estatística						
11 – Possui moradia?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
11 – Possui moradia?						
Tipos de Moradia		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Própria	34	69,4	69,4	69,4	
	Alugada	8	16,3	16,3	85,7	
	Cedida	3	6,1	6,1	91,8	
	Financiada	4	8,2	8,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XVIII

Frequência Estatística						
12 – Possui automóvel próprio?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
12 – Possui automóvel próprio?						
Opções		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Acumulado Percentual	
Válidos	SIM	37	75,5	75,5	75,5	
	NÃO	10	20,4	20,4	95,9	
	Não, compartilhado.	1	2,0	2,0	98,0	
	Não. Não dirijo!	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

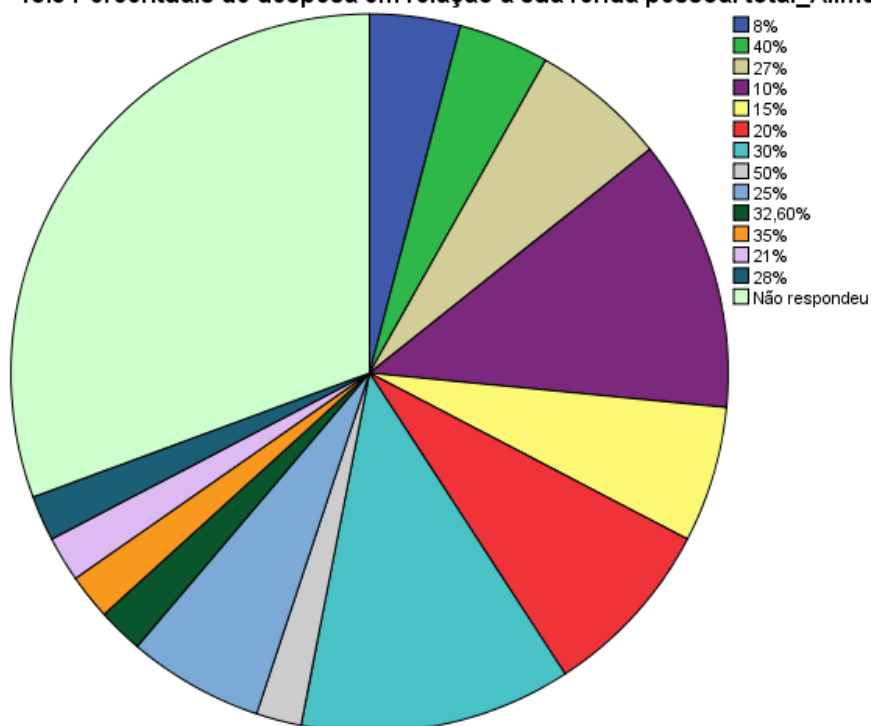


Fonte: Própria, o autor

Tabela XIX

Frequência Estatística						
13.0 – Alimentação						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
13.0 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Alimentação.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	8%	2	4,1	4,1	4,1	
	40%	2	4,1	4,1	8,2	
	27%	3	6,1	6,1	14,3	
	10%	6	12,2	12,2	26,5	
	15%	3	6,1	6,1	32,7	
	20%	4	8,2	8,2	40,8	
	30%	6	12,2	12,2	53,1	
	50%	1	2,0	2,0	55,1	
	25%	3	6,1	6,1	61,2	
	32,60%	1	2,0	2,0	63,3	
	35%	1	2,0	2,0	65,3	
	21%	1	2,0	2,0	67,3	
	28%	1	2,0	2,0	69,4	
	Não respondeu		15	30,6	30,6	100,0
Total		49	100,0	100,0		

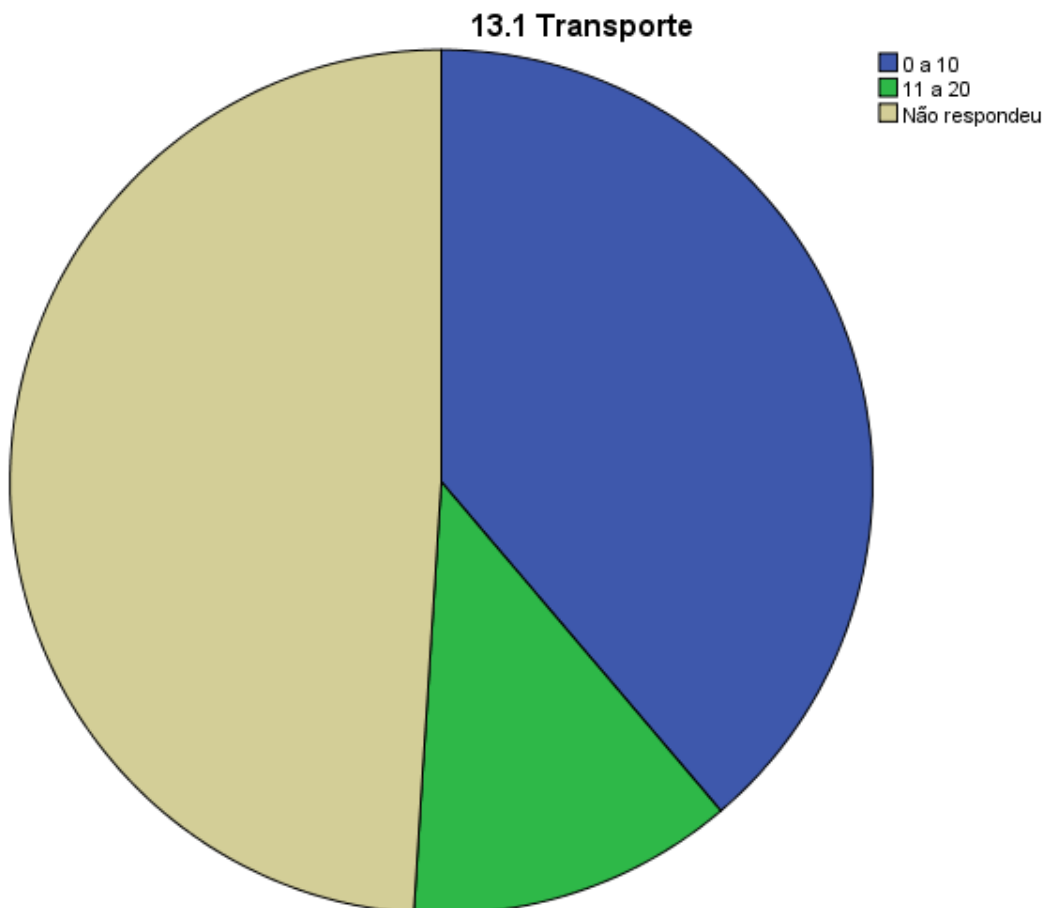
13.0 Percentuais de despesa em relação a sua renda pessoal total_Alimentação



Fonte: Própria, o autor

Tabela XX

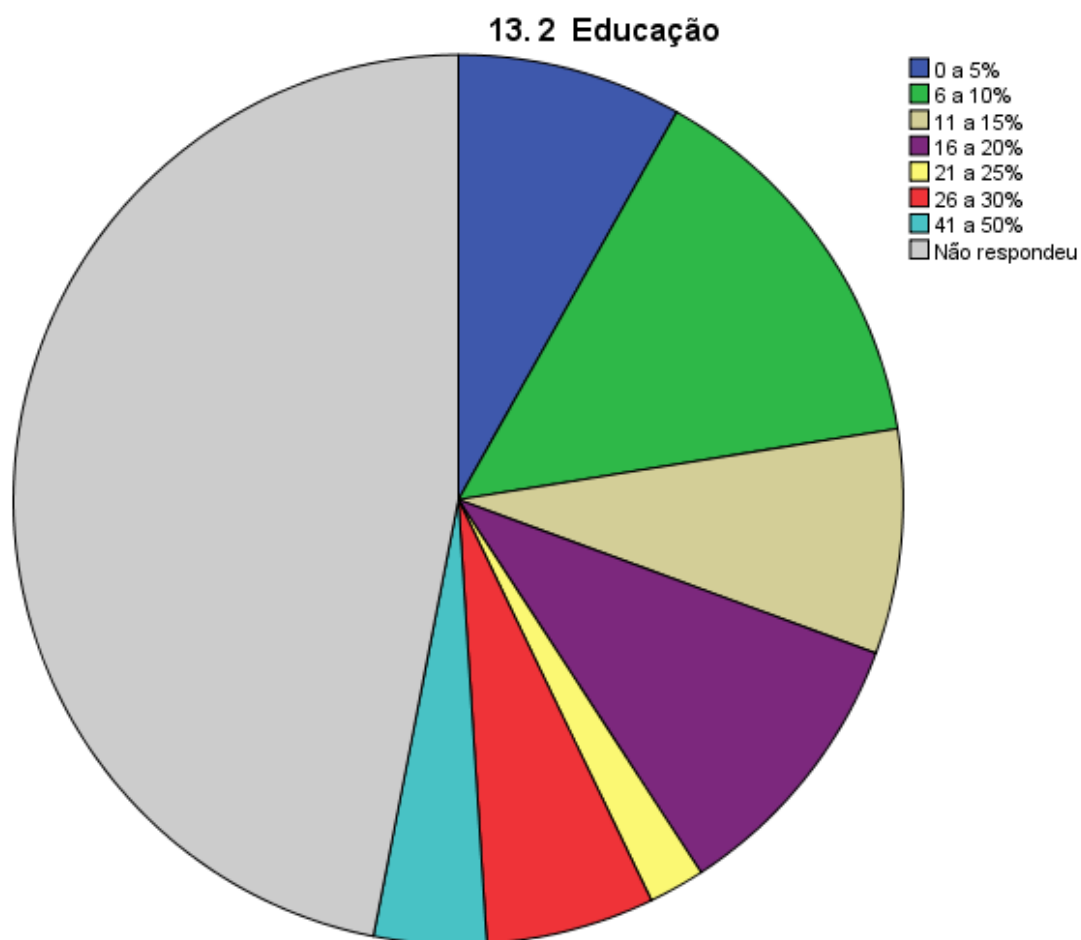
Frequência Estatística						
13.1 – Transporte.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
13.1 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Transporte.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Acumulado Percentual	
Válidos	0 a 10	19	38,8	38,8	38,8	
	11 a 20	6	12,2	12,2	51,0	
	Não respondeu	24	49,0	49,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXI

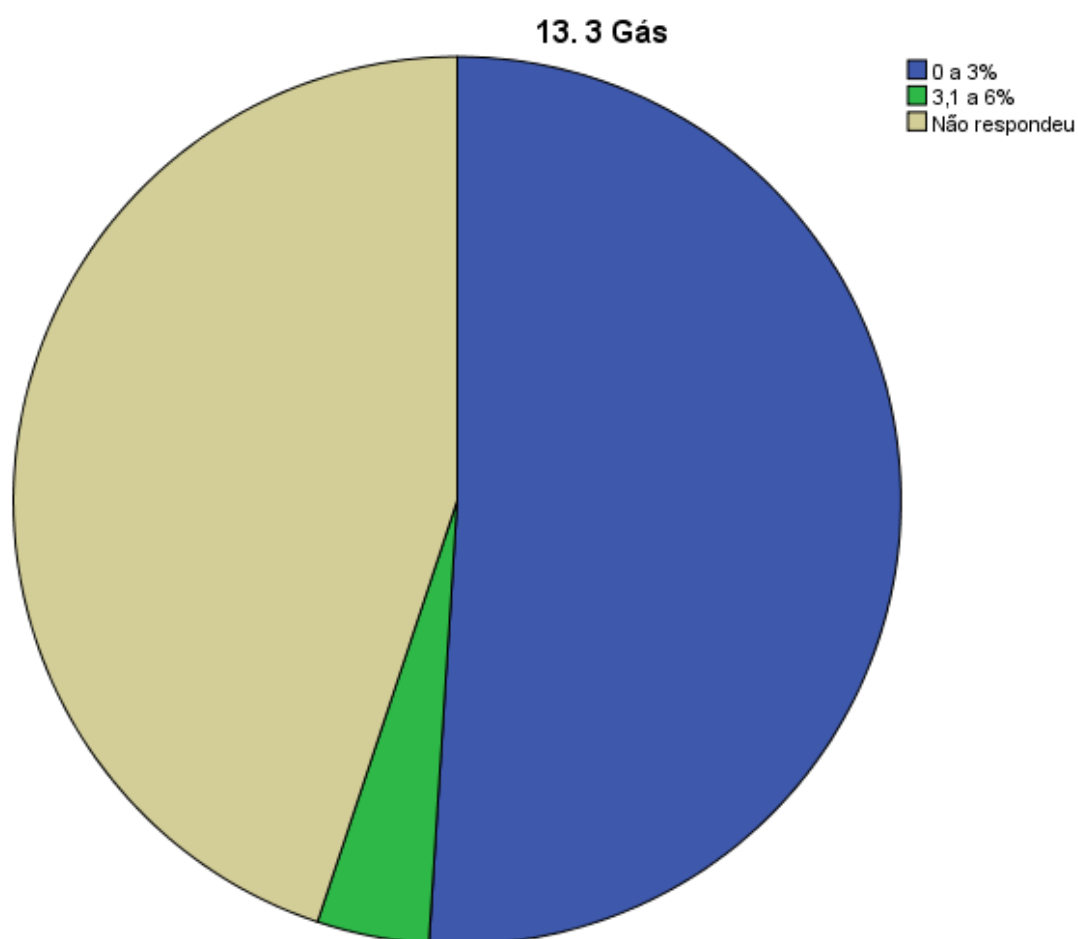
Frequência Estatística						
13. 2 – Educação.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
13. 2 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Educação.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	0 a 5%	4	8,2	8,2	8,2	
	6 a 10%	7	14,3	14,3	22,4	
	11 a 15%	4	8,2	8,2	30,6	
	16 a 20%	5	10,2	10,2	40,8	
	21 a 25%	1	2,0	2,0	42,9	
	26 a 30%	3	6,1	6,1	49,0	
	41 a 50%	2	4,1	4,1	53,1	
	Não respondeu	23	46,9	46,9	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXII

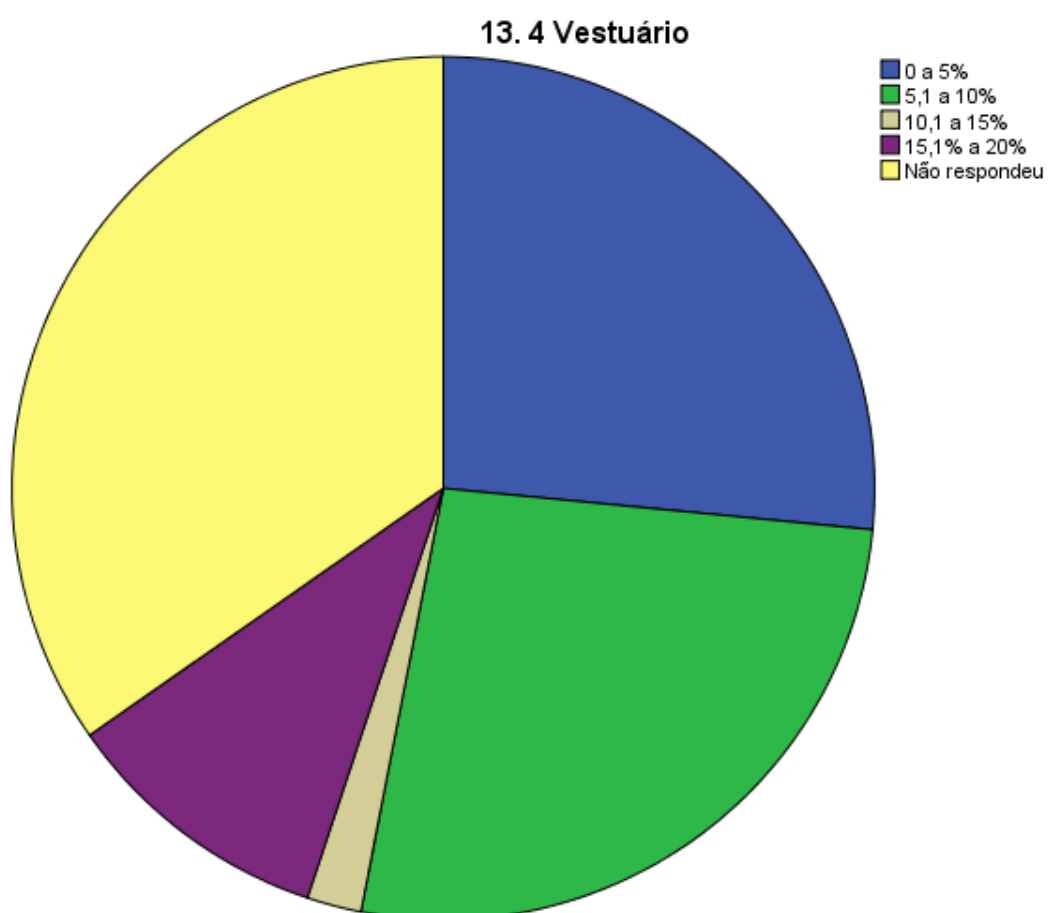
Frequência Estatística						
13. 3 – Gás.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
13. 3 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Gás.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	0 a 3%	25	51,0	51,0	51,0	
	3,1 a 6%	2	4,1	4,1	55,1	
	Não respondeu	22	44,9	44,9	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXIII

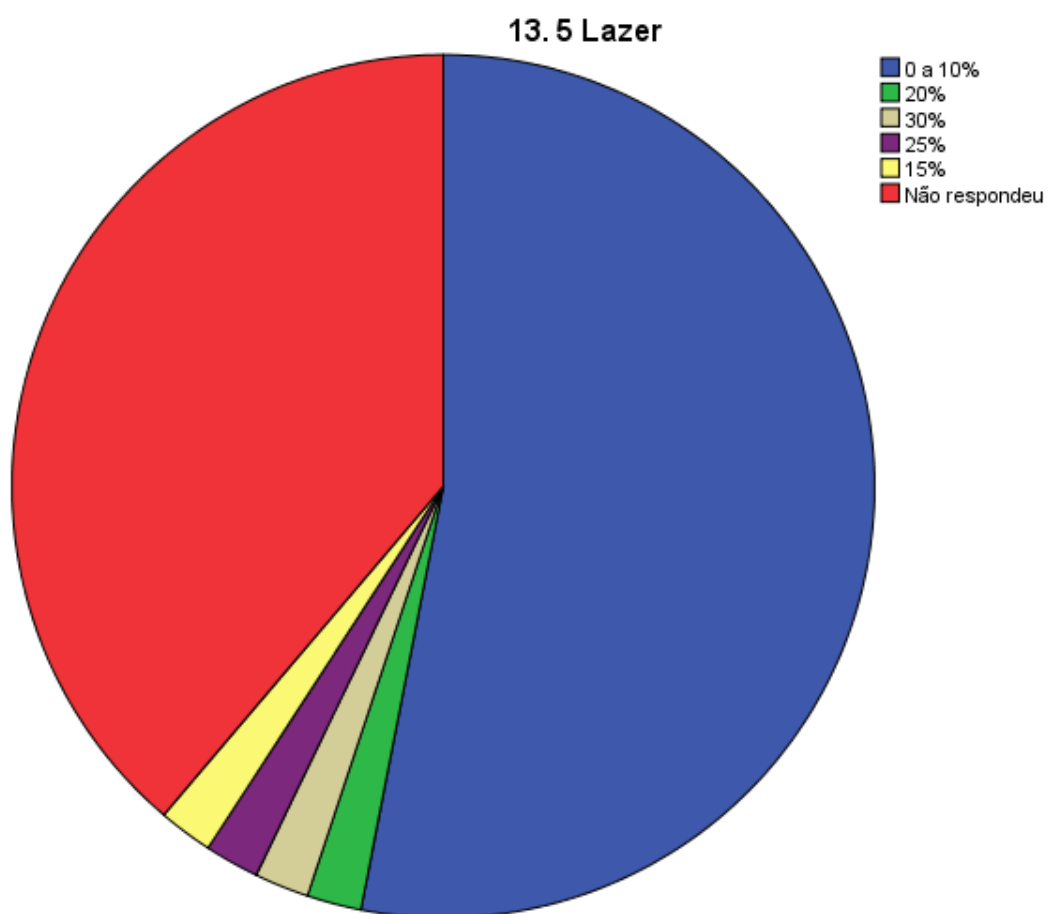
Frequência Estatística						
13. 4 – Vestuário.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
13. 4 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Vestuário.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	0 a 5%	13	26,5	26,5	26,5	
	5,1 a 10%	13	26,5	26,5	53,1	
	10,1 a 15%	1	2,0	2,0	55,1	
	15,1% a 20%	5	10,2	10,2	65,3	
	Não respondeu	17	34,7	34,7	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXIV

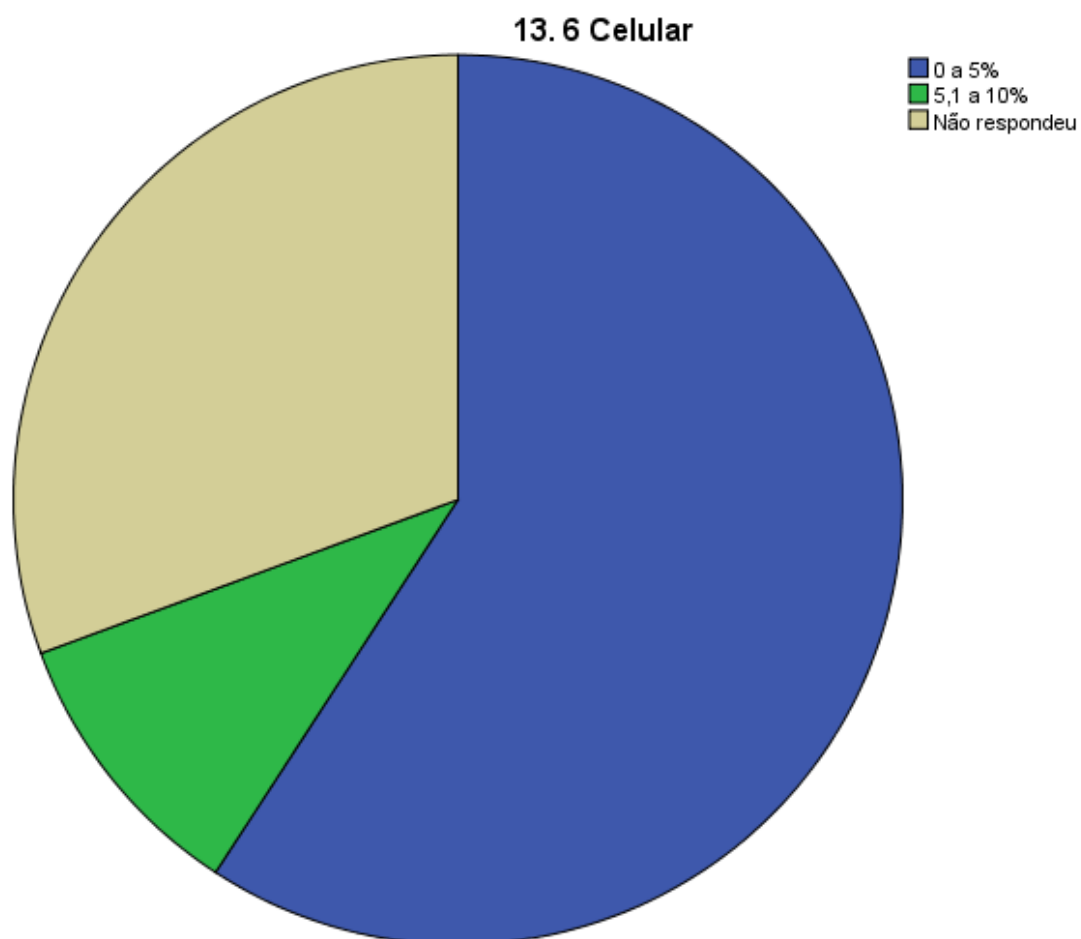
Frequência Estatística						
13. 5 – Lazer.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
13. 5 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Lazer.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	0 a 10%	26	53,1	53,1	53,1	
	20%	1	2,0	2,0	55,1	
	30%	1	2,0	2,0	57,1	
	25%	1	2,0	2,0	59,2	
	15%	1	2,0	2,0	61,2	
	Não respondeu	19	38,8	38,8	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXV

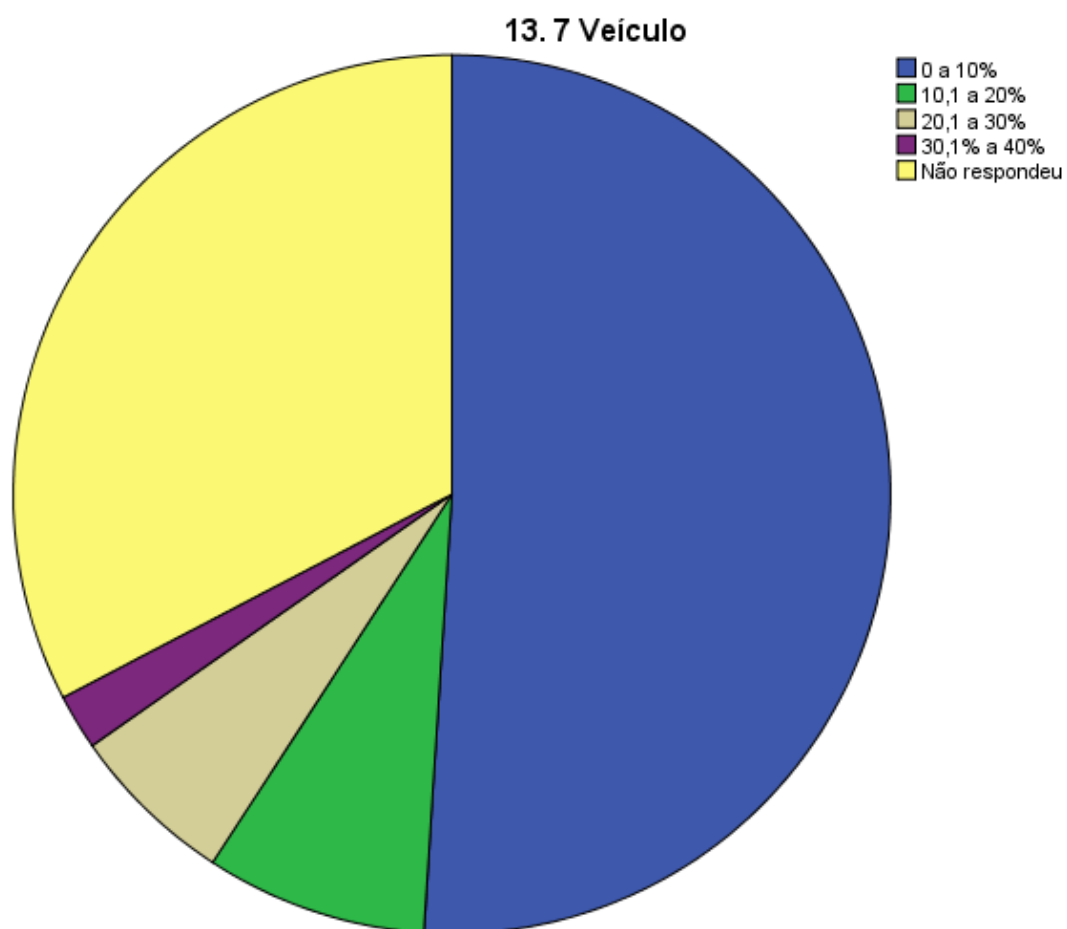
Frequência Estatística						
13. 6 – Celular.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
13. 6 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Celular.						
	[%]	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	0 a 5%	29	59,2	59,2	59,2	
	5,1 a 10%	5	10,2	10,2	69,4	
	Não respondeu	15	30,6	30,6	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXVI

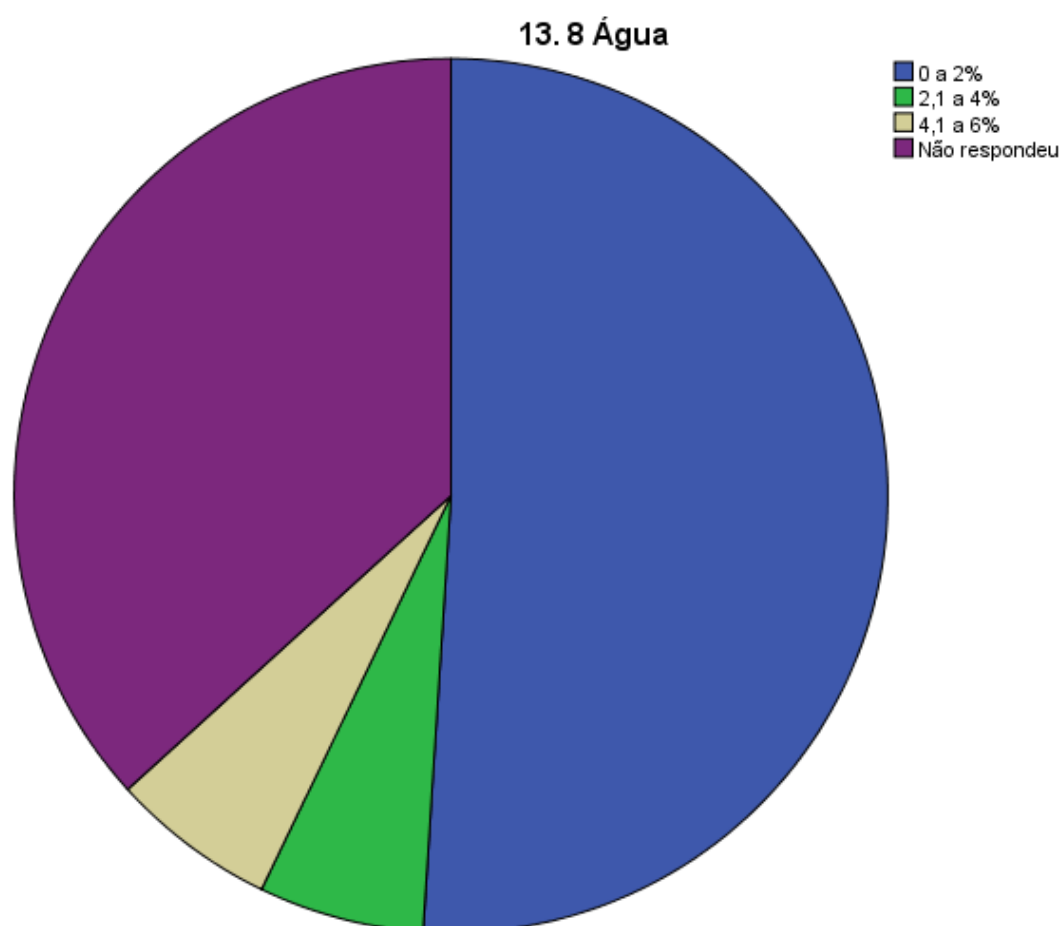
Frequência Estatística						
13. 7 – Veículo.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
13. 7 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Veículo.						
Variação %		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Acumulado Percentual	
Válidos	0 a 10%	25	51,0	51,0	51,0	
	10,1 a 20%	4	8,2	8,2	59,2	
	20,1 a 30%	3	6,1	6,1	65,3	
	30,1% a 40%	1	2,0	2,0	67,3	
	Não respondeu	16	32,7	32,7	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXVII

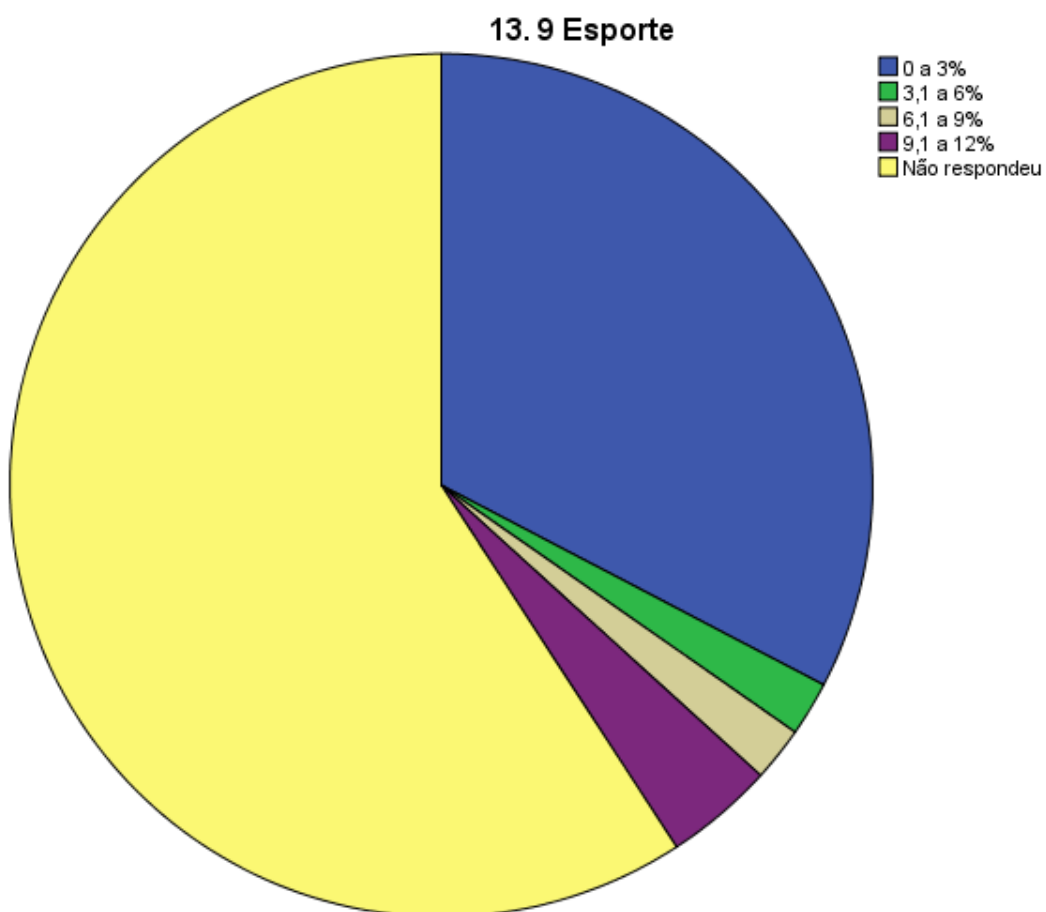
Frequência Estatística					
13. 8 – Água.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
13. 8 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Água.					
	Variação %	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	0 a 2%	25	51,0	51,0	51,0
	2,1 a 4%	3	6,1	6,1	57,1
	4,1 a 6%	3	6,1	6,1	63,3
	Não respondeu	18	36,7	36,7	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXVIII

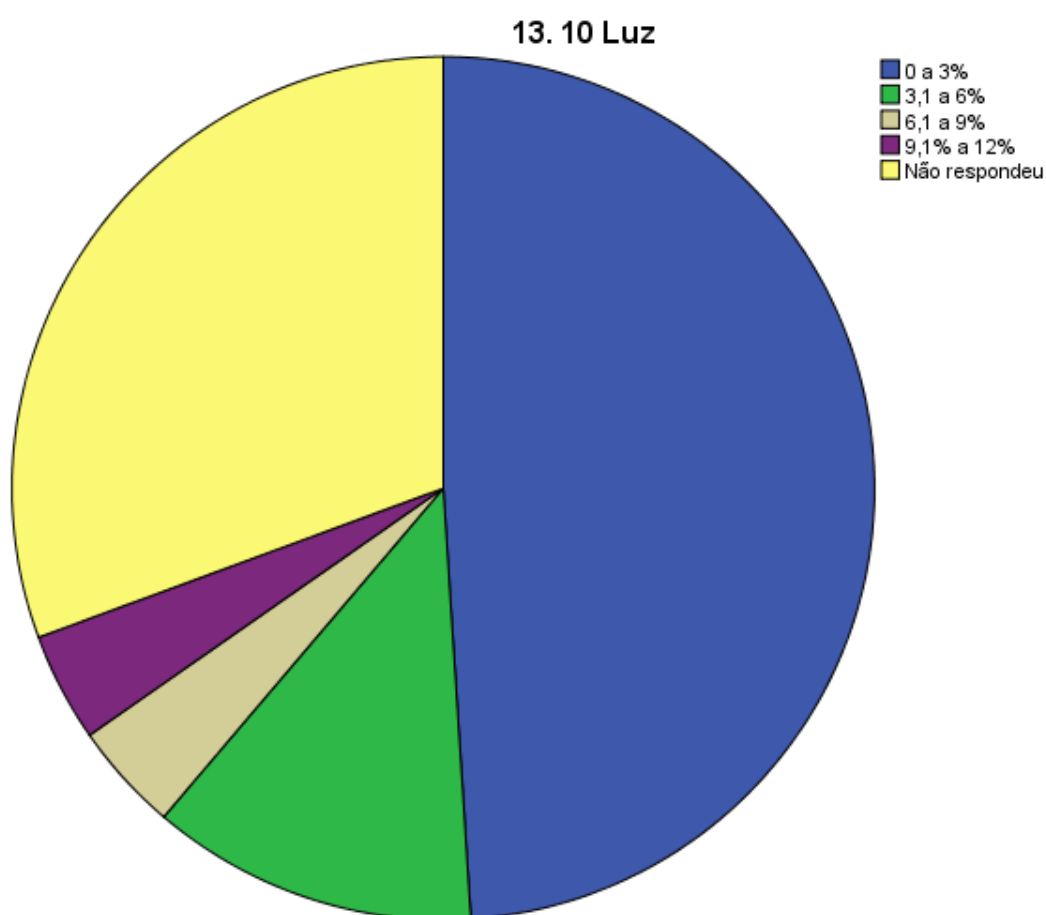
Frequência Estatística					
13. 9 – Esporte.					
Nº.	Válidos	49			
	Inexistente	0			
13. 9 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Esporte.					
	Varição %	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	0 a 3%	16	32,7	32,7	32,7
	3,1 a 6%	1	2,0	2,0	34,7
	6,1 a 9%	1	2,0	2,0	36,7
	9,1 a 12%	2	4,1	4,1	40,8
	Não respondeu	29	59,2	59,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXIX

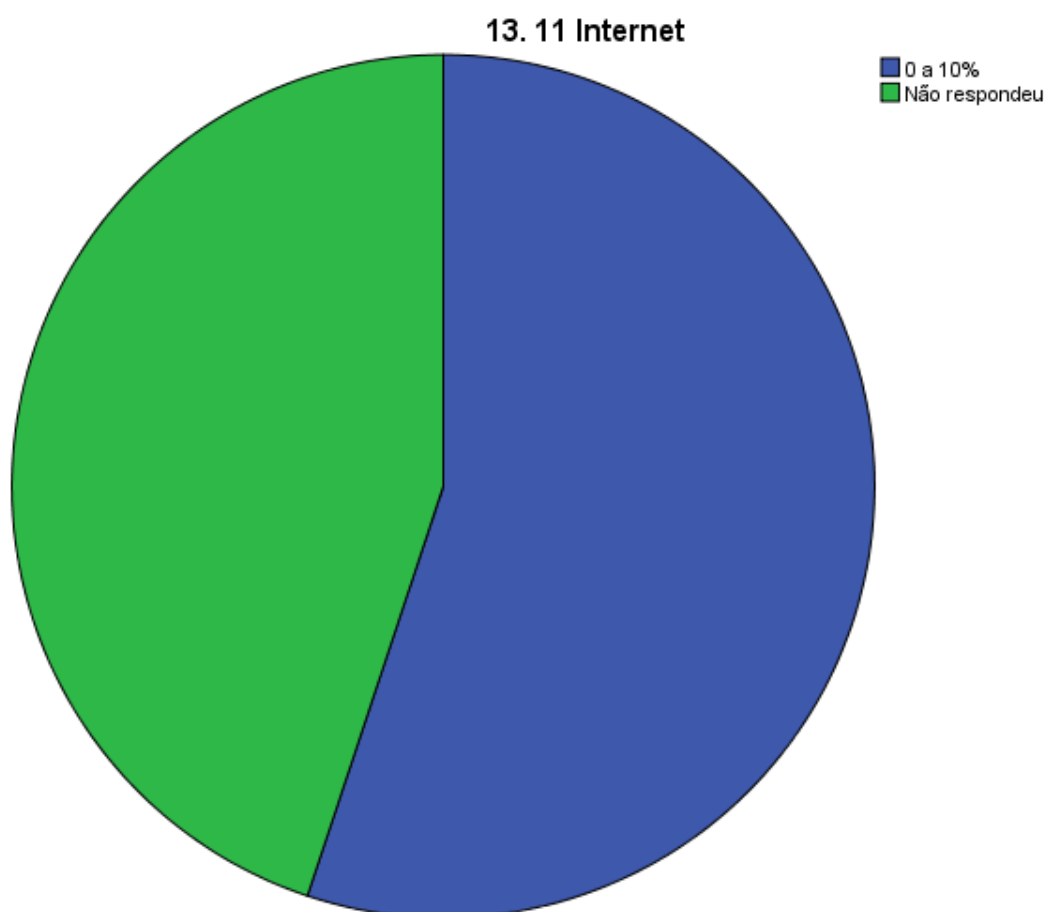
Frequência Estatística				
13. 10 – Luz.				
Nº.	Válidos	49		
	Inexistente	00		
13. 10 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Luz.				
	Variação %	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válido	0 a 3%	24	49,0	49,0
	3,1 a 6%	6	12,2	12,2
	6,1 a 9%	2	4,1	4,1
	9,1% a 12%	2	4,1	4,1
	Não respondeu	15	30,6	30,6
	Total	49	100,0	100,0



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXX

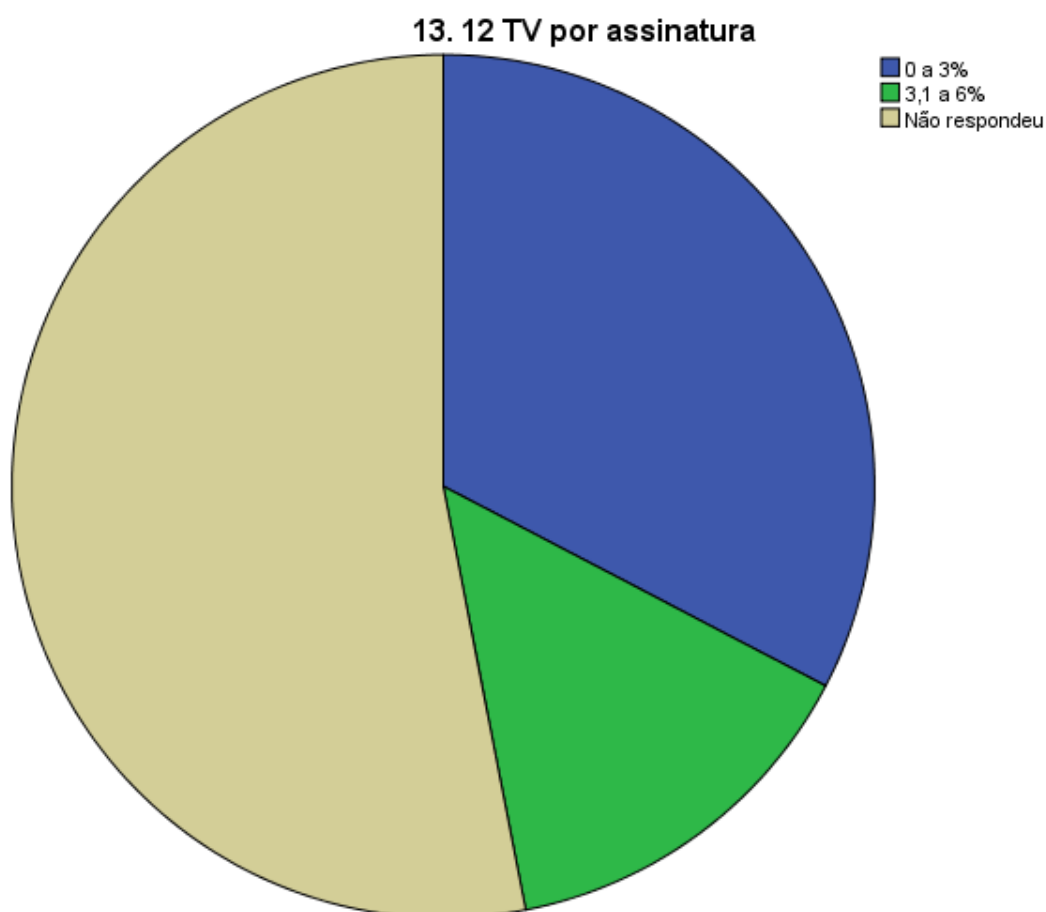
Frequência Estatística						
13. 11 – Internet.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
13. 11 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Internet.						
Variação %		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	0 a 10%	27	55,1	55,1	55,1	
	Não respondeu	22	44,9	44,9	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXI

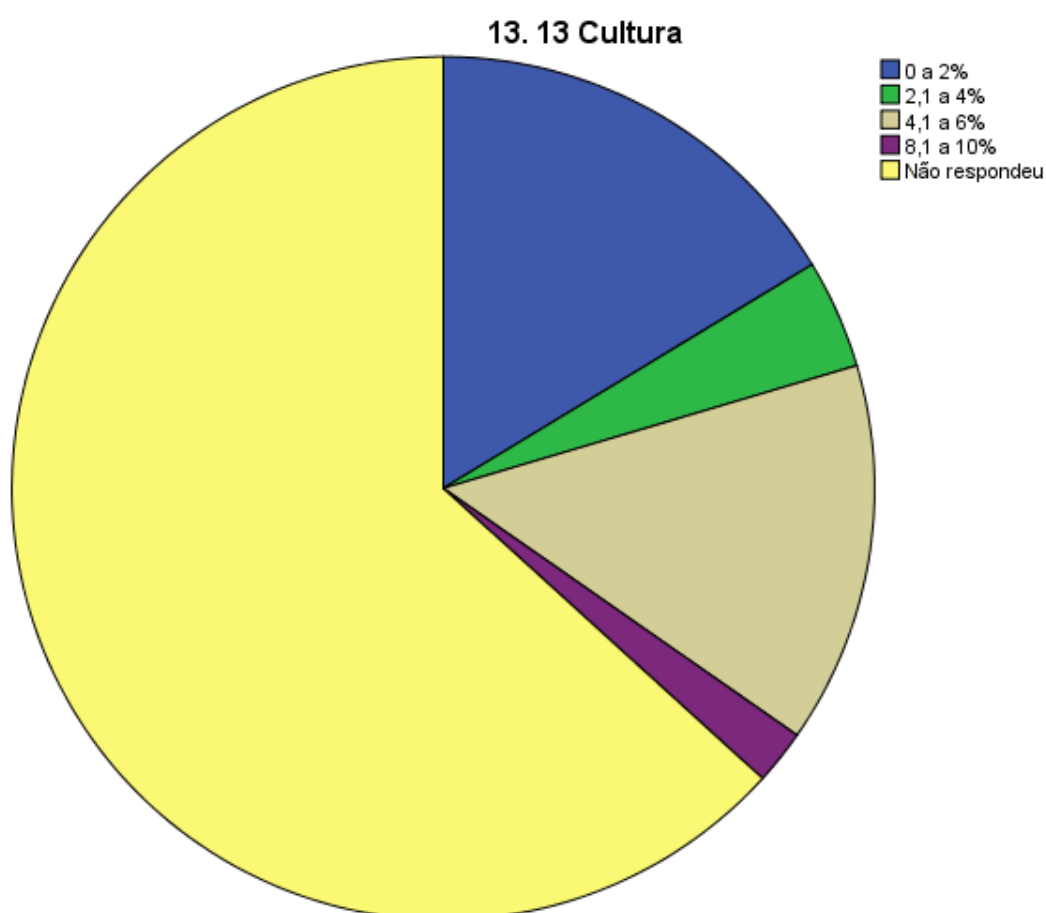
Frequência Estatística					
13. 12 – TV por Assinatura.					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
13. 12 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com TV por Assinatura.					
	Varição Percentual	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	0 a 3%	16	32,7	32,7	32,7
	3,1 a 6%	7	14,3	14,3	46,9
	Não respondeu	26	53,1	53,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXII

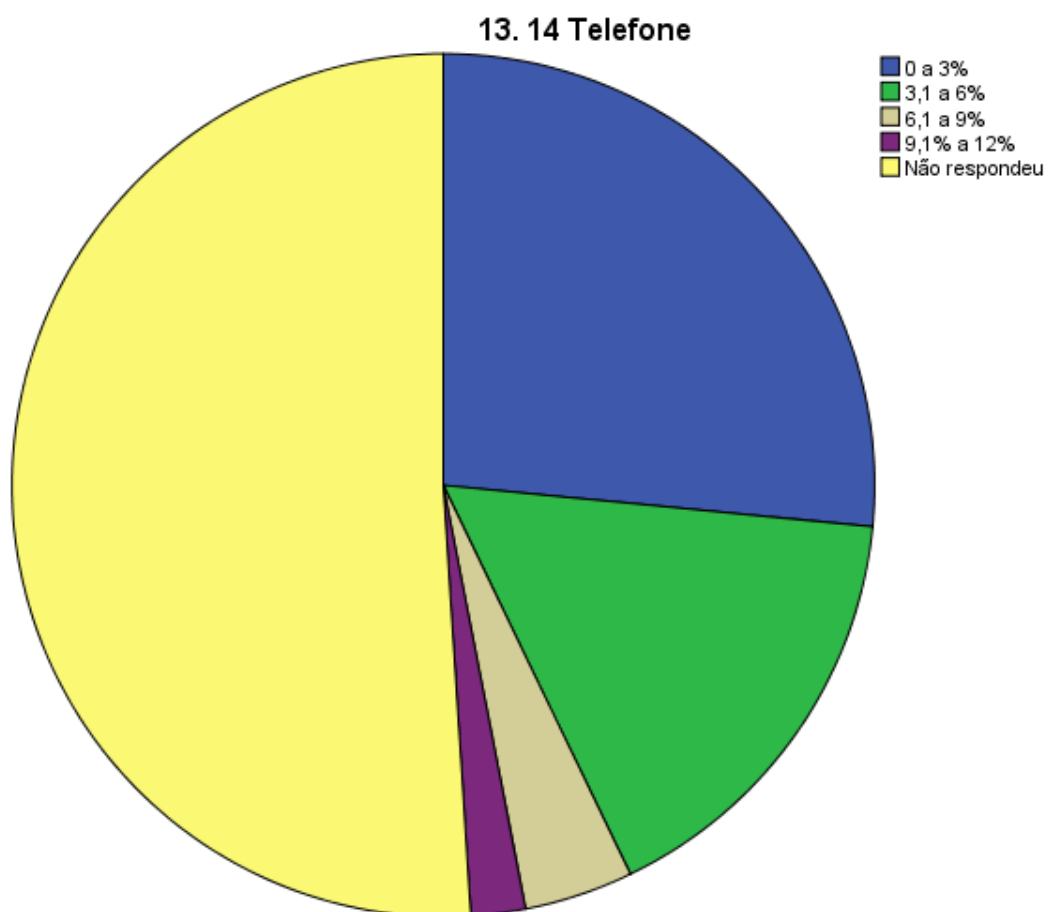
Frequência Estatística					
13. 13 – Cultura.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
13. 13 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Cultura.					
	Variação Percentual	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	0 a 2%	8	16,3	16,3	16,3
	2,1 a 4%	2	4,1	4,1	20,4
	4,1 a 6%	7	14,3	14,3	34,7
	8,1 a 10%	1	2,0	2,0	36,7
	Não respondeu	31	63,3	63,3	100,0
	Total		49	100,0	100,0



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXIII

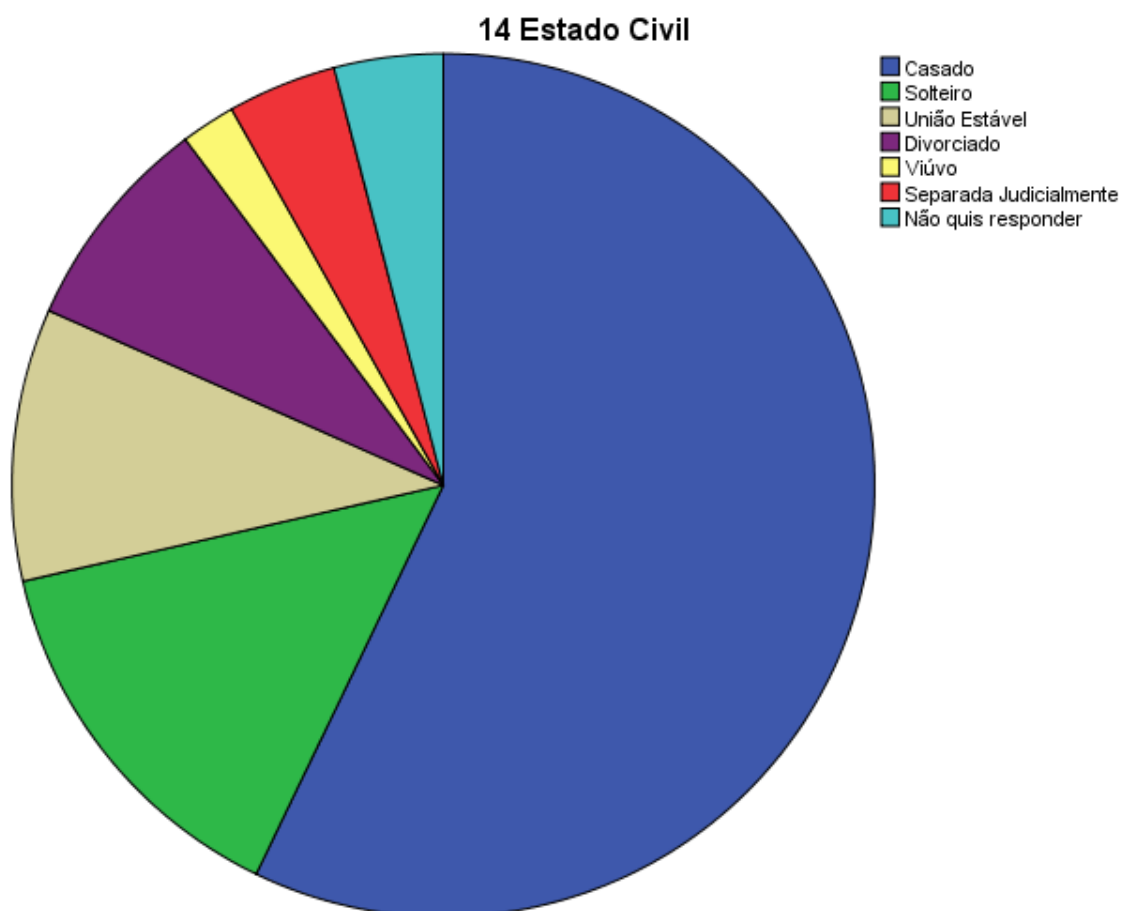
Frequência Estatística					
13. 14 – Telefone fixo.					
Nº.	Válidos	49			
	Inexistente	00			
13. 14 – Percentual de despesa em relação a sua renda pessoal total com Telefone fixo.					
	Variação %	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	0 a 3%	13	26,5	26,5	26,5
	3,1 a 6%	8	16,3	16,3	42,9
	6,1 a 9%	2	4,1	4,1	46,9
	9,1% a 12%	1	2,0	2,0	49,0
	Não respondeu	25	51,0	51,0	100,0
	Total		49	100,0	100,0



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXIV

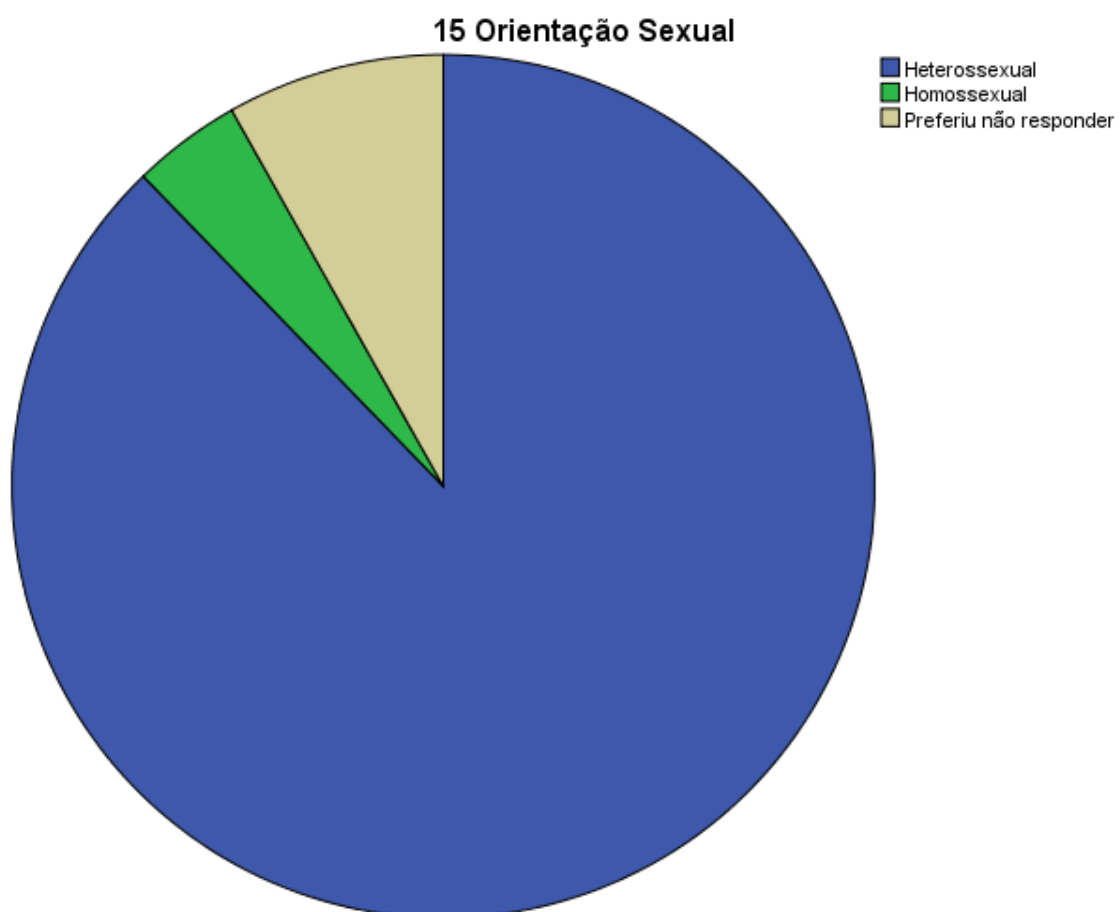
Frequência Estatística					
14 – Estado Civil.					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
14. Estado Civil.					
Opções		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Casado	28	57,1	57,1	57,1
	Solteiro	7	14,3	14,3	71,4
	União Estável	5	10,2	10,2	81,6
	Divorciado	4	8,2	8,2	89,8
	Viúvo	1	2,0	2,0	91,8
	Separada Judicialmente	2	4,1	4,1	95,9
	Não quis responder	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXV

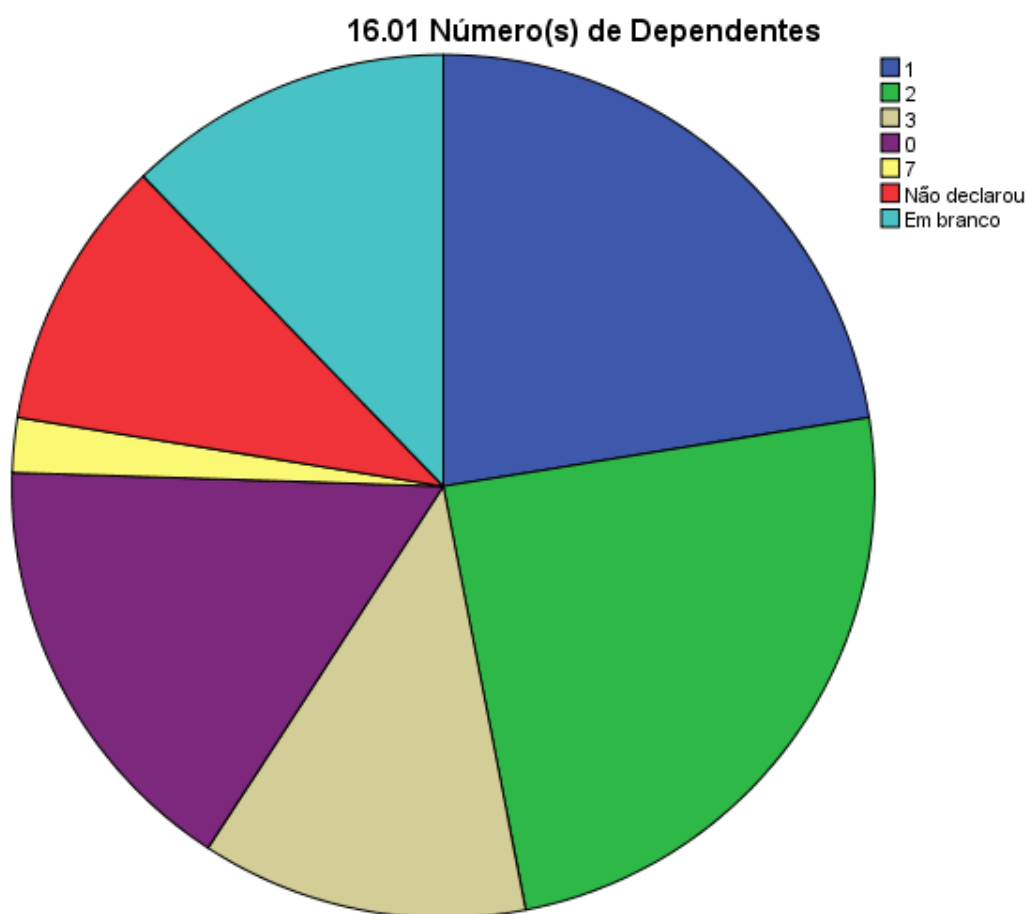
Frequência Estatística					
15 – Orientação Sexual.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
15. Orientação Sexual.					
Opções		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Heterossexual	43	87,8	87,8	87,8
	Homossexual	2	4,1	4,1	91,8
	Preferiu não responder	4	8,2	8,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXVI

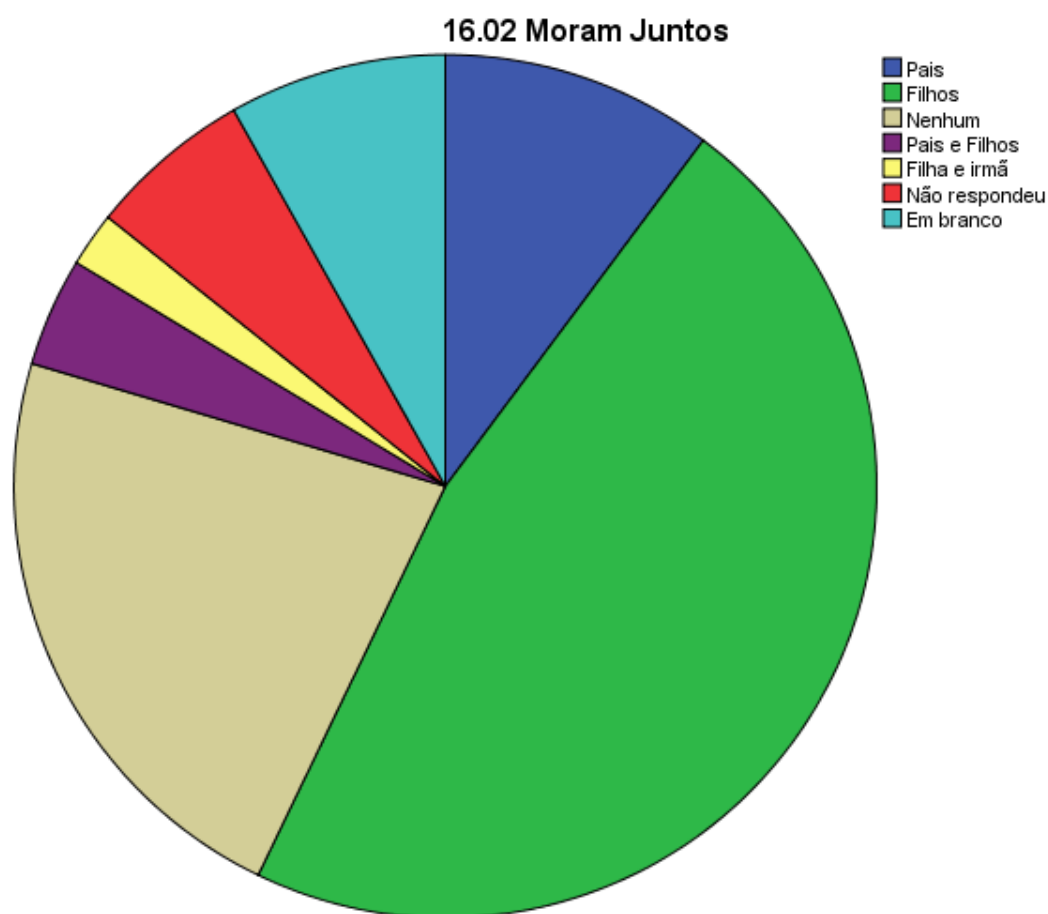
Frequência Estatística.						
16.01 – Número (s) de Dependente (s)						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
16.01 – Número (s) de Dependente (s)						
	Quantidade	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	1	11	22,4	22,4	22,4	
	2	12	24,5	24,5	46,9	
	3	6	12,2	12,2	59,2	
	0	8	16,3	16,3	75,5	
	7	1	2,0	2,0	77,6	
	Não declarou	5	10,2	10,2	87,8	
	Em branco	6	12,2	12,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXVII

Frequência Estatística.						
16.02 – Quais Dependentes Moram Juntos?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
16.02 – Quais Dependentes Moram Juntos?						
Grau de Parentesco		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Pais	5	10,2	10,2	10,2	
	Filhos	23	46,9	46,9	57,1	
	Nenhum	11	22,4	22,4	79,6	
	Pais e Filhos	2	4,1	4,1	83,7	
	Filha e irmã	1	2,0	2,0	85,7	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	91,8	
	Em branco	4	8,2	8,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

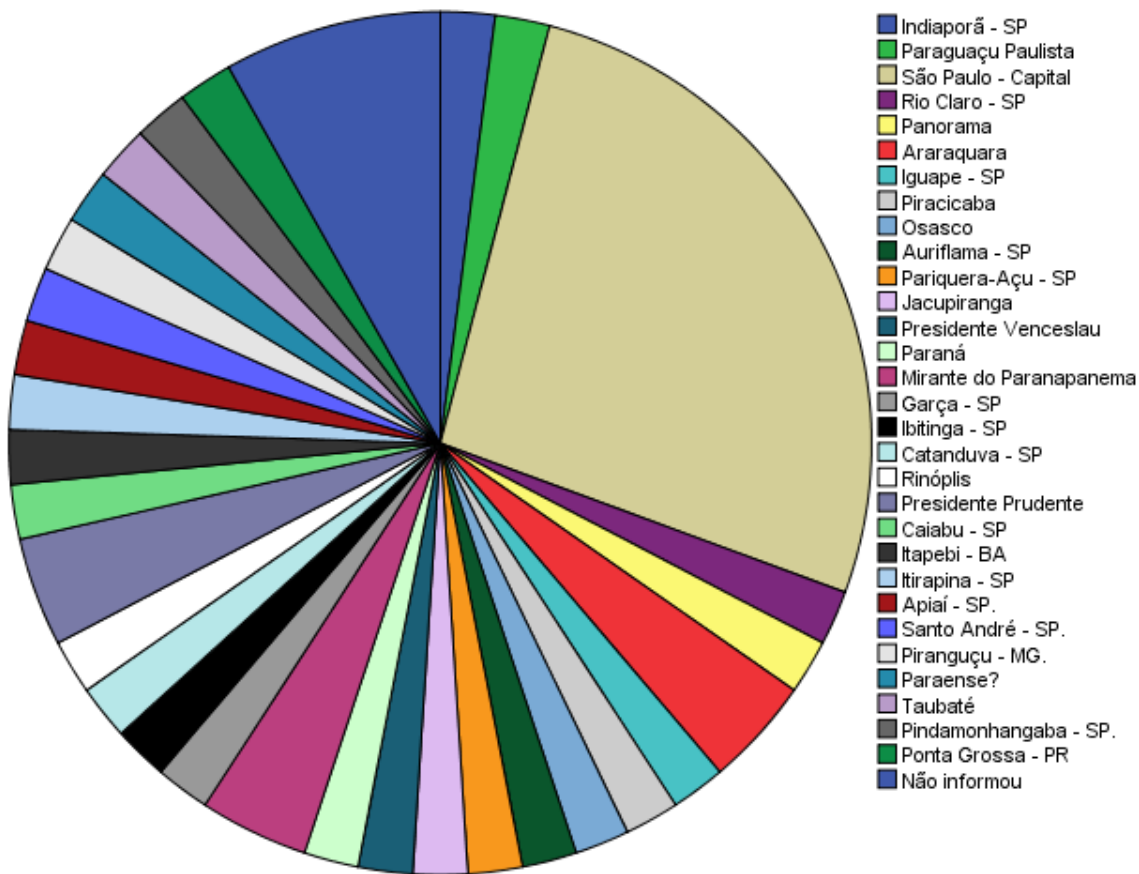


Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXVIII

Frequência Estatística.						
17. Naturalidade.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
17. Naturalidade.						
Cidades		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Indiaporã – SP.	1	2,0	2,0	2,0	
	Paraguaçu Paulista – SP.	1	2,0	2,0	4,1	
	São Paulo – Capital – SP.	13	26,5	26,5	30,6	
	Rio Claro – SP.	1	2,0	2,0	32,7	
	Panorama – SP.	1	2,0	2,0	34,7	
	Araraquara – SP.	2	4,1	4,1	38,8	
	Iguape – SP.	1	2,0	2,0	40,8	
	Piracicaba – SP.	1	2,0	2,0	42,9	
	Osasco – SP.	1	2,0	2,0	44,9	
	Auriflâma – SP.	1	2,0	2,0	46,9	
	Pariquera-Açu – SP.	1	2,0	2,0	49,0	
	Jacupiranga – SP.	1	2,0	2,0	51,0	
	Presidente Venceslau - SP	1	2,0	2,0	53,1	
	Estado do Paraná	1	2,0	2,0	55,1	
	Mirante do Paranapanema.	2	4,1	4,1	59,2	
	Garça – SP.	1	2,0	2,0	61,2	
	Ibitinga – SP.	1	2,0	2,0	63,3	
	Catanduva – SP.	1	2,0	2,0	65,3	
	Rinópolis – SP.	1	2,0	2,0	67,3	
	Presidente Prudente – SP.	2	4,1	4,1	71,4	
	Caiabu – SP.	1	2,0	2,0	73,5	
	Itapebi – BA.	1	2,0	2,0	75,5	
	Itirapina – SP.	1	2,0	2,0	77,6	
	Apiaí – SP.	1	2,0	2,0	79,6	
	Santo André – SP.	1	2,0	2,0	81,6	
	Piranguçu – MG.	1	2,0	2,0	83,7	
	Paraense?	1	2,0	2,0	85,7	
	Taubaté – SP.	1	2,0	2,0	87,8	
	Pindamonhangaba – SP.	1	2,0	2,0	89,8	
	Ponta Grossa – PR.	1	2,0	2,0	91,8	
Não informou	4	8,2	8,2	100,0		
Total		49	100,0	100,0		

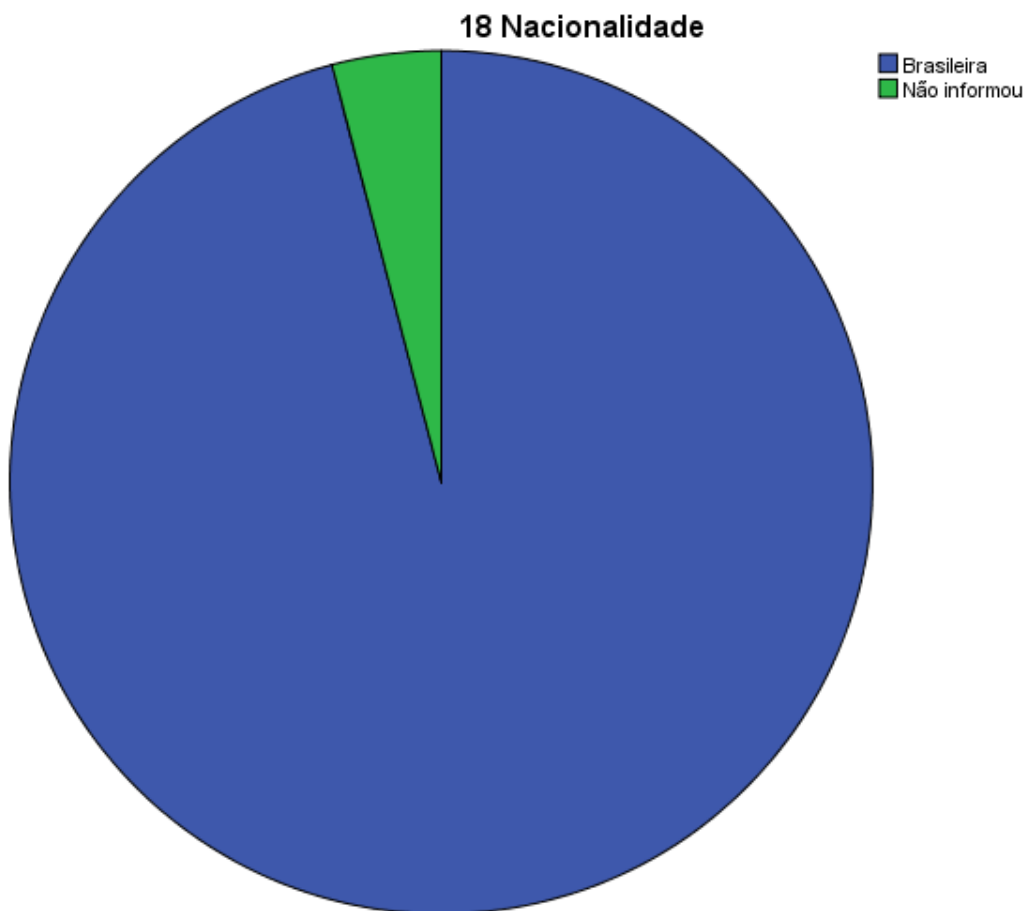
17 Naturalidade



Fonte: Própria, o autor

Tabela XXXIX

Frequência Estatística.						
18 – Nacionalidade.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
18. Nacionalidade.						
	País	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Brasileira	47	95,9	95,9	95,9	
	Não informou	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

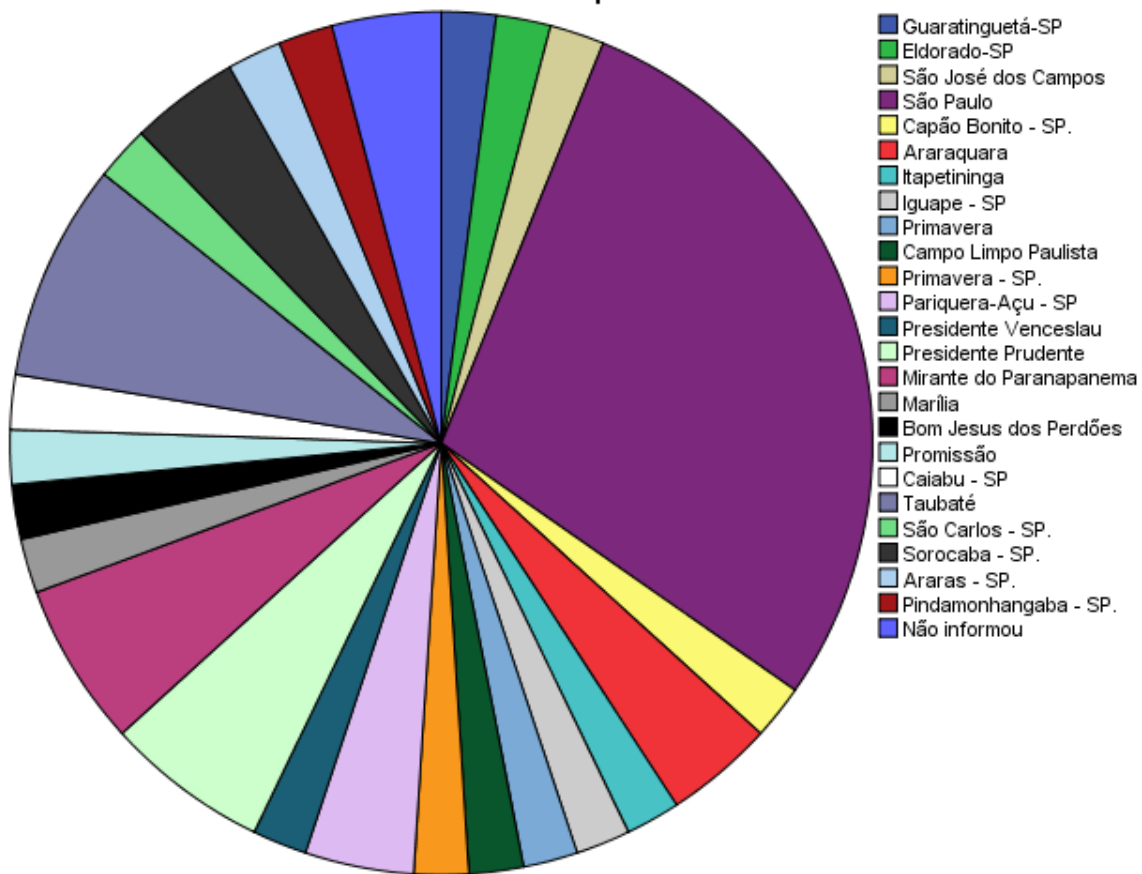


Fonte: Própria, o autor

Tabela XL

Frequência Estatística.					
19 – Cidade onde reside na atualidade?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
19. Cidade que reside na atualidade.					
	Cidades	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Guaratinguetá – SP.	1	2,0	2,0	2,0
	Eldorado – SP.	1	2,0	2,0	4,1
	São José dos Campos – SP.	1	2,0	2,0	6,1
	São Paulo – SP.	14	28,6	28,6	34,7
	Capão Bonito – SP.	1	2,0	2,0	36,7
	Araraquara – SP.	2	4,1	4,1	40,8
	Itapetininga – SP.	1	2,0	2,0	42,9
	Iguape – SP.	1	2,0	2,0	44,9
	Primavera – SP.	1	2,0	2,0	46,9
	Campo Limpo Paulista – SP.	1	2,0	2,0	49,0
	Primavera - SP.	1	2,0	2,0	51,0
	Pariquera-Açu – SP.	2	4,1	4,1	55,1
	Presidente Venceslau – SP.	1	2,0	2,0	57,1
	Presidente Prudente – SP.	3	6,1	6,1	63,3
	Mirante do Paranapanema	3	6,1	6,1	69,4
	Marília – SP.	1	2,0	2,0	71,4
	Bom Jesus dos Perdões	1	2,0	2,0	73,5
	Promissão – SP.	1	2,0	2,0	75,5
	Caiabu – SP.	1	2,0	2,0	77,6
	Taubaté – SP.	4	8,2	8,2	85,7
	São Carlos – SP.	1	2,0	2,0	87,8
	Sorocaba – SP.	2	4,1	4,1	91,8
	Araras – SP.	1	2,0	2,0	93,9
	Pindamonhangaba – SP.	1	2,0	2,0	95,9
Não informou	2	4,1	4,1	100,0	
Total		49	100,0	100,0	

19 Cidade que reside

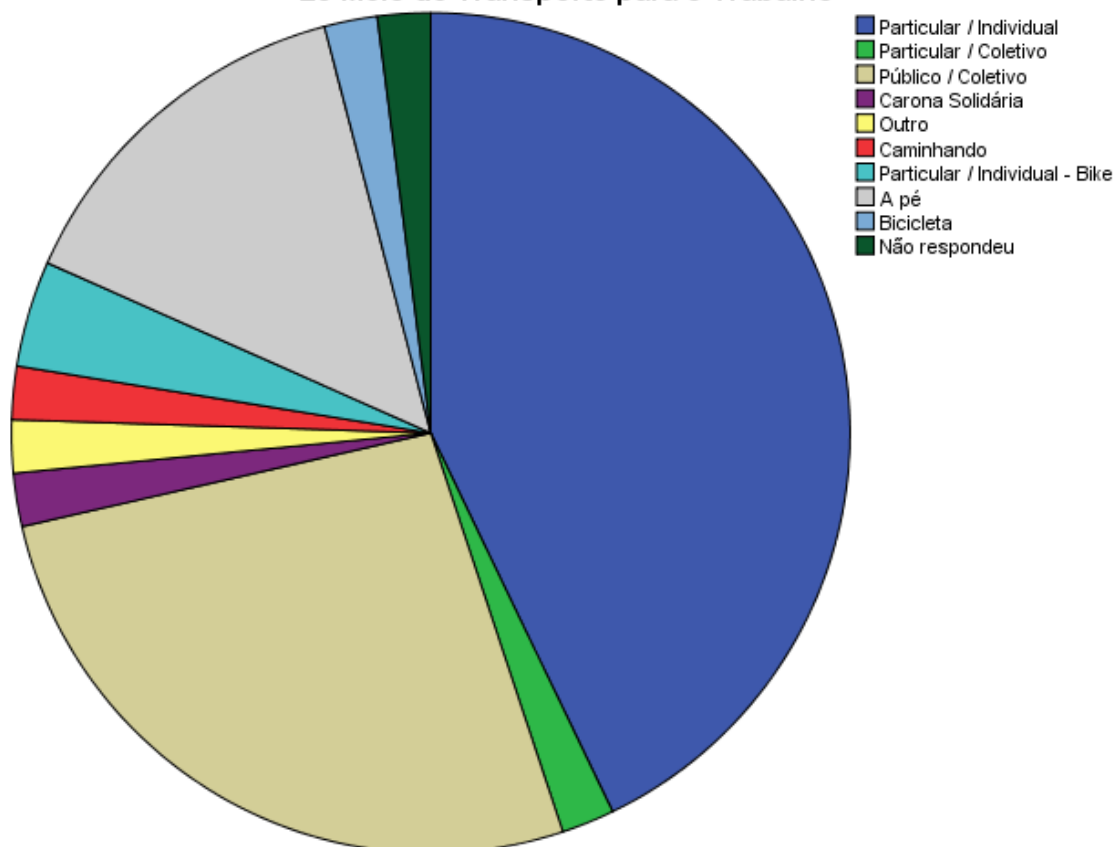


Fonte: Própria, o autor

Tabela XLI

Frequência Estatística.						
20 – Meio de Transporte utilizado para ir ao Trabalho						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
20. Meio de Transporte utilizado para ir ao Trabalho						
Modalidade		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Particular / Individual	21	42,9	42,9	42,9	
	Particular / Coletivo	1	2,0	2,0	44,9	
	Público / Coletivo	13	26,5	26,5	71,4	
	Carona Solidária	1	2,0	2,0	73,5	
	Outro	1	2,0	2,0	75,5	
	Caminhando	1	2,0	2,0	77,6	
	Particular / Individual - Bike	2	4,1	4,1	81,6	
	A pé	7	14,3	14,3	95,9	
	Bicicleta	1	2,0	2,0	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

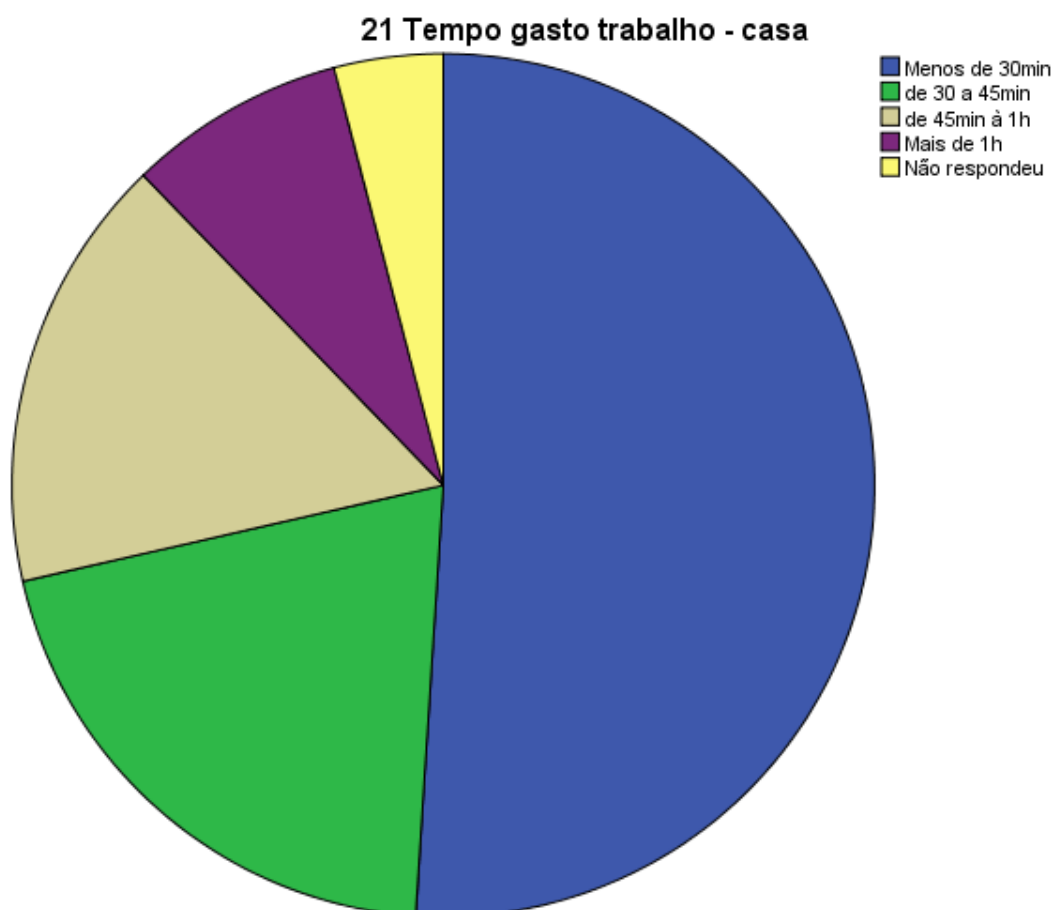
20 Meio de Transporte para o Trabalho



Fonte: Própria, o autor

Tabela XLII

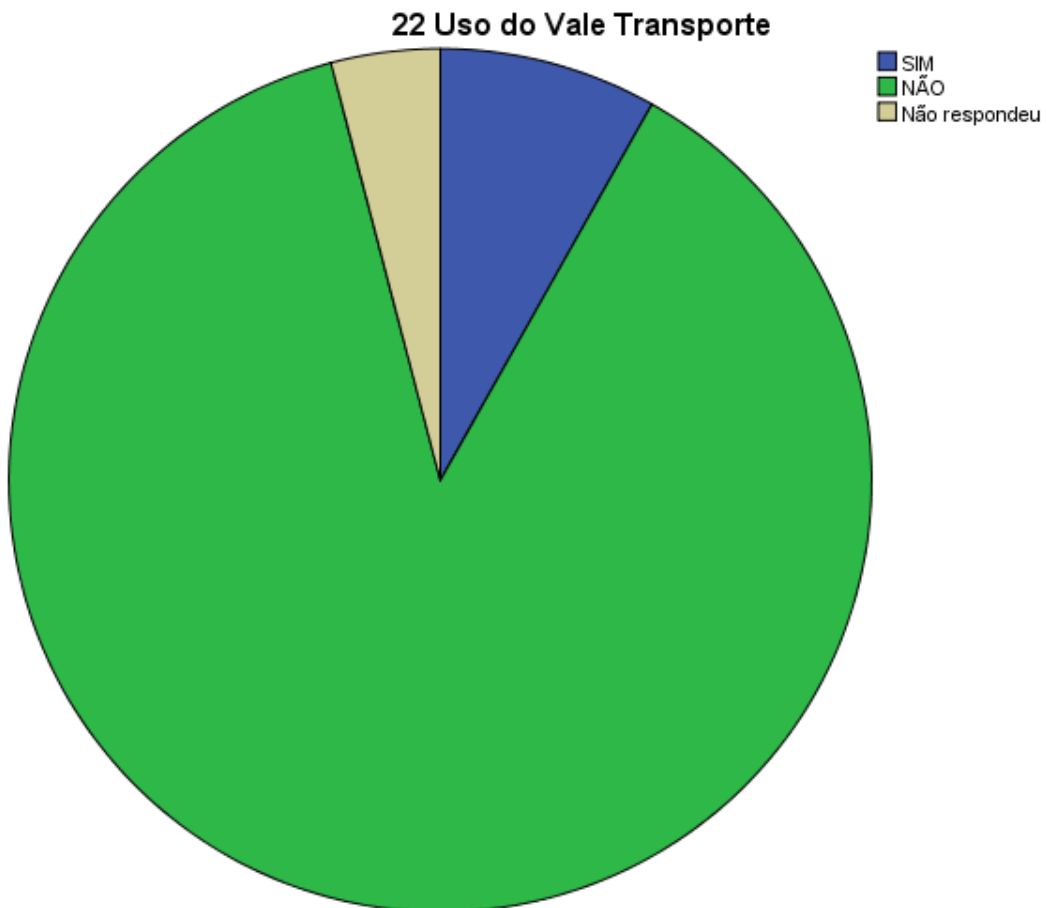
Frequência Estatística.						
21 - Tempo gasto do trabalho – casa.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
21. Tempo de deslocamento gasto da casa até o trabalho bem como do trabalho até a casa.						
	Duração	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Menos de 30min	25	51,0	51,0	51,0	
	de 30 a 45min	10	20,4	20,4	71,4	
	de 45min à 1h	8	16,3	16,3	87,8	
	Mais de 1h	4	8,2	8,2	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela XLIII

Frequência Estatística.						
22 – Uso do Vale Transporte.						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
22. Uso do Vale Transporte.						
	Opção	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	4	8,2	8,2	8,2	
	NÃO	43	87,8	87,8	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

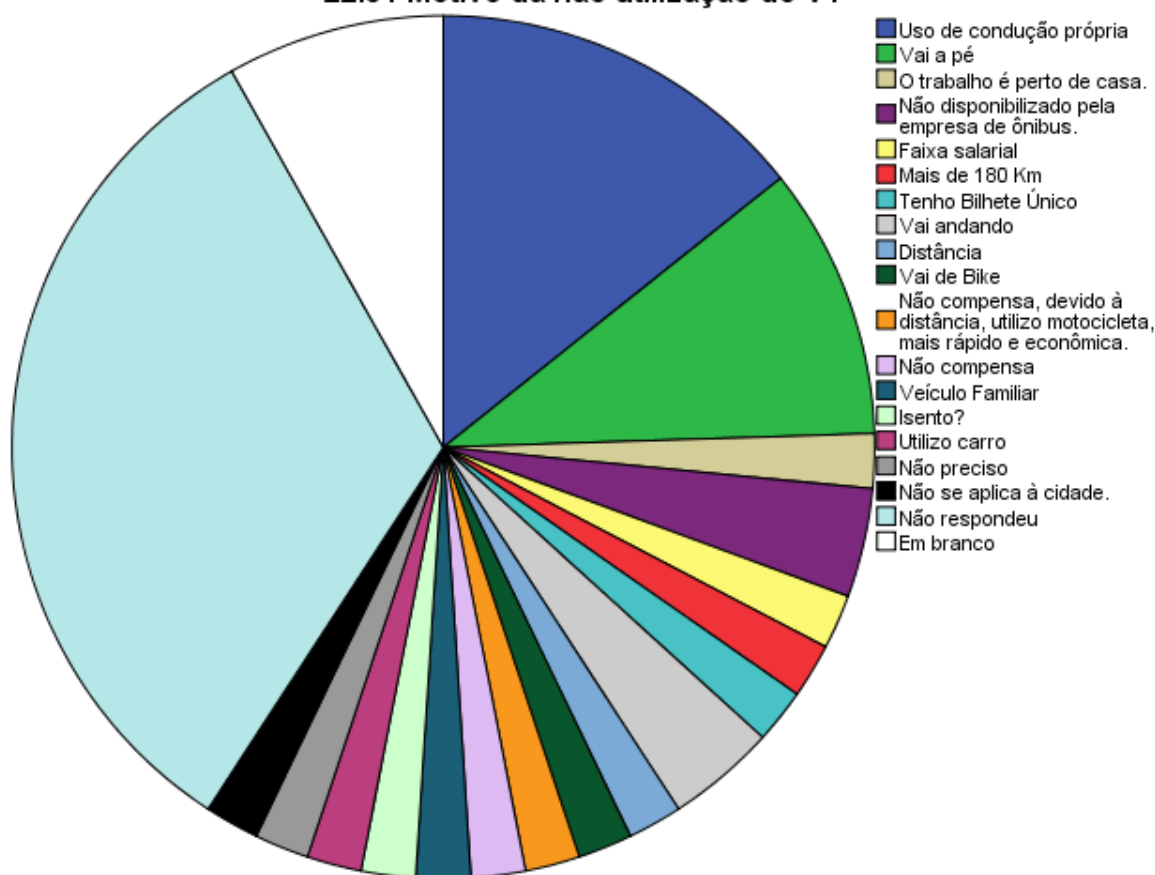


Fonte: Própria, o autor

Tabela XLIV

Frequência Estatística.				
22.01 – Motivo (s) da não utilização do VT				
Nº.	Válidos			49
	Inexistente			00
22.01 – Motivo (s) da não utilização do Vale Transporte – VT.				
	Justificativas	Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	Uso de condução própria	7	14,3	14,3
	Vai a pé	5	10,2	10,2
	O trabalho é perto de casa.	1	2,0	2,0
	Não disponibilizado pela empresa de ônibus.	2	4,1	4,1
	Faixa salarial	1	2,0	2,0
	Mais de 180 Km	1	2,0	2,0
	Tenho Bilhete Único	1	2,0	2,0
	Vai andando	2	4,1	4,1
	Distância	1	2,0	2,0
	Vai de Bike	1	2,0	2,0
	Não compensa, devido à distância, utilizo motocicleta, mais rápida e econômica.	1	2,0	2,0
	Não compensa	1	2,0	2,0
	Veículo Familiar	1	2,0	2,0
	Isento?	1	2,0	2,0
	Utilizo carro	1	2,0	2,0
	Não preciso	1	2,0	2,0
	Não se aplica à cidade.	1	2,0	2,0
	Não respondeu	16	32,7	32,7
	Em branco	4	8,2	8,2
	Total		49	100,0

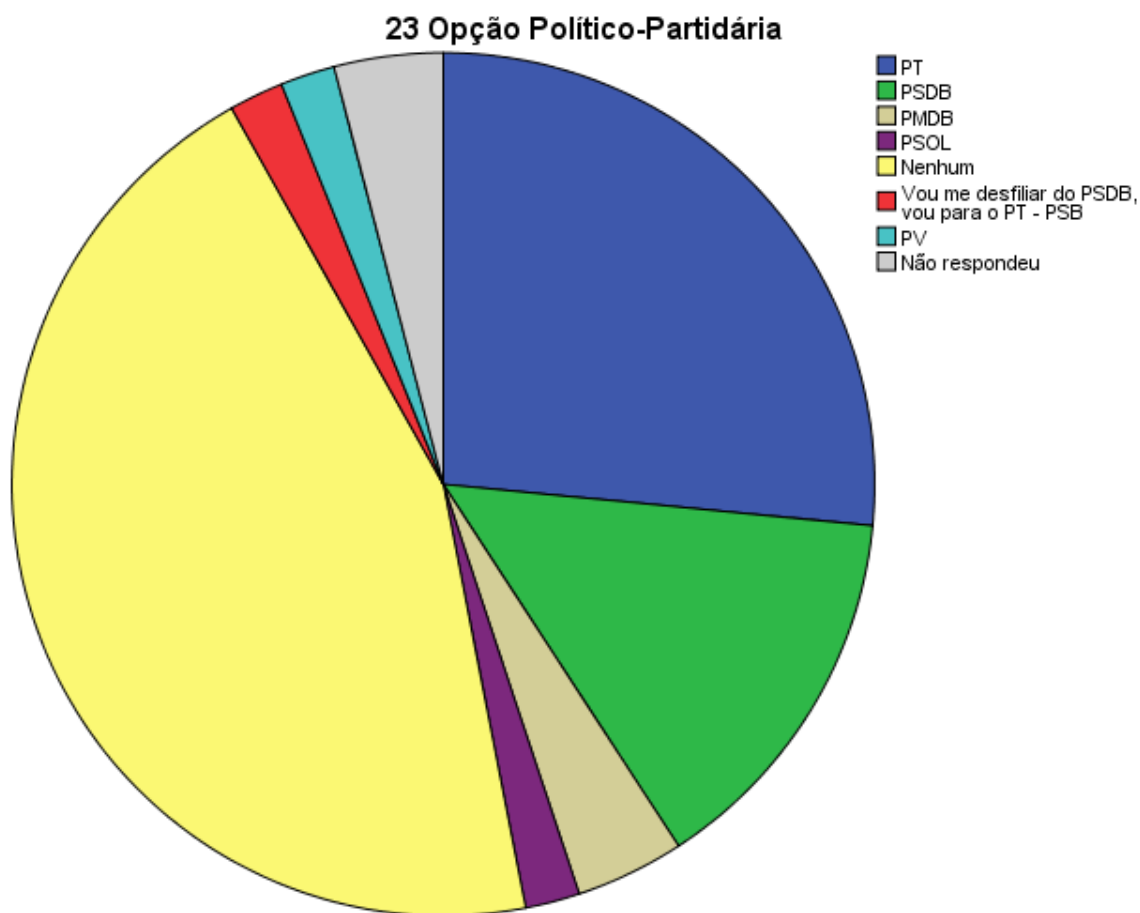
22.01 Motivo da não utilização do VT



Fonte: Própria, o autor

Tabela XLV

Frequência Estatística.					
23 – Opção Político-Partidária.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
23. Opção Político-Partidária					
Partidos Políticos		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	PT	13	26,5	26,5	26,5
	PSDB	7	14,3	14,3	40,8
	PMDB	2	4,1	4,1	44,9
	PSOL	1	2,0	2,0	46,9
	Nenhum	22	44,9	44,9	91,8
	Vou me desfiliar do PSDB, vou para o PT – PSB.	1	2,0	2,0	93,9
	PV	1	2,0	2,0	95,9
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

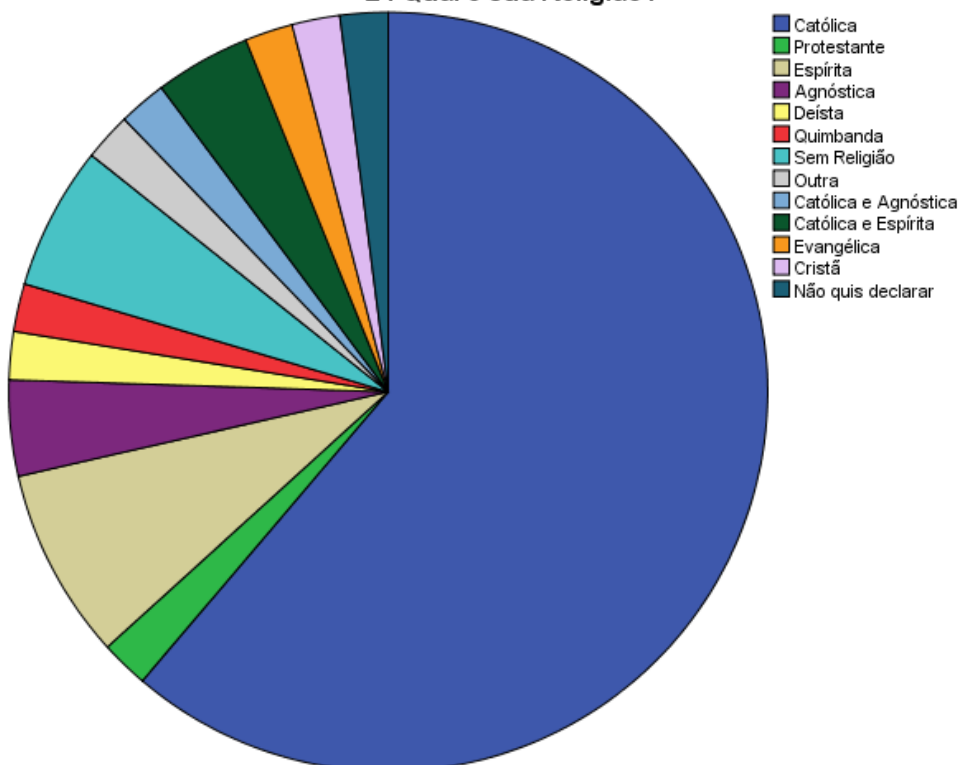


Fonte: Própria, o autor

Tabela XLVI

Frequência Estatística.						
24 – Qual é sua Religião?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
24 – Qual é sua Religião?						
Confissão Religiosa		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Católica	30	61,2	61,2	61,2	
	Protestante	1	2,0	2,0	63,3	
	Espírita	4	8,2	8,2	71,4	
	Agnóstica	2	4,1	4,1	75,5	
	Deísta	1	2,0	2,0	77,6	
	Quimbanda	1	2,0	2,0	79,6	
	Sem Religião	3	6,1	6,1	85,7	
	Outra	1	2,0	2,0	87,8	
	Católica e Agnóstica	1	2,0	2,0	89,8	
	Católica e Espírita	2	4,1	4,1	93,9	
	Evangélica	1	2,0	2,0	95,9	
	Cristã	1	2,0	2,0	98,0	
	Não quis declarar	1	2,0	2,0	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

24 Qual é sua Religião?

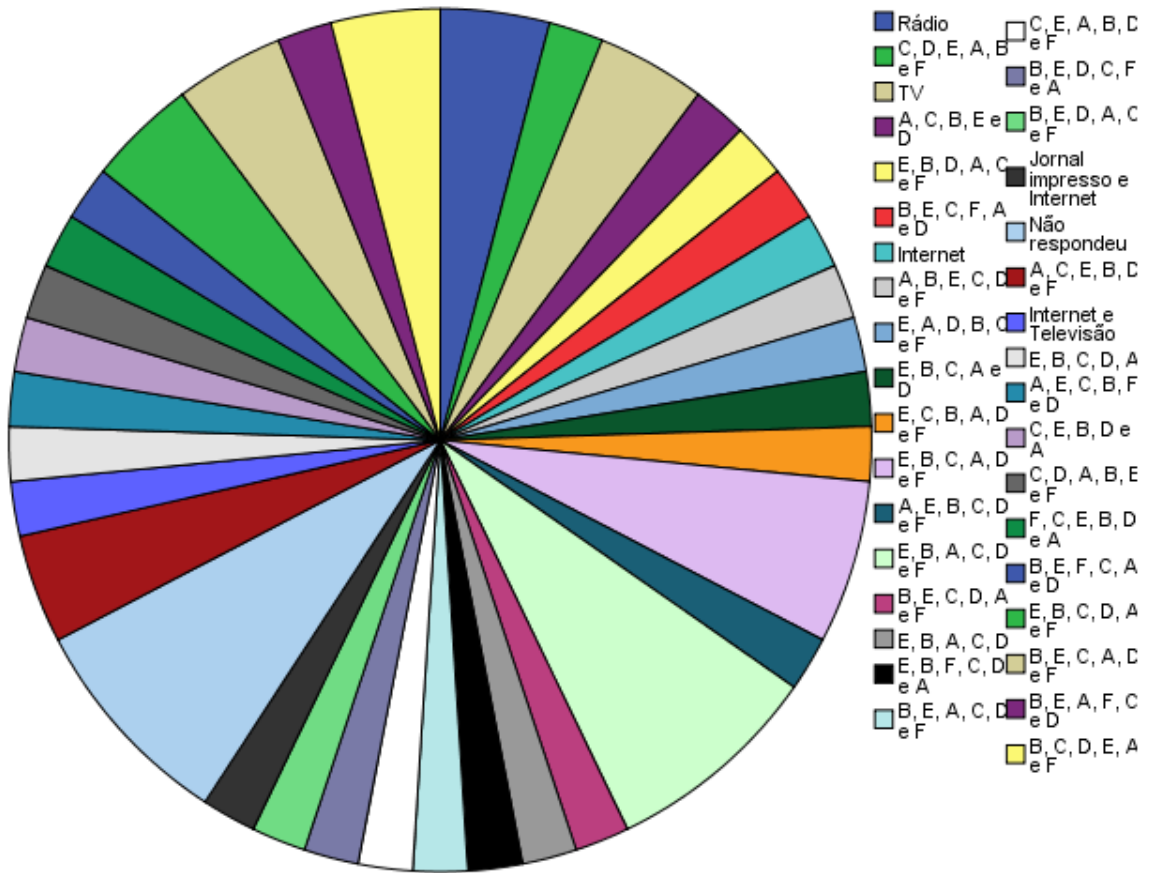


Fonte: Própria, o autor

Tabela XLVII
Frequência Estatística.

25 – Como você se informa sobre os acontecimentos locais?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
25 – Como você se informa sobre os acontecimentos locais?						
	Meios de Comunicação	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Rádio	2	4,1	4,1	4,1	
	C, D, E, A, B e F	1	2,0	2,0	6,1	
	TV	2	4,1	4,1	10,2	
	A, C, B, E e D	1	2,0	2,0	12,2	
	E, B, D, A, C e F	1	2,0	2,0	14,3	
	B, E, C, F, A e D	1	2,0	2,0	16,3	
	Internet	1	2,0	2,0	18,4	
	A, B, E, C, D e F	1	2,0	2,0	20,4	
	E, A, D, B, C e F	1	2,0	2,0	22,4	
	E, B, C, A e D	1	2,0	2,0	24,5	
	E, C, B, A, D e F	1	2,0	2,0	26,5	
	E, B, C, A, D e F	3	6,1	6,1	32,7	
	A, E, B, C, D e F	1	2,0	2,0	34,7	
	E, B, A, C, D e F	4	8,2	8,2	42,9	
	B, E, C, D, A e F	1	2,0	2,0	44,9	
	E, B, A, C, D	1	2,0	2,0	46,9	
	E, B, F, C, D e A	1	2,0	2,0	49,0	
	B, E, A, C, D e F	1	2,0	2,0	51,0	
	C, E, A, B, D e F	1	2,0	2,0	53,1	
	B, E, D, C, F e A	1	2,0	2,0	55,1	
	B, E, D, A, C e F	1	2,0	2,0	57,1	
	Jornal impresso e Internet	1	2,0	2,0	59,2	
	Não respondeu	4	8,2	8,2	67,3	
	A, C, E, B, D e F	2	4,1	4,1	71,4	
	Internet e Televisão	1	2,0	2,0	73,5	
	E, B, C, D, A	1	2,0	2,0	75,5	
	A, E, C, B, F e D	1	2,0	2,0	77,6	
	C, E, B, D e A	1	2,0	2,0	79,6	
	C, D, A, B, E e F	1	2,0	2,0	81,6	
	F, C, E, B, D e A	1	2,0	2,0	83,7	
	B, E, F, C, A e D	1	2,0	2,0	85,7	
	E, B, C, D, A e F	2	4,1	4,1	89,8	
	B, E, C, A, D e F	2	4,1	4,1	93,9	
B, E, A, F, C e D	1	2,0	2,0	95,9		
B, C, D, E, A e F	2	4,1	4,1	100,0		
Total		49	100,0	100,0		

25 Como você se informa sobre os acontecimentos locais

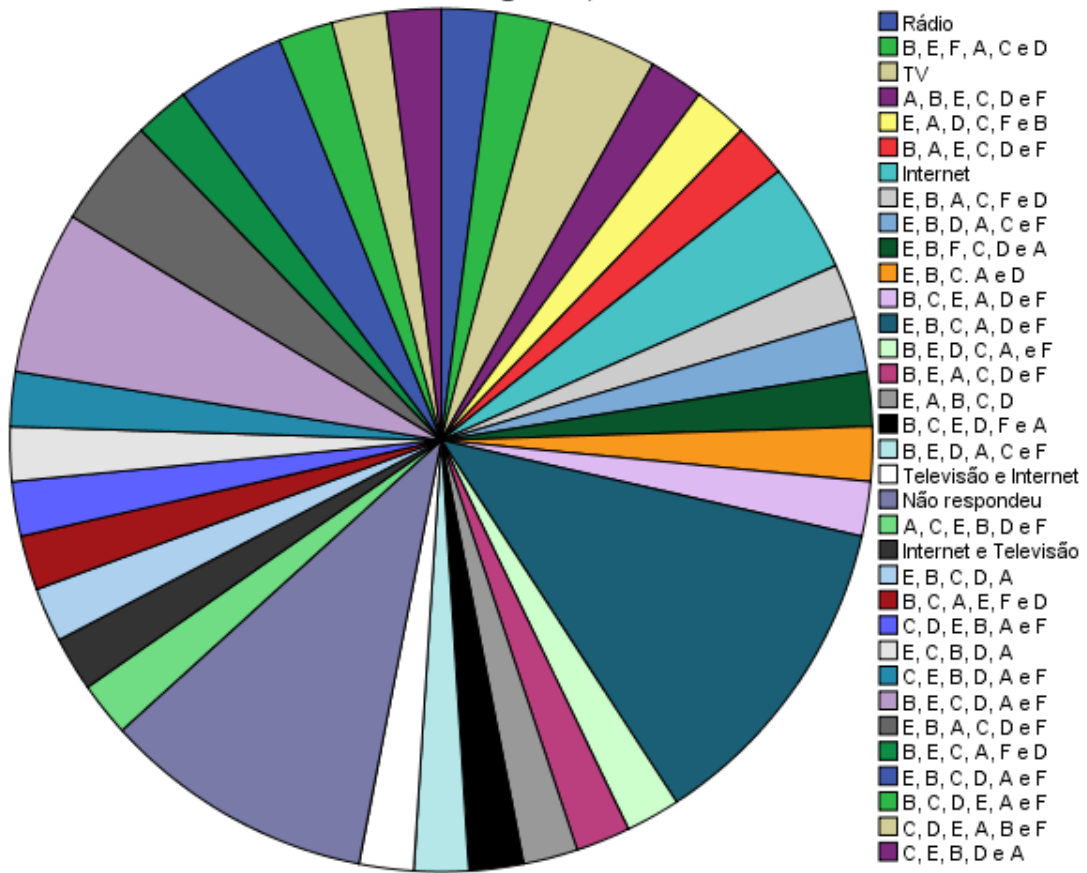


Fonte: Própria, o autor

Tabela XLVIII

Frequência Estatística.					
26 – Como você se informa regional, nacional e internacionalmente?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
26 – Como você se informa regional, nacional e internacionalmente?					
Meios de Comunicação		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Rádio	1	2,0	2,0	2,0
	B, E, F, A, C e D	1	2,0	2,0	4,1
	TV	2	4,1	4,1	8,2
	A, B, E, C, D e F	1	2,0	2,0	10,2
	E, A, D, C, F e B	1	2,0	2,0	12,2
	B, A, E, C, D e F	1	2,0	2,0	14,3
	Internet	2	4,1	4,1	18,4
	E, B, A, C, F e D	1	2,0	2,0	20,4
	E, B, D, A, C e F	1	2,0	2,0	22,4
	E, B, F, C, D e A	1	2,0	2,0	24,5
	E, B, C, A e D	1	2,0	2,0	26,5
	B, C, E, A, D e F	1	2,0	2,0	28,6
	E, B, C, A, D e F	6	12,2	12,2	40,8
	B, E, D, C, A, e F	1	2,0	2,0	42,9
	B, E, A, C, D e F	1	2,0	2,0	44,9
	E, A, B, C, D	1	2,0	2,0	46,9
	B, C, E, D, F e A	1	2,0	2,0	49,0
	B, E, D, A, C e F	1	2,0	2,0	51,0
	Televisão e Internet	1	2,0	2,0	53,1
	Não respondeu	5	10,2	10,2	63,3
	A, C, E, B, D e F	1	2,0	2,0	65,3
	Internet e Televisão	1	2,0	2,0	67,3
	E, B, C, D, A	1	2,0	2,0	69,4
	B, C, A, E, F e D	1	2,0	2,0	71,4
	C, D, E, B, A e F	1	2,0	2,0	73,5
	E, C, B, D, A	1	2,0	2,0	75,5
	C, E, B, D, A e F	1	2,0	2,0	77,6
	B, E, C, D, A e F	3	6,1	6,1	83,7
	E, B, A, C, D e F	2	4,1	4,1	87,8
	B, E, C, A, F e D	1	2,0	2,0	89,8
	E, B, C, D, A e F	2	4,1	4,1	93,9
	B, C, D, E, A e F	1	2,0	2,0	95,9
	C, D, E, A, B e F	1	2,0	2,0	98,0
C, E, B, D e A	1	2,0	2,0	100,0	
Total		49	100,0	100,0	

26 Como vc se informa regional, nacional e internacionalmente

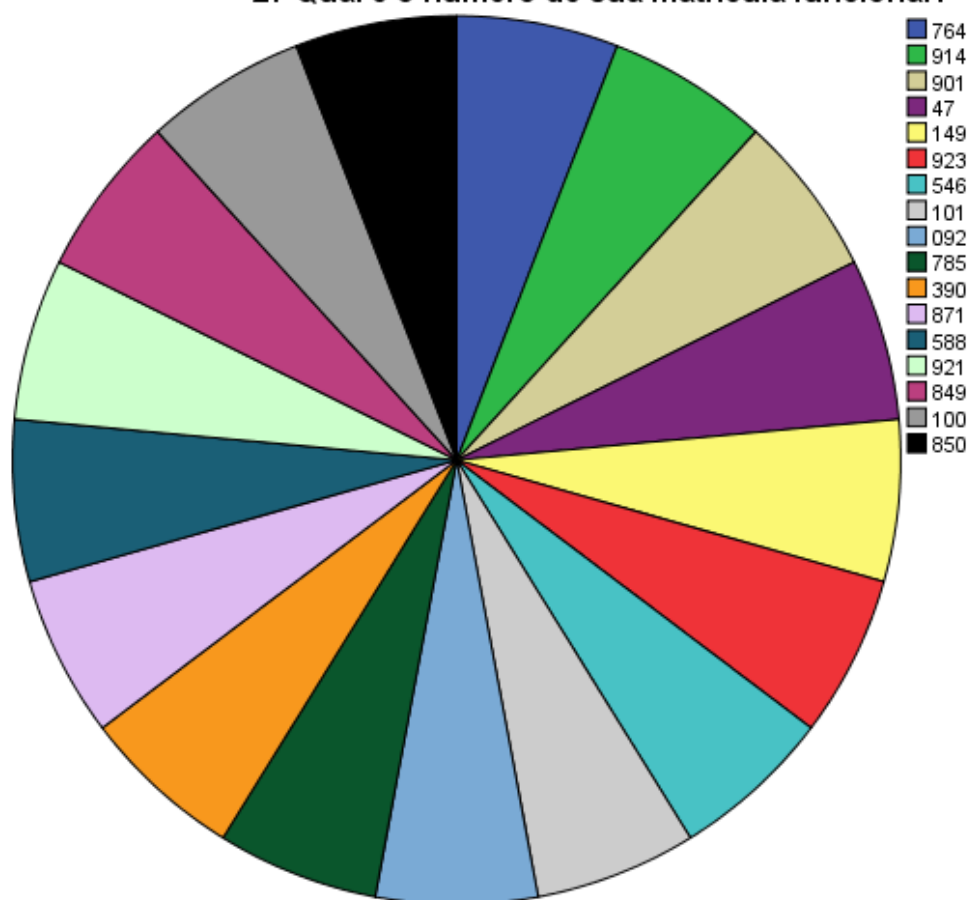


Fonte: Própria, o autor

Tabela XLIX

Frequência Estatística					
27 – Qual é o número de sua matrícula funcional?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
27 – Qual é o número de sua matrícula funcional?					
Matrículas	Frequência	Percentuais	Percentuais Válidos	Percentuais Acumulados	
Válidos	764	1	5,9	5,9	5,9
	914	1	5,9	5,9	11,8
	901	1	5,9	5,9	17,6
	047	1	5,9	5,9	23,5
	149	1	5,9	5,9	29,4
	923	1	5,9	5,9	35,3
	546	1	5,9	5,9	41,2
	101	1	5,9	5,9	47,1
	092	1	5,9	5,9	52,9
	785	1	5,9	5,9	58,8
	390	1	5,9	5,9	64,7
	871	1	5,9	5,9	70,6
	588	1	5,9	5,9	76,5
	921	1	5,9	5,9	82,4
	849	1	5,9	5,9	88,2
	100	1	5,9	5,9	94,1
	850	1	5,9	5,9	100,0
Total	17	100,0	100,0		

27 Qual é o número de sua matrícula funcional?

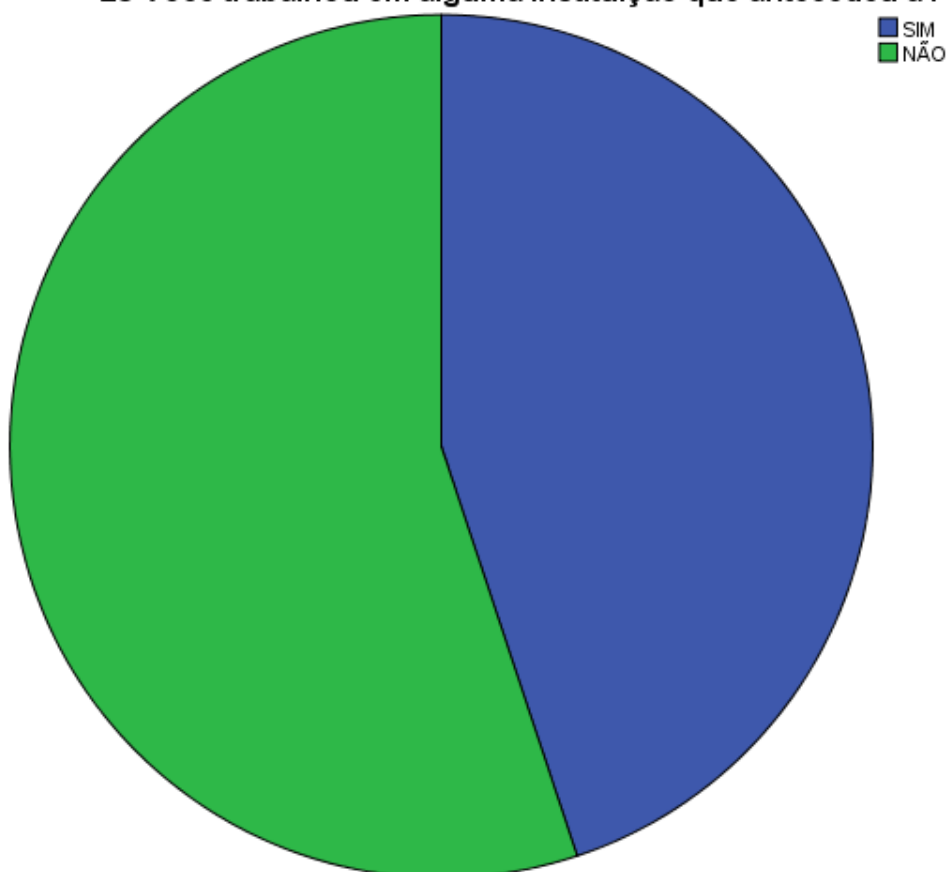


Fonte: Própria, o autor

Tabela L

Frequência Estatística					
28 – Você trabalhou em alguma instituição que antecedeu a F. ITESP?					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
28 – Você trabalhou em alguma instituição que antecedeu a F. ITESP?					
	Opção	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	22	44,9	44,9	44,9
	NÃO	27	55,1	55,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

28 Você trabalhou em alguma instituição que antecedeu a F-ITESP?

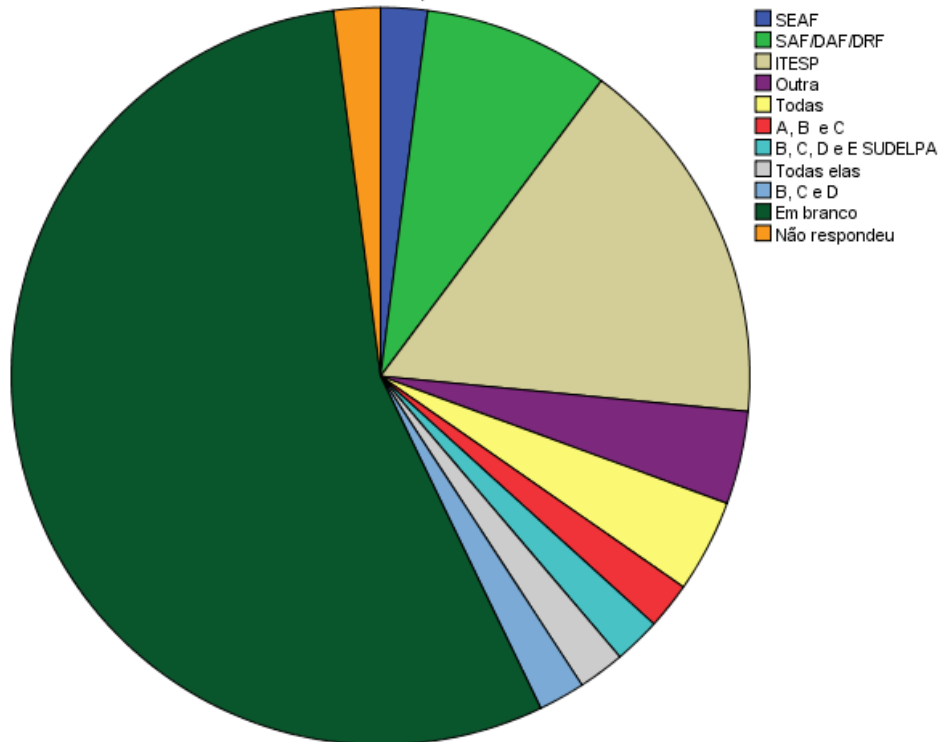


Fonte: Própria, o autor

Tabela LI

Frequência Estatística						
29 – Se SIM, trabalhou, assinale uma ou mais!						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
29 – Se SIM, trabalhou assinale uma ou mais.						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SEAF	1	2,0	2,0	2,0	
	SAF/DAF/DRF	4	8,2	8,2	10,2	
	ITESP	8	16,3	16,3	26,5	
	Outra	2	4,1	4,1	30,6	
	Todas	2	4,1	4,1	34,7	
	A, B e C	1	2,0	2,0	36,7	
	B, C, D e E SUDELPA	1	2,0	2,0	38,8	
	Todas elas	1	2,0	2,0	40,8	
	B, C e D	1	2,0	2,0	42,9	
	Em branco	27	55,1	55,1	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

29 Se SIM, assinale uma ou mais!

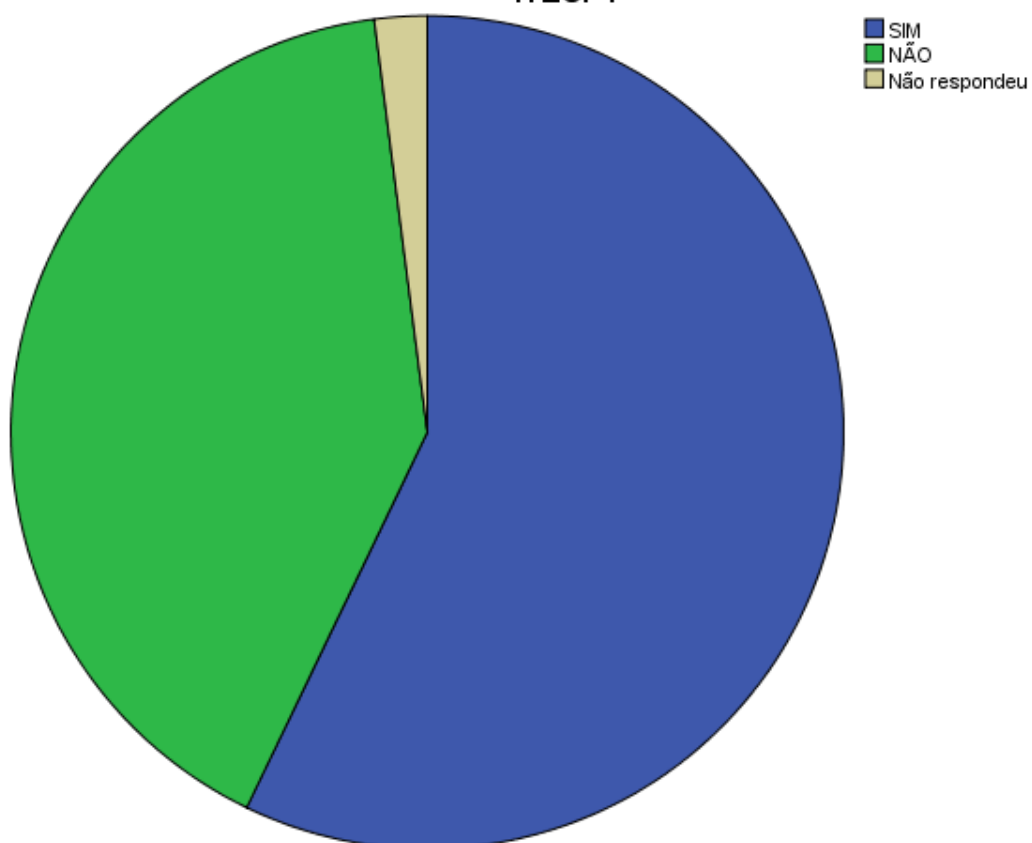


Fonte: Própria, o autor

Tabela LII

Frequência Estatística						
30 – Você trabalhou em algum outro órgão público antes do seu ingresso na F. ITESP?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
30 – Você trabalhou em algum outro órgão público antes do seu ingresso na F-ITESP?						
	Opção	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	28	57,1	57,1	57,1	
	NÃO	20	40,8	40,8	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

30 Você trabalhou em algum outro órgão público antes do seu ingresso na F-ITESP?

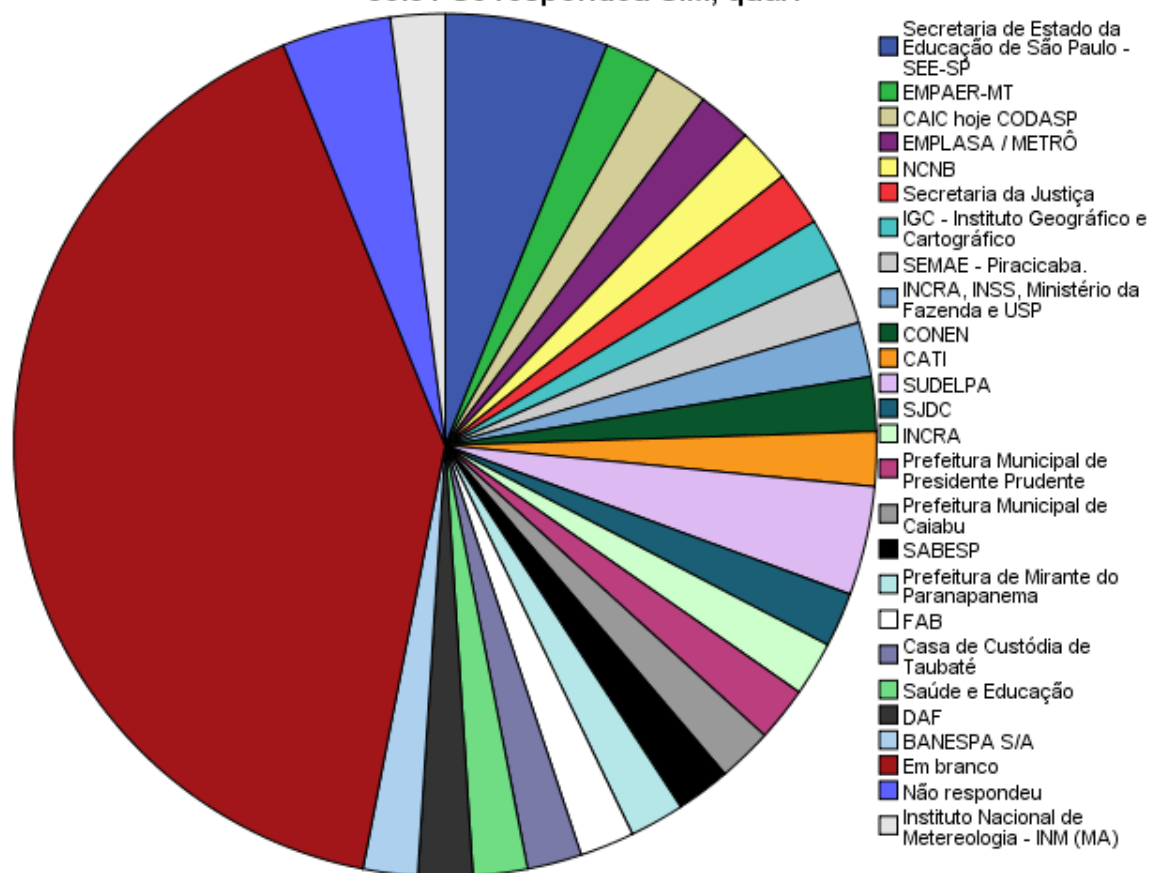


Fonte: Própria, o autor

Tabela LIII

Frequência Estatística						
30.01 – Se respondeu SIM, trabalhou, qual o nome do órgão público?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
30.01 – Se respondeu SIM, trabalhou, qual o nome do órgão público?						
Nome da Instituição		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Sec. de Es. da Educação SEE – SP.	3	6,1	6,1	6,1	
	EMPAER-MT	1	2,0	2,0	8,2	
	CAIC hoje CODASP	1	2,0	2,0	10,2	
	EMPLASA / METRÔ	1	2,0	2,0	12,2	
	NCNB	1	2,0	2,0	14,3	
	Secretaria da Justiça	1	2,0	2,0	16,3	
	IGC - Instituto Geográfico e Cartográ	1	2,0	2,0	18,4	
	SEMAE - Piracicaba.	1	2,0	2,0	20,4	
	INCRA, INSS, M da Fazenda e USP	1	2,0	2,0	22,4	
	CONEN	1	2,0	2,0	24,5	
	CATI	1	2,0	2,0	26,5	
	SUDELPA	2	4,1	4,1	30,6	
	SJDC	1	2,0	2,0	32,7	
	INCRA	1	2,0	2,0	34,7	
	Prefeitura M de Presidente Prudente	1	2,0	2,0	36,7	
	Prefeitura Municipal de Caiabu	1	2,0	2,0	38,8	
	SABESP	1	2,0	2,0	40,8	
	Prefeitura M de Mirante do Paranapa	1	2,0	2,0	42,9	
	FAB	1	2,0	2,0	44,9	
	Casa de Custódia de Taubaté	1	2,0	2,0	46,9	
	Saúde e Educação	1	2,0	2,0	49,0	
	DAF	1	2,0	2,0	51,0	
	BANESPA S/A	1	2,0	2,0	53,1	
Em branco	20	40,8	40,8	93,9		
Não respondeu	2	4,1	4,1	98,0		
Instituto Nacional de Metereologia – INM (MA)	1	2,0	2,0	100,0		
Total	49	100,0	100,0			

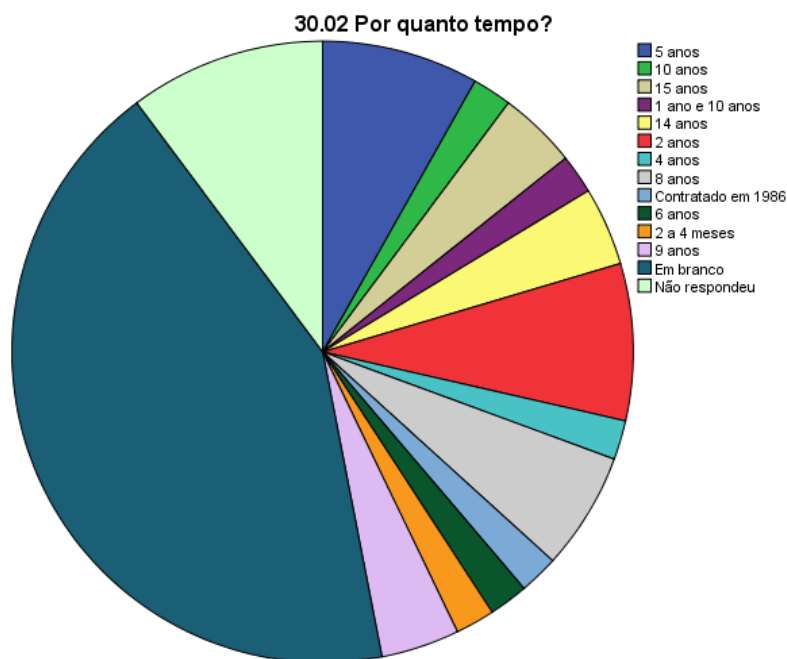
30.01 Se respondeu SIM, qual?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LIV

Frequência Estatística						
30.02 – Por quanto tempo trabalhou noutro órgão público?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
30.02 – Por quanto tempo trabalhou noutro órgão público?						
Quantidade de meses/anos		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	5 anos	4	8,2	8,2	8,2	
	10 anos	1	2,0	2,0	10,2	
	15 anos	2	4,1	4,1	14,3	
	1 ano e 10 anos	1	2,0	2,0	16,3	
	14 anos	2	4,1	4,1	20,4	
	2 anos	4	8,2	8,2	28,6	
	4 anos	1	2,0	2,0	30,6	
	8 anos	3	6,1	6,1	36,7	
	Contratado em 1986	1	2,0	2,0	38,8	
	6 anos	1	2,0	2,0	40,8	
	2 a 4 meses	1	2,0	2,0	42,9	
	9 anos	2	4,1	4,1	46,9	
	Em branco	21	42,9	42,9	89,8	
	Não respondeu	5	10,2	10,2	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

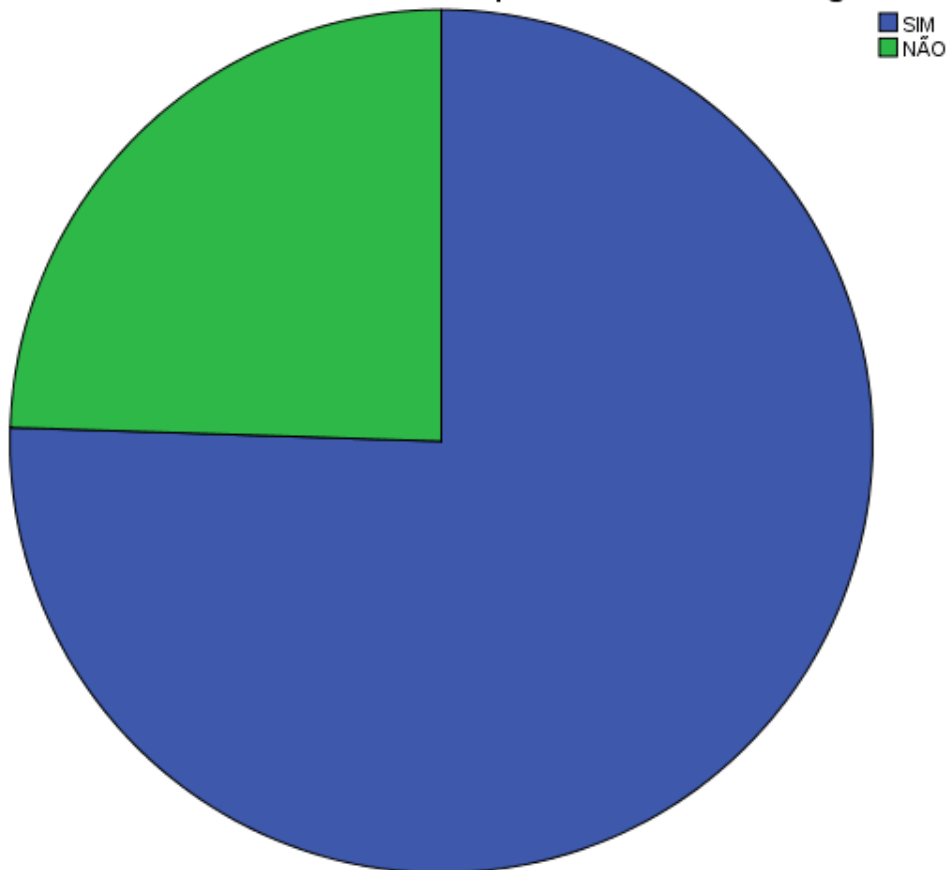


Fonte: Própria, o autor

Tabela LV

Frequência Estatística					
31 – Você trabalhou na iniciativa privada antes do seu ingresso na F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
31 – Você trabalhou na iniciativa privada antes do seu ingresso na F. ITESP?					
Opção		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	37	75,5	75,5	75,5
	NÃO	12	24,5	24,5	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

31 Você trabalhou na iniciativa privada antes do seu ingresso na F-ITESP?

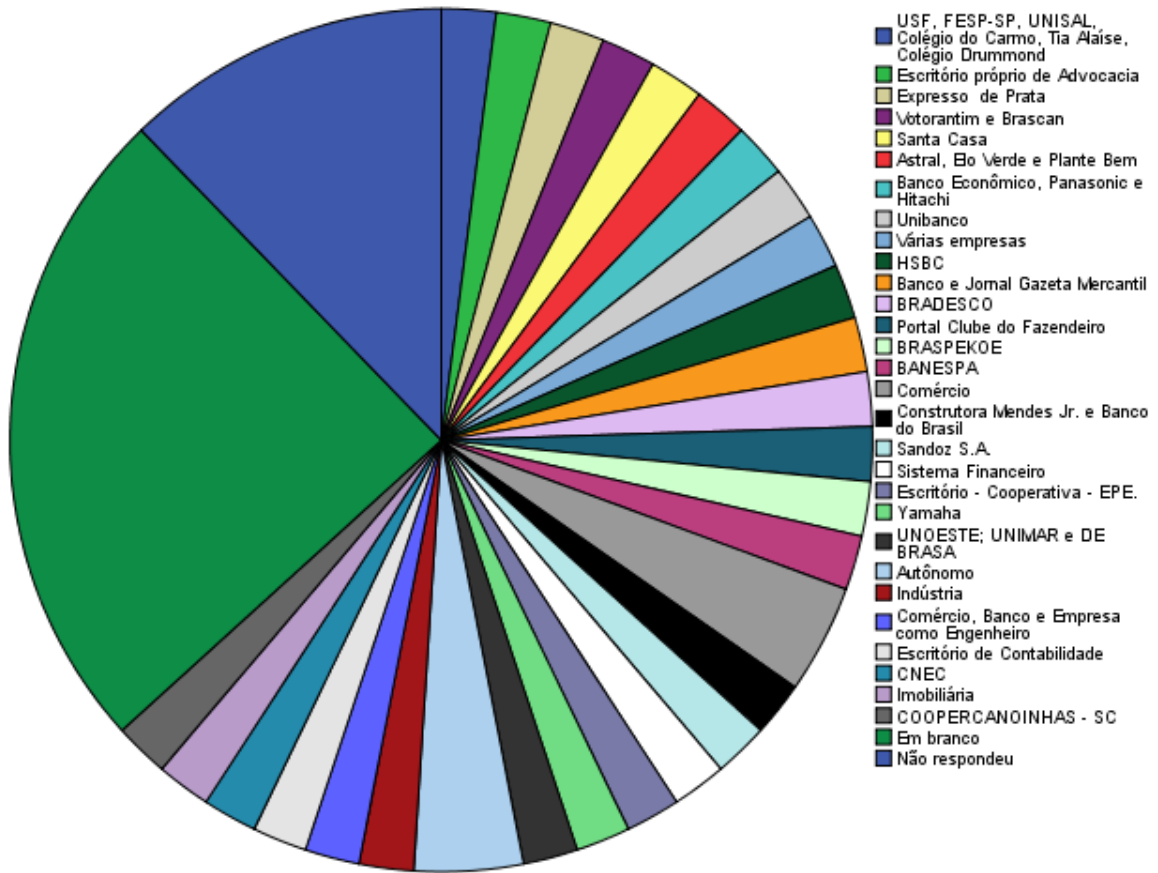


Fonte: Própria, o autor

Tabela LVI

Frequência Estatística						
31.01 – Qual o nome dela [Empresa Privada]?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
31.01 – Qual o nome dela [empresa privada]?						
	Instituição	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	USF, FESP-SP, UNISAL, Colégio do Carmo, Tia Aláise, Colégio Drummond	1	2,0	2,0	2,0	
	Escritório próprio de Advocacia	1	2,0	2,0	4,1	
	Expresso de Prata	1	2,0	2,0	6,1	
	Votorantim e Brascan	1	2,0	2,0	8,2	
	Santa Casa	1	2,0	2,0	10,2	
	Astral, Elo Verde e Plante Bem	1	2,0	2,0	12,2	
	Banco Econômico, Panasonic e Hitachi	1	2,0	2,0	14,3	
	Unibanco	1	2,0	2,0	16,3	
	Várias empresas	1	2,0	2,0	18,4	
	HSBC	1	2,0	2,0	20,4	
	Banco e Jornal Gazeta Mercantil	1	2,0	2,0	22,4	
	BRDESCO	1	2,0	2,0	24,5	
	Portal Clube do Fazendeiro	1	2,0	2,0	26,5	
	BRASPEKOE	1	2,0	2,0	28,6	
	BANESPA	1	2,0	2,0	30,6	
	Comércio	2	4,1	4,1	34,7	
	Construtora Mendes Jr. e Banco do Brasil	1	2,0	2,0	36,7	
	Sandoz S.A.	1	2,0	2,0	38,8	
	Sistema Financeiro	1	2,0	2,0	40,8	
	Escritório - Cooperativa - EPE.	1	2,0	2,0	42,9	
	Yamaha	1	2,0	2,0	44,9	
	UNOESTE; UNIMAR e DE BRASA	1	2,0	2,0	46,9	
	Autônomo	2	4,1	4,1	51,0	
	Indústria	1	2,0	2,0	53,1	
	Comércio, Banco e Empresa como Engenheiro	1	2,0	2,0	55,1	
	Escritório de Contabilidade	1	2,0	2,0	57,1	
	CNEC	1	2,0	2,0	59,2	
	Imobiliária	1	2,0	2,0	61,2	
	COOPERCANOINHAS - SC	1	2,0	2,0	63,3	
	Em branco	12	24,5	24,5	87,8	
	Não respondeu	6	12,2	12,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

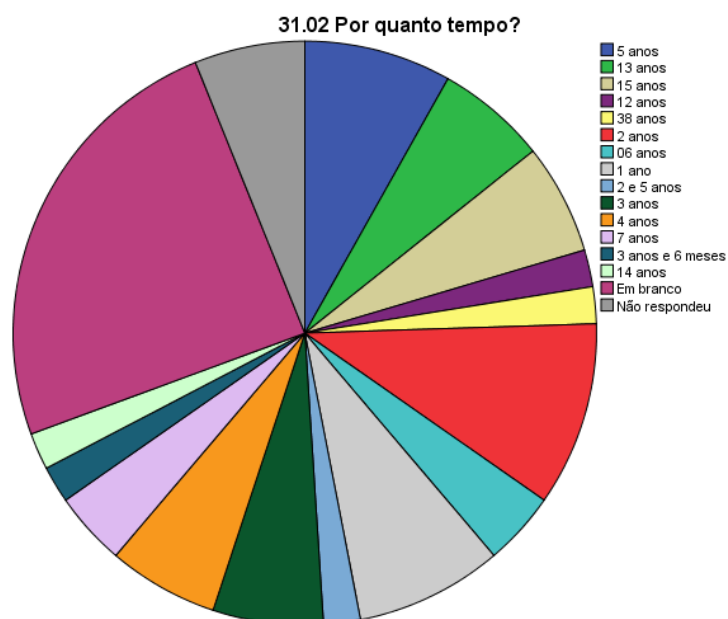
31.01 Qual o nome dela?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LVII

Frequência Estatística						
31.02 – Por quanto tempo trabalhou na iniciativa privada?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
31.02 – Por quanto tempo trabalhou na iniciativa privada?						
	Quantidade meses/ano	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	5 anos	4	8,2	8,2	8,2	
	13 anos	3	6,1	6,1	14,3	
	15 anos	3	6,1	6,1	20,4	
	12 anos	1	2,0	2,0	22,4	
	38 anos	1	2,0	2,0	24,5	
	2 anos	5	10,2	10,2	34,7	
	06 anos	2	4,1	4,1	38,8	
	1 ano	4	8,2	8,2	46,9	
	2 e 5 anos	1	2,0	2,0	49,0	
	3 anos	3	6,1	6,1	55,1	
	4 anos	3	6,1	6,1	61,2	
	7 anos	2	4,1	4,1	65,3	
	3 anos e 6 meses	1	2,0	2,0	67,3	
	14 anos	1	2,0	2,0	69,4	
	Em branco	12	24,5	24,5	93,9	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

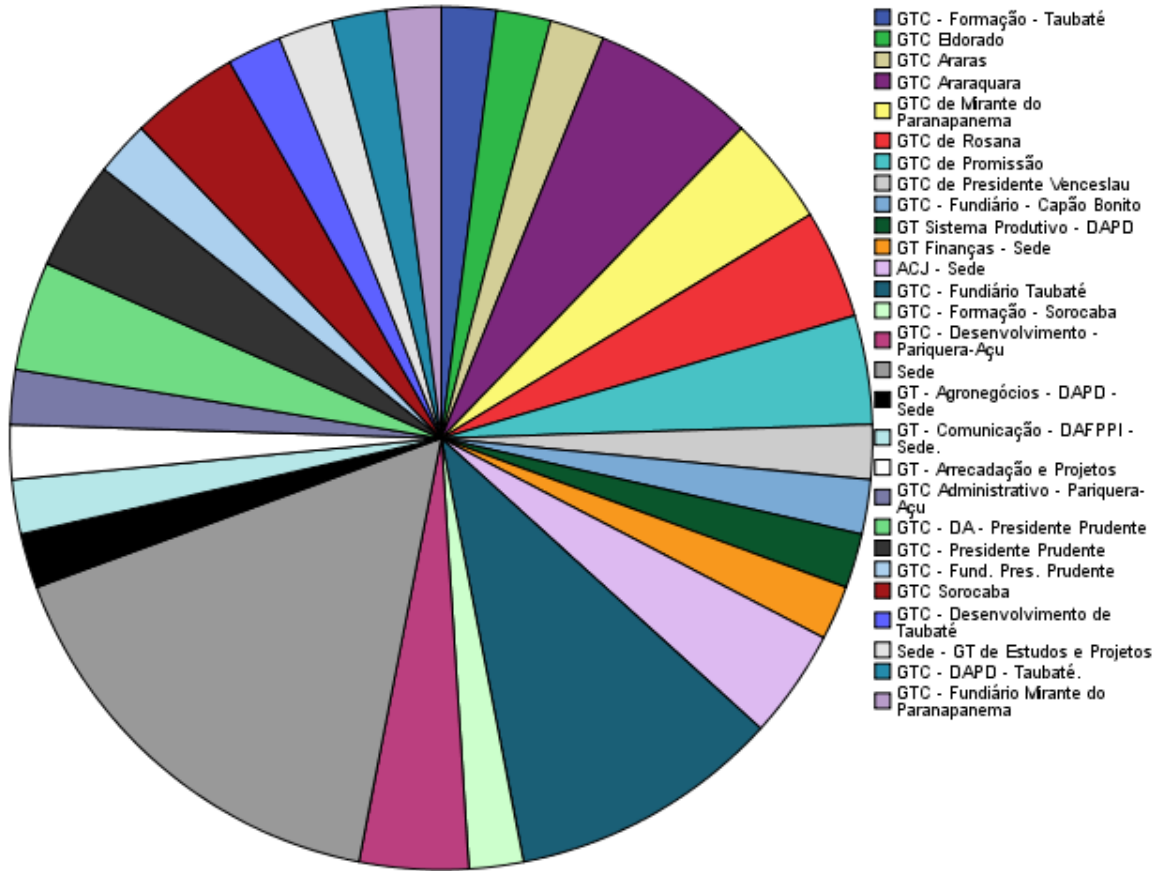


Fonte: Própria, o autor

Tabela LVIII

Frequência Estatística						
32 – Em qual GTC ou GT (Sede) seu cargo está lotado?						
Nº.	Válidos				49	
	Inexistente				00	
32 – Em qual Grupo Técnico de Campo – GTC ou GT (Sede) seu cargo está lotado?						
Local de lotação		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	GTC - Formação - Taubaté	1	2,0	2,0	2,0	
	GTC Eldorado	1	2,0	2,0	4,1	
	GTC Araras	1	2,0	2,0	6,1	
	GTC Araraquara	3	6,1	6,1	12,2	
	GTC de Mirante do Paranapanema	2	4,1	4,1	16,3	
	GTC de Rosana	2	4,1	4,1	20,4	
	GTC de Promissão	2	4,1	4,1	24,5	
	GTC de Presidente Venceslau	1	2,0	2,0	26,5	
	GTC – Fundiário – Capão Bonito	1	2,0	2,0	28,6	
	GT Sistema Produtivo – DAPD	1	2,0	2,0	30,6	
	GT Finanças – Sede	1	2,0	2,0	32,7	
	ACJ – Sede	2	4,1	4,1	36,7	
	GTC – Fundiário de Taubaté	5	10,2	10,2	46,9	
	GTC - Formação - Sorocaba	1	2,0	2,0	49,0	
	GTC – Desenvolvimento – Pariquera-Açu	2	4,1	4,1	53,1	
	Sede	8	16,3	16,3	69,4	
	GT – Agron – DAPD – Sede	1	2,0	2,0	71,4	
	GT – Co – DAFPPI – Sede.	1	2,0	2,0	73,5	
	GT - Arrecadação e Projetos	1	2,0	2,0	75,5	
	GTC – DA – Pariquera-Açu	1	2,0	2,0	77,6	
	GTC – DA – Pres. Prudente	2	4,1	4,1	81,6	
	GTC – Presidente Prudente	2	4,1	4,1	85,7	
	GTC - Fund. Pres. Prudente	1	2,0	2,0	87,8	
	GTC Sorocaba	2	4,1	4,1	91,8	
	GTC – Desenv. de Taubaté	1	2,0	2,0	93,9	
	Sede - GT de Est e Projetos	1	2,0	2,0	95,9	
	GTC - DAPD - Taubaté.	1	2,0	2,0	98,0	
	GTC - Fundiário Mirante	1	2,0	2,0	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

32 Em qual GTC ou GT (Sede) seu cargo está lotado?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LIX

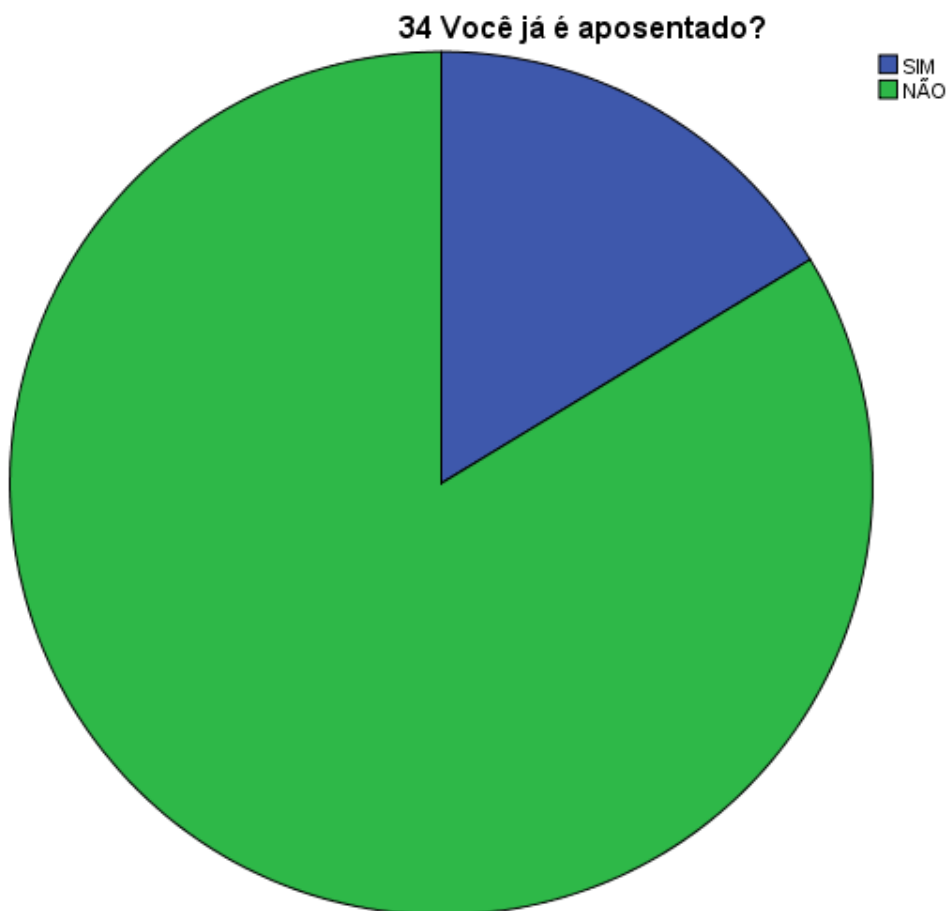
Frequência Estatística						
33 – Há quantos anos você trabalha na F. ITESP?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
33 – Há quantos anos você trabalha na F-ITESP?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	7 anos	1	2,0	2,0	2,0	
	8 anos	8	16,3	16,3	18,4	
	9 anos	3	6,1	6,1	24,5	
	10 anos	2	4,1	4,1	28,6	
	11 anos	4	8,2	8,2	36,7	
	12 anos	30	61,2	61,2	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LX

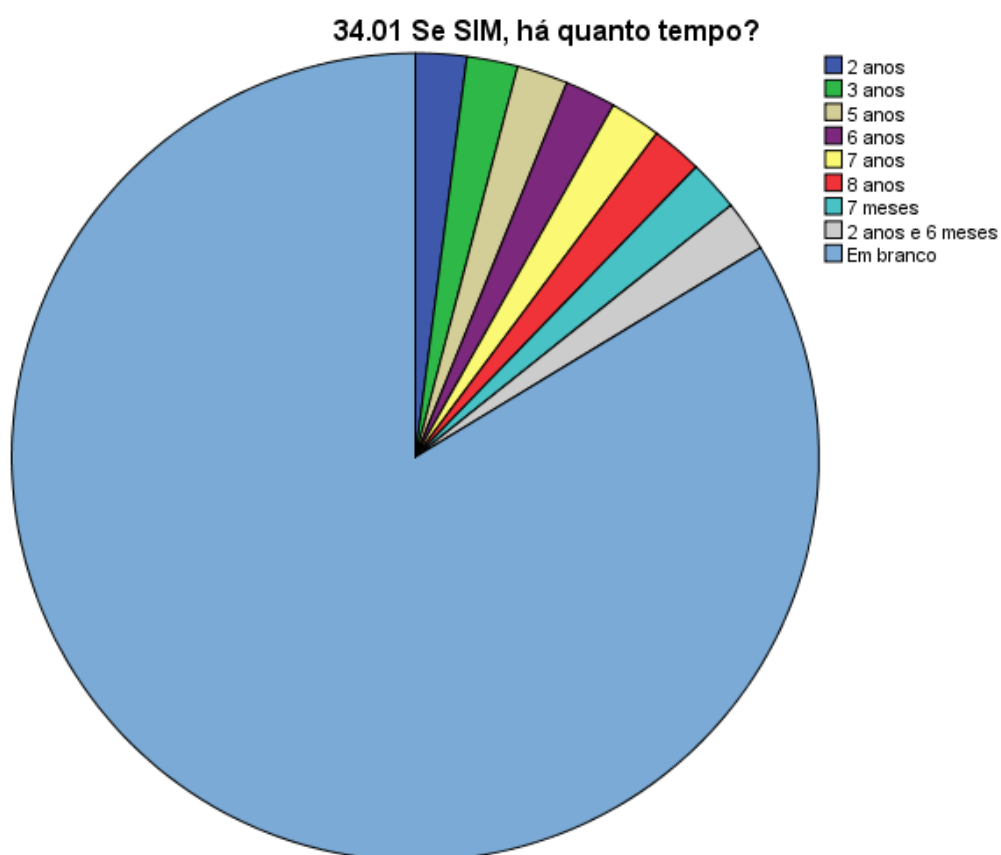
Frequência Estatística						
34 – Você já é aposentado?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
34 – Você já é aposentado?						
Opção		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	8	16,3	16,3	16,3	
	NÃO	41	83,7	83,7	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXI

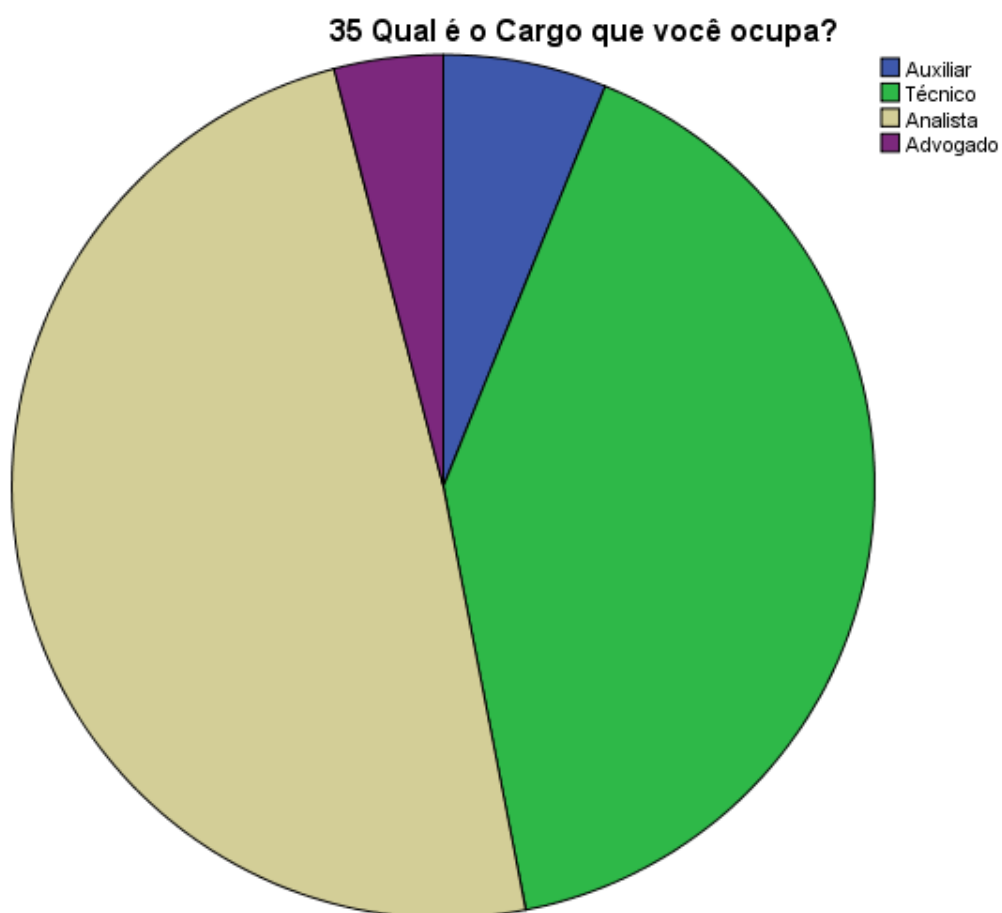
Frequência Estatística						
34.01 – Se SIM, é aposentado, há quanto tempo?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
34.01 – Se SIM, é aposentado, há quanto tempo?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	2 anos	1	2,0	2,0	2,0	
	3 anos	1	2,0	2,0	4,1	
	5 anos	1	2,0	2,0	6,1	
	6 anos	1	2,0	2,0	8,2	
	7 anos	1	2,0	2,0	10,2	
	8 anos	1	2,0	2,0	12,2	
	7 meses	1	2,0	2,0	14,3	
	2 anos e 6 meses	1	2,0	2,0	16,3	
	Em branco	41	83,7	83,7	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXII

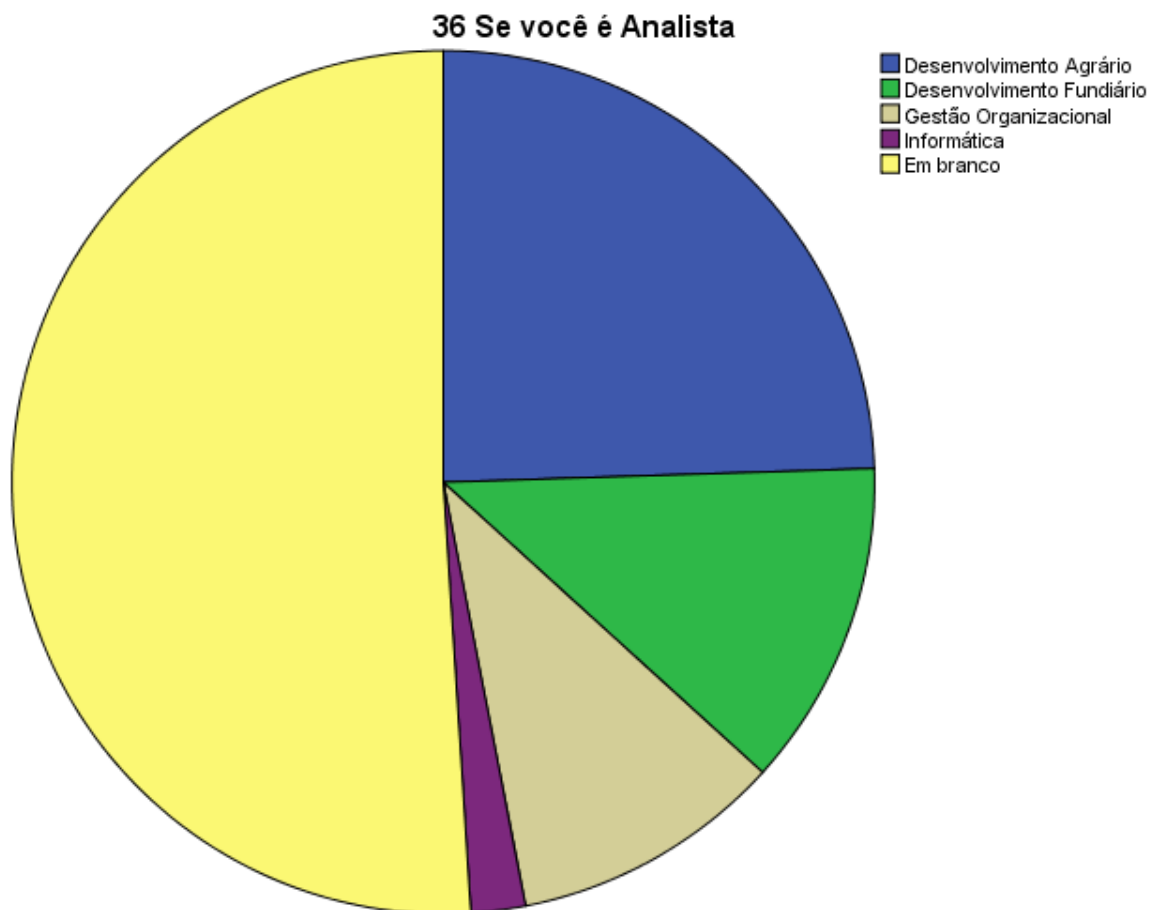
Frequência Estatística					
35 – Qual é o Cargo que você ocupa atualmente na F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
35. Qual é o Cargo que você ocupa atualmente na F. ITESP?					
Cargo		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Auxiliar	3	6,1	6,1	6,1
	Técnico	20	40,8	40,8	46,9
	Analista	24	49,0	49,0	95,9
	Advogado	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXIII

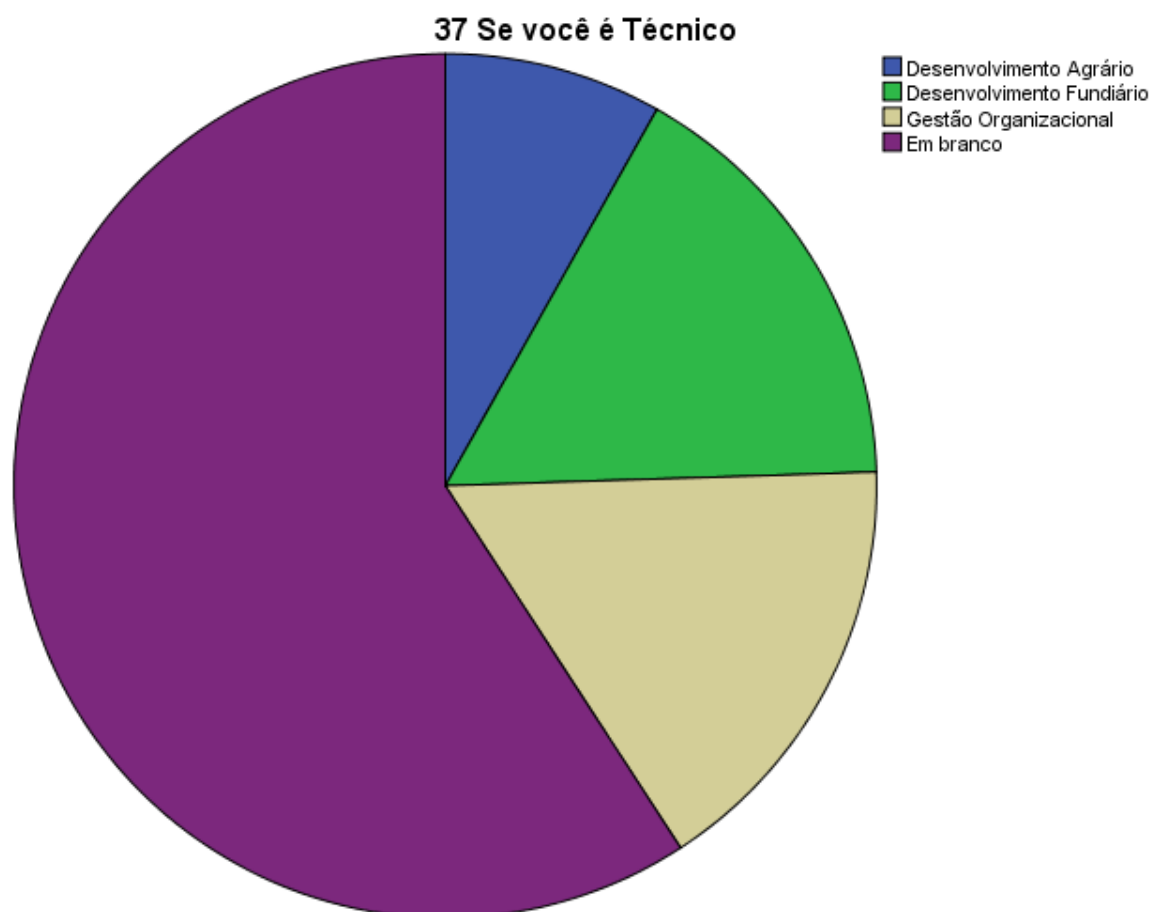
Frequência Estatística						
36 – Se você é Analista, é de?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
36 – Se você é Analista, é de?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Desenvolvimento Agrário	12	24,5	24,5	24,5	
	Desenvolvimento Fundiário	6	12,2	12,2	36,7	
	Gestão Organizacional	5	10,2	10,2	46,9	
	Informática	1	2,0	2,0	49,0	
	Em branco	25	51,0	51,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXIV

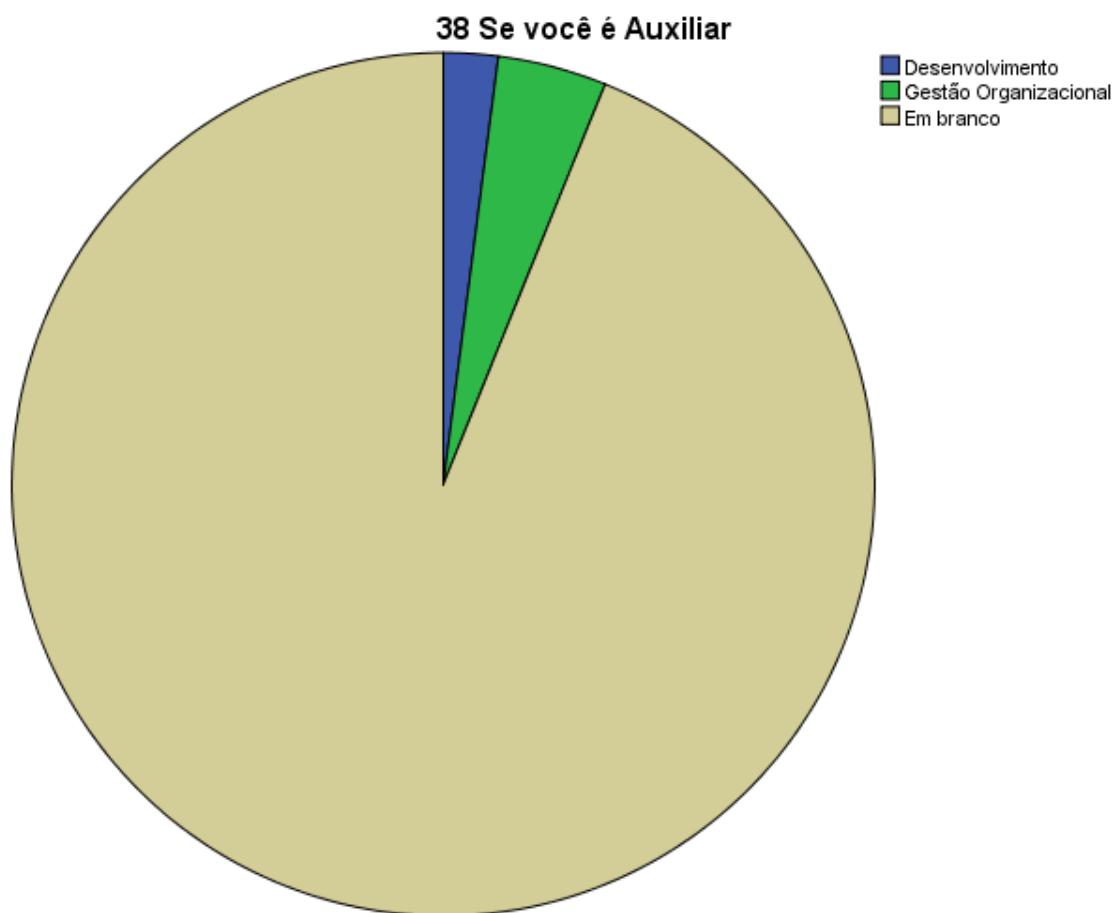
Frequência Estatística						
37 – Se você é Técnico, é de?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
37 – Se você é Técnico, é de						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Desenvolvimento Agrário	4	8,2	8,2	8,2	
	Desenvolvimento Fundiário	8	16,3	16,3	24,5	
	Gestão Organizacional	8	16,3	16,3	40,8	
	Em branco	29	59,2	59,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXV

Frequência Estatística					
38 – Se você é Auxiliar, é de?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
38. Se você é Auxiliar, é de?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Desenvolvimento	1	2,0	2,0	2,0
	Gestão Organizacional	2	4,1	4,1	6,1
	Em branco	46	93,9	93,9	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

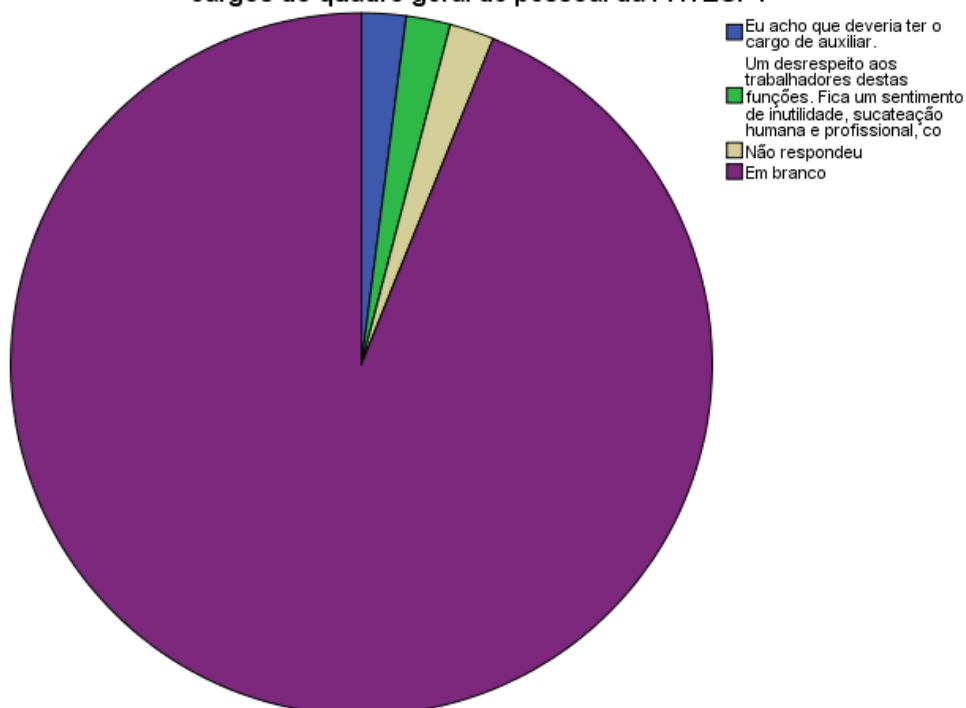


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXVI

Frequência Estatística					
39 – Se você é Auxiliar ou Motorista, qual sua posição frente à extinção destes cargos do quadro geral de pessoal da F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
39. Se você é Auxiliar ou Motorista, qual sua posição frente à extinção destes cargos do quadro geral de pessoal da F. ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Eu acho que deveria ter o cargo de auxiliar.	1	2,0	2,0	2,0
	Um desrespeito aos trabalhadores (as) destas funções. Fica um sentimento de inutilidade, sucateação humana e profissional, co	1	2,0	2,0	4,1
	Não respondeu	1	2,0	2,0	6,1
	Em branco	46	93,9	93,9	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

39 Se você é Auxiliar ou Motorista, qual sua posição frente à extinção destes cargos do quadro geral de pessoal da F. ITESP?

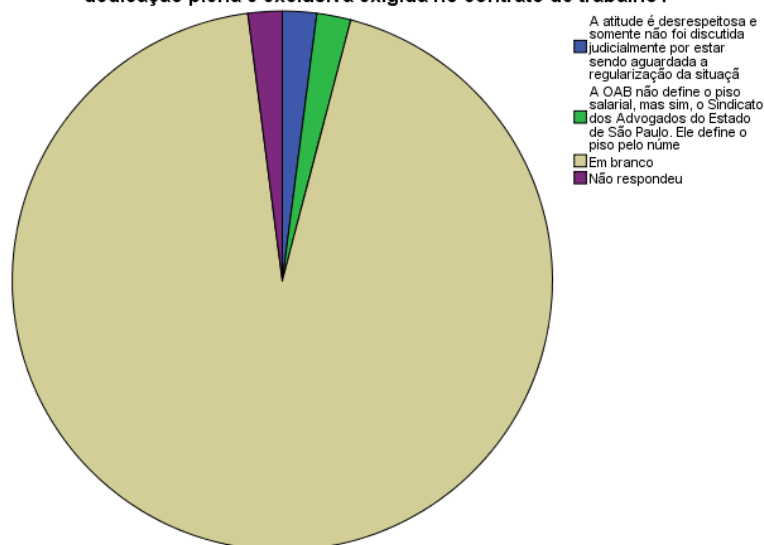


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXVII

Frequência Estatística					
40 – Se você é Advogado, qual sua posição em relação ao fato da F. ITESP não pagar pelo piso salarial da categoria, definido pela OAB, nem pelo regime de dedicação plena e exclusiva exigida no contrato de trabalho?					
N	Válidos				49
	Inexistente				00
40. Se você é Advogado, qual sua posição em relação ao fato da F. ITESP não pagar pelo piso salarial da categoria, definido pela OAB, nem pelo regime de dedicação plena e exclusiva exigida no contrato de trabalho?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	A atitude é desrespeitosa e somente não foi discutida judicialmente por estar sendo aguardada a regularização da situação	1	2,0	2,0	2,0
	A OAB não define o piso salarial, mas sim, o Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo. Ele define o piso pelo número...	1	2,0	2,0	4,1
	Em branco	46	93,9	93,9	98,0
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

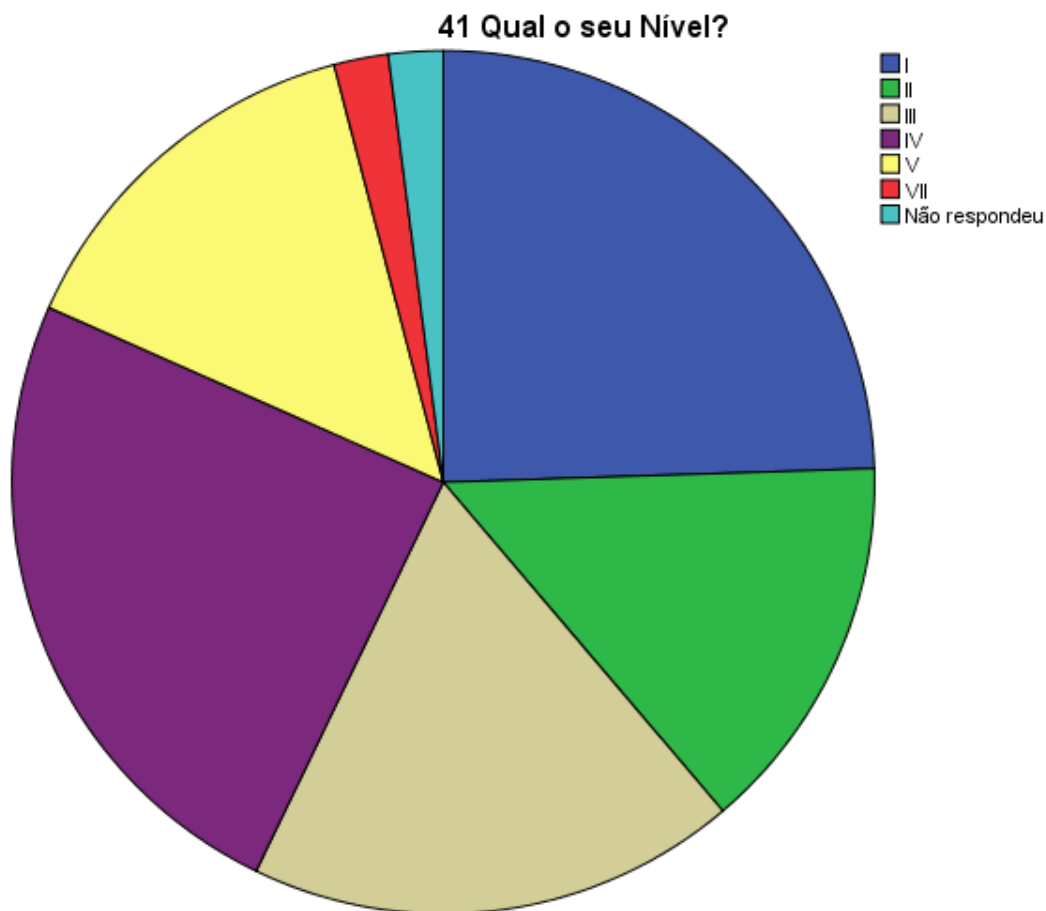
40 Se você é Advogado, qual sua posição em relação ao fato da F. ITESP não pagar pelo piso salarial da categoria, definido pela OAB, nem pelo regime de dedicação plena e exclusiva exigida no contrato de trabalho?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXVIII

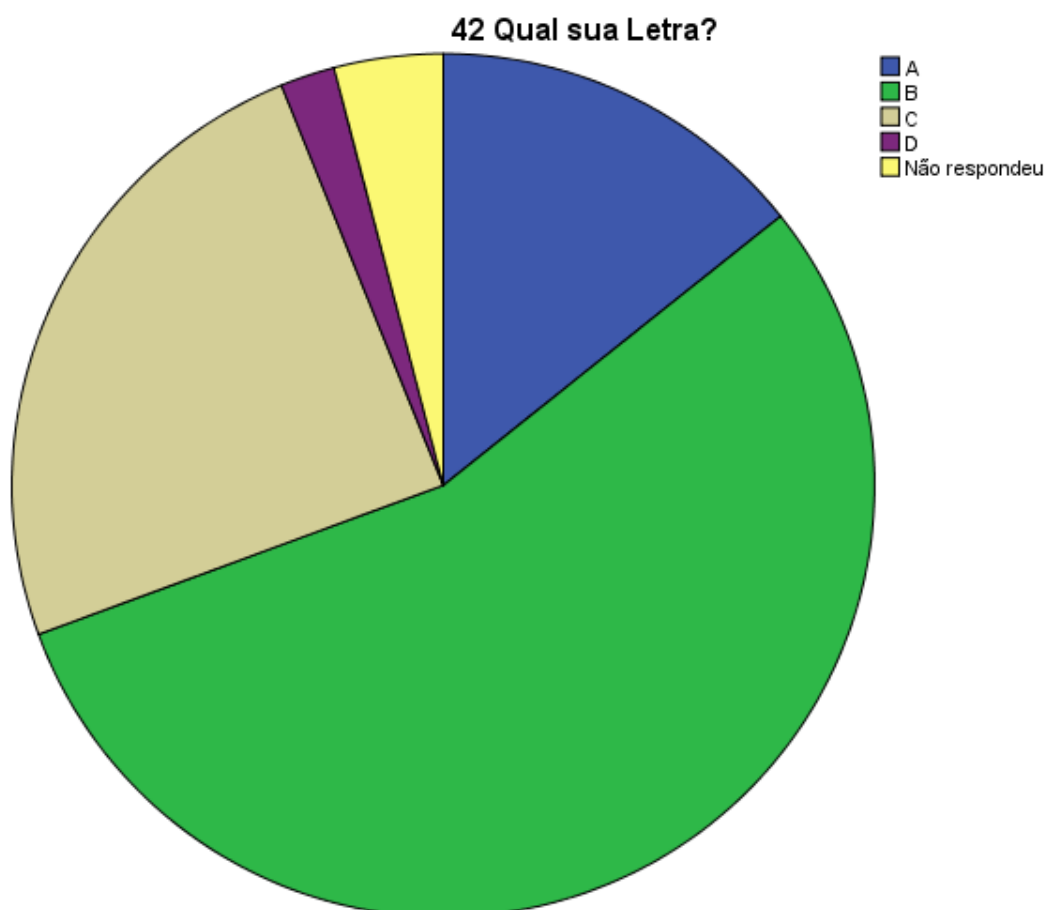
Frequência Estatística						
41 – Qual o seu Nível?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
41 – Qual o seu Nível?						
Níveis		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	I	12	24,5	24,5	24,5	
	II	7	14,3	14,3	38,8	
	III	9	18,4	18,4	57,1	
	IV	12	24,5	24,5	81,6	
	V	7	14,3	14,3	95,9	
	VII	1	2,0	2,0	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXIX

Frequência Estatística						
42 – Qual sua Letra?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
42 – Qual sua Letra?						
	Letras	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	A	7	14,3	14,3	14,3	
	B	27	55,1	55,1	69,4	
	C	12	24,5	24,5	93,9	
	D	1	2,0	2,0	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

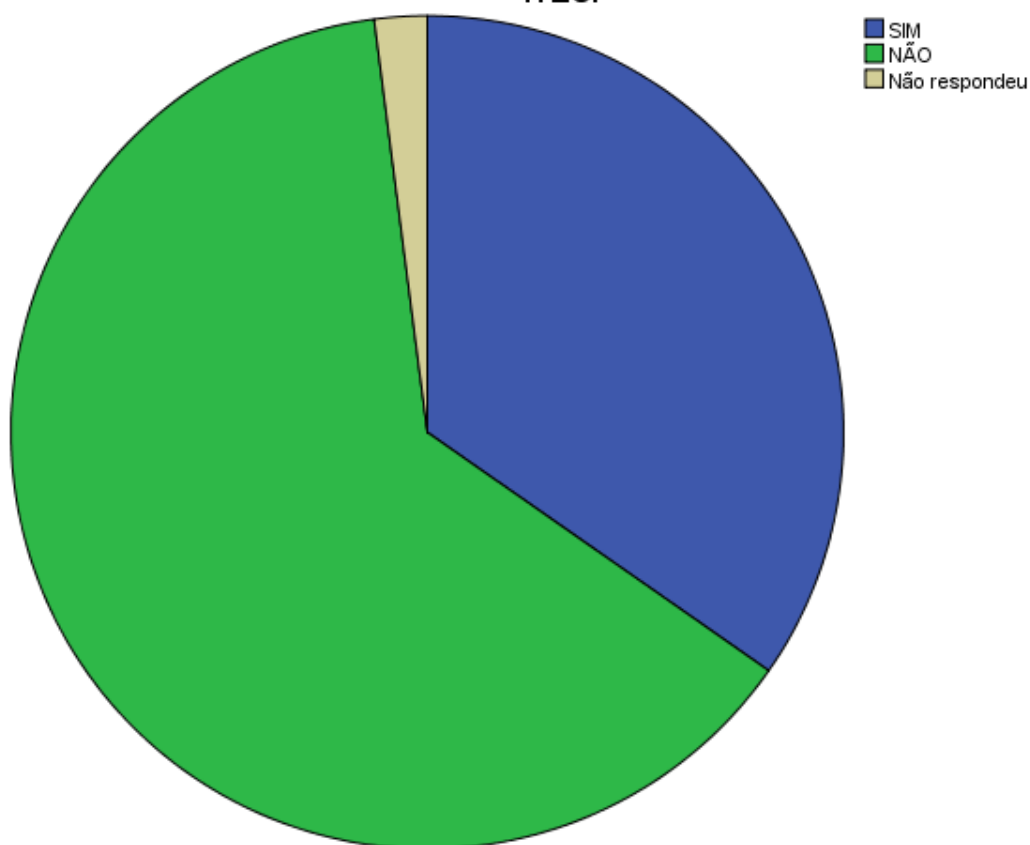


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXX

Frequência Estatística						
43 – Já ocupou e/ou ainda ocupa Cargo de Confiança ou Função Gratificada na F. ITESP?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
43 – Já ocupou e/ou ainda ocupa Cargo de Confiança ou Função Gratificada na F. ITESP?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	17	34,7	34,7	34,7	
	NÃO	31	63,3	63,3	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

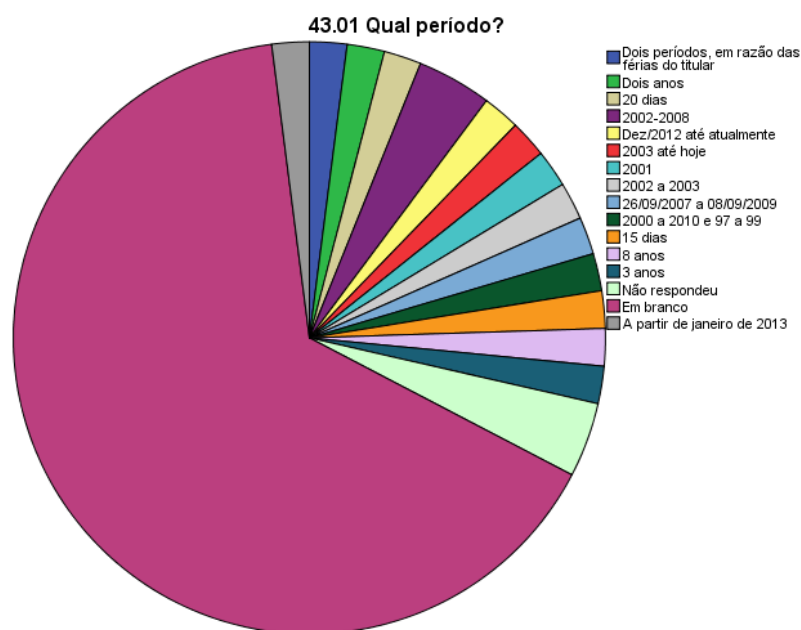
43 Já ocupou e/ou ainda ocupa Cargo de Confiança ou Função Gratificada na F-ITESP



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXI

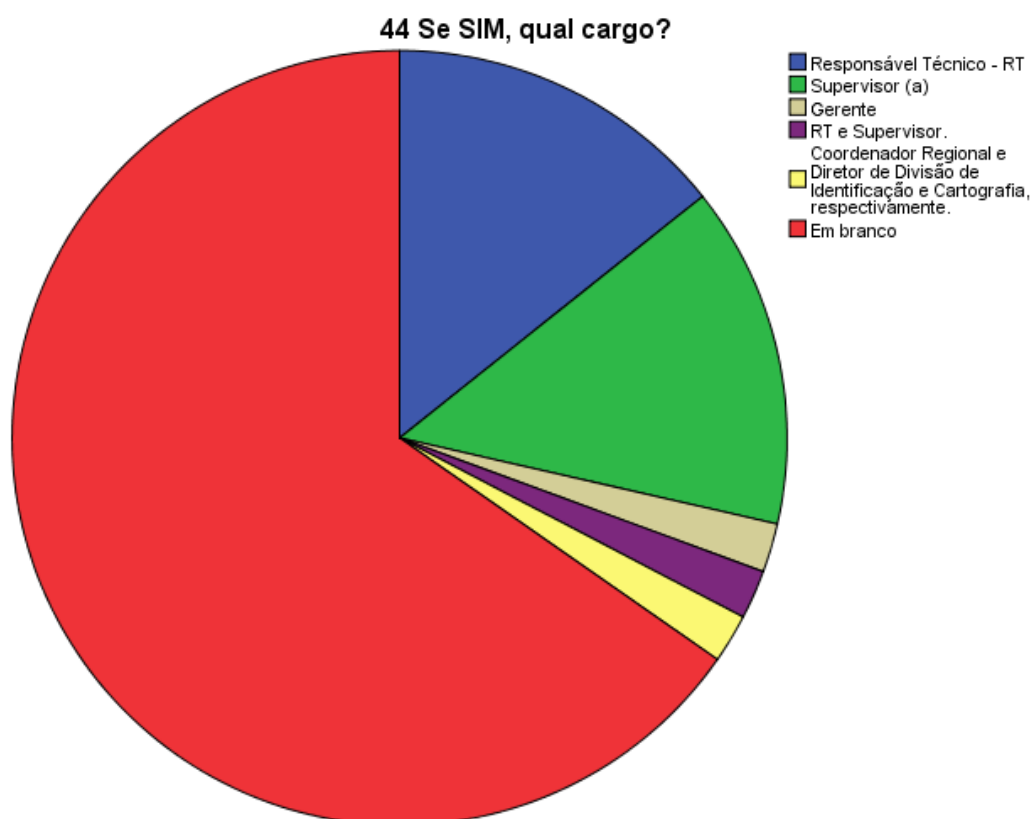
Frequência Estatística						
43.01 – Qual período ocupou cargo de confiança?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
43.01 – Qual período ocupou cargo de confiança?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Dois períodos, em razão das férias do titular	1	2,0	2,0	2,0	
	Dois anos	1	2,0	2,0	4,1	
	20 dias	1	2,0	2,0	6,1	
	2002-2008	2	4,1	4,1	10,2	
	Dez/2012 até atualmente	1	2,0	2,0	12,2	
	2003 até hoje	1	2,0	2,0	14,3	
	2001	1	2,0	2,0	16,3	
	2002 a 2003	1	2,0	2,0	18,4	
	26/09/2007 a 08/09/2009	1	2,0	2,0	20,4	
	2000 a 2010 e 97 a 99	1	2,0	2,0	22,4	
	15 dias	1	2,0	2,0	24,5	
	8 anos	1	2,0	2,0	26,5	
	3 anos	1	2,0	2,0	28,6	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	32,7	
	Em branco	32	65,3	65,3	98,0	
	A partir de janeiro de 2013	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXII

Frequência Estatística						
44 – Se SIM, ocupou cargo de confiança, qual cargo ocupou?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
44 – Se SIM, ocupou cargo de confiança, qual cargo ocupou?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Responsável Técnico - RT	7	14,3	14,3	14,3	
	Supervisor (a)	7	14,3	14,3	28,6	
	Gerente	1	2,0	2,0	30,6	
	RT e Supervisor.	1	2,0	2,0	32,7	
	Coordenador Regional e Diretor de Divisão de Identificação e Cartografia, respectivamente.	1	2,0	2,0	34,7	
	Em branco	32	65,3	65,3	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

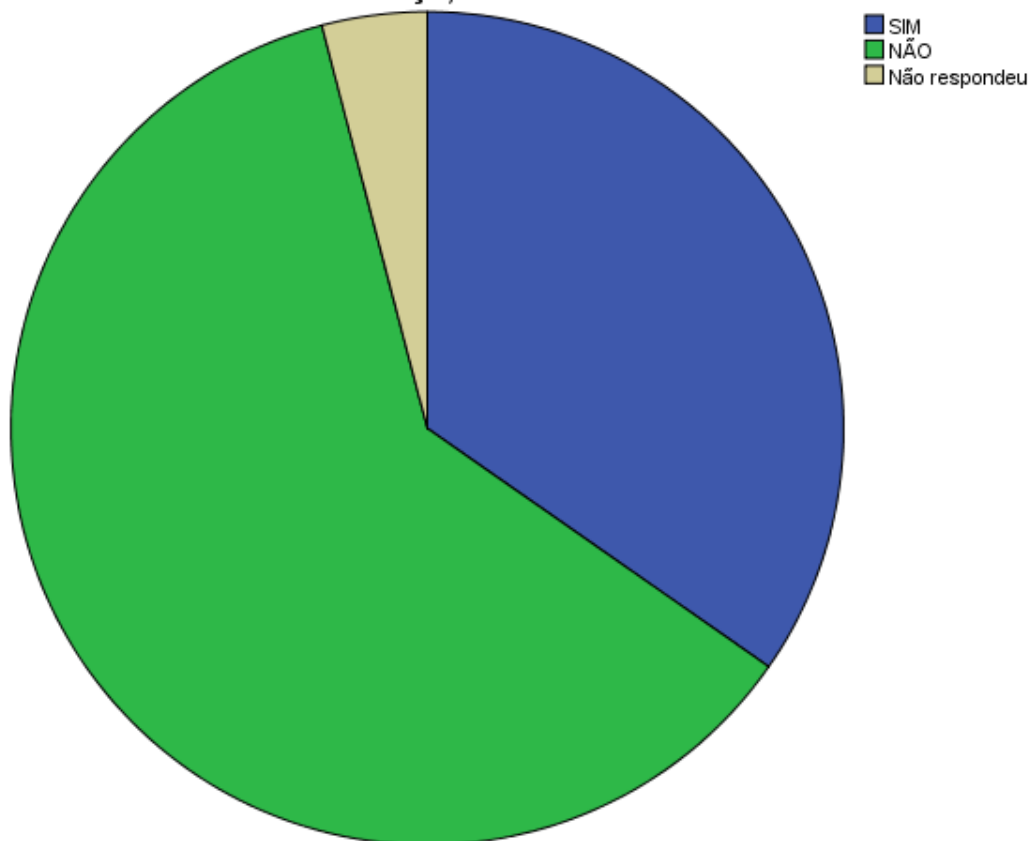


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXIII

Frequência Estatística						
45 – Tem participado de cursos de formação continuada e ou aperfeiçoamento em serviço, nos últimos dois anos?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
45 – Tem participado de cursos de formação continuada e ou aperfeiçoamento, em serviço, nos últimos dois anos?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	17	34,7	34,7	34,7	
	NÃO	30	61,2	61,2	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

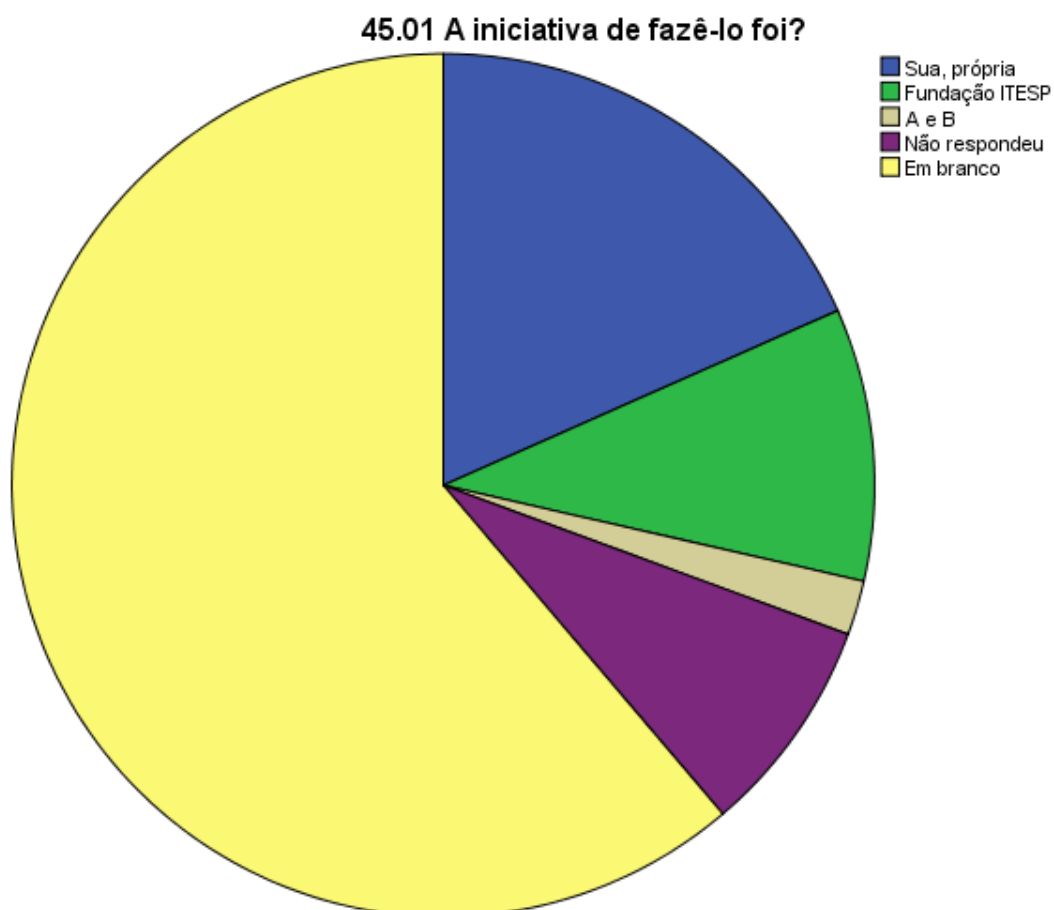
45 Tem participado de cursos de formação continuada e ou aperfeiçoamento, em serviço, nos últimos dois anos?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXIV

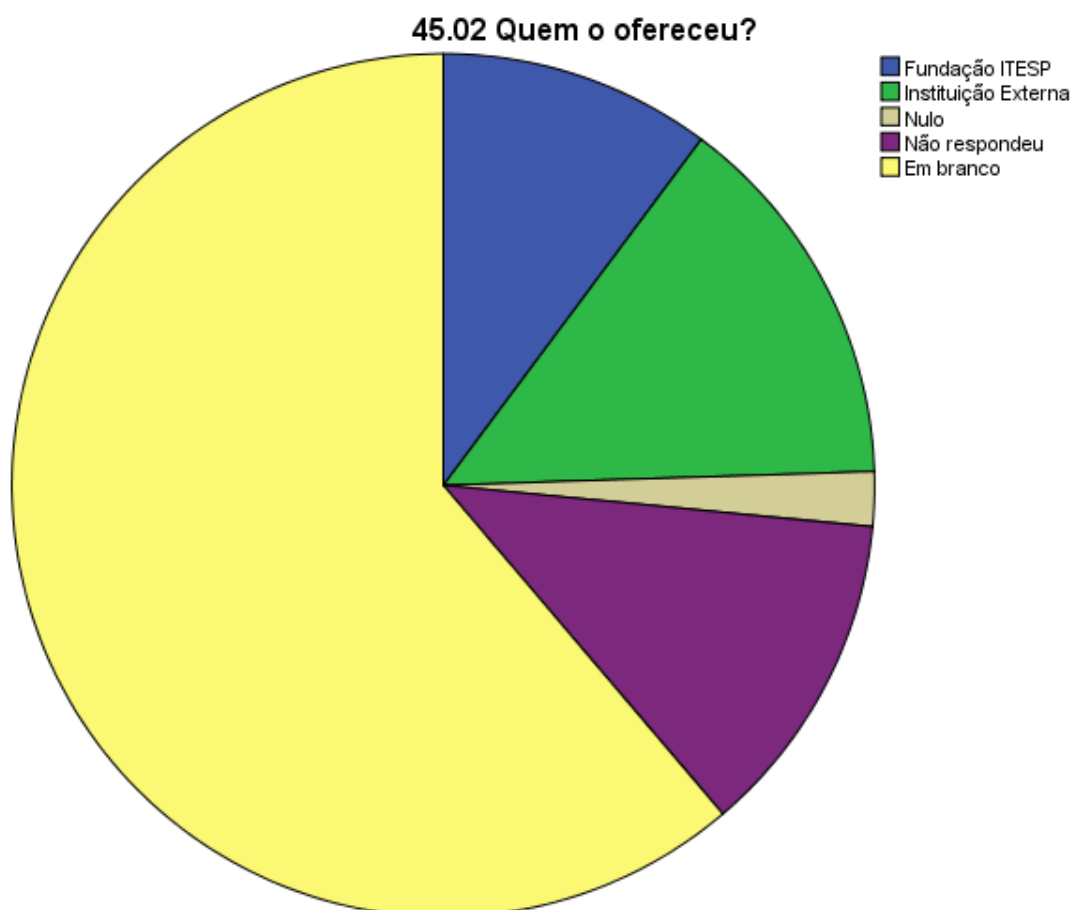
Frequência Estatística				
45.01 – A iniciativa de fazer o curso foi?				
Nº.	Válidos			49
	Inexistente			00
45.01 – A iniciativa de fazer o curso foi?				
		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	Sua, própria.	9	18,4	18,4
	Fundação ITESP	5	10,2	10,2
	A e B	1	2,0	2,0
	Não respondeu	4	8,2	8,2
	Em branco	30	61,2	61,2
	Total	49	100,0	100,0



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXV

Frequência Estatística					
45.02 – Quem ofereceu tal curso?					
Nº.	Validos				49
	Inexistente				00
45.02 – Quem ofereceu tal curso?					
	Instituição	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Fundação ITESP	5	10,2	10,2	10,2
	Instituição Externa	7	14,3	14,3	24,5
	Nulo	1	2,0	2,0	26,5
	Não respondeu	6	12,2	12,2	38,8
	Em branco	30	61,2	61,2	100,0
	Total		49	100,0	100,0

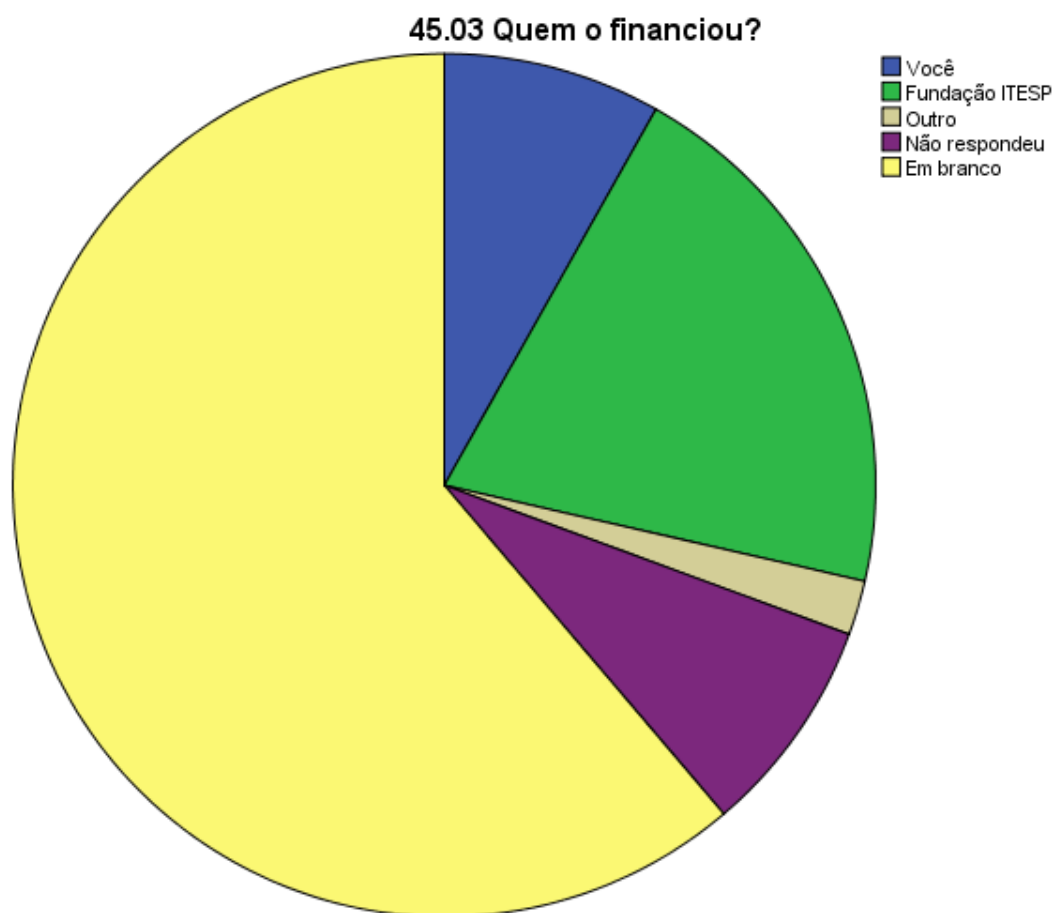


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXVI

Frequência Estatística		
45.03 – Quem financiou este curso?		
Nº.	Validos	49
	Inexistente	00

45.03 – Quem financiou este curso?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Você	4	8,2	8,2	8,2
	Fundação ITESP	10	20,4	20,4	28,6
	Outro	1	2,0	2,0	30,6
	Não respondeu	4	8,2	8,2	38,8
	Em branco	30	61,2	61,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

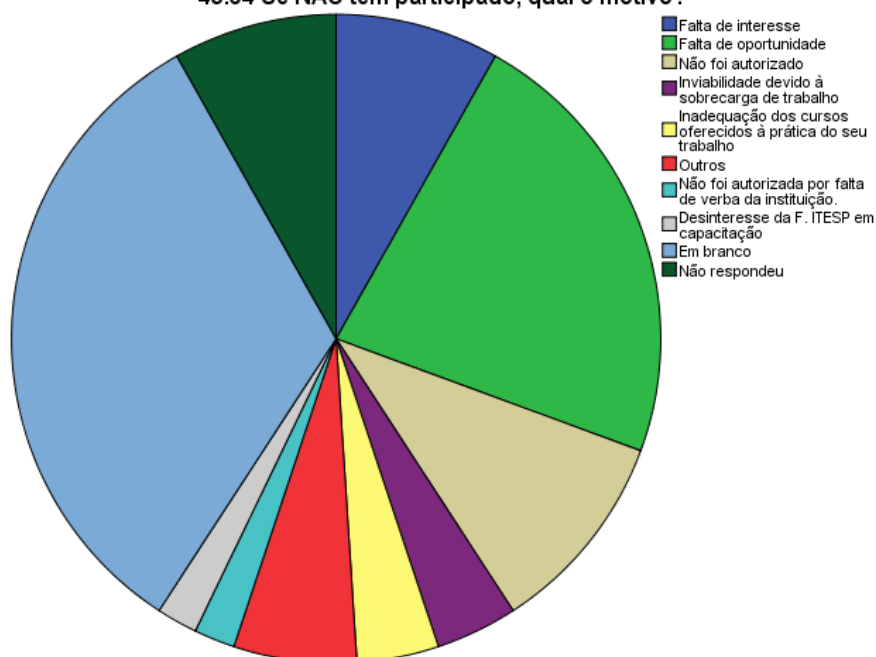


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXVII

Frequência Estatística					
45.04 – Se NÃO tem participado dos cursos, qual o motivo?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
45.04 – Se NÃO tem participado dos cursos, qual o motivo?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Falta de interesse	4	8,2	8,2	8,2
	Falta de oportunidade	11	22,4	22,4	30,6
	Não foi autorizado	5	10,2	10,2	40,8
	Inviabilidade devido à sobrecarga de trabalho	2	4,1	4,1	44,9
	Inadequação dos cursos oferecidos à prática do seu trabalho.	2	4,1	4,1	49,0
	Outros	3	6,1	6,1	55,1
	Não foi autorizada por falta de verba da instituição.	1	2,0	2,0	57,1
	Desinteresse da F. ITESP em capacitação.	1	2,0	2,0	59,2
	Em branco	16	32,7	32,7	91,8
	Não respondeu	4	8,2	8,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

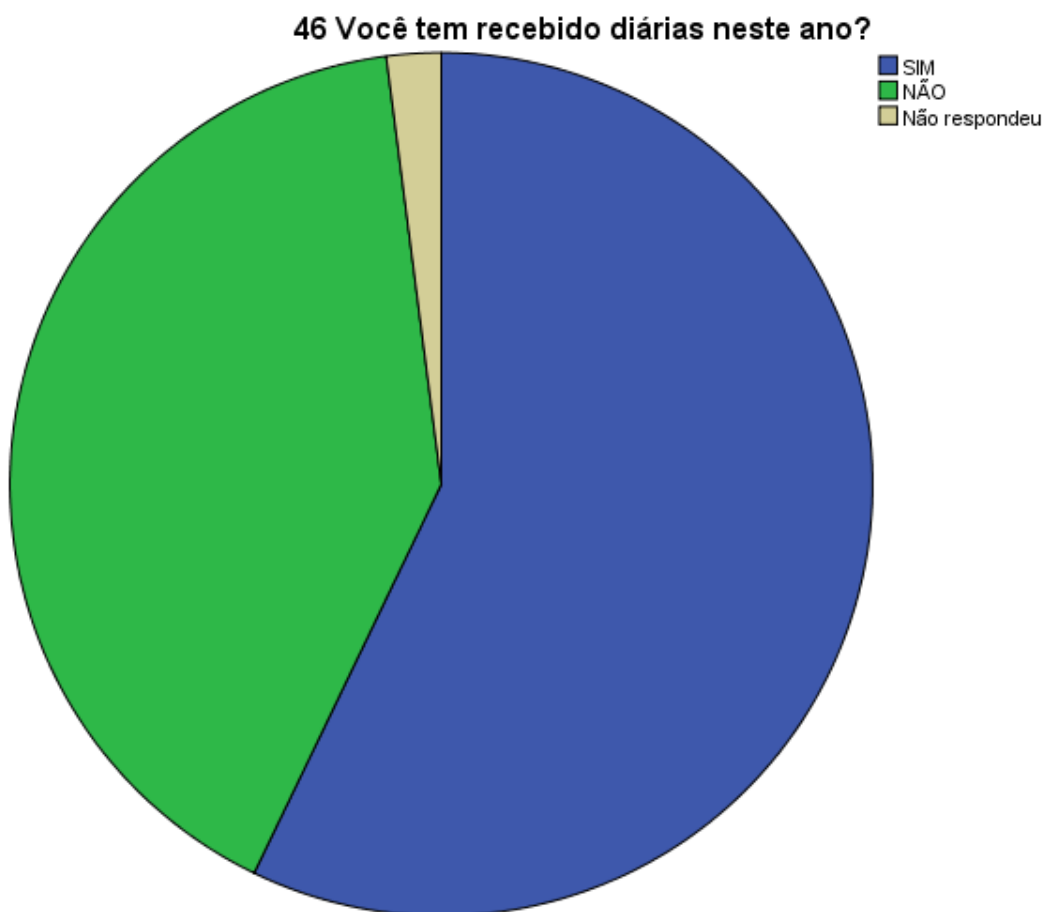
45.04 Se NÃO tem participado, qual o motivo?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXVIII

Frequência Estatística						
46 – Você tem recebido diárias neste ano?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
46 – Você tem recebido diárias neste ano?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	28	57,1	57,1	57,1	
	NÃO	20	40,8	40,8	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

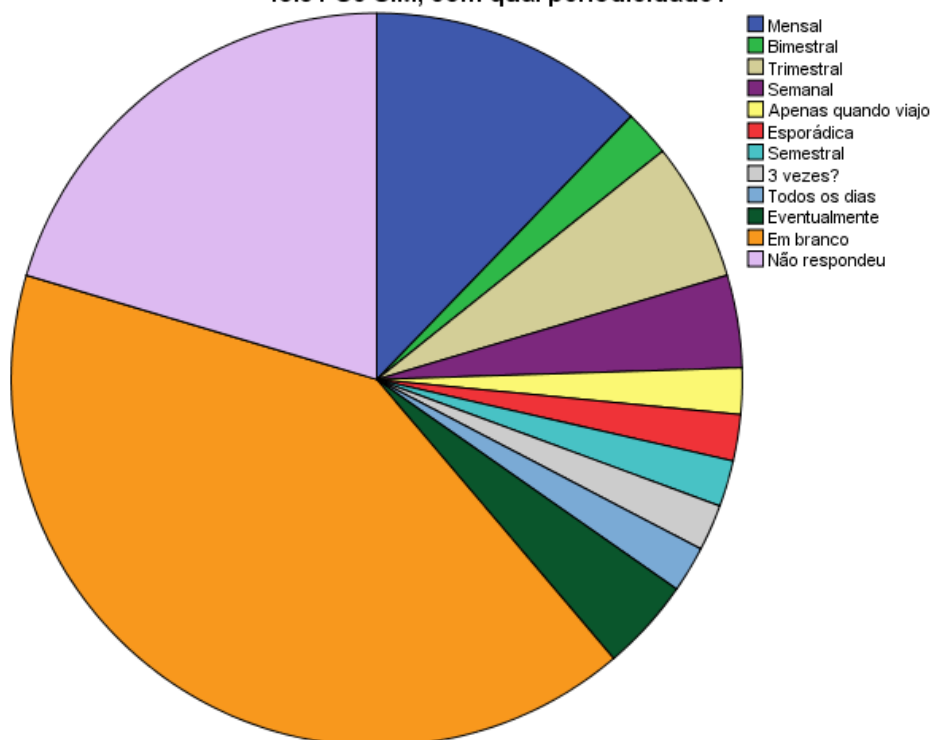


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXIX

Frequência Estatística						
46.01 – Se SIM, recebe diárias, com qual periodicidade?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
46.01 – Se SIM, recebe diárias, com qual periodicidade?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Mensal	6	12,2	12,2	12,2	
	Bimestral	1	2,0	2,0	14,3	
	Trimestral	3	6,1	6,1	20,4	
	Semanal	2	4,1	4,1	24,5	
	Apenas quando viajo	1	2,0	2,0	26,5	
	Esporádica	1	2,0	2,0	28,6	
	Semestral	1	2,0	2,0	30,6	
	3 vezes?	1	2,0	2,0	32,7	
	Todos os dias	1	2,0	2,0	34,7	
	Eventualmente	2	4,1	4,1	38,8	
	Em branco	20	40,8	40,8	79,6	
	Não respondeu	10	20,4	20,4	100,0	
	Total		49	100,0	100,0	

46.01 Se SIM, com qual periodicidade?

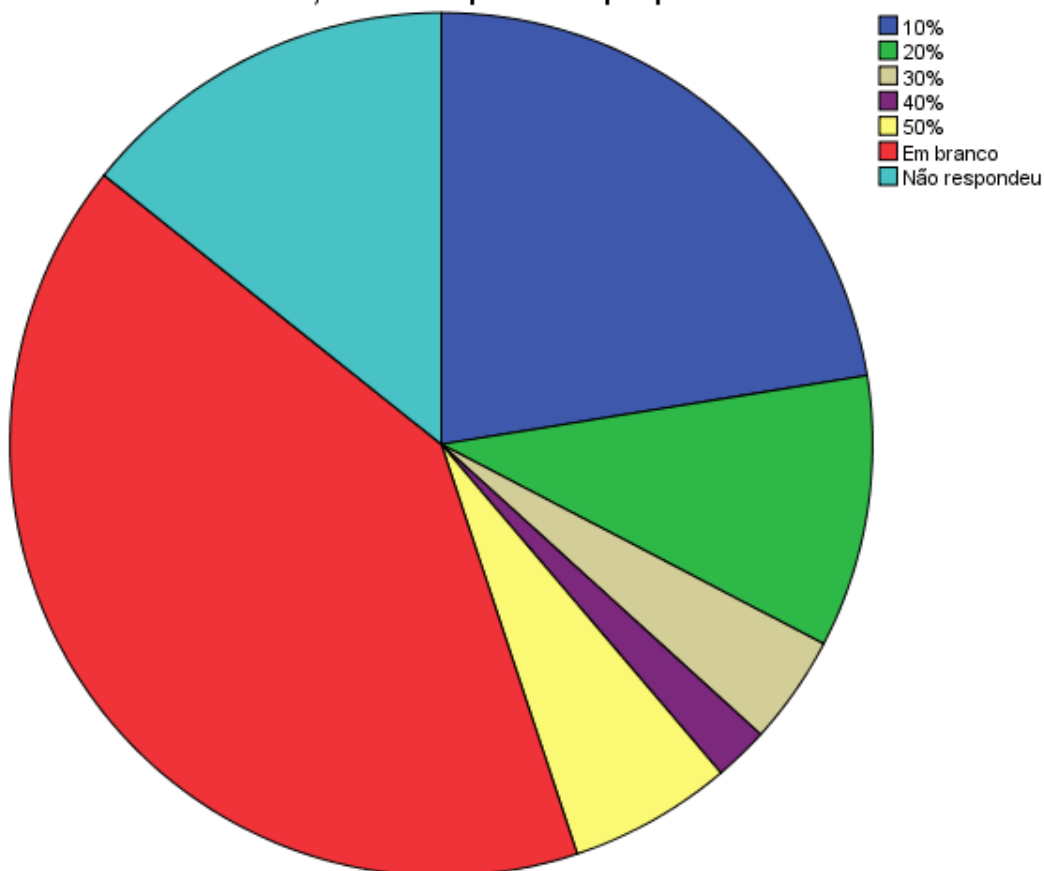


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXX

Frequência Estatística					
46.02 – Se SIM, tem recebido diária, ela corresponde a qual percentual do seu salário?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
46.02 – Se SIM, tem recebido diária, ela corresponde a qual percentual do seu salário?					
	Varição percentual	Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual Acumulado
Válidos	10%	11	22,4	22,4	22,4
	20%	5	10,2	10,2	32,7
	30%	2	4,1	4,1	36,7
	40%	1	2,0	2,0	38,8
	50%	3	6,1	6,1	44,9
	Em branco	20	40,8	40,8	85,7
	Não respondeu	7	14,3	14,3	100,0
	Total		49	100,0	100,0

46.02 Se SIM, ela corresponde a que percentual do seu salário?

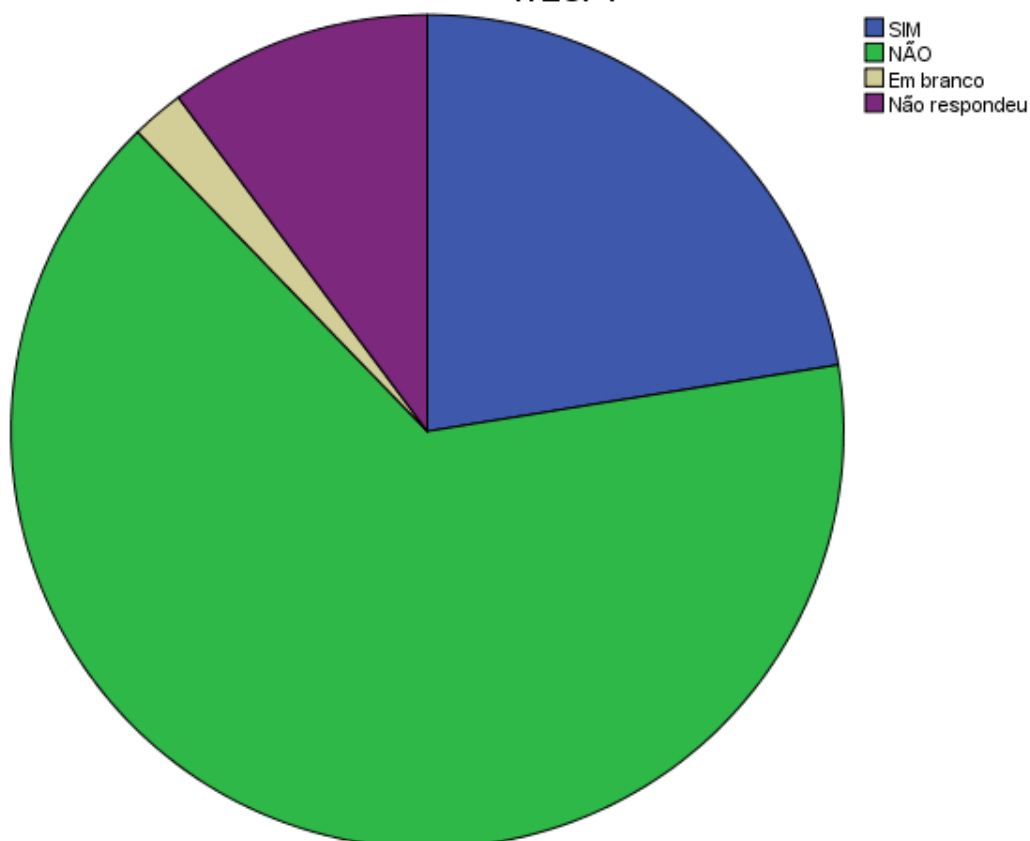


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXI

Frequência Estatística						
47 – Você está contente com a atual política de distribuição das diárias na F-ITESP?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
47 – Você está contente com a atual política de distribuição das diárias na F. ITESP?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	11	22,4	22,4	22,4	
	NÃO	32	65,3	65,3	87,8	
	Em branco	1	2,0	2,0	89,8	
	Não respondeu	5	10,2	10,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

47 Você está contente com a atual política de distribuição das diárias na F-ITESP?



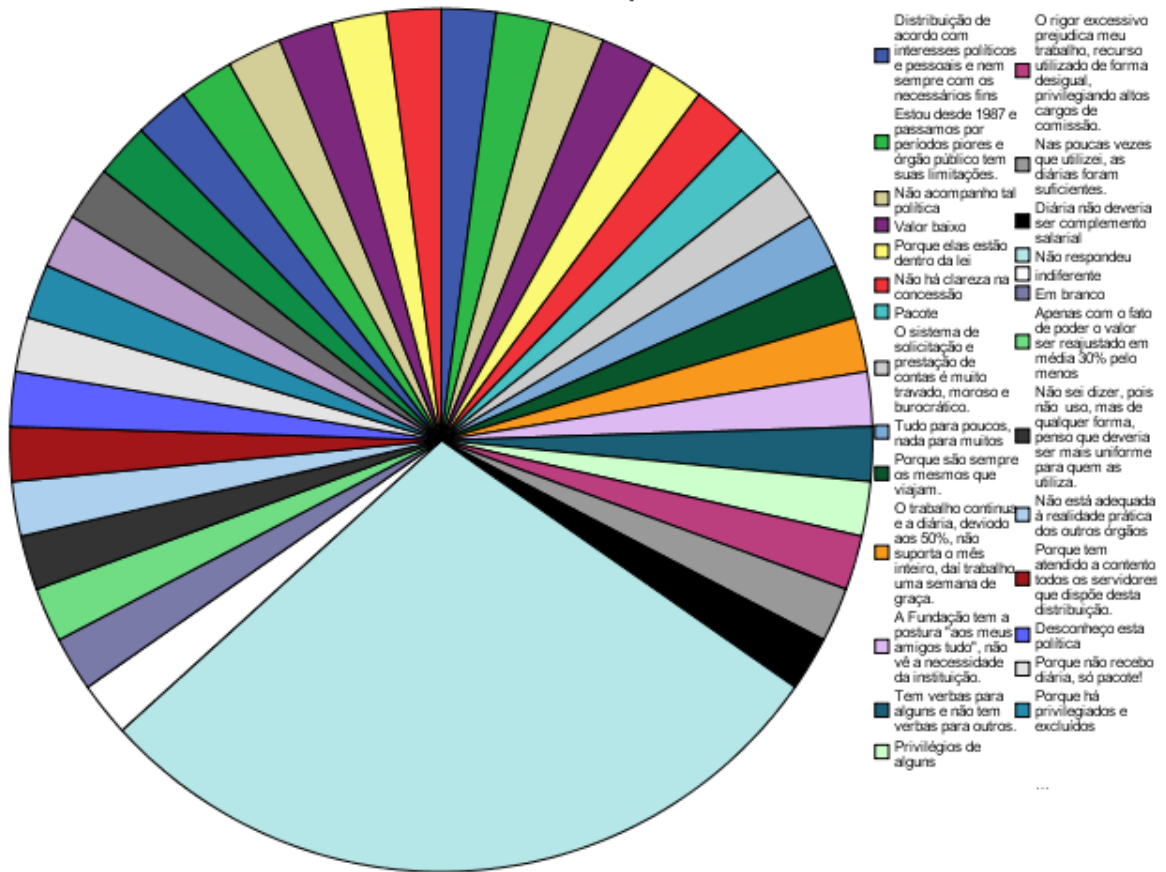
Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXII

Frequência Estatística					
47.01 – Por que da satisfação ou insatisfação frente à política de distribuição de diárias da F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistentes				00
47.01 – Por que da satisfação ou insatisfação frente à política de distribuição de diárias da F. ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Distribuição de acordo com interesses políticos e pessoais e nem sempre com os necessários fins	1	2,0	2,0	2,0
	Estou desde 1987 e passamos por períodos piores e órgão público tem suas limitações.	1	2,0	2,0	4,1
	Não acompanho tal política	1	2,0	2,0	6,1
	Valor baixo	1	2,0	2,0	8,2
	Porque elas estão dentro da lei	1	2,0	2,0	10,2
	Não há clareza na concessão	1	2,0	2,0	12,2
	Pacote	1	2,0	2,0	14,3
	O sistema de solicitação e prestação de contas é muito travado, moroso e burocrático.	1	2,0	2,0	16,3
	Tudo para poucos, nada para muitos.	1	2,0	2,0	18,4
	Porque são sempre os mesmos que viajam.	1	2,0	2,0	20,4
	O trabalho continua e a diária, devido aos 50%, não suporta o mês inteiro, daí trabalho uma semana de graça.	1	2,0	2,0	22,4
	A Fundação tem a postura "aos meus amigos tudo", não vê a necessidade da instituição.	1	2,0	2,0	24,5
	Tem verbas para alguns e não tem verbas para outros.	1	2,0	2,0	26,5
	Privilégios de alguns	1	2,0	2,0	28,6
	O rigor excessivo prejudica meu trabalho, recurso utilizado de forma desigual, privilegiando altos cargos de comissão.	1	2,0	2,0	30,6
	Nas poucas vezes que utilizei, as diárias foram suficientes.	1	2,0	2,0	32,7
	Diária não deveria ser complemento salarial	1	2,0	2,0	34,7
	Não respondeu	14	28,6	28,6	63,3
	Indiferente	1	2,0	2,0	65,3
	Em branco	1	2,0	2,0	67,3
	Apenas com o fato de poder o valor ser reajustado em média 30% pelo menos	1	2,0	2,0	69,4
	Não sei dizer, pois não uso, mas de qualquer forma, penso que deveria ser mais uniforme para quem as utiliza.	1	2,0	2,0	71,4
	Não está adequada à realidade prática dos outros órgãos	1	2,0	2,0	73,5
	Porque tem atendido a contento todos os servidores que dispõe desta distribuição.	1	2,0	2,0	75,5
	Desconheço esta política	1	2,0	2,0	77,6
	Porque não recebo diária, só pacote!	1	2,0	2,0	79,6
	Porque há privilegiados e excluídos	1	2,0	2,0	81,6

Diárias são utilizadas para quem executa um trabalho externo e tem despesas para remunerá-las	1	2,0	2,0	83,7
Só recebe diária, os "amiguinhos do rei", os bajuladores.	1	2,0	2,0	85,7
Mau uso	1	2,0	2,0	87,8
Meu trabalho é no escritório.	1	2,0	2,0	89,8
Centralizada	1	2,0	2,0	91,8
Falta padrão no procedimento	1	2,0	2,0	93,9
De acordo com a Lei Estadual	1	2,0	2,0	95,9
Porque tem pessoas que recebem diárias integrais, outras parciais e o terceiro, mais constante, o famoso e absurdo pacote	1	2,0	2,0	98,0
Deveria ser pagas à todas atividades externas	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

47.01 Por quê?

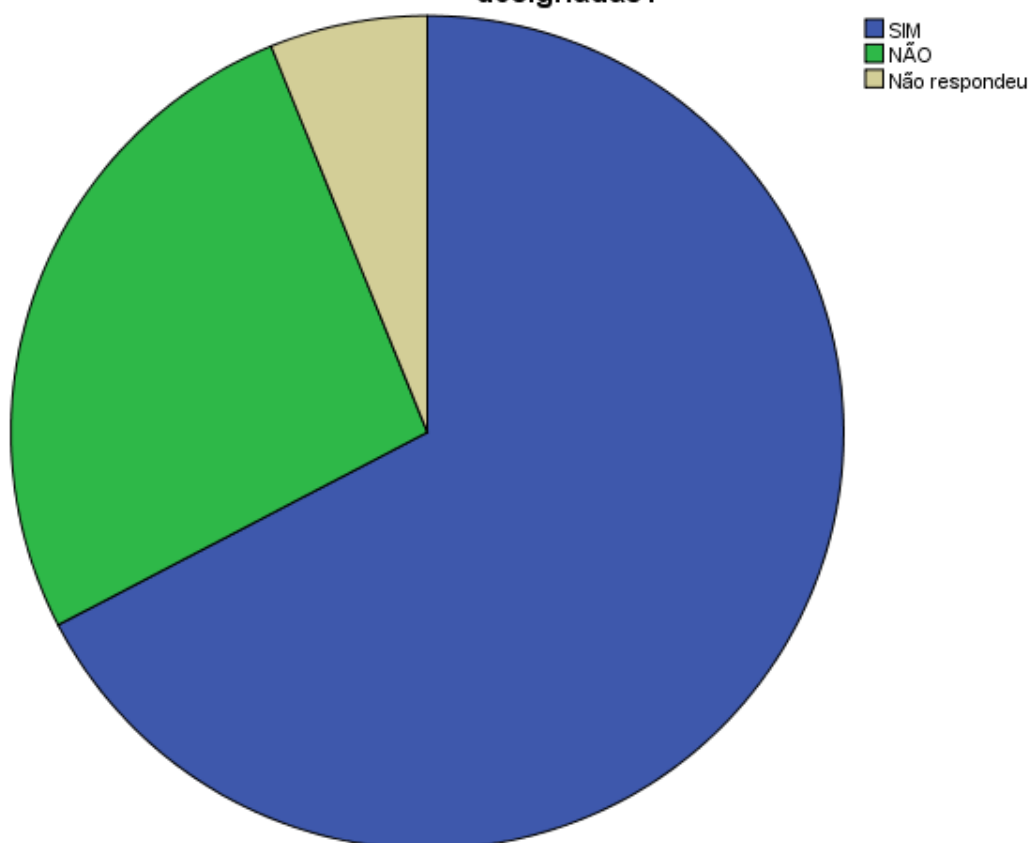


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXIII

Frequência Estatística						
48 – Você sente que é bem capacitado (a) para realizar as tarefas que lhe são designadas?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
48 – Você sente que é bem capacitado (a) para realizar as tarefas que lhe são designadas?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	33	67,3	67,3	67,3	
	NÃO	13	26,5	26,5	93,9	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

48 Você sente que é bem capacitado (a) para realizar as tarefas que lhe são designadas?

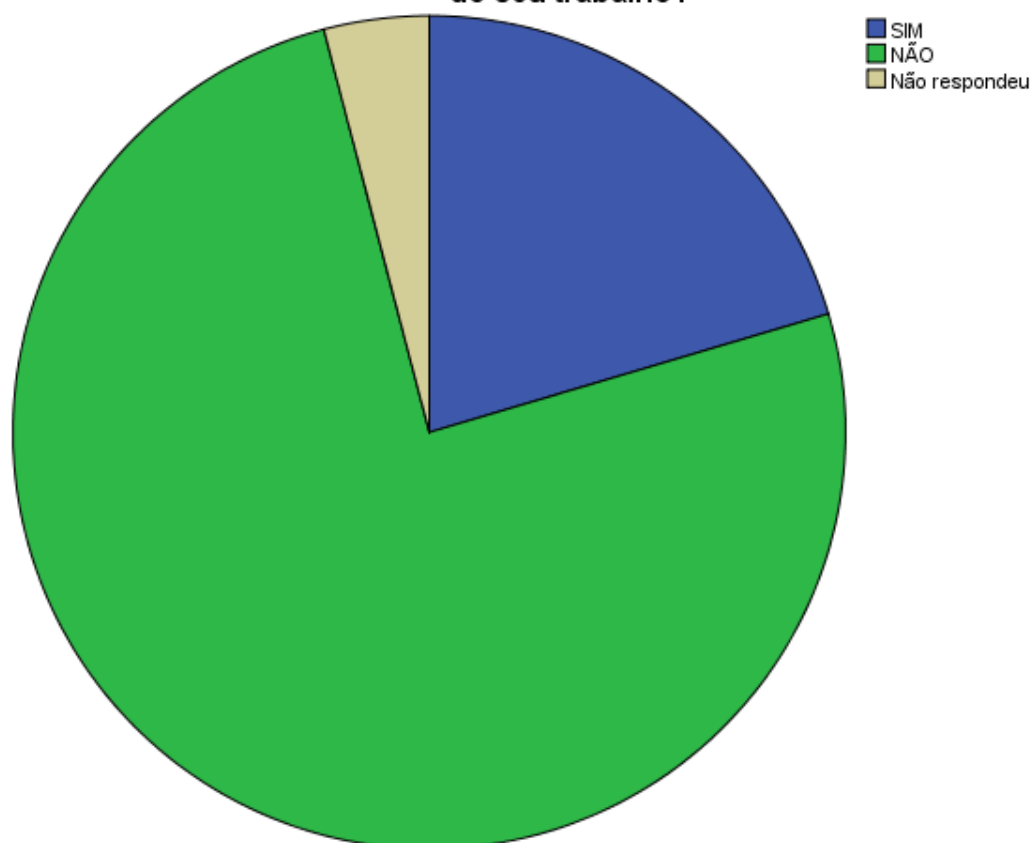


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXIV

Frequência Estatística					
49 – Você entende que o salário que recebe é compatível com a responsabilidade do seu trabalho?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
49 – Você entende que o salário que recebe é compatível com a responsabilidade do seu trabalho?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Validos	SIM	10	20,4	20,4	20,4
	NÃO	37	75,5	75,5	95,9
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

49 Você entende que o salário que recebe é compatível com a responsabilidade do seu trabalho?

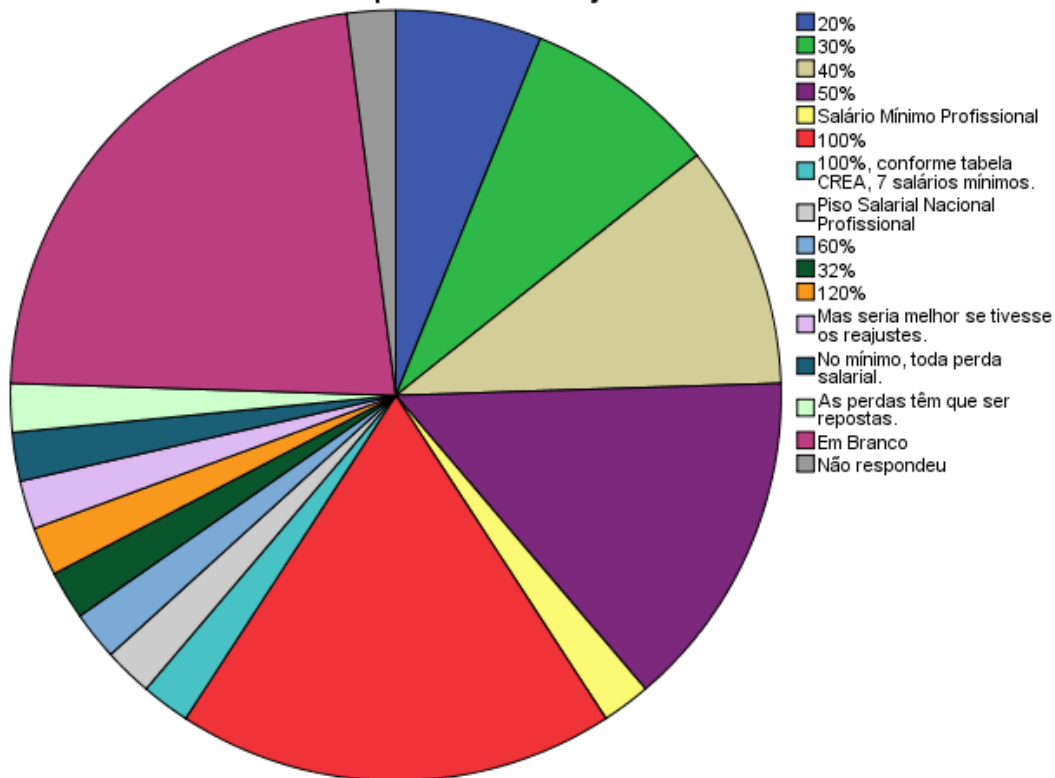


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXV

Frequência Estatística					
49.01 – Se NÃO considera seu salário compatível com a responsabilidade do seu trabalho, qual será o percentual de aumento necessário a ser aplicado para que ele se torne “justo”?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
49.01 – Se NÃO considera seu salário compatível com a responsabilidade do seu trabalho, qual será o percentual de aumento necessário a ser aplicado para que ele se torne “justo”?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	20%	3	6,1	6,1	6,1
	30%	4	8,2	8,2	14,3
	40%	5	10,2	10,2	24,5
	50%	7	14,3	14,3	38,8
	Salário Mínimo Profissional	1	2,0	2,0	40,8
	100%	9	18,4	18,4	59,2
	100%, conforme tabela CREA, 7 salários mínimos.	1	2,0	2,0	61,2
	Piso Salarial Nacional Profissional	1	2,0	2,0	63,3
	60%	1	2,0	2,0	65,3
	32%	1	2,0	2,0	67,3
	120%	1	2,0	2,0	69,4
	Mas seria melhor se tivesse os reajustes.	1	2,0	2,0	71,4
	No mínimo, toda perda salarial.	1	2,0	2,0	73,5
	As perdas têm que ser repostas.	1	2,0	2,0	75,5
	Em Branco	11	22,4	22,4	98,0
Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
Total		49	100,0	100,0	

49.01 Se NÃO, qual será o percentual de aumento necessário a ser aplicado para que ele se torne “justo”?



Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXVI

Frequência Estatística					
50 – Em 2011, a F-ITESP fez a reposição de 20%, em média, das perdas salariais acumuladas. Para você, isto foi?					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
50 – Em 2011, a F-ITESP fez a reposição de 20%, em média, das perdas salariais acumuladas. Para você, isto foi?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	c) Amenizou bastante	6	12,2	12,2	12,2
	d) Amenizou um pouco	8	16,3	16,3	28,6
	e) Insuficiente	5	10,2	10,2	38,8
	f) Deve-se buscar o saldo restante	10	20,4	20,4	59,2
	g) Não foi sentida devido ao fato da maioria dos trabalhadores (as) da F-ITESP estar dependurada em dívidas...	9	18,4	18,4	77,6
	E e F	4	8,2	8,2	85,7
	D e F	4	8,2	8,2	93,9
	C e F	1	2,0	2,0	95,9
	E, F e G	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

50 Em 2011, a F-ITESP fez a reposição de 20%, em média, das perdas salariais acumuladas. Para você, isto foi?

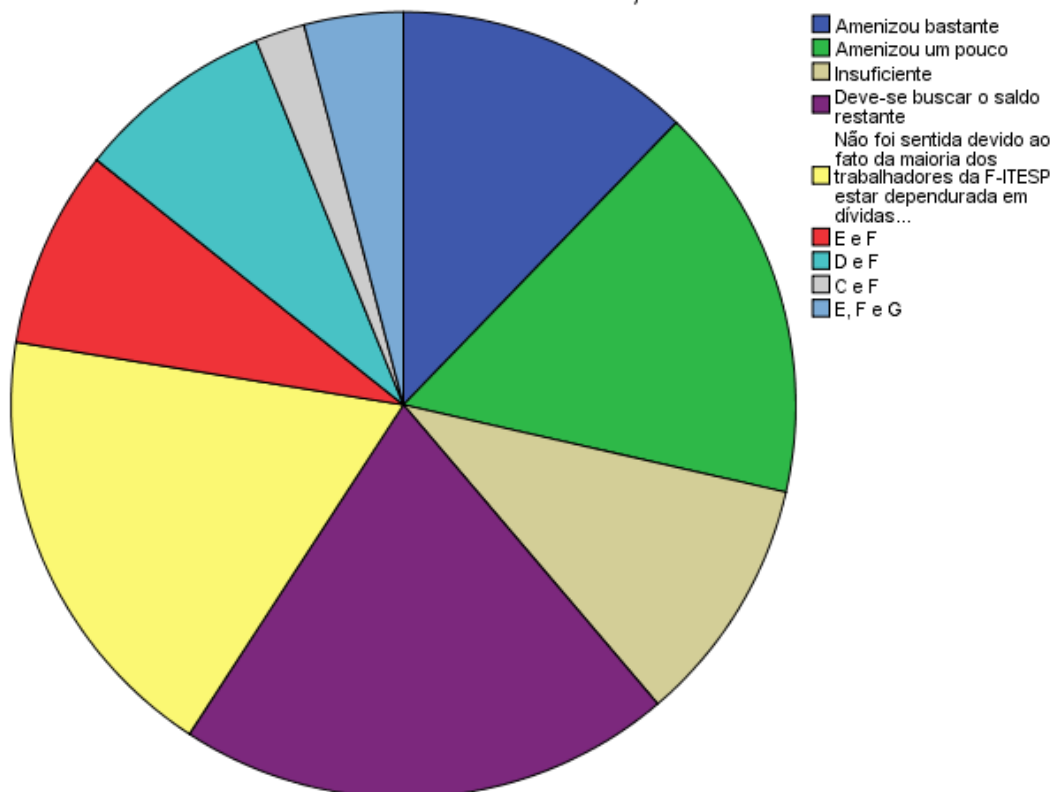
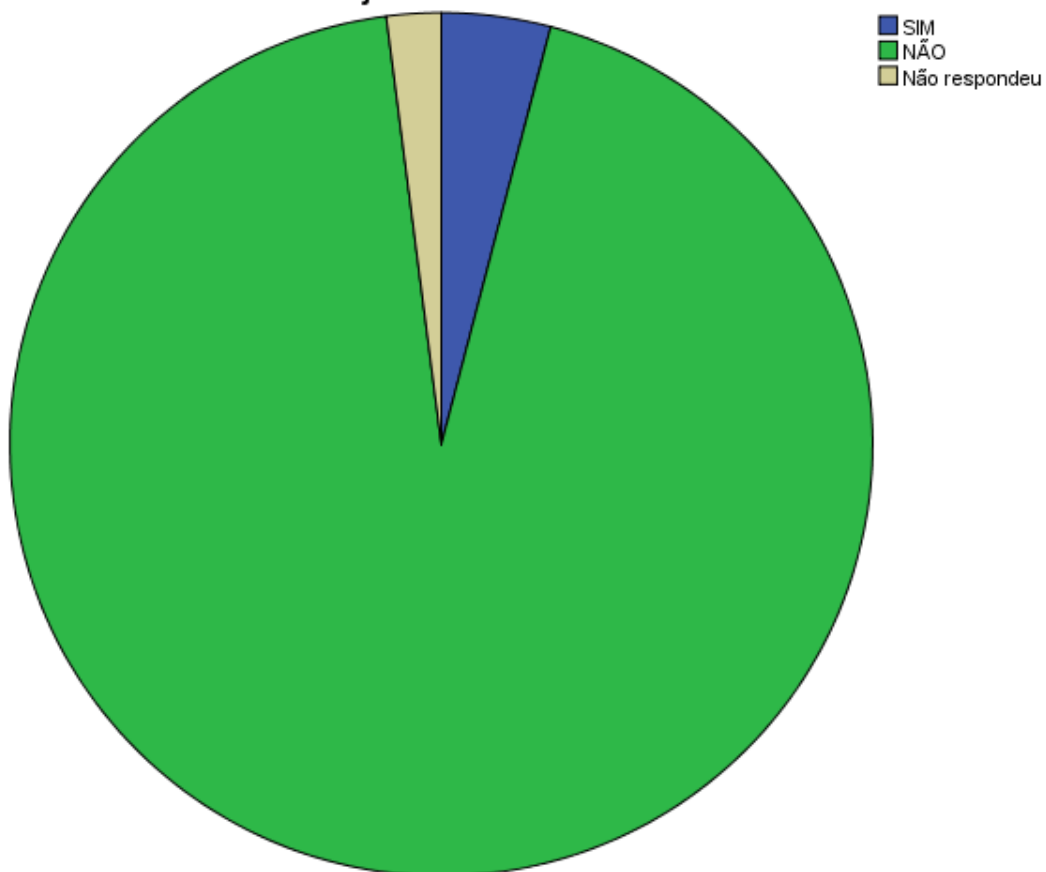


Tabela LXXXVII

Frequência Estatística						
51 – Você já recebe o Adicional de Insalubridade?						
Nº.	Válido					49
	Inexistente					00
51 – Você já recebe o Adicional de Insalubridade?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	2	4,1	4,1	4,1	
	NÃO	46	93,9	93,9	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

51 Você já recebe o Adicional de Insalubridade?

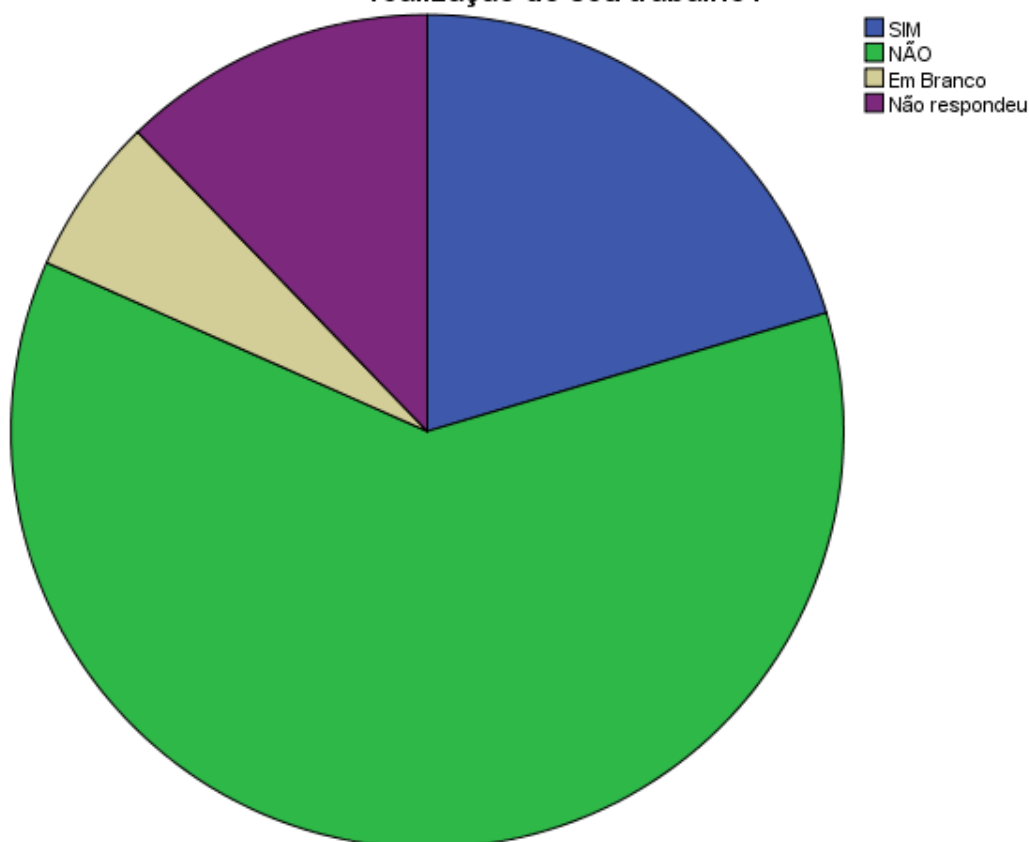


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXVIII

Frequência Estatística						
51.01 – Se NÃO recebe, você reivindica o pagamento de adicional de insalubridade na realização do seu trabalho?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
51.01 Se NÃO, você reivindica o pagamento de adicional de insalubridade na realização do seu trabalho?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	10	20,4	20,4	20,4	
	NÃO	30	61,2	61,2	81,6	
	Em Branco	3	6,1	6,1	87,8	
	Não respondeu	6	12,2	12,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

51.01 Se NÃO, você reivindica o pagamento de adicional de insalubridade na realização do seu trabalho?

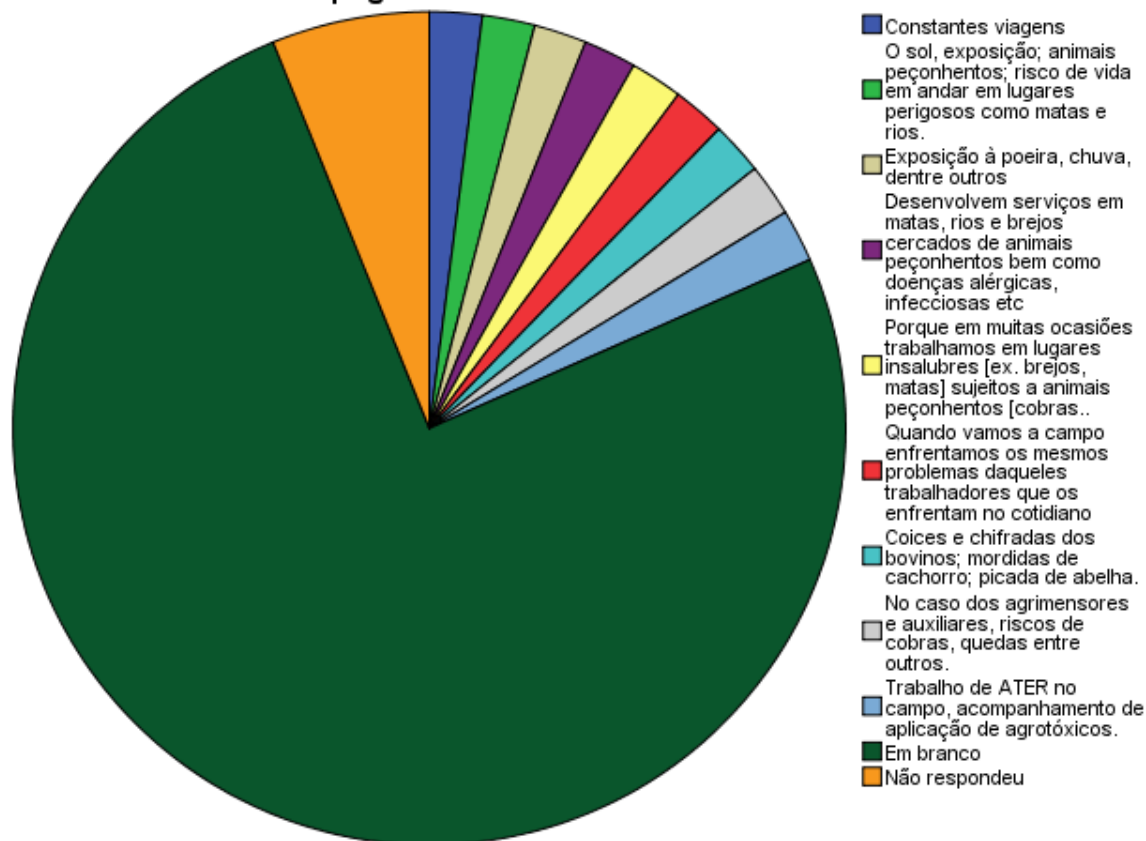


Fonte: Própria, o autor

Tabela LXXXIX

Frequência Estatística						
51.02 – Se SIM, qual é a característica peculiar do seu trabalho que justifica o pagamento do referido adicional?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
51.02 – Se SIM, qual é a característica peculiar do seu trabalho que justifica o pagamento do referido adicional?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Constantes viagens	1	2,0	2,0	2,0	
	O sol, exposição; animais peçonhentos; risco de vida em andar em lugares perigosos como matas e rios.	1	2,0	2,0	4,1	
	Exposição à poeira, chuva, dentre outros	1	2,0	2,0	6,1	
	Desenvolvem serviços em matas, rios e brejos cercados de animais peçonhentos bem como doenças alérgicas, infecciosas etc	1	2,0	2,0	8,2	
	Porque em muitas ocasiões trabalhamos em lugares insalubres [ex. brejos, matas] sujeitos a animais peçonhentos [cobras..	1	2,0	2,0	10,2	
	Quando vamos a campo enfrentamos os mesmos problemas daqueles trabalhadores (as) que os enfrentam no cotidiano	1	2,0	2,0	12,2	
	Coices e chifradas dos bovinos; mordidas de cachorro; picada de abelha.	1	2,0	2,0	14,3	
	No caso dos agrimensores e auxiliares, riscos de cobras, quedas entre outros.	1	2,0	2,0	16,3	
	Trabalho de ATER no campo, acompanhamento de aplicação de agrotóxicos.	1	2,0	2,0	18,4	
	Em branco	37	75,5	75,5	93,9	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	100,0	
Total	49	100,0	100,0			

51.02 Se SIM, qual é a característica peculiar do seu trabalho que justifica o pagamento do referido adicional?

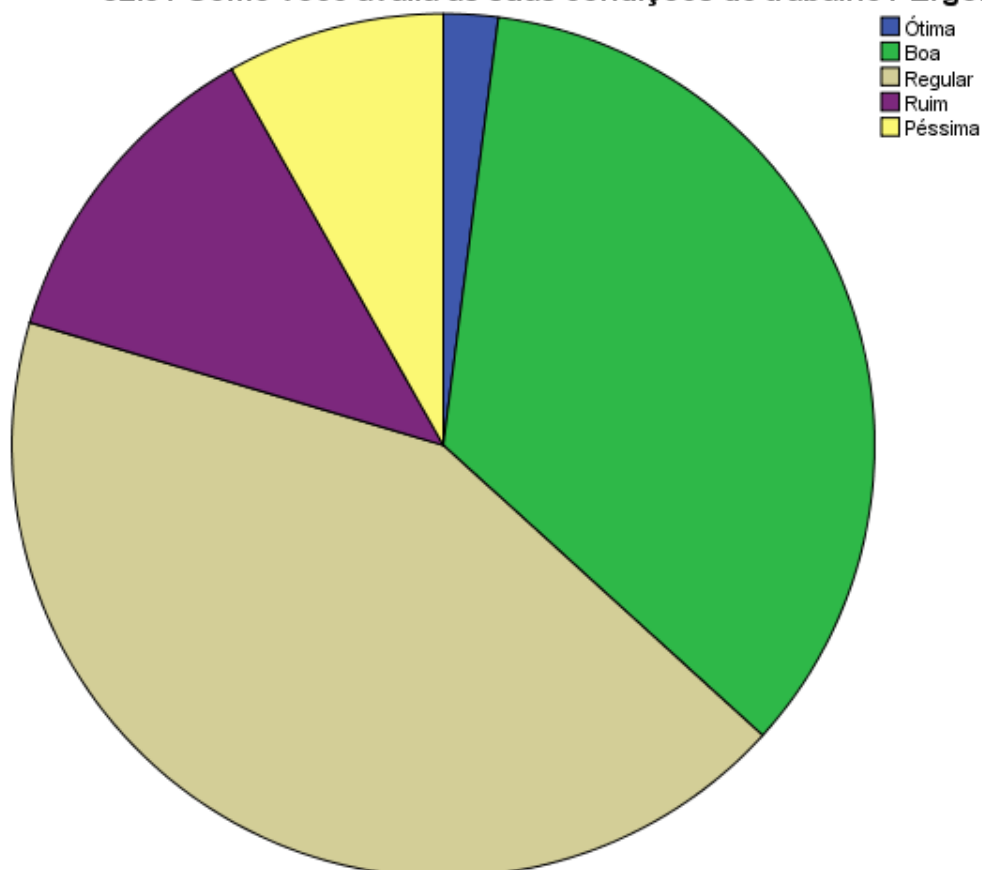


Fonte: Própria, o autor

Tabela XC

Frequência Estatística						
52.01 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Ergonomia						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
52.01 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Ergonomia						
Qualidade		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Ótima	1	2,0	2,0	2,0	
	Boa	17	34,7	34,7	36,7	
	Regular	21	42,9	42,9	79,6	
	Ruim	6	12,2	12,2	91,8	
	Péssima	4	8,2	8,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

52.01 Como você avalia as suas condições de trabalho? Ergonomia

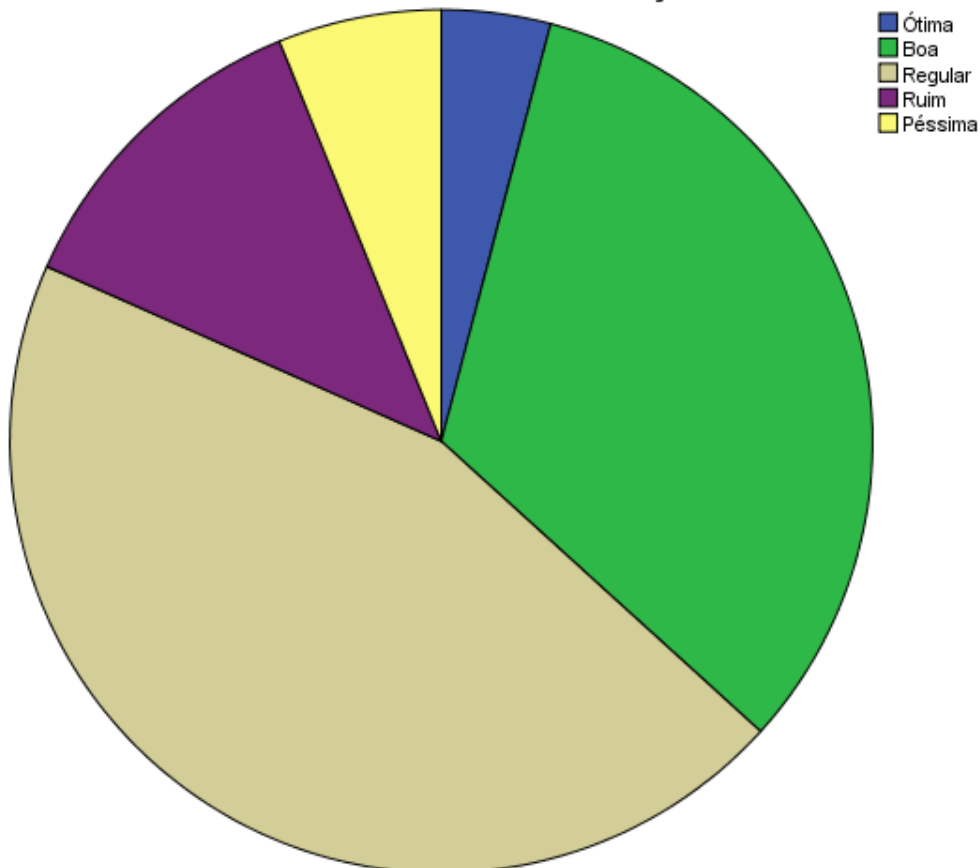


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCI

Frequência Estatística						
52.02 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Mobiliário						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
52.02 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Mobiliário						
Qualidade		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Ótima	2	4,1	4,1	4,1	
	Boa	16	32,7	32,7	36,7	
	Regular	22	44,9	44,9	81,6	
	Ruim	6	12,2	12,2	93,9	
	Péssima	3	6,1	6,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

52.02 Como você avalia as suas condições de trabalho? Mobiliário

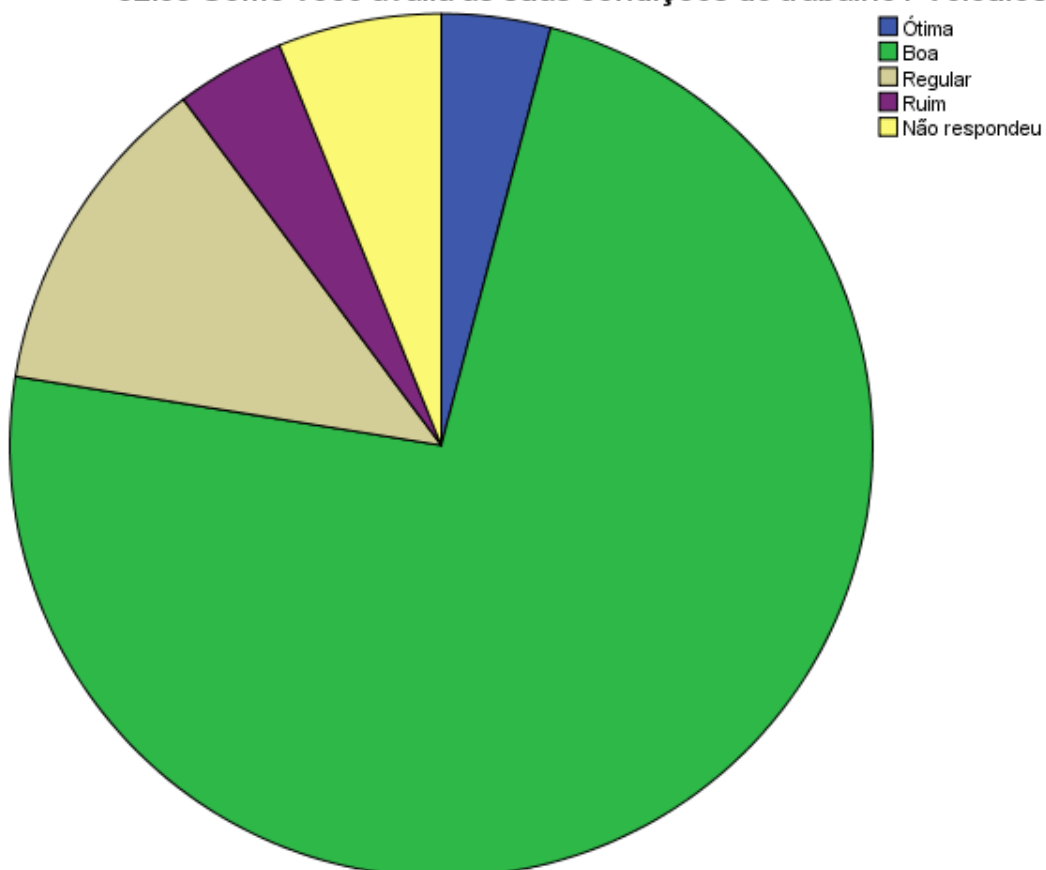


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCII

Frequência Estatística						
52.03 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Veículos						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
52.03 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Veículos						
Qualidade		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Ótima	2	4,1	4,1	4,1	
	Boa	36	73,5	73,5	77,6	
	Regular	6	12,2	12,2	89,8	
	Ruim	2	4,1	4,1	93,9	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

52.03 Como você avalia as suas condições de trabalho? Veículos

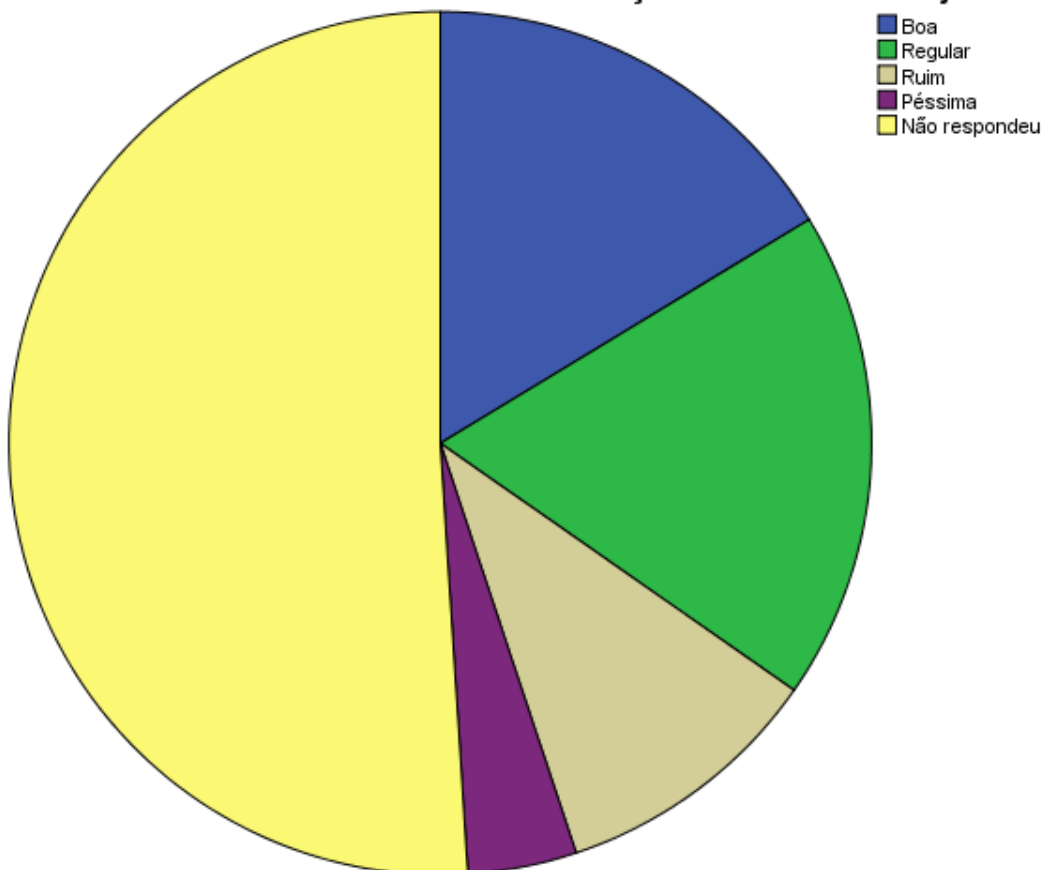


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCIII

Frequência Estatística						
52.04 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Alojamentos						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
52.04 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Alojamentos						
Qualidade		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Boa	8	16,3	16,3	16,3	
	Regular	9	18,4	18,4	34,7	
	Ruim	5	10,2	10,2	44,9	
	Péssima	2	4,1	4,1	49,0	
	Não respondeu	25	51,0	51,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

52.04 Como você avalia as suas condições de trabalho? Alojamentos

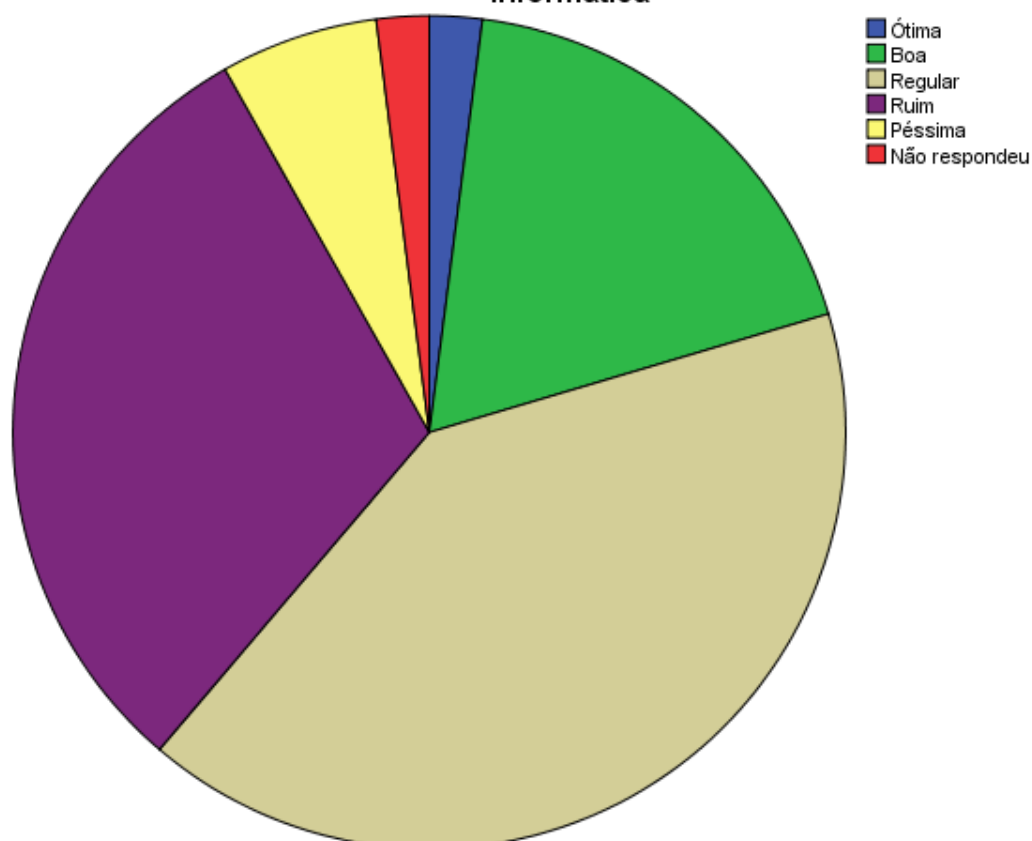


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCIV

Frequência Estatística					
52.05 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Ferramentas de Informática					
N	Válidos				49
	Inexistente				00
52.05 – Como você avalia as suas condições de trabalho? Ferramentas de Informática					
	Qualidade	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Ótima	1	2,0	2,0	2,0
	Boa	9	18,4	18,4	20,4
	Regular	20	40,8	40,8	61,2
	Ruim	15	30,6	30,6	91,8
	Péssima	3	6,1	6,1	98,0
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

52.05 Como você avalia as suas condições de trabalho? Ferramentas de Informática

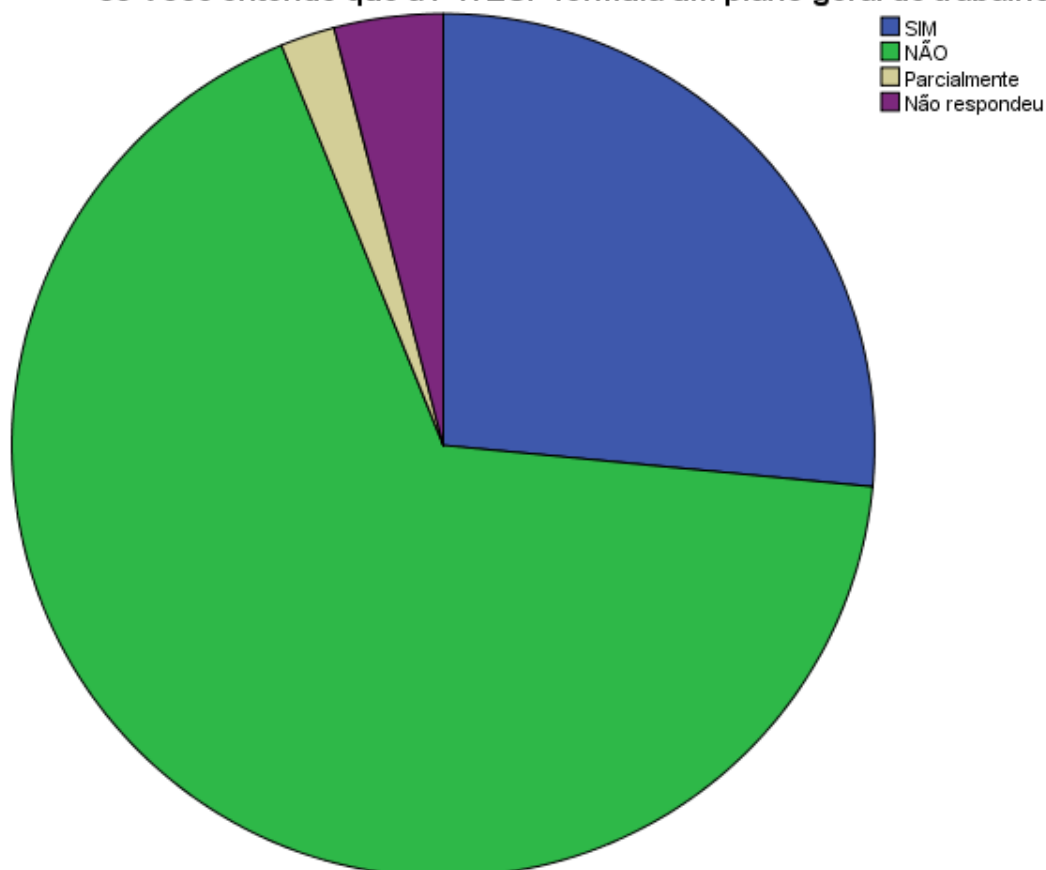


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCV

Frequência Estatística						
53 – Você entende que a F-ITESP formula um plano geral de trabalho?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
53 – Você entende que a F-ITESP formula um plano geral de trabalho?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	13	26,5	26,5	26,5	
	NÃO	33	67,3	67,3	93,9	
	Parcialmente	1	2,0	2,0	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

53 Você entende que a F-ITESP formula um plano geral de trabalho?

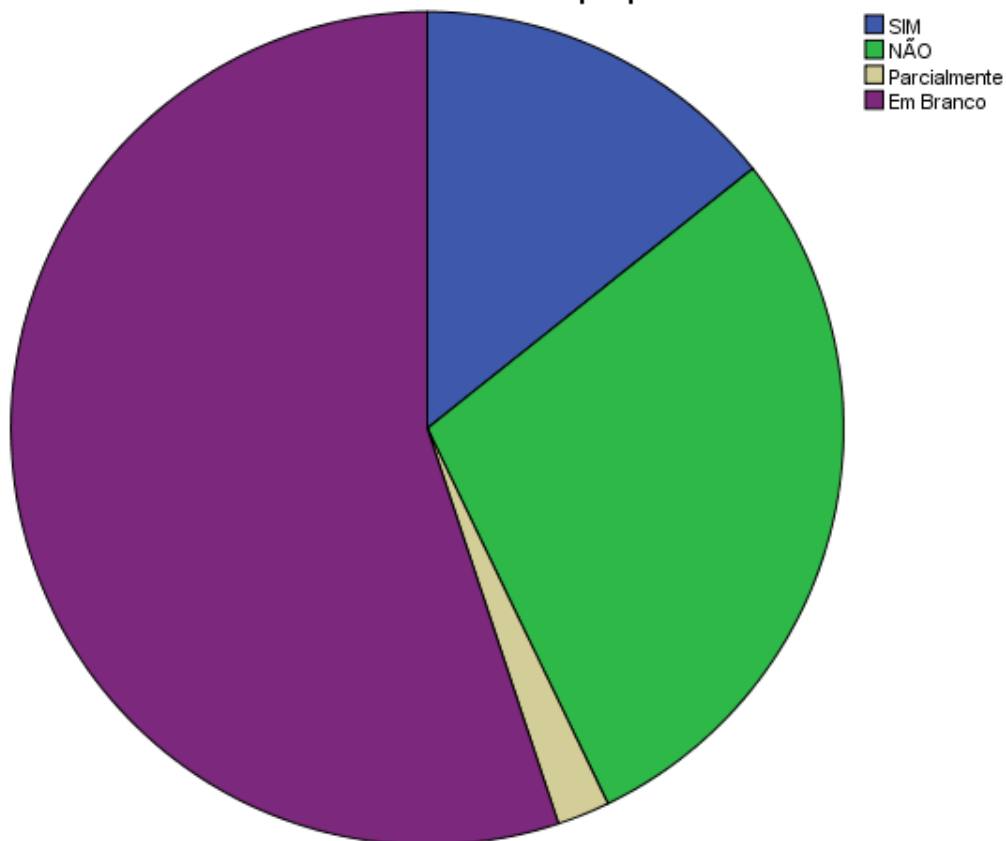


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCVI

Frequência Estatística						
54 – Se SIM, você tem conhecimento se a F. ITESP implanta o referido plano geral de trabalho proposto?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
54 – Se SIM, você tem conhecimento se a F. ITESP implanta o referido plano geral de trabalho proposto?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	7	14,3	14,3	14,3	
	NÃO	14	28,6	28,6	42,9	
	Parcialmente	1	2,0	2,0	44,9	
	Em Branco	27	55,1	55,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

54 Se SIM, você tem conhecimento se a F-ITESP implanta o referido plano geral de trabalho proposto?

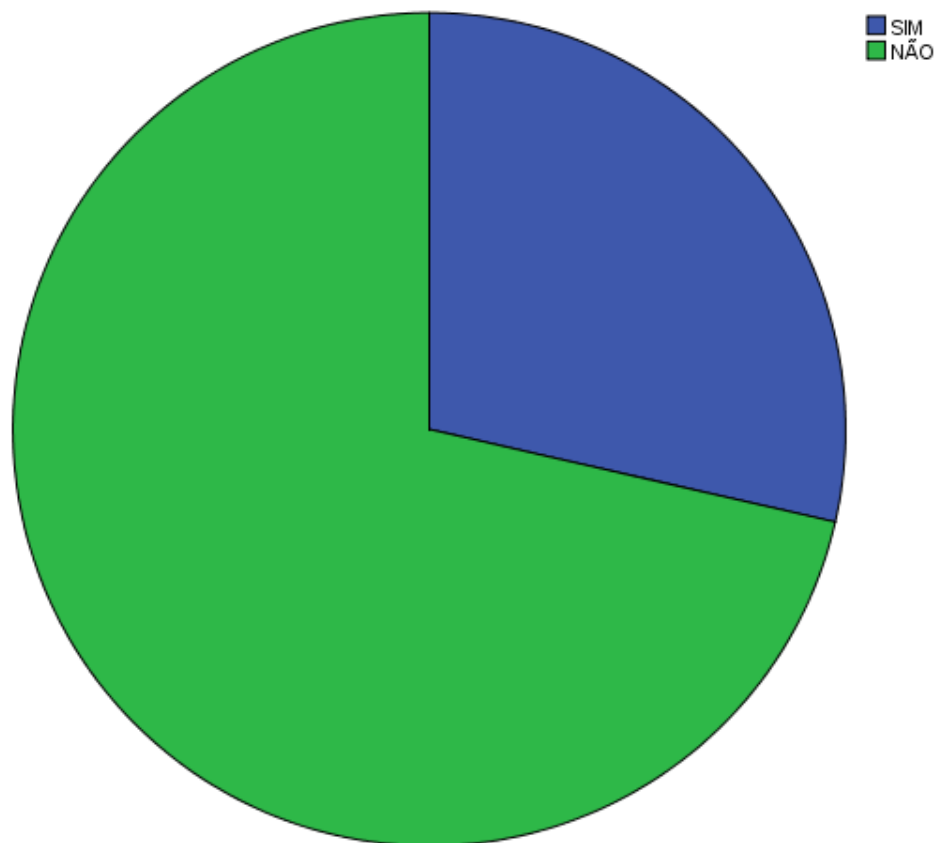


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCVII

Frequência Estatística				
55 – Você entende que a F. ITESP aproveita bem suas capacidades e habilidades individuais?				
Nº.	Válidos			49
	Inexistente			00
55 – Você entende que a F. ITESP aproveita bem suas capacidades e habilidades individuais?				
		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	SIM	14	28,6	28,6
	NÃO	35	71,4	71,4
	Total	49	100,0	100,0
				Percentual Acumulado
				28,6
				100,0

55 Você entende que a F-ITESP aproveita bem suas capacidades e habilidades individuais?



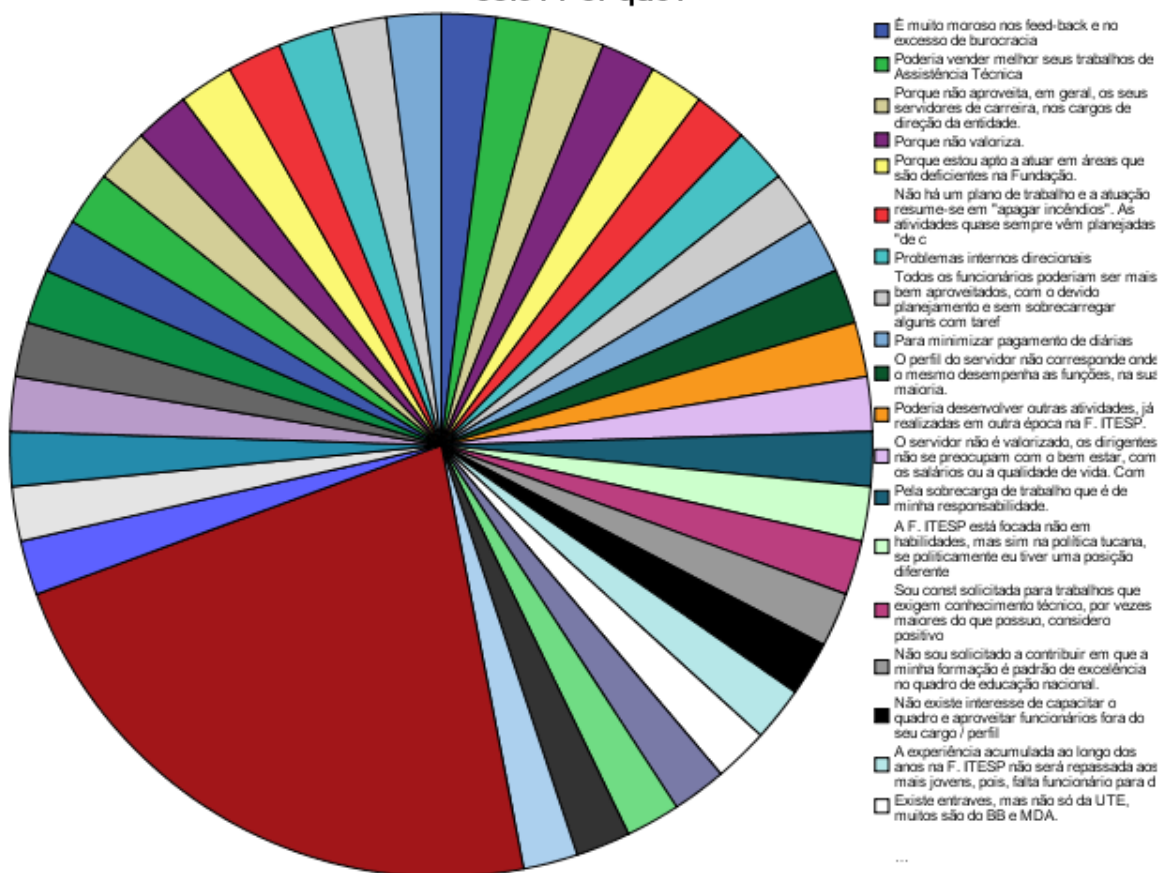
Fonte: Própria, o autor

Tabela XCVIII

Frequência Estatística					
55.01 – Por que você entende que a F. ITESP aproveita bem ou não suas capacidades e habilidades individuais?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
55.01 – Por quê?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	É muito moroso nos feed-back e no excesso de burocracia	1	2,0	2,0	2,0
	Poderia vender melhor seus trabalhos de Assistência Técnica	1	2,0	2,0	4,1
	Porque não aproveita, em geral, os seus servidores de carreira, nos cargos de direção da entidade.	1	2,0	2,0	6,1
	Porque não valoriza.	1	2,0	2,0	8,2
	Porque estou apto a atuar em áreas que são deficientes na Fundação.	1	2,0	2,0	10,2
	Não há um plano de trabalho e a atuação resume-se em "apagar incêndios". As atividades quase sempre vêm planejadas "de c	1	2,0	2,0	12,2
	Problemas internos direcionais	1	2,0	2,0	14,3
	Todos os funcionários poderiam ser mais bem aproveitados, com o devido planejamento e sem sobrecarregar alguns com taref	1	2,0	2,0	16,3
	Para minimizar pagamento de diárias	1	2,0	2,0	18,4
	O perfil do servidor não corresponde onde o mesmo desempenha as funções, na sua maioria.	1	2,0	2,0	20,4
	Poderia desenvolver outras atividades, já realizadas em outra época na F. ITESP.	1	2,0	2,0	22,4
	O servidor não é valorizado, os dirigentes não se preocupam com o bem estar, com os salários ou a qualidade de vida. Com	1	2,0	2,0	24,5
	Pela sobrecarga de trabalho que é de minha responsabilidade.	1	2,0	2,0	26,5
	A F. ITESP está focada não em habilidades, mas sim na política tucana, se politicamente eu tiver uma posição diferente	1	2,0	2,0	28,6
	Sou const solicitada para trabalhos que exigem conhecimento técnico, por vezes maiores do que possuo, considero positivo	1	2,0	2,0	30,6
	Não sou solicitado a contribuir em que a minha formação é padrão de excelência no quadro de educação nacional.	1	2,0	2,0	32,7
	Não existe interesse de capacitar o quadro e aproveitar funcionários fora do seu cargo / perfil	1	2,0	2,0	34,7
	A experiência acumulada ao longo dos anos na F. ITESP não será repassada aos mais jovens, pois, falta funcionário para d	1	2,0	2,0	36,7
	Existe entraves, mas não só da UTE, muitos são do BB e MDA.	1	2,0	2,0	38,8

Eu consigo cumprir as metas com um trabalho. E também oriento meus colegas em momentos que meus conhecimentos podem ajudar	1	2,0	2,0	40,8
No caso dos veterinários, há alguns anos, 70% do nosso trabalho está direcionado a cumprir rigorosamente uma Lei Federal	1	2,0	2,0	42,9
Penso que sim, pois, no caso do advogado, nós podemos demonstrar nossas capacidades e habilidades na feitura dos pareceres	1	2,0	2,0	44,9
A falta de um PCCS claro, bem definido e aplicável é o maior reconhecimento da falta de aproveitamento das habilidades	1	2,0	2,0	46,9
Não respondeu	11	22,4	22,4	69,4
Porque não se oferece cursos para aprimorar o trabalho realizado. Cursos inerentes à função, compatível com o cargo exercido	1	2,0	2,0	71,4
Tenho sido convocado para outro serviço, fora os trabalhos no interior do grupo.	1	2,0	2,0	73,5
Falta procurar trabalhos mais importantes a serem executados pela instituição	1	2,0	2,0	75,5
Porque funcionários altamente capacitados não recebem a devida atenção.	1	2,0	2,0	77,6
Mas há de entender que todos têm obrigações com trabalho e família.	1	2,0	2,0	79,6
Aqui na Fundação ITESP só sobe quem diz amém e tem padrinho político forte	1	2,0	2,0	81,6
De nenhuma forma. Não existe capacitação direcionada.	1	2,0	2,0	83,7
Poderia contribuir com outras áreas, por exemplo, informática.	1	2,0	2,0	85,7
Não há capacitação, motivação e reciclagem. Busco inovações e os itens citados [anteriormente] por conta própria.	1	2,0	2,0	87,8
Sou incumbido de realizar tarefas inerentes ao veterinário que não há.	1	2,0	2,0	89,8
Falta de incentivo e oportunidade.	1	2,0	2,0	91,8
Alguns cargos que deveriam ser aproveitados com servidores do quadro, são ocupados por pessoas indicadas e que não são d	1	2,0	2,0	93,9
Acho que poderia ser mais aproveitado, mas também teria que aumentar o salário, pois, com o que eu ganho, estou trabalhando	1	2,0	2,0	95,9
Poderia ser melhor aproveitada as capacidades e habilidades individuais dos servidores em cada segmento de suas atividades	1	2,0	2,0	98,0
Falta planejamento integrado	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

55.01 Por quê?

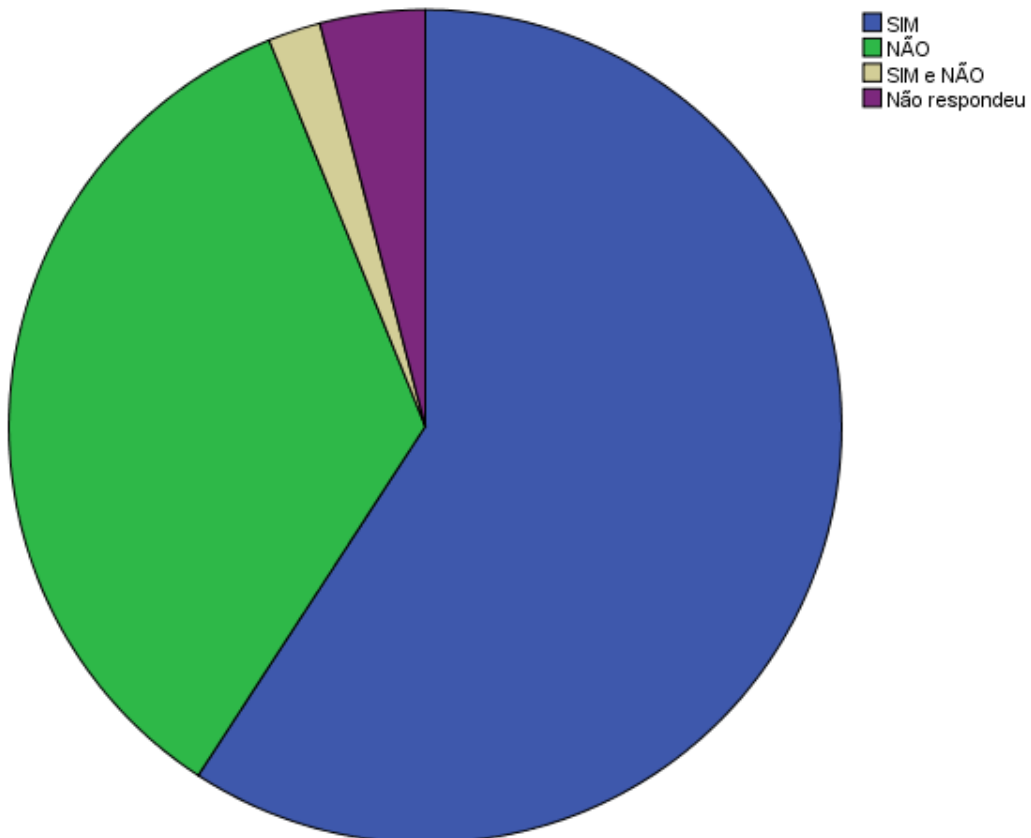


Fonte: Própria, o autor

Tabela XCIX

Frequência Estatística					
56 – Você sente que a F. ITESP lhe dá autonomia para a realização do seu trabalho?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
56 – Você sente que a F. ITESP lhe dá autonomia para a realização do seu trabalho?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	29	59,2	59,2	59,2
	NÃO	17	34,7	34,7	93,9
	SIM e NÃO	1	2,0	2,0	95,9
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

56 Você sente que a F-ITESP lhe dá autonomia para a realização do seu trabalho?



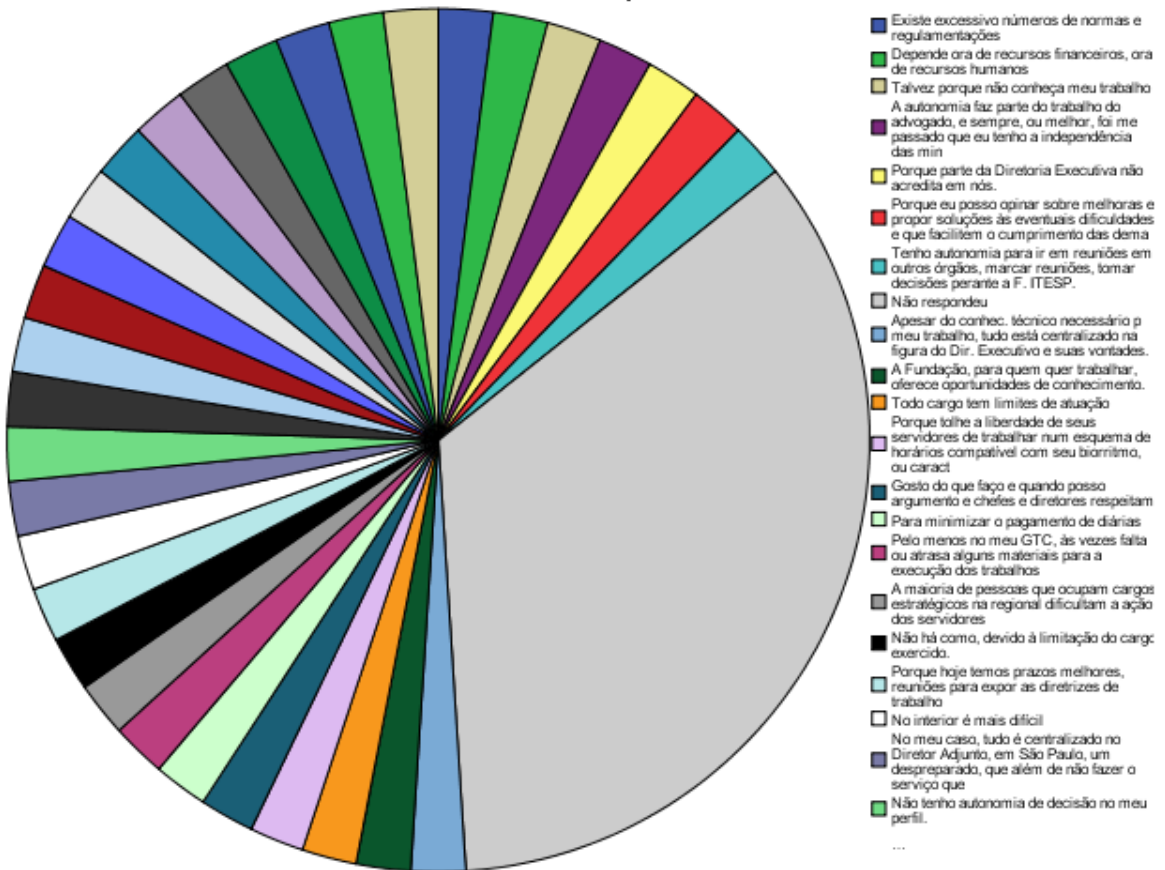
Fonte: Própria, o autor

Tabela C

Frequência Estatística					
56.01 – Por que você sente que a F. ITESP lhe dá ou não autonomia para a realização do seu trabalho?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
56.01 – Por quê?					
Válidos		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
	Existe excessivo números de normas e regulamentações	1	2,0	2,0	2,0
	Depende ora de recursos financeiros, ora de recursos humanos	1	2,0	2,0	4,1
	Talvez porque não conheça meu trabalho	1	2,0	2,0	6,1
	A autonomia faz parte do trabalho do advogado, e sempre, ou melhor, foi me passado que eu tenho a independência das min	1	2,0	2,0	8,2
	Porque parte da Diretoria Executiva não acredita em nós.	1	2,0	2,0	10,2
	Porque eu posso opinar sobre melhoras e propor soluções às eventuais dificuldades e que facilitem o cumprimento das dema	1	2,0	2,0	12,2
	Tenho autonomia para ir em reuniões em outros órgãos, marcar reuniões, tomar decisões perante a F. ITESP.	1	2,0	2,0	14,3
	Não respondeu	17	34,7	34,7	49,0
	Apesar do conhec. técnico necessário p meu trabalho, tudo está centralizado na figura do Dir. Executivo e suas vontades.	1	2,0	2,0	51,0
	A Fundação, para quem quer trabalhar, oferece oportunidades de conhecimento.	1	2,0	2,0	53,1
	Todo cargo tem limites de atuação	1	2,0	2,0	55,1
	Porque tolhe a liberdade de seus servidores de trabalhar num esquema de horários compatível com seu biorritmo, ou característica	1	2,0	2,0	57,1
	Gosto do que faço e quando posso argumento e chefes e diretores respeitam	1	2,0	2,0	59,2
	Para minimizar o pagamento de diárias	1	2,0	2,0	61,2
	Pelo menos no meu GTC, às vezes falta ou atrasa alguns materiais para a execução dos trabalhos	1	2,0	2,0	63,3
	A maioria de pessoas que ocupam cargos estratégicos na regional dificultam a ação dos servidores	1	2,0	2,0	65,3
	Não há como, devido à limitação do cargo exercido.	1	2,0	2,0	67,3
	Porque hoje temos prazos melhores, reuniões para expor as diretrizes de trabalho	1	2,0	2,0	69,4
	No interior é mais difícil	1	2,0	2,0	71,4
	No meu caso, tudo é centralizado no Diretor Adjunto, em São Paulo, um despreparado, que além de não fazer o serviço que	1	2,0	2,0	73,5
	Não tenho autonomia de decisão no meu perfil.	1	2,0	2,0	75,5
	Porque não sou cobrado estatisticamente pela realização do trabalho.	1	2,0	2,0	77,6
	Consigo desenvolver o trabalho com criatividade.	1	2,0	2,0	79,6
	Deveria não ter a tal exclusividade, ter uma renda extra, oficial.	1	2,0	2,0	81,6
	Porque os superiores hierárquicos acreditam e confiam em meu desempenho profissional [acredito].	1	2,0	2,0	83,7
	De acordo com a chefia	1	2,0	2,0	85,7
	Aparentemente dá, no entanto, quando decidem [a Diretoria] participar de alguma atividade que entendem ser "necessária"	1	2,0	2,0	87,8
	Dentro do possível sim, apesar da instituição ser muito burocrática.	1	2,0	2,0	89,8

Em parte tem-se a realização dos trabalhos sem padronização, sem procedimentos definidos e sem acompanhamento dos superiores na tesouraria.	1	2,0	2,0	91,8
A Direção é totalmente centralizadora!	1	2,0	2,0	93,9
Não sou "amiga" dos chefes do escritório, portanto, não posso pensar em autonomia.	1	2,0	2,0	95,9
Autonomia relativa, pois estamos subordinados às políticas (ou ausência delas) públicas.	1	2,0	2,0	98,0
Total	49	100,0	100,0	

56.01 Por quê?



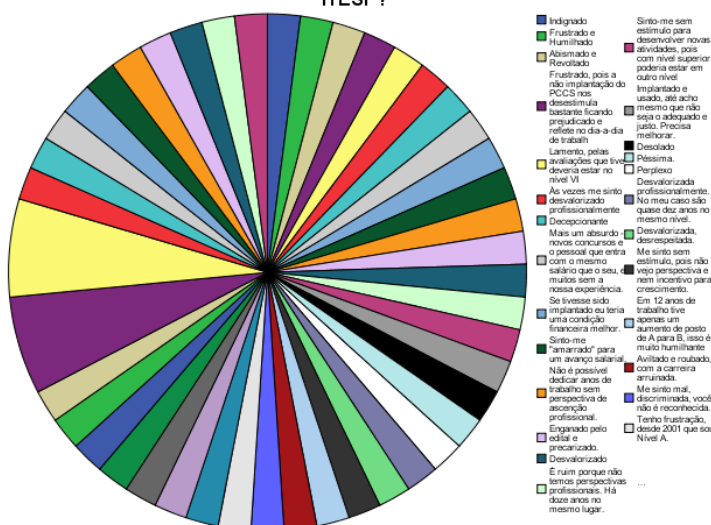
Fonte: Própria, o autor

Tabela CI

Frequência Estatística					
57 – Como você se sente com o fato de nunca ter sido implantado o PCCS da F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
57 – Como você se sente com o fato de nunca ter sido implantado o PCCS da F. ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Indignado	1	2,0	2,0	2,0
	Frustrado e Humilhado	1	2,0	2,0	4,1
	Abismado e Revoltado	1	2,0	2,0	6,1
	Frustrado, pois a não implantação do PCCS nos desestimula bastante ficando prejudicado e reflete no dia-a-dia de trabalho	1	2,0	2,0	8,2
	Lamento, pelas avaliações que tive deveria estar no nível VI	1	2,0	2,0	10,2
	Às vezes me sinto desvalorizado profissionalmente	1	2,0	2,0	12,2
	Decepcionante	1	2,0	2,0	14,3
	Mais um absurdo - novos concursos e o pessoal que entra com o mesmo salário que o seu, e muitos sem a nossa experiência.	1	2,0	2,0	16,3
	Se tivesse sido implantado eu teria uma condição financeira melhor.	1	2,0	2,0	18,4
	Sinto-me "amarrado" para um avanço salarial.	1	2,0	2,0	20,4
	Não é possível dedicar anos de trabalho sem perspectiva de ascensão profissional.	1	2,0	2,0	22,4
	Enganado pelo edital e precarizado.	1	2,0	2,0	24,5
	Desvalorizado	1	2,0	2,0	26,5
	É ruim porque não temos perspectivas profissionais. Há doze anos no mesmo lugar.	1	2,0	2,0	28,6
	Sinto-me sem estímulo para desenvolver novas atividades, pois com nível superior poderia estar em outro nível	1	2,0	2,0	30,6
	Implantado e usado, até acho mesmo que não seja o adequado e justo. Precisa melhorar.	1	2,0	2,0	32,7
	Desolado	1	2,0	2,0	34,7
	Péssima.	1	2,0	2,0	36,7
	Perplexo	1	2,0	2,0	38,8
	Desvalorizada profissionalmente. No meu caso são quase dez anos no mesmo nível.	1	2,0	2,0	40,8
	Desvalorizada, desrespeitada.	1	2,0	2,0	42,9
	Me sinto sem estímulo, pois não vejo perspectiva e nem incentivo para crescimento.	1	2,0	2,0	44,9
	Em 12 anos de trabalho tive apenas um aumento de posto de A para B, isso é muito humilhante	1	2,0	2,0	46,9
	Aviltado e roubado, com a carreira arruinada.	1	2,0	2,0	49,0
	Me sinto mal, discriminada, você não é reconhecida.	1	2,0	2,0	51,0
	Tenho frustração, desde 2001 que sou Nível A.	1	2,0	2,0	53,1
	É como estar estacionado na carreira, sem perspectiva de cresc. prof. e financeiro. É um desestímulo para o trabalho.	1	2,0	2,0	55,1

Sinto uma frustração. Vejo que no quadro dos dirigentes não tem pessoal capacitado, qualificado para a implantação do PC	1	2,0	2,0	57,1
Frustrado	1	2,0	2,0	59,2
Desvalorizada todo o tempo e mais a sensação de perda de tempo na instituição.	1	2,0	2,0	61,2
Assunto cansativo e desesperançoso	1	2,0	2,0	63,3
Traído! Não foi o combinado quando da criação da F. ITESP. Atualmente é o mau maior da F. ITESP.	1	2,0	2,0	65,3
É uma pena, até agora não termos algo real e verdadeiro implantado; só espero que se implante e os anos perdidos possam	1	2,0	2,0	67,3
Não respondeu	3	6,1	6,1	73,5
Desmotivado	3	6,1	6,1	79,6
Sinto-me frustrada, pois, estou há 8 anos na F. ITESP, e o máximo que avancei foi passar da letra A para B, ou seja, est	1	2,0	2,0	81,6
É lamentável, sem perspectivas, acomodada dentro da situação oferecida atualmente,	1	2,0	2,0	83,7
A não implantação é ruim, pois, é a desvalorização do principal capital do ITESP, que é o capital humano e intelectual.	1	2,0	2,0	85,7
Triste, pois poderíamos ter um salário melhor.	1	2,0	2,0	87,8
Eu me sinto como palhaço	1	2,0	2,0	89,8
Enganado	1	2,0	2,0	91,8
Roubado, subtraído como pai de família e profissional. Como ser humano, desmotivado.	1	2,0	2,0	93,9
Desmotivado, afinal, juntando todo o tempo que trabalho no ITESP [21 anos] não subi de nível até o momento. A avaliação	1	2,0	2,0	95,9
100% desmotivado.	1	2,0	2,0	98,0
Estagnada	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

57 Como você se sente com o fato de nunca ter sido implantado o PCCS da F-ITESP?



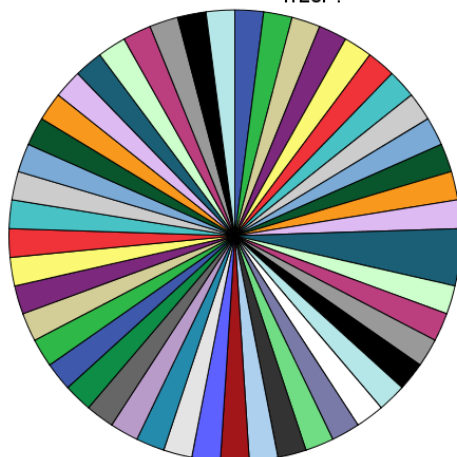
Fonte: Própria, o autor

Tabela CII

Frequência Estatística					
58 – Como você se sente em relação à tentativa de anulação do Concurso de 2000, pelo Ministério Público Estadual – MPE -, através do qual você ingressou na F-ITESP?					
Nº.	Válido				49
	Inexistente				00
58 – Como você se sente em relação à tentativa de anulação do Concurso de 2000, pelo Ministério Público Estadual – MPE -, através do qual você ingressou na F-ITESP?					
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Percentual Acumulado
Válidos	Sensação de Incredulidade	1	2,0	2,0	2,0
	Motivada a buscar outras alternativas	1	2,0	2,0	4,1
	Fui enganado pelo Estado e agora o problema é todo meu	1	2,0	2,0	6,1
	Traído e Enganado	1	2,0	2,0	8,2
	Inseguro juridicamente	1	2,0	2,0	10,2
	Preocupado, pois a insegurança gera desgaste e também prejudica a qualidade de vida e problemas emocionais.	1	2,0	2,0	12,2
	Muito desagradável	1	2,0	2,0	14,3
	Completo estado de insegurança	1	2,0	2,0	16,3
	Tenho que pagar pelo erro dos outros, convivendo com esse terrorismo psicológico.	1	2,0	2,0	18,4
	Enganado	1	2,0	2,0	20,4
	É constrangedor fazer com que você (nós) prestamos um concurso e ficar agonizando com a situação	1	2,0	2,0	22,4
	Apesar do desgaste estressante a todos os envolvidos, sinto-me, ainda, confiante em uma solução jurídica favorável aos t	1	2,0	2,0	24,5
	Injustiçado	2	4,1	4,1	28,6
	Enganado pelo edital e pelos dirigentes e autoridades do Estado.	1	2,0	2,0	30,6
	Sinto-me de aviso prévio constante.	1	2,0	2,0	32,7
	A insegurança faz com que o órgão se esvazie.	1	2,0	2,0	34,7
	Tenho quase 20 anos de Itesp, Fundação etc, acho que sou capaz de arrumar outro emprego,	1	2,0	2,0	36,7
	Na verdade foi um tiro no pé da Associação de Funcionários da época que provocou uma Assembleia para a anulação e a maio	1	2,0	2,0	38,8
	Me sinto mal	1	2,0	2,0	40,8
	Péssima.	1	2,0	2,0	42,9
	Lutei pelo cancelamento na época. Hoje sou contra. Mas o Governo me deve satisfações.	1	2,0	2,0	44,9
	Entendo que face ao vício o M. P. está correto e a Justiça decidiu corretamente também. Por outro lado, entendo que a F.	1	2,0	2,0	46,9
	Com muita insegurança	1	2,0	2,0	49,0
	Sinto-me injustiçada pelo fato de não ter formulado o Edital e não entender da área jurídica.	1	2,0	2,0	51,0
	Nunca me importei com isto. Faz 8 anos e meio que trabalho aqui, se me importasse estaria muito estressada.	1	2,0	2,0	53,1
	Me sinto indignado, pois não tenho nada a ver com os erros cometidos pela Diretoria que elaborou o concurso e agora estou	1	2,0	2,0	55,1
	Enganada e decepcionada. Quando fui contratada, em 2004, não fui informada que o concurso estava anulado e sub-júdice.	1	2,0	2,0	57,1
	Inseguro e descrente da Justiça advinda do Poder Judiciário.	1	2,0	2,0	59,2
	Muito Preocupado	1	2,0	2,0	61,2
	Creio que não haverá anulação, sempre haverá elementos e argumentos para contestar uma decisão.	1	2,0	2,0	63,3

No meu caso tranquila. Adoro o ITESP e levarei, caso aconteça algo, as melhores recordações. Claro, uma fatalidade que	1	2,0	2,0	65,3
Acho uma tremenda palhaçada, uma falta de respeito com quem foi aprovado no concurso. Se houve alguma falha foi no edita	1	2,0	2,0	67,3
Medo, enganado; mas com esperança que a AFITESP e o próprio ITESP resolvam essa situação o mais rápido possível	1	2,0	2,0	69,4
Cética	1	2,0	2,0	71,4
A falta de visão de gerenciamento batizado de ferramentas de gestão pública é um agravante na gestão da F. ITESP.	1	2,0	2,0	73,5
Mais um fator de desestímulo, não consigo compreender a situação a que se chegou - total descalabro, indignação etc	1	2,0	2,0	75,5
Traída, me sinto vulnerável, totalmente sem estabilidade alguma, sem nenhuma perspectiva para dar continuidade aos trabalhos	1	2,0	2,0	77,6
Traído! Não foi o combinado quando da criação da F. ITESP. A situação só beneficia a F. ITESP.	1	2,0	2,0	79,6
Muito triste, pois prestamos um concurso público pensando que estávamos seguros.	1	2,0	2,0	81,6
Não Respondeu	1	2,0	2,0	83,7
Insegurança	1	2,0	2,0	85,7
Sinto-me frustrada, pois, quando me escrevi para o Concurso, pensava estar ele sendo realizado legalmente. O que torna a	1	2,0	2,0	87,8
Eu me sinto lesado	1	2,0	2,0	89,8
É uma situação muito ruim, pois, não há uma segurança em relação à sua situação. É mais complicado ao analisar que nenhum	1	2,0	2,0	91,8
Perseguido 24h por dia!	1	2,0	2,0	93,9
Me sinto desrespeitado e desvalorizado. Assim como a própria lei e o MPE é uma vergonha.	1	2,0	2,0	95,9
Isto hoje é um absurdo, já se passaram muitos anos, isto na verdade nem deveria ter acontecido, o processo deveria ter	1	2,0	2,0	98,0
Estou indignado com a situação. A falta foi dos gestores públicos à época. Eles devem ser penalizados.	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

58 Como você se sente em relação à tentativa de anulação do Concurso de 2000, pelo Ministério Público Estadual - MPE -, através do qual você ingressou na F-ITESP?



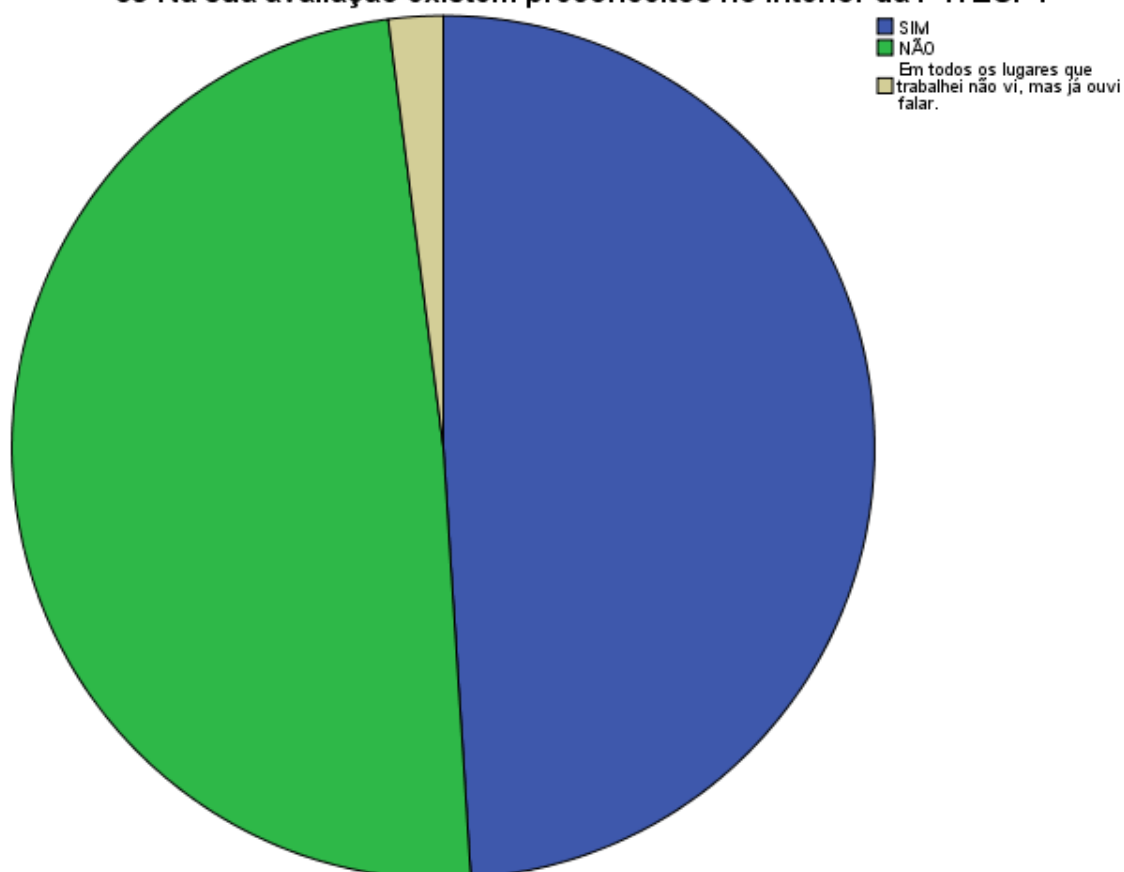
- Sensação de Incredulidade
- Motivada a buscar outras alternativas
- Foi enganado pelo Estado e agora o problema é todo meu
- Traído e Enganado
- Inseguro
- Preocupado, pois a insegurança gera insegurança e também prejudica a qualidade de vida e problemas emocionais.
- Muito desagradável
- Completo estado de insegurança
- Tenho que pagar pelo estado e outros, convivendo com esse terrorismo psicológico
- Enganado
- Estou indignado com a situação
- Apesar do desgaste estressante e todos os envolvidos, sinto-me ainda confiante em uma solução jurídica favorável aos F.
- Injustificado
- Enganado pelo edital e pelos dirigentes e autoridades do Estado.
- Sinto-me de aviso prévio constante.
- A insegurança faz com que o órgão se esvazie
- Tenho quase 20 anos de Itesp.
- Fui enganado, acho que sou capaz de arrumar outro emprego.
- Na verdade foi um tiro no pé da Associação de Funcionários da época que promoveu uma Assembleia para a anulação e no meio Me sinto mal
- Passamos lutas pelo cancelamento na época. Hoje sou contra. Mas o Governo me deve satisfações.
- Entendo que faço ao voto o M. P. está correto e a Justiça decidiu corretamente também. Por outro lado, entendo que a F.
- Com muita insegurança
- Sinto-me injustiçada pelo fato de não ter formulado o Edital e não esperar da área jurídica.

Fonte: Própria, o autor

Tabela CIII

Frequência Estatística					
59 – Na sua avaliação existem preconceitos no interior da F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
59 – Na sua avaliação existem preconceitos no interior da F-ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	24	49,0	49,0	49,0
	NÃO	24	49,0	49,0	98,0
	Em todos os lugares que trabalhei não vi, mas já ouvi falar.	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

59 Na sua avaliação existem preconceitos no interior da F-ITESP?

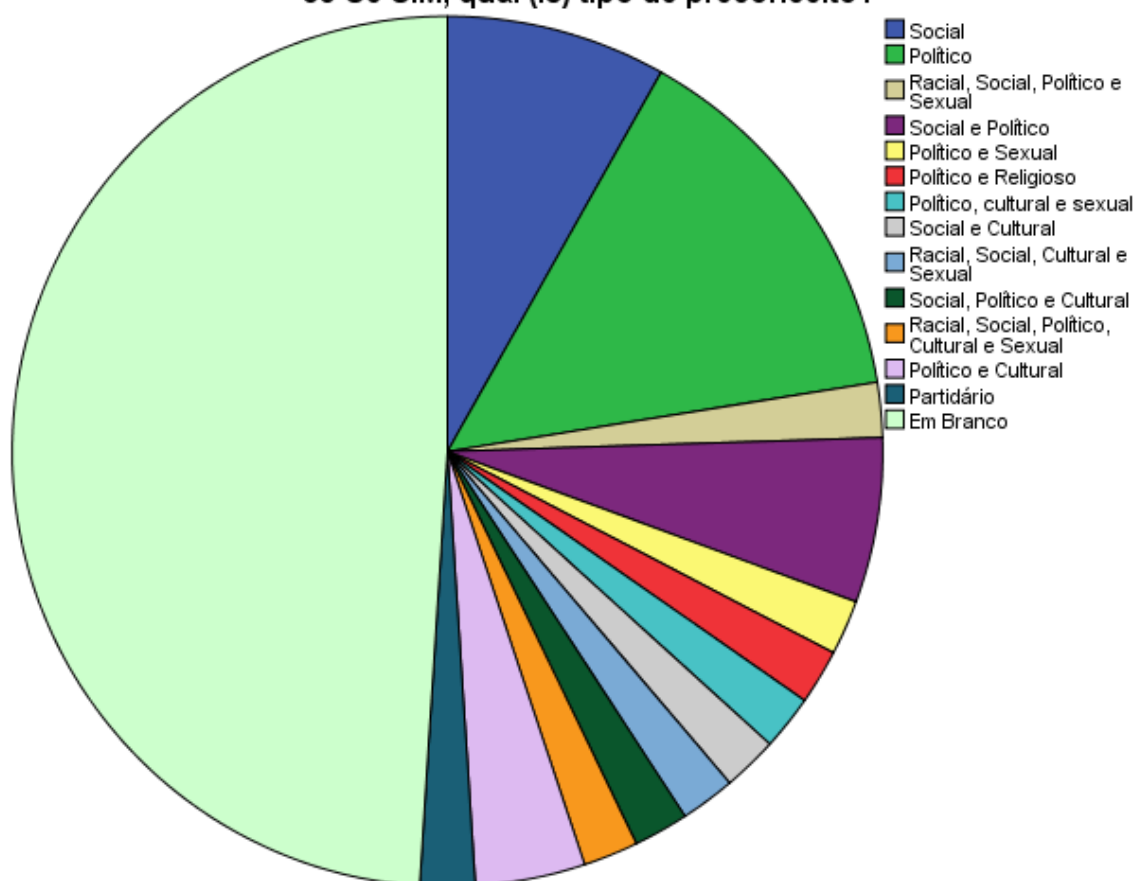


Fonte: Própria, o autor

Tabela CIV

Frequência Estatística					
60 – Se SIM, entende que há preconceitos, qual (is) tipo (s) de preconceito (s)?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				0
60 – Se SIM, qual (is) tipo de preconceito (s)?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Social	4	8,2	8,2	8,2
	Político	7	14,3	14,3	22,4
	Racial, Social, Político e Sexual	1	2,0	2,0	24,5
	Social e Político	3	6,1	6,1	30,6
	Político e Sexual	1	2,0	2,0	32,7
	Político e Religioso	1	2,0	2,0	34,7
	Político, cultural e sexual	1	2,0	2,0	36,7
	Social e Cultural	1	2,0	2,0	38,8
	Racial, Social, Cultural e Sexual	1	2,0	2,0	40,8
	Social, Político e Cultural	1	2,0	2,0	42,9
	Racial, Social, Político, Cultural e Sexual	1	2,0	2,0	44,9
	Político e Cultural	2	4,1	4,1	49,0
	Partidário	1	2,0	2,0	51,0
	Em Branco	24	49,0	49,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

60 Se SIM, qual (is) tipo de preconceito?

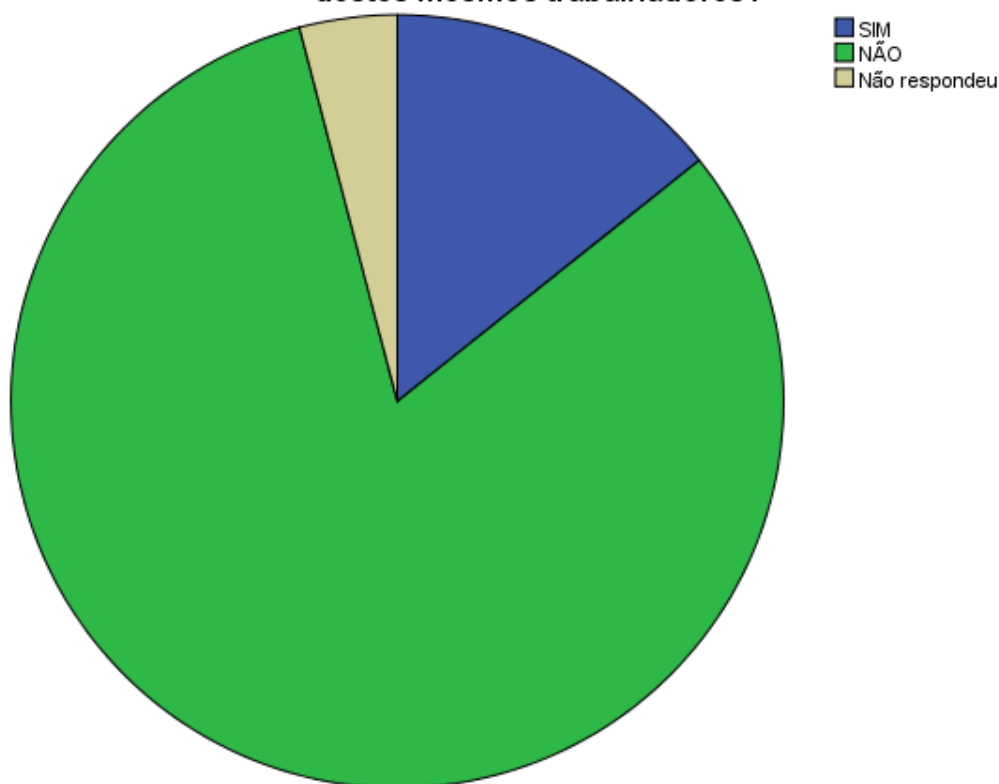


Fonte: Própria, o autor

Tabela CV

Frequência Estatística				
61 – Em sua visão existe igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F. ITESP no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)?				
Nº.	Válidos			49
	Inexistente			00
61 – Em sua visão existe igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F. ITESP no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)?				
	Opções	Frequência	Percentual	Percentual Valido
Válidos	SIM	7	14,3	14,3
	NÃO	40	81,6	81,6
	Não respondeu	2	4,1	4,1
	Total	49	100,0	100,0
				Percentual Acumulado
				14,3
				95,9
				100,0

61 Em sua visão existe igualdade de tratamento entre os trabalhadores da F-ITESP no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores?



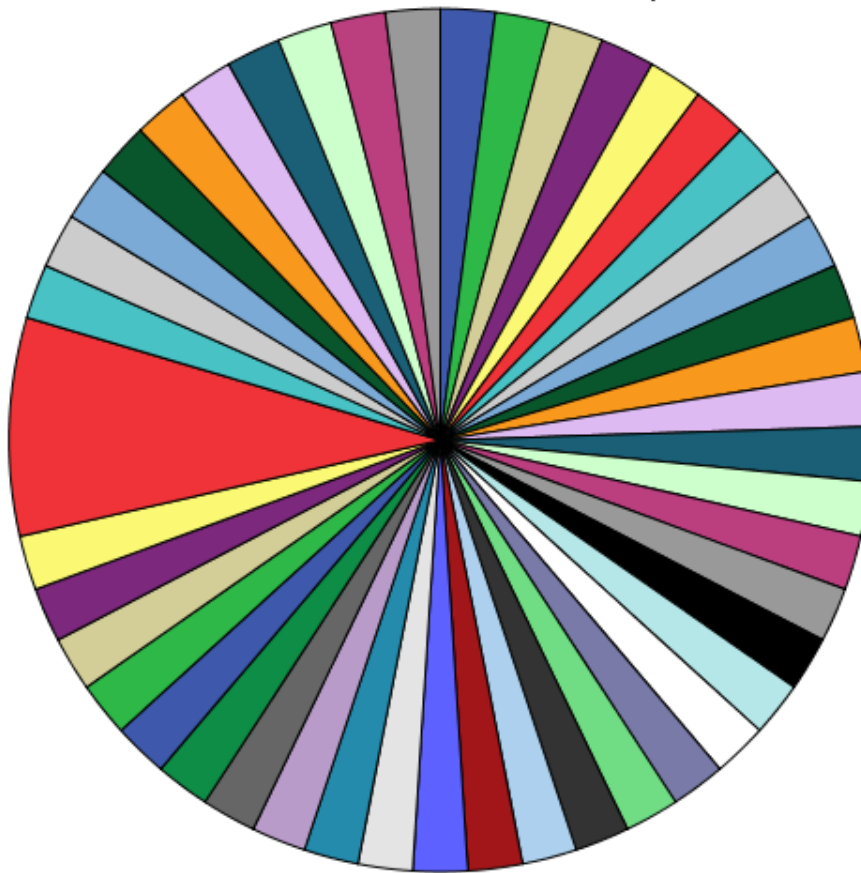
Fonte: Própria, o autor

Tabela CVI

Frequência Estatística						
61.01 – Justifique se em sua visão existe ou não igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F. ITESP, no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
61.01 – Justifique se em sua visão existe ou não igualdade de tratamento entre os trabalhadores (as) da F. ITESP, no que se refere às solicitações de transferências de GTC's e ou GT's bem como em relação aos afastamentos para tratar de assuntos particulares destes mesmos trabalhadores (as)						
	Justificativas	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Movido por Interesses pessoais, laços de parentescos e atuações políticas partidárias	1	2,0	2,0	2,0	
	Na verdade, não sei o que há por detrás disso, se é influência política partidária ou indicações pessoais fortes.	1	2,0	2,0	4,1	
	Nepotismo e aparelhamento partidário da máquina do Estado	1	2,0	2,0	6,1	
	Só consegue estes itens acima se for amigo da "panela ITESP" ou de uma autoridade forte.	1	2,0	2,0	8,2	
	Só existe transferência quando é de interesse da Direção, não da Fundação.	1	2,0	2,0	10,2	
	Tenho conhecimento de desigualdade de tratamento no que se refere à transferência como também em relação ao afastamento	1	2,0	2,0	12,2	
	Para se conseguir qualquer uma das situações, se você é amigo do "Rei", consegue tudo sendo nada.	1	2,0	2,0	14,3	
	Amigos do rei tem prioridade.	1	2,0	2,0	16,3	
	Há pessoas com tratamento diferenciado.	1	2,0	2,0	18,4	
	O tratamento é diferenciado para alguns.	1	2,0	2,0	20,4	
	Geralmente quem é "amigo" do chefe consegue	1	2,0	2,0	22,4	
	Sempre que precisei, algum tempo atrás, consegui. Quanto aos meus colegas, alguns conseguiram e a justificativa que ouvi	1	2,0	2,0	24,5	
	Por problemas internos direcionais.	1	2,0	2,0	26,5	
	De acordo com a preferência, conveniência.	1	2,0	2,0	28,6	
	Tudo para poucos e nada para muitos.	1	2,0	2,0	30,6	
	Alguns servidores conseguem transferências e transposições sem problemas, já outros, nem embasados em previsões legais c	1	2,0	2,0	32,7	
	Cada Diretor e Gerente trata de forma particular	1	2,0	2,0	34,7	
	As pessoas que possuem maior "Q. I." [Quem Indica] são privilegiadas.	1	2,0	2,0	36,7	
	Somente gerentes que consegue afastamento	1	2,0	2,0	38,8	
	Conhecidamente, são aplicados pesos diferentes às solicitações dos funcionários.	1	2,0	2,0	40,8	
	Uma vez pedi transferência para Araras e me vetaram, nessa mesma época um funcionário pediu para Pariqueira e ele foi transferido.	1	2,0	2,0	42,9	
	Alguns são transferidos sem atender às normas e portarias, enquanto os mais antigos que estão aguardando ficam para trás	1	2,0	2,0	44,9	

Todos sabemos de casos em que pessoas mais próximas da Dir. Executiva são privilegiadas, em detrimento dos trab. comuns.	1	2,0	2,0	46,9
Somente consegue transferências ou afastamentos pessoas ligadas diretamente à Diretoria ou por apadrinhamento político,	1	2,0	2,0	49,0
Acho que existem transferências por mérito e também por política.	1	2,0	2,0	51,0
Basta verificarmos algumas transferências realizadas na instituição e ficará caracterizada a diferenciação de tratamento	1	2,0	2,0	53,1
Há alguns privilégios sabidos, porém, há funcionários amigos e a AFITESP que nos ajuda no melhor direcionamento para che	1	2,0	2,0	55,1
Não há critério de equanimidade.	1	2,0	2,0	57,1
Pelo menos até agora alguns conseguiram e outros que tinham nomes certos nas Portarias anteriores não foram contemplados	1	2,0	2,0	59,2
Para os "amigos" os favores da lei, para os "inimigos" os rigores da lei.	1	2,0	2,0	61,2
Existe interesses políticos na gestão dessas ações.	1	2,0	2,0	63,3
Especificamente, pergunte ao Mollica	1	2,0	2,0	65,3
Quando essa situação ocorreu comigo foi fácil a transferência, então, concluo que houve igualdade de tratamento entre os	1	2,0	2,0	67,3
As listas de transferências e a relação de afastamentos não são respeitadas.	1	2,0	2,0	69,4
Por ouvir algum comentário, mas não estou apta neste assunto para opinar.	1	2,0	2,0	71,4
Não respondeu	4	8,2	8,2	79,6
Eu acho que é (sic) sempre os mesmos nomes... Eu acho errado transferência para tratar de assuntos particulares.	1	2,0	2,0	81,6
Não vejo muitos problemas a esse respeito.	1	2,0	2,0	83,7
Eu fiquei dois anos para me transferir para o GTC de Mirante, enquanto outro funcionário foi transferido de Sorocaba pa	1	2,0	2,0	85,7
Difícil responder essa questão, pois tenho medo de estar enganada. Mas tenho a impressão de que existem preferências par	1	2,0	2,0	87,8
Não possuo dados para avaliar este item	1	2,0	2,0	89,8
Só é transferido quem causa problemas ou é amigo do chefe.	1	2,0	2,0	91,8
A hierarquia possui privilégios em ambos os casos.	1	2,0	2,0	93,9
Nunca percebi diferenças	1	2,0	2,0	95,9
Nepotismo e camaradagem para os amigos das chefias	1	2,0	2,0	98,0
Não há uma política transparente nestas duas situações, outro motivo que gera descontentamento por ver colegas longe da	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

61.01 Justifique



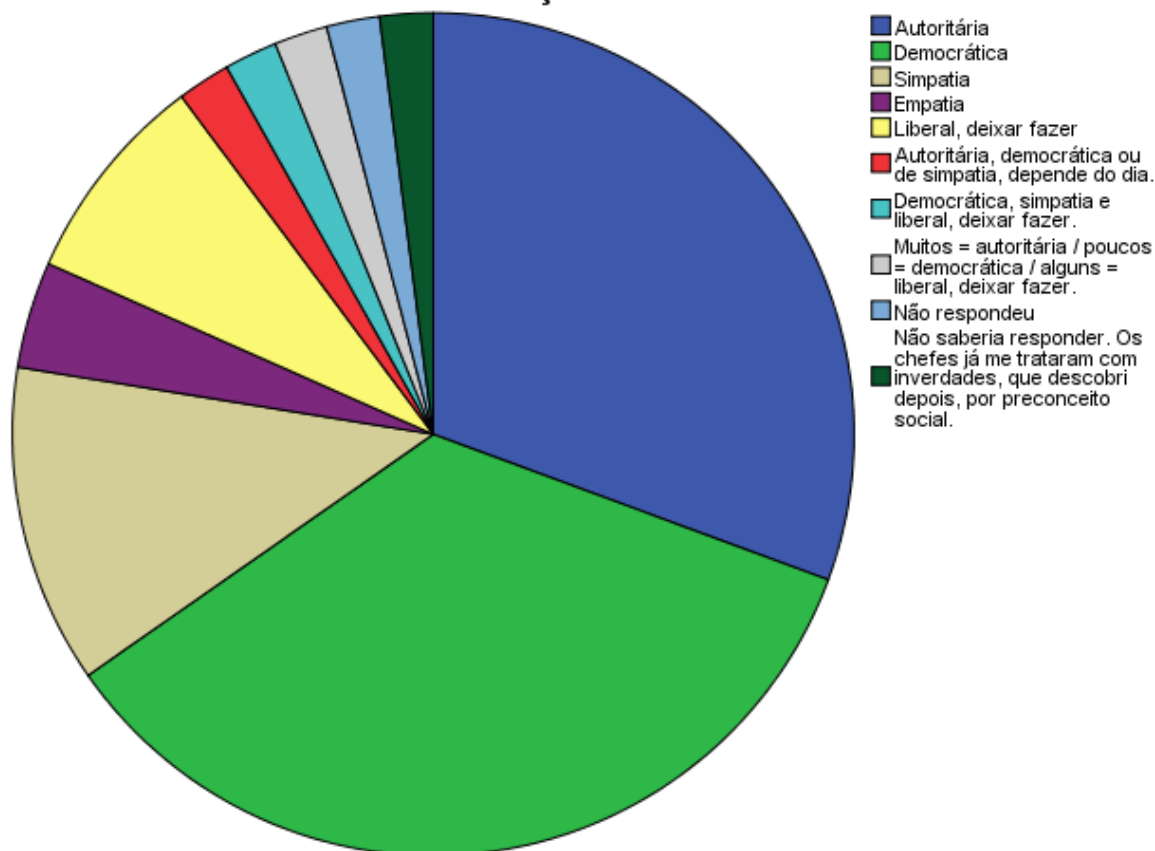
- Movida por interesses pessoais, laços de parentescos e atuações políticas partidárias
- Na verdade, não sei o que há por detrás disso, se é influência política partidária ou indicações pessoais fortes.
- Nepotismo e aparelhamento partidário da máquina do Estado
- Só consegue estes itens acima se for amigo da "panela ITESP" ou de uma autoridade forte.
- Só existe transferência quando é de interesse da Direção, não da Fundação.
- Tenho conhecimento de desigualdade de tratamento no que se refere à transferência como também em relação ao afastamento
- Para se conseguir qualquer uma das situações, se você é amigo do "Rei", consegue tudo sendo nada.
- Amigos do rei tem prioridade.
- Há pessoas com tratamento diferenciado.
- O tratamento é diferenciado para alguns.
- Geralmente quem é "amigo" do chefe consegue
- Sempre que preciso, algum tempo atrás, consegui. Quanto aos meus colegas, alguns conseguiram e a justificativa que ouvi
- Por problemas internos direcionais.
- De acordo com a preferência, conveniência.
- Tudo para poucos e nada para muitos.
- Alguns servidores conseguem transferências e transposições sem problemas, já outros, nem embasados em previsões legais e Cada Diretor e Gerente trata de forma particular
- As pessoas que possuem maior "Q I" (Quem Indica) são privilegiadas.
- Somente gerentes que conseguem afastamento
- Conhecidamente, são aplicados pesos diferentes às solicitações dos funcionários.
- Uma vez pedi transf. para Araras e me velaram, na mesma época um funcionário pediu para Pariqueira e ele foi transferido.
- ...

Fonte: Própria, o autor

Tabela CVII

Frequência Estatística					
62 – Como você classifica a relação entre os chefes e os subordinados na Fundação ITESP?					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistentes			00	
62 – Como você classifica a relação entre os chefes e os subordinados na Fundação ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Autoritária	15	30,6	30,6	30,6
	Democrática	17	34,7	34,7	65,3
	Simpatia	6	12,2	12,2	77,6
	Empatia	2	4,1	4,1	81,6
	Liberal, deixar fazer	4	8,2	8,2	89,8
	Autoritária, democrática ou de simpatia, depende do dia.	1	2,0	2,0	91,8
	Democrática, simpatia e liberal, deixar fazer.	1	2,0	2,0	93,9
	Muitos = autoritária / poucos = democrática / alguns = liberal, deixar fazer.	1	2,0	2,0	95,9
	Não respondeu	1	2,0	2,0	98,0
	Não saberia responder. Os chefes já me trataram com inverdades, que descobri depois, por preconceito social.	1	2,0	2,0	100,0
	Total		49	100,0	100,0

62 Como você classifica a relação entre os chefes e os subordinados na Fundação ITESP?

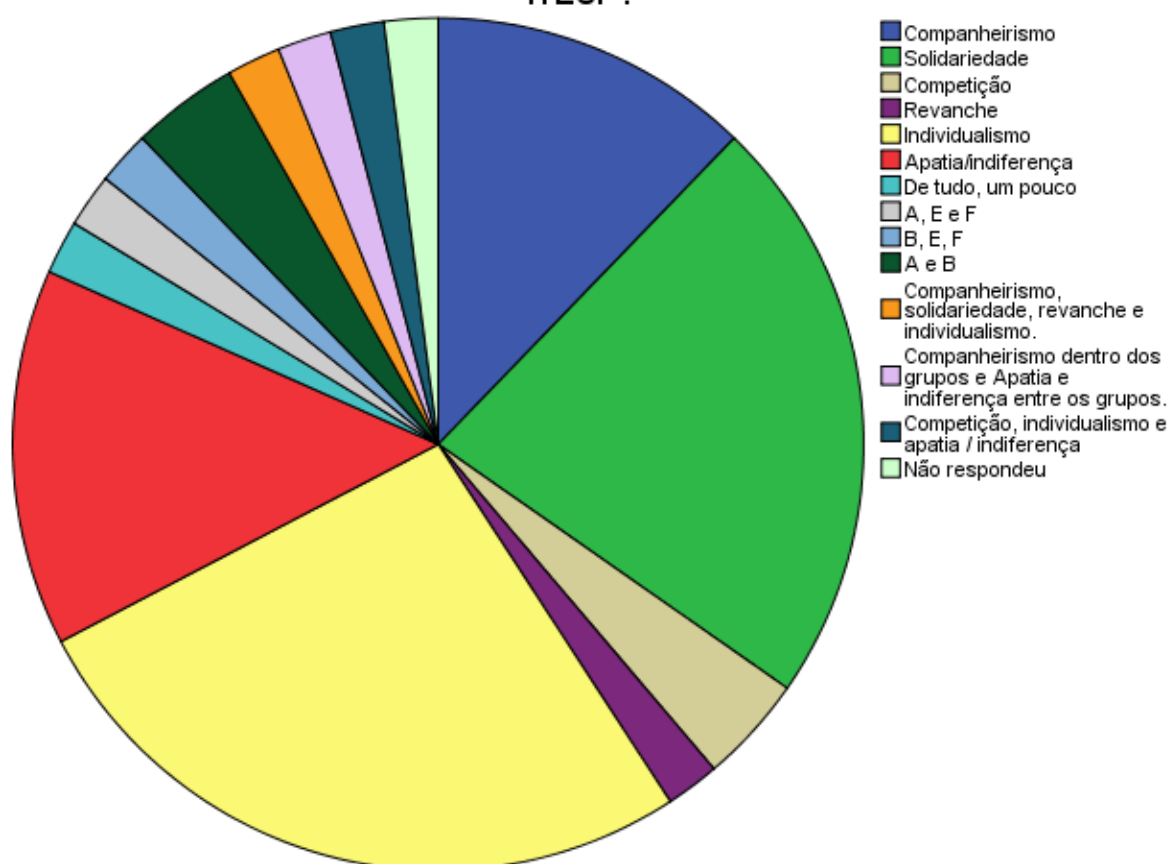


Fonte: Própria, o autor

Tabela CVIII

Frequência Estatística					
63 – Como você classifica a relação entre os próprios trabalhadores (as) na Fundação ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
63 – Como você classifica a relação entre os próprios trabalhadores (as) na Fundação ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Validos	Companheirismo	6	12,2	12,2	12,2
	Solidariedade	11	22,4	22,4	34,7
	Competição	2	4,1	4,1	38,8
	Revanche	1	2,0	2,0	40,8
	Individualismo	13	26,5	26,5	67,3
	Apatia/indiferença	7	14,3	14,3	81,6
	De tudo, um pouco	1	2,0	2,0	83,7
	A, E e F	1	2,0	2,0	85,7
	B, E, F	1	2,0	2,0	87,8
	A e B	2	4,1	4,1	91,8
	Companheirismo, solidariedade, revanche e individualismo.	1	2,0	2,0	93,9
	Companheirismo dentro dos grupos e Apatia e indiferença entre os grupos.	1	2,0	2,0	95,9
	Competição, individualismo e apatia / indiferença	1	2,0	2,0	98,0
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

63 Como você classifica a relação entre os próprios trabalhadores na Fundação ITESP?

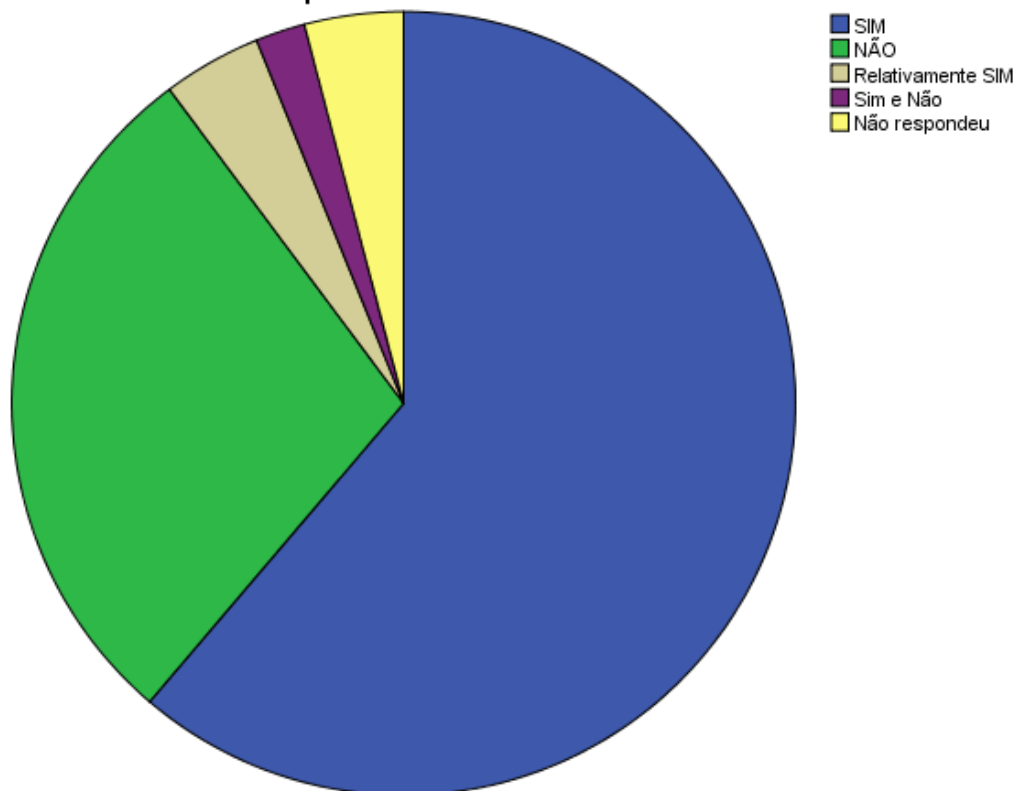


Fonte: Própria, o autor

Tabela CIX

Frequência Estatística						
64 – Na F. ITESP existe uma ferramenta de trabalho de comunicação instantânea entre todos os seus trabalhadores (as) no Estado de São Paulo. Para você existe liberdade de expressão através deste “Comunicador”?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
64 – Na F. ITESP existe uma ferramenta de trabalho de comunicação instantânea entre todos os seus trabalhadores (as) no Estado de SP. Para você existe liberdade de expressão através deste “Comunicador”?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	30	61,2	61,2	61,2	
	NÃO	14	28,6	28,6	89,8	
	Relativamente SIM	2	4,1	4,1	93,9	
	Sim e Não	1	2,0	2,0	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

64 Na F-ITESP existe uma ferramenta de trabalho de comunicação instantânea entre todos os seus trabalhadores no Estado de SP. Para você existe liberdade de expressão através deste “Comunicador”?



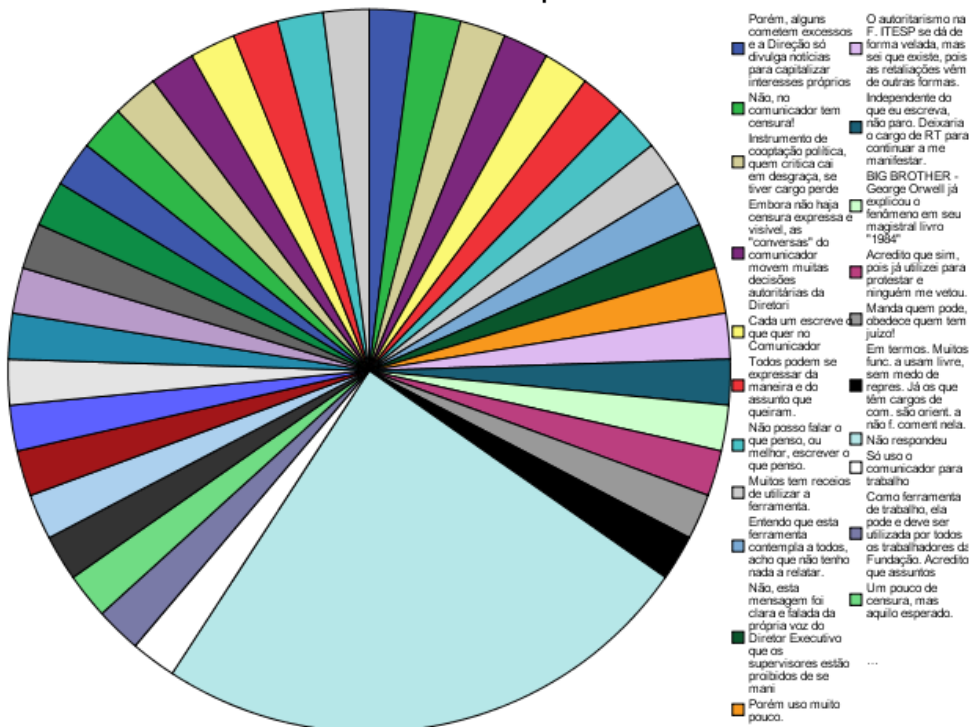
Fonte: Própria, o autor

Tabela CX

Frequência Estatística					
64.01 – Justifique se existe ou não liberdade no Comunicador da F. ITESP.					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
64.01 – Justifique se existe liberdade ou não no Comunicador da F. ITESP.					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Porém, alguns cometem excessos e a Direção só divulga notícias para capitalizar interesses próprios	1	2,0	2,0	2,0
	Não, no comunicador tem censura!	1	2,0	2,0	4,1
	Instrumento de cooptação política, quem critica cai em desgraça, se tiver cargo perde	1	2,0	2,0	6,1
	Embora não haja censura expressa e visível, as "conversas" do comunicador movem muitas decisões autoritárias da Diretori	1	2,0	2,0	8,2
	Cada um escreve o que quer no Comunicador	1	2,0	2,0	10,2
	Todos podem se expressar da maneira e do assunto que queiram.	1	2,0	2,0	12,2
	Não posso falar o que penso, ou melhor, escrever o que penso.	1	2,0	2,0	14,3
	Muitos tem receios de utilizar a ferramenta.	1	2,0	2,0	16,3
	Entendo que esta ferramenta contempla a todos, acho que não tenho nada a relatar.	1	2,0	2,0	18,4
	Não, esta mensagem foi clara e falada da própria voz do Diretor Executivo que os supervisores estão proibidos de se mani	1	2,0	2,0	20,4
	Porém uso muito pouco.	1	2,0	2,0	22,4
	O autoritarismo na F. ITESP se dá de forma velada, mas sei que existe, pois as retaliações vêm de outras formas.	1	2,0	2,0	24,5
	Independente do que eu escreva, não paro. Deixaria o cargo de RT para continuar a me manifestar.	1	2,0	2,0	26,5
	BIG BROTHER – George Orwell já explicou o fenômeno em seu magistral livro "1984"	1	2,0	2,0	28,6
	Acredito que sim, pois já utilizei para protestar e ninguém me vetou.	1	2,0	2,0	30,6
	Manda quem pode, obedece quem tem juízo!	1	2,0	2,0	32,7
	Em termos. Muitos funcionários a usam livre, sem medo de represálias. Já os que têm cargos de comissão. são orientados a não fazer comentários nela.	1	2,0	2,0	34,7
	Não respondeu	12	24,5	24,5	59,2
	Só uso o comunicador para trabalho	1	2,0	2,0	61,2
	Como ferramenta de trabalho, ela pode e deve ser utilizada por todos os trabalhadores (as) da Fundação. Acredito que assuntos	1	2,0	2,0	63,3
	Um pouco de censura, mas aquilo esperado.	1	2,0	2,0	65,3
	Sim, com certeza, pois, são evidenciadas opiniões, pensamentos e ideologias.	1	2,0	2,0	67,3
	Mas parcialmente, há limites nos casos de posições críticas políticas, de gerências... é preciso moderação nos assuntos	1	2,0	2,0	69,4
	Há liberdade de expressão, mas se o "servidor" mexe no "calcanhar de Aquiles" de algo, alguém ou da própria Fundação, de	1	2,0	2,0	71,4

Existe uma política denominada de centralismo democrático nessa questão. Ultimamente, inclusive, está ferindo a lei de	1	2,0	2,0	73,5
Existe sim liberdade de expressão, pois tenho lido muitos se expressando através do "Comunicador" até muitas vezes ultra	1	2,0	2,0	75,5
Por que é uma ferramenta de multiuso	1	2,0	2,0	77,6
Pode sofrer alguma represália	1	2,0	2,0	79,6
Qualquer manifestação mais aguda é imediatamente criticada	1	2,0	2,0	81,6
Às vezes até demais. Deve ser um pouco mais restrito ao trabalho desempenhado.	1	2,0	2,0	83,7
Uso apenas a trabalho a ferramenta.	1	2,0	2,0	85,7
Sim, é instantânea, porém, há a censura quanto à liberdade de expressão.	1	2,0	2,0	87,8
Percebo que todos escrevem o que desejam.	1	2,0	2,0	89,8
Por meio desta ferramenta os funcionários desabafam, trocam informações de trabalho e não tenho informação que algum co	1	2,0	2,0	91,8
Entendo que esta ferramenta deva ser utilizada mais propriamente para trabalhar e comunicação institucional e para assuntos	1	2,0	2,0	93,9
Com necessárias exceções para quem extrapola nessa liberdade.	1	2,0	2,0	95,9
Liberdade relativa, pois, tudo fica registrado.	1	2,0	2,0	98,0
Existe até demais liberdade de expressão, porque tem algumas pessoas que a usam sem nenhuma ética profissional e pessoal	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

64.01 Justifique.

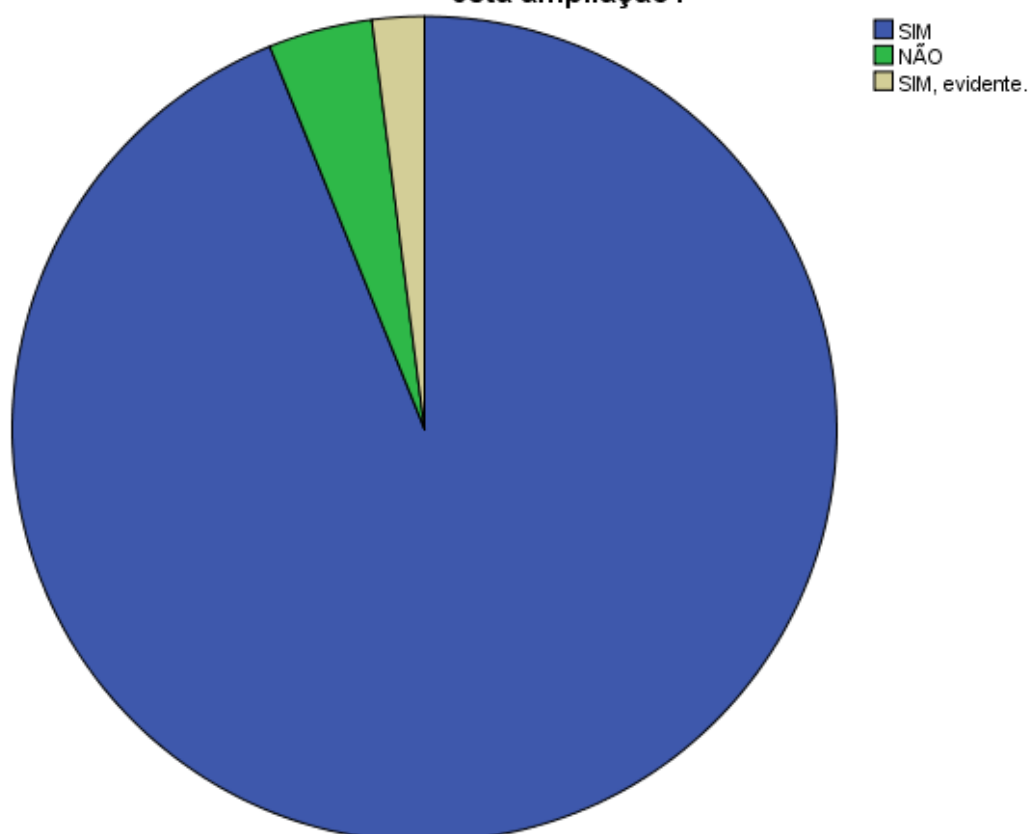


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXI

Frequência Estatística					
65 – Em vários órgãos do Estado de São Paulo a Licença Maternidade passou a ser de 180 dias, na F. ITESP ainda permanecem os 120 dias, você é favorável a esta ampliação?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
65 – Em vários órgãos do Estado de São Paulo a Licença Maternidade passou a ser de 180 dias, na F-ITESP ainda permanecem os 120 dias, você é favorável a esta ampliação?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Acumulado Percentual
Válidos	SIM	46	93,9	93,9	93,9
	NÃO	2	4,1	4,1	98,0
	SIM, evidente.	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

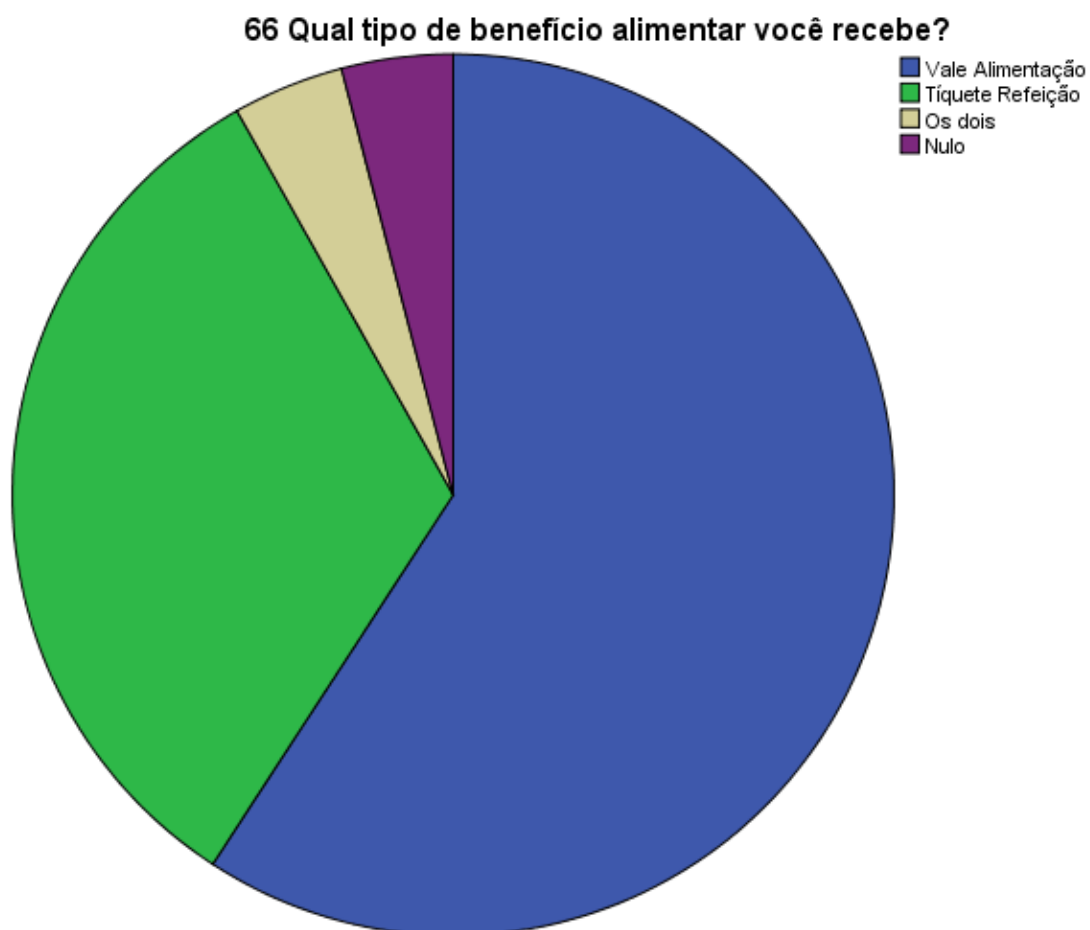
65 Em vários órgãos do Estado de São Paulo a Licença Maternidade passou a ser de 180 dias, na F-ITESP ainda permanecem os 120 dias, você é favorável a esta ampliação?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXII

Frequência Estatística						
66 – Qual tipo de benefício alimentar você recebe?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
66 – Qual tipo de benefício alimentar você recebe?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Vale Alimentação	29	59,2	59,2	59,2	
	Tiquete Refeição	16	32,7	32,7	91,8	
	Os dois	2	4,1	4,1	95,9	
	Nulo	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

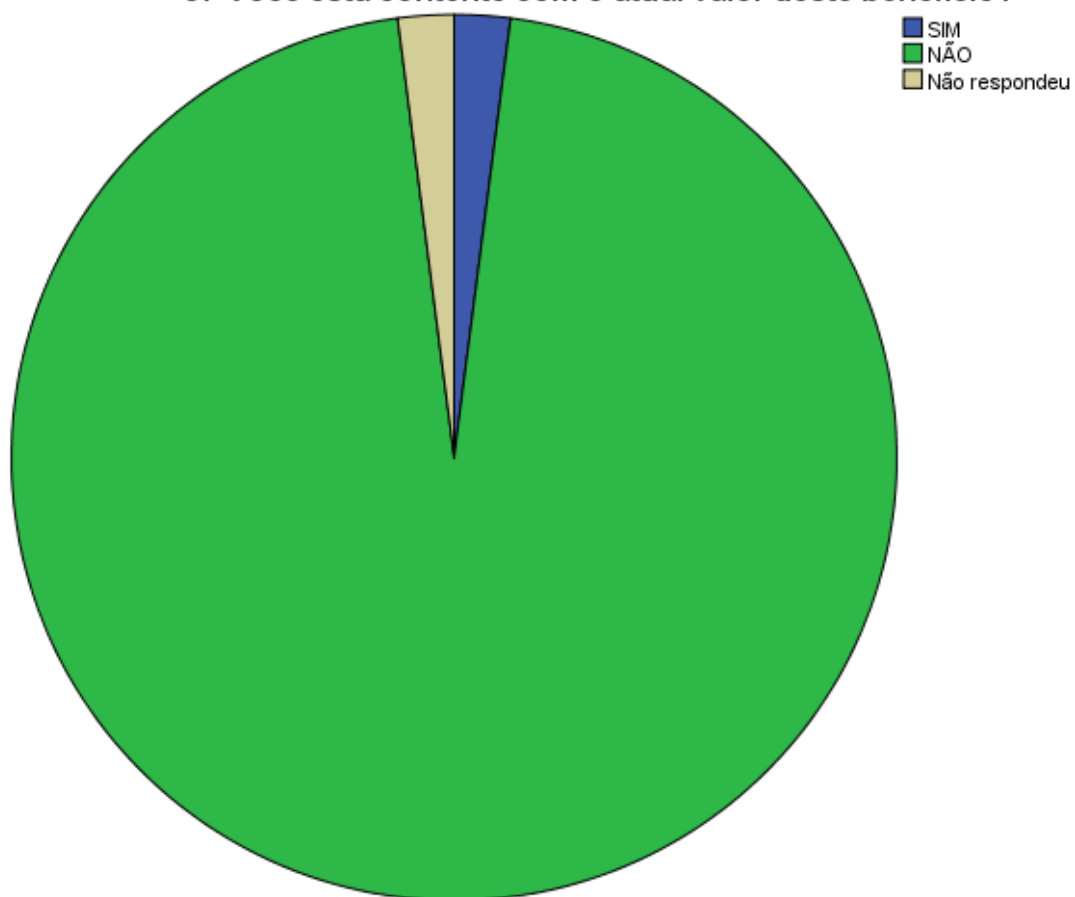


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXIII

Frequência Estatística				
67 – Você está contente com o atual valor deste benefício alimentar?				
Nº.	Válidos			49
	Inexistente			00
67 – Você está contente com o atual valor deste benefício alimentar?				
		Frequência	Percentual	Percentual Válido
Válidos	SIM	1	2,0	2,0
	NÃO	47	95,9	95,9
	Não respondeu	1	2,0	2,0
	Total	49	100,0	100,0
			Percentual Acumulado	
				2,0
				98,0
				100,0

67 Você está contente com o atual valor deste benefício?

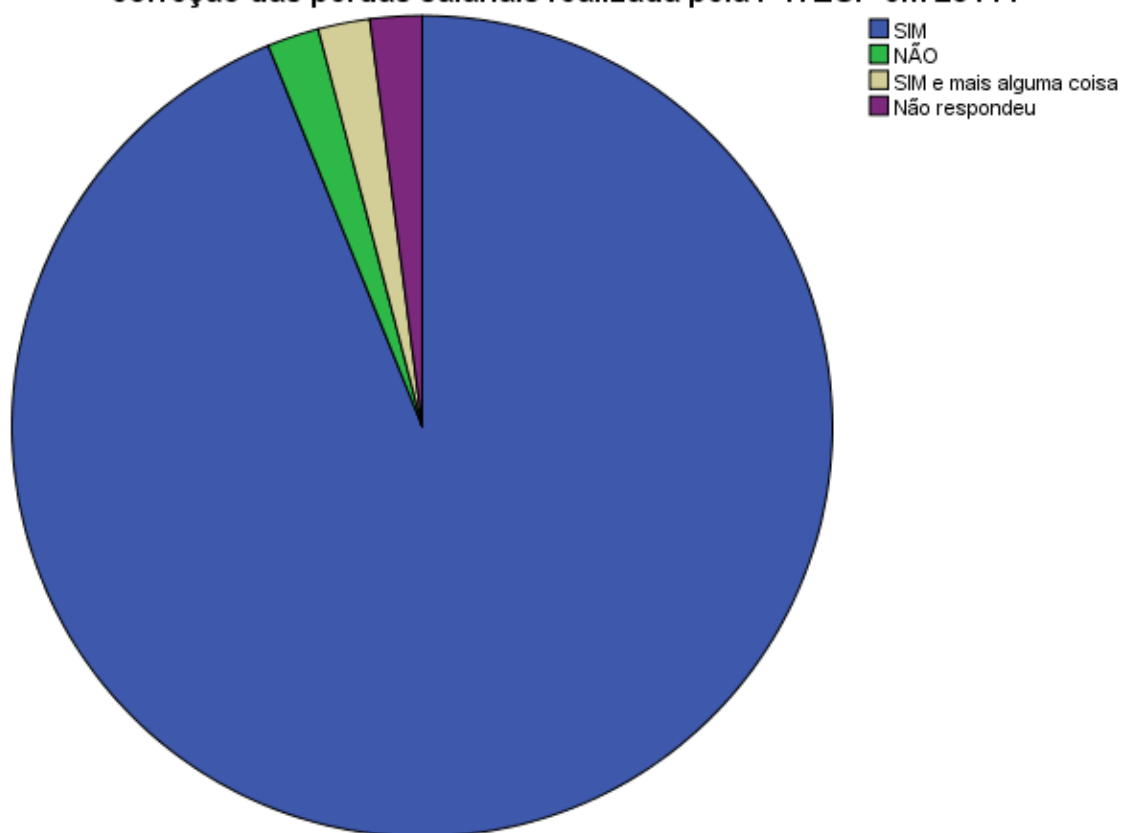


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXIV

Frequência Estatística						
68 – Você é favorável que a F. ITESP aplique sobre o valor deste benefício como de todos os outros benefícios [seguro de vida em grupo e auxílio creche] os 20% da correção das perdas salariais realizada pela F. ITESP em 2011?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
68 – Você é favorável que a F. ITESP aplique sobre o valor deste benefício como de todos os outros benefícios [seguro de vida em grupo e auxílio creche] os 20% da correção das perdas salariais realizada pela F. ITESP em 2011?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	46	93,9	93,9	93,9	
	NÃO	1	2,0	2,0	95,9	
	SIM e mais alguma coisa	1	2,0	2,0	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

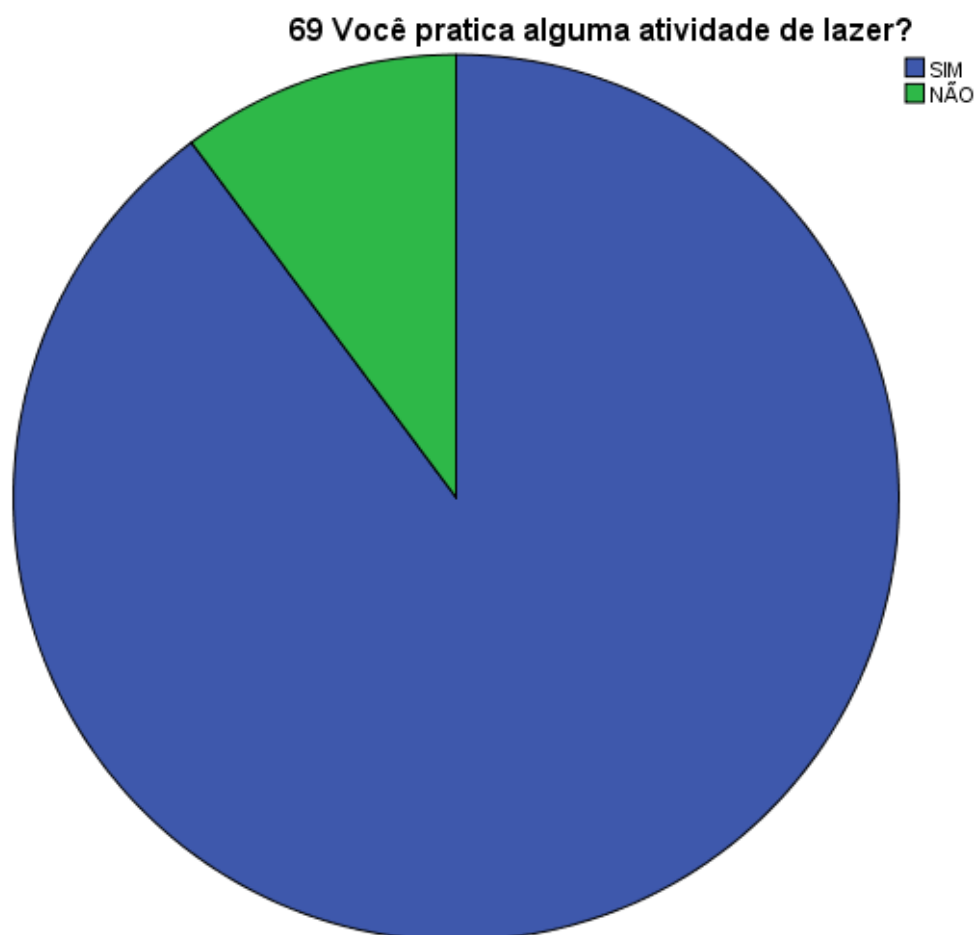
68 Você é favorável que a F-ITESP aplique sobre o valor deste bem como de todos os outros benefícios [seguro de vida em grupo e auxílio creche] os 20% da correção das perdas salariais realizada pela F-ITESP em 2011?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXV

Frequência Estatística						
69 – Você pratica alguma atividade de lazer?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
69 – Você pratica alguma atividade de lazer?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	44	89,8	89,8	89,8	
	NÃO	5	10,2	10,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

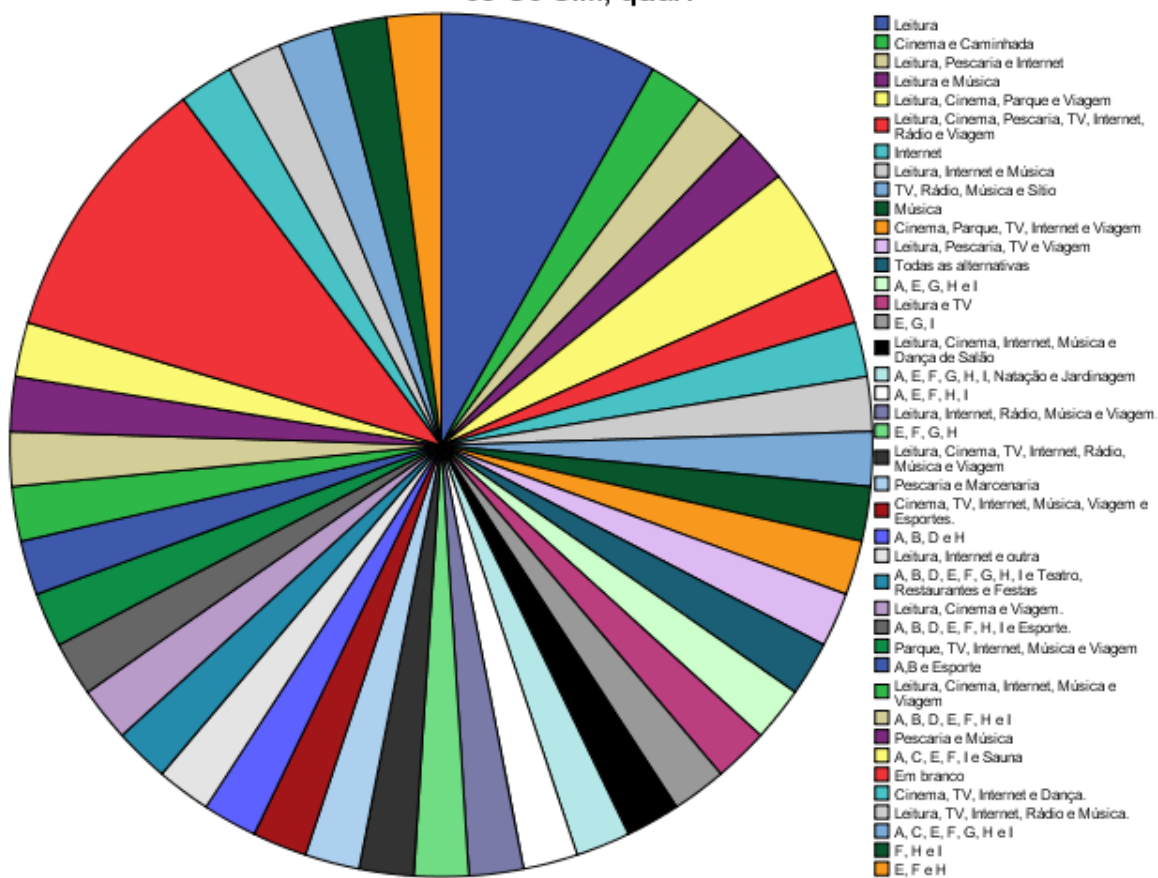


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXVI

Frequência Estatística						
69 – Se SIM, pratica atividade de lazer, qual?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
69 – Se SIM, pratica atividade de lazer qual?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	a) Leitura	4	8,2	8,2	8,2	
	b) Cinema e j) Caminhada	1	2,0	2,0	10,2	
	Leitura, c) Pescaria e f) Internet	1	2,0	2,0	12,2	
	Leitura e h) Música	1	2,0	2,0	14,3	
	Leitura, Cinema, Parque e i) Viagem	2	4,1	4,1	18,4	
	Leitura, Cinema, Pescaria, e) TV, Internet, g) Rádio e Viagem	1	2,0	2,0	20,4	
	Internet	1	2,0	2,0	22,4	
	Leitura, Internet e Música	1	2,0	2,0	24,5	
	TV, Rádio, Música e Sítio	1	2,0	2,0	26,5	
	Música	1	2,0	2,0	28,6	
	Cinema, d) Parque, TV, Internet e Viagem	1	2,0	2,0	30,6	
	Leitura, Pescaria, TV e Viagem	1	2,0	2,0	32,7	
	Todas as alternativas	1	2,0	2,0	34,7	
	A, E, G, H e I	1	2,0	2,0	36,7	
	Leitura e TV	1	2,0	2,0	38,8	
	E, G, I	1	2,0	2,0	40,8	
	Leitura, Cinema, Internet, Música e Dança de Salão	1	2,0	2,0	42,9	
	A, E, F, G, H, I, Natação e Jardinagem	1	2,0	2,0	44,9	
	A, E, F, H, I	1	2,0	2,0	46,9	
	Leitura, Internet, Rádio, Música e Viagem.	1	2,0	2,0	49,0	
	E, F, G, H	1	2,0	2,0	51,0	
	Leitura, Cinema, TV, Internet, Rádio, Música e Viagem	1	2,0	2,0	53,1	
	Pescaria e Marcenaria	1	2,0	2,0	55,1	
	Cinema, TV, Internet, Música, Viagem e Esportes.	1	2,0	2,0	57,1	
	A, B, D e H	1	2,0	2,0	59,2	
	Leitura, Internet e outra	1	2,0	2,0	61,2	
	A, B, D, E, F, G, H, I e Teatro, Restaurantes e Festas	1	2,0	2,0	63,3	
	Leitura, Cinema e Viagem.	1	2,0	2,0	65,3	
	A, B, D, E, F, H, I e Esporte.	1	2,0	2,0	67,3	
	Parque, TV, Internet, Música e Viagem	1	2,0	2,0	69,4	
	A,B e Esporte	1	2,0	2,0	71,4	
	Leitura, Cinema, Internet, Música e Viagem	1	2,0	2,0	73,5	
	A, B, D, E, F, H e I	1	2,0	2,0	75,5	
	Pescaria e Música	1	2,0	2,0	77,6	
	A, C, E, F, I e Sauna	1	2,0	2,0	79,6	
	Em branco	5	10,2	10,2	89,8	
	Cinema, TV, Internet e Dança.	1	2,0	2,0	91,8	
	Leitura, TV, Internet, Rádio e Música.	1	2,0	2,0	93,9	
	A, C, E, F, G, H e I	1	2,0	2,0	95,9	
	F, H e I	1	2,0	2,0	98,0	
E, F e H	1	2,0	2,0	100,0		
Total	49	100,0	100,0			

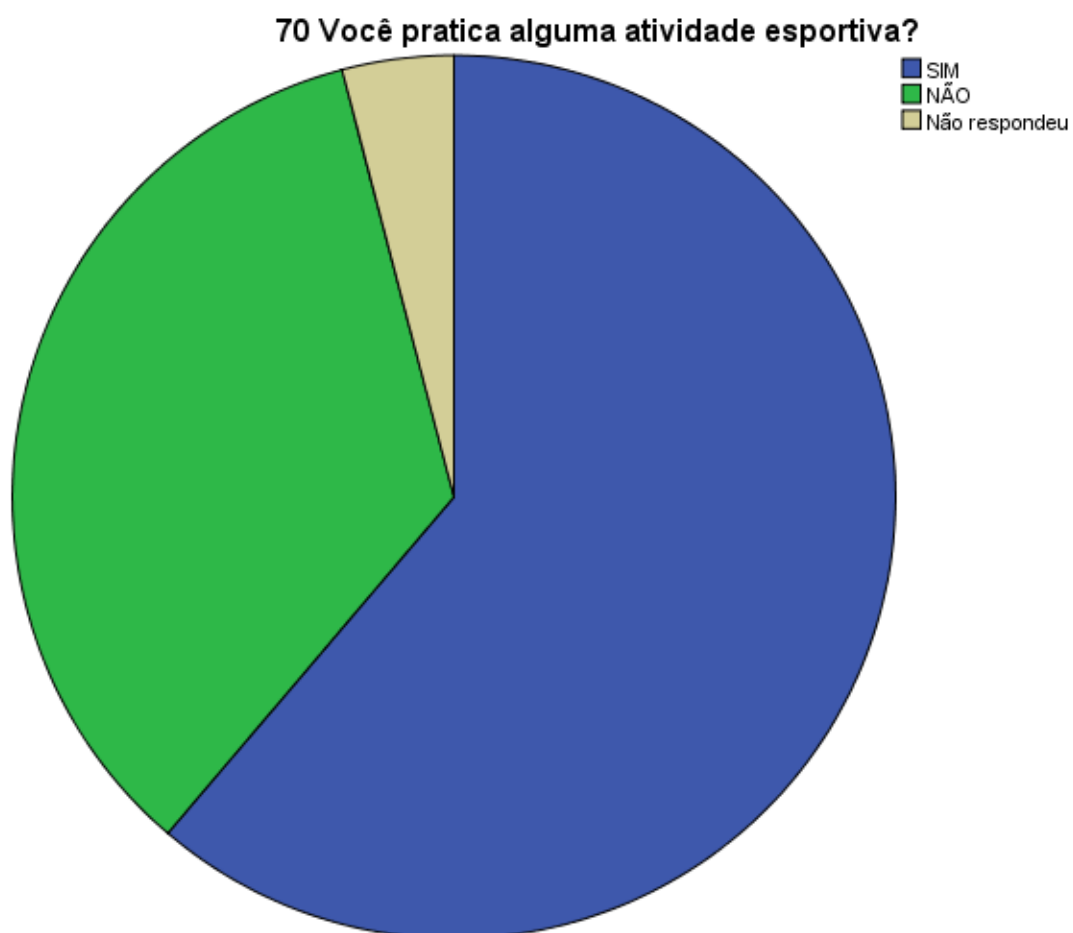
69 Se SIM, qual?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXVII

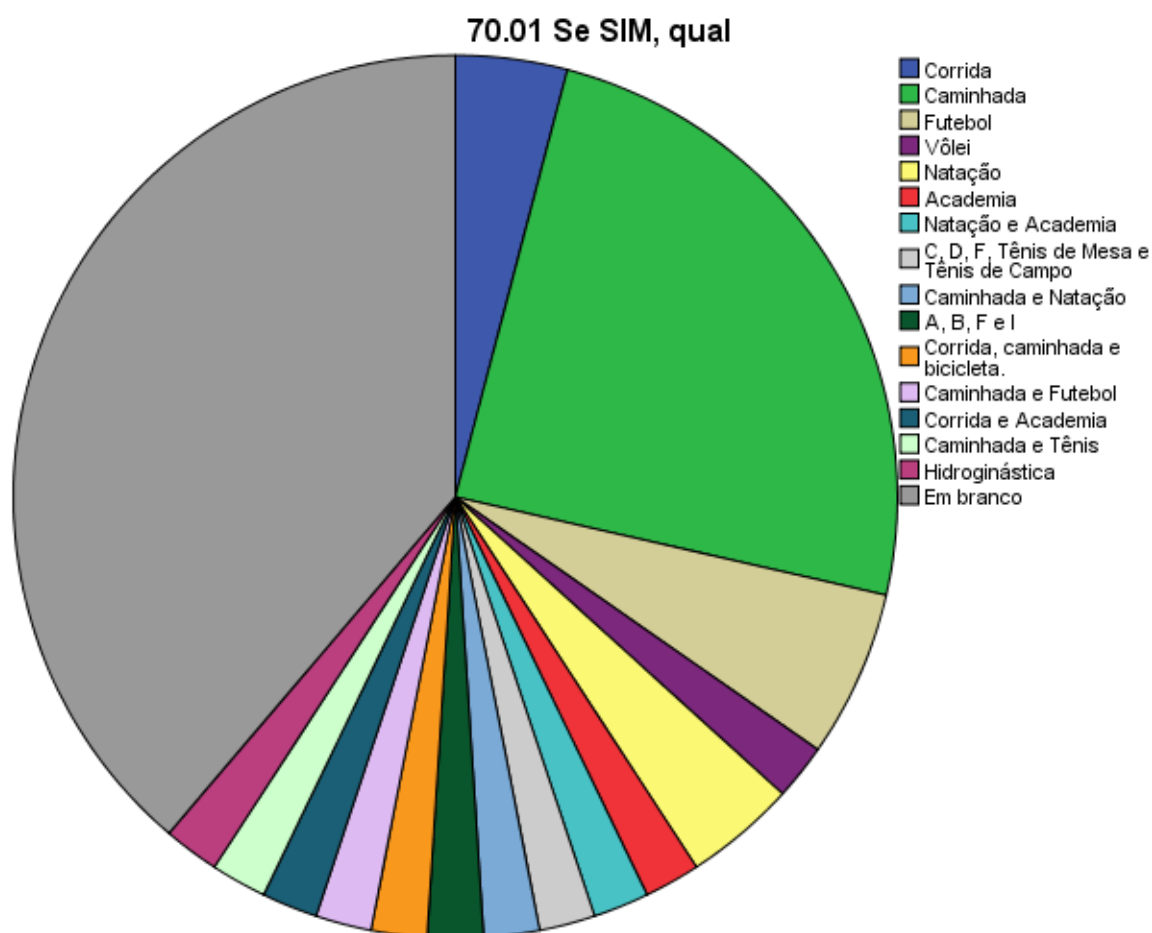
Frequência Estatística						
70 – Você pratica alguma atividade esportiva?						
Nº	Válidos					49
	Inexistente					0
70 – Você pratica alguma atividade esportiva?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	30	61,2	61,2	61,2	
	NÃO	17	34,7	34,7	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXVIII

Frequência Estatística					
70.01 – Se SIM, pratica algum tipo de esporte, qual?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
70.01 – Se SIM, pratica algum tipo de esporte, qual?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	a) Corrida	2	4,1	4,1	4,1
	b) Caminhada	12	24,5	24,5	28,6
	c) Futebol	3	6,1	6,1	34,7
	d) Vôlei	1	2,0	2,0	36,7
	f) Natação	2	4,1	4,1	40,8
	i) Academia	1	2,0	2,0	42,9
	Natação e Academia	1	2,0	2,0	44,9
	C, D, F, Tênis de Mesa e Tênis de Campo	1	2,0	2,0	46,9
	Caminhada e Natação	1	2,0	2,0	49,0
	A, B, F e I	1	2,0	2,0	51,0
	Corrida, caminhada e bicicleta.	1	2,0	2,0	53,1
	Caminhada e Futebol	1	2,0	2,0	55,1
	Corrida e Academia	1	2,0	2,0	57,1
	Caminhada e Tênis	1	2,0	2,0	59,2
	Hidroginástica	1	2,0	2,0	61,2
	Em branco	19	38,8	38,8	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

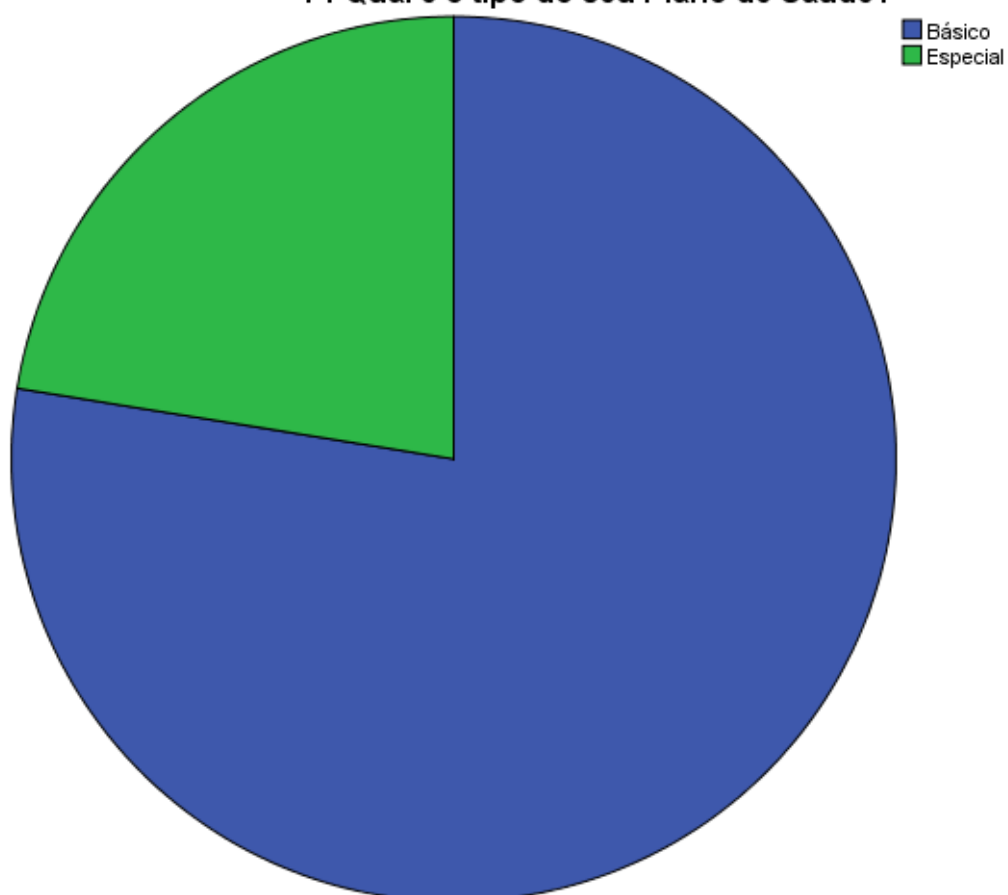


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXIX

Frequência Estatística						
71 – Qual é o tipo do seu Plano de Saúde?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
71 – Qual é o tipo do seu Plano de Saúde?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Básico	38	77,6	77,6	77,6	
	Especial	11	22,4	22,4	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

71 Qual é o tipo do seu Plano de Saúde?

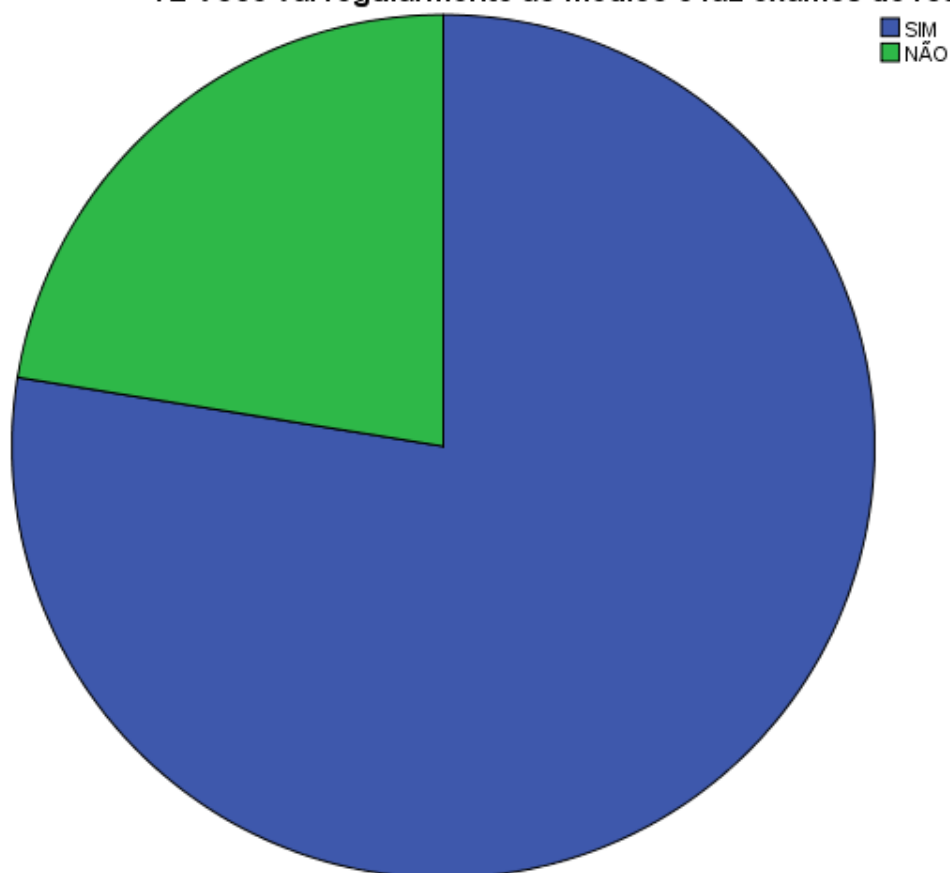


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXX

Frequência Estatística						
72 – Você vai regularmente ao médico e faz exames de rotina?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
72 – Você vai regularmente ao médico e faz exames de rotina?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	38	77,6	77,6	77,6	
	NÃO	11	22,4	22,4	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

72 Você vai regularmente ao médico e faz exames de rotina?

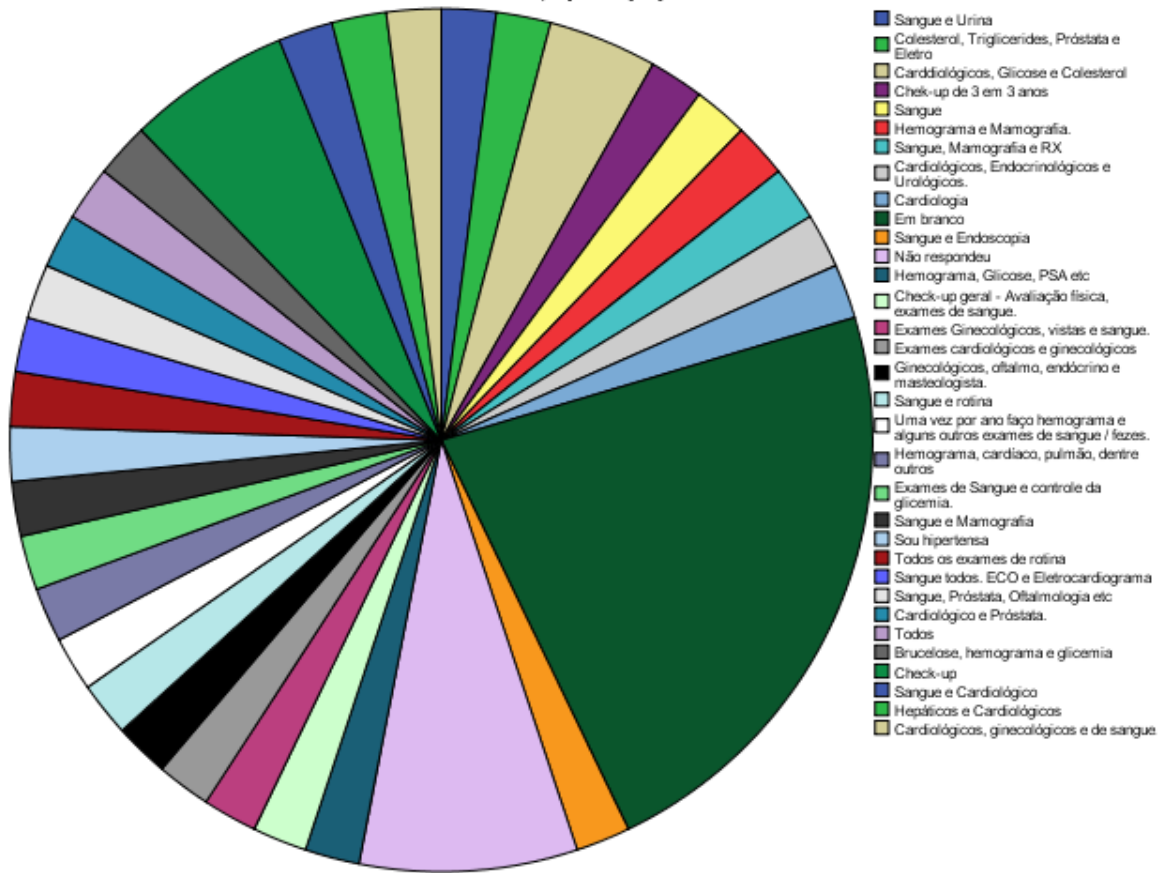


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXI

Frequência Estatística						
72.01 – Se SIM, qual (is) exame (s)?						
N	Válidos					49
	Inexistente					00
72.01 – Se SIM, qual (is) exames?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Sangue e Urina	1	2,0	2,0	2,0	
	Colesterol, Triglicerídeos, Próstata e Eletro	1	2,0	2,0	4,1	
	Cardiológicos, Glicose e Colesterol	2	4,1	4,1	8,2	
	Chek-up de 3 em 3 anos	1	2,0	2,0	10,2	
	Sangue	1	2,0	2,0	12,2	
	Hemograma e Mamografia.	1	2,0	2,0	14,3	
	Sangue, Mamografia e RX	1	2,0	2,0	16,3	
	Cardiológicos, Endocrinológicos e Urológicos.	1	2,0	2,0	18,4	
	Cardiologia	1	2,0	2,0	20,4	
	Em branco	11	22,4	22,4	42,9	
	Sangue e Endoscopia	1	2,0	2,0	44,9	
	Não respondeu	4	8,2	8,2	53,1	
	Hemograma, Glicose, PSA etc	1	2,0	2,0	55,1	
	Check-up geral - Avaliação física, exames de sangue.	1	2,0	2,0	57,1	
	Exames Ginecológicos, vistas e sangue.	1	2,0	2,0	59,2	
	Exames cardiológicos e ginecológicos	1	2,0	2,0	61,2	
	Ginecológicos, oftalmo, endócrino e mastologista.	1	2,0	2,0	63,3	
	Sangue e rotina	1	2,0	2,0	65,3	
	Uma vez por ano faço hemograma e alguns outros exames de sangue / fezes.	1	2,0	2,0	67,3	
	Hemograma, cardíaco, pulmão, dentre outros	1	2,0	2,0	69,4	
	Exames de Sangue e controle da glicemia.	1	2,0	2,0	71,4	
	Sangue e Mamografia	1	2,0	2,0	73,5	
	Sou hipertensa	1	2,0	2,0	75,5	
	Todos os exames de rotina	1	2,0	2,0	77,6	
	Sangue todos. ECO e Eletrocardiograma	1	2,0	2,0	79,6	
	Sangue, Próstata, Oftalmologia etc	1	2,0	2,0	81,6	
	Cardiológico e Próstata.	1	2,0	2,0	83,7	
	Todos	1	2,0	2,0	85,7	
	Brucelose, hemograma e glicemia	1	2,0	2,0	87,8	
	Check-up	3	6,1	6,1	93,9	
	Sangue e Cardiológico	1	2,0	2,0	95,9	
	Hepáticos e Cardiológicos	1	2,0	2,0	98,0	
Cardiológicos, ginecológicos e de sangue.	1	2,0	2,0	100,0		
Total		49	100,0	100,0		

72.01 Se SIM, qual (is) exames?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXII

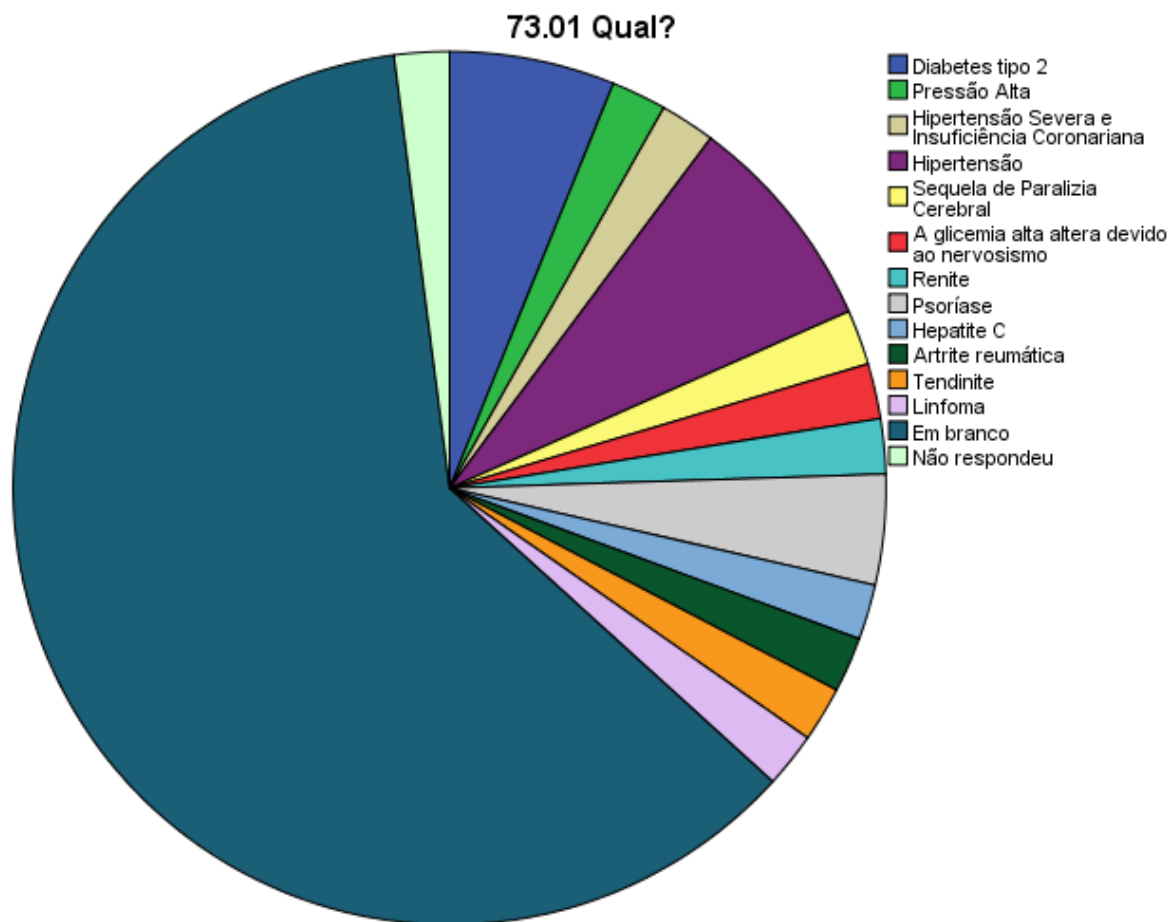
Frequência Estatística						
73 – Você é portador de alguma doença crônica?						
Nº	Válidos					49
	Inexistente					00
73 – Você é portador de alguma doença crônica?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	18	36,7	36,7	36,7	
	NÃO	31	63,3	63,3	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXIII

Frequência Estatística					
73.01 – Qual tipo de doença crônica?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				0
73.01 – Qual tipo de doença crônica?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Diabetes tipo 2	3	6,1	6,1	6,1
	Pressão Alta	1	2,0	2,0	8,2
	Hipertensão Severa e Insuficiência Coronariana	1	2,0	2,0	10,2
	Hipertensão	4	8,2	8,2	18,4
	Sequela de Paralisia Cerebral	1	2,0	2,0	20,4
	A glicemia alta altera devido ao nervosismo	1	2,0	2,0	22,4
	Renite	1	2,0	2,0	24,5
	Psoríase	2	4,1	4,1	28,6
	Hepatite C	1	2,0	2,0	30,6
	Artrite reumática	1	2,0	2,0	32,7
	Tendinite	1	2,0	2,0	34,7
	Linfoma	1	2,0	2,0	36,7
	Em branco	30	61,2	61,2	98,0
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

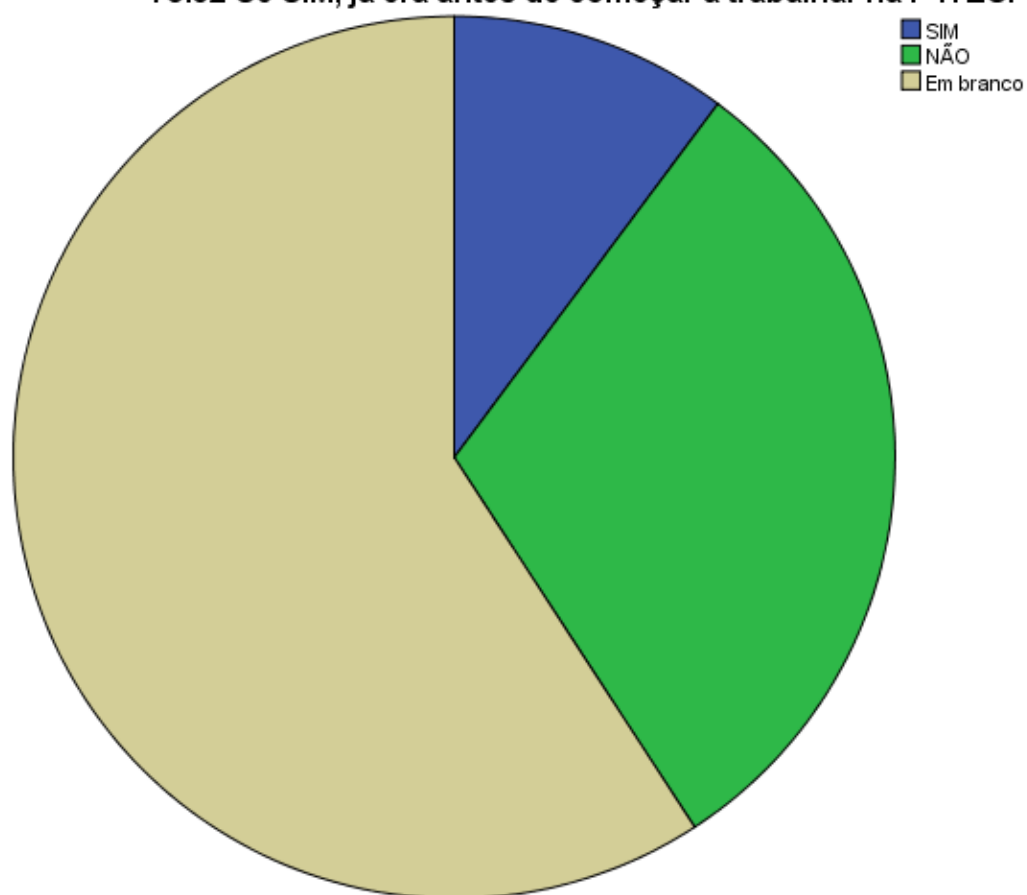


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXIV

Frequência Estatística					
73.02 – Se SIM, já era portador da doença crônica, antes de começar a trabalhar na F. ITESP?					
Nº.	Válidos				49
	Inexistente				00
73.02 – Se SIM, já era portador da doença crônica antes de começar a trabalhar na F-ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	5	10,2	10,2	10,2
	NÃO	15	30,6	30,6	40,8
	Em branco	29	59,2	59,2	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

73.02 Se SIM, já era antes de começar a trabalhar na F-ITESP?

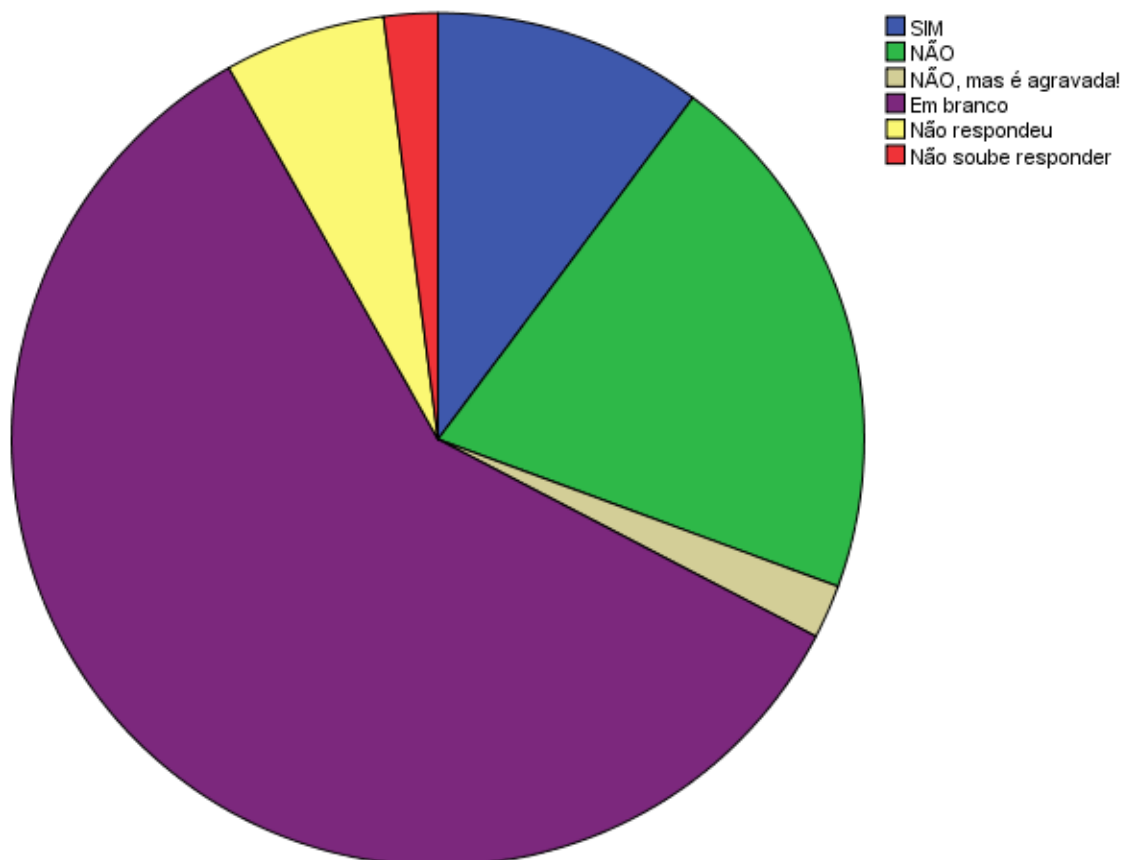


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXV

Frequência Estatística					
73.03 – Em sua opinião, essa (s) doença (s) é (são) resultante (s) do ambiente de trabalho da F-ITESP?					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
73.03 – Em sua opinião, essa (s) doença (s) é (são) resultante (s) do ambiente de trabalho da F-ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	SIM	5	10,2	10,2	10,2
	NÃO	10	20,4	20,4	30,6
	NÃO, mas é agravada!	1	2,0	2,0	32,7
	Em branco	29	59,2	59,2	91,8
	Não respondeu	3	6,1	6,1	98,0
	Não soube responder	1	2,0	2,0	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

73.03 Em sua opinião, essa (s) doença (s) é (são) resultante (s) do ambiente de trabalho da F-ITESP?

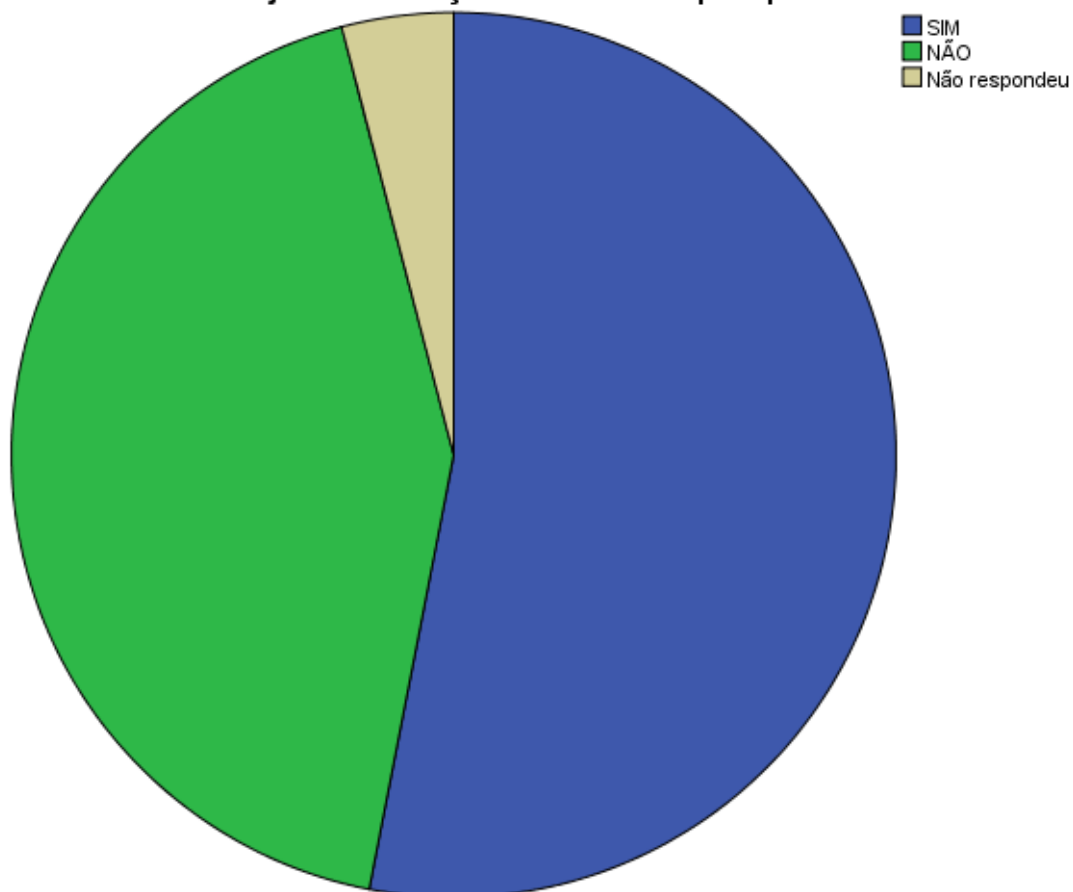


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXVI

Frequência Estatística						
74 – Você já tirou licença de até 15 dias por questões de saúde?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
74 – Você já tirou licença de até 15 dias por questões de saúde?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	26	53,1	53,1	53,1	
	NÃO	21	42,9	42,9	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

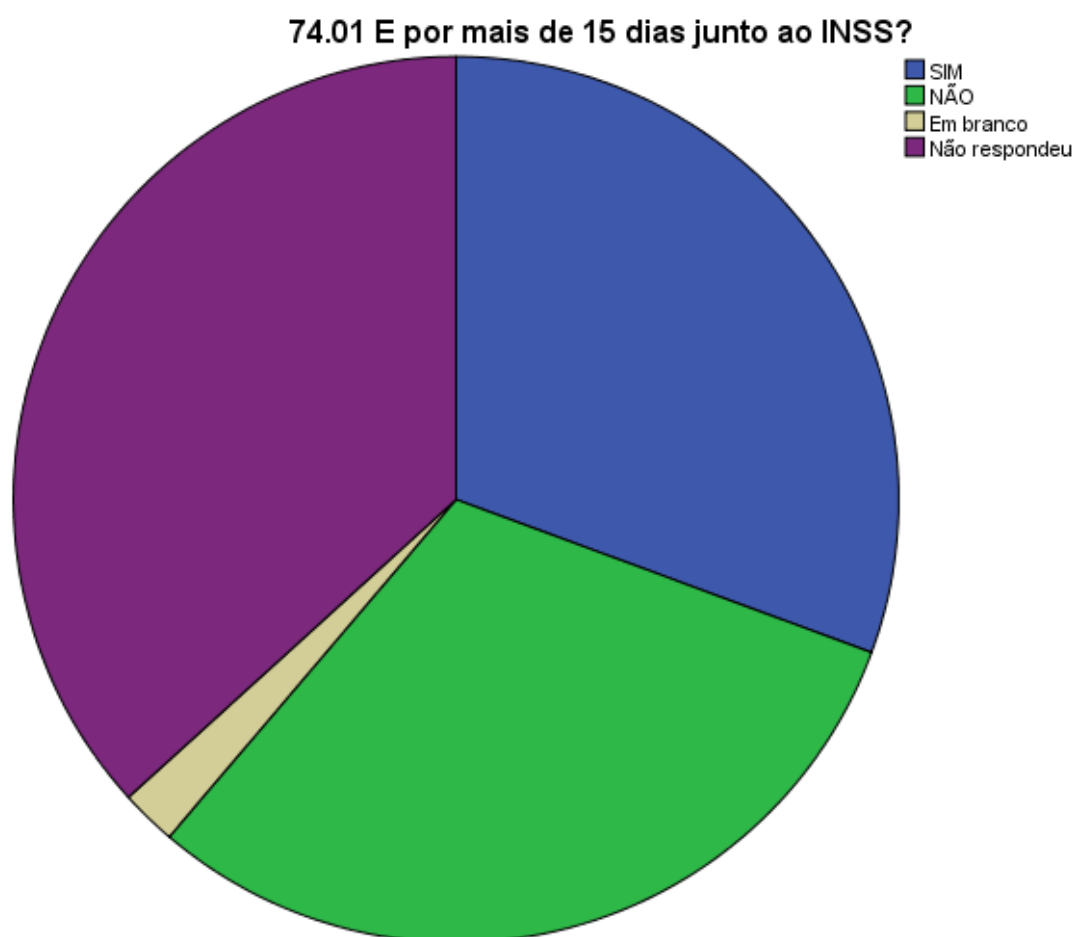
74 Você já tirou licença de até 15 dias por questões de saúde?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXVII

Frequência Estatística						
74.01 – E por mais de 15 dias junto ao INSS?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
74.01 – E por mais de 15 dias junto ao INSS?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	15	30,6	30,6	30,6	
	NÃO	15	30,6	30,6	61,2	
	Em branco	1	2,0	2,0	63,3	
	Não respondeu	18	36,7	36,7	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

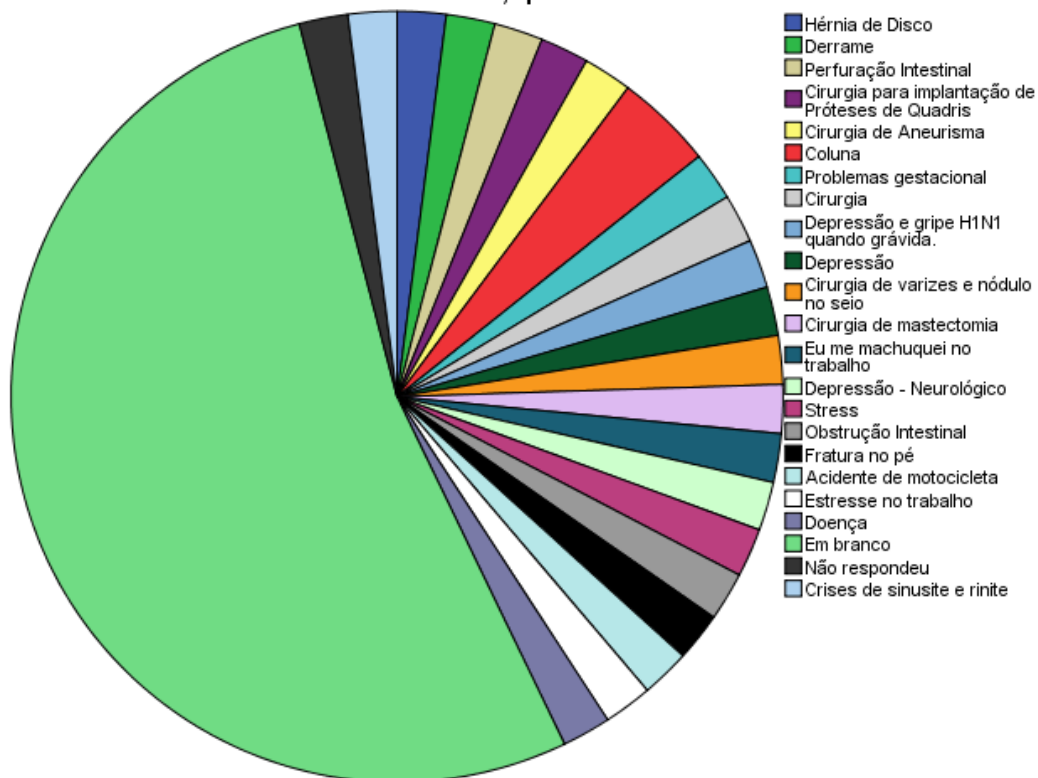


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXVIII

Frequência Estatística						
74.02 – Se SIM, qual o motivo da licença médica?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
74.02 – Se SIM, qual o motivo da licença médica?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Hérnia de Disco	1	2,0	2,0	2,0	
	Derrame	1	2,0	2,0	4,1	
	Perfuração Intestinal	1	2,0	2,0	6,1	
	Cirurgia para implantação de Próteses de Quadrís	1	2,0	2,0	8,2	
	Cirurgia de Aneurisma	1	2,0	2,0	10,2	
	Coluna	2	4,1	4,1	14,3	
	Problemas gestacional	1	2,0	2,0	16,3	
	Cirurgia	1	2,0	2,0	18,4	
	Depressão e gripe H1N1 quando grávida.	1	2,0	2,0	20,4	
	Depressão	1	2,0	2,0	22,4	
	Cirurgia de varizes e nódulo no seio	1	2,0	2,0	24,5	
	Cirurgia de mastectomia	1	2,0	2,0	26,5	
	Eu me machuquei no trabalho	1	2,0	2,0	28,6	
	Depressão - Neurológico	1	2,0	2,0	30,6	
	Stress	1	2,0	2,0	32,7	
	Obstrução Intestinal	1	2,0	2,0	34,7	
	Fratura no pé	1	2,0	2,0	36,7	
	Acidente de motocicleta	1	2,0	2,0	38,8	
	Estresse no trabalho	1	2,0	2,0	40,8	
	Doença	1	2,0	2,0	42,9	
	Em branco	26	53,1	53,1	95,9	
Não respondeu	1	2,0	2,0	98,0		
Crises de sinusite e rinite	1	2,0	2,0	100,0		
Total		49	100,0	100,0		

74.02 Se SIM, qual o motivo?

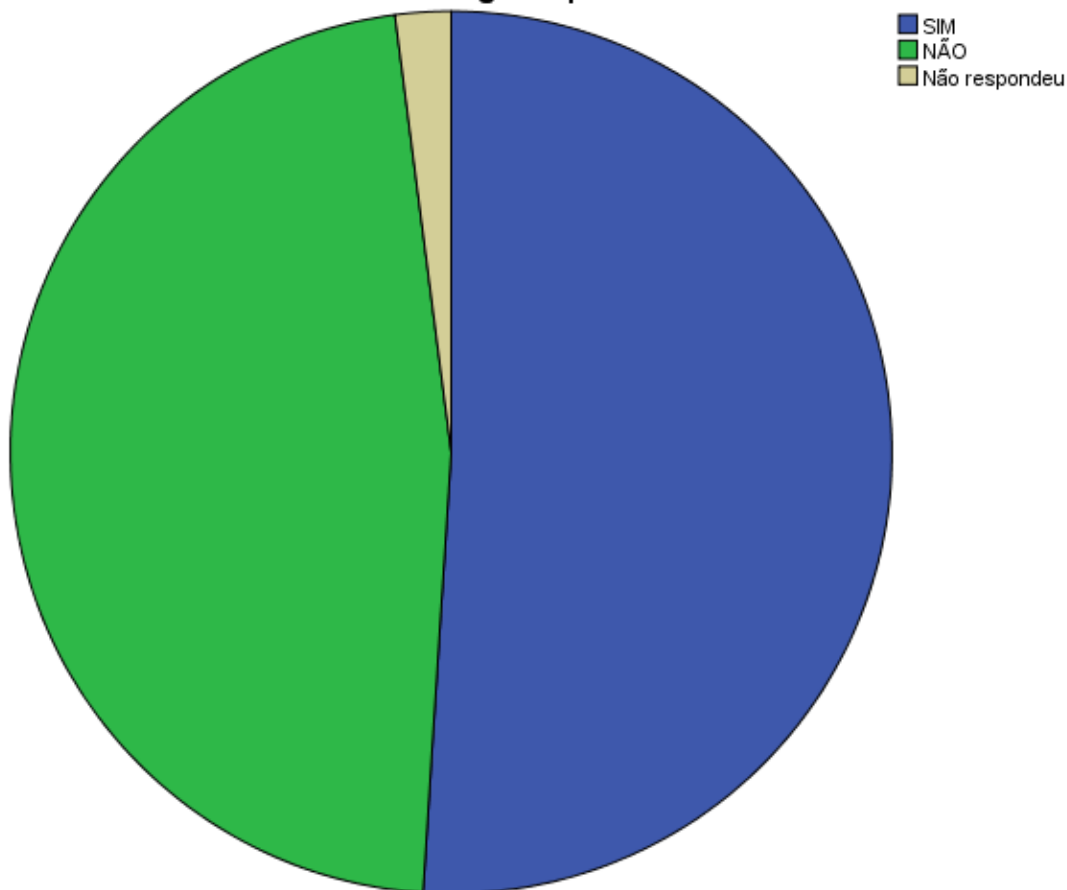


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXIX

Frequência Estatística						
75 – Você utiliza ou utilizou algum tipo de medicamento de uso contínuo?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
75 Você utiliza ou utilizou algum tipo de medicamento de uso contínuo?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	25	51,0	51,0	51,0	
	NÃO	23	46,9	46,9	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

75 Você utiliza ou utilizou algum tipo de medicamento de uso contínuo?

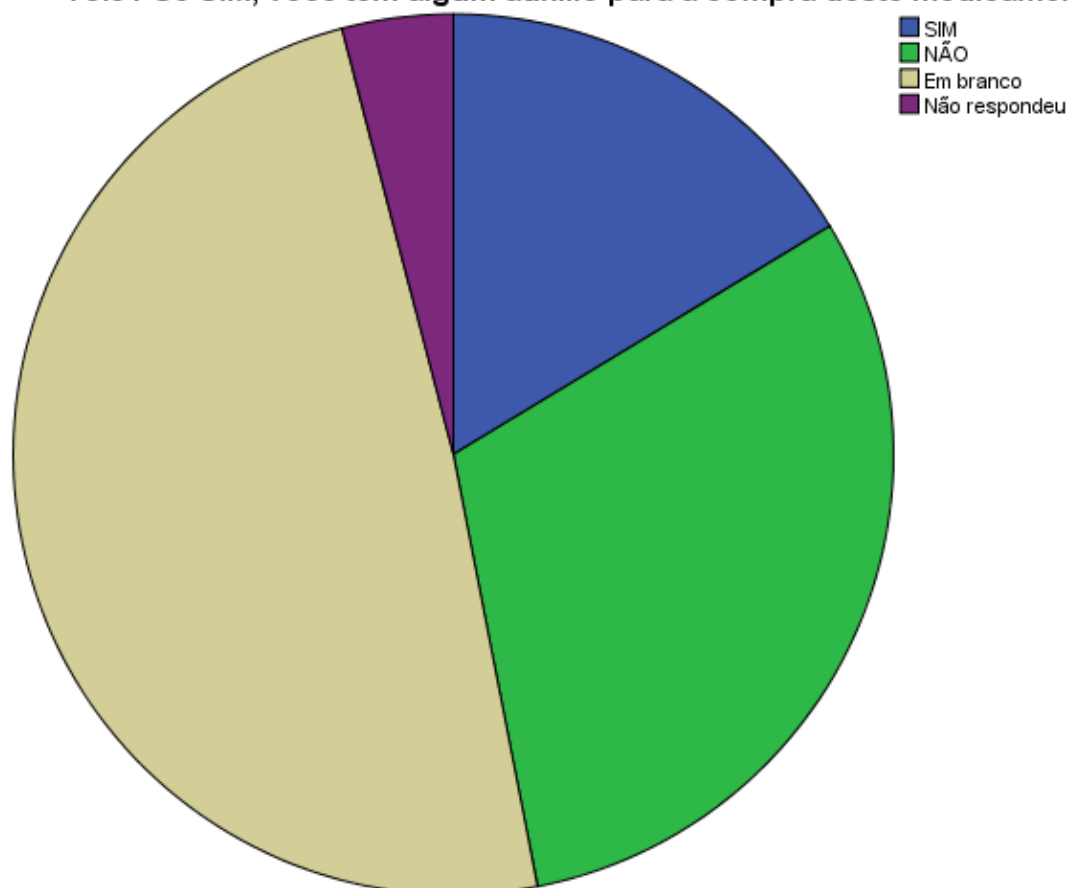


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXX

Frequência Estatística						
75.01 – Se SIM, você tem algum auxílio para a compra deste medicamento?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
75.01 – Se SIM, você tem algum auxílio para a compra deste medicamento?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	8	16,3	16,3	16,3	
	NÃO	15	30,6	30,6	46,9	
	Em branco	24	49,0	49,0	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

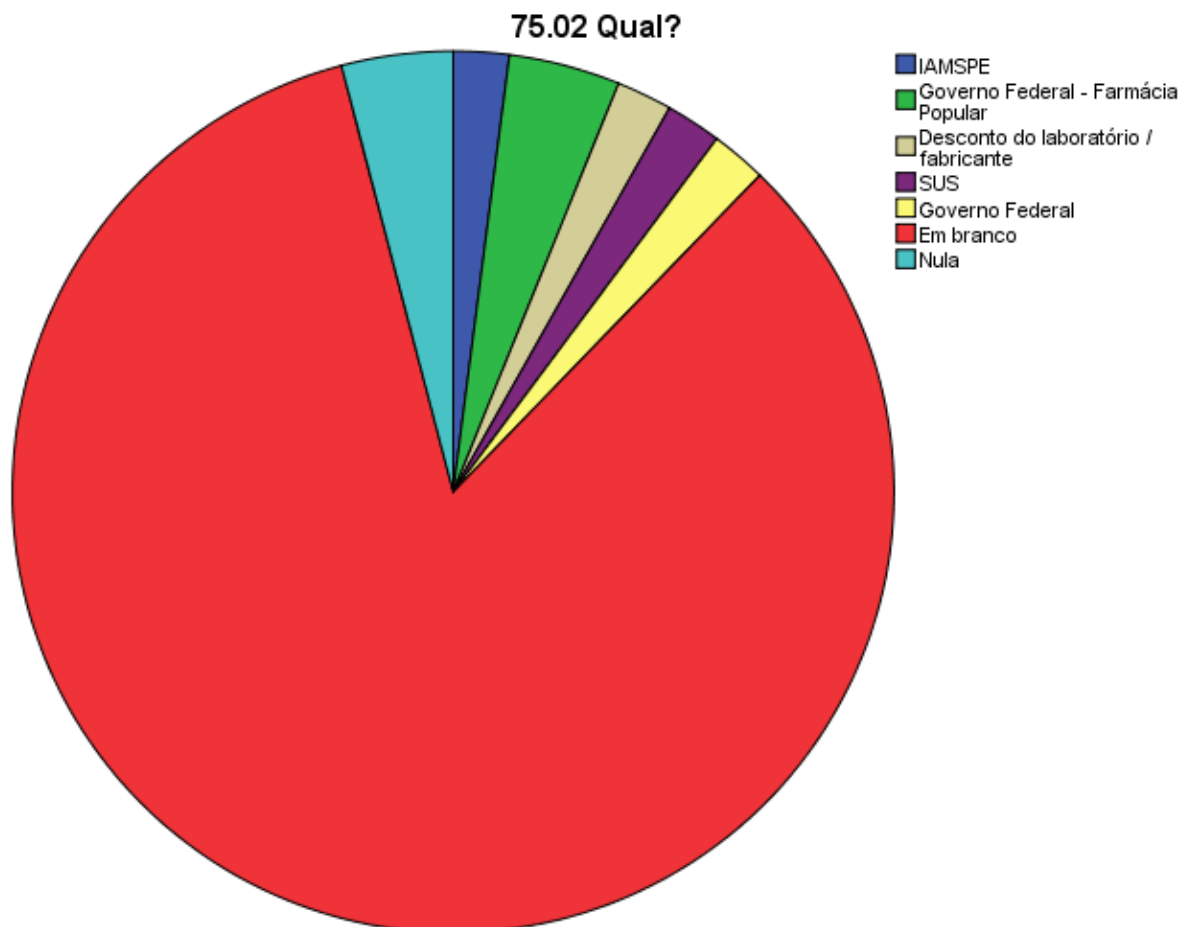
75.01 Se SIM, você tem algum auxílio para a compra deste medicamento?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXI

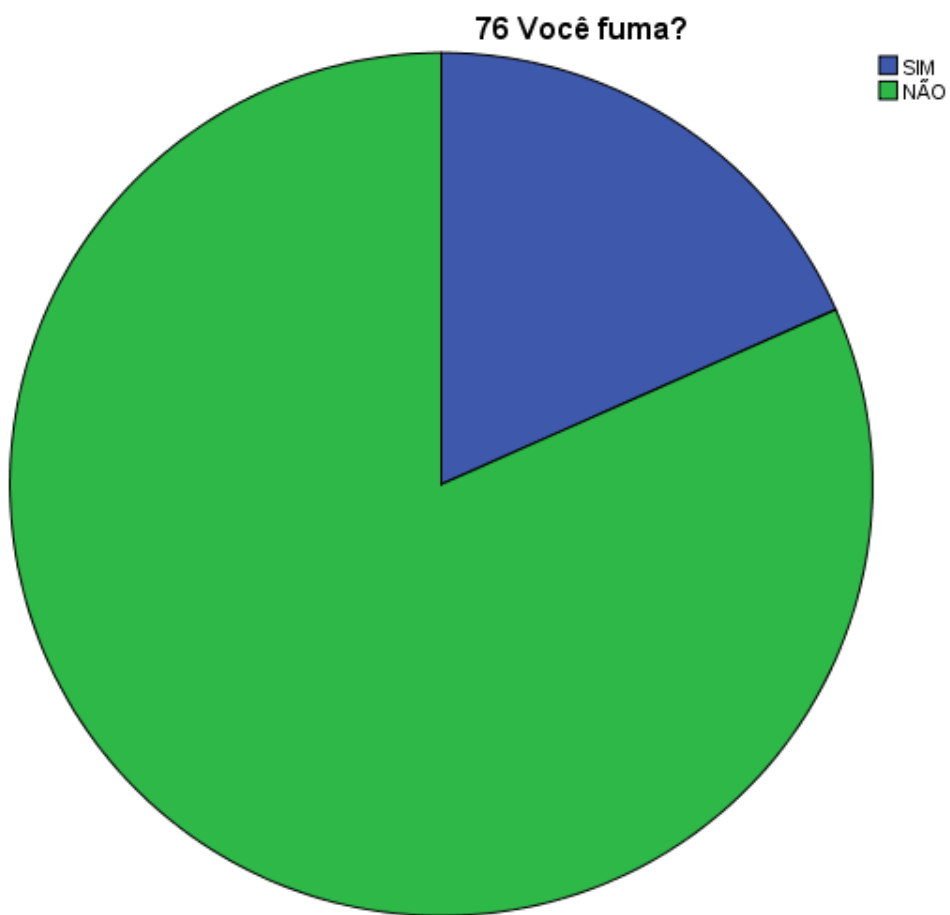
Frequência Estatística						
75.02 – Qual tipo de auxílio?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
75.02 – Qual tipo de auxílio?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	IAMSPE	1	2,0	2,0	2,0	
	Governo Federal - Farmácia Popular	2	4,1	4,1	6,1	
	Desconto do laboratório / fabricante	1	2,0	2,0	8,2	
	SUS	1	2,0	2,0	10,2	
	Governo Federal	1	2,0	2,0	12,2	
	Em branco	41	83,7	83,7	95,9	
	Nula	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXII

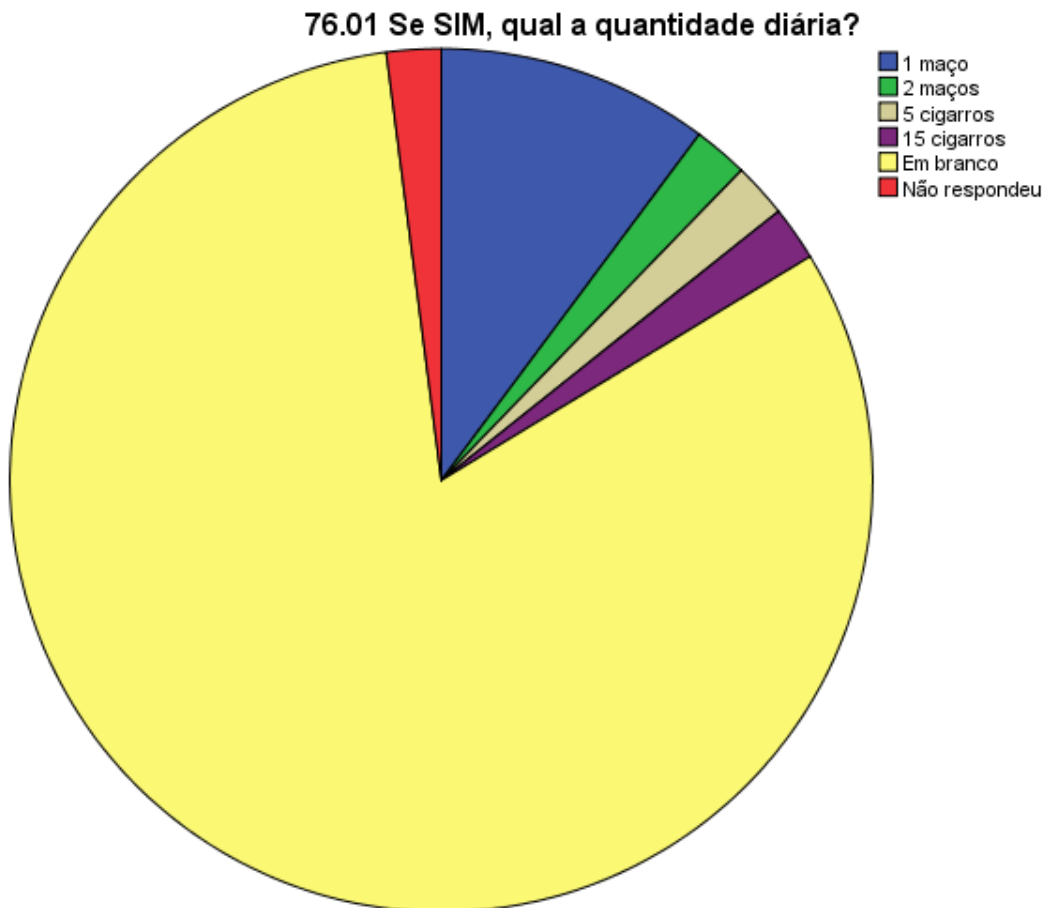
Frequência Estatística						
76 – Você fuma?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
76 – Você fuma?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	9	18,4	18,4	18,4	
	NÃO	40	81,6	81,6	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXIII

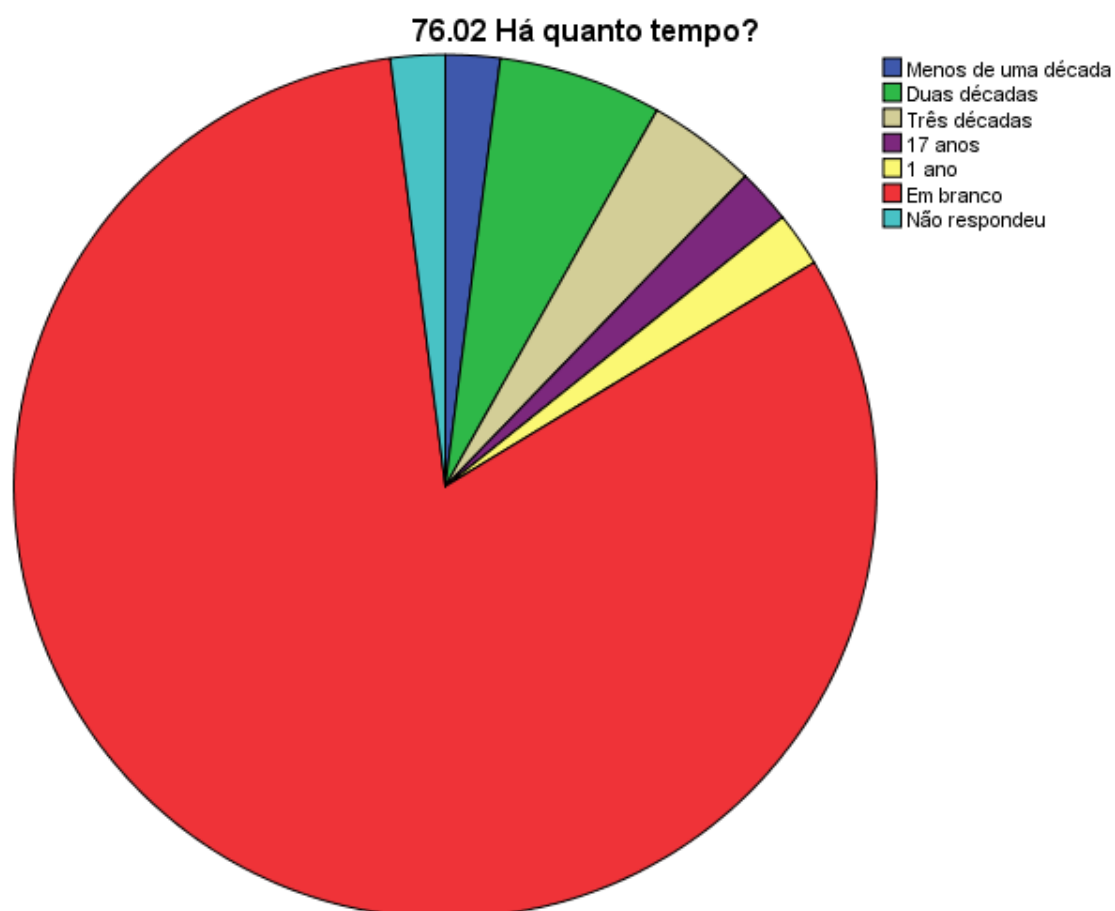
Frequência Estatística						
76.01 – Se SIM, qual a quantidade diária?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
76.01 Se SIM, qual a quantidade diária?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	1 maço	5	10,2	10,2	10,2	
	2 maços	1	2,0	2,0	12,2	
	5 cigarros	1	2,0	2,0	14,3	
	15 cigarros	1	2,0	2,0	16,3	
	Em branco	40	81,6	81,6	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXIV

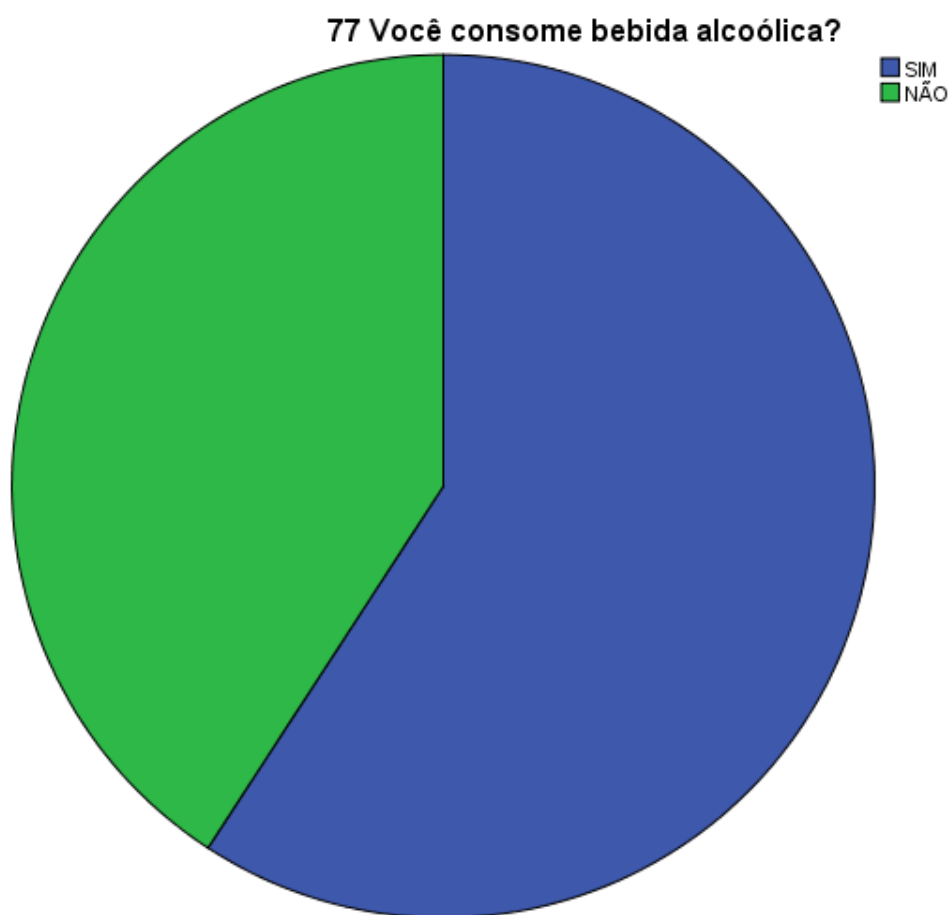
Frequência Estatística						
76.02 – Há quanto tempo?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
76.02 Há quanto tempo?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Menos de uma década	1	2,0	2,0	2,0	
	Duas décadas	3	6,1	6,1	8,2	
	Três décadas	2	4,1	4,1	12,2	
	17 anos	1	2,0	2,0	14,3	
	1 ano	1	2,0	2,0	16,3	
	Em branco	40	81,6	81,6	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXV

Frequência Estatística						
77 – Você consome bebida alcoólica?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
77 – Você consome bebida alcoólica?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	29	59,2	59,2	59,2	
	NÃO	20	40,8	40,8	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

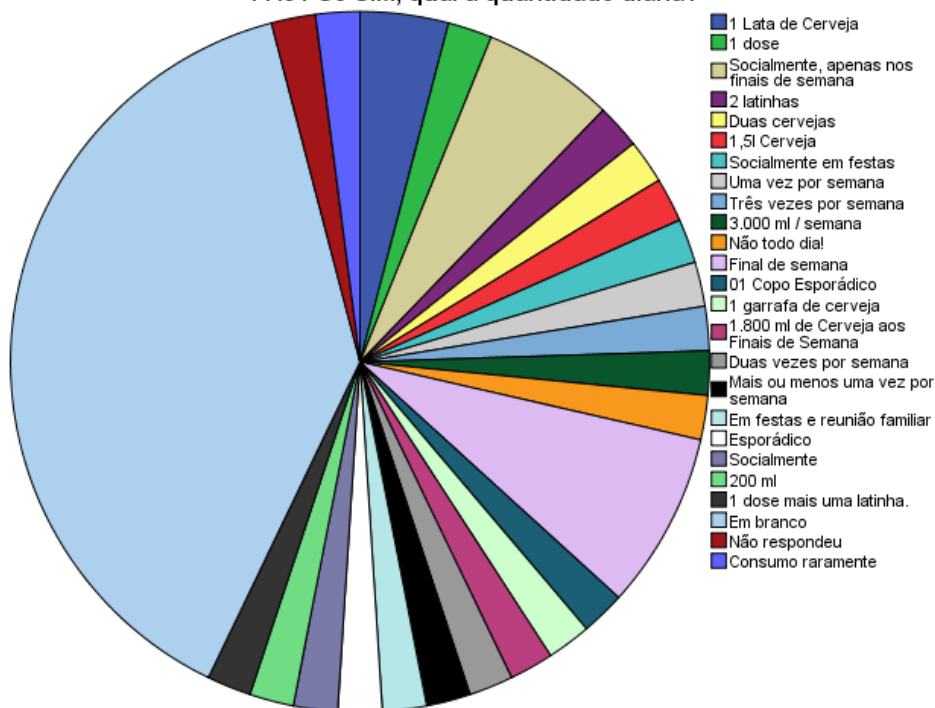


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXVI

Frequência Estatística					
77.01 – Se SIM, qual a quantidade diária de bebida que você consome?					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistente			00	
77.01 – Se SIM, qual a quantidade diária de bebida que você consome?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	1 Lata de Cerveja	2	4,1	4,1	4,1
	1 dose	1	2,0	2,0	6,1
	Socialmente, apenas nos finais de semana	3	6,1	6,1	12,2
	2 latinhas	1	2,0	2,0	14,3
	Duas cervejas	1	2,0	2,0	16,3
	1,5l Cerveja	1	2,0	2,0	18,4
	Socialmente em festas	1	2,0	2,0	20,4
	Uma vez por semana	1	2,0	2,0	22,4
	Três vezes por semana	1	2,0	2,0	24,5
	3.000 ml / semana	1	2,0	2,0	26,5
	Não todo dia!	1	2,0	2,0	28,6
	Final de semana	4	8,2	8,2	36,7
	01 Copo Esporádico	1	2,0	2,0	38,8
	1 garrafa de cerveja	1	2,0	2,0	40,8
	1.800 ml de Cerveja aos Finais de Semana	1	2,0	2,0	42,9
	Duas vezes por semana	1	2,0	2,0	44,9
	Mais ou menos uma vez por semana	1	2,0	2,0	46,9
	Em festas e reunião familiar	1	2,0	2,0	49,0
	Esporádico	1	2,0	2,0	51,0
	Socialmente	1	2,0	2,0	53,1
	200 ml	1	2,0	2,0	55,1
	1 dose mais uma latinha.	1	2,0	2,0	57,1
	Em branco	19	38,8	38,8	95,9
	Não respondeu	1	2,0	2,0	98,0
	Consumo raramente	1	2,0	2,0	100,0
	Total		49	100,0	100,0

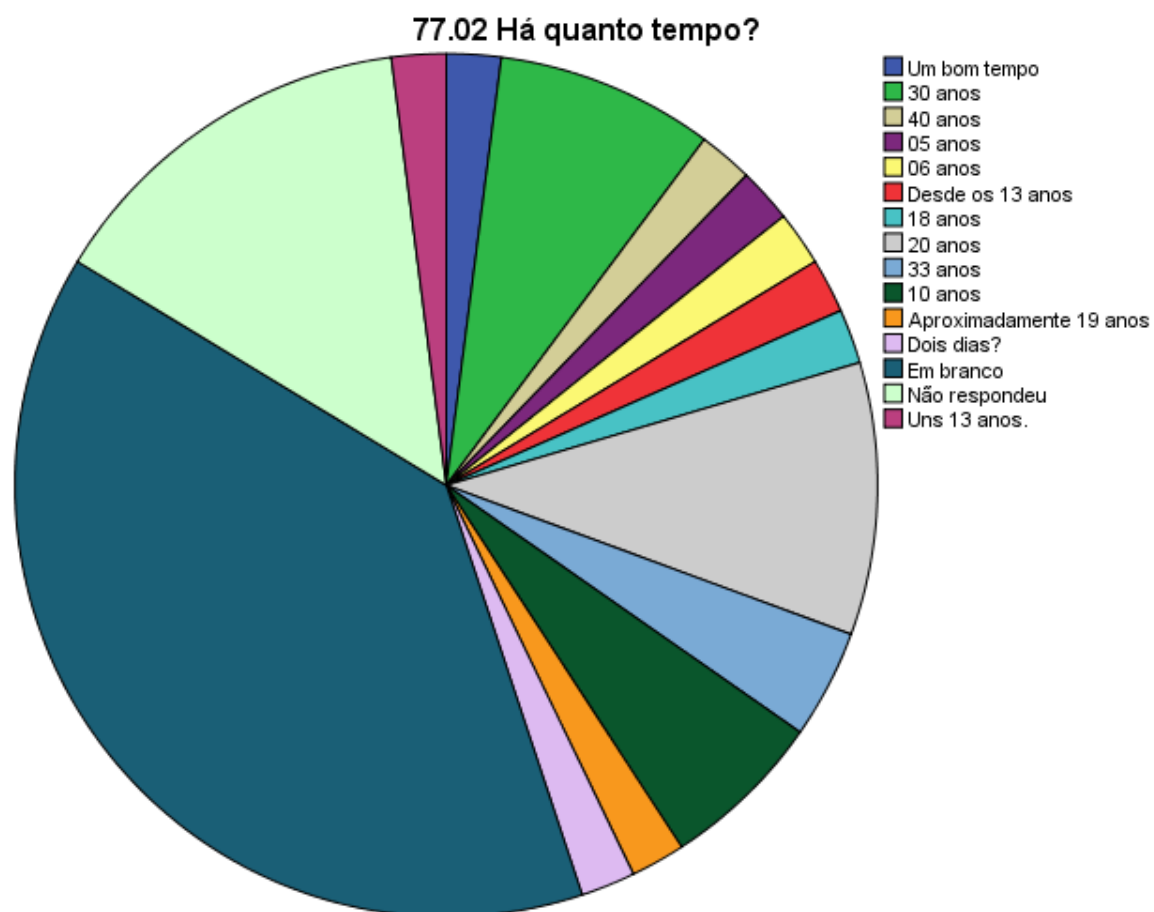
77.01 Se SIM, qual a quantidade diária?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXVII

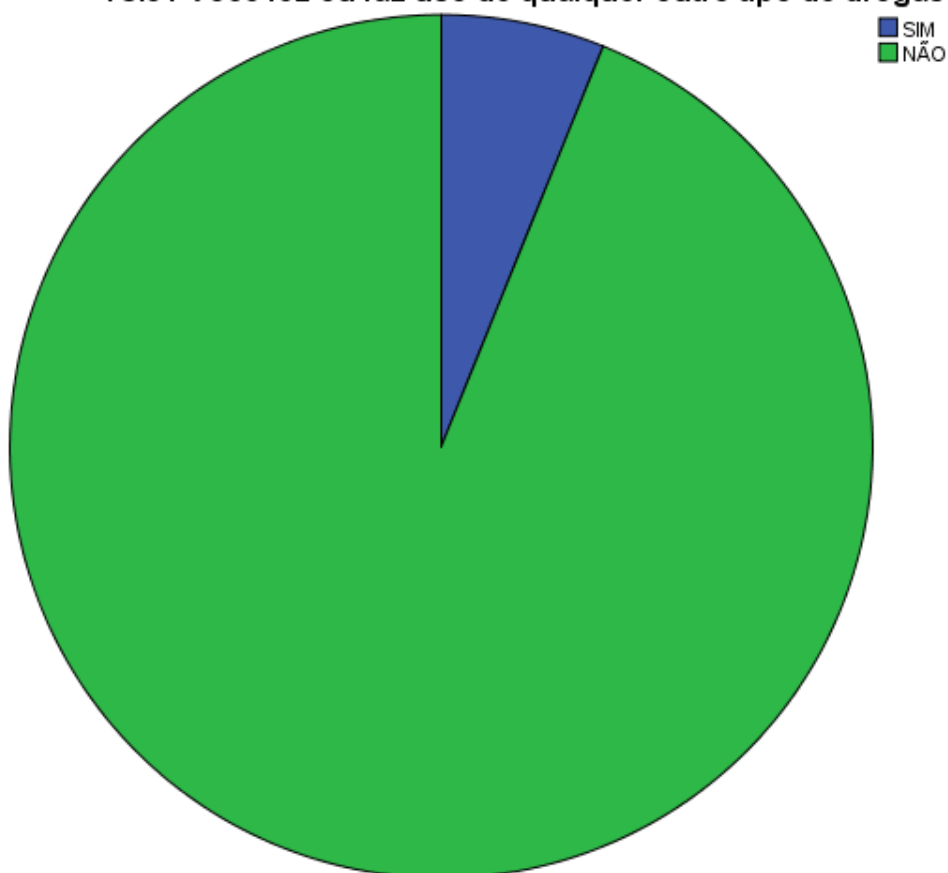
Frequência Estatística					
77.02 – Há quanto tempo?					
Nº.	Válido			49	
	Inexistente			00	
77.02 – Há quanto tempo?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Um bom tempo	1	2,0	2,0	2,0
	30 anos	4	8,2	8,2	10,2
	40 anos	1	2,0	2,0	12,2
	05 anos	1	2,0	2,0	14,3
	06 anos	1	2,0	2,0	16,3
	Desde os 13 anos	1	2,0	2,0	18,4
	18 anos	1	2,0	2,0	20,4
	20 anos	5	10,2	10,2	30,6
	33 anos	2	4,1	4,1	34,7
	10 anos	3	6,1	6,1	40,8
	Aproximadamente 19 anos	1	2,0	2,0	42,9
	Dois dias?	1	2,0	2,0	44,9
	Em branco	19	38,8	38,8	83,7
	Não respondeu	7	14,3	14,3	98,0
	Uns 13 anos.	1	2,0	2,0	100,0
	Total		49	100,0	100,0



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXVIII

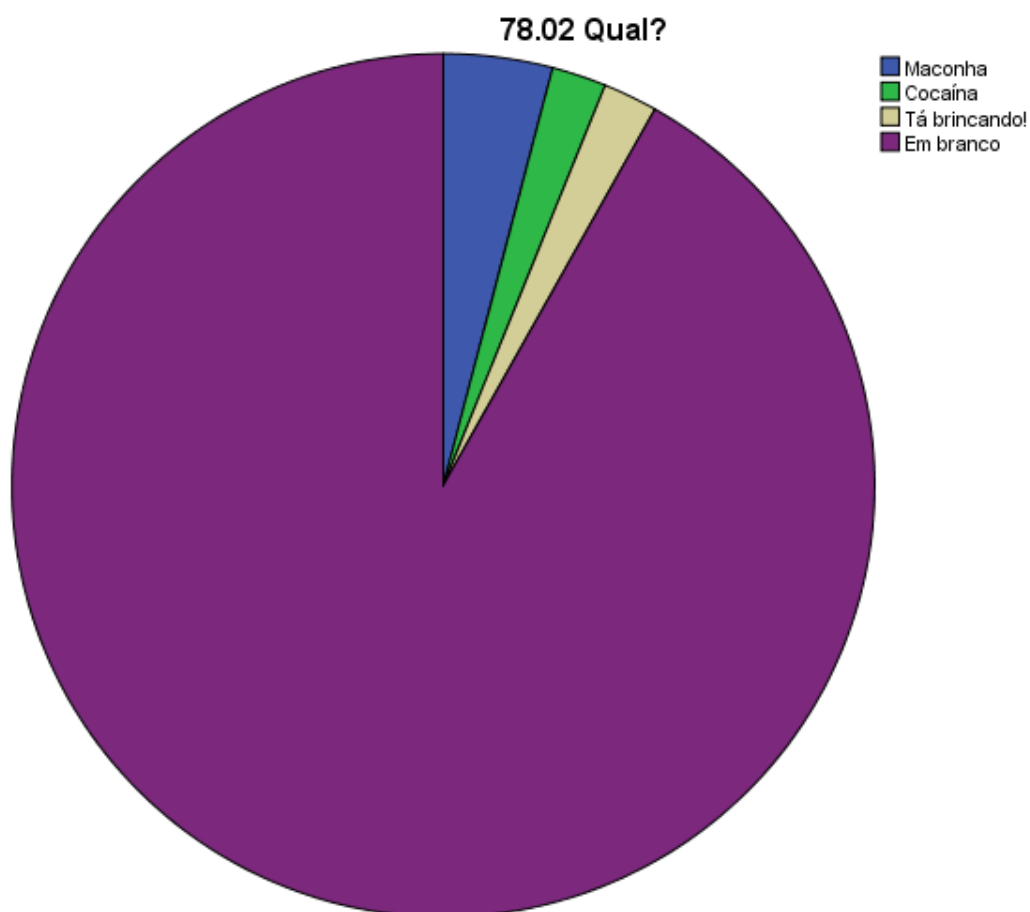
Frequência Estatística						
78.01 – Você fez ou faz uso de qualquer outro tipo de drogas ilícitas?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
78.01 – Você fez ou faz uso de qualquer outro tipo de drogas ilícitas?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	3	6,1	6,1	6,1	
	NÃO	46	93,9	93,9	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

78.01 Você fez ou faz uso de qualquer outro tipo de drogas ilícitas?

Fonte: Própria, o autor

Tabela CXXXIX

Frequência Estatística						
78.02 – Qual tipo de droga ilícita você é usuário?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
78.02 – Qual tipo de droga ilícita você é usuário?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Acumulado Percentual	
Válidos	Maconha	2	4,1	4,1	4,1	
	Cocaína	1	2,0	2,0	6,1	
	Tá brincando!	1	2,0	2,0	8,2	
	Em branco	45	91,8	91,8	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

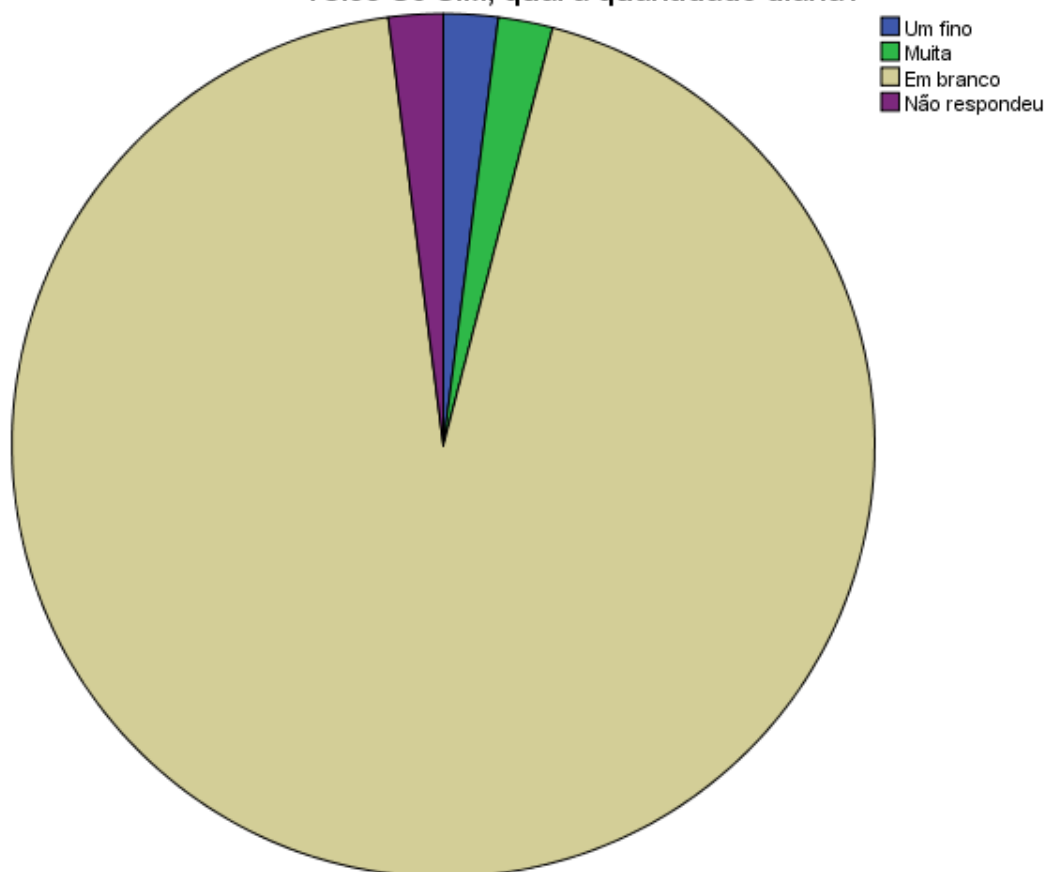


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXL

Frequência Estatística						
78.03 – Se SIM, qual a quantidade diária, de droga ilícita, você consome?						
Nº.	Válido					49
	Inexistente					00
78.03 – Se SIM, qual a quantidade diária, de droga ilícita, você consome?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Um fino	1	2,0	2,0	2,0	
	Muita	1	2,0	2,0	4,1	
	Em branco	46	93,9	93,9	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

78.03 Se SIM, qual a quantidade diária?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLI

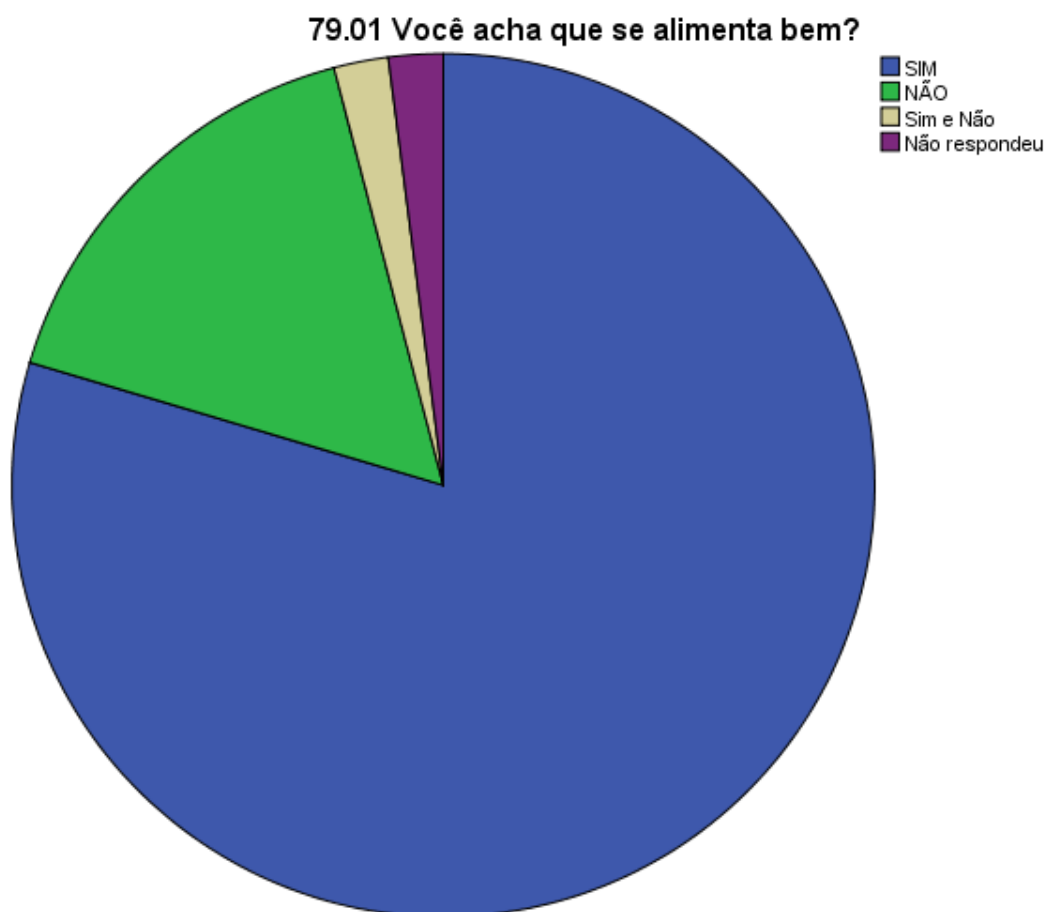
Frequência Estatística						
78.04 – Há quanto tempo utiliza-se de drogas ilícitas?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
78.04 – Há quanto tempo utiliza-se de drogas ilícitas?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Percentual Acumulado	
Válidos	30 anos	1	2,0	2,0	2,0	
	15 anos	1	2,0	2,0	4,1	
	Único vício que preservo é mulher!	1	2,0	2,0	6,1	
	Em branco	45	91,8	91,8	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLII

Frequência Estatística						
79.01 – Você acha que se alimenta bem?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
79.01 – Você acha que se alimenta bem?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	39	79,6	79,6	79,6	
	NÃO	8	16,3	16,3	95,9	
	Sim e Não	1	2,0	2,0	98,0	
	Não respondeu	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

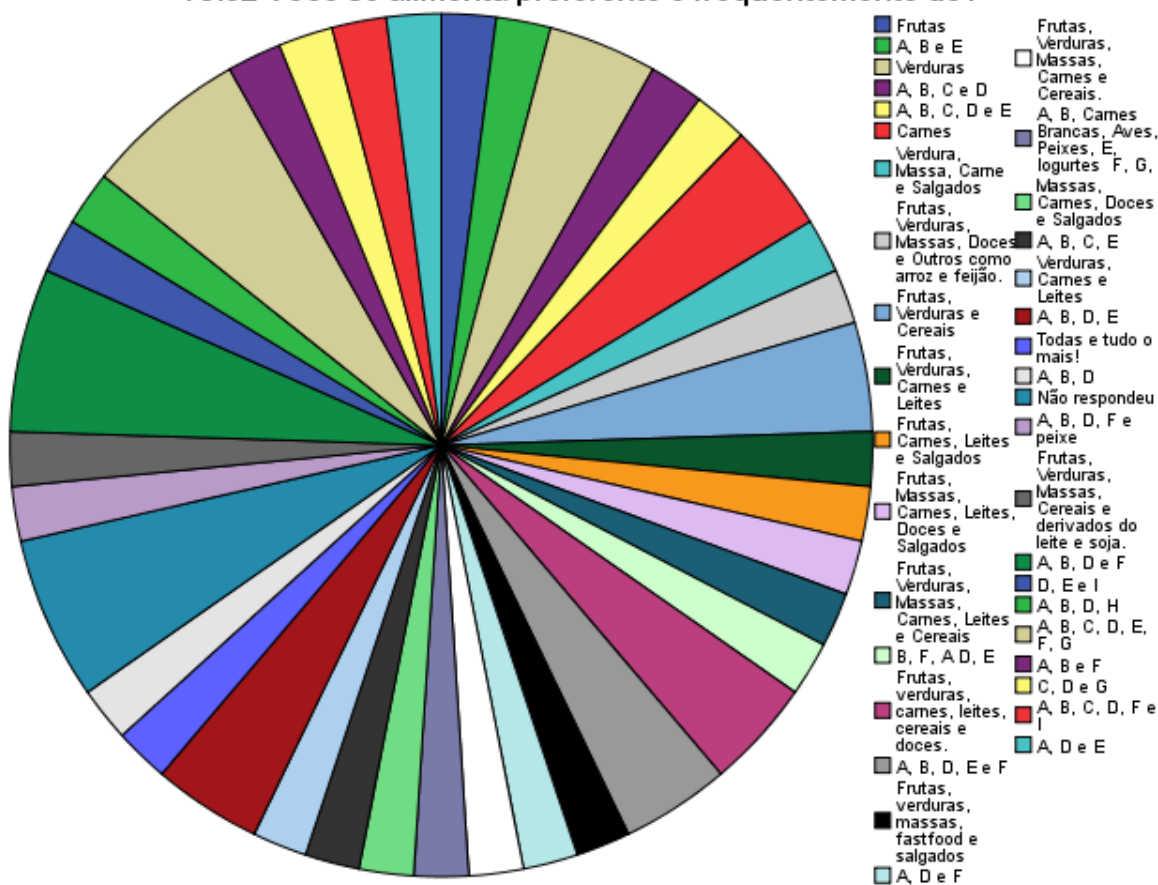


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLIII

Frequência Estatística						
79.02 – Você se alimenta preferente e frequentemente de quê?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
79.02 – Você se alimenta preferente e frequentemente de quê?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Frutas	1	2,0	2,0	2,0	
	A, B e E	1	2,0	2,0	4,1	
	Verduras	2	4,1	4,1	8,2	
	A, B, C e D	1	2,0	2,0	10,2	
	A, B, C, D e E	1	2,0	2,0	12,2	
	Carnes	2	4,1	4,1	16,3	
	Verdura, Massa, Carne e Salgados	1	2,0	2,0	18,4	
	Frutas, Verduras, Massas, Doces e Outros como arroz e feijão.	1	2,0	2,0	20,4	
	Frutas, Verduras e Cereais	2	4,1	4,1	24,5	
	Frutas, Verduras, Carnes e Leites	1	2,0	2,0	26,5	
	Frutas, Carnes, Leites e Salgados	1	2,0	2,0	28,6	
	Frutas, Massas, Carnes, Leites, Doces e Salgados	1	2,0	2,0	30,6	
	Frutas, Verduras, Massas, Carnes, Leites e Cereais	1	2,0	2,0	32,7	
	B, F, A D, E	1	2,0	2,0	34,7	
	Frutas, verduras, carnes, leites, cereais e doces.	2	4,1	4,1	38,8	
	A, B, D, E e F	2	4,1	4,1	42,9	
	Frutas, verduras, massas, fastfood e salgados	1	2,0	2,0	44,9	
	A, D e F	1	2,0	2,0	46,9	
	Frutas, Verduras, Massas, Carnes e Cereais.	1	2,0	2,0	49,0	
	A, B, Carnes Brancas, Aves, Peixes, E, Iogurtes F, G,	1	2,0	2,0	51,0	
	Massas, Carnes, Doces e Salgados	1	2,0	2,0	53,1	
	A, B, C, E	1	2,0	2,0	55,1	
	Verduras, Carnes e Leites	1	2,0	2,0	57,1	
	A, B, D, E	2	4,1	4,1	61,2	
	Todas e tudo o mais!	1	2,0	2,0	63,3	
	A, B, D	1	2,0	2,0	65,3	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	71,4	
	A, B, D, F e peixe	1	2,0	2,0	73,5	
	Frutas, Verduras, Massas, Cereais e derivados do leite e soja.	1	2,0	2,0	75,5	
	A, B, D e F	3	6,1	6,1	81,6	
	D, E e I	1	2,0	2,0	83,7	
	A, B, D, H	1	2,0	2,0	85,7	
	A, B, C, D, E, F, G	3	6,1	6,1	91,8	
	A, B e F	1	2,0	2,0	93,9	
C, D e G	1	2,0	2,0	95,9		
A, B, C, D, F e I	1	2,0	2,0	98,0		
A, D e E	1	2,0	2,0	100,0		
Total	49	100,0	100,0			

79.02 Você se alimenta preferente e frequentemente de?

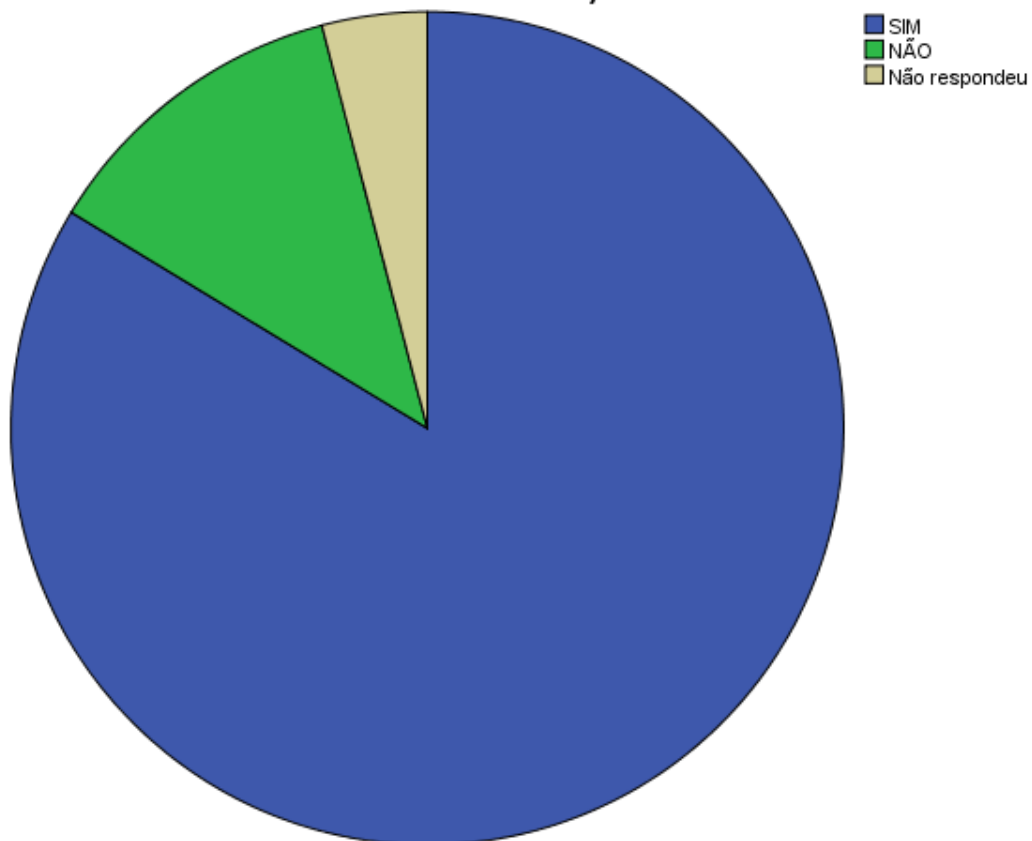


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLIV

Frequência Estatística						
80.01 – Você se previne contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST e AIDS)?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
80.01 – Você se previne contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST e AIDS)?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	41	83,7	83,7	83,7	
	NÃO	6	12,2	12,2	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

80.01 Você se previne contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST e AIDS)?

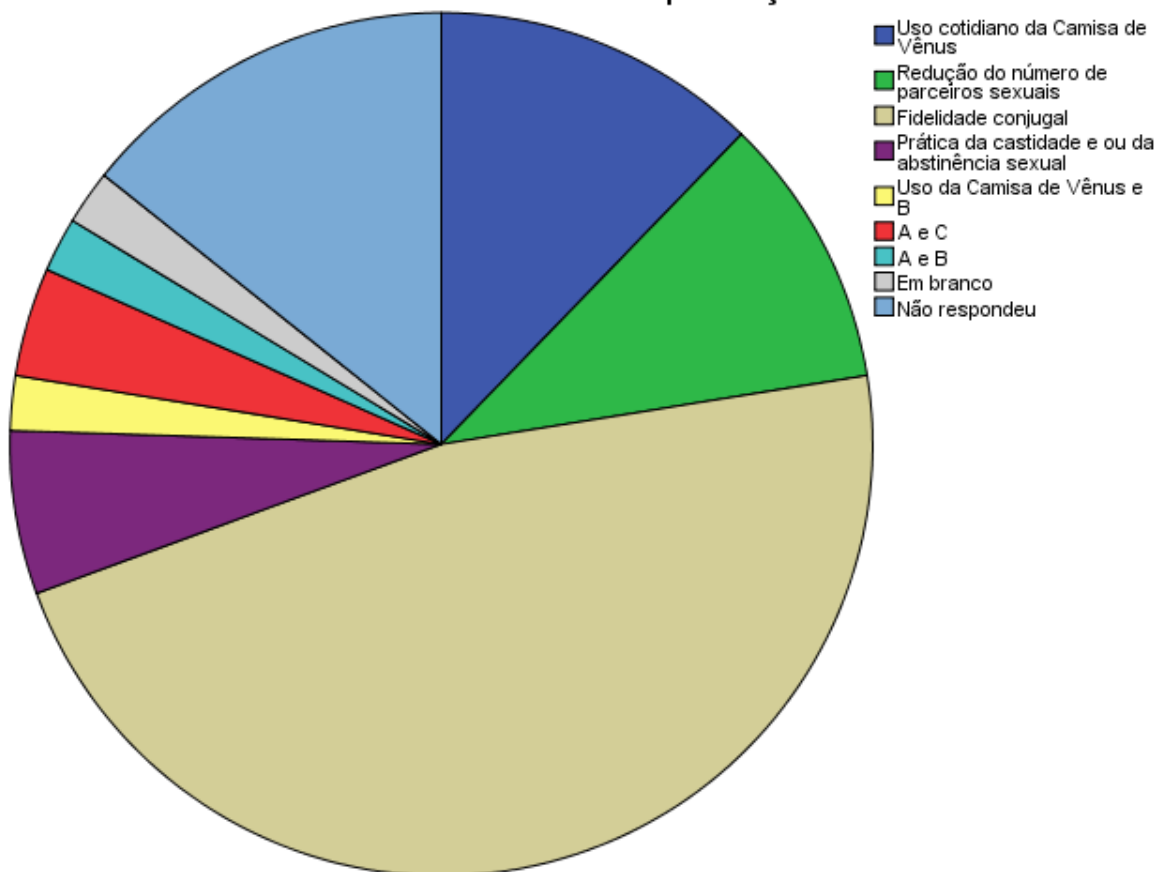


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLV

80.02 – Como se dá a prevenção de DST/AIDS?					
Nº.					
Válidos		49			
Inexistente		00			
80.02 – Como se dá a prevenção de DST/AIDS?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Uso cotidiano da Camisa de Vênus	6	12,2	12,2	12,2
	Redução do número de parceiros sexuais	5	10,2	10,2	22,4
	Fidelidade conjugal	23	46,9	46,9	69,4
	Prática da castidade e ou da abstinência sexual	3	6,1	6,1	75,5
	Uso da Camisa de Vênus e B	1	2,0	2,0	77,6
	A e C	2	4,1	4,1	81,6
	A e B	1	2,0	2,0	83,7
	Em branco	1	2,0	2,0	85,7
	Não respondeu	7	14,3	14,3	100,0
	Total	49	100,0	100,0	

80.02 Como se dá essa prevenção?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLVI

Frequência Estatística						
81.01 – Você realiza o controle da natalidade?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					0
81.01 – Você realiza o controle da natalidade?						
		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual Acumulado	
Válidos	SIM	28	57,1	57,1	57,1	
	NÃO	17	34,7	34,7	91,8	
	Não respondeu	4	8,2	8,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

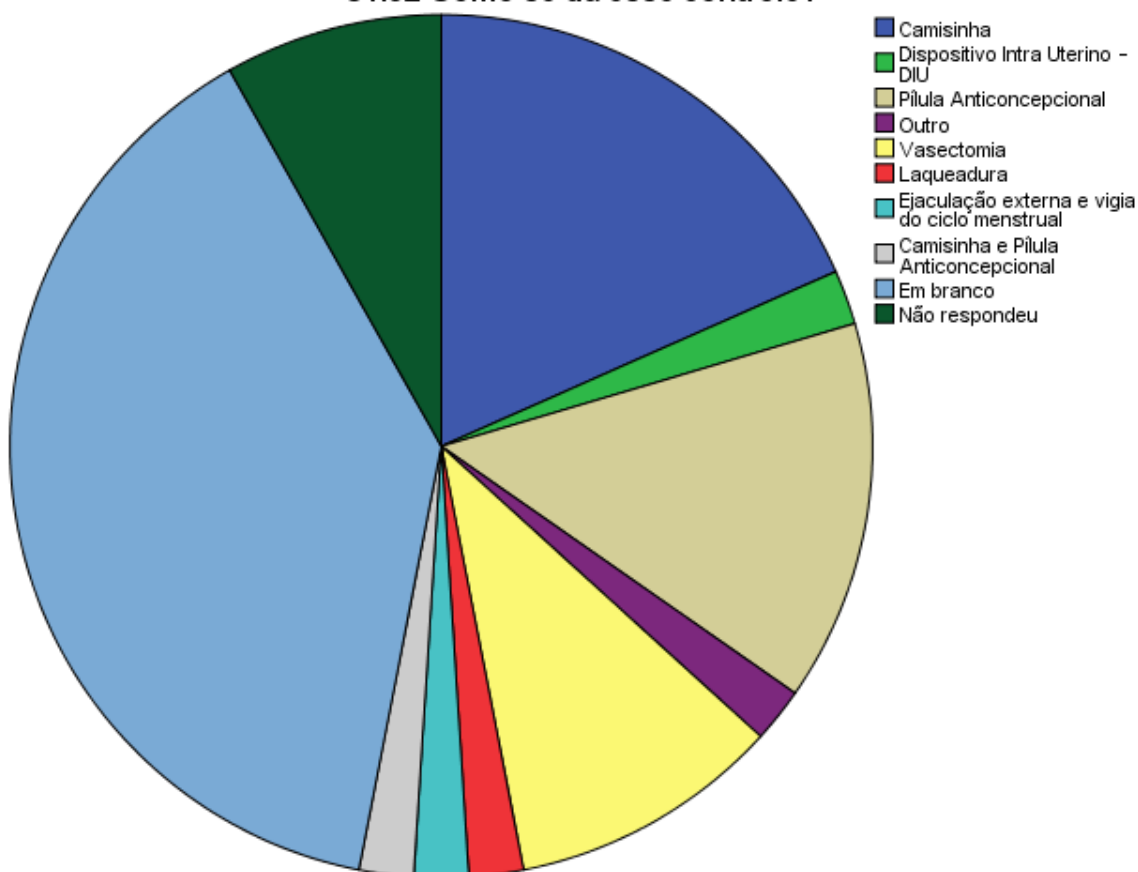


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLVII

Frequência Estatística						
81.02 – Como se dá esse controle da natalidade?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
81.02 – Como se dá esse controle de natalidade?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Camisinha	9	18,4	18,4	18,4	
	Dispositivo Intrauterino – DIU	1	2,0	2,0	20,4	
	Pílula Anticoncepcional	7	14,3	14,3	34,7	
	Outro	1	2,0	2,0	36,7	
	Vasectomia	5	10,2	10,2	46,9	
	Laqueadura	1	2,0	2,0	49,0	
	Ejaculação externa e vigia do ciclo menstrual	1	2,0	2,0	51,0	
	Camisinha e Pílula Anticoncepcional	1	2,0	2,0	53,1	
	Em branco	19	38,8	38,8	91,8	
	Não respondeu	4	8,2	8,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

81.02 Como se dá esse controle?

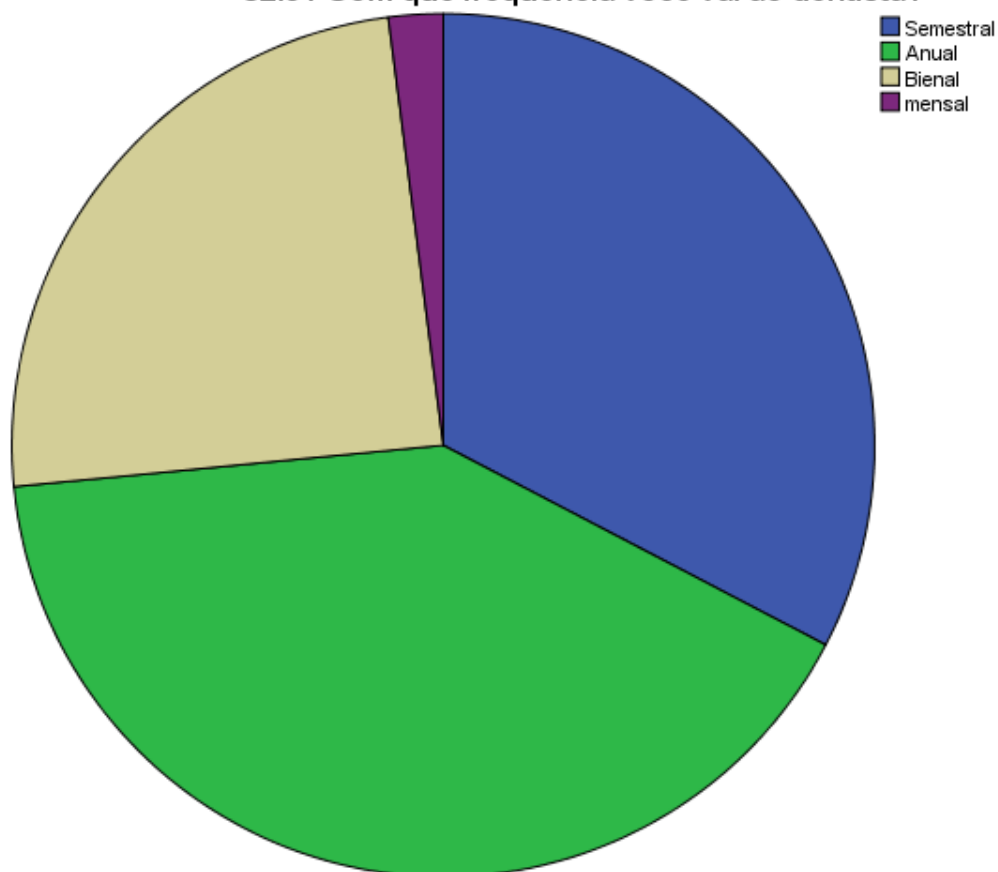


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLVIII

Frequência Estatística						
82.01 – Com que frequência você vai ao dentista?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
82.01 – Com que frequência você vai ao dentista?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Semestral	16	32,7	32,7	32,7	
	Anual	20	40,8	40,8	73,5	
	Bienal	12	24,5	24,5	98,0	
	Mensal	1	2,0	2,0	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

82.01 Com que frequência você vai ao dentista?

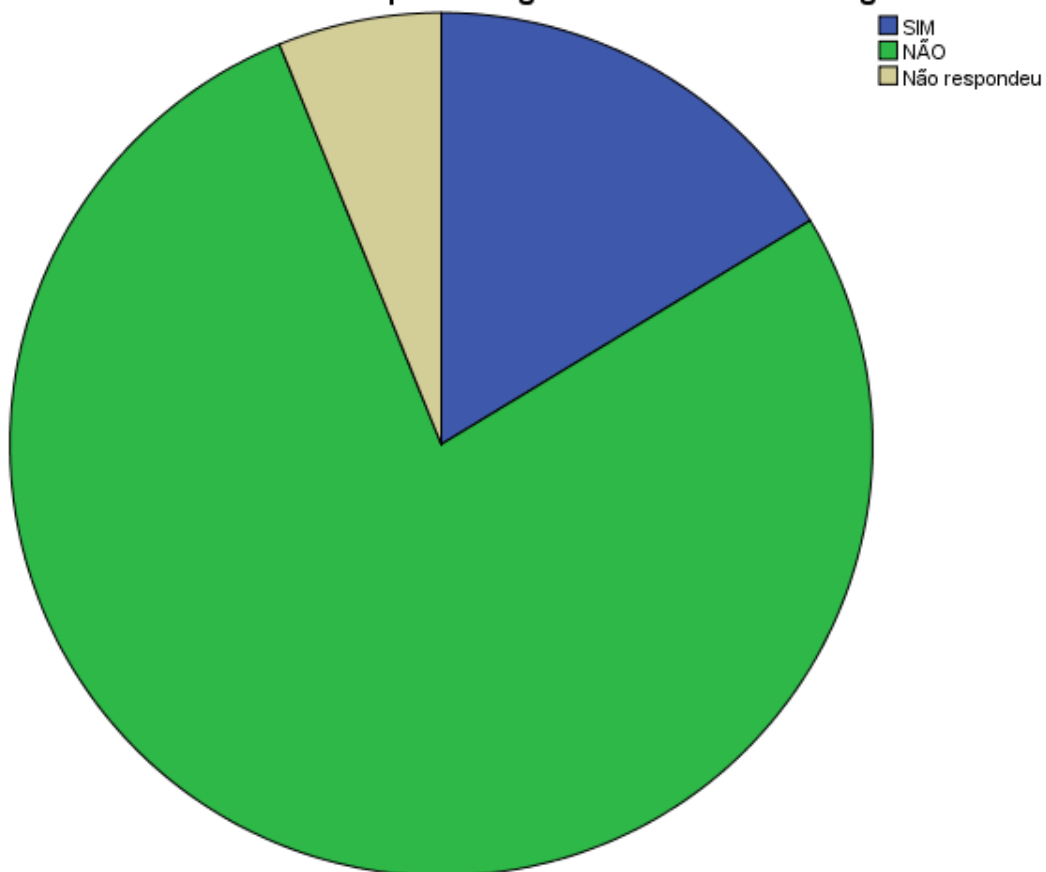


Fonte: Própria, o autor

Tabela CXLIX

Frequência Estatística						
82.02 – Você possui algum convênio odontológico?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
82.02 – Você possui algum convênio odontológico?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Validos	SIM	8	16,3	16,3	16,3	
	NÃO	38	77,6	77,6	93,9	
	Não respondeu	3	6,1	6,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

82.02 Você possui algum convênio odontológico?

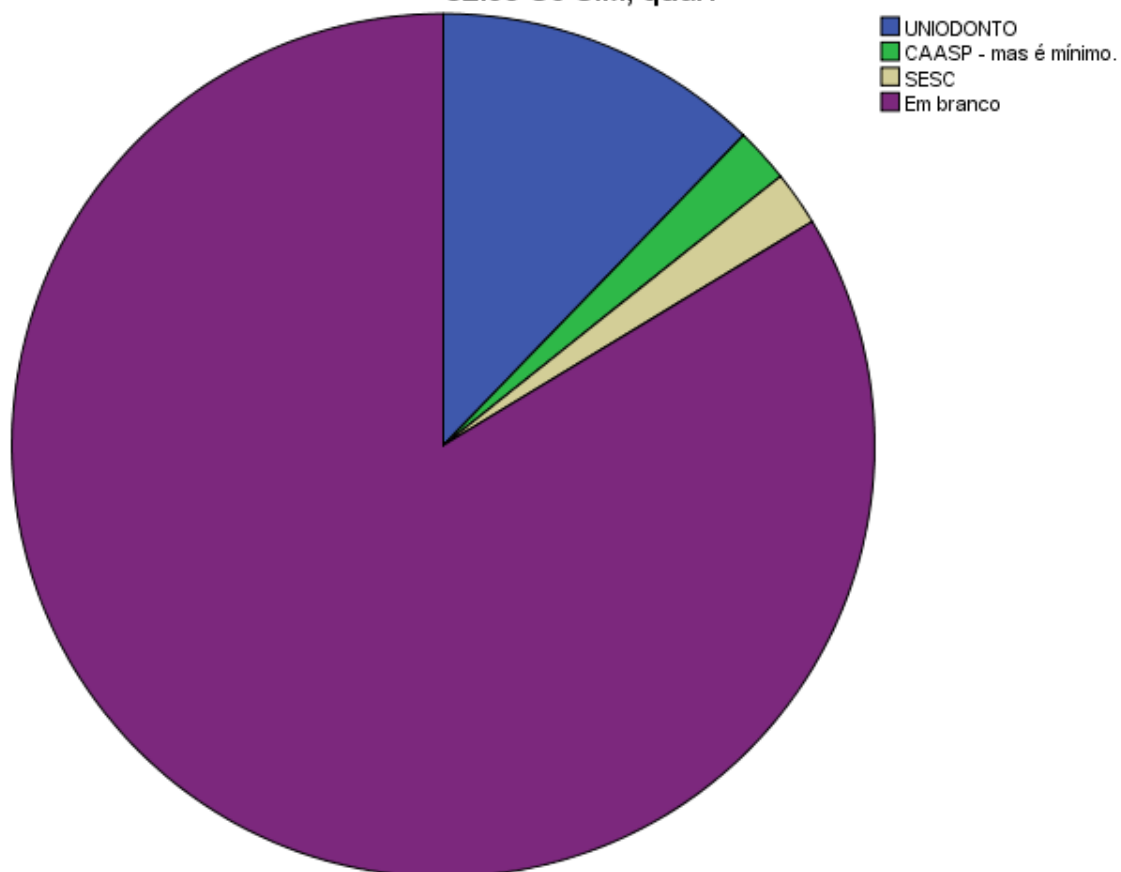


Fonte: Própria, o autor

Tabela CL

Frequência Estatística						
82.03 – Se SIM, possui convênio odontológico particular, qual?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
82.03 – Se SIM, possui convênio odontológico particular qual?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	UNIODONTO	6	12,2	12,2	12,2	
	CAASP – mas é mínimo.	1	2,0	2,0	14,3	
	SESC	1	2,0	2,0	16,3	
	Em branco	41	83,7	83,7	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

82.03 Se SIM, qual?

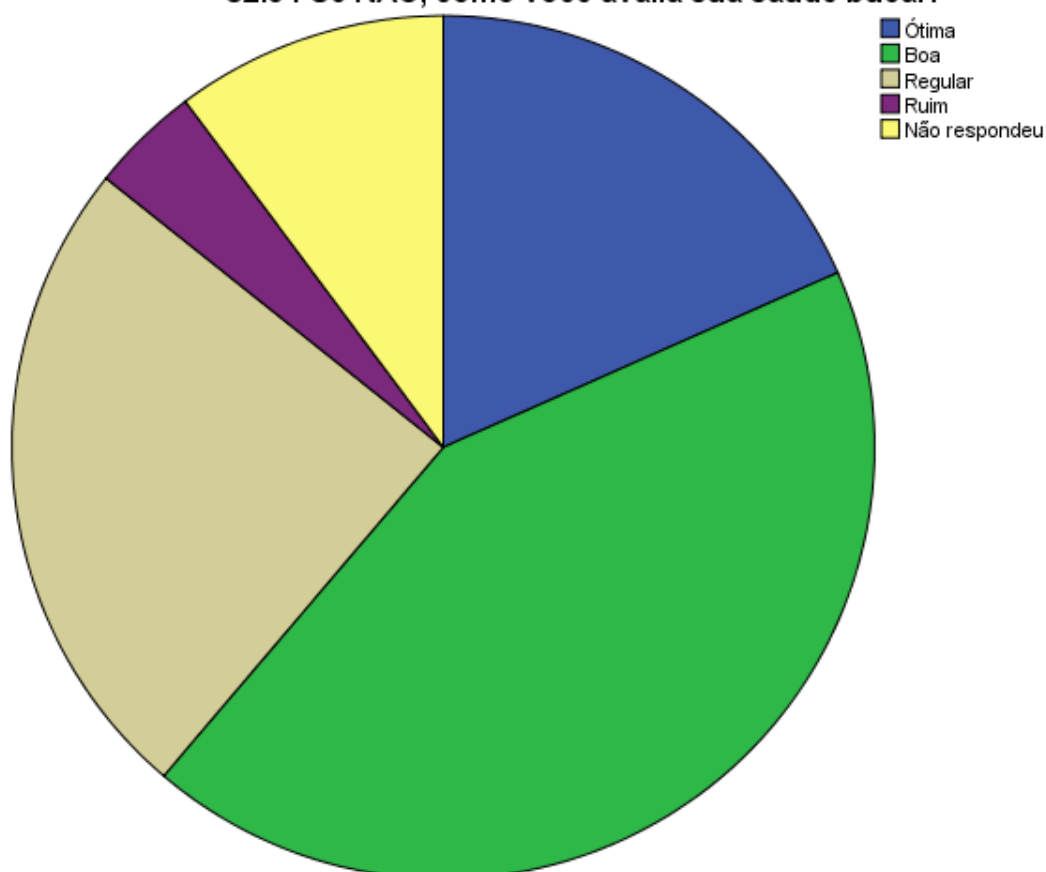


Fonte: Própria, o autor

Tabela CLI

Frequência Estatística						
82.04 – Se NÃO possui um plano odontológico privado, como você avalia sua saúde bucal?						
Nº.	Válido					49
	Inexistente					00
82.04 – Se NÃO, possui um plano odontológico privado, como você avalia sua saúde bucal?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Ótima	9	18,4	18,4	18,4	
	Boa	21	42,9	42,9	61,2	
	Regular	12	24,5	24,5	85,7	
	Ruim	2	4,1	4,1	89,8	
	Não respondeu	5	10,2	10,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

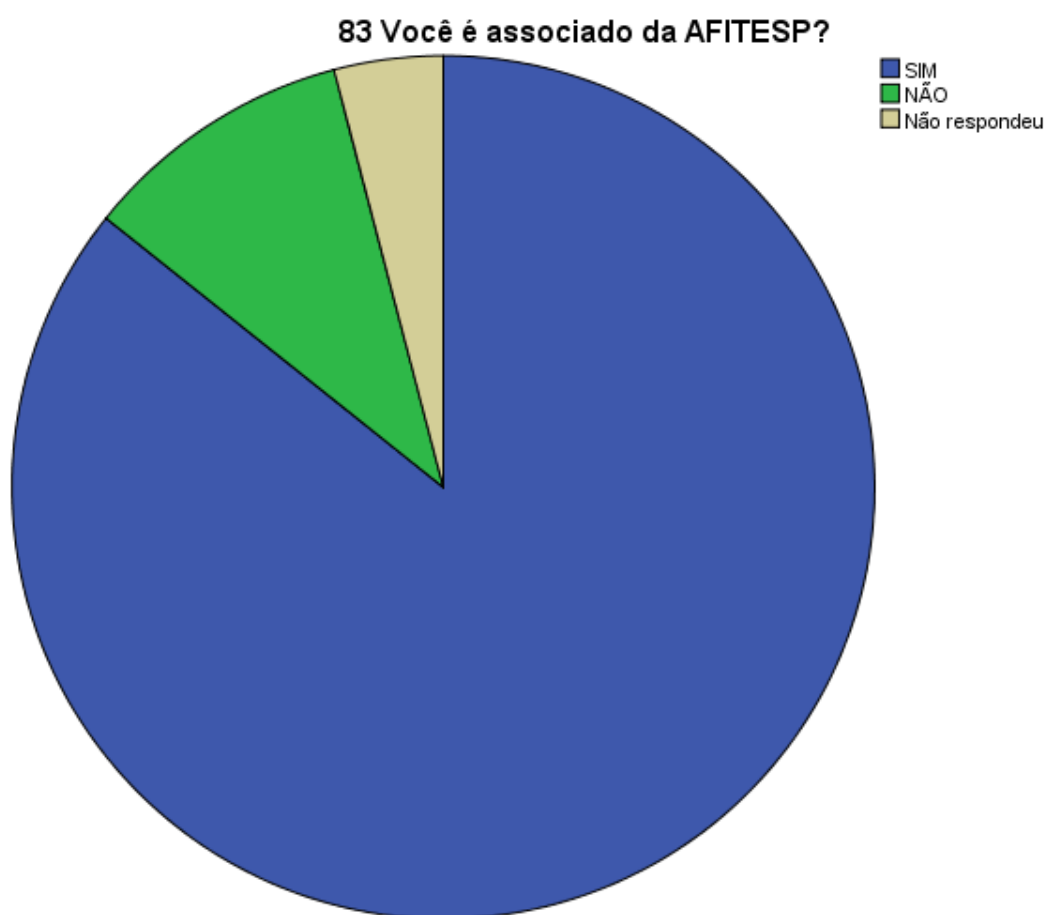
82.04 Se NÃO, como você avalia sua saúde bucal?



Fonte: Própria, o autor

Tabela CLII

Frequência Estatística						
83 – Você é associado da AFITESP?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
83 – Você é associado da AFITESP?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Acumulado Percentual	
Válidos	SIM	42	85,7	85,7	85,7	
	NÃO	5	10,2	10,2	95,9	
	Não respondeu	2	4,1	4,1	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

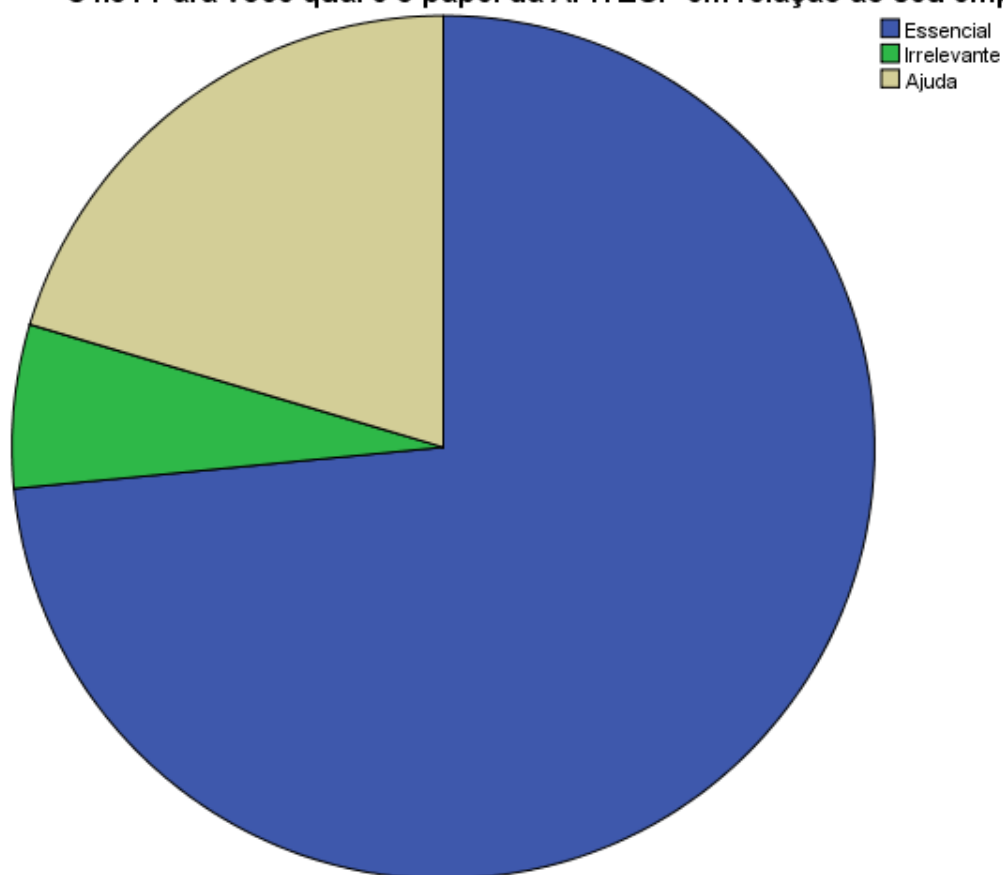


Fonte: Própria, o autor

Tabela CLIII

Frequência Estatística						
84.01 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu emprego?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
84.01 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu emprego?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Percentual Acumulado	
Válidos	Essencial	36	73,5	73,5	73,5	
	Irrelevante	3	6,1	6,1	79,6	
	Ajuda	10	20,4	20,4	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

84.01 Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu emprego?

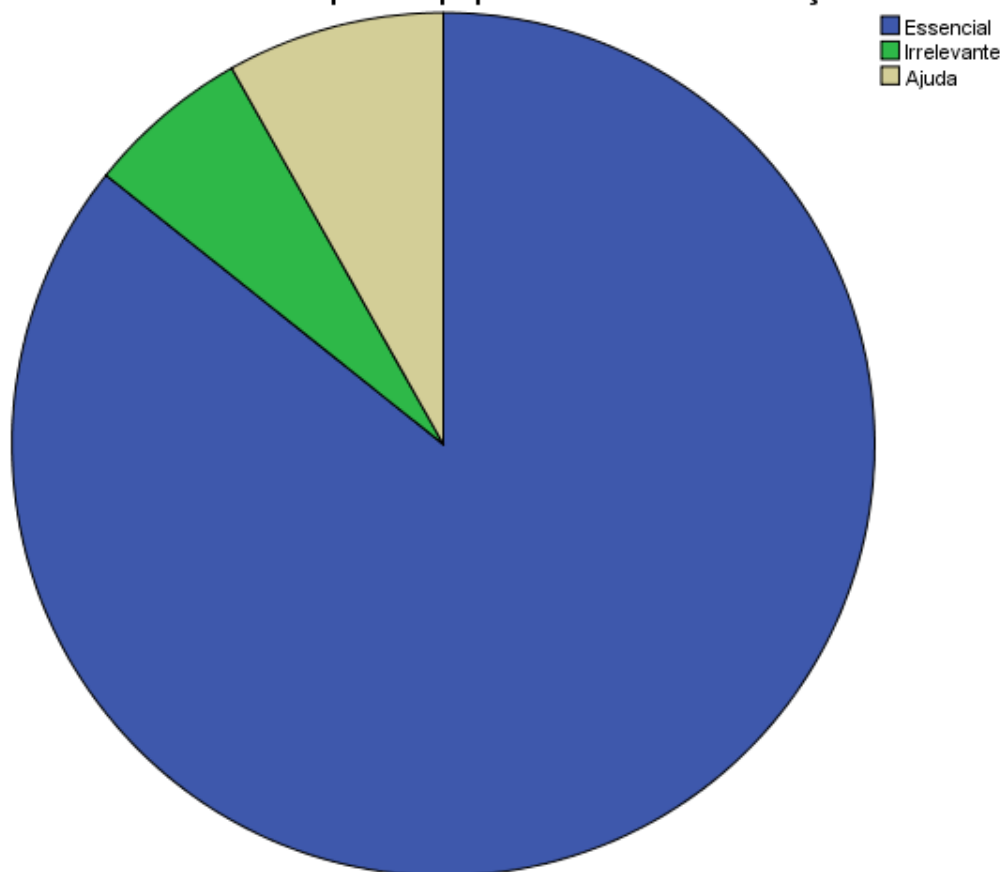


Fonte: Própria, o autor

Tabela CLIV

Frequência Estatística						
84.02 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu salário?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistente					00
84.02 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu salário?						
		Frequência	Percentual	Válido Percentual	Acumulado Percentual	
Válidos	Essencial	42	85,7	85,7	85,7	
	Irrelevante	3	6,1	6,1	91,8	
	Ajuda	4	8,2	8,2	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

84.02 Para você qual é o papel da AFITESP em relação ao seu salário?

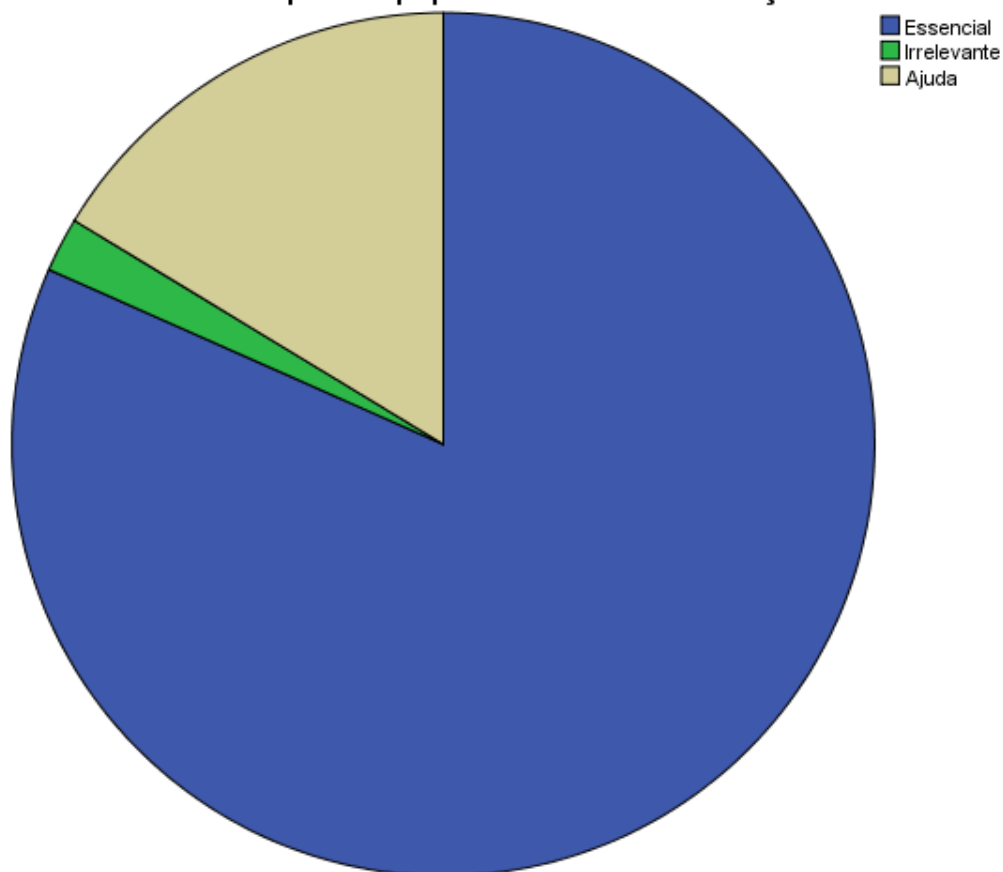


Fonte: Própria, o autor

Tabela CLV

Frequência Estatística						
84.03 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação aos seus benefícios?						
Nº.	Válidos					49
	Inexistentes					00
84.03 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação aos seus benefícios?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Validos	Essencial	40	81,6	81,6	81,6	
	Irrelevante	1	2,0	2,0	83,7	
	Ajuda	8	16,3	16,3	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

84.03 Para você qual é o papel da AFITESP em relação aos seus benefícios?

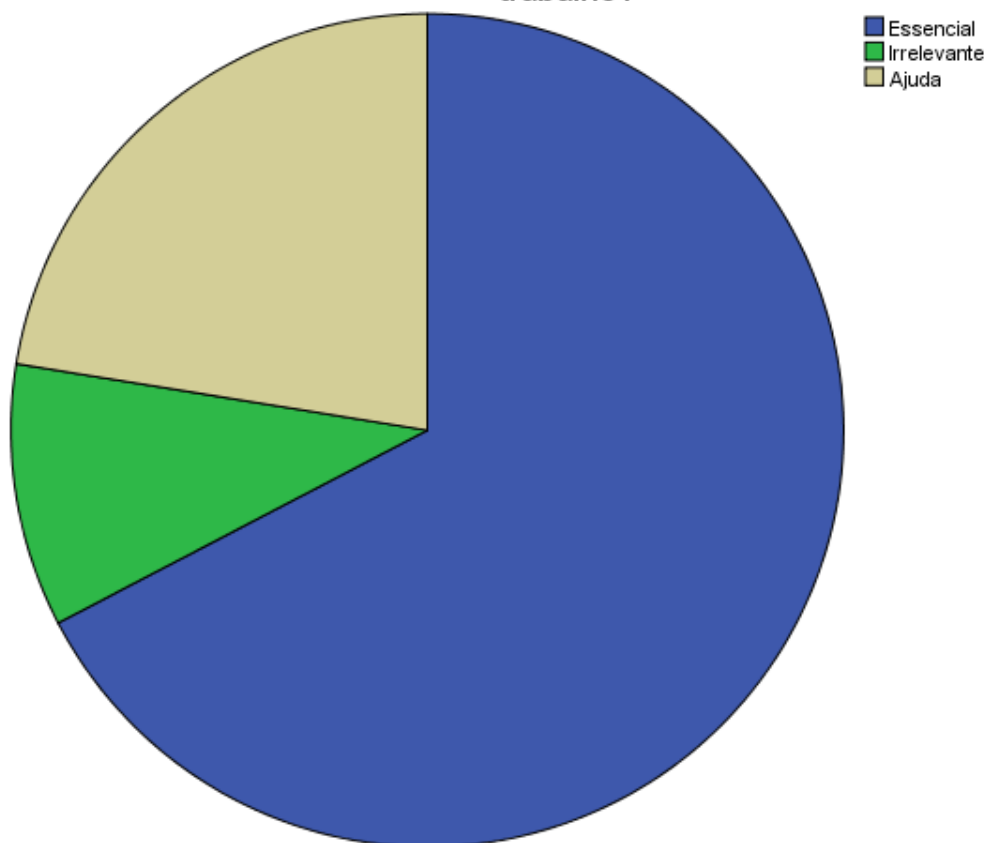


Fonte: Própria, o autor

Tabela CLVI

Frequência Estatística						
84.04 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação às suas condições de trabalho?						
Nº.	Validos					49
	Inexistente					00
84.04 – Para você qual é o papel da AFITESP em relação às suas condições de trabalho?						
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado	
Válidos	Essencial	33	67,3	67,3	67,3	
	Irrelevante	5	10,2	10,2	77,6	
	Ajuda	11	22,4	22,4	100,0	
	Total	49	100,0	100,0		

84.04 Para você qual é o papel da AFITESP em relação às suas condições de trabalho?



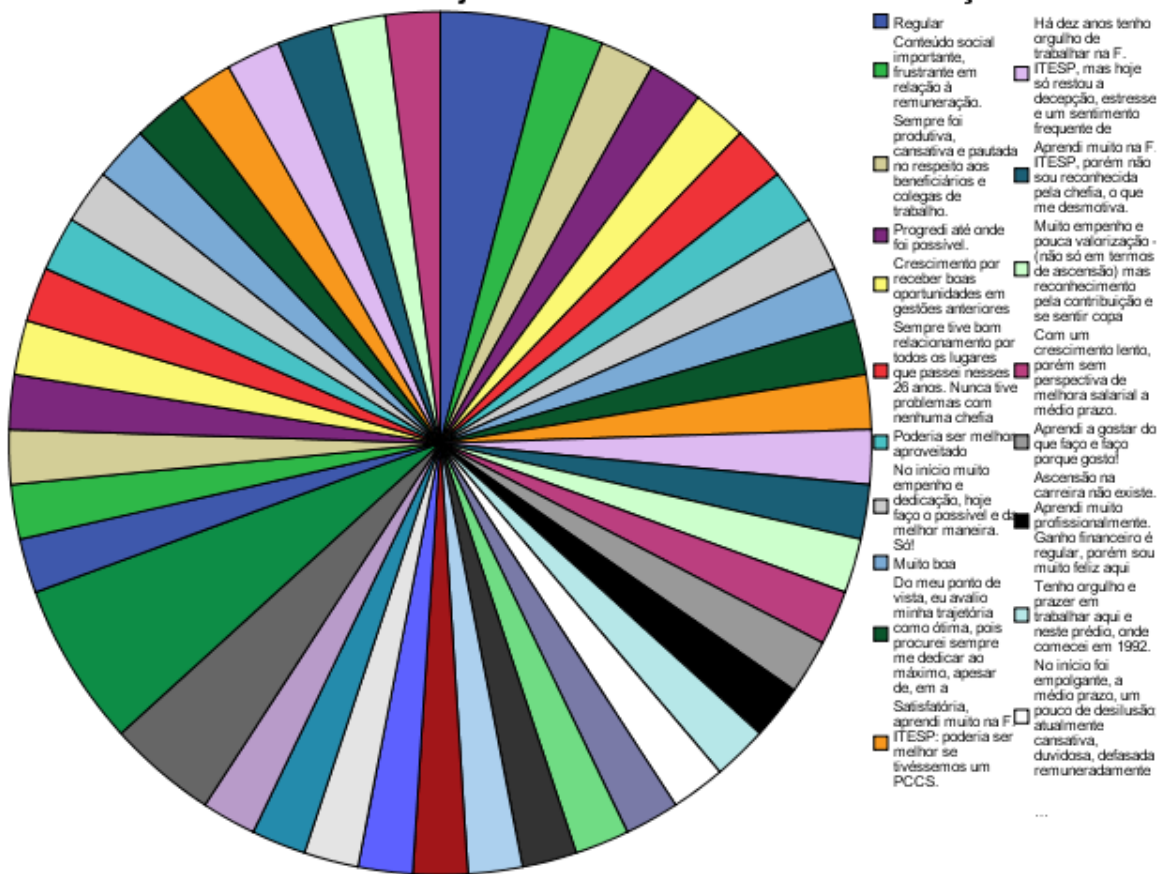
Fonte: Própria, o autor

Tabela CLVII

Frequência Estatística					
85 – Como você avalia a sua trajetória de trabalho dentro da Fundação ITESP?					
Nº.	Válidos			49	
	Inexistentes			00	
85 – Como você avalia a sua trajetória de trabalho dentro da Fundação ITESP?					
		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Regular	2	4,1	4,1	4,1
	Conteúdo social importante, frustrante em relação à remuneração.	1	2,0	2,0	6,1
	Sempre foi produtiva, cansativa e pautada no respeito aos beneficiários e colegas de trabalho.	1	2,0	2,0	8,2
	Progridi até onde foi possível.	1	2,0	2,0	10,2
	Crescimento por receber boas oportunidades em gestões anteriores	1	2,0	2,0	12,2
	Sempre tive bom relacionamento por todos os lugares que passei nesses 26 anos. Nunca tive problemas com nenhuma chefia	1	2,0	2,0	14,3
	Poderia ser melhor aproveitado	1	2,0	2,0	16,3
	No início muito empenho e dedicação, hoje faço o possível e da melhor maneira. Só!	1	2,0	2,0	18,4
	Muito boa	1	2,0	2,0	20,4
	Do meu ponto de vista, eu avalio minha trajetória como ótima, pois procurei sempre me dedicar ao máximo, apesar de, em a	1	2,0	2,0	22,4
	Satisfatória, aprendi muito na F. ITESP: poderia ser melhor se tivéssemos um PCCS.	1	2,0	2,0	24,5
	Há dez anos tenho orgulho de trabalhar na F. ITESP, mas hoje só restou a decepção, estresse e um sentimento frequente de	1	2,0	2,0	26,5
	Aprendi muito na F. ITESP, porém não sou reconhecida pela chefia, o que me desmotiva.	1	2,0	2,0	28,6
	Muito empenho e pouca valorização - (não só em termos de ascensão) mas reconhecimento pela contribuição e se sentir copo	1	2,0	2,0	30,6
	Com um crescimento lento, porém sem perspectiva de melhora salarial a médio prazo.	1	2,0	2,0	32,7
	Aprendi a gostar do que faço e faço porque gosto!	1	2,0	2,0	34,7
	Ascensão na carreira não existe. Aprendi muito profissionalmente. Ganho financeiro é regular, porém sou muito feliz aqui	1	2,0	2,0	36,7
	Tenho orgulho e prazer em trabalhar aqui e neste prédio, onde comecei em 1992.	1	2,0	2,0	38,8
	No início foi empolgante, a médio prazo, um pouco de desilusão; atualmente cansativa, duvidosa, defasada remuneradamente	1	2,0	2,0	40,8
	Aquém do esperado quando do ingresso na F. ITESP.	1	2,0	2,0	42,9
	Avalio como ótima, procuro alcançar as metas do planejamento do grupo.	1	2,0	2,0	44,9
	Gosto de trabalhar e faço o melhor de mim. Estou aguardando minha situação financeira melhorar para me desligar e fazer	1	2,0	2,0	46,9
	Houve crescimento aqui no Vale do Ribeira; há pouquíssimas reuniões, dificulta vislumbrar nossa realidade do dia-a-dia.	1	2,0	2,0	49,0

Avalio como estagnado, pois não temos um PCCS descente, não se investe no servidor, não se preocupam com o bem estar do	1	2,0	2,0	51,0
Estou no mesmo cargo e GTC de quando entrei na F. ITESP. Hoje me sinto mais amadurecida frente aos trabalhos.	1	2,0	2,0	53,1
Em termos pessoais, eu cresci muito, amadureci bastante. No plano do conhecimento também cresci muito, logicamente que d	1	2,0	2,0	55,1
Muito boa, aprendi muito, desenvolvi habilidade com ferramentas importantes, além de fazer muitas amizades	1	2,0	2,0	57,1
Muito boa, pois eu pude aprender muitas coisas desenvolvendo habilidades e potenciais, além de fazer muitas amizades ver	1	2,0	2,0	59,2
Boa	2	4,1	4,1	63,3
Não respondeu	3	6,1	6,1	69,4
Boa, mas pode melhorar	1	2,0	2,0	71,4
Frustrante, pois não existe a devida valorização e sem aplicar devidamente o "PCCS", quando poderia vislumbrar uma perspectiva	1	2,0	2,0	73,5
O trabalho já foi mais intenso. No início, éramos muito capacitados. Hoje falta capacitação para o desenvolvimento dos	1	2,0	2,0	75,5
A minha trajetória na F. ITESP eu julgo satisfatória. Comecei em 1986 no IAF, se as coisas não foram como esperávamos, t	1	2,0	2,0	77,6
Pra ser sincero, somente o primeiro ano valeu muito a pena, quando estava na Sede, e viajei o ano todo para trabalhar no	1	2,0	2,0	79,6
É boa, porque trabalho dentro da minha profissão, num ambiente de trabalho ótimo, em que convivo com colegas da mesma profissão	1	2,0	2,0	81,6
Apenas sou valorizado verbalmente. Estou em desvio de função claro e não sou reconhecido pelo que oficialmente desempenho	1	2,0	2,0	83,7
Ótima, continue assim, mas depende de todos nós para ingressarmos a um sindicato.	1	2,0	2,0	85,7
Apesar de ter uma trajetória de aprendizado difícil, mas como o trabalho escolhido é de cunho social relevante, avalio c	1	2,0	2,0	87,8
Fundamental, procuro fazer a diferença.	1	2,0	2,0	89,8
Razoável, apesar de tudo!	1	2,0	2,0	91,8
Sou funcionário há 21 anos [ITESP / F. ITESP] gosto do que faço. Mas sinto-me despreparado para o trabalho privado. A F.	1	2,0	2,0	93,9
Boa, porém, poderia ter sido melhor se não fosse a insegurança em relação ao Concurso de 2000. Reconheço que houve um cr	1	2,0	2,0	95,9
Um ótimo profissional, que está totalmente desmotivado.	1	2,0	2,0	98,0
Inicialmente com muito entusiasmo. Atualmente muito desmotivado diante da falta de um justo salário para toda a categoria	1	2,0	2,0	100,0
Total	49	100,0	100,0	

85 Como você avalia a sua trajetória de trabalho dentro da Fundação ITESP?



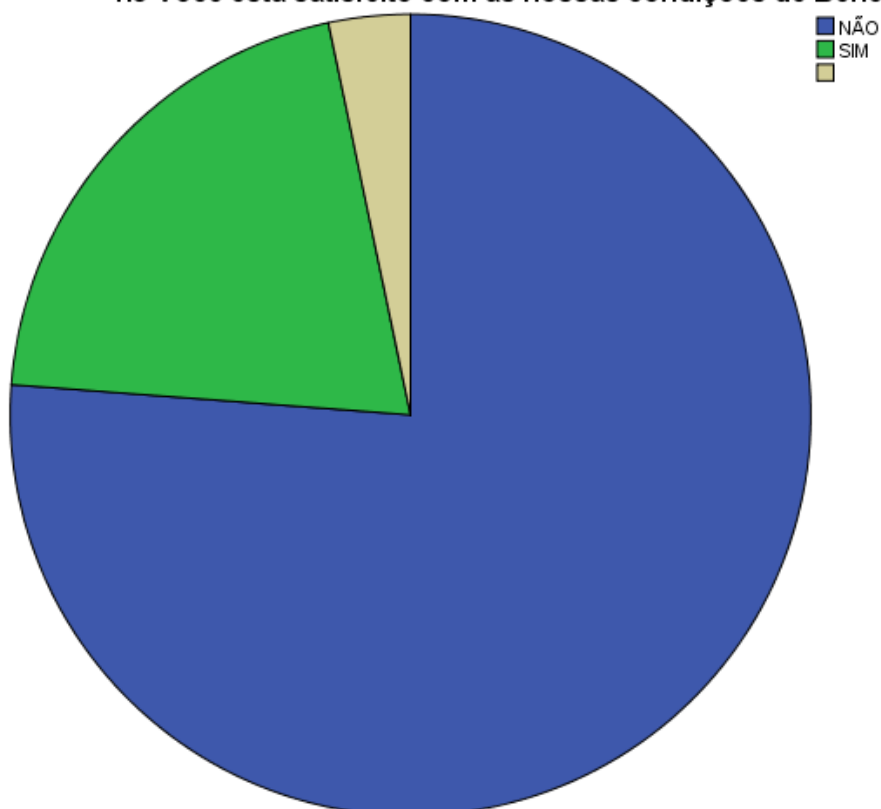
Fonte: Própria, o autor

Tabela CLVIII²¹⁷

Você está satisfeito com as nossas condições de:

Benefícios.
(081) SIM → 20,5%
(301) NÃO → 76,2%
(013) Brancos → 3,3%
(395) Total → 100%

1.3 Você está satisfeito com as nossas condições de Benefícios?



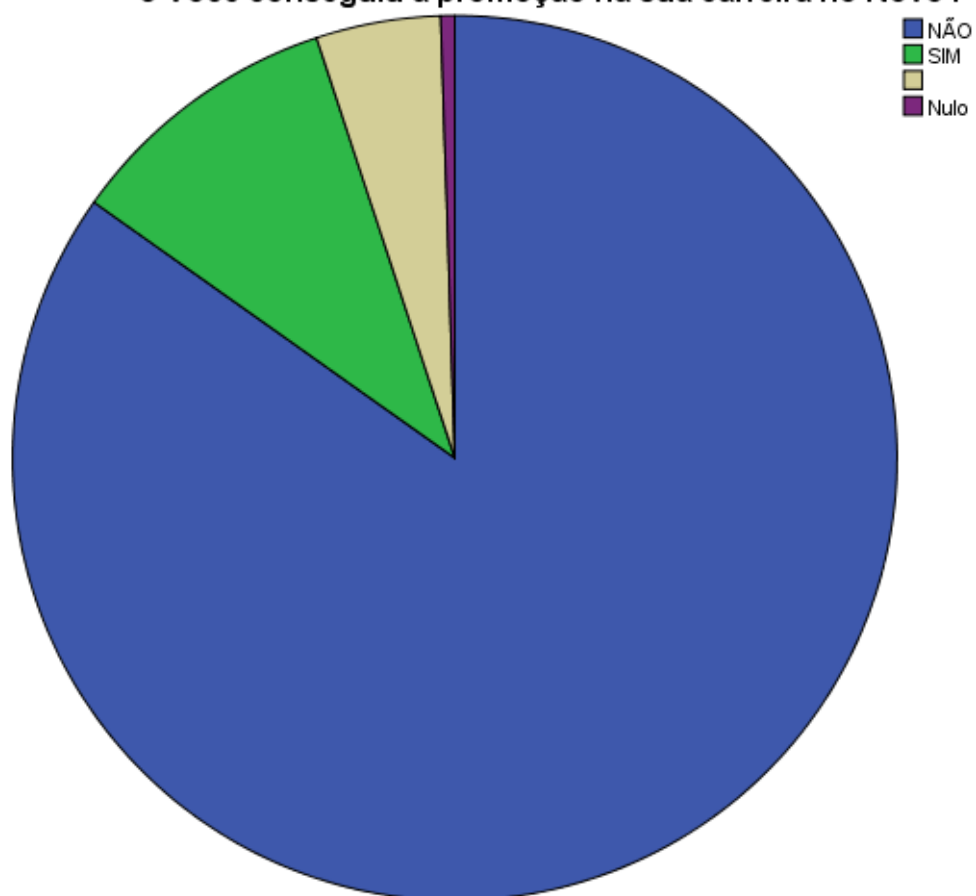
Fonte: AFITESP (2013)

²¹⁷As tabelas e gráficos que aparecem a partir de agora são do 3º Plebiscito realizado pela AFITESP junto aos (às) trabalhadores (as) da F. ITESP que utilizamos para nos auxiliar em nossa pesquisa, uma vez que fora realizado posteriormente à aplicação da nossa pesquisa procurando suprir eventuais lacunas deixadas por esta e, também, porque ele foi realizado com uma amostra muito mais significativa de trabalhadores (a) da F. ITESP do que aquela alcançada pela nossa pesquisa. Cabe ressaltar que as cores que aparecem sem legendas em todos os gráficos na sequência, a partir daqui, referem-se aos votos brancos, automaticamente somados pelo SPSS.

Tabela CLIX

Você conseguiu a promoção na sua carreira?

(040) SIM → 10,1%
(335) NÃO → 84,8%
(018) Brancos → 4,6%
(002) Nulo → 0,5%
(395) Total → 100%

3 Você conseguiu a promoção na sua carreira no Novo PCCS?

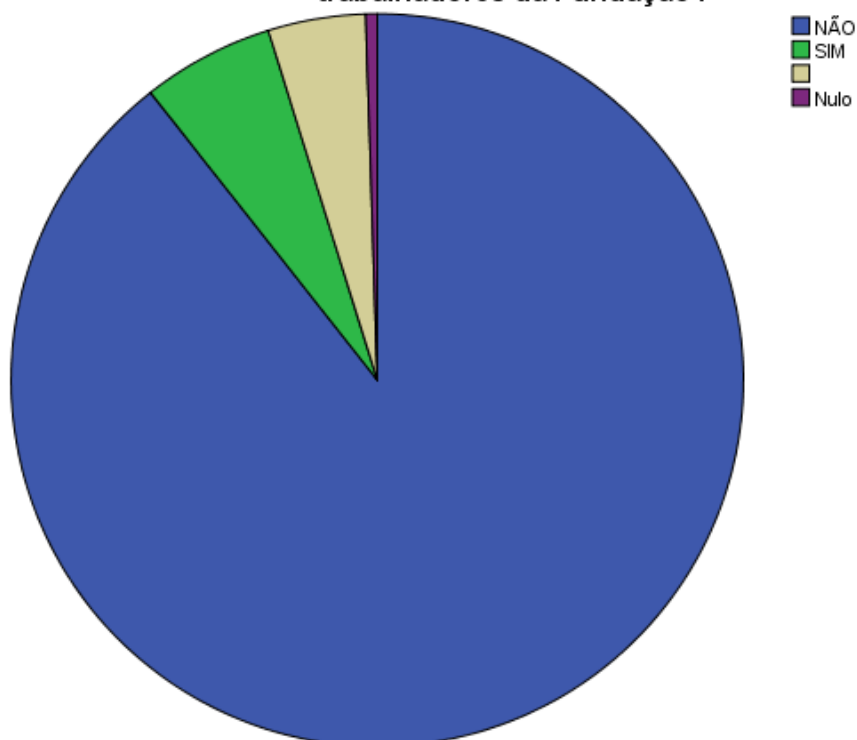
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLX

Após a realização dessa nossa Assembleia Extraordinária, a Diretoria Executiva publicou a lista dos contemplados pelo novo PCCS. Você considera que a referida lista fez justiça aos serviços prestados, ao longo dos anos, pelos trabalhadores (as) da Fundação ITESP?

(023) SIM → 5,8%
(353) NÃO → 89,4%
(017) Brancos → 4,3%
(002) Nulos → 0,5%
(395) Total → 100%

2 Após a realização dessa nossa Assembleia Extraordinária, a Diretoria Executiva publicou a lista dos contemplados pelo novo PCCS. Você considera que a referida lista fez justiça aos serviços prestados, ao longo dos anos, pelos trabalhadores da Fundação I



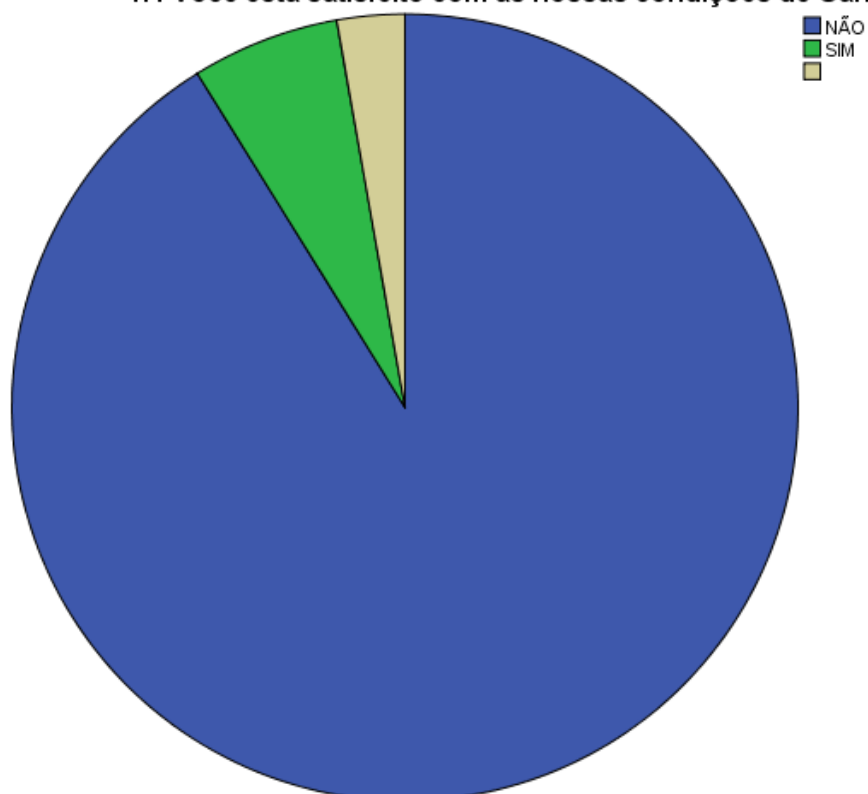
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXI

Você está satisfeito com as nossas condições de:

Carreira
(024) SIM → 6,1%
(360) NÃO → 91,1%
(011) Brancos → 2,8%
(395) Total → 100%

1.4 Você está satisfeito com as nossas condições de Carreira?



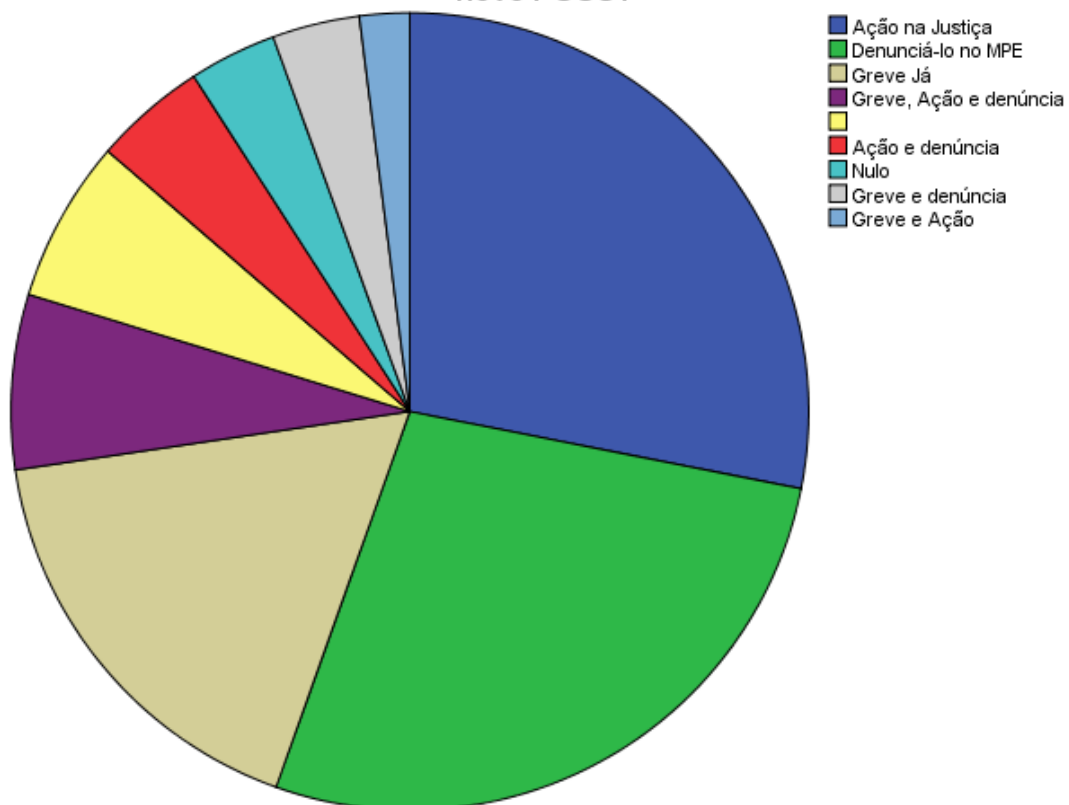
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXII

Na sua visão qual a melhor atitude que a AFITESP deve tomar em relação ao novo PCCS?

(068) Greve Já → 17,2%
(111) Ação na Justiça → 28,1%
(108) Denunciá-lo no MPT → 27,3%
(028) Greve, Ação e Denúncia → 7,1%
(018) Ação e Denúncia → 4,6%
(014) Greve e Denúncia → 3,5%
(008) Greve e Ação → 2,0%
(026) Brancos → 6,6%
(014) Nulos → 3,5%
(395) Total → 100%

4 Na sua visão qual a melhor atitude que a AFITESP deve tomar em relação ao novo PCCS?

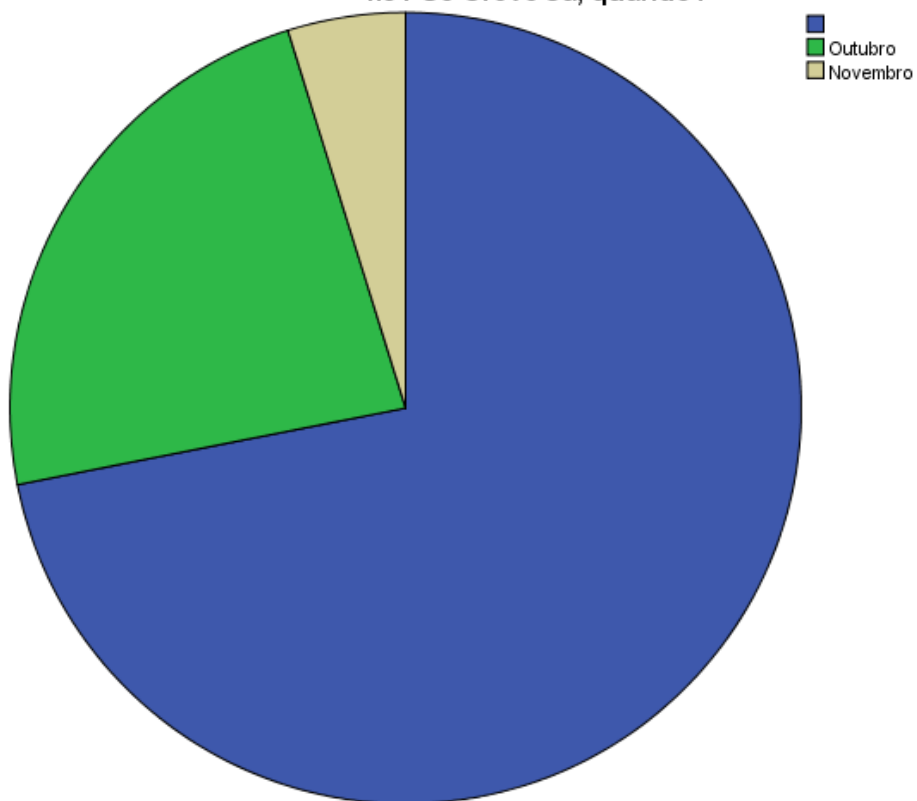


Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXIII

Se greve já, quando?

(111) Greve Já → 28,1%
(284) Brancos → 71,9%
(395) Total → 100%
Quando?
(092) outubro → 23,3%
(019) novembro → 4,8%
(111) Subtotal

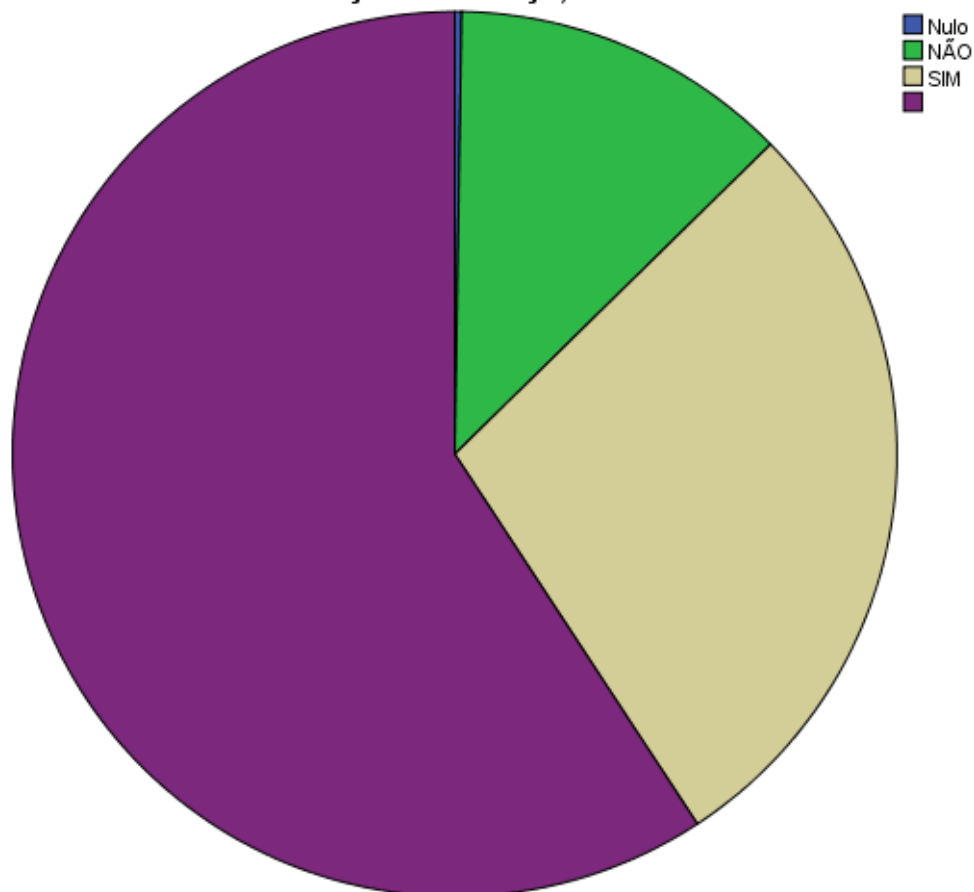
4.01 Se Greve Já, quando?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXIV

Se ação na Justiça, você concorda em financiá-la?

(160) Ação na Justiça → 40,5%
(234) Brancos → 59,2%
(001) Nulo → 0,3%
(395) Total → 100%
Você concorda em financiá-la?
(111) SIM → 28,1%
(049) NÃO → 12,4%
(160) Subtotal

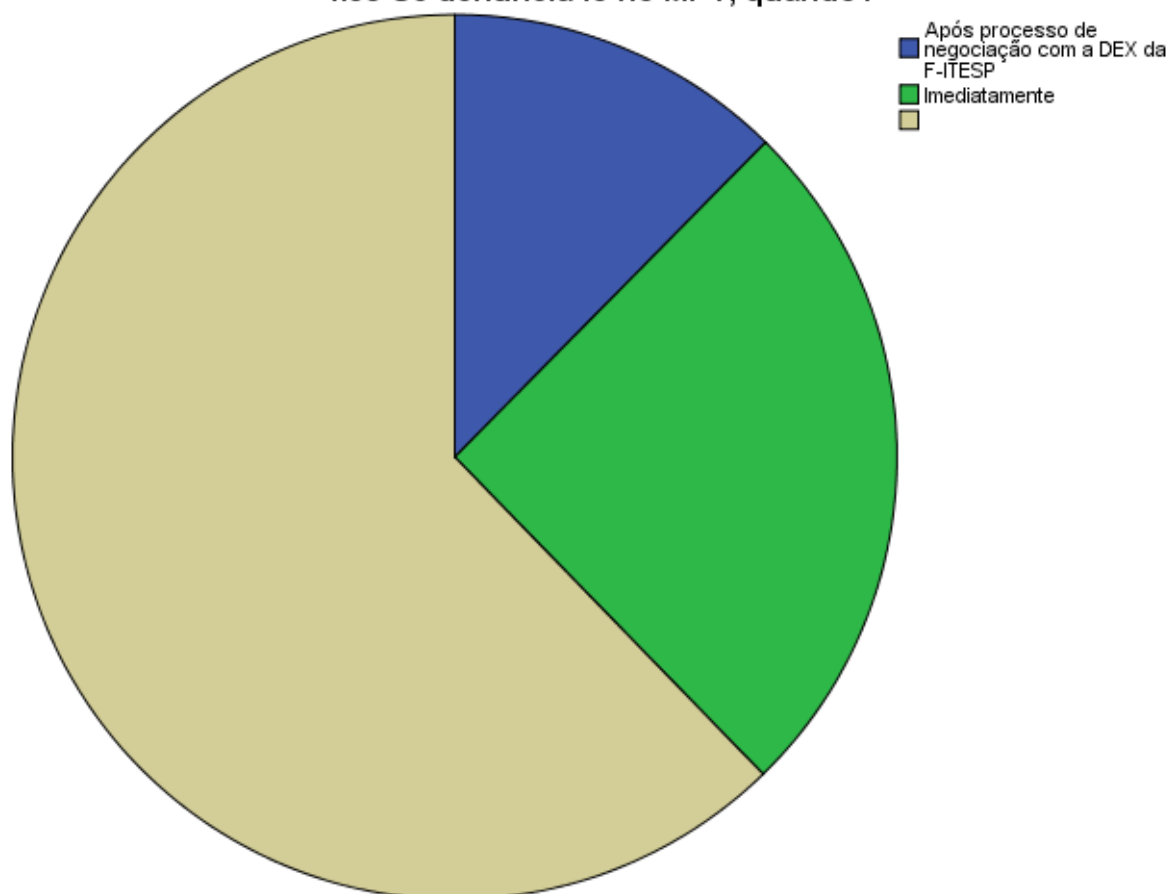
4.02 Se Ação na Justiça, vc concorda em financiá-la?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXV

Se denunciá-lo no Ministério Público Federal do Trabalho – MPFT –, quando?

(149) Denuncia-lo no Ministério Público Federal do Trabalho → 37,7%
(246) Brancos → 62,3%
(395) Total → 100%
Quando?
(100) Imediatamente → 25,3%
(049) Após processo de negociação com a DEX da Fundação ITESP → 12,4%
(149) Subtotal

4.03 Se denunciá-lo no MPT, quando?

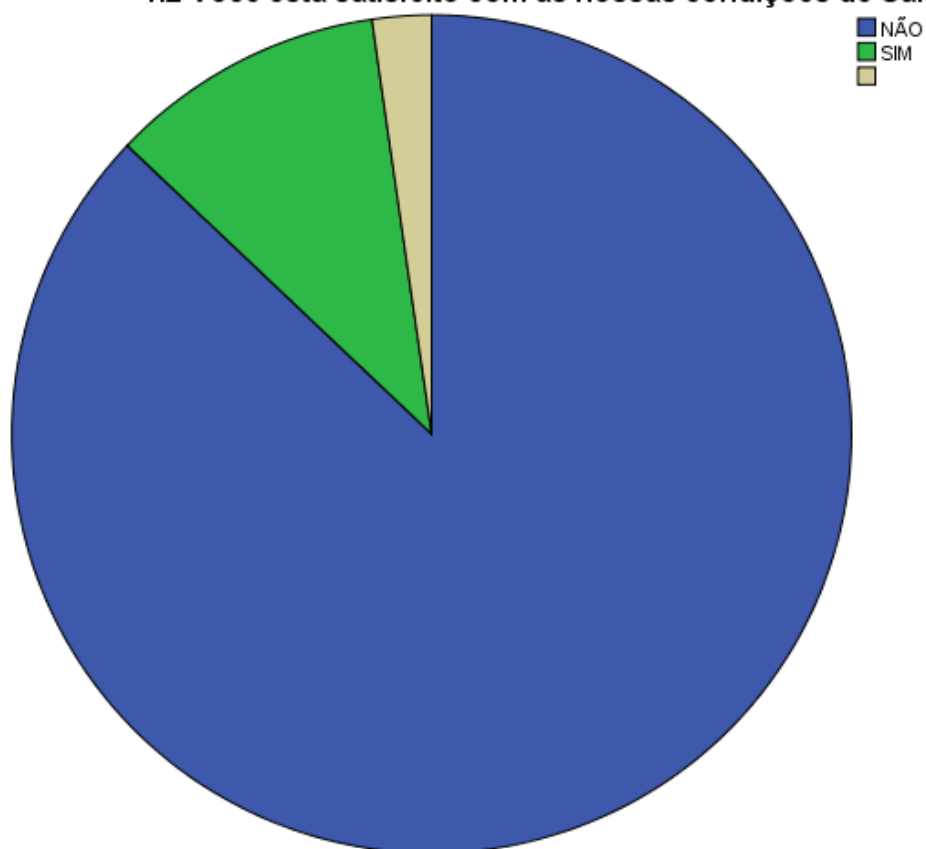
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXVI

Você está satisfeito com as nossas condições de:

Salário
(042) SIM → 10,6%
(344) NÃO → 87,1%
(009) Brancos → 2,3%
(395) Total → 100%

1.2 Você está satisfeito com as nossas condições de Salário?



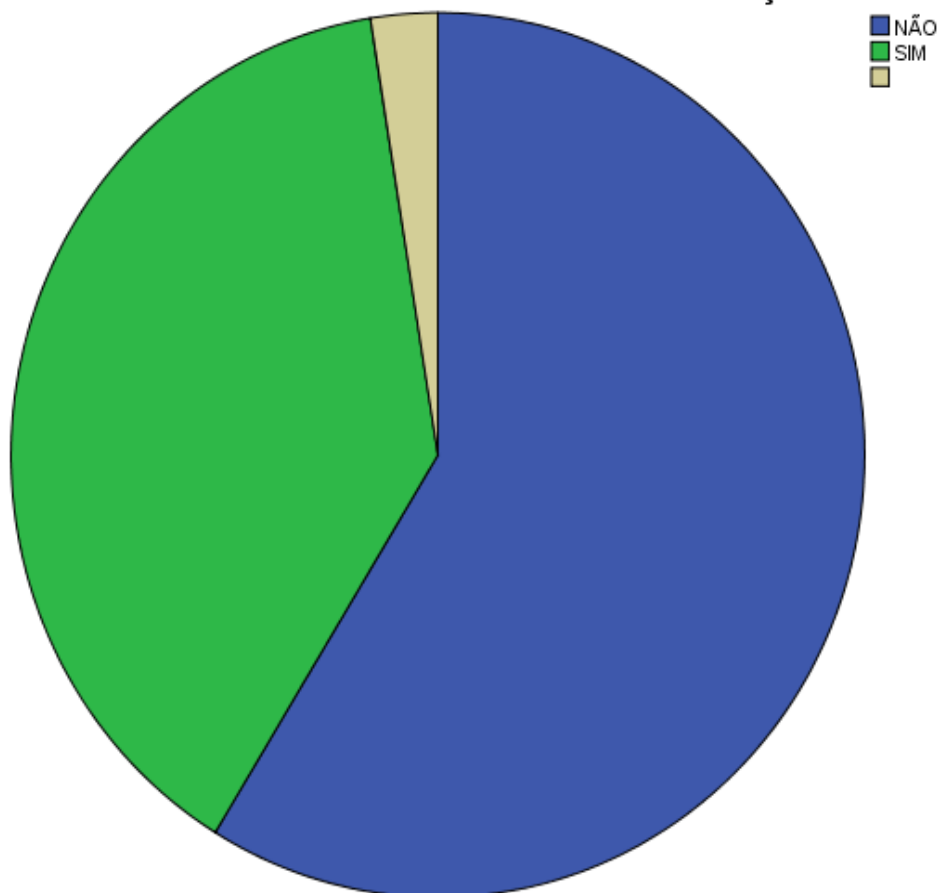
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXVII

Você está satisfeito com as nossas condições de:

Trabalho
(153) SIM → 38,7%
(232) NÃO → 58,7%
(010) Brancos → 2,5%
(395) Total → 100%

1.1 Você está satisfeito com as nossas condições de Trabalho?



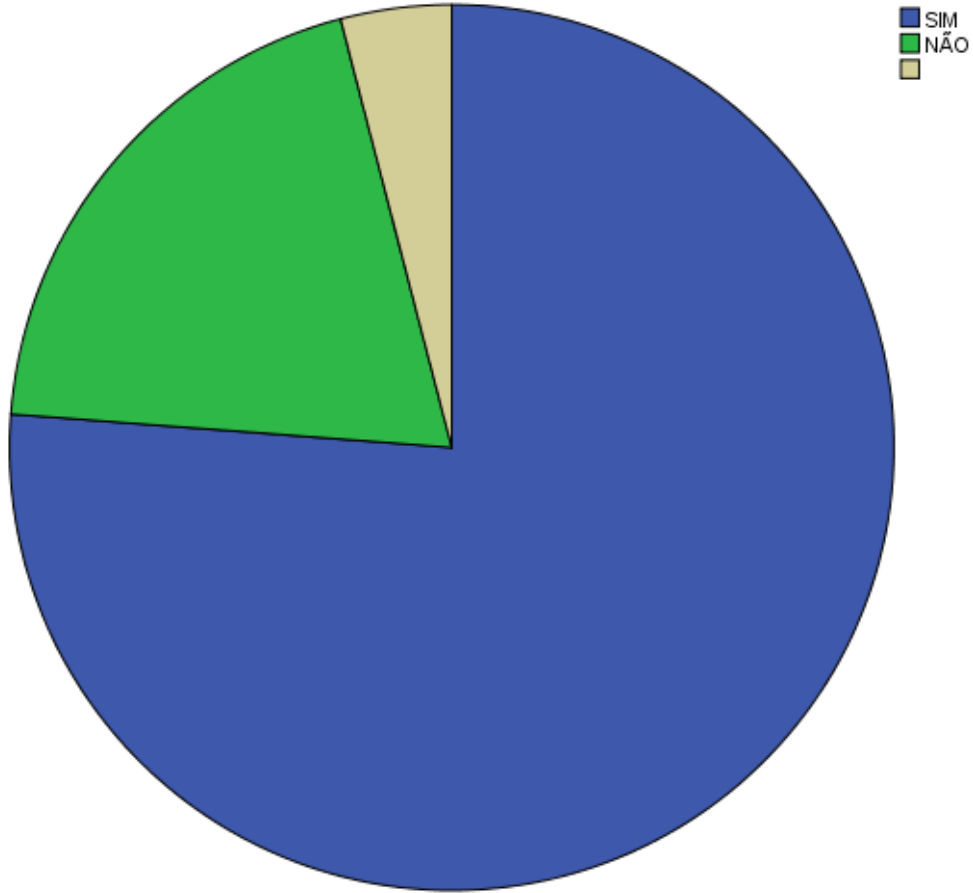
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXVIII

Você é associado da AFITESP?

(301) SIM → 76,2%
(078) NÃO → 19,7%
(016) Brancos → 4,1%
(395) Total → 100%

10.13 É associado da AFITESP?

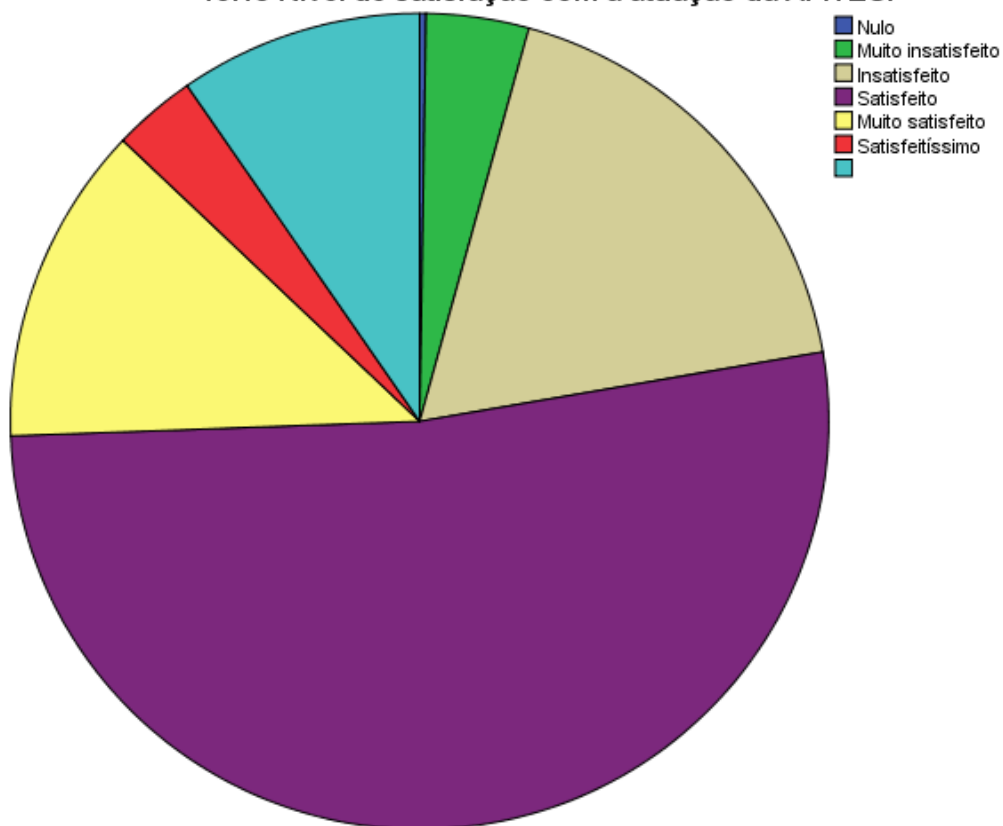


Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXIX

Qual o seu nível de satisfação com a atuação da AFITESP

(013) Satisfeitíssimo → 3,3%
(050) Muito satisfeito → 12,7%
(206) Satisfeito → 52,2%
(071) Insatisfeito → 18,0%
(016) Muito insatisfeito → 4,1%
(038) Brancos → 9,6%
(001) Nulos → 0,3%
(395) Total → 100%

10.15 Nível de satisfação com a atuação da AFITESP

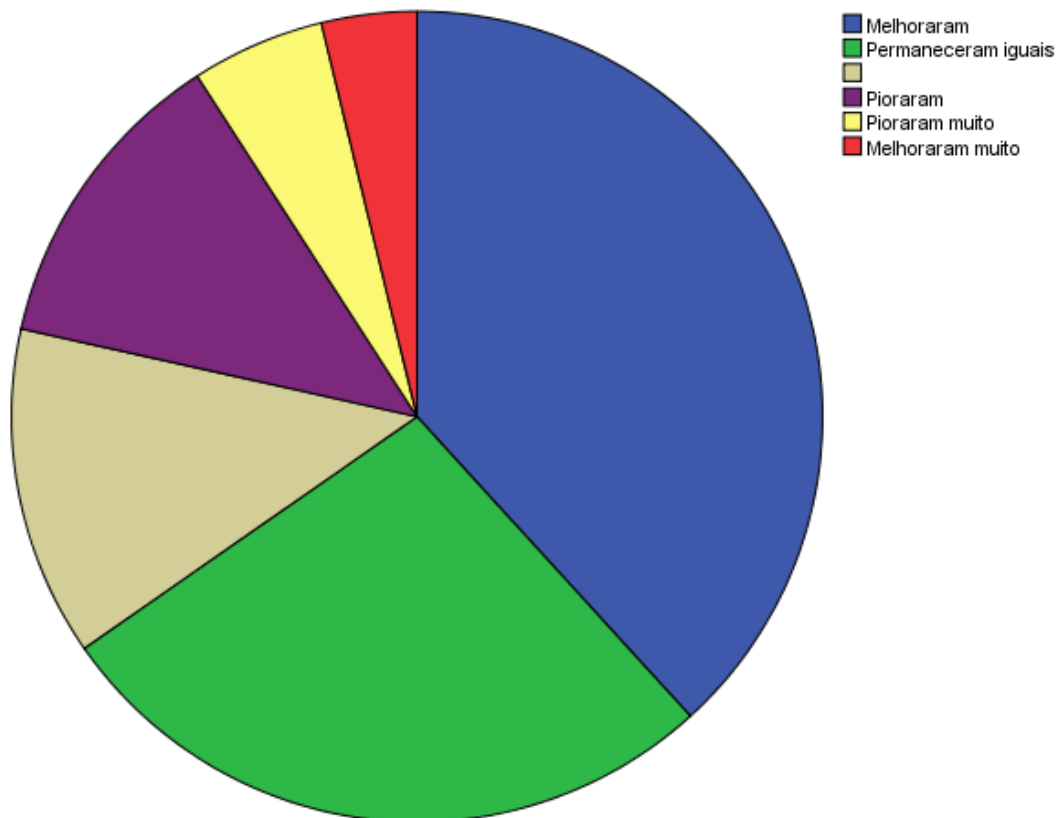
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXX

Desde o seu ingresso, até hoje, os serviços prestados pela Fundação ITESP aos seus beneficiários?

(015) Melhoraram muito → 3,8%
(151) Melhoraram → 38,2%
(107) Permaneceram iguais → 27,1%
(049) Pioraram → 12,4%
(021) Pioraram muito → 5,3%
(052) Brancos → 13,2%
(395) Total → 100%

10.11 Desde o seu ingresso, até hoje, os serviços prestados pela F – ITESP aos seus beneficiários?

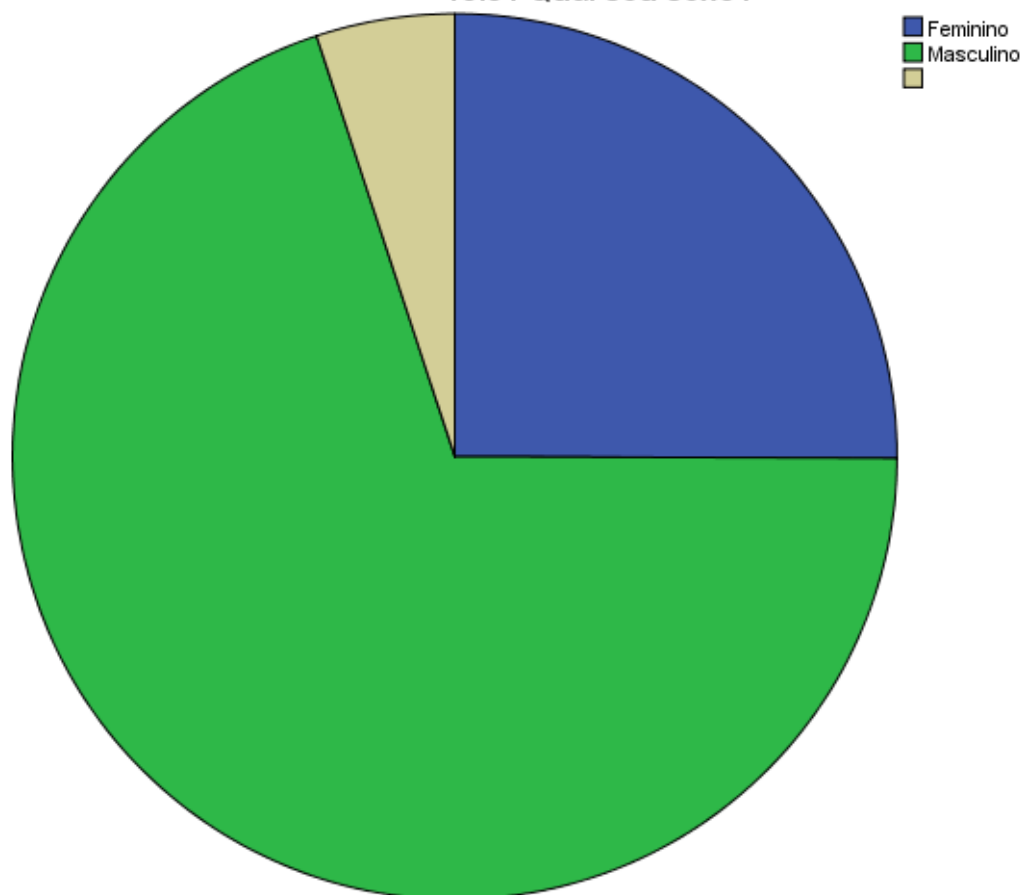


Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXI

Qual seu sexo?

(276) Masculino → 69,9%
(099) Feminino → 25,1%
(020) Brancos → 5,1%
(395) Total → 100%

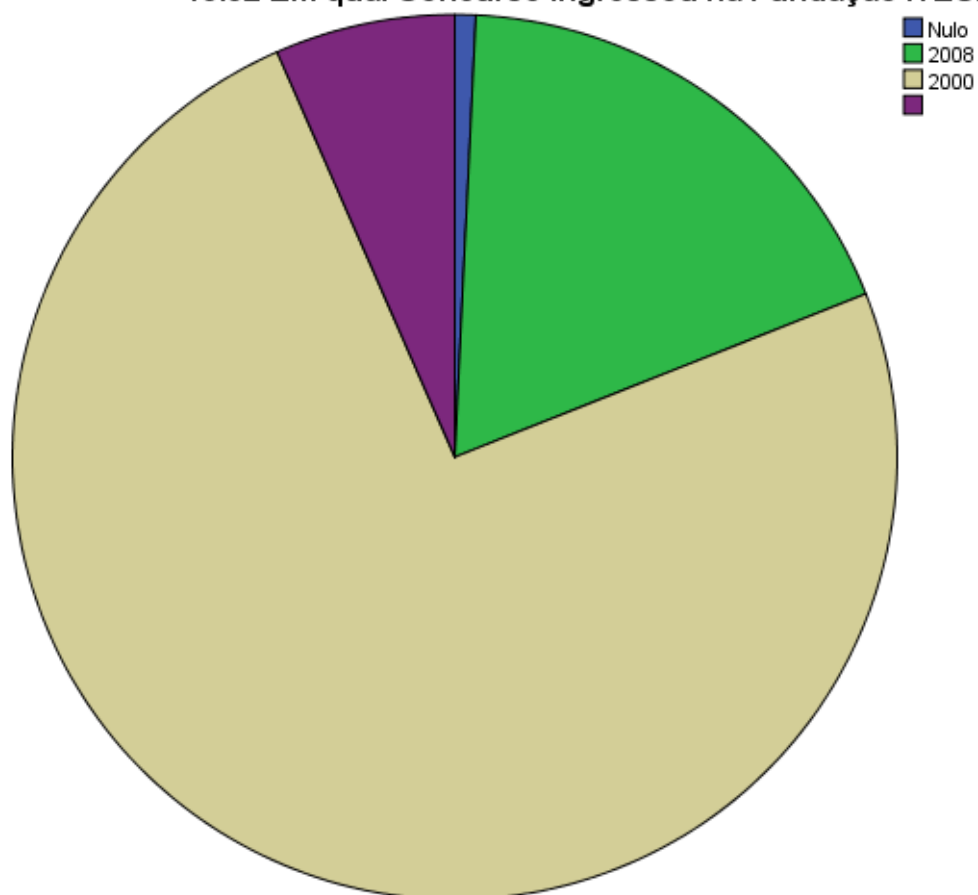
10.01 Qual seu sexo?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXII

Em qual Concurso ingressou na Fundação ITESP?

(294) 2000 → 74,4%
(072) 2008 → 18,2%
(026) Brancos → 6,6%
(003) Nulos → 0,8%
(395) Total → 100%

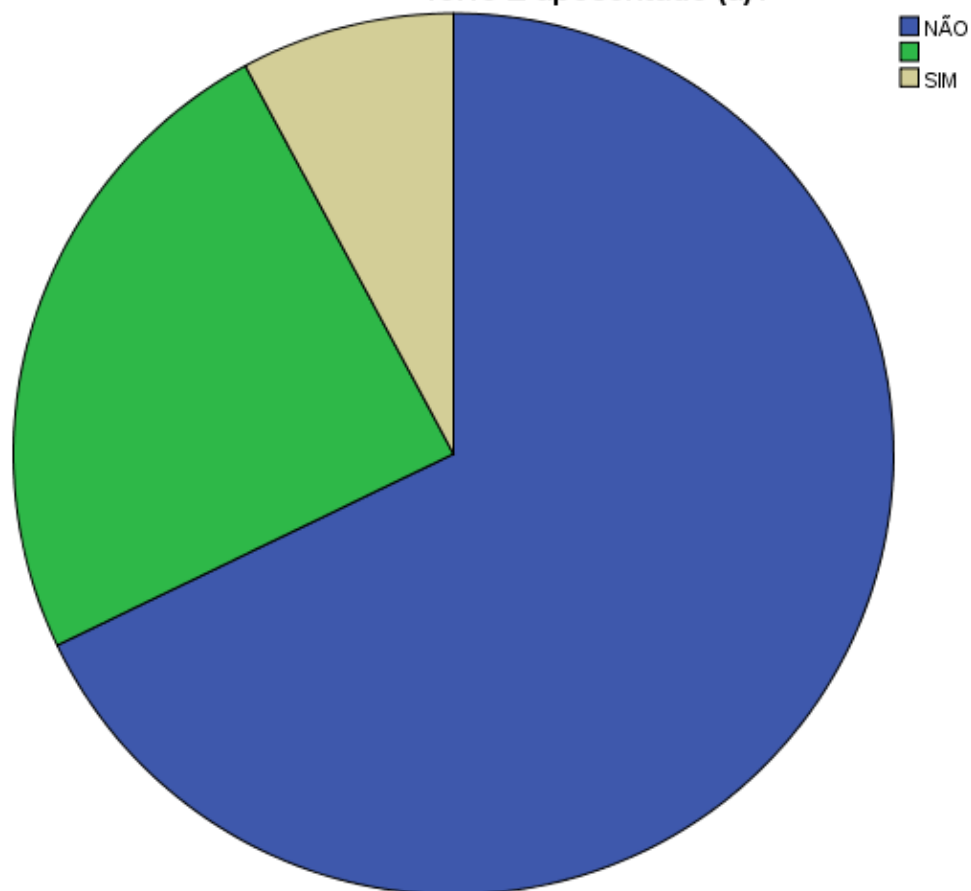
10.02 Em qual Concurso ingressou na Fundação ITESP?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXIII

Já é aposentado?

(031) SIM → 7,8%
(268) NÃO → 67,8%
(96) Brancos → 24,3%
(395) Total → 100%

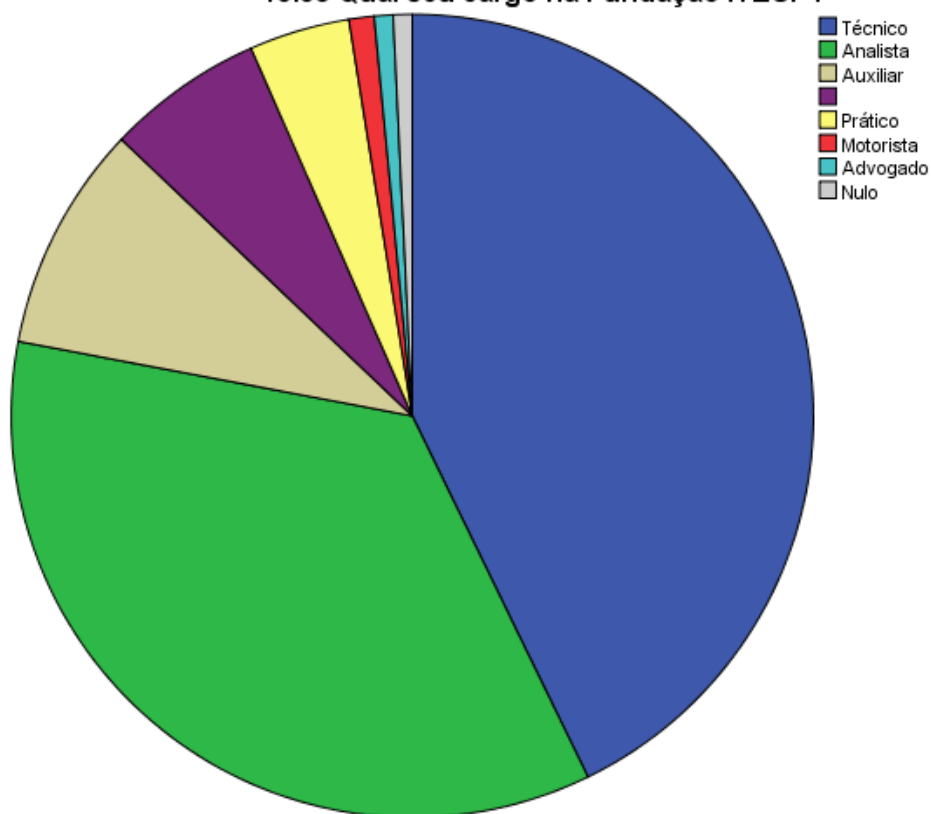
10.10 É aposentado (a)?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXIV

Qual seu cargo na Fundação ITESP?

(016) Prático → 4,1%
(036) Auxiliar → 9,1%
(004) Motorista → 1,0%
(169) Técnico → 42,8%
(139) Analista → 35,2%
(003) Advogado → 0,8%
(025) Brancos → 6,3%
(003) Nulos → 0,8%
(395) Total → 100%

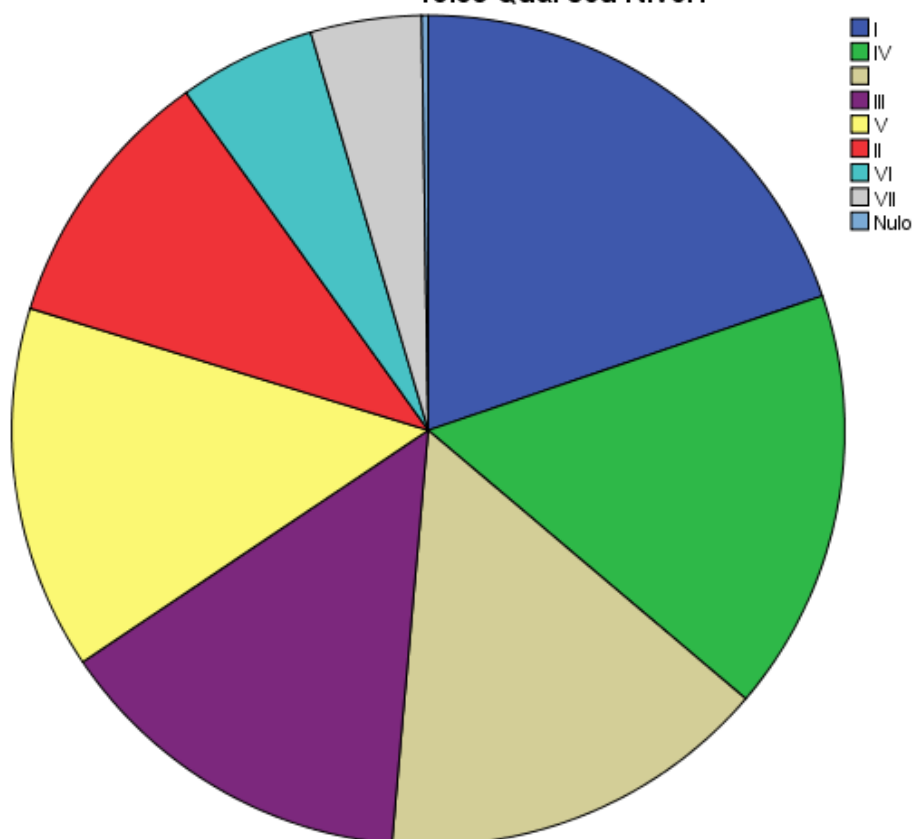
10.03 Qual seu cargo na Fundação ITESP?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXV

Qual seu Nível?

(078) I → 19,7%
(041) II → 10,4%
(056) III → 14,2%
(065) IV → 16,5%
(056) V → 14,2%
(021) VI → 5,3%
(017) VII → 4,3%
(060) Brancos → 15,2%
(001) Nulos → 0,3%
(395) Total → 100%

10.05 Qual seu Nível?

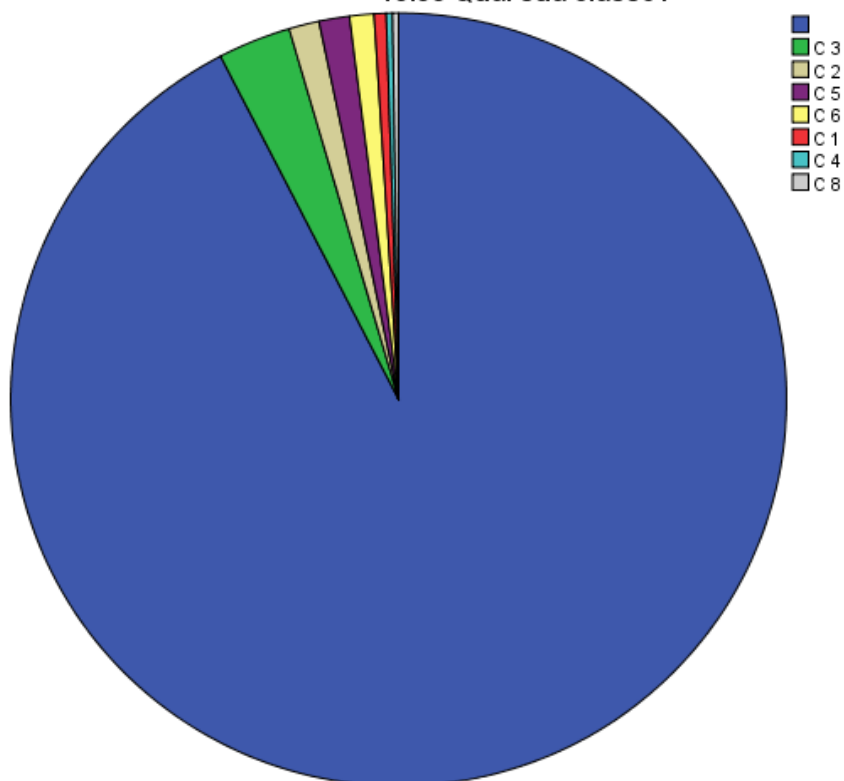
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXVI

Qual sua Classe?

(002) C 1 → 0,5%
(005) C 2 → 1,3%
(012) C 3 → 3,0%
(001) C 4 → 0,3%
(005) C 5 → 1,3%
(004) C 6 → 1,0%
(000) C 7 → 0,0%
(001) C 8 → 0,3%
(365) Brancos → 92,4%
(395) Total → 100%

10.06 Qual sua classe?



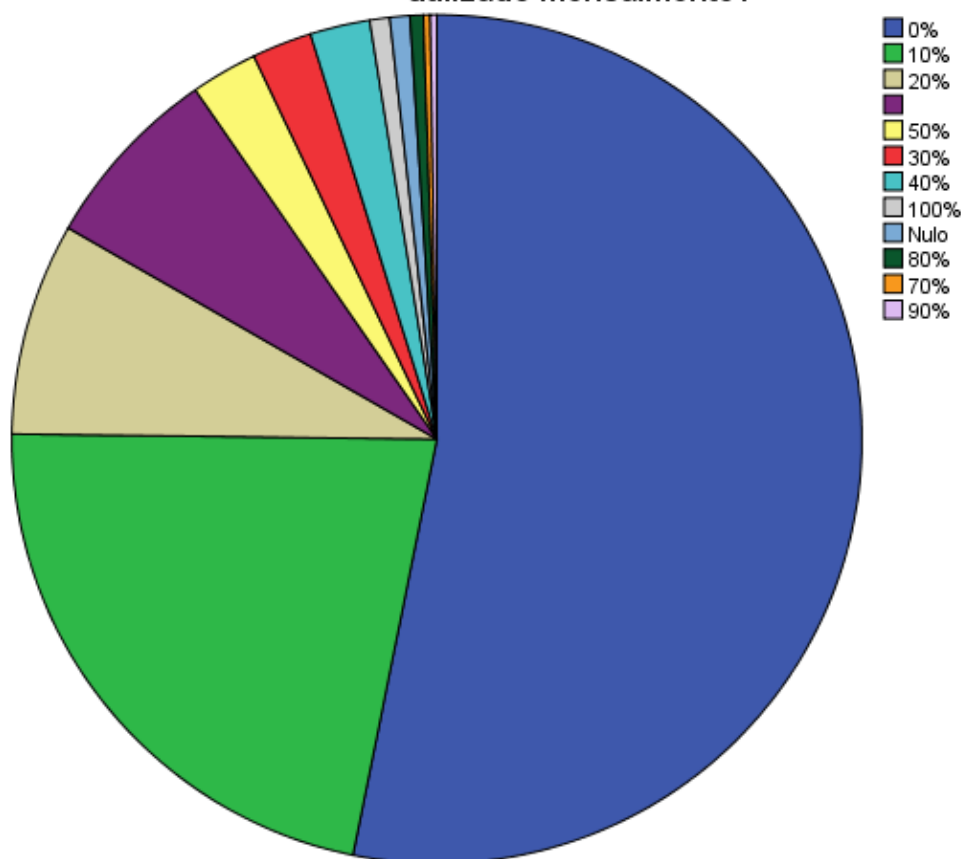
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXVII

Qual o percentual total de diárias, em relação ao seu salário, que você tem utilizado mensalmente?

(210)	(87)	(32)	(09)	(09)	(10)	(0)	(01)	(02)	(01)	(03)	100%
0%	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%		0,8%
53,2%	22,0%	8,1%	2,3%	2,3%	2,5%	0,0%	0,3%	0,5%	0,3%		
(028) Brancos → 7,1%			Nulos (03) → 0,8%				(395) Total → 100%				

6 Qual o percentual total de diárias, em relação ao seu salário, que você tem utilizado mensalmente?

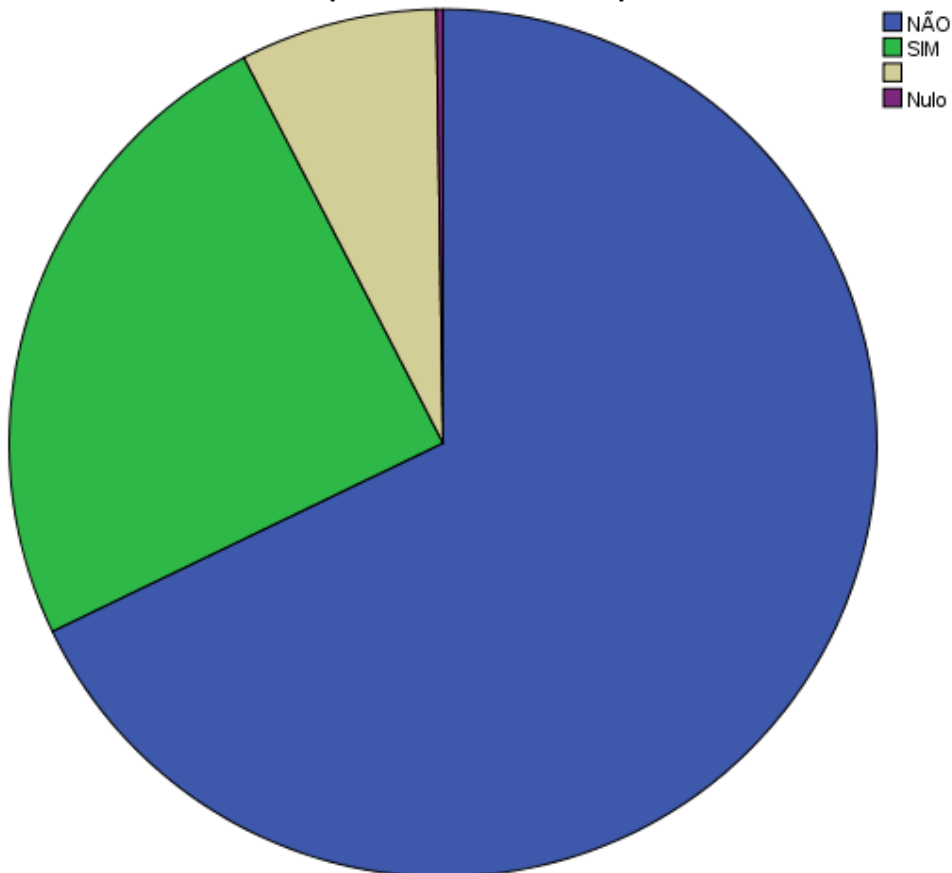


Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXVIII

A diária para você é um complemento do seu salário?

(097) SIM → 24,6%
(268) NÃO → 67,8%
(029) Brancos → 7,3%
(001) Nulos → 0,3%
(395) Total → 100%

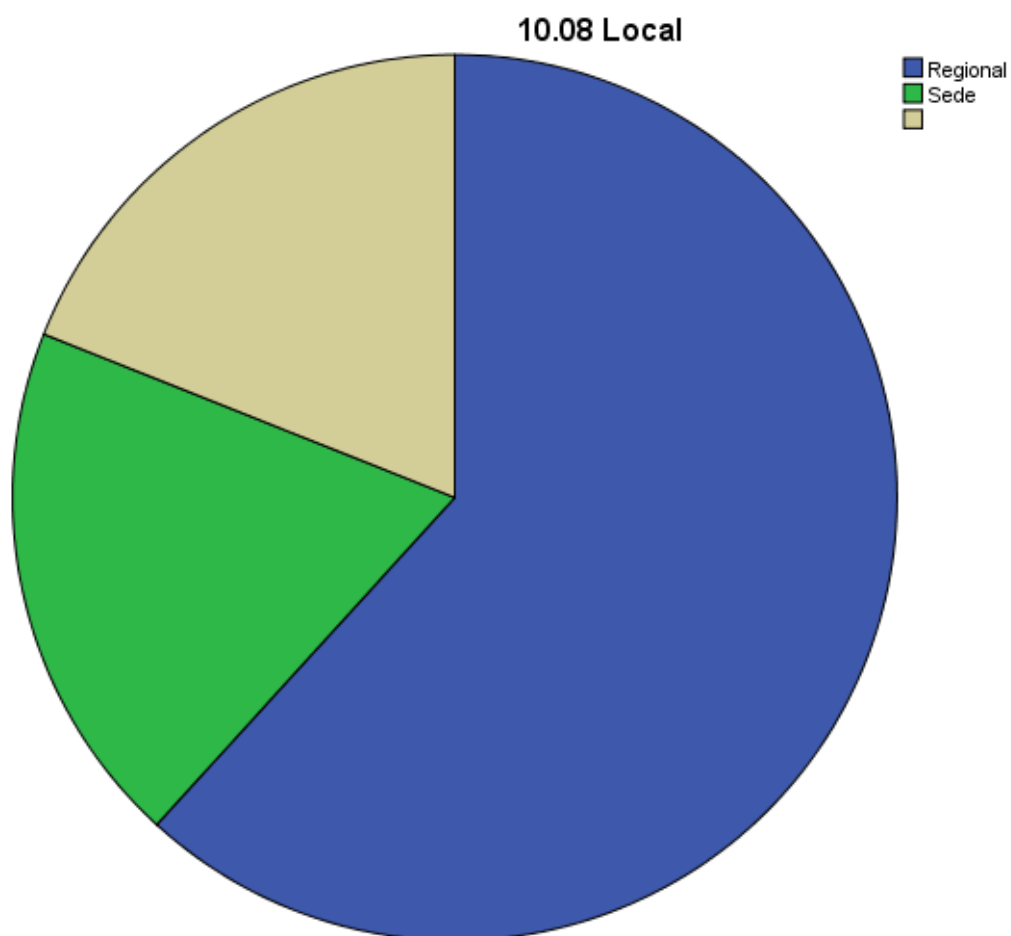
7 A diária para você é um complemento do seu salário?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXIX

Local em que está lotado seu cargo?

(076) Sede → 19,2%
(244) Regional → 61,8%
(075) Brancos → 19,0%
(395) Total → 100%



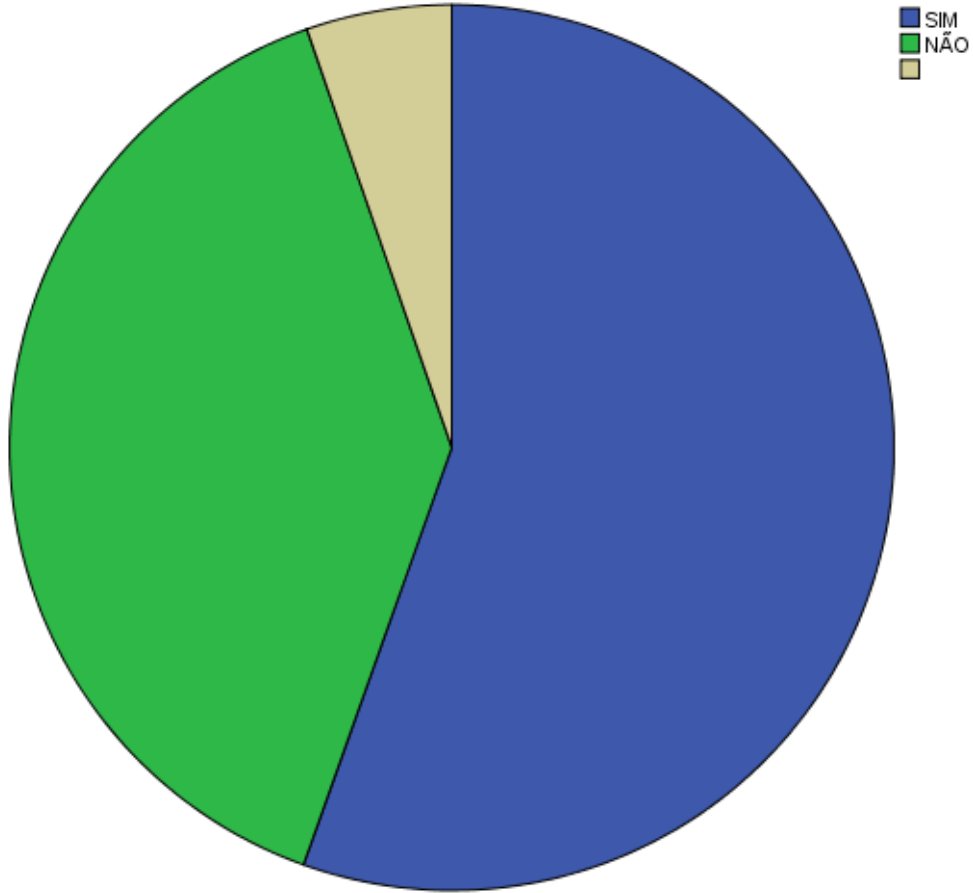
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXX

Você tem algum (ns) empréstimo (s)?

(219) SIM → 55,4%
(155) NÃO → 39,2%
(021) Brancos → 5,3%
(395) Total → 100%

10.12 Você tem algum (ns) empréstimo (s)?

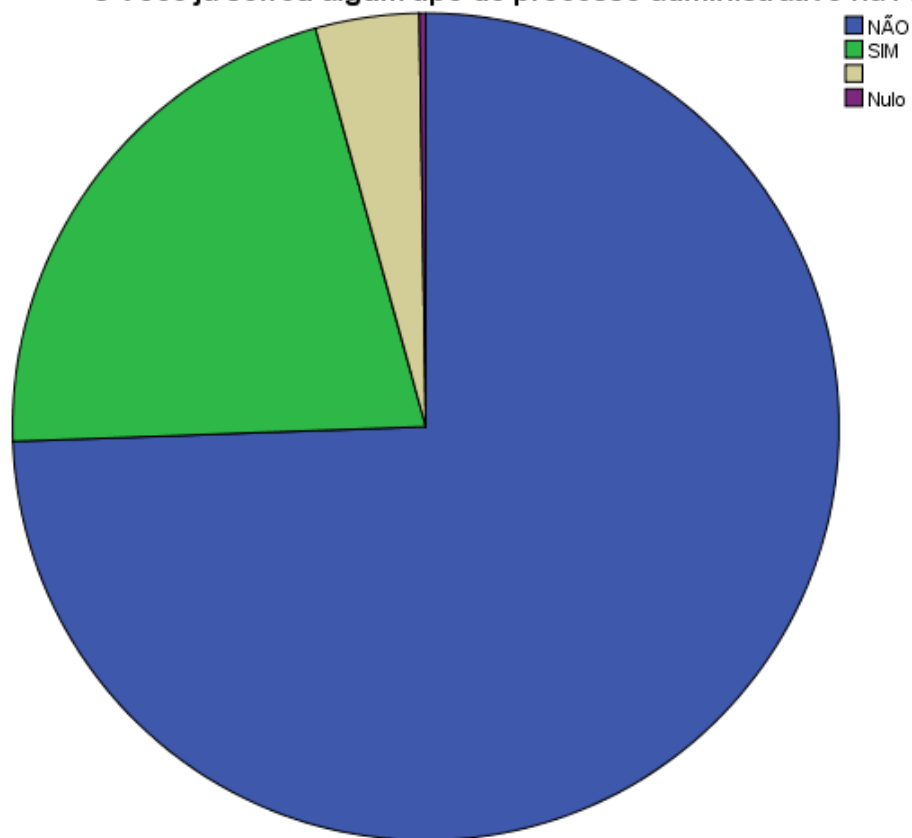


Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXXI

Você já sofreu algum tipo de processo administrativo na F. ITESP?

(084) SIM → 21,3%
(294) NÃO → 74,4%
(016) Brancos → 4,1%
(001) Nulos → 0,3%
(395) Total → 100%

8 Você já sofreu algum tipo de processo administrativo na F. ITESP?

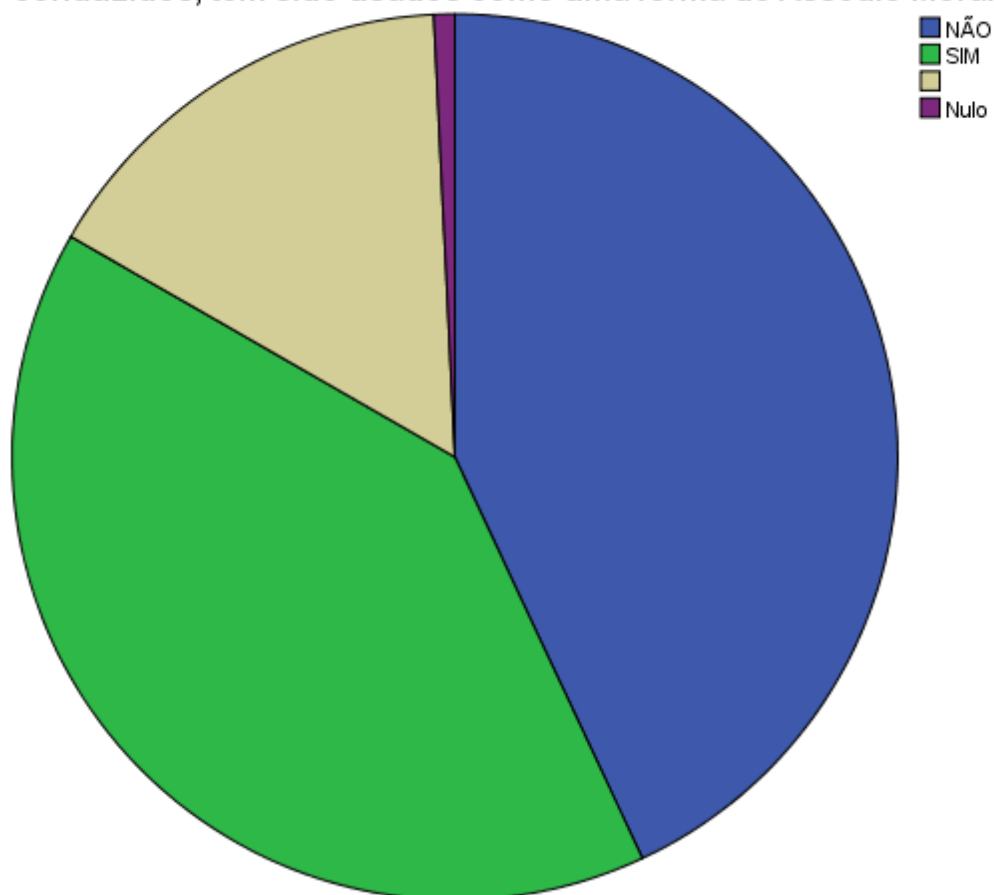
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXXII

Na sua avaliação, os processos administrativos, da maneira como são conduzidos, têm sido usados como uma forma de Assédio Moral na Fundação ITESP?

(159) SIM → 40,3%
(170) NÃO → 43,0%
(063) Brancos → 15,9%
(003) Nulos → 0,8%
(395) Total → 100%

9 Na sua avaliação, os processos administrativos, da maneira como são conduzidos, têm sido usados como uma forma de Assédio Moral na F. ITESP?

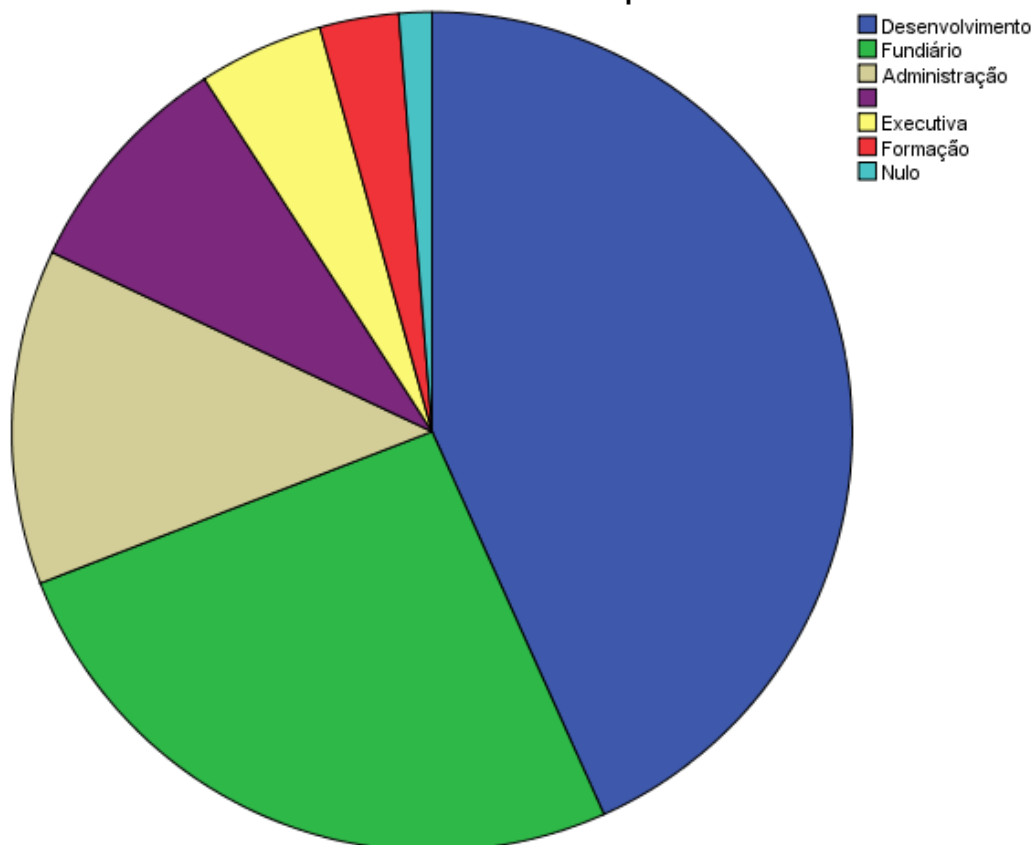


Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXXIII

Está lotado em qual Diretoria?

(019) Executiva → 4,8%
(051) Administração → 12,9%
(012) Formação → 3,0%
(171) Desenvolvimento → 43,3%
(102) Fundiário → 25,8%
(035) Brancos → 8,9%
(005) Nulos → 1,3%
(395) Total → 100%

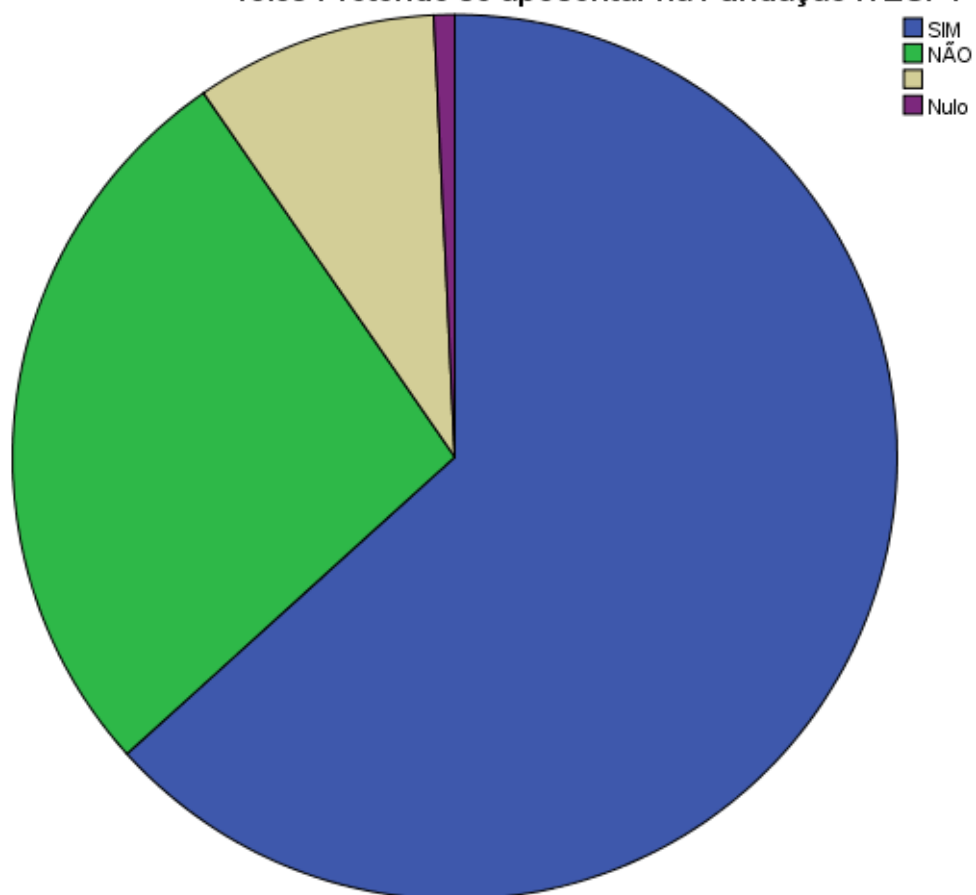
10.07 Está lotado em qual Diretoria?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXXIV

Pretende se aposentar na Fundação ITESP?

(250) SIM → 63,3%
(107) NÃO → 27,1%
(035) Brancos → 8,9%
(003) Nulos → 0,8%
(395) Total → 100%

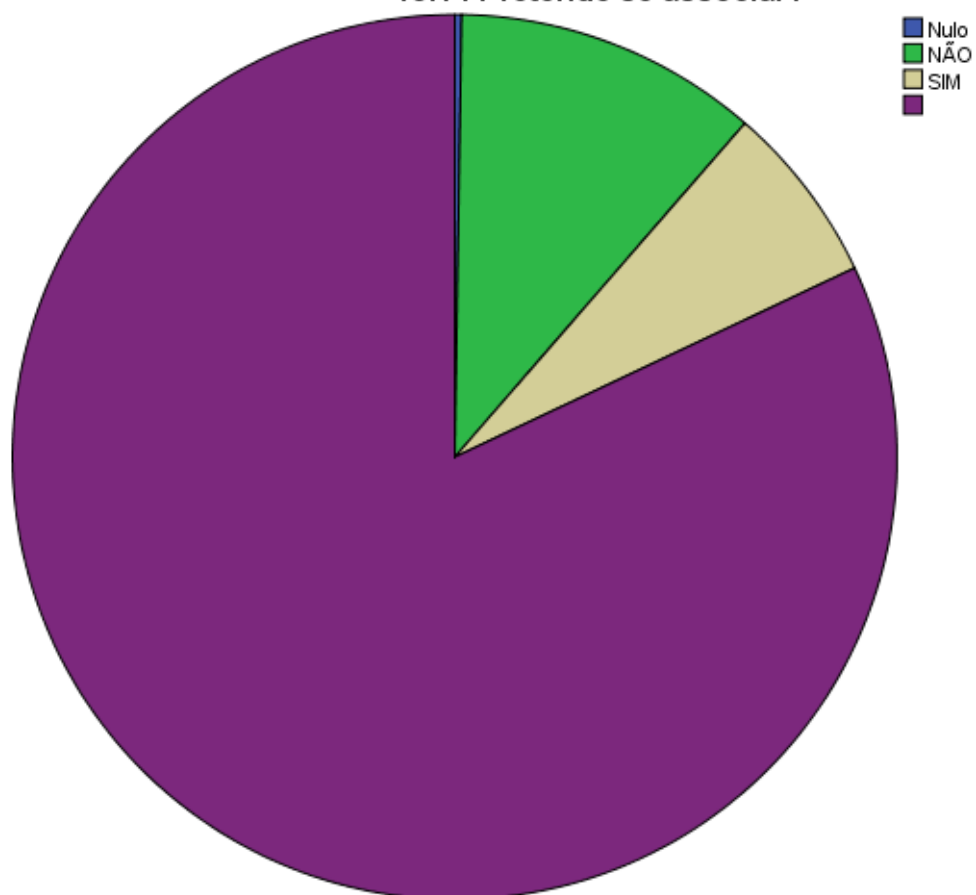
10.09 Pretende se aposentar na Fundação ITESP?

Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXXV

Se não é associado à AFITESP, pretende se associar?

(026) SIM → 6,6%
(044) NÃO → 11,1%
(324) Brancos → 82,0%
(001) Nulo → 0,3%
(395) Total → 100%

10.14 Pretende se associar?

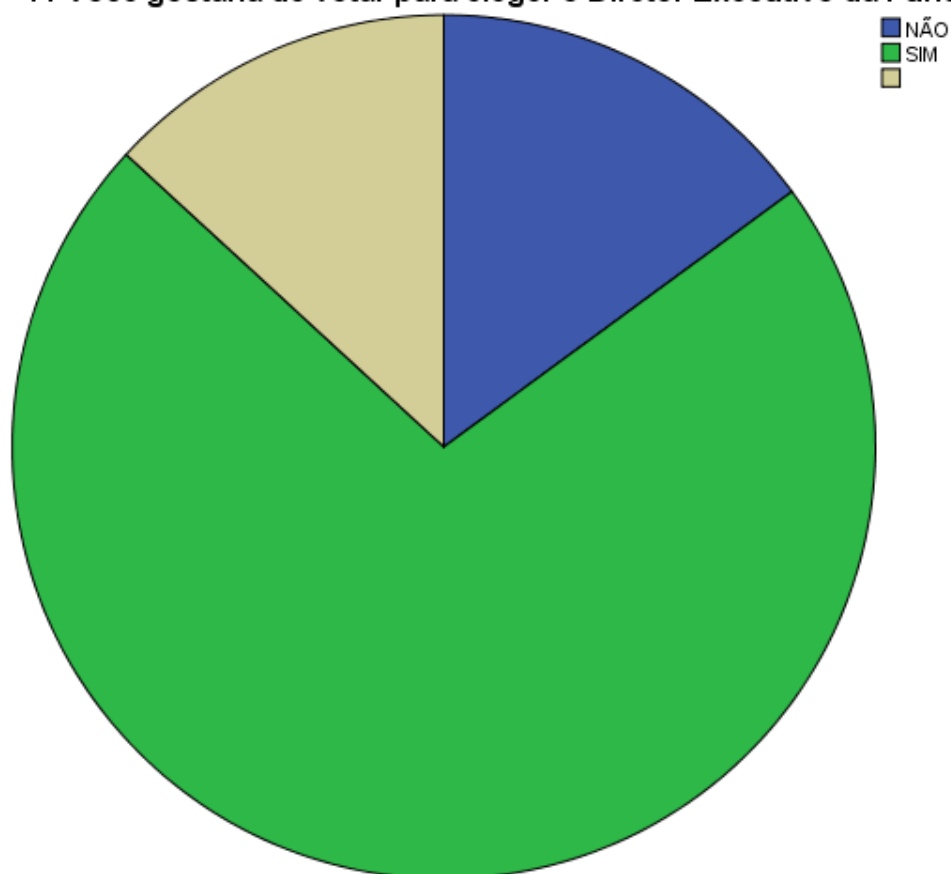
Fonte: AFITESP (2013)

Tabela CLXXXVI

Você gostaria de votar para eleger o Diretor Executivo da Fundação ITESP?

(284) SIM → 71,9%
(059) NÃO → 14,9%
(052) Brancos → 13,2%
(395) Total → 100%

11 Você gostaria de votar para eleger o Diretor Executivo da Fundação ITESP?



Fonte: AFITESP (2013)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. Brasiliense / Círculo do Livro: São Paulo, 1994.

ALVES, Giovanni A. P. **A condição de proletariedade**. Bauru: Práxis, 2009.

_____. A vigência do capital. Crise capitalista e problemas teórico-metodológicos do pensamento social centrado na categoria do trabalho. **Temáticas**, Campinas, SP, ano 1, n. 1 e 2, p. 37-94, 2º semestre 1993.

_____; MARTINEZ, Vinício. **Dialética do ciberespaço** – trabalho, tecnologia e política no capitalismo global. Bauru: Práxis, 2003.

_____. **Dimensões da globalização** – o capital e suas contradições. Bauru: Práxis, 2001.

_____. **Dimensões da Precarização do Trabalho** – Ensaio de sociologia do trabalho. Bauru: Projeto Editorial Práxis, 2013.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva** – ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Práxis, 2007.

_____. **Limites do sindicalismo** – Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Giovanni Alves, 2003.

_____. Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: TEIXEIRA, Francisco J. S; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho** – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____; PALMELA, Thayse. Trabalhadores públicos e sindicalismo no Brasil: o caso dos trabalhadores públicos do judiciário brasileiro. **Pegada**, Bauru, SP, vol. 12, n. 01, p. 42-53, jun. 2011.

_____. **Trabalho docente e precarização do homem-que-trabalha**. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/11/16/trabalho-docente-e-precarizacao-do-homem-que-trabalha/>> Acesso em 03/03/2014.

_____. **Trabalho e mundialização do capital** - a nova degradação do trabalho na era da globalização. Bauru: Práxis, 2004.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ALVES, Paula Fernanda Pereira de Araújo. **Almanaque de sociologia para vestibular e Enem**: o mundo do trabalho. São Paulo: OnLine, 2014

AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial**: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2009.

ANDRADE, Thales Novaes de; SILVA, Lucas Rodrigo da; CEPÊDA, Vera Alves. Condição de trabalho de técnicos e pesquisadores nos institutos públicos de pesquisa: o caso do IPT. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, RJ, vol. 8, n. 1, p. 165-182, mar. 2012.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Terceira Via de “Tory” Blais: a Outra Face do Neoliberalismo Inglês. **Outubro** – Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, SP, n. 3, p. 31-52, maio 1999.

_____. As configurações do trabalho na sociedade capitalista. **Katálisis**, Florianópolis, SC, vol.12, n. 2, p. 131-132, dez 2009b.

_____. As formas de padecimento no trabalho. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, vol.17, n. 4, p. 7-8, dez 2008.

_____ e ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, vol. 25, n. 87, p. 335-351, ago. 2004.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil:** um estudo sobre a consciência de classe da Revolução de 30 até a Aliança Libertadora Nacional. 2. ed. São Paulo: Cortez e Ensaio, 1988.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org's.) **A perda da razão social do trabalho:** terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007 a.

_____ (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos** – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. **O Caracol e sua Concha:** Ensaio sobre a Nova Morfologia do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O Continente do Labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Novo Sindicalismo no Brasil.** 2. ed. rev. / ampl. Campinas: Pontes, 1995.

_____. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Cad. CRH**, Salvador, BA, vol. 24, n. spe. 01, p.119-129, set. / dez. 2011.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Boitempo, 2009a.

_____. Pistas da sociologia para um século atormentado. **Rev. Bras. Cien. Soc.**, São Paulo, SP, vol. 22, n. 63, p.155-158, fev. 2007b.

_____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? In: **Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho.** p. 1-14, São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

_____. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2000.

ARBIX, Glauco. Democratizar (sem precarizar) as relações de trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, UFPR, Curitiba, PR, ano 10, n. 11, p. 127-138, 1998.

AQUILES, Afonso Cardoso. O Conceito de Classe em Ricardo Antunes e Edward Tompson: algumas aproximações. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 33, n.1, p. 13-19, 2011.

BATISTA, Roberto; ARAÚJO, Renan (Orgs.). **Desafios do trabalho** – capital e luta de classes no século XXI. Bauru: Práxis, 2003.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BERGER, Peter L.; ZIJDERVELD, Anton C. **Em favor da dúvida: como ter convicções sem se tornar fanático**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BIHR, Alain. **Da "Grande Noite à Alternativa"**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BLASS, Leila Maria da Silva. **Ato de trabalhar: imagens e representações**. São Paulo: Annablume, 2006.

BRAGA NETO, R. G. Luta de Classes, Reestruturação Produtiva e Hegemonia. In: KATZ, C. et alii. **Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; USP, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

_____. **A restauração do capital** – um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Nostalgia do fordismo** – modernização e crise na teoria da sociedade salarial. São Paulo: Xamã, 2003.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

CAVALCANTE, Alberto R.; ALBUQUERQUE, Antônio C. de; JESUS, Cláudio R. **Dilemas da sociedade do trabalho**. 2. ed. rev. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

CASTEL, Robert. Metamorfoses do trabalho. In: Fiore, Lourenço e Noronha. **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

_____. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania**: produção e direitos na crise do capitalismo global. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Mundobraz**: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho** – estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez / Oboré, 1992.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Edmundo F. **A liberdade (im) possível na ordem do capital**: reestruturação produtiva e passivização. Campinas: Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1997.

DOMINGUES, José Maurício. **Sociologia e Modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DOWBOR, Ladislau *et. al.* [Orgs.]. **Desafios do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DREIFUSS, R. A. **A época das perplexidades** – mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (Org's.) **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. (Coord.). A Precarização Social do Trabalho no Brasil: uma proposta de construção de Indicadores. In: **Projeto “Trabalho, Flexibilização e Precarização: (re) construindo conceitos à luz de estudos empíricos”**. Centro de Recursos Humanos – CRH – da Universidade Federal da Bahia – UFBA – Salvador. Disponível em: http://www.flexibilizacao.ufba.br/projetos_atuais.asp Acesso em 30 de abr. de 2012.

FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.

GARCIA, Alexandre Navarro. **Democracia semidireta**: referendo, plebiscito, iniciativa popular e legislação participativa. Brasília: Universidade do Legislativo Brasileiro, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Maria Judith Magalhães. **Estudo Sobre a Consciência Política dos Técnicos da Extensão Rural em Assentamentos do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social, São Paulo: PUCSP, 2003.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo, Thomson, 2005.

GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado** – para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. **Crítica da Divisão do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Metamorfoses do trabalho** – Crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GORZONI, Priscila. Admirável Trabalho Novo? Os impactos econômicos e sociais das mudanças no mundo do trabalho e a posição de especialistas e profissionais diante dessas transformações. **Sociologia Ciência & Vida**, São Paulo, SP, n.º. 27, p. 26-35, s / data.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. **Nem Pátria, Nem Patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2002.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HIDAKA, Renato Kendy. **Sindicalismo docente e reforma neoliberal no Estado de São Paulo**. Trabalho apresentado ao III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, Rio de Janeiro, 18 a 20 de abr. de 2011.

HIRATA, Helena. O mundo do trabalho. In: CASALI, Alípio *et al.* **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. A dinâmica da inflação brasileira: considerações a partir da desagregação do IPCA. In: **Comunicados do IPEA**, 101, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: Brasília, 2011.

Instituto de Tecnologia Social. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (Comp.). **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização** – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____. **Os últimos combates**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LEON, Vicki. **Meu chefe é um senhor de escravos**. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan. **Estatística para Ciências Humanas**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LOJKINE, Jean. **A classe operária em mutações**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. A divisão classista em questão. In: **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LOPES, José Sérgio Leite. Notas sobre a precarização do trabalho no Brasil. **RRET – Revista Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, SP, ano 5, n. 08, p. 01-14, 2011.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Revista Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, SP, n. 4, p. 1-18, 1978.

MAAR, Wolfgang Leo. Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?. In: Vários autores. **Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1995.

MACHADO, Jorge (Org.). **Trabalho, economia e tecnologia** – novas perspectivas para a sociedade global. Bauru: Práxis / Tendenz, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, SP, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio / ago. 2004.

MARX, K. **O Capital** – Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril, 1985, v. 1.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____ e ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MENEZES, Lucianne Sant’Anna de. A precarização do trabalho sob uma perspectiva psicanalítica: desamparo, servidão e montagem perversa. **RRET – Revista Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, SP, ano 4, n. 7, p. 158-183, 2010.

MÉSZÁROS, István. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. In: **Filosofia, ideologia e ciência social** – Ensaio de Negação e Afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MONDIN, Batista. **O homem, quem é ele?:** elementos de antropologia filosófica. 12 ed. São Paulo: Paulus, 2005.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho** – entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Autores Associados, 2004.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. Transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989a.

_____. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. V. 1 – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de; FERREIRA, José Rodrigues. **Processo Legislativo: uma contribuição ao debate**. Brasília: Câmara dos Deputados – Coordenação de Publicações, 1996.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber**. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RODRIGUES, Ivete; BARBIERI, José Carlos. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **RAP – Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, RJ, n. 42(6), p.1069-94, nov./dez. 2008.

RODRIGUES, Márcia B. F. Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário. **Dimensões – Revista de História da UFES**. Vitória, ES, n. 17, p. 213-221, 2005.

SADER, Emir. Direitos e cidadania na era da “globalização”. In: BÓGUS, Lúcia; PAULINO, Ana Paula Yara [Orgs.]. **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais**. São Paulo: EDUC, 1997. v. 1, p. 241-246.

_____. GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Ariovaldo. **Trabalho e globalização – a crise do sindicalismo propositivo**. Bauru: Práxis, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. 1. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. São Paulo: Graal, 1989.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, PT, n. 63, p. 237-280, out. de 2002 a.

_____. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 b.

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é Pós-Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, Vinícius Oliveira. O pensamento de Karl Marx e o trabalho imaterial: elementos introdutórios para o debate. **ABET**, Curitiba, PR, v. XI, n. 01, jan./jun. 2012.

SÁVTCHENKO, P. **O que é o Trabalho?** Moscou: Edições Progresso, 1987.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio – São Paulo: Record, 1999.

SENNET, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, André Luís Santos. “Fantástica Fábrica de Automóveis”: um passeio sobre o precarizado chão de fábrica da Ford da Bahia. **RRET – Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, São Paulo, SP, ano 1, n. 2, p. 01-26, 2008.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. e. **Metodologia e Organização do Projeto de Pesquisa**. (GUIA PRÁTICO). Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004. Disponível em: <<http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf>> Acesso em: 26 de jan. de 2012.

SOUZA, João Américo de. **Um Novo Brasil**: o despertar do gigante adormecido “em berço esplêndido”. São Paulo, M. BOOKS do Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.umnovobrasil.com.br> Acesso em 25 de maio de 2012.

SUROWIECKI, James. **A sabedoria das multidões**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

TEIXEIRA, F. J. S; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva** – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

THEBAUD-MONY, Annie; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça e FRANCO, Tânia. (Org’s.). **A perda da razão social e do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Novos desequilíbrios capitalistas** – paradoxos do capital e competição global. Bauru: Práxis, 2004.

ANEXO A: Carta da AFITESP enviada para o Presidente da ALESP²¹⁸.

Exmo. Sr.

Deputado Estadual Barros Munhoz

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Caro Presidente

Os funcionários da Fundação ITESP, depois de fracassadas tentativas de negociação para reposição de perdas salariais, decidiram entrar em GREVE a partir do dia 02 de agosto de 2010.

A greve se alastrou com enorme adesão por todo o Estado, tal o grau de descontentamento dos funcionários, que já não conseguem ter incentivo para a assistência às comunidades assentadas e quilombolas, para a regularização fundiária e para as ações de apoio à Reforma Agrária.

A defasagem salarial desde 2001, ano de criação da Fundação ITESP, atingiu 43%! Cerca de 440 servidores já deixaram a instituição em busca de melhores condições de trabalho, e apesar das novas contratações ainda é grande o número de vagas não preenchidas (107 cargos vagos).

Em 2006, conseguimos negociar um plano de reposição de perdas com o governo Alckmin/Cláudio Lembo, mas que foi solenemente ignorado nos anos seguintes pelo governo Serra. A Fundação ITESP chegou a devolver dos seus orçamentos anuais, cerca de R\$ 6 milhões que estavam destinados às despesas de pessoal.

Sabemos que o governo atual não teria nenhuma dificuldade para atender ao nosso pleito, pois o volume de recursos do orçamento estadual destinado ao pagamento de pessoal está longe de atingir o limite prudencial, além dos frequentes registros de excesso de arrecadação. Cabe lembrar que várias categorias têm sido beneficiadas com a reposição de perdas de anos anteriores, como é o caso, por exemplo, do corpo técnico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Considerando-se a remuneração básica dos funcionários com nível superior da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, hoje fixada em R\$ 4.128,09, constata-se uma enorme diferença de 67% em relação ao salário base dos analistas da Fundação ITESP, hoje estipulado em R\$ 2.472,00.

²¹⁸Disponível em: <http://www.afitesp.com.br/cartagreve.doc> Acesso em 13 de fev. de 2013.

Ontem fomos recebidos pelo Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, que agora alega restrições da legislação eleitoral e da Lei de Responsabilidade Fiscal, para não negociar nenhum índice de perdas anteriores ao ano eleitoral. Com isso pretendem encerrar a gestão deixando todo o ônus para os trabalhadores (as) do ITESP.

Vimos apelar a Vossa Excelência para que nos ajudem nas negociações com as Secretarias da Justiça e Defesa da Cidadania, da Fazenda, Casa Civil e com o CODEC, para que possamos retornar ao trabalho com dignidade, garantindo recursos que cubram as perdas salariais no orçamento de 2011, o pagamento imediato das perdas do último período e o não desconto dos dias parados.

Atenciosamente

São Paulo, 10 de agosto de 2010.

Otávio Falcão

Presidente da Associação dos Funcionários da Fundação ITESP – AFITESP

ANEXO B: Pauta de reivindicação dos (as) servidores (as) da Fundação Itesp aprovada na assembleia de 09 de fevereiro de 2011 e apresentada à Dir. Executiva da F. .ITESP.

1 – Reposição Salarial de 43% acumulada ao longo dos anos + 4,36% do último período (2009-2010); 2 – Priorização imediata do aumento do valor do Tíquete Refeição e Cartão Alimentação em 100%, conforme defasagem reconhecida pelo Processo ITESP 436/2010; 3 – Licença Maternidade de 6 meses, Já!; 4 – Implantação retroativa do PCCS, com avaliação ótima para todos os funcionários nos anos em que a Fundação ITESP não fez avaliação prevista, revisão do PCCS e aplicação imediata da ascensão de 2006; 5 – Equiparação salarial entre todos os Auxiliares de Campo da Diretoria Adjunta dos Recursos Fundiários; 6 – Reestruturação dos cargos e salários nos moldes das carreiras estaduais e federais correlatas; 7 – Pagamento das seguintes gratificações: gratificação por regime de dedicação plena e exclusiva (RDPE), gratificação ou adicional por local de difícil acesso para o exercício do cargo (ALE), gratificação por exceder o numero de famílias atendidas - mais de cem famílias para um Analista, Técnico e Auxiliar -, gratificação de informática, gratificação por assiduidade, gratificação por direção de veículos no exercício da função, gratificação de insalubridade e gratificação de desempenho no valor de um salário mensal recebido pelo (a) servidor (a) a mais, ao ano (14º Salário); 8 – Pagamento dos Pisos Salariais Nacionais das diversas categorias profissionais que compõem o quadro de servidores (as) da Fundação ITESP como engenheiros, advogados, médicos veterinários, zootecnistas dentre outros; 9 – Mudança da Data-Base de setembro para março, a partir de 2012, para que se evitem mais perdas salariais em ano eleitoral; 10 – Correção dos valores dos benefícios: prêmio do seguro de vida em grupo e do auxílio creche. Na Sede da Fundação ITESP, retomar o Convênio de Creche com a Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania que havia até o mês de abril de 2006; 11 – Pagamento de horas extras no lugar do atual banco de horas; 12 – Discussão, com transparência, dos critérios da política de concessão de diárias ou pacotes aos (às) servidores (as) da Fundação ITESP; 13 – Implantação dos benefícios: auxílio dependente especial, plano odontológico, cesta básica para todos, **Participação nos Lucros e Resultados - PLR - da Fundação ITESP** [g.n] e pagamento dos cinco dias a mais trabalhados, por ano, referentes aos meses com 31 dias; 14 – Complementação salarial e pagamento dos tickets-refeição aos funcionários afastados pelo INSS por acidente de trabalho e auxílio doença, por todo o período que durar o afastamento; 15 – Adaptação dos ambientes e instrumentos de trabalho da Fundação ITESP para atender funcionários com deficiência física bem como dos prédios para o atendimento à população – Acessibilidade, Já!, conforme relatório apresentado pela CIPA; 16 – Reposição imediata do numero total de vagas ociosas de acordo com os

cargos existentes atualmente na Fundação ITESP; 17 – Aumento do número de cargos de provimento, através de concurso público, dos atuais 700 para 1000 cargos, considerando o aumento do número de famílias assentadas e quilombolas; do número de títulos emitidos e das novas frentes de trabalho abertas pela Fundação ITESP, como o atendimento às famílias do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF e do antigo Banco da Terra; 18 – Continuar o processo de recuperação gradual do Orçamento da Fundação ITESP; 19 – Flexibilização do horário de entrada e saída dos (as) servidores (as) da Fundação ITESP entre a 07h e 19h, conforme precedente praticado na reposição da Greve de 2010 e nas compensações de horas de final de ano; 20 – Incorporação automática da Gratificação de Função ao salário do (a) servidor (a) da Fundação ITESP que exerceu Função Gratificada.

ANEXO C: Carta Aberta ao Excelentíssimo Sr. Governador, Dr. Geraldo Alckmin Filho, e à Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania, Dra. Eloisa De Sousa Arruda.

CARTA ABERTA AO EXCELENTÍSSIMO SR. GOVERNADOR, DR. GERALDO ALCKMIN FILHO, E À EXCELENTÍSSIMA SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA, DRA. ELOISA DE SOUSA ARRUDA.

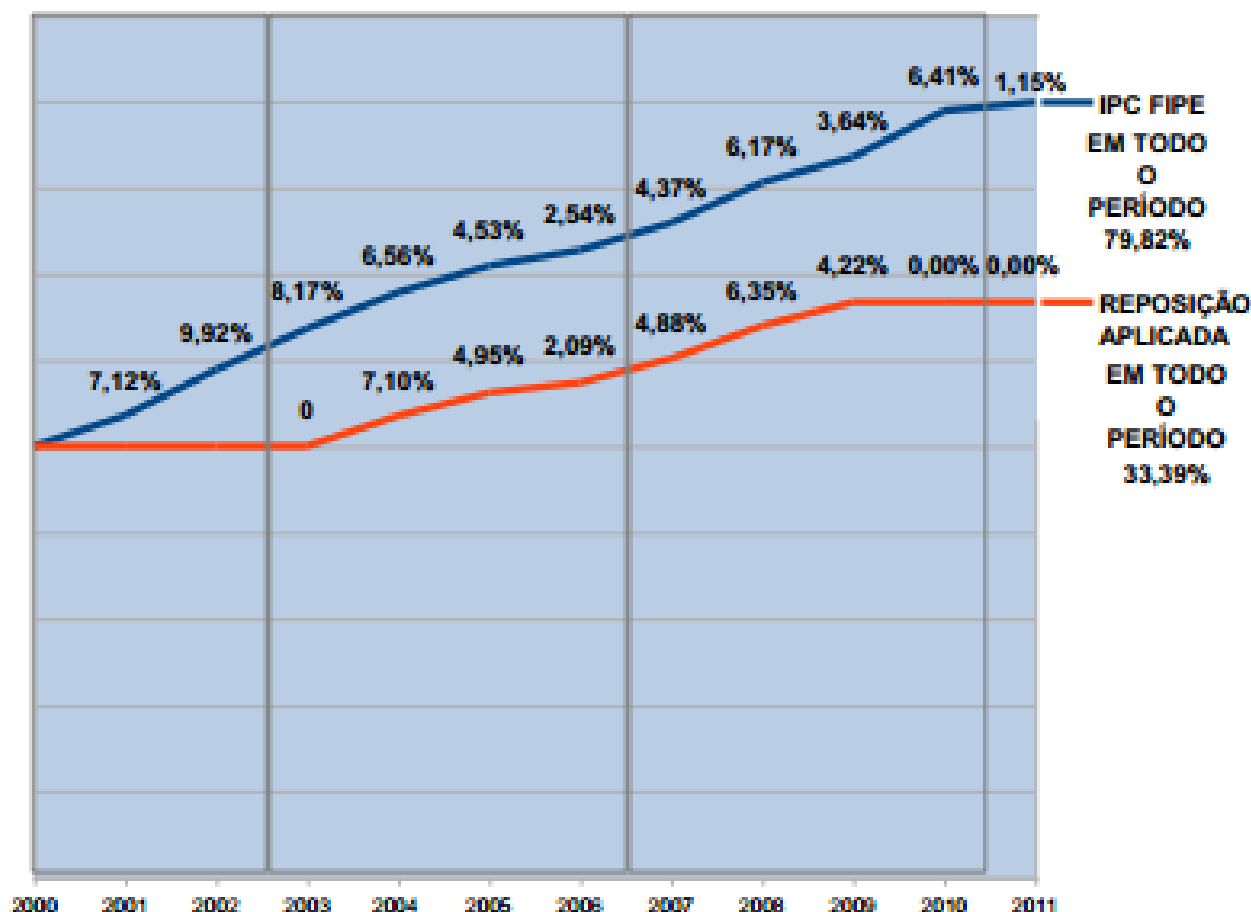
Apelo dos (as) servidores (as) públicos (as) que há uma década vem sofrendo toda sorte de descaso e má vontade por parte dos sucessivos diretores da Fundação Itesp e Secretários de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania.

Nós, servidores (as) da Fundação ITESP, associados (as) da AFITESP – Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – que congrega 400 associados, dos atuais 600 servidores desta Fundação – representados, em Assembleia nos dias 08 e 09 de fevereiro de 2011, na Câmara Municipal de São Paulo, por nossos delegados, vimos, mui respeitosamente, através desta, solicitar providências urgentes, no sentido de resolver a situação aflitiva em que nos encontramos, fruto do descaso, descompromisso e má vontade das sucessivas gestões das Diretorias Executivas desta estratégica Fundação do Governo do Estado, inclusive da **atual Diretoria Executiva** e, nesse sentido, **solicitamos sua imediata destituição e substituição**.



Delegados da AFITESP reunidos em Assembleia Estadual Geral Extraordinária no dia 09 de fevereiro de 2011, na Câmara Municipal de São Paulo, dão “cartão vermelho” para a atual Diretoria Executiva da Fundação ITESP. BASTA!

Ao longo dos 10 anos de efetiva existência desta importante e estratégica Fundação Pública acumulamos perdas salariais na ordem dos 50% e, por isso mesmo, buscamos uma reposição da defasagem salarial de **46,43%**, e não somente a reposição dos 4,36% das perdas do último período (SET/2009 - AGO/2010), conforme gráfico ilustrativo abaixo. Aliás, o Secretário da Justiça anterior, Dr^o. Ricardo Leme, afirmara que diante do impeditivo de pagá-lo no ano eleitoral como também da Lei de Responsabilidade Fiscal, o mesmo seria saldado impreterivelmente em janeiro de 2011.



FONTES: USPFIFE e Base de dados do Portal Brasil[®] (<http://www.portalbrasil.net/foe.htm>) em 16/02/2011.

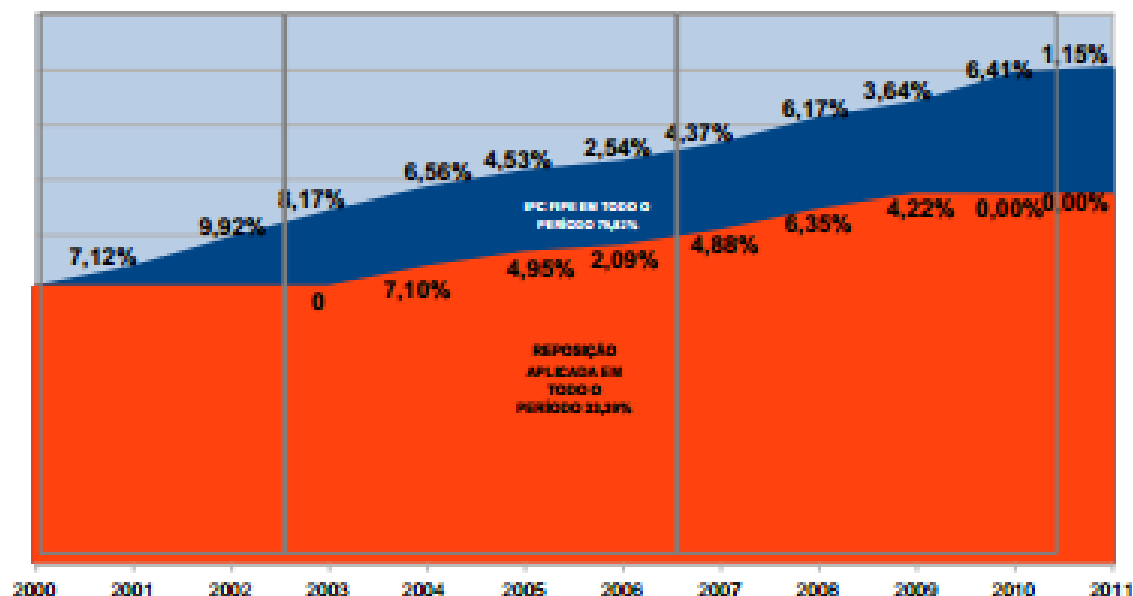
Governador é importante destacar que, no final do seu Governo, em 2006, a então Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania, Dr^a. Eunice Prudente, após o estabelecimento de uma mesa de negociação com a AFITESP, fez um parcelamento das perdas acumuladas à época, de 32,78%, para pagamento em quatro semestres de 7,35% mais a inflação do período, zerando as mesmas no final de dois anos.

Acontece Sr. Governador, que aí entrou o Governo Serra e o Secretário da Justiça, Luiz Antônio Marrey, o qual afirmara a AFITESP não poder honrar os compromissos assumidos pela Secretária anterior, pois, se o fizesse, levaria a um efeito cascata em relação às demais categorias de servidores do Estado, o que não seria suportado pelo Tesouro Estadual, mas que, por um outro lado, fosse estudada pela Diretoria Executiva da Fundação ITESP, à época ocupada pelo Dr. Gustavo Gonçalves Ungaro, uma outra forma de fazê-lo, através de múltiplas gratificações. Resumindo a história, não foi feita nem uma coisa nem outra, nem pelo Dr. Gustavo

Ungaro, nem pelo seu continuador, Dr. Marco Pilla, que mesmo sendo servidor de carreira da casa, procurou seguir a cartilha serrista de ignorar as condições adversas de opressão dos servidores, no que tange às condições de salário e trabalho bem como de administrar através da política de abertura de sindicâncias, desvios de funções e da prática repulsiva do assédio moral que se manifesta através da imposição de metas sem condições dignas de trabalho. Pratica-se uma gestão de cima pra baixo, na qual os (as) servidores (as) da Fundação ITESP têm que atuar sem treinamentos e ou cursos de capacitação profissional. Isso é extremamente fácil de ser levantado. É só verificar o quanto foi gasto nesta rubrica dos orçamentos passados e o quanto está previsto para tal, no Orçamento de 2011 da Fundação ITESP. Os (as) servidores (as) são tratados pelas diversas diretorias como meros coletores de informações. Os Escritórios de Campo vem funcionando sem servidores (as) essenciais para o desenrolar dos trabalhos, por exemplo, com servidores (as) da Diretoria Adjunta de Administração e Finanças ausentes, como ocorre no GTC de Euclides da Cunha, no Pontal do Paranapanema ou, em número insuficientes, como acontece no GTC de Taubaté, no Vale do Paraíba Paulista.

Para se ter uma idéia do descalabro do nosso salário, Governador, os auxiliares de campo da Diretoria Adjunta de Recursos Fundiários, ganham R\$ 607,00 e chega-se ao cúmulo de, às vezes, não se poder viajar para trabalhar porque os valores das diárias ultrapassariam o limite do salário, permitidos por lei. Eles trabalham em alojamentos precários, com condições análogas à escravidão, que pode facilmente ser comprovado pelo relatório recente da CIPA, que demonstra estarem em desacordo com a NR 24 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE -, que trata das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Por exemplo, no Grupo Técnico Campo - GTC - de Mirante do Paranapanema eles atendem cinco municípios circunvizinhos. Num desses municípios, em Caiuá, os auxiliares chegam ao cúmulo de ter que se alimentarem da merenda escolar da Prefeitura Municipal para conseguir realizar seus trabalhos, o que por si só, configura uma ilegalidade. Os auxiliares do GTC de Capão Bonito atendem treze municípios circunvizinhos na regularização fundiária urbana além do trabalho do NOM - Núcleo Operacional Móvel. Como V. Excia. pode perceber sobre trabalho e faltam salário, pessoal bem como condições laborais dignas.





FONTES: USPIFIPE e Base de dados do Portal Brasil (<http://www.portalbrasil.usp/icc.htm>) em 16/02/2011.

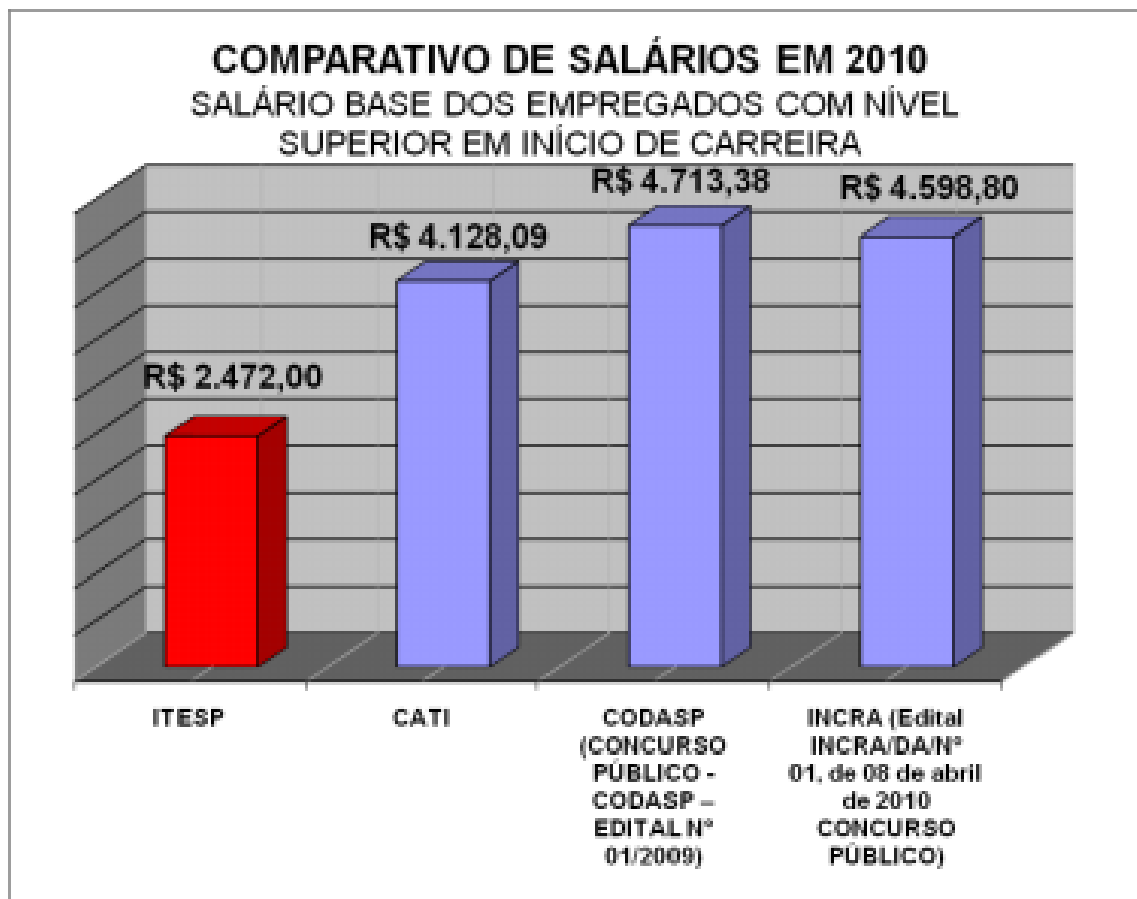
Na região do Pontal do Paranapanema, Governador, nós temos veterinários e agrônomos que atendem 600 famílias de assentados. O Sr. já imaginou a quantidade de cabeça de gado que esses profissionais precisam atender? Há que se questionar a qualidade do serviço prestado, neste momento. Portanto, Governador, as ausências de servidores como veterinários e agrônomos comprometem a qualidade do serviço de ATER prestado pela Fundação ITESP. Agora o Sr. imagina Governador, na extensa região do Pontal do Paranapanema, onde concentra-se a metade do público atendido pela Fundação ITESP, nós temos apenas duas profissionais que prestam Assistência Social nos assentamentos.

Isto sem falarmos nas condições de trabalho, carros com mais de 300.000 km rodados, com servidores (as) correndo risco de morte e colocando em risco o patrimônio público, computadores sucateados e rede de informática cuja característica básica é a lentidão extrema.

Governador, no último levantamento que realizamos, aferimos que 65% dos (as) servidores (as) da Fundação ITESP estão endividados, com empréstimos consignados em folha de pagamento, no Banco do Brasil. Não conseguimos um levantamento de quantos (as) servidores (as) estão dependurados nas exorbitantes taxas de juros do cartão de crédito bem como nas dos cheques especiais, mas, facilmente podemos concluir que o universo de 100% dos (as) servidores (as) desta Fundação encontra-se submetido em pelo menos uma destas modalidades de crédito, devido a sua precariedade salarial.

Quando da reunião que tivemos com V. Excia, na cidade de Pindamonhangaba, depois da sua eleição e antes de sua posse como Governador, já tivemos a oportunidade de relatar para V. Excia, as discrepâncias salariais existentes nas diferentes carreiras de nível superior correlatas à da Fundação ITESP, no Estado de São Paulo, mas somente para lembrá-lo, um engenheiro agrônomo da CATI, em

início de carreira - nível I - ganha R\$ 4.100,00, enquanto um engenheiro agrônomo, do mesmo nível, na Fundação ITESP, recebe R\$ 2.500,00. Governador, a pergunta que não quer calar é qual o porquê dessa discriminação? Todos não são servidores públicos? Qual é a diferença, é por que nós beneficiamos os pobres da terra?



O nosso cartão refeição e o vale alimentação, Governador, cada dia que passa, compra menos refeição ou gênero alimentício, o carrinho do supermercado, cada mês, está mais vazio, como demonstrou um estudo feito pela própria Fundação ITESP no Processo ITESP 436/2010, portanto, há tempos que não vem cumprindo com os seus objetivos. Solicitamos a V. Excia. medidas urgentes no sentido de reajustá-los imediatamente.

Desde o final do ano de 2001, ainda no Governo Covas e também seu Governo, que a Fundação ITESP mergulhou numa crise sem precedentes devido à falta de diretrizes claras e precisas de trabalho, mais parecendo uma nau sem rumo ou rumando em direção a um grande abismo, cujas maiores vítimas são seus ou suas servidores (as), contraditoriamente, seu maior patrimônio, com uma reserva técnica, até então, inigualável, mas que vem sendo dilapidado ano a ano pelos seus dirigentes insensíveis ou, mais preocupados em defender seus polpudos salários, dos seus cargos de livre provimento ou de confiança, do que com a dignidade daqueles que levam os trabalhos da Fundação ITESP junto aos seus beneficiários, os assentados, quilombolas e posseiros do Estado de São Paulo.

A final Governador, são os (as) servidores (as) da Fundação ITESP que implementam a Reforma Agrária no Estado de São Paulo, desde o levantamento cartorial das terras devolutas, inclusive auxiliando a Procuradoria Geral do Estado, na defesa do patrimônio imobiliário do Estado, passando pela "perdigagem" das terras improdutivas até a divisão dos lotes para os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra e a conseqüente Assistência Técnica e Extensão Rural, além é claro, da necessária Formação para que os mesmos comecem a produzir e a comercializar a sua produção. O Sr. Governador os conhece muito bem, pois, já visitou vários assentamentos pelo interior do nosso Estado.

São estes (as) servidores (as), Governador, que realizam a identificação, a demarcação, o Relatório Técnico Científico - RTC -, o reconhecimento e titulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos. O Sr. já os conhece muito bem, pois quando visitastes tais comunidades lá estavam eles trabalhando para a implantação da cidadania em meio às comunidades negras.

São eles também, Governador, quem promovem a regularização fundiária urbana, principalmente naqueles municípios cujo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - é muito baixo, onde as pessoas detêm a posse da propriedade, mas não o seu título. O Sr. Sabe, como ninguém, a importância desse trabalho, pois, já participou de inúmeras cerimônias de titulação de posseiros. O programa Minha Terra tocado por estes servidores já entregou mais de 26 mil títulos de propriedade por este Estado afora.

Recentemente, Governador, estes (as) servidores (as) abraçaram também o trabalho junto aos beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF - bem como do seu antecessor, o Banco da Terra, fazendo o levantamento da situação de abandono em que se encontravam, uma vez que a Fundação ITESP é a Unidade Técnica Estadual deste programa federal. Além do georeferenciamento dos imóveis rurais do Programa Nacional de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, ambos são frutos de convênios celebrados da Fundação ITESP com o MDA, com a sua Secretaria de Reordenamento Agrário.

Em que pese o compromisso político dos (as) servidores (as) da Fundação ITESP com os deserdados da cidadania no campo, é inegável o flagrante desânimos destes frente à falta de interesse em resolver os seus problemas salariais e de evolução na carreira profissional pela atual Diretoria Executiva desta Fundação.

Outra prática da atual Diretoria Executiva que é considerada repugnante, abusiva e deplorável pelos (as) servidores (as) da Fundação ITESP, Governador, é a forma de negociação com a AFITESP, baseada em inverdades e falsetas, abusando da boa fé dos servidores (as) da Fundação ITESP e desrespeitando uma instituição extremamente representativa - que completará 14 anos no dia 07 de abril de 2011 - como ocorrera no ano de 2010, quando, após negociações infrutíferas que duraram quatro anos e, por isso mesmo, fomos obrigados a deflagrar uma greve, depois de uma consulta com voto individual, num Plebiscito interno, que demonstrou a insatisfação de 97% dos (as) servidores (as) com as condições de trabalho, salário e emprego.



Pois bem, a Fundação ITESP, através de sua atual Diretoria Executiva, encaminhou para apreciação do CEDEC, CODEC e CPS, o Processo 436/2010, que previa o pagamento anual, por ocasião do mês de junho, de metade do salário inicial do (a) servidor (a) a título de gratificação de mérito além de um reajuste emergencial do cartão refeição e vale alimentação, passando dos atuais R\$ 246,00 praticados para R\$ 330,00. Na ocasião, nós, suspeitando de que se tratava menos de uma proposta séria e mais de uma manobra para desmobilizar o movimento grevista que se avizinhava, inquirimo-la, por várias vezes sobre qual seria o parecer do CEDEC, CODEC e CPS e ela tergiversava e não respondia. Fato é que, assim, que o ano de 2011 se iniciou a Diretoria Executiva da Fundação ITESP nos informou que o CODEC não aprovou o referido processo e que já havia encaminhado o denominado "ajuste de curva" dos salários que, segundo eles já estava sendo analisado pelas instâncias superiores da Secretaria de Estado da Economia e Planejamento bem como pela Casa Civil do Governo do Estado junto, com o Processo da Avaliação, uma parte do nosso Plano de Cargos, Carreira e Salário - PCCS.

E por falar em PCCS, Governador, esse é outro ponto de descontentamento generalizado da nossa categoria, uma vez que todos aqueles (as) servidores (as) que ingressaram no nível I, sem experiência, nos seus respectivos cargos, assim continuam, dez anos depois, sem a chamada progressão vertical na carreira. Houve, apenas, a denominada progressão horizontal, ou seja, a mudança de letra que corresponde a 2% de aumento nos vencimentos, assim mesmo, não atingiu o

conjunto de servidores (as) da Fundação ITESP. Portanto, Governador, nós esperamos uma intervenção vigorosa de V. Excia. em relação a mais esta questão, uma vez que, em nossa modesta visão, a falta de uma justa evolução funcional na carreira, agregada a enorme defasagem salarial e a falta de diretrizes claras, definidas e contínuas, é que tem causado um enorme êxodo de servidores (as) da Fundação ITESP, 400 servidores (as) deixaram-na, de junho de 2001 até fevereiro de 2011. Essa sangria técnica coloca em risco iminente a qualidade dos serviços prestados pela Fundação ITESP e a disputa de "mercado" com órgãos correlatos, seja na esfera federal, como o INCRA e o MDA, ou na esfera estadual, como a CATI, o CDHU e até mesmo a CODASP.

Portanto, Governador, urgente se faz a recomposição do quadro de servidores (as) da Fundação ITESP com a autorização de contratação emergencial dos aprovados no Concurso de 2008 que, recentemente, foi prorrogado, naqueles perfis que ainda existem candidatos aprovados e a autorização de um novo Concurso Público para aqueles perfis que não existem mais candidatos aprovados, uma vez que, devido aos salários achatados, os mesmos são chamados, mas declinam de assumir o cargo ou, quando assumem, logo vão embora, assim que conseguem passar num concurso que lhes paguem com dignidade.

Isto já vem ocorrendo, Governador, só para que a V. Excia. se intere, no final de 2010, a Fundação ITESP disputou e perdeu uma Chamada Pública de nº 01 para prestar serviços de ATER para o INCRA-SP - SR 8 - no valor inicial de 26 milhões de reais. Em que pese as falcatruas perpetradas por este órgão federal e denunciada pela AFITESP ao Ministério Público Federal, em relação à Chamada Pública de nº 02, devido ao seu direcionamento descarado à UNIARA, temos que enfrentar os nossos limites técnicos e de pessoal devido à fuga contínua de cérebros da Fundação e ao fato do quadro atual estar assoberbado de trabalho, uma vez que, hoje, faltam 136 servidores para preencher completamente o quadro de servidores (as) da Fundação ITESP. E o que é pior, Governador, a atual Diretoria Executiva perdeu prazo de recurso e entrou com uma medida judicial que, em nossa modesta visão jurídica, se revelou equivocada, senão inócua. Por tudo isso, a Fundação ITESP que outrora, na Gestão Covas-Alckmin, era vanguarda e detinha um saber fazer invejável na política agrária e fundiária do Estado, vem perdendo, a passos largos, sua expertise para o INCRA, CATI e até para o CDHU, na questão da regularização fundiária urbana. Frise-se que, em que pese o conhecimento pelo CDHU dos trabalhos realizados pela Fundação Itesp, o mesmo lançou a concorrência pública n.14/09, no valor de 113 milhões de reais, para contratação de serviços técnicos por particulares em áreas com trabalhos já realizados e em andamento pela Fundação ITESP. Temos a esperança e a convicção de que somente V. Excia., que presenciou a criação da Fundação ITESP e é sensível às questões concernentes à cidadania, poderá reverter essa tendência de descrédito.

Após uma ampla mobilização dos (as) servidores (as) da Fundação ITESP, Governador, nos anos de 2009 e 2010, em todas as audiências públicas do Orçamento do Estado realizadas seja pela Secretaria de Estado da Economia e do Planejamento seja naquelas realizadas pelos Deputados Estaduais da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em todo o

Estado, conseguimos reverter uma tendência de queda do Orçamento da Fundação ITESP. Isto fez que o orçamento de 2011 aumentasse 11 milhões de reais, se comparado com o orçamento de 2010. O que por si só seria motivo de grande júbilo e alegria para nós, é motivo de apreensão e preocupação, uma vez que dos 11 milhões, 5 milhões serão destinados para a folha de pessoal e encargos. Acontece que se olharmos para a história da execução orçamentária, nos 10 anos de existência da Fundação ITESP, veremos que somente na rubrica de pessoal e encargos foram devolvidos recursos na ordem dos 6 milhões de reais. E o que é pior, Governador, os atuais Diretores da Fundação ITESP afirmam, sem o menor constrangimento, que tal devolução é natural na Administração Pública. Em outras palavras, eles querem dizer que, é natural que servidores (as) passem fome, enquanto os administradores, por inoperância e falta de pró-atividade, devolvem recursos que vieram carimbados para este fim.

Por fim, Governador, nós servidores (as) da Fundação ITESP solicitamos que a indicação do novo Diretor Executivo da Fundação ITESP seja precedida de uma eleição interna, na qual os três nomes mais votados sejam encaminhados a indicação de V. Excia. e, somente depois, submetido à homologação do Conselho Curador da Fundação ITESP. Temos a clareza que esta mudança pressupõe a alteração do Regulamento Geral da Fundação ITESP. Solicitamos também que os 36 Cargos de Confiança ou de Livre Provisamento sejam ocupados em sistema de rodízio, com mandatos pré-estabelecidos, por servidores (as) do quadro da carreira da Fundação ITESP, uma vez que os contratados fora do quadro desconhecem as especificidades do trabalho desenvolvidos pela Fundação e, portanto, sem falar que desestimulam "as pratas da Casa" que poderiam galgar esses cargos como uma opção na evolução da carreira.

Outro problema que enfrentamos na Fundação ITESP, Governador, é a Ouvidoria atual que faz ouvidos moucos ou simplesmente não dá ouvidos às reclamações dos funcionários. Nesse sentido, nossa proposta também é que seja ocupado por servidores (as) eleitos que conheçam a dinâmica da Fundação ITESP bem como dos seus beneficiários para que o encaminhamento de suas reclamações e ou sugestões ganhe em maior eficiência, eficácia e efetividade.

Gostaríamos de sugerir, ainda, Governador, que fosse cobrado do próximo Diretor Executivo da Fundação ITESP uma gestão mais horizontal e menos vertical como a praticada pela atual, uma maior participação da Diretoria Executiva nas bases dos (as) servidores (as), que fosse mais presente em seu dia a dia e não só em eventos para "aparecer" na mídia. Que os critérios utilizados para as transferências de locais de exercício dos cargos dos servidores (as) pelo próximo Diretor Executivo fossem mais técnicos, mais claros e com periodicidade anual e fossem com conotação menos política e mais profissional. Que o mesmo se aplique aos afastamentos para tratar de assuntos de interesses particulares.

Governador, nós não somos os donos da verdade, tudo o que afirmamos nesta Carta é a descrição da realidade que se apresenta hoje na Fundação ITESP, pode ser facilmente verificada in loco e, neste sentido, fazemos um Convite para que a Secretária da Justiça e Defesa da Cidadania faça algumas visitas surpresas, em

nossos Escritórios de Campo, monitoradas pelos (as) servidores (as) da Fundação ITESP e não pelos cargos de confiança como os Coordenadores Regionais, Gerentes e Diretores e facilmente constatará o que foi dito aqui.

Gostaríamos, por último, solicitar que V. Excia. faça uma gestão política junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - para recuperar o espaço de atuação da Fundação ITESP na Reforma Agrária Paulista, que a sub-autoridade da Superintendência Regional 08 - SR 8 - do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária de São Paulo - INCRA-SP - respeite o conhecimento historicamente acumulado pelos (as) servidores (as) da Fundação ITESP e cesse imediatamente com a política de terceirização da Reforma Agrária no Estado de São Paulo para ONG's, sem nenhuma experiência na área, pois, os maiores prejudicados, não são só os (as) servidores (as) da Fundação ITESP, mas sim, principalmente, os beneficiários da Reforma Agrária, das Comunidades Remanescentes de Quilombo e da Regularização Fundiária Urbana.

Governador, essa Carta quis ser apenas o início de um diálogo que se pretende contínuo, por isso mesmo, nós a encerraremos com uma questão ponte para que esse diálogo não morra. Os (as) servidores (as) da Fundação ITESP querem questionar V. Excia. sobre os planos do seu Governo em relação ao futuro da Fundação ITESP. Qual é o papel que a Fundação ITESP desempenhará, no Governo do Estado de São Paulo, nos próximos quatro anos? Qual é o lugar que a Fundação ITESP ocupará em seu Governo?

DAS UTOPIAS

"Se as coisas são inatingíveis... ora!

Não é motivo para não querê-las...

Que tristes os caminhos se não fora

A mágica presença das estrelas!"

Mario Quintana - Espelho Mágico

Assembléia Geral Estadual Extraordinária da AFITESP.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2011.

DIA 25 de abril de 2011 das 09h às 16h – Eleição da AFITESP.

Programa-se, vote! Participe dos rumos da nossa Associação!

Dê legitimidade para a Nova Diretoria Executiva da AFITESP!

Ainda não é associado?

**Associe-se! Sozinho (a) o problema é seu! Juntos o problema é
nosso!**